

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO**

**CÁTIA FRANCIELE SANFELICE DE PAULA**

**HISTÓRIAS DE TRABALHADORES NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS  
RELAÇÕES CAPITALISTAS EM ROLIM DE MOURA/RO (1970-2018)**

**UBERLÂNDIA  
2018**

CÁTIA FRANCCIELE SANFELICE DE PAULA

**HISTÓRIAS DE TRABALHADORES NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS  
RELAÇÕES CAPITALISTAS EM ROLIM DE MOURA/RO (1970-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi

UBERLÂNDIA  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

P324h Paula, Cátia Franciele Sanfelice de, 1985-  
2018 Histórias de trabalhadores no processo de transformação das relações capitalistas em Rolim de Moura (1970-2018) [recurso eletrônico] / Cátia Franciele Sanfelice de Paula. - 2018.

Orientador: Antônio de Pádua Bosi.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.633>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. 2. História social. 3. Trabalhadores - Rolim de Moura (RO) - História. 4. Rolim de Moura (RO) - História. I. Bosi, Antônio de Pádua (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

CÁTIA FRANCIELE SANFELICE DE PAULA

**HISTÓRIA DE TRABALHADORES NO PROCESSO DE EXPANSÃO DAS  
RELAÇÕES CAPITALISTAS EM ROLIM DE MOURA/RO (1970-2018)**

Tese apresentada ao Instituto de História da Universidade  
Federal de Uberlândia – UFU, como exigência para a  
obtenção de Doutor em História Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

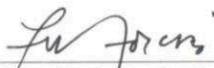
Orientador: Prof. Doutor Antônio de Pádua Bosi

Data da aprovação: 12/09/2018

Banca examinadora



Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi – Orientador  
Universidade Federal de Uberlândia



Prof. Dr. Sérgio Paulo de Moraes  
Universidade Federal de Uberlândia



Prof. Dr. Paulo César Inácio  
Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida  
Universidade Federal de Uberlândia

**WEB CONFERÊNCIA**

Prof. Dr. Vagner José Moreira  
Universidade Estadual Do Oeste do Paraná

À Anália da Silva Pinheiro e Orestes Zivieri Neto (*in memoriam*)  
Aos trabalhadores  
Aos meus pais, José e Maria,  
Ao Fabiano, companheiro de todas as horas.  
Ao Gustavo, filho amado, um presente em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Após uma trajetória de desafios, dificuldades, mas de muito aprendizado, é hora de agradecer aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Tarefa sempre difícil, pois há sempre o risco de não registrar o nome de todos aqueles que estiveram envolvidos nesse processo. Todavia, antecipo os agradecimentos a todos que de uma forma ou de outra tive contato e esteve presente ao longo da jornada.

Agradeço inicialmente a todos os professores da graduação e pós graduação em História da UNIOESTE, pelo significativo processo de formação que me foi proporcionado.

À Cida, serei sempre grata pelo incentivo a realização do mestrado, pela orientação de estágio e especialização em História, ensino e pesquisa na UNIOESTE.

Ao Vagner pela inesquecível aula na pós graduação, na qual apresentou e discutiu a música “Eu despedi o meu patrão” e, pelo incentivo a realização do doutorado quando ao término da banca de mestrado me interrogou se eu pretendia continuar. Confesso que até aquele momento não havia cogitado essa possibilidade.

À Iraci pelo carinho e disponibilidade durante o período que cursei o mestrado e pela divulgação do edital do concurso público da UNIR em 2013.

À PROpesq/UNIR pelos dois anos de afastamento para a realização do doutorado.

À CAPES/FAPERÓ pela bolsa de pesquisa concedida por dois anos de doutorado e pelo recurso para custear os deslocamentos de Rondônia à Uberlândia.

À minha família:

Aos meus pais, José e Maria pela preocupação, pelo carinho, pelas orações. A distância entre nós nos últimos anos não diminuiu a atenção, a torcida, o afeto. A vocês *meus heróis*, meu respeito e admiração, sempre!

Ao meu irmão Jacson que mesmo diante de suas limitações demonstra seu afeto.

Ao Fabiano, companheiro de todas as horas, *meu parça*. Dividir a vida com você nesses dezesseis anos tem tido alguns significados: perda, desafios, dificuldades mas também companheirismo, lealdade, luta! No mais, para definir nossa trajetória tomo de empréstimo as palavras de Eagleton “Amor significa criar para um outro o tipo de espaço em que ele possa florescer, enquanto faz o mesmo por você. É encontrar a própria felicidade sendo a razão da felicidade do outro. Não que ambos encontrem satisfação no mesmo objetivo, como entrar numa estrada desimpedida agarradinhos sobre uma motocicleta, mas, como já vimos, que cada um encontre sua satisfação na satisfação do outro. Já há uma política implícita nessa

noção, conforme observamos. O modelo liberal de sociedade quer que os indivíduos floresçam em seu próprio espaço, sem interferência mútua. Assim, o espaço político em questão é neutro: está realmente ali para manter as pessoas separadas, de forma que a auto-realização de uma não atrapalhe a da outra”.

Que continuemos dividindo nossos projetos de vida!

Ao meu filho Gustavo, menino carinhoso, independente e responsável. Minha melhor parte. *Você é um presente em minha vida!*

Todo meu esforço é e será para e por vocês!

Aos professores da Universidade Federal de Uberlândia, em especial, os que tive contato no período em que cursei as disciplinas do doutorado: Paulo Roberto de Almeida, Rosângela Patriota Ramos, Alcides Freire Ramos, Jaci Alves de Seixas, Sérgio Paulo de Moraes, Célia Rocha Calvo, Dilma Andrade de Paula.

Ao Stênio e a Josiane pela disponibilidade em sanar as dúvidas durante todo o período do doutorado.

Aos colegas do Programa de Pós Graduação, turma de 2015, Auricharme, Walter, Matheus, Denise, Fabiana, Alexandre, Késia, pelos diálogos coletivos. Aprendi muito com todos vocês. Em especial agradeço ao Auricharme pela amizade, pela troca de ideias e pela disponibilidade em ajudar sempre. Ao Walter pelas conversas e pelo empréstimo de seus livros. Ao Matheus pelas conversas, por dividir suas angústias e ouvir muitas vezes as minhas. À Senaide pela amizade desde a época do mestrado. Agradeço pelas conversas, pela companhia e pela paciência na qual ouvia meus problemas e angústias.

Aos colegas do mestrado, turma de 2015, com quais cursei a disciplina de Instituições e Movimentos Sociais, Arthur Nogueira Costa, Ana Bertolino, Diego, Bruno, Fabiano, Priscila. Obrigado pela possibilidade de dialogar e compartilhar experiências diversas.

À Rosângela Souto pela amizade que construímos durante esse percurso e que espero que seja duradoura. Mulher forte, determinada, amiga, solidária. Agradeço imensamente pela acolhida calorosa em sua casa, pelas conversas, pelas cervejinhas e momentos de descontração e por tudo o que fez por mim enquanto estive em Uberlândia. Tem uma frase de Eagleton que gosto muito, me faz lembrar nossa amizade e diz assim: “só posso saber quem sou, ou o que sinto, ao partilhar de uma linguagem que nunca é posse pessoal minha. São os outros os guardiões do meu senso de identidade”. Obrigado pelas palavras, por ser firme comigo quando foi preciso, sincera. *Você é uma alma boa, linda!*

À Iraneide pelas conversas e pelos momentos de descontração.

À Janaína, pelos diálogos e desabafos. Valeu pela força!

À Lucileide pela amizade, pelas cervejinhas, por me ouvir, aconselhar quando eu mais precisava. Agradeço por compartilhar suas experiências de vida e de trabalho, foram fundamentais nas decisões que precisei tomar. Eternamente grata.

À Cíntia Fiorotti pela amizade, por compartilhar e também ouvir minhas angústias e projetos de vida.

Aos membros da banca de qualificação. Ao Sérgio Paulo pela leitura atenta e pelos apontamentos. Aproveito e agradeço também pela disciplina ministrada, Estudos Alternativos em Trabalho e Movimentos Sociais. Foi de extrema importância na reflexão da pesquisa. Espero em alguma medida ter correspondido as suas considerações. Ao Paulo Inácio que na banca mencionou ter ficado provocado com o trabalho. Quero que saiba que a recíproca é verdadeira. Agradeço pela leitura atenta e pelos apontamentos. Também espero ter correspondido.

À Célia Rocha Calvo pela orientação nos dois primeiros anos da pesquisa e pelas contribuições no processo de formação proporcionadas durante a disciplina de Instituições e Movimentos Sociais. Agradeço também pela experiência de diálogo na disciplina de Pesquisa em História.

Ao Paulo Roberto Almeida pelas disciplinas ministradas, principalmente pelos encaminhamentos realizados durante a disciplina de Seminário de tese I e II. Sua leitura e seus apontamentos foram fundamentais.

Ao Antônio por me orientar nos dois últimos anos da pesquisa do doutorado, no mestrado. Na verdade, nunca deixou de me orientar mesmo que indiretamente através de suas publicações. Agradeço pela leitura e a seriedade na qual sempre conduz o trabalho de orientação. E, sobretudo pela paciência no decorrer desse percurso.

Aos funcionários da prefeitura de Rolim de Moura;

Agradeço ao Joelmir da Câmara dos vereadores pela disponibilidade em ajudar com as atas e os processos da Câmara.

Ao Geraldo, Secretário de Planejamento, por me informar a localização do mapa do Setor Rolim de Moura.

À Luci, chefe de gabinete, por autorizar a pesquisa no arquivo da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura.

Às integrantes da Pastoral da Saúde:

À Isabel pela entrevista e pelos saberes compartilhados.

À Lucimar de Ji Paraná pelas informações sobre o acervo do Instituto Padre Ezequiel Ramin.

À Anália (*in memorian*) pela entrevista, por indicar entrevistados e locais de pesquisa. E, fundamentalmente, por ter sido um presente em minha vida. Embora tenhamos convivido por pouco tempo seus ensinamentos foram e tem sido valiosos. Agradeço todos os dias pela possibilidade de tê-la conhecido. *Serás eterna em minha vida! Você foi minha mãe de Rondônia.*

Ao Orestes Zivieri Neto (*in memorian*) a quem posso chamar de amigo. Hoje compreendo a mensagem encaminhada. Uma das frase dizia “a vida é um baile em que almas se encontram, se esbarram, se unem e se separam...” Não íamos mais nos encontrar. Foi uma despedida. *Obrigado por ter sido essa alma linda em minha vida!*

Ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais pela disponibilidade em ajudar e por indicar entrevistados.

A senhora Maria de Lurdes pela entrevista e por informar a Anália como aquela que poderia me ajudar na pesquisa. E como ajudou!

Agradeço a todos os trabalhadores que contribuíram com entrevistas para a realização da pesquisa, pela disponibilidade e receptividade que me receberam em suas casas, pelos cafezinhos. Através de suas narrativas compartilharam inúmeras experiências, fundamentais para recompor o processo histórico estudado. Muito obrigado!

Ao José Aparecido do Instituto Padre Ezequiel Ramin pela disponibilidade na qual me ajudou com a pesquisa

Ao Edimar do Cepami, Paróquia São Sebastião de Ji Paraná. Agradeço pela ajuda com a pesquisa, por ceder o espaço, pela confiança.

Á irmã Orila da CPT de Porto Velho. Obrigado pela disponibilidade, por me ajudar com a pesquisa, pelo café e pelo diálogo afetuoso.

Ao proprietário do Jornal Tribuna Popular por disponibilizá-lo para a pesquisa por diversas vezes.

Ao INCRA de Brasília por disponibilizar os projetos de colonização.

Aos atendentes do Instituto Histórico e Geográfico de Porto Velho pela ajuda com a pesquisa.

Agradeço pelas pessoas difíceis no caminho. Com vocês também aprendi!

A todos que de algum modo contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço também aos que tentaram inviabilizá-la (e não foram poucos). Sinto lhes informar, não conseguiram! Os dispostos em ajudar foram maioria.

Gratidão!

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se [...] por classe, entendendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como da consciência [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus [...] classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON, 1987, p. 9-10)

Devemos elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados (FONTANA, 2004, p. 478)

## RESUMO

Esta pesquisa discute o processo de mudanças e transformação nas relações sociais capitalistas em Rolim de Moura/RO, entre 1970 e 2018. Deslocando-se de uma análise estrutural, buscamos compreender, a partir das memórias dos trabalhadores que migraram nas décadas de 1970 e 1980, como foi viver um processo de adversidades e privações marcado por conflitos de natureza diversa. Colocamos no centro da investigação as relações sociais que estiveram presentes num momento histórico e político, marcado pelo regime civil militar, pelo avanço das fronteiras e pela criação de diversos órgãos e projetos de intervenção, enquanto tentativa de controle social, por aqueles que assumiram as agências de execução dos projetos de “colonização” em Rondônia. Entre sonhos, projeções e expectativas que moveram os trabalhadores, destacamos como os limites enfrentados por eles delineou a constituição de formas coletivas de luta e inviabilizou a permanência no campo. Enquanto um processo dinâmico e em movimento, as relações se modificaram na medida em que os trabalhadores sofriam e exerciam pressões. Na correlação de forças travada com diversos agentes, destacamos as experiências dos trabalhadores, a configuração política e como o Estado interviu, por meio de políticas públicas, que favoreceram a formação de uma economia de mercado responsável por alterar e modificar modos de viver, de trabalhar e de lutar em Rolim de Moura.

**Palavras-chave:** Trabalhadores. Trabalho. Migração. Rolim de Moura

## ABSTRACT

This research discusses the process of changes and transformation in capitalist social relations in Rolim de Moura/RO, between 1970 and 2018. By moving from a structural analysis, from the memories of the workers who migrated in the 1970s and 1980s, we seek to understand how they lived a process of adversity and deprivation marked by conflicts of different nature. We place at the center of the investigation the social relations that were present in a historical and political moment, marked by the civic-military regime, the advance of the borders and the creation of several organs and intervention projects as an attempt to social control by those who took over the executive agencies of the "colonization" projects in Rondônia. Among dreams, projections and expectations that moved workers, we highlight how the limits faced by them, delineated the constitution of collective effort and preclude their permanence in the countryside. As a dynamic and moving process, the relations changed as workers suffered and exerted pressures. In the correlation of forces with different agents, we highlight the worker's experiences, the political configuration and how the State intervened through public policies that favored the formation of a market economy responsible for changing and modifying ways of living, working and fighting in Rolim de Moura.

**Keywords:** Workers; Work; Migration; Rolim de Moura.

## LISTA DE SIGLAS

- ABHP – Associação Brasileira de Homeopatia Popular
- BASA – Banco da Amazônia S.A.
- CAERD – Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia
- CEBS – Comunidade Eclesial de Base
- CEDOC – Centro de Documentação São Tomás Balduino
- CEM – Centro de Estudos Migratórios
- CEPAMI – Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
- CERON – Centrais Elétricas de Rondônia
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CODARON – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- EMATER – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FETAGRO – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LCP – Liga dos Camponeses Pobres
- MBL – Movimento Brasil livre
- MCC – Movimento Camponês Corumbiara
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- MEC – Ministério da Educação
- MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
- MOPS – Movimento Popular de Saúde
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- NUARS – Núcleo Urbano de Assentamento Rural
- PADS – Projetos de Assentamento Dirigido
- PARS – Projetos de Assentamento Rápido

PCHS – Pequenas Centrais Hidrelétricas  
PDS – Partido Democrático Social  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PICS – Projetos Integrados de Colonização  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNAE – Programa nacional de Alimentação escolar  
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
RAN – Reforma Agrária Negociada  
SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura  
SEPLAN – Secretaria de Estado e Planejamento  
SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes  
STTR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UDR – União Democrática Ruralista

## LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELA

<b>Figura 1</b>	Anúncio da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de Rondônia – “E da terra nasceu a estrela” .....	143
<b>Figura 2</b>	Propaganda do Governo Federal.....	205
<b>Figura 3</b>	Anúncio do Governo Federal – Prêmio de Produtividade Rural – 1983.....	206
<b>Figura 4</b>	Anúncio do Governo Federal, “ABC da Terra”.....	207
<b>Mapa 1</b>	BR 364 à BR 010.....	19
<b>Mapa 2</b>	Bairros da cidade de Rolim Moura/RO.....	19
<b>Mapa 3</b>	Núcleo Urbano Rolim de Moura e Abaitará.....	158
<b>Mapa 4</b>	Locais onde a Pastoral atuava ou projetava atuar.....	159
<b>Tabela 1</b>	População Rural e Urbana (1980-2010).....	227

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 1- MEMÓRIAS DE TRABALHADORES SOBRE SUAS LUTAS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO SETOR ROLIM DE MOURA/RO (1970-1980) .....</b>	<b>54</b>
1.1 AS DIVERSAS EXPERIÊNCIAS NA AQUISIÇÃO DA TERRA: O TRABALHO DE MARCAÇÃO.....	56
1.2 A AQUISIÇÃO DA TERRA POR MEIO DA COMPRA DA MARCAÇÃO E INSCRIÇÃO NO INCRA.....	74
1.3 OS TRABALHADORES NA VISÃO DO INCRA, CPT E DA IMPRENSA DE CIRCULAÇÃO NACIONAL.....	104
<b>CAPÍTULO 2 - TRABALHADORES: LIMITES, LUTAS E DISPUTAS VIVIDAS NO SETOR ROLIM DE MOURA (1980-1985).....</b>	<b>115</b>
2.1 MUDANÇAS VIVIDAS PELOS TRABALHADORES.....	115
2.2 ENTRE SONHOS E PROJEÇÕES: OS LIMITES.....	127
2.3 A PROPOSTA DE NÚCLEOS URBANOS.....	142
2.4 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EM ROLIM DE MOURA.....	160
2.5 LUTAS E DISPUTAS NA DÉCADA DE 1980.....	173
<b>CAPÍTULO 3 - OS TRABALHADORES SE ORGANIZAM: FORMAS COLETIVAS DE LUTA E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO E NA CIDADE (1985-2000).....</b>	<b>192</b>
3.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NO PROCESSO DE MUDANÇAS NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO.....	193
3.2 “NOVAS” PROJEÇÕES PARA O CAMPO E A CONSTITUIÇÃO DE FORMAS COLETIVAS DE LUTA.....	203
<b>3.2.1 Mudanças no campo e a atuação da igreja católica.....</b>	<b>227</b>
<b>3.2.2 Os trabalhadores e o Sindicato.....</b>	<b>234</b>
3.3 PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO: “ENTÃO MUDÔ A HISTÓRIA TOTALMENTE”.....	244
<b>CAPÍTULO 4 - TRABALHADORES E A CIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LUTA COLETIVA EM ROLIM DE MOURA/RO.....</b>	<b>255</b>
4.1 MUDANÇAS NO ESPAÇO URBANO.....	256
4.2 OS TRABALHADORES E A ESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA	

FRIGORÍFICA.....	268
4.3 FORMAS COLETIVAS DE LUTA EM ROLIM DE MOURA.....	285
4.4 OS TRABALHADORES E A IGREJA CATÓLICA: HISTÓRICO DAS LUTAS E SUAS CONTRADIÇÕES.....	295
4.5 OS TRABALHADORES E A CIDADE.....	304
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>311</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>315</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>319</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história real revelar-se-á somente depois de pesquisa muita árdua e não irá aparecer ao estalar de dedos esquemáticos (THOMPSON, 2001, p. 135).

[...] é essencial que historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência [...] O fato de que os fornos nazistas tenham existido ou não pode ser estabelecido por meio de evidências. Uma vez que isso foi estabelecido, os que negam sua existência não estão escrevendo história, quaisquer que sejam suas técnicas narrativas (HOBBSAWN, 2013, p. 371).

[...] A primeira condição para mudar a realidade é conhecê-la (GALEANO, 2012, p. 249).

Thompson, Hobsbawn, Galeano, autores que chamam atenção para questões essenciais a todo historiador. Que a história se faz com pesquisa, por vezes, árdua. Que é por meio dela que encontramos as evidências, base fundamental da feitura da história. Quaisquer que sejam nossas perguntas são as evidências que nos permite testá-las, conferindo à escrita legitimidade e impedindo que a história seja relegada a fantasiosa, mas, por vezes presente, a ideia de ficção. E que a mudança só é possível quando conhecemos a realidade de que se fala, portanto, a história.

Nessa direção, esta tese buscou discutir o processo de mudanças e de transformação das relações sociais capitalistas em Rolim de Moura/RO, a partir da década de 1970. Falar sobre o processo de construção desta tese compreende, além de apresentar o caminho de volta da pesquisa que realizei durante o curso de doutorado, explicitar as questões que levaram a elaboração de sua problemática. A delimitação possui relação com inquietações, sentidas desde que passei a morar, em 2013, em Rolim de Moura/RO<sup>1</sup>, quando assumi a vaga no concurso público na Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Até esse período, morava em Guaíra, no Paraná, trabalhando como professora de História na rede pública. Nessa época, já havia cursado o mestrado na Universidade Estadual Do Oeste do Paraná – UNIOESTE, em

---

<sup>1</sup> A cidade de Rolim de Moura está localizada na mesorregião Leste Rondoniense, a uma distância aproximada de 500 quilômetros da capital Porto Velho/Rondônia. Possui uma população estimada em 55.807 habitantes (conforme Censo demográfico de 2014, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE). Limita-se, ao Norte: com os municípios de Castanheiras e Cacoal; ao Leste: com os municípios de Pimenta Bueno e São Felipe d'Oeste; a Oeste: com os municípios de Novo Horizonte do Oeste e Alta Floresta d'Oeste; ao sul: com o município de Santa Luzia d'Oeste e Alta Floresta d'Oeste.

que desenvolvi uma pesquisa sobre as mudanças vividas por pescadores profissionais daquela cidade frente aos danos ambientais ocorridos no Rio Paraná<sup>2</sup>.

É preciso situar que a região Norte aparece na História da minha família, portanto, na minha história, no ano em que nasci, 1985. Meu pai, movido pelas notícias de conhecidos e parentes, deslocou-se com amigos do Paraná para conhecer a região Norte e quem sabe se mudar. A descrição sobre os lugares que visitou fez minha mãe resistir à mudança. Continuaram no Paraná trabalhando na terra do meu avô e como sócio arrendatário com meu tio. O trabalho de sociedade não deu certo e, com a morte de meu avô, veio a divisão de parte da terra. Com a herança e recursos próprios, adquiriram uma chácara na qual residem até hoje.

A projeção para o campo em Rondônia, em 1985, voltava-se à produção de café. Imbuído pelo desejo que não conseguira realizar, e uma vez que a Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) estava a incentivar tal atividade em Guaíra, no Paraná, meu pai incorporou e projetou sua realização com esse tipo de plantação em sua terra. O problema com a seca e, posteriormente, a geada, frustrou seus planos e trouxe-lhe prejuízos. Não raras vezes atribuía o insucesso, as dificuldades vividas enquanto pequenos proprietários submetidos à monopolização de um laticínio local, lugar que também me empreguei quando cursava a graduação, ao fato de não ter se mudado para Rondônia. Cresci ouvindo projeções sobre este Estado, como sinônimo de oportunidades e realizações. De certo modo, parece que transferia suas projeções para mim quando, ao iniciar a formação em história, sempre dizia “quando você formar conseguirá aulas em Rondônia, lá precisam de professores”.

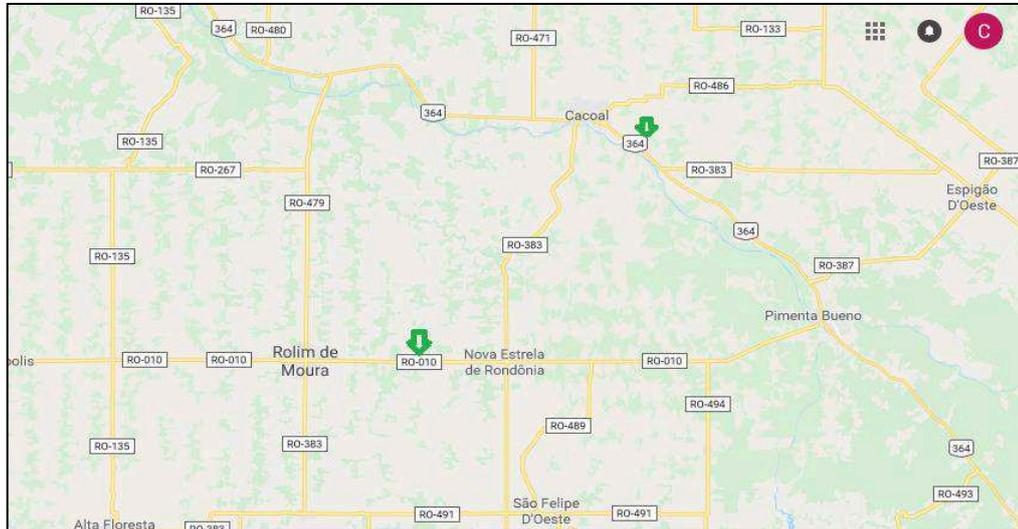
Quando me mudei para Rondônia, trazia essas experiências de pesquisa, de vida, e diversas expectativas que a mudança de cidade e de trabalho implica. Na busca em conhecer a cidade, logo chamou atenção o fato de, em uma cidade de pouco mais de 55 mil habitantes, haver, na época, três plantas frigoríficas. Instigava-me compreender os elementos que teriam levado tais plantas frigoríficas para aquela localidade, haja vista que a cidade não se constituiu e, portanto, não se localiza como outras (Pimenta Bueno/Cacoal/Vilhena) à beira da BR 364, o que, por sua vez, facilitaria à logística. Esta impressão se deve à própria dinâmica estabelecida na década de 1970 pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em construir Núcleos urbanos ao longo da BR. Assim, seguindo essa lógica, o comum seria a estruturação de frigoríficos em cidades maiores e localizadas ao longo da BR

---

<sup>2</sup> SANFELICE, Cátia Franciele. **Mudanças no mundo dos trabalhadores**: os pescadores profissionais de Guaíra/PR (1970-2011). 2012. 269 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

364. A cidade de Rolim de Moura se constituiu na BR 010, a uma distância de aproximadamente 65 km da BR 364:

**Mapa 1: BR 364 à BR 010**



Fonte: elaborado pela autora a partir do programa Google Earth (2017).

**Mapa 2: Bairros da cidade de Rolim Moura/RO**



Fonte: elaborado pela autora a partir do programa Google Earth (2017).

Ao iniciar as atividades na UNIR, apresentei, por meio do Projeto de Iniciação Científica – PIBIC, um projeto que propunha compreender o processo de ocupação na localidade à estruturação da agroindústria. Ao levar a temática para o doutorado e iniciar as disciplinas, houve as primeiras alterações na proposta apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. De início, as primeiras tarefas realizadas foram mapear como a historiografia abordou o processo migratório para Rondônia. No

conjunto de artigos, dissertações e teses que li, pude perceber a consagração de alguns conceitos<sup>3</sup>, ou marcos de memória, ligados à construção de BR 364, aos projetos de colonização, ao INCRA, e a outras agências como forma de explicar o processo histórico.

Inicialmente, buscava compreender as trajetórias de vida e de trabalho dos trabalhadores em frigoríficos em Rolim de Moura/RO, e possíveis relações com pessoas que haviam se deslocado para lá na década 1970, período de elaboração dos projetos de colonização<sup>4</sup> e de intensa migração para o Estado de Rondônia. As fragilidades nesta abordagem iam desde considerar as trajetórias dos trabalhadores atreladas a 1970, desconsiderando, portanto, o percurso vivenciado anteriormente por eles, à prerrogativa de que, compreendendo as trajetórias dos trabalhadores, compreenderia o processo histórico. Embora a intenção fosse analisá-las sob a perspectiva social, desconsiderava a noção de mudanças no processo histórico de forma mais ampla.

Outro objetivo era voltar-se ao contexto de 1970, a fim de entender o processo de estruturação da agroindústria. Desconsiderava questões postas no processo histórico de transformação de relações desarticuladas ao movimento histórico daquilo que ocorria em outros Estados e suas inter-relações. Os projetos ou a política de migração seriam o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa. Por mais que a preocupação fosse ouvir os trabalhadores, a intenção era, num primeiro momento, analisar os projetos de colonização, o que privilegiava uma abordagem estrutural, sem possibilidades de sair dos marcos oficiais presentes na historiografia analisada.

Ao ler a historiografia sobre Rondônia, pude constatar marcos de memória, a naturalização e a consagração de algumas versões que acabaram se cristalizando no âmbito historiográfico. Assinalo para a necessidade de diálogo com essa produção, pois, em muitas, não encontramos a preocupação com a análise dos conceitos que confira a eles um caráter histórico e em movimento. Ao invés de servirem para analisar a realidade, a impressão é que acabam por substituí-la. Assim, concordamos com Raymond Williams quando menciona que:

Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos – os conceitos, como se diz, dos quais partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em se dar ouvidos aos apelos ou seus entrechoques ressonantes. Resta-nos apenas, se o

---

<sup>3</sup> Dentre os conceitos estão: migrante, migração, ocupação, colonização e integração. Tentamos compreender tais conceitos como conceitos históricos.

<sup>4</sup> A partir de 1970, foram implantados sete projetos de colonização no Estado de Rondônia. Foram cinco PICS (Projetos Integrados de Colonização) e dois PADS (Projetos de Assentamento Dirigido). Porém, devido ao intenso fluxo migratório que continuava na década de 1980 foi necessária a criação dos PARs (Projetos de Assentamento Rápido).

podermos, recuperar a substancia de que suas formas foram separadas (WILLIAMS, 1979, p. 16).

O autor se refere à separação entre os conceitos e a análise sobre o real a partir da compreensão de que precisam ser investigados como problemas no movimento histórico. Do mesmo modo, Hobsbawn (2013), ao discutir sobre a transição da História Social para a História da Sociedade, sugere que os conceitos sejam revistos, ampliando-se a análise.

Parte das abordagens sobre o processo migratório para Rondônia foram produzidas nas décadas de 1970 e 1980, caracterizadas como décadas de crise e de ajuste do capitalismo com um forte processo de desvalorização do trabalho e de arrocho salarial. Nesse período, essas questões passaram a ser discutidas na academia a partir de concepções neoliberais, no âmbito das tendências que passaram a explicar a realidade e os projetos em curso.

Constatei que, no presente, muitos conceitos continuam cristalizados, ou seja, tratados de forma estática. Grande parte das pesquisas apresentam abordagens que homogeneizam as especificidades dos municípios que compõem o Estado, como se as relações tivessem ocorrido do mesmo modo em todos os lugares. Pautada em uma visão cíclica sobre o processo histórico, o que, por sua vez, remete a uma ideia de evolução ao evidenciar “novos ciclos” econômicos, é como se houvesse uma história anterior a 1970, em referência ao ciclo da borracha, e outra que, após 1970, firmou-se com os projetos de colonização e com o desenvolvimento da agropecuária. Nessa versão, os projetos relativos à agropecuária estariam em processo de transição para novos ciclos materializados na industrialização, na plantação de outras culturas como a soja, vinculada à dinâmica extensiva do agronegócio, e de produção de energia elétrica a partir de projetos de construção de Hidrelétricas e PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).

Visualizei nessas produções pouca preocupação em trazer os sujeitos que vivenciaram ou vivenciam esses processos porque entendo-as como escolhas sobre o que se quer ser lembrado. Sendo as tradições historiográficas seletivas, ressalto a importância do olhar voltado às experiências de homens e mulheres enquanto protagonistas da história que vivenciam. Por esse motivo, o objetivo com a pesquisa não foi preencher possíveis lacunas deixadas pela historiografia, mas explicitar que alguns caminhos traçados por ela acabam, mesmo sem querer, servindo a consagração de versões dominantes.

Algumas versões continuam perpetuando-se com a naturalização de conceitos que obscurecem as experiências, não permitindo a compreensão sobre quais sujeitos se fala. Isso impossibilita a visibilidade das disputas ocorridas, passando a ideia de um processo tranquilo.

Há que se destacar que, passadas várias décadas, é comum a recorrência aos mesmos referenciais<sup>5</sup> sobre o processo migratório, sem fazê-los avançar.

Um exemplo é o termo migrante que, usado sem colocá-lo em movimento, atribui àquele que chega alguém que não é constitutivo da cidade. Esse papel é designado aos seus fundadores, representados na pessoa do pioneiro, o que promove a cristalização das disputas e contradições no processo histórico. Tais narrativas presentes em livros de memorialistas não podem ser vistas como expressão da história vivida. A adoção de tal perspectiva consagra, junto aos conceitos históricos, as estruturas, o que certamente não deixa de atender aos interesses dominantes no passado e no presente.

Além de memorialistas, há outras obras produzidas por membros de instituições públicas que buscam construir uma memória, ordenando, ao seu modo, os acontecimentos. Entendo essas produções como forças colocadas na localidade. Uma disputa sobre os usos que se faz do passado, o que, por sua vez, levou-me a testar as limitações no entendimento de que o ser social determina a consciência social. De fato, existe um controle na forma como se escreve e conta a história. Isso fica nítido na prática vivida quando se depara com o modo pelo qual as forças conservadoras vêm, nos últimos tempos, encaminhando e pautando questões sociais. Há momentos em que as disputas se perdem. Isso ocorre quando elegemos como protagonistas do diálogo figuras como Bolsonaro, Malafaia, MBL e outros que, ao proporem seus temas, acabamos pautados por eles e pela natureza das discussões propostas. Trata-se de um movimento que rapidamente se espalhou no social, partindo de referenciais conservadores. De fato, há um controle na forma de contar e escrever a história, porém, em alguns casos, tais forças são mais intensas e até mesmo em espaços onde a liberdade de pensamento deveria ser a regra, as limitações encontradas são nefastas.

Desse modo, a existência e a perpetuação de obras e discussões com esse teor assinalam para a leitura de sua dimensão política que, por reforçar a posição da classe dominante, leva-nos a problematizar os aspectos da luta de classes<sup>6</sup> existente. À medida que existem, restituem a luta de classes como elemento de análise sobre o local, pois sua existência assinala para questões que se buscam silenciar. No caso dos memorialistas, seus

---

<sup>5</sup> Entre os referenciais podemos citar: IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979 (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11); BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990 (Série Princípios); BECKER, B. K. (Org.). **Fronteira Amazônica Questões Sobre a Gestão do Território**. Brasília: UFRJ, 1990; VALVERDE, O. (Coord.). **A organização do espaço na faixa da Transamazônica**. Volume 1: Sudoeste Amazônico, Rondônia e regiões vizinhas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1979.

<sup>6</sup> Segundo Edward Palmer Thompson, classe social consiste em um fenômeno histórico definido pelos homens enquanto vivem sua própria história. Conforme: THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

livros se transformaram em referência sobre a história da cidade e do Estado, servindo aos poderes constituídos como um manual, apresentado ou requisitado nos espaços públicos àqueles que desejam realizar pesquisa. De modo específico, a obra escrita por um dos executores<sup>7</sup> do INCRA atribui a criação do Estado à autarquia, desconsiderando qualquer ação dos sujeitos.

Nessas produções, as lutas e disputas travadas no cotidiano diário são pouco perceptíveis. Nelas, não há espaço para a complexidade do que acontece no dia a dia, porque cumprem um papel na produção de memórias que se requer autorizada a falar do passado e do presente, a ser a história. Nessas versões, os conflitos não existem, os sujeitos eleitos a fazer parte dela invariavelmente ocupam lugar de destaque, vínculos políticos, poder econômico, atendem a interesses. O ordenamento estabelecido entre passado e presente deixam poucos espaços para se pensar outras possibilidades de análise. Outro aspecto observado é que tais narrativas se perpetuam na produção de memorialistas, cujas produções edificam genealogias, efemeridades que se transformam em marcos que ocultam tantas e tantos outros personagens do cotidiano do trabalho.

Dessas versões é que surgem mitos como o de pioneiro<sup>8</sup> e desbravador, como se fosse possível quantificar as lutas e sofrimentos e auferir, por meio de um denominador comum, quem mais sofreu e é merecedor de estar na memória e na história. Na produção memorialística, há a tentativa de retratar as dificuldades dos que chegaram e tiveram que viver numa localidade sem infraestrutura, em meio à mata fechada, etc. Porém, nessa narrativa, a memória e a história são elaboradas tendo como base um passado comum a todos. materializado num presente também comum, de vitórias e conquistas, sem espaço para as disputas e contradições. Assim, tanto a historiografia quanto os livros de memorialistas se tornam versões cristalizadas.

Nesses materiais é como se apenas quem vivenciou o processo possuísse autonomia para falar sobre ele, como voz autorizada. Essa concepção de testemunho da história desconsidera não apenas o ofício do historiador como a produção historiográfica. Na contramão dessa perspectiva, seguindo as proposições de Thompson (2009), concordo que:

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA, J. L. **Rondônia**: geopolítica e estrutura fundiária. Porto Velho: Grafiel, 2010.

<sup>8</sup> Sobre essa discussão ver: LANGARO, J. F. **Para além de pioneiros e forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006; LANGARO, J. F. **Quando o futuro é inscrito no passado**: “Colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo-PR (1950-2010). 2012. 472 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

Cada idade, ou cada praticante, pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer a luz novos níveis de evidência. Nesse sentido, a "história" (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social (THOMPSON, 2009, p. 51).

Assim, partimos do suposto de que os conceitos em si não explicam as relações vivenciadas. No diálogo com esta produção historiográfica e memorialística, buscamos trazer outras questões relativas às lutas e aos embates para compreender como os projetos foram materializados na prática. Nesse processo, o diálogo proposto por Williams (2011) sobre explicar a historicidade e a persistência dos conceitos foi fundamental.

Mas, diante das perspectivas que buscam explicar o social, qual escolher? Qual história tem sido validada no meio acadêmico? Não há outra escolha senão aquela que responda as nossas inquietações. Diante o compromisso em explicar as mudanças e transformações, tendo como objetivo o que ressalta Fontana, sobre escrever uma história dos homens, como protagonistas, é que me situei no interior da História Social do trabalho em diálogo com a Historiografia Social Inglesa. Propus discutir, a partir das memórias dos trabalhadores, a expansão e as transformações das relações capitalistas para o Setor Rolim de Moura.

A partir da percepção sobre a historiografia e do objetivo em escrever uma história que proporcionasse visibilidade aos seus protagonistas é que apresentamos esta tese. Durante o processo de investigação, deparei-me com fontes diversas. Diante do desafio de encarar um tema novo de pesquisa, iniciei a investigação sobre as possibilidades de fontes em diversas cidades do Estado. Em Porto Velho, pesquisei no arquivo do INCRA, porém, lá não encontrei registros relativos ao Setor Rolim de Moura. Pesquisei no Instituto Histórico e Geográfico. Embora esse arquivo estivesse em processo de mudança e organização, foi possível pesquisar em diversos Jornais<sup>9</sup>. Também pesquisei na CPT (Comissão Pastoral da Terra) que, além de informativos nacionais produzidos pela Pastoral, há recortes de jornais de circulação nacional e do Estado de Rondônia relacionados à luta pela terra, à questão indígena, ao meio ambiente, sobre vários estados do Brasil. Os materiais produzidos pela CPT propõem a discussão das situações encontradas pelos trabalhadores ao chegarem a Rondônia, marcadas pela falta de infraestrutura, por disputas e por conflitos por terra, e a atuação do INCRA. As ações desenvolvidas pela Pastoral tiveram como objetivo desenvolver propostas de intervenção no social ao mesmo tempo que mobilizava ações no campo da memória. A CPT fez da produção

---

<sup>9</sup> Dentre os jornais pesquisei no jornal Alto Madeira, Diário da Amazônia e O Parceleiro.

da memória uma dimensão da luta, haja vista que a produção dessa memória se deu em todo o Estado de RO.

Em Cacoal, realizei a pesquisa no Jornal Tribuna Popular. Por constituir um dos primeiros jornais do interior, a pesquisa neste Jornal foi de grande valia na investigação sobre a década de 1980, a partir de sua articulação aos interesses do PMDB no Estado.

Em Ji Paraná, pesquisei no CEPAMI<sup>10</sup> (Centro de Estudos da Pastoral do Migrante) e no Instituto Padre Ezequiel Ramin. Ambos os arquivos localizam-se nas dependências da igreja São Sebastião. São materiais produzidos por movimentos populares, recortes de jornais organizados com diversas temáticas, livros editados pelo Bispo da Diocese, Dom Antônio Possamai, e integrantes do centro de Estudos, livros de estudo e cartilhas contendo levantamentos realizados sobre a realidade vivida por migrantes no Estado de Rondônia e do Acre.

Em Rolim de Moura, pesquisei na Biblioteca pública, na Câmara Municipal e no arquivo da prefeitura. Na Biblioteca tive contato com produções memorialísticas e algumas revistas que foram produzidas sobre a cidade. Na Câmara, pesquisei em atas e projetos municipais no período de 1985 a 1990. No arquivo da prefeitura, as condições encontradas não permitiram que a pesquisa se estendesse por muito tempo. Os materiais encontravam-se desorganizados, uma parte espalhada pelo chão, e as condições insalubres do local, junto à falta de iluminação, impossibilitaram a realização da pesquisa. Por meio da Secretaria de Planejamento também tive acesso a mapas sobre o Setor Rolim de Moura.

Além desses locais, realizei uma pesquisa no site da CPT Nacional, CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino). São reportagens produzidas pela CPT, entrevistas produzidas com trabalhadores, informativos, telegramas, cartas de trabalhadores, recortes de jornais de circulação nacional e do Estado de Rondônia. No CEDOC é possível encontrar diversas fontes sobre o que ocorria em praticamente todos os setores ou cidades do Estado. Nesses materiais foi possível identificar um sentido sobre o que ocorria no Estado e fora dele, uma movimentação que se interligava, e trazia como principal tema a questão agrária.

Pelos materiais foi possível observar a realização de um mapeamento das condições vividas pelos trabalhadores. Embora as fontes não tragam os questionamentos realizados com eles na ocasião das entrevistas realizadas pela Pastoral, é possível observar que a construção

---

<sup>10</sup>O Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes (CEPAMI) é um órgão da Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos e tem sede na cidade de Ji Paraná, em Rondônia. Trabalha em ligação com a Diocese local, com o Centro de Estudos Migratórios (CEM) e com o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), ambos com sede em São Paulo. Jornal Sem Terra, maio de 1986. Informações presente no site: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=390&pesq=>>.

das narrativas seguiram questões como: trajetória dos trabalhadores, política, religião, questão social, saúde, elementos que serviram de levantamento para uma posterior proposta de intervenção. Nesse movimento, as memórias se constituíram, tornando-se expressivas e capazes de mostrar as relações sociais de forma ampla. Pesquisei, ainda, no arquivo online do Jornal O Globo e da Revista Veja, no site da Pastoral Vergueiro<sup>11</sup>, Dops<sup>12</sup> e IBGE. Alguns acervos, como da CPT, CEPAMI, Instituto Padre Ezequiel Ramin e Pastoral Vergueiro são produtos de Instituições ligadas aos trabalhadores. Assim, também se configura como uma organização da memória sobre suas lutas.

O levantamento das fontes escritas ocorreu simultaneamente à produção de fontes orais. Diante das inúmeras memórias possíveis à investigação do processo histórico a ser estudado, não determinei quem seriam os entrevistados. A pesquisa passou por reestruturação e, de início, as primeiras entrevistas foram realizadas com trabalhadores em frigoríficos. O contato com alguns trabalhadores foi realizado em frente ao Ministério do Trabalho no início do ano de 2016. Na ocasião, devido ao fechamento de um dos frigoríficos na cidade, ocorreram diversas audiências relativas a acertos trabalhistas, indenizações devido à falta de pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, orentina etc. Outras entrevistas ocorreram a partir do contato com os trabalhadores nos locais onde apanhavam transporte coletivo, quando mapeava a localização dos trabalhadores na cidade. Outras ainda seguiram indicações dos próprios trabalhadores.

A necessidade de reformular a pesquisa ocorreu à medida que o levantamento de fontes foi sendo realizado. Houve um recuo na temporalidade, o que levou a reformulação do ponto de partida da investigação. As fontes levantadas, principalmente aquelas relativas aos registros feitos pela CPT, ampliaram o leque de questionamentos e um terreno fértil de problematização do processo de transformação das relações capitalistas e de constituição da localidade, tendo como protagonistas os trabalhadores que se deslocaram nas décadas de 1970 e 1980. Assim, não descartamos as entrevistas já realizadas, ao contrário, o contato com alguns trabalhadores em frigorífico possibilitaram entrevistas com seus pais.

Outras entrevistas foram realizadas a partir do contato com a Associação dos Aposentados, local que imaginei encontrar trabalhadores que tivessem se deslocado para Rondônia na década de 1970 por ser um local de sociabilidades. Desses contatos houve várias

---

<sup>11</sup> Nesse arquivo encontrei informações relativas à atuação do MOPS (Movimento Popular de Saúde) na década de 1980.

<sup>12</sup> No arquivo do DOPS, as informações são relativas ao receio de, na década de 1970, a região de Costa Marques, fronteira com a Bolívia a aproximadamente 300 Km de Rolim de Moura, ser ocupada por forças comunistas.

outras indicações. Outras ocorreram a partir do contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Do mesmo modo, os trabalhadores indicaram pessoas ligadas às pastorais da terra e da saúde e aos materiais produzidos pelas pastorais a partir da década de 1980. Compreendem relatórios e projetos que utilizei na discussão relativa à atuação das agências ligadas à igreja católica na localidade.

No geral, as entrevistas foram realizadas com homens e mulheres que se deslocaram para Rondônia nas décadas de 1970 e 1980. Encontram-se, em sua maioria, na cidade de Rolim de Moura e são trabalhadores que apresentam, não por escolha, perfis variados; agricultores que dispunham de recursos e adquiriram suas propriedades por meio da compra, outros por meio do INCRA ou por meio de marcação, em sua maioria aposentados; trabalhador que desenvolveu atividades como meeiro, arrendatário; trabalhadores engajados na Pastoral da Saúde que desenvolvem trabalhos com a prática da Homeopatia, trabalhador da Pastoral agroecológica e feirante (Projeto Terra Sem Males<sup>13</sup>), trabalhador em frigorífico, agricultora filiada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais que destina sua produção para a merenda escolar (PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar) e agricultor que atuou como arrendatário e também como pastor. Ao todo, foram realizadas vinte e três entrevistas e, no decorrer do trabalho, dialogamos com várias delas. Como critério de escolha seguimos os apontamentos de Portelli (2014 *apud* ALMEIDA; KHOURY, 2014) que sugere o uso de entrevistas que sejam representativas de significados, no sentido de apontarem questões que revelam o mundo do trabalho e dos trabalhadores.

Terminado o levantamento de fontes e a realização das entrevistas era o momento de fazer o caminho de volta da pesquisa. Por onde começar? Iniciei problematizando as memórias sobre a localidade. Optei por não partir da estrutura elegendo os projetos em si, mas das contradições evidenciadas entre o que foi planejado pelo INCRA e pelas agências de execução dos projetos e o que precisou ser alterado. A intenção não foi demonstrar o que a política de “colonização” causou, mas como na prática se deram as relações e em que medida tais práticas contradizem tal política. Assim, quando cito os projetos da autarquia é no sentido de perceber como neles se encontram indícios de contradição sobre o que ocorria na prática.

Deslocamo-nos de uma história estrutural que não oferecia possibilidades de compreender a distância entre as projeções e as experiências que se efetivaram nesse processo. Recusei, como é recorrente na historiografia, partir de uma estrutura que aparece como dada, a priori, da ação dos trabalhadores como se estivesse pronta para recebê-los.

---

<sup>13</sup> Projeto voltado ao desenvolvimento da Agroecologia, criado em 2000, em Ji Paraná/RO. O Projeto está inserido no Projeto Padre Ezequiel Ramin.

Observa-se que, geralmente, parte-se da estrutura às relações sociais a fim de compreender o processo histórico. Por opção teórica, tomei como ponto de partida as memórias<sup>14</sup> dos trabalhadores. Enquanto agentes, dispuseram de elementos que permitiram recompor o processo histórico, não a partir do que está posto, mas da dinâmica conferida por eles e do modo como se requerem enquanto sujeitos nas diversas e distintas relações estabelecidas. Orientou-nos, nessa concepção, a perspectiva de Williams (2011):

Então, devemos dizer que quando falamos de “base”, estamos falando de um processo, e não de um estado. E não podemos atribuir a esse processo algumas propriedades fixas a serem posteriormente traduzidas aos processos variáveis da superestrutura. Muitos dos que quiseram e querem fazer da proposição comum algo mais razoável concentram-se na depuração da noção de superestrutura. Mas eu diria que cada termo da proposição deve ser reavaliado em uma direção específica. Temos de reavaliar a “determinação” para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-se de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-se de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar “a base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico (WILLIAMS, 2011, p. 48).

Com Raymond Williams compreendemos que os sujeitos<sup>15</sup> interpretam suas experiências a partir das relações que estabelecem no social. A experiência, por ser gerada na vida material, permite considerar o papel dos sujeitos na história, superando as formas de determinismo e privilegiando o agir humano. Segundo Fenelon, para Thompson, a “experiência social era a mais rica das possibilidades histórica” (FENELON, 2014, p. 33). Por serem as experiências elaboradas em termos culturais, incorporadas ou não a sistemas de valores podem constituir-se em consciência de classe. Assim, utilizamos os elementos interpretados e narrados pelos trabalhadores acerca de suas experiências como forma de compreender as relações estabelecidas e como, a partir deles, identificamos a constituição de processos hegemônicos. Por isso, também nos auxiliou o conceito de hegemonia<sup>16</sup>, a partir de

<sup>14</sup> Partimos da compreensão de que “Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual, esforços de ocultação e clarificação estão presentes na disputa entre sujeitos históricos diversos, produtores de diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais” (FENELON, 2004, p. 9).

<sup>15</sup> Os sujeitos são compreendidos enquanto agentes do processo histórico, ou seja, como aqueles que agem concretamente nas relações vivenciadas.

<sup>16</sup> Para Raymond Williams, hegemonia “Trata-se de todo um conjunto de práticas e expectativas; o investimento de nossas energias, a nossa compreensão corriqueira da natureza do homem e do seu mundo. Falo de um conjunto de significados e valores que, do modo como são experimentados enquanto práticas, aparecem confirmando-se mutuamente. A hegemonia constitui, então, um sentido de realidade para a maioria das pessoas em uma sociedade, um sentido absoluto por se tratar de uma realidade vivida além da qual se torna muito difícil para a maioria dos membros da sociedade mover-se, e que abrange muitas áreas de suas vidas. Mas não se trata,

Williams (WILLIAMS, 2011), que propõe não a constatação, mas a reflexão sobre as condições e o modo no qual os processos hegemônicos se constituem.

Para Marx (1988), a relação entre base e superestrutura consistia em duas esferas separadas. Williams e Thompson, no processo de releitura de Marx, passaram a conceber tais esferas numa relação horizontalizada, que se constrói ao mesmo tempo. Por essa via de interpretação, a consciência dos sujeitos é compreendida como universal, porém, pode se apresentar marcada pela incorporação de valores burgueses. Embora universal, a consciência é, ao mesmo tempo, de classe por ser vivida enquanto contradição. Dizemos, desse modo, que sendo as experiências vividas como luta de classes, lidar com elas é lidar com um campo sempre aberto à investigação. Nem sempre encontramos organizações expressivas, sem, no entanto, significar ausência de resistências cotidianas.

Nosso trabalho se estabelece num momento em que o cenário atual, além de marcado pela falta de esperança, vem levando trabalhadores reconhecerem, em discursos absolutamente fascistas, a saída para seus problemas. Suas escolhas se pautam dentro de um quadro, marcado por sentimentos de medo, insatisfação e injustiça. Portanto, as pressões sofridas pelos trabalhadores precisam ser pensadas num contexto em que suas escolhas são sempre pressionadas no e pelo processo de luta de classes.

Diferente dos sujeitos estudados que demonstraram leituras sobre o social que assinalassem para a constituição de formas coletivas de luta, no cenário atual, a leitura das experiências vividas tem-se colocado de maneira distinta para os trabalhadores.

Consideramos que o trabalhador se produz culturalmente<sup>17</sup> ao narrar e, à medida que interpreta o que vivencia, incorpora ou não os valores disponíveis no social para interpretar suas vidas. Ao processar suas experiências, produzem uma consciência de si mesmo pautada em valores de determinada época constantemente reformulados, incorporados ou rejeitados. Assim sendo, o tecido social consiste em um campo de luta e, enquanto tal, um campo fértil na percepção sobre quais elementos (valores) se tornam e, como se tornam, hegemônicos. Portanto, hegemonia corresponde a conjuntos de valores construídos a partir das práticas sociais. Daí a necessidade de elegermos como elemento fundamental a proposição da teoria em diálogo com as evidências históricas, na qual a categoria experiência é compreendida a

---

de forma alguma, de um sistema estático, exceto na execução de um momento de uma análise abstrata. Ao contrário, só podemos entender uma cultura efetiva e dominante se compreendemos o processo social real do qual ela depende: refiro-me ao processo de incorporação (WILLIAMS, 2011).

<sup>17</sup> Apropriamo-nos da discussão realizada por Thompson em “A Formação da classe operária inglesa”, estudo em que o autor enfatiza a dimensão cultural da classe a partir de uma análise que reconstituía importantes aspectos da vida comunitária dos trabalhadores na era pré-industrial.

partir das práticas sociais e do diálogo existente entre ser social e consciência social (THOMPSON, 2009).

O modo, porém, como essas experiências se manifestam, pode ser percebido de diversas maneiras, como discute Thompson:

Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 2009, p. 234)

Recusamos, no processo de análise, partir de um entendimento de história que, ao invés de abrir as possibilidades de pesquisa e de descoberta, as fecha, não possibilitando satisfatoriamente uma compreensão sobre a dinâmica social. Por esse motivo, tentamos tratar os conceitos utilizados na pesquisa a partir de um caráter investigativo que privilegiou as ações e os elementos trazidos pelos trabalhadores, seus sentimentos, sonhos, expectativas e projeções.

Propus como ponto de partida o período de 1970 porque essa temporalidade trouxe os elementos para pensar o processo de ocupação versus colonização<sup>18</sup>, tendo em vista que as fontes levantadas levaram a essa temporalidade. Porém, não descartamos, na análise, elementos anteriores a esse período que dão subsídio para pensar o que era o Estado e quais as disputas e conflitos estiveram presentes ou foram desconsideradas a partir do projeto de “integração”, como é o caso dos embates vividos pela população indígena, embora não tenha sido intenção aprofundar essa questão.

Ao iniciar a análise das memórias não sabia, ao certo, onde levaria, a intenção era saber quem são e em quais condições trabalhadores haviam se deslocado para a localidade ou lugares próximos na década de 1970. A análise descortinou um processo complexo. Decidi, por uma estratégia de escrita que desse conta da amplitude da problemática, já que a proposta tornou-se ambiciosa à medida que o levantamento de fontes ia sendo realizado. De início, não sabia que as questões evidenciadas levariam a um processo de mudanças e de transformação das relações sociais capitalistas.

Além de não partir das estruturas, outra preocupação consistiu em não circunscrever a pesquisa numa cronologia, sem, no entanto, sair da discussão sobre os trabalhadores e o

---

<sup>18</sup> Compreendemos que o processo de ocupação é portador de outra dinâmica que foge da pretensão dos projetos oficiais elaborados pelo INCRA.

trabalho. Por isso, propus dimensionar a pesquisa por meio de uma temporalidade que trouxesse evidências das mudanças e transformações. Esta estratégia de escrita foi necessária de modo que ligasse as diversas dimensões da pesquisa a partir de um fio condutor que lhes desse sentido, sem deixar de dar visibilidade ao contexto e ao processo histórico que me propus discutir. O fio condutor, portanto, definiu-se em investigar o processo de mudanças e transformação no processo histórico a partir dos trabalhadores e os sentidos conferidos por eles a seus modos de viver, trabalhar e de lutar nas relações entre campo e cidade.

No processo de limites e pressões sofridos pelos trabalhadores, compreendo que também exerceram pressões. Isso ficou claro quando, ao mapear o fazer-se dos trabalhadores, identificamos a constituição deles em movimento social<sup>19</sup>. Visto que as memórias dos trabalhadores são construídas tendo como referência o que vivenciam no tempo presente, suas narrativas também permitiram compreender a avaliação sobre suas lutas. Tais aspectos ajudaram encontrar o espaço da disputa entre capital e trabalho num momento histórico, marcado pelo regime civil militar e pelo regime democrático.

A investigação permitiu assinalar para a difícil compreensão do papel do Estado. No presente, quando olhamos a bancada do boi, da bala e da bíblia, constata-se que a incorporação da relação capital trabalho pelo Estado é finita, chegou a um limite. Embora, em toda a pesquisa, demonstramos a presença de forças e limites na localidade e região, o cenário atual deixa evidente que há momentos em que as disputas se perdem devido ao avanço das forças conservadoras. A escrita desta tese insere-se nesse momento histórico.

O desafio em tratar uma temporalidade ampla permitiu identificar como o processo histórico vai se refazendo, sendo rearticulado. Se optássemos por uma temporalidade menor, iríamos circunscrever determinada luta no interior do recorte proposto. A ampliação da temporalidade possibilitou acompanhar diferentes etapas, suas mudanças e transformações. Como pontua Thompson: “Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições” (THOMPSON, 2004, p.11-12).

---

<sup>19</sup> Entre os referenciais que dialogamos no decorrer da tese para compreender a constituição dos trabalhadores em movimento social estão: SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; HOSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre História operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; SCOTT, J. C. Formas cotidianas da Resistência Camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002; GOHN, M. G. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **Ser social**, v. 15, n. 33, jul./dez. 2013; PAOLI, M. C. As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a questão do Gênero. In: Encontro Anual da Ancops, 24., Caxambu, MG, 22-26 de outubro de 1990. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1990, p. 109-120.

Mapear as mudanças no processo histórico revelou, além da constituição de identidades coletivas, seu enfraquecimento. Partimos da compreensão de que o processo histórico nunca esteve e estará pronto. Foi e sempre será construído a partir da dinâmica histórica, composta por embates, lutas e resistências que pressionam tais mudanças.

A escrita desta tese possibilitou a reflexão de uma série de questões imbricadas na relação presente passado. Mas, talvez, a mais importante delas tenha sido situar e avaliar a historicidade das lutas para além da localidade estudada. Apresento nela um processo histórico conflituoso que perpassa o contexto da ditadura militar ao golpe contemporâneo. Indico os aspectos políticos repressivos da ditadura nas décadas de 1970 e 1980, a redemocratização, como a retirada em cena da democracia no tempo presente. As mudanças da dinâmica econômica que se estenderam da expansão das relações capitalistas às suas rearticulações. E como, nesse processo, os trabalhadores expuseram, a partir de seus valores, a relação que tiveram em todo esse processo.

No que diz respeito ao papel do INCRA e do Estado, vimos diversas incongruências, menos aquilo que o próprio capital ou o Estado concebe como legítimo, que é a compra da terra. As promessas aos trabalhadores transformaram-se, para muitos, em frustração.

Esta tese tem um contexto macro<sup>20</sup>, porém, não partimos dele. Entendo que esse ponto de partida levaria a repetir grande parte das análises que se propuseram discutir sobre o tema. Parte-se da estrutura e, ao fim, demonstra o que as políticas e projetos ditatoriais causaram para os trabalhadores, desconsiderando-os como protagonistas da história.

Os caminhos adotados nesta pesquisa exigiram que me situasse na historiografia. As leituras realizadas junto à coleta e análise de fontes despertaram inquietações, provocadas pelos debates durante o curso das disciplinas do doutorado, na linha de Trabalho e

---

<sup>20</sup> Grande parte da produção acadêmica sobre a região Norte, produzida no período estudado, possuem linhas de argumentação pautadas em análises das políticas adotadas pelo governo militar que desencadearam projetos de colonização a partir da década de 1970. Tais produções acabaram incorporando e fortalecendo marcos de memória social ligados aos processos de construção da BR 364 ou de órgãos criados no período como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), e INCRA. O processo migratório também é vinculado às propagandas do governo militar e aos projetos que se constituíram para a região, como a ideia de “Brasil Grande” no qual procurava explicar a região Norte a partir da noção de economia para o progresso da nação. Tal produção, portanto, destaca além dos órgãos já citados, o papel interligado do Banco da Amazônia – BASA e outras instituições orientadas por uma concepção geral do papel da região em relação à totalidade do país, numa concepção que se expressa no Plano de Integração Nacional – PIN. Para maiores informações ver: ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005; DREIFUSS, R. A. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008; IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Assim, o objetivo não foi o de desconsiderar tal produção, mas definir como ponto de partida para a análise elementos que fossem expressivos sobre os trabalhadores e os mundos do trabalho.

Movimentos Sociais. Uma delas esteve voltada ao uso da teoria e da metodologia, não como algo pronto e acabado, mas testadas na prática de pesquisa. Refleti a partir de Fenelon que:

[...] em nossa prática da História Social, não se trata de buscar modelos elaborados e explicativos porque concordamos em que “não há, nem pode haver nunca um sistema finito”, ou seja, nenhuma teoria pode ser pensada como capaz de dispensar a investigação empírica sobre a realidade, ou correremos o risco de construir castelos na areia. Neste sentido, as formas de exame e leitura dos dados são tão importantes quanto a construção da teoria e sempre ampliam as possibilidades criativas desta construção. Não se trata pois de introduzir de fora uma reflexão que nada tem a ver com a realidade. E nem concordamos em que a teoria seja algo pronto e acabado esperando por nós para adotá-la na forma de hipóteses, modelos, etc. (FENELON, 2009, p. 44).

Além da teoria usada como modelo, recusei certo uso da oralidade a título de informação ou que analisada por ela mesma confere a pesquisa uma visão superficial sem relação com questões mais amplas postas no processo histórico. As preocupações com o contexto e com o processo histórico estiverem sempre presentes. No diálogo com autores da Nova Esquerda Inglesa, dentre eles, Thompson, Raymond Williams e Hobsbawn, fui testando as contribuições em torno do trato dos conceitos históricos, da força das evidências, da história como um campo relacional, marcado por complexidades e contradições presentes no social, traduzidas pelos limites e pressões sofridos e exercidos pelos trabalhadores.

Com Eagleton e Fontana, autores que, sob influência de Williams e Thompson, respectivamente, situamos sobre o campo de fragmentação na explicação histórica e, conseqüentemente, na vida social, e a necessidade de desnaturalização das relações capitalistas como forma de compreender as mudanças e transformações, atentando-se para os custos sociais gerados sob o discurso do desenvolvimento e progresso.

De modo específico, com Eagleton (2011), testei o conceito de cultura, conceito que, quando folclorizado, ou tratado de modo fragmentado, impossibilita entendê-lo como modo de vida, de trabalho e de luta. Ainda com Eagleton, reclamo a noção de sujeito histórico como protagonista da história sob o risco de perder de vista como as relações são construídas. A fragmentação constatada no campo teórico e historiográfico é, para o autor, vivida também nas relações sociais, identificada na falta de qualquer forma ou perspectiva de engajamento. Em alguns círculos, o trabalho do historiador não é visto também como uma forma de luta, contrariando o que aponta Galeano ao dizer que “a primeira condição para se mudar a realidade é conhecê-la” (GALEANO, 2012, p. 245). Como intervenho se não conheço a realidade de que se fala? Como reconhecer a natureza da luta de modo a aceitá-la, intervir ou recusá-la?

Para Hobsbawn, a reação política e ideológica iniciada a partir da década de 1970 no campo teórico-historiográfico teve como principal efeito “destruir a crença de que o sucesso de uma maneira particular de organizar sociedades humanas pode ser previsto e assistido pela análise histórica” (HOBSBAWN, 2016, s/p.). Um olhar fragmentado negaria que uma história que desnaturaliza as relações sociais pode potencializar o entendimento e os rumos da história. Como assinala Eagleton:

O que se vê é um mundo perpetuamente maleável, mas sem a vontade intransigente. Se for para o mundo poder fluir livremente, assim como flui a subjetividade, o denso sujeito humano tem que desaparecer. E essa é a cultura do pós-modernismo. Com o pós-modernismo, a vontade volta-se sobre si mesma e coloniza o próprio sujeito tão intensamente volitivo. Dá nascimento a um ser humano volúvel e difuso, exatamente igual à sociedade que a cerca (EAGLETON, 2005a, p. 256).

Para o autor, o pós-modernismo está arraigado nas práticas sociais. Ele acaba por pautar o modo como as relações são estabelecidas. Uma vez que o caminho escolhido é o da fragmentação da análise, ele pautará também o modo como as relações são construídas.

Por outro lado, embora se visualize na historiografia a preocupação com questões sociais, também se identifica como essa, ao criticar o movimento da direita, deixa de perceber a recuo da esquerda. Criticamos os pós-modernos pela fragmentação de suas análises, mas, mesmo concentrando nossas pesquisas no mundo do trabalho e dos trabalhadores, corremos o risco de perder a dimensão do processo histórico. Adotamos o contexto e abandonamos o processo. Assim, as lutas, por mais que sejam identificadas no cotidiano, tornam-se localizadas e desconectadas de um processo mais amplo e complexo que nos ajude a testar ou retomar a tão reclamada noção de totalidade. Assim sendo, a possibilidade de incorporação das pressões construídas nas relações sociais capitalistas aumenta, perdendo-se de vista a historicidade do processo histórico, suas lutas, e o conjunto de limites e pressões que se rearticulam a cada tempo.

O contexto vivenciado tem exigido uma análise do processo histórico, uma avaliação de onde viemos e para onde estamos indo. Isso perpassa a organização da luta e as disputas que não estão deslocadas do espaço interno e externo da academia tendo em vista que a própria universidade insere-se no processo de disputa de poder, de divisão e de luta de classes.

Daí a importância do trabalho do historiador no sentido de pautar e de orientar a dimensão e a natureza das lutas que estão postas, localmente, sem, no entanto, perder de vista a amplitude das questões que são postas para o debate. Situar como e para que se escreve a história perpassa aquilo que nos adverte Fontana:

Devemos elaborar uma visão da história que nos ajude a entender que cada momento do passado, assim como cada momento do presente, não contém apenas a semente de um futuro predeterminado e inevitável, mas a de toda uma diversidade de futuros possíveis, um dos quais pode acabar tornando-se dominante, por razões complexas, sem que isto signifique que é o melhor, nem, por outro lado, que os outros estejam totalmente descartados. Christopher Hill disse: “Uma vez que o acontecimento ocorreu, parece inevitável; as alternativas se esvaem. A história é escrita pelos vencedores, principalmente a história das revoluções. Vale a pena, no entanto, que adentremos imaginariamente no passado, no tempo em que as diversas opções pareciam abertas” (FONTANA, 2004, p. 478- 479).

Compreender a história em suas contradições e complexidades requer considerar o campo de possibilidades presente no social. A dimensão da mudança e da transformação é intrínseca ao próprio movimento histórico.

Com o objetivo de compreender tais mudanças é que as memórias foram aqui analisadas. Como um caminho que permitisse descobrir significados. Enquanto agentes do processo, os trabalhadores permitiram problematizar a configuração do espaço social, as experiências, as expectativas que trouxeram e como, nas suas ações, vivenciaram limites e pressões (WILLIAMS, 2011) no âmbito das transformações que experimentaram. Ao mapear as ações e os significados atribuídos pelos trabalhadores, o objetivo foi identificar como foram se constituindo no lugar e as redefinições precisaram ser buscadas, apontando como, no movimento empreendido por eles, surgiram disputas e quais alternativas buscaram frente às contradições que estavam colocadas.

Também foi objetivo perceber os componentes que assinalam para a cultura<sup>21</sup> de classe dos trabalhadores. Portanto, cultura é aqui compreendida enquanto modo de vida e de luta. Por isso, optamos pelas histórias biográficas como caminho para acessar tais elementos no sentido de compreender como narram culturalmente suas trajetórias. Partir das histórias biográficas se revelou na pesquisa como uma forma de saber quem eram os trabalhadores estudados e, ao mesmo tempo, mapear formas de identidade coletiva.

A categoria trabalhador é compreendida na pesquisa em sua acepção clássica de Marx (1988), como aquele que não dispõe a não ser da própria força de trabalho como meio de sobrevivência, por isso seu primeiro ato é produzir-se a si mesmo. Recusei, nesse sentido, a conceituação cunhada pela sociologia que atribui ao trabalhador a condição de trabalhador

---

<sup>21</sup> Buscamos na pesquisa não partir de uma conceituação fechada sobre cultura, mas compreendê-la a partir da proposição de Terry Eagleton. Para o autor, ao invés de definir cultura, torna-se mais fértil compreender práticas culturais. A partir delas é possível perceber como as práticas culturais se alteram à medida que ocorrem mudanças sociais. Ao decodificar o conceito de cultura o autor sugere que não é possível partir de uma definição prévia de cultura, mas de uma conceituação a partir das evidências proporcionadas pela pesquisa histórica (EAGLETON, 2005b).

assalariado, desconsiderando, assim, outras experiências de trabalho e percepções da realidade vivida.

As entrevistas realizadas foram compreendidas como uma linguagem produzida a partir das relações nas quais ela se constitui. Apropriamo-nos da discussão de Cruz (2006) que compreende a fonte enquanto uma linguagem, instituinte e constituinte do social e que possui uma historicidade e peculiaridades próprias. Nesta direção, a linguagem é considerada como uma atividade prática e constitutiva do social que carrega múltiplos aspectos, dimensões e deslocamentos de sentidos. Isso impõe sair dos limites do texto para a rede de relações nas quais a fonte se engendra. A partir desta concepção, a fonte apresenta determinados fios que lhe dão sentido na trama social. Também procurei traduzir, em reflexão, o percurso de elaboração que o sujeito traz na produção da narrativa. Evitei compreender a narrativa produzida como portadora de uma memória coletiva<sup>22</sup> sob o risco de perder aspectos importantes que distinguem os significados que o processo histórico analisado teve para os distintos sujeitos entrevistados, a partir das disputas enfrentadas e das percepções que tiveram dessas disputas. O intuito foi evitar concepções que aplainam a realidade social e, ao invés de trazer possibilidades que estão postas, as homogeneízem como ocorre com concepções que se pautam na noção de identidade<sup>23</sup>.

Ao evidenciar as disputas do passado, busquei compreender os conflitos que estavam colocados enquanto possibilidades. Ao trazer para o texto as narrativas dos trabalhadores,

---

<sup>22</sup> Apropriamo-nos da concepção de Portelli acerca da discussão sobre memória: “Mas não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve ‘eu me lembro’ [...] Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada [...] Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles” (PORTELLI, 2006, p. 110).

<sup>23</sup> Concordamos com Yara Khoury sobre os questionamentos que ela levanta acerca da discussão sobre identidade: “É possível trabalhar experiências variadas e diversificadas, reunidas por uma escolha comum sob a perspectiva de identidade? Como entender e trabalhar essa noção de identidade? Quais as implicações nos resultados da pesquisa e na restituição desse trabalho aos sujeitos interessados? [...] a noção de identidade supõe algo dado e nos estimula a pensar e a trabalhar esses produtores como um coletivo, ou seja, a fazer abstrações que aplainam a realidade. Com isso não estaríamos conflituando com o tratamento dessa realidade como um processo em constante movimento, construído pelos próprios sujeitos, mediados pelos modos como vivem e interpretam essa realidade, acomodando-se ou formulando propostas e projetos em relação a ela, que se expressam como possibilidades alternativas num determinado campo de forças? Ao perdermos de vista a experiência cotidiana, não estaríamos ignorando certas diferenças que podem ser significativas nas experiências vividas pelos sujeitos, ou passando ao lado de modos como eles, permanentemente, constroem e refazem identificações? No dizer de Déa Fenelon, se estamos falando de examinar a experiência social de trabalhadores em todos os seus ângulos de existência de vida [...] isto significa examinar todo seu modo de vida no campo das transformações e mudanças que, cotidianamente, experimentam[...]; não apenas as condições e padrões de existência material [...], mas também no campo dos sentimentos e dos valores, para perceber a intensidade com que muitas dessas noções e valores são apropriados no dia-a-dia da dominação, a resistência oferecida nesse processo e a necessidade de reconstruir e reinventar a cultura a partir de sentimentos de perda de padrões antes estabelecidos” (KHOURY, 2001, p. 88).

contendo suas trajetórias, a intenção foi compreendê-las não como meras trajetórias individuais, mas entendê-las enquanto processo histórico que possibilita leituras sobre o processo investigado<sup>24</sup>.

Há que ressaltar que os projetos criados na década de 1970 foram compreendidos como parte do processo histórico de transformação das relações capitalistas e da dinâmica do que ocorria de modo mais amplo no contexto nacional marcado por questões estruturais, principalmente aqueles relativos a problemas agrários. Por processo histórico compreendemos, a partir de Thompson, que “o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras” (THOMPSON, 1981, p. 48).

Na documentação<sup>25</sup> levantada, as evidências apontaram que a maior parte dos deslocamentos para Rondônia nas décadas de 1970 e 1980, são provenientes da região Sul do país, principalmente do Estado do Paraná. Os entrevistados, do mesmo modo, em sua maior parte, são do Paraná ou se deslocaram de outros estados para lá em algum momento de suas vidas em busca de trabalho e melhores condições. Com isso, não queremos afirmar que os deslocamentos tenham ocorrido apenas daquela região, tampouco só do Paraná. No entanto, esses dados, junto à produção historiográfica que trata sobre o processo de mecanização no campo naquele Estado, mais especificamente em relação ao Oeste do Paraná, ao apontar a reviravolta demográfica ocorrida nesse período, evidencia fortes elementos para pensar a relação entre as mudanças e transformações ocorridas no período com os deslocamentos para Rondônia:

[...] o campo, que representou 80% da população do Oeste em 1970, despencou para menos de 30%. Essa reviravolta demográfica evidenciou uma troca de sinais entre os números referentes a presença humana no campo e nas cidades. Mas isso não significou uma transposição direta para as cidades de quem morava e trabalhava no campo. O que se pode afirmar é uma perda líquida de habitantes do campo. Em pouco tempo saiu mais gente do que chegou. Nesse período, o que aconteceu com os trabalhadores representados nesses números? Entre 1970 e 1980 o trabalho assalariado no campo e sua sazonalidade aumentaram. O trabalho familiar diminuiu em 55 mil pessoas relativamente ao seu número global. Ao mesmo tempo, o número de assalariados permanentes nas áreas rurais cresceu em 7,7 mil trabalhadores, e o número de temporários cresceu em 24,5 mil. De modo geral, a perda da população rural foi de 127 mil pessoas [...] é possível identificar, tipificar e caracterizar as razões que fizeram muitos trabalhadores saírem do campo. Talvez o grupo mais visível tenha sido, durante o período da ditadura, o de trabalhadores ocupados na lavoura. Foi esse mesmo grupo que, ao longo dos anos 60, soube da reocupação

---

<sup>24</sup> Compreendemos, a partir de Alessandro Portelli, que as narrativas precisam ser interpretadas como possibilidades sobre o que estava colocado sobre determinada localidade, buscando, assim, pelas contradições acerca do processo histórico.

<sup>25</sup> Compreende fontes diversas produzidas pela CPT e CEPAMI de Ji Paraná/RO.

recente do Oeste e migrou para lá à procura de trabalho. Foram dispensados à medida que as propriedades tornaram-se equipadas de máquinas agrícolas e cancelavam atividades manuais. Grande parte desses trabalhadores, como indicam as estatísticas, ganhou as estradas em busca de trabalho noutras áreas rurais ou de alguma ocupação nas cidades (BOSI, 2016a, p. 226-227).

De acordo com Moreira (2012)<sup>26</sup>, o processo de mecanização transformou vários trabalhadores em arrendatários, meeiros e trabalhadores volantes. Nos anos 1970 e 1980, a política adotada pela ditadura civil-militar, a nível nacional, previa financiamentos para o setor agrícola. No Paraná, a alteração da base técnica a partir das mudanças nas relações sociais de produção no campo levou muitos trabalhadores a perderem suas propriedades e a procurarem por ocupações em cidades próximas e em outros estados. Nesse processo, Rondônia configurava-se uma alternativa para aqueles, que, por exemplo, na década de 1960 já haviam passado pelo processo de reocupação no Paraná e precisaram novamente se deslocar, à medida que as propriedades foram equipadas com maquinários agrícolas tornando desnecessária sua força de trabalho, ou ainda, frente à falta de condições de manterem-se no campo, precisaram vender suas propriedades e buscarem por outros lugares. Configurava também uma opção aos trabalhadores que, na década de 1980, foram desalojados devido à construção da Hidrelétrica de Itaipu<sup>27</sup>.

Vale ressaltar que, se para a região Oeste do Paraná o processo de reocupação se deu majoritariamente com trabalhadores da região Sul do país, (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em outras regiões, o Estado recebeu trabalhadores de diversos locais que se deslocaram para o trabalho nas lavouras de café, hortelã e outros.

Considerando, porém, que as décadas de 1970 e 1980 se caracterizaram como décadas de crise e de ajuste do capitalismo e de dificuldades para a classe trabalhadora no país, diversos outros fatores, para além da mecanização, conduziram os deslocamentos para Rondônia. Como apontou Peres, em sua tese, ao discutir sobre os trabalhadores que se deslocaram entre os anos de 1970 e 1980, do Paraná para Araguari, em Minas Gerais, em busca de trabalho, sobretudo nas lavouras de tomate e maracujá:

Este era um momento no qual o campo estava sendo modificado a partir da criação de projetos e programas dos governos militares para o “desenvolvimento” do cerrado mineiro. Esse “desenvolvimento” estava direcionado não aos trabalhadores, mas servia aos interesses dos grandes proprietários rurais que compartilhavam dos

<sup>26</sup> Sobre modernização conservadora Cf.

<sup>27</sup> Em pesquisa realizada no Jornal Ilha Grande, de Guaíra/PR (13 de abril de 1980, p. 7), na ocasião da elaboração de minha dissertação de mestrado defendida em 2012, uma fonte indicava que a Itaipu Binacional realizaria a intermediação de terras aos desalojados pela construção da Hidrelétrica em estados como Rondônia e Acre.

projetos da ditadura militar de diversificar e expandir a fronteira agrícola que, ao abrir novas frentes de colonização buscava reordenar as relações capitalistas tanto nos campos quanto das cidades (PERES, 2014, p. 51).

Verifica-se, assim, o movimento de diversos grupos que buscavam tentar a vida em outros lugares. Por isso, a movimentação não dizia respeito apenas a Rondônia e as questões a serem discutidas acerca desse estado consistem em um período da sociedade brasileira cujo tema, dentre outros, está relacionado ao problema agrário. Desse modo, pensar o Estado de Rondônia a partir de 1970 é considerar a suposta projeção da ditadura em resolver os problemas relativos ao campo, ao mesmo tempo que promovia a expansão das fronteiras.

Esta atração, porém, não pode ser vista como sinônimo de obtenção de melhores condições de vida e de trabalho aos trabalhadores. Antes disso, deve ser pensada como uma construção de valores (THOMPSON, 2009) presentes no período que divulgava o estado como possibilidade de obtenção de terras, como um local a oferecer trabalho. Do mesmo modo, os elementos que levaram à migração precisam ser olhados a partir da incorporação ou não desses valores e dos significados que migrar adquiria para os sujeitos no período, face as relações e condições a que estavam inseridos. Tais valores são compreendidos enquanto elementos culturais disponíveis em determinado período e incorporados ou não pelos trabalhadores.

Por meio das narrativas, pude perceber o fazer-se<sup>28</sup> dos trabalhadores e como, ao mesmo tempo, constituíram a localidade. Nesse processo, o objetivo voltou-se aos fatores que causaram as transformações e aos problemas evidenciados nas memórias que foram produzidas. Identificamos diversos problemas que evidenciaram as pressões vivenciadas, as reações e as alternativas criadas. No Estado de Rondônia, assim como em outros estados da região Norte, as transformações das relações capitalistas tiveram início com projetos voltados para o campo. Foram criados diversos projetos<sup>29</sup> sob a reponsabilidade do INCRA. Tratou-se de projetos de país que acabou por promover a homogeneização das relações sociais, colocando, junto aos projetos, trabalhadores de diferentes status econômico e desconsiderando as peculiaridades regionais nas quais os projetos eram implantados. Nesses projetos, a autarquia pretendeu-se nacional em torno das migrações. Na historiografia, a análise do processo migratório, de modo geral, tomou como parâmetro os projetos estabelecidos

---

<sup>28</sup> Termo utilizado por Thompson para referir-se à constituição dos trabalhadores enquanto classe: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, p. 10).

<sup>29</sup> Dentre os projetos estão PIC Ouro Preto, PIC Sidney Girão, PIC Gy Paraná e outros.

perdendo de vista a dinâmica do que ocorria no social. Assim, mais do que fazer a crítica à pretensão estabelecida pela autarquia presente em seus diversos projetos, é preciso demonstrar, nos acontecimentos históricos, como esses projetos eram firmados e apropriados com os sujeitos que deles participaram.

Murilo Souza (2011) argumenta que a criação dos projetos tinha por objetivo regularizar a questão fundiária que estava sob domínio de colonizadoras<sup>30</sup> particulares, para favorecer grandes empresas sediadas no Centro Sul. Para o autor, os projetos tinham como objetivo resguardar a posse da terra sob o domínio do Estado e, ao mesmo tempo, disponibilizá-la para a ação das empresas capitalistas que almejavam investir no Estado.

Segundo Souza, durante a primeira metade do século XX, diversos seringais<sup>31</sup> teriam títulos definitivos ou provisórios obtidos a partir de compra ou de concessão. No caso da área do Seringal Assenci & Cia, localizada no Vale do rio Machado, 1.084.627 hectares, o mesmo teria sido declarado, em 1964, no IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), porém, não reconhecido posteriormente pelo INCRA como sendo de posse da Colonizadora Calama S.A., que se apresentou como sucessora da Assenci & Cia. Entretanto, o autor ressalta que outros seringais ainda teriam se constituído a partir do apossamento de terras devolutas e que, a partir da década de 1960, muitas empresas teriam reivindicado extensões de terra bastante superiores àquelas para as quais detinham títulos legais.

Com a crise da borracha, após a Segunda Guerra Mundial, seringalistas teriam arrendado as terras a seringueiros<sup>32</sup>. Esses, por sua vez, além da extração da borracha, passaram a viver como posseiros e outros teriam sido assentados em lotes, posteriormente, já na década de 1980. Nessa direção, as terras de Rondônia passariam, a partir daí, a sofrerem certa especulação imobiliária, haja vista que, até então, o que tinha valor eram as seringueiras e não a terra em si. A descoberta da cassiterita na década de 1950 e, posteriormente, a abertura da BR 364 teriam sido fatores que também contribuíram para a valorização daquelas terras, bem como para o início da intensificação de ações de grilagem. Muitos títulos definitivos ou provisórios adquiridos anteriormente teriam sido vendidos ou assumidos por empresas, dentre elas a Colonizadora Calama S.A. que teria levado as primeiras pessoas provenientes do Paraná, em 1967. Esses trabalhadores, sem qualquer apoio, ficaram impossibilitados de ocuparem seus lotes e sem recursos para retornarem às suas origens.

---

<sup>30</sup> Colonizadoras Itaporanga e Calama S.A.

<sup>31</sup> Dentre os Seringais, Souza (2011) cita: V. Arruda & Cia. Vale do rio Guaporé 43.200; GAINSA Vale do rio Guaporé 275.000;;Santos & Cia. Vale do rio Guaporé 600.000; Ramon Chaves Vale do rio Guaporé 724.000; Assenci & Cia. Vale do rio Machado 1.084.627.

<sup>32</sup> Tais seringueiros vindos do Nordeste foram denominados como soldados da borracha.

Outra empresa, a Colonizadora Itaporanga, apropriou-se de uma extensa área na região de Pimenta Bueno, onde também pretendia assentar famílias de colonos provenientes do centro-sul. Esta colonizadora, além de ter se apropriado de terras devolutas ilegalmente, teria realizado o assentamento de trabalhadores em áreas já destinadas à reserva indígena. Esta informação está presente no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que analisou a questão agrária no estado de Rondônia:

Os primeiros migrantes viram-se atraídos pelos planos e promessas dessas colonizadoras não oficiais. Exemplo dessa situação foi o da empresa colonizadora Itaporanga que apropriou-se de 1.300.000 ha de terras indígenas e se propôs a revendê-las em lotes de 50 ha, o que redundou na diminuição do Parque Aripuanã e, posteriormente, na fundação de um vilarejo, hoje a cidade de Espigão do Oeste (BRASIL, 2002, p. 409 In: SOUZA, 2011).

A referida localidade, atual cidade de Espigão do Oeste, fica a aproximadamente 120 km de distância da então cidade de Rolim de Moura (até 1979, Setor Rolim de Moura). Não fica descartada a hipótese de a Colonizadora Itaporanga ter atuado também nesta localidade. Segundo Souza, as duas colonizadoras teriam a posse de quase 10% das terras do Estado, cuja área total seria de, aproximadamente, 24 milhões de hectares. E que, além delas, é possível que existissem, na década de 1960, outras empresas<sup>33</sup> que se apropriavam de terras de forma ilícita. As ações de grilagem geraram pressão sobre a população indígena, posseiros e seringueiros, indicando o que seria a colonização oficial. Segundo o autor:

Portanto, quando se iniciou, em 1970, a colonização dirigida no estado, o processo de apropriação privada das terras do território e os conflitos já haviam sido deflagrados. [...] As terras do território rondoniense já acumulavam várias camadas, onde estavam sepultados índios, seringueiros, quilombolas, garimpeiros, posseiros, entre vários outros, que já viviam nesse espaço ou avançaram em busca de um espaço para se viver. É certo, porém, que os militares conseguiram deixar o quadro ainda mais violento e excludente, como veremos seqüencialmente (SOUZA, M., 2011, p. 136).

O PIC Gy-Paraná, instalado em 1972, no qual estava inserido o Setor Rolim de Moura, foi estabelecido em uma região tradicionalmente produtora de borracha em Rondônia, sendo que sua área integrava grande quantidade de antigos seringueiros.

---

<sup>33</sup> Perdigão e Bassegio, além das colonizadoras Calama S.A. e Itaporanga, citam outras como a Guaporé Agroindustrial S/A, GAINSA, que possuíam 11.000 há com títulos definitivos, porém pleiteava regularização de 300.000 há. Outras ainda, como a Ramon Chaves, pleiteava 724.000 há, e a Santos Cia possuía 15 títulos definitivos (11.650 ha) e tentava regularizar 600 mil ha. De acordo com os autores, devido à existência de vasta área de madeira de lei levou várias empresas madeireiras se apropriarem indevidamente de extensas áreas. Segundo os mesmos autores em 1974 a soma de áreas de posses irregulares atingiu 6.000.000 há (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992).

De acordo com José Lopes de Oliveira, executor do INCRA, quando da implantação do Projeto PIC Gy Paraná, a autarquia teria enfrentado uma demanda particular com uma colonizadora particular, sendo que o Setor Rolim de Moura teria sido disputado por um condomínio particular denominado “Condomínio Bonanza”:

Não foi pacífica a implantação do PICGPN. Primeiramente o INCRA ficou impedido de expandir o Setor Gy Paraná, em decorrência de demanda judicial com uma Colonizadora Particular, que segundo RELATÓRIO de 1975 esta colonizadora teria loteado 1, 2 milhões de hectares de terras públicas, vendendo lotes de 2 mil hectares a incautos. Afirma que 80% das terras eram terras indígenas [...] Também o setor Rolim de Moura, conforme Machado (1975, pg. 07) era objeto de pleito privado quando os detentores tinham mera posse. A área era reclamada pelo “Condomínio Bonanza”, que se dizia proprietária de 300 mil hectares, mas, o INCRA, nada reconheceu, promoveu o loteamento e o assentamento de famílias, ampliando a área do PICGPN (OLIVERA, 2010, p. 55-56).

Não sabemos mensurar se realmente a autarquia destinou a área antes requisitada pelo Condomínio Bonanza ao assentamento de famílias. Tudo indica que essas disputas não foram facilmente resolvidas e é possível que muitos dos conflitos registrados pela CPT quando da chegada dos trabalhadores à localidade tenha relação com disputas com colonizadoras, com o próprio Condomínio, com antigos seringueiros, com indígenas ou ainda com madeireiros.

Com o golpe militar e as mudanças advindas no Estatuto da Terra, que previam que a posse da terra fosse garantida pelo Estado e por empresas, houve, segundo Souza, uma decisão que privilegiava empresas do Sul. Esta teria sido tomada a partir de um acordo entre o governo militar e investidores da Amazônia, em 1966, além de incentivos fiscais e a criação de outros instrumentos que corroborassem para esse processo, como a criação do Banco da Amazônia S.A. (BASA), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e outros. Assim:

A partir de 1970, quando o Estado inicia o processo de colonização agrícola em Rondônia, as empresas privadas já estavam incentivando a migração do centro-sul para Rondônia e os assentando em áreas legalmente irregulares. Terras indígenas vinham sendo ocupadas e, com títulos definitivos ou provisórios, empresários colonizadores se apropriavam de extensões de terra bem maiores do que o descrito nos documentos, como os casos das colonizadoras Calama S.A. e Itaporanga, mostrados anteriormente. Para que grandes empresas sediadas no centro-sul pudessem, de fato, se estabelecer no estado, era necessário resolver a questão fundiária. Isso foi feito a partir da criação de quatro grandes Projetos Fundiários que englobaram todas as terras do território rondoniense (SOUZA, M., 2011, p. 140)

Compreende-se que a própria política de migração consistiu em um exercício de pressões e fixação de limites. O processo que conduziu a tais políticas é revestido de

contradições. Com base nos registros produzidos pela CPT, não é possível concordar com Murilo Souza (2011) que afirma que os Projetos de Colonização teriam regularizado a questão fundiária. Ao contrário, houve uma intensificação das disputas envolvendo também trabalhadores que se deslocavam diariamente para Rondônia.

Nessa direção, os projetos de colonização surgiram num contexto de disputas e conflitos agrários que já vinham sendo gestados há algum tempo<sup>34</sup>. Ocorre que, à medida que os projetos foram sendo criados, houve um aumento no fluxo migratório e a intensificação das disputas. Isso devido ao fato de que grande parte dos seringalistas, segundo o próprio autor, poderiam ter suas áreas regularizadas caso comprovassem a posse e infraestrutura a partir de residência e efetiva exploração da agropecuária. Esses elementos permitiram a regularização de parcelas, cujo limite era de 3.000 ha, porém, com a utilização do nome de familiares, era possível garantir a posse de grandes latifúndios.

Entretanto, pelos registros feitos pela CPT, no caso de trabalhadores, mesmo com a construção de casas, estradas, pontes e da plantação, eram expulsos sob a alegação de que as terras já estariam ocupadas por outros. Qual teria sido então o critério adotado pela autarquia?

Não é difícil imaginar o que esperava os trabalhadores. As disputas registradas pela CPT entre trabalhadores e “fazendeiros”, indicam que o processo de regularização destas terras, que, em tese, deveria ser realizado pelo INCRA, consistiu num processo oneroso, haja vista que as áreas só poderiam ser destinadas aos projetos de colonização à medida que estivessem de posse da União, porém, ainda respeitando alguns critérios de destinação das propriedades estabelecidos pelo INCRA. Segundo Murilo Souza (2011), primeiramente o INCRA realizava a regularização fundiária, processo que beneficiou muitos seringalistas que atuavam no Estado na exploração de borracha. Posteriormente, estabelecia as áreas de concorrência pública. As terras resultantes de licitação, a partir da década de 1970, formam alguns dos principais latifúndios persistentes no Estado, sendo que 40% das terras em Rondônia teriam sido destinadas à regularização fundiária e à concorrência pública. E as áreas reservadas aos Projetos de colonização compuseram 4.128.636 hectares do Estado.

Isso demonstra a dinâmica sobre o que ocorria na localidade, de mudanças nas relações sociais capitalistas, materializada numa dimensão diferente daquela ocorrida em outros locais do país, como, por exemplo, no Sul. As relações capitalistas em Rondônia, na

---

<sup>34</sup> Segundo Souza, “Quando iniciado o processo de regularização das terras rondonienses, em 1970, estavam registrados 152 títulos pelo estado do Amazonas (880.287 ha) e 245 pelo estado do Mato Grosso (1.677.119 ha), além de 758 Licenças de Ocupação (646.746 ha) e 227 Cartas de Aforamento (187.580 ha), fornecidas pelo governo do Território Federal de Rondônia, após sua criação em 1943 (BRASIL, 2002)” (SOUZA, M., 2011, p. 141).

década de 1970, assinalam para dinâmicas que, em outros estados, encontravam-se em outros estágios de “desenvolvimento”, materializados no processo de expulsão do campo, de mecanização das relações de produção e de relações de trabalho.

Com as terras não ocupadas, arrecadadas durante o processo de regularização fundiária, foram estabelecidas, primeiramente, áreas de Concorrência Pública. As áreas constituídas nos processos de licitação pública foram destinadas a projetos de desenvolvimento econômico, ligados ao grande capital. As áreas de licitação variavam de 200 a 3.000 hectares, abrangendo uma área total de 1.500.000 hectares de terras destinadas aos processos licitatórios. São exemplos: Gleba Corumbiara (produção pecuária de corte), Gleba Burareiro (produção de cacau) e a Gleba Garças, Baixo Candeias e Igarapé Três Casas (produção pecuária de leite e corte), (LOPES, 1983; CUNHA, 1985). Sem muitas alterações, essas áreas foram acessadas por grandes grupos capitalistas. Os processos licitatórios realizados em Rondônia, a partir daí, ocorreram sob três diferentes formas, a saber: Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP's), Contratos de Concessão de Terras Públicas (CCDTP's) e Contratos de Promessa de Compra e Venda (CPCV's). Como escreveu Machado (2008), os dois primeiros foram instrumentos de domínio expedidos pelo INCRA direcionados para áreas alienadas através de licitação pública sem preferência de compra. Os CPCVs, por sua vez, foram expedidos para áreas licitadas com preferência para quem detinha a posse. Todos esses contratos de alienação de terra pública, por meio de processo licitatório, incluíam condições resolutiveas que, caso não cumpridas, determinavam o retorno da posse da terra para o patrimônio da União. A grande maioria das terras licitadas a partir dos três instrumentos foi utilizada para especulação fundiária. As empresas ou indivíduos que adquiriram tais áreas não cumpriram as resoluções estabelecidas para a garantia de propriedade [...] Assim, as terras resultantes de licitação ocorrida durante a década de 1970, formam alguns dos principais latifúndios persistentes no território rondoniense atualmente (SOUZA, 2011, p. 142-143).

Além dos conflitos e dos procedimentos adotados para a destinação das terras, Souza situa como, já em 1970, a Gleba Corumbiara, que mais tarde iria ser palco de diversos conflitos, já havia sido projetada como uma área destinada à produção de gado de corte. A partir dessas considerações, vemos que o objetivo, portanto, não era primordialmente a destinação das terras a assentamentos.

Caso indivíduos ou empresas descumprissem as regras estabelecidas para a garantia da propriedade e tais terras passassem para domínio da União, o INCRA, em tese, poderia destinar as áreas aos projetos de assentamento. Isso, porém, gerou diversas disputas. Os registros feitos pela CPT assinalam para as lutas dos trabalhadores para conseguirem uma propriedade junto à autarquia e as relações de conflito existentes com aqueles que se colocavam como os donos, justificando, para isso, tratar-se de terras devolutas.

Considerando os favorecimentos relativos aos acordos feitos pela ditadura para o estabelecimento de empresas do Sul, constatamos que os projetos de colonização tinham perfil determinado, embora não possa ser considerado como regra já que diversas outras empresas e indivíduos também tenham migrado.

As propagandas<sup>35</sup> reforçaram esses deslocamentos, porém, não constituíram o único nem o principal meio de atração de pessoas. Pelas entrevistas realizadas, os primeiros deslocamentos para Rondônia ocorreram não devido às notícias que foram veiculadas por jornais ou rádios, mas devido a notícias que chegavam de conhecidos e parentes que já haviam se mudado para alguma localidade do Estado. Os registros produzidos pela CPT também assinalam para relações de trabalho estabelecidas em outros estados, o que nos leva a considerar a dinâmica do que ocorria no processo histórico de modo mais amplo a fim de compreender o contexto em que os projetos de “colonização” foram sistematizados.

As relações de trabalho estabelecidas pelos trabalhadores em outros estados possuíam relação formas de recrutamento de mão de obra para a localidade. Nesse processo, identifica-se que um dos elementos que influenciou tal recrutamento deve-se à facilidade de moradia (no caso de madeireiras que ofereciam casas num sistema de colônias). Assim, a ideia de terra farta cumpriu a função de atrair pessoas para a localidade e, embora tenha contemplado diversos trabalhadores, por outro lado não foi suficiente para atender a grande demanda de pessoas que se deslocavam. Não desconsideramos, porém, os valores, sonhos e expectativas que moveram os trabalhadores em torno da construção de seus projetos de vida.

A busca por registros que ajudassem na compreensão sobre as condições vivenciadas a partir da sistematização dos projetos foi importante para entender as relações estabelecidas com os sujeitos do lugar, haja vista que, no período, a localidade estudada, como outras, caracterizava-se ainda como mata fechada, com forte presença da população nativa.

O acesso a documentos nas Sedes do INCRA<sup>36</sup> não foi possível e somente na Sede em Porto Velho pude pesquisar, porém, sem êxito em registros sobre o Setor Rolim de Moura. Ao recorrer ao INCRA Nacional, obtive relatórios e diagnósticos do Projeto PIC Gy Paraná no qual o Projeto Setor Rolim de Moura estava inserido. Nessa documentação, pude constatar que as regularizações fundiárias a que se refere Souza, não podem ser vistas como dadas. Elas

---

<sup>35</sup> Tais propagandas foram divulgadas por vários meios de comunicação como a Revista Veja, jornal O Globo e outros.

<sup>36</sup> Não foi possível ter acesso a documentos nas sedes do INCRA em RO. Apenas na sede de Porto Velho realizei uma pesquisa, porém não constava documentação relativa ao PIC Gy Paraná. A justificativa utilizada na sede do INCRA em Pimenta Bueno foi a de que não havia arquivos disponíveis para a pesquisa. No livro de José Lopes de Oliveira, executor da “regularização fundiária de Rolim de Moura”, há a informação de que o acervo fundiário está presente em Pimenta Bueno. Porém, em todas as sedes do INCRA recomenda-se como fonte de pesquisa o livro escrito pelo executor. Porém, independente desta questão, a existência do livro foi compreendida pelo seu caráter político. Ao tentar estabelecer a autarquia como a responsável pela criação do Estado o autor reforça a posição da classe dominante, o que se configura como um elemento para restituir no campo de análise a luta de classes.

também não estavam relacionadas apenas às colonizadoras. Além delas, havia casos de aforamentos<sup>37</sup>, como evidencia o diagnóstico do INCRA de 1979:

A área atualmente ocupada pelo PIC Gy-Paraná é parte integrante da Gleba Corumbiara, matriculada em nome da União sob o número 1.062, Livro 20, folhas 173/173 v e 247, tendo sido averbado em nome do INCRA os setores Gy-Paraná, Abaitará, Rolim de Moura, Tatu e Prosperidade constitutivos do Projeto. Totaliza cerca de 479.737 ha, tendo sido excluídos 6.400 há referentes aos Núcleos Urbanos, Primavera, Abaitará, Rolim de Moura e Bambu, com 1600 há cada. Na área do PIC, existem 21 aforamentos que foram loteados e cujos detentores estão reclamando uma solução da Autarquia. Nos setores Tatu e Prosperidade, recentemente incorporados ao PIC, existem situações jurídico-fundiárias que deverão ser levadas à licitação com preferência dada a anciandade das ocupações. Dessa forma, a área total do Projeto deverá sofrer redação, podendo, inclusive, modificar a meta final estipulada nos objetivos da presente atividade quanto à titulação. Uma outra situação fundiária pendente é a do Sr. Arnaldo Pedro Cassol, licitante vencedor do lote 13 da Gleba Corumbiara, que se encontra totalmente ocupado, e detentor de uma posse de cerca de 100 há com pastagens e outras benfeitorias, pretendendo uma regularização de 2.000 ha dentro do setor Rolim de Moura. Para solucionar a questão, a CETR está propondo (que) seja cancelado o Contrato de alienação de Terras Públicas referentes ao lote 13 e permutado com a área pretendida de 2.000 há, onde estão implantadas suas benfeitorias. O acordo incluirá a demarcação das 20 ocupações existentes no lote 13, sob a jurisdição do PF Corumbiara, de vez que a nova área permutada está totalmente demarcada. Esta área já foi excluída do perímetro do projeto<sup>38</sup>.

Na fonte, é informado que a preferência às regularizações seria dada às ocupações com maior tempo de existência. Ela se refere à área em que o Projeto Pic Gy Paraná, o qual pertencia ao Setor Rolim de Moura, estava situado e sua expansão dependia, à época, de como se resolveria os casos de aforamento e de licitação. Esta era uma outra situação que envolvia vários licitantes, dentre eles o licitante Pedro Cassol. Para resolver a situação de conflito que estava colocada com este licitante, a autarquia cogitava permutar a área licitada, que na época estava ocupada, por uma área que o licitante em questão pretendia regularização, localizada no Setor Rolim de Moura. Assim, tal área foi retirada do projeto cujos lotes não puderam mais ser distribuídos. Nos registros, não há referência se nesta área já havia ocupantes, mas se havia, certamente a permuta não evitaria o início de disputas e conflitos no Setor Rolim de Moura, transferindo, desse modo, os conflitos de lugar.

O exemplo acima, envolvendo casos de aforamento e de licitação, foram registros encontrados em diagnósticos elaborados pelo INCRA, no entanto, não significa que eram os únicos casos, porém, explicitam possibilidades do que estava posto no período em relação à

---

<sup>37</sup> De acordo com dicionário informal online, aforamento consiste em um ato de transferir do âmbito útil e perpétuo uma propriedade (a outra pessoa), por meio do pagamento de um foro anual, concreto e sem variações.

<sup>38</sup> Projeto PIC Gy Paraná- Programa Operacional, 1979, pág. 7. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

questão agrária. Além das relações de aforamento e de licitação, outros registros dizem respeito ao avanço em terras indígenas.

Outros registros sobre a autarquia pode ser acessado em um livro escrito por um de seus executores. Nesse material, constatei a construção de uma memória relativa ao papel desempenhado pela autarquia, diante das adversidades, de maneira a positivar suas ações. As condições relatadas nos materiais permitiram problematizar aquele espaço, compreendendo-o como um espaço de disputas. A autarquia buscou construir uma memória acerca dos projetos<sup>39</sup> relativa à ideia de que se estabeleceria a partir da colonização uma dinâmica racional à distribuição de terras, questão que aparece de modo recorrente também na imprensa, em especial no jornal O Globo, em referência à autarquia:

[...] em consonância com a orientação estabelecida no Estatuto da Terra e regulamentada pelo Dec. 59.428, de 27-10-66, cujos dispositivos estão perfeitamente integrados nos modernos conceitos de programação social, pelos quais o paternalismo não se concilia com as idéias superiores de racionalização do trabalho agrícola, o INCRA procurou implantar uma nova sistemática de trabalho, preocupado, que estava em lançar uma base de colonização compatível com a realidade brasileira<sup>40</sup>.

Os projetos se fundamentavam na crítica ao paternalismo e na ideia da racionalização. A racionalização pode ser compreendida como uma tentativa de imprimir a ideia de ordenamento, apresentado pela autarquia e pela imprensa<sup>41</sup> de circulação nacional como a resolução de problemas agrários brasileiros, sob a justificativa de que todos seriam beneficiados pela política adotada. Ao mapear a proposta nos programas da autarquia, nos deparamos com algumas questões que evidenciam como o projeto foi pensado. Um primeiro elemento a ser destacado nos materiais é que a ampliação do programa não estava dada, ou seja, ele aparece dependente da definição da área do projeto, diante da possibilidade que havia de outras áreas serem incorporadas. O avanço para outras áreas estava atrelado à incorporação de áreas indígenas. Em 1976, os principais problemas institucionais citados no programa eram: “Ausência da Secretaria de Saúde e Funrural e Definição da área de litígio que conflita com a FUNAI”<sup>42</sup>. A previsão de atendimento por meio do Funrural apenas àqueles que moravam ou possuíam lote, consistiu em uma das críticas realizadas pela CPT no período e

<sup>39</sup>O primeiro projeto sistematizado pelo INCRA na década de 1970 foi o Projeto Ouro Preto. Em seguida vieram os projetos Sidney Girão, Gy Paraná e vários outros.

<sup>40</sup> Relatório Anual INCRA, 1973, pág. 31-32. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

<sup>41</sup> Principalmente pelo Jornal O Globo.

<sup>42</sup>Projeto Gy Paraná, Programa operacional, 1976, p. 5. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

um dos principais problemas enfrentados diante do quadro precário de saúde pública na localidade.

Nesse material, se registrou sobre a negociação com a FUNAI, que previa investidas em áreas indígenas como forma de expandir o projeto. Pelos registros, o problema relativo às áreas indígenas se arrastou de 1973, quando já havia a informação sobre a possibilidade de incorporação de novas áreas, e prosseguiu após 1978, quando há o registro de que o problema ainda não havia sido solucionado:

O Projeto encontra-se dentro da Gleba Corumbiara, que está transcrita em nome do INCRA sob o nº 2.884 no Cartório de Registros de imóveis de Porto Velho [...] O setor Gy Paraná confronta com a reserva indígena Sete de Setembro; dependendo de entendimento com a FUNAI, deverá ser incorporado a área de 124.000 há da reserva indígena ao Projeto, porém só foram definidos 16.200 há. Foi incorporado os setores Tatu e Prosperidade da área de ação do PF/Corumbiara, para o PIC.

4. Plano Prospectivo. [...] Dependendo da liberação da área interditada pela FUNAI, deverá ser incorporada ao PIC, uma área de 80.000 há, que resultará em aproximadamente 600 parcelas, que deverão ser demarcadas até 1980<sup>43</sup>.

Nesse sentido, os deslocamentos dos trabalhadores, que se dirigiram ao Estado a partir da década de 1970, estão situados num processo no qual existiam projetos de colonização, criados como parte do processo de mudanças e transformação das relações capitalistas<sup>44</sup>, os quais não poupou o avanço em terras indígenas, propagandas de atração de trabalhadores não apenas para a localidade estudada, mas para todo o Estado de Rondônia. Nessas propagandas, o governo do Estado investiu fortemente e, em tese, previa a distribuição de terras, a garantia de melhores condições de vida e de trabalho aos que chegavam. Pela pesquisa em diversos jornais e Revistas, as propagandas foram disseminadas desde a década de 1970.

<sup>43</sup> Projeto integrado de Colonização Gy Paraná, Programa operacional, 1978, p. 5. Disponibilizado pelo INCRA Nacional - Brasília

<sup>44</sup> Nas primeiras décadas do século XX, Maciel discutiu como o discurso de “espaço vazio” foi utilizado pela Comissão Rondon a partir da construção das linhas telegráficas. Para a autora, a noção de “vazio” possui relação com a ausência de uma população disciplinada, tentada pela Comissão. Para Maciel tomava corpo a ideia de que “governar era povoar”. Ressalta ainda que se deve atribuir à Comissão não a busca pelo “novo” ou do caráter de descoberta, mas o papel de ordenadora do território, com empenho em outro tipo de ocupação e aproveitamento das terras e a pacificação das relações entre os vários atores sociais (MACIEL, 1998). Posteriormente, a expansão para as regiões de fronteira data as décadas de 30 e 40, a partir do objetivo de consolidar regiões de fronteira por meio da campanha “Marcha para o Oeste”. Em Rondônia, nas décadas de 30 e 40 houve a tentativa de implementação de projetos de ocupação pelo Exército na região de fronteira. Nesse período foram instalados os primeiros núcleos agrícolas e Contingentes Especiais de Fronteira, ou seja, a partir de 30 houve a continuidade da política de “ocupação” a partir da infraestrutura formada pela Comissão Rondon. Dentre os motivos citados na historiografia e que contribuíram para o insucesso das colônias agrícolas está o tamanho dos lotes, a infertilidade das terras devido à instalação dos núcleos agrícolas serem construídos em pontos estratégicos do ponto de vista militar que possibilitasse a defesa da fronteira. Tais colônias e localizavam nas regiões de Porto Velho e Guajará Mirim. Outras questões ver: SOUZA, V. A. **(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)**. 2002. 175 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002.

Se o discurso de “espaço vazio” foi utilizado para justificar a ocupação no início do século XX, como apontado por Maciel (1998) na década de 1970, a justificativa de ocupá-los continuou junto ao discurso de integração das fronteiras. A ênfase na ocupação foi divulgada por diversos meios de comunicação e podemos perceber sua dimensão a partir da reportagem “Cirne Lima diz que ocupação da Amazônia é necessária e viável,” noticiada no jornal Alto Madeira:

O SR. Cirne Lima definiu como, “indispensável” a ocupação real do território nacional, acentuando que a marcha para o Oeste, iniciada pelos bandeirantes, ainda é muito pouco efetiva, exigindo um esforço nacional para atingir tal objetivo, “que é mais urgente quando se analisa as condições mundiais da produção de alimentos e os índices elevadíssimos de crescimento demográfico”. Ao argumento de que só se deve aplicar no litoral, onde há uma infra estrutura que é capaz de oferecer rendimento compensador aos investimentos públicos e privados, respondeu o Ministro Cirne Lima que a ocupação da Amazônia não exigiria grandes quantidades de capital, uma vez que a terra ali é barata e o Brasil possui mão-de-obra não qualificada o suficiente para dar início efetivo à ocupação, “não como deve mas sim como pode ser feita” (JORNAL ALTO MADEIRA, 1970, p. 1).

As projeções elencadas pelo então Ministro da agricultura para aquela região desconsiderou elementos básicos para os que para lá se deslocaram, como estradas, habitação, saúde, educação, dentre outros. Embora houvesse o reconhecimento da realidade que estava colocada, fica clara a projeção em relação a quem daria início à ocupação – pessoas cuja mão de obra não fosse qualificada.

Com base em um contexto de discurso nacionalista, a Amazônia como um todo era vista como um lugar a ser explorado. Assim, uma questão de suma importância foi buscar, no movimento histórico, além da compreensão de como foram pensados e elaborados os projetos de colonização, refletir como foi participar desses projetos. Nesta direção, não podemos desconsiderar o processo de transformação que ocorria em outros Estados e suas inter-relações.

Parte-se do princípio de que, sob a política integracionista, cujo lema “Integrar para não entregar”, estiveram presentes outros objetivos, os quais o termo “integração” não nos permite apreender. O termo “integração” consiste em um conceito ideológico que, ao buscar justificar os projetos em curso, não explica as contradições que ocorriam no campo das relações sociais.

Na inauguração do Estado, em 1981, o governador Jorge Teixeira proferiu o seguinte discurso: “Dentro deste novo Estado, olhamos para trás e nos damos conta de que Rondônia se fez de mãos calejadas. Venham brasileiros de todo o Brasil, venham gente de todos os

povos, Rondônia lhes oferece trabalho, solidariedade e respeito”<sup>45</sup>. Nesse período, era significativo o número de trabalhadores que já havia se deslocado, e os registros da CPT revelam inúmeras disputas e conflitos. Porém, a fala do governador apontava para um local disposto a receber quem chegava, de modo pacífico, e que já teria se constituído por “mãos caejadas”.

Em um vídeo gravado na década de 1980, um representante do INCRA falava, aos trabalhadores reunidos que aguardavam sua propriedade: “Se não houvesse esse documento de terra que nós vamos entregar... É um documento da segurança, é como se fosse um documento de identidade da terra dizendo quem é dono”<sup>50</sup>. Diferente do vídeo, os registros feitos pela CPT e as entrevistas com trabalhadores contrariam a ideia de seguridade quanto às propriedades distribuídas.

Nessa direção, a atração de pessoas se revestiu de um forte elemento cultural. O Estado foi divulgado como “o novo Eldorado”<sup>46</sup> – uma produção acerca de valores em que a ideia de riqueza, terra farta e melhores condições podiam ser facilmente adquiridas – a terra prometida. Tais propagandas geraram expectativas que puderam ser constatadas nas memórias dos trabalhadores entrevistados e naquelas produzidas pela CPT.

Até a criação do Território de Rondônia, em 1943, à década de 1950, a economia de Rondônia girava em torno da atividade extrativista da borracha, castanha, plantas medicinais, peles e óleos silvestres (SOUZA, V., 2011). Com o declínio da extração da borracha, após a Segunda Guerra Mundial, o garimpo atraiu milhares de pessoas na exploração do minério de cassiterita em diversas regiões de Rondônia. Na localidade que posteriormente viria a se tornar o Setor e cidade de Rolim de Moura, por meio do projeto de colonização – PIC Gy Paraná, não existiu garimpo, porém a possibilidade de expansão agrícola nessas terras atraiu interesses por parte do INCRA.

Nesse processo, consideramos ter ocorrido em Rondônia um processo de mudanças e transformação das relações capitalistas, porque, até então, havia na localidade outras relações de exploração da terra. Frente à falência dos seringais, considera-se que novos projetos foram pensados para a região como forma de explorá-la. O discurso de espaço vazio junto ao discurso de que Rondônia era portadora de uma vocação agrícola serviu como justificativa para a criação dos projetos de colonização ao mesmo tempo que coincidiu com um período

---

<sup>45</sup>Discurso do governador Jorge Teixeira na inauguração do Estado em 1981. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YNhvEWIsFLE>>.

<sup>46</sup>Esta discussão foi realizada por Regina Beatriz Guimarães Neto no trabalho que desenvolveu sobre a Colonização do Mato Grosso, na qual a autora também cita aspectos relativos a colonização do Estado de Rondônia (GUIMARÃES, 2002).

em que era necessário criar alternativas para o campo. A ênfase na produção de alimentos e de que Rondônia se transformaria num celeiro agrícola foi utilizada como justificativa e foi ao encontro de um processo histórico em curso em que era necessário ao governo militar criar estratégias frente aos problemas sociais, inclusive evitar ou conformar os conflitos que já existiam e que poderiam se intensificar à medida que os trabalhadores fossem expulsos de suas terras frente à introdução de tecnologias no campo, principalmente na região Sul do país. Assim, os projetos de colonização se apresentaram não apenas uma alternativa, mas uma necessidade para conter problemas sociais.

Não demorou e a projeção em torno da produção agrícola deu lugar ao incentivo à pecuária extensiva. Nessa direção, a própria política agrícola pressionou a permanência dos trabalhadores no campo, o que evidencia como a ditadura estava alinhada aos interesses de proprietários de terra que viam, em lugares de fronteira, a possibilidade de acumular capital.

Nesse processo, a migração foi incentivada até que a mata fosse derrubada e preparada para aqueles que se apropriariam posteriormente delas num processo de mudanças, tendo em vista a impossibilidade de os trabalhadores se manterem no campo por diversos motivos. Esse processo, de acumulação em locais de fronteira, acarretou mudanças drásticas nos sujeitos, cujos sonhos, expectativas e projetos de vida estavam direcionados ao campo. Expectativas que se transformaram em lutas e formas de organização por direitos<sup>47</sup>.

Nesta lógica, propus discutir, por meio de memórias, as mudanças e transformações nas relações capitalistas para o Setor Rolim de Moura/RO, criado a partir da década de 1970 pelo projeto do INCRA PIC-Gy Paraná. Problematizo como trabalhadores que se deslocaram nas décadas de 1970 e 1980, em sua maioria da região Sul do país, participaram desse projeto, atribuindo sentidos e significados que evidenciam mudanças sobre a dinâmica e as configurações que se constituíram nas décadas que se seguiram.

O regime militar, ao criar os projetos de expansão, utilizou como justificativa a resolução dos conflitos no campo como forma de conter ou conformar problemas sociais. A formulação dos projetos, de modo específico, o PIC Ji Paraná, embora enfatizasse o desenvolvimento da produção agrícola, evidenciou que também objetivava desenvolver a pecuária extensiva, visando atender interesses de proprietários e empresários em acumular capital.

---

<sup>47</sup> Thompson, ao discutir sobre a formação da classe operária inglesa no século XVIII, considerou que a classe não se formou para ser revolucionária, mas em torno da luta por direitos. Desse modo, a consciência de classe pode emergir marcada por disputas e contradições.

Enquanto um processo dinâmico e em movimento, o processo histórico foi se constituindo na medida em que as relações se modificavam diante às pressões sofridas e exercidas pelos trabalhadores. Dinâmica sempre aberta e em construção, constituída num processo de lutas passíveis de análise e de compreensão sobre o papel do Estado e seus agentes. Por isso, as questões que nortearam a tese foram: Como foi viver o processo de transformação das relações capitalistas? Como os trabalhadores se organizaram frente às dificuldades vivenciadas e o que restou de suas lutas?

Nessa direção, discuto que a criação dos projetos de colonização coincidiu com as necessidades de trabalhadores que, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, precisaram se sujeitar a situações adversas. No Setor Rolim de Moura, as condições encontradas e as políticas agrícolas pressionaram a permanência no campo, além de gerar diversos conflitos por terra. As lutas empreendidas pelos trabalhadores articuladas a outros sujeitos e agências, como a CPT, levaram a autarquia a redimensionar o projeto inicial.

Assim, argumento que as mudanças no campo criaram as condições para o desenvolvimento de novas relações de produção baseada na pecuária extensiva, e a constituição política conservadora local e estadual interferiu significativamente nas relações de trabalho entre campo e cidade, consolidando os projetos de interesse da classe dominante. Argumento, ainda, que as condições históricas vividas pelos trabalhadores no processo de mudança e transformação nas relações sociais de produção capitalistas delinearam a constituição de formas coletivas de luta, enfraquecidas pela formação de uma economia de mercado e por uma configuração política que pressionou e alterou modos de viver, de trabalhar e de lutar em Rolim de Moura.

A partir do exposto, organizei os capítulos buscando conferir sentido ao processo vivido pelos trabalhadores em meio às mudanças que vivenciaram. No primeiro capítulo, “Memórias de Trabalhadores sobre suas lutas no processo de mudanças e transformação das relações capitalistas no Setor Rolim de Moura/RO (1970-1980)”, discuto, a partir de memórias, o processo de transformação das relações capitalistas para o Setor Rolim de Moura.

Abordo como a expansão das relações capitalistas acenou para os trabalhadores, pautando seus sonhos como algo infinito. Em situações duras e cruéis e aparentemente sem a presença do estado, os trabalhadores se deslocaram e vivenciaram inúmeras experiências marcadas por lutas, dificuldades e privações. Junto a isso, apresento como a CPT mapeou a realidade, visando criar projetos de intervenção. Apresentar a pesquisa tendo como ponto de partida as memórias dos trabalhadores consistiu em uma escolha teórica e metodológica.

Deslocamo-nos de uma abordagem estrutural para o campo de possibilidades que as memórias apresentam para a leitura do social. Busquei, assim, entender como foi viver num período marcado por diversas dificuldades e falta de recursos, buscando, nas memórias dos trabalhadores, outras histórias sobre as experiências de migrar.

No segundo capítulo, “Trabalhadores: lutas, disputas e limites vividos no Setor Rolim de Moura (1980-1985)”, tentei perceber como o mesmo movimento sofreu mudanças e rearticulou as relações. Evidenciamos determinações materializadas na limitação dos sonhos e das expectativas dos trabalhadores e como serviram de justificativa para na reformulação dos projetos em curso. O objetivo foi discutir os sentidos que as mudanças tiveram para os trabalhadores, destacando os diversos agentes que atuaram nesse processo a partir da constituição de relações entre campo e o que viria ser o Setor Urbano Rolim de Moura.

No terceiro capítulo, “Os trabalhadores se organizam: formas coletivas de luta e as mudanças nas relações sociais capitalistas no campo e na cidade (1985-2000)”, apresento, a partir de elementos evidenciados pelos trabalhadores, como os projetos pensados para a localidade continuaram sendo modificados. Frente a isso, destaco a constituição de formas coletivas de luta, num processo marcado por conflitos permanentes, compreendidos a partir da dinâmica e do movimento histórico, portanto, a partir das relações travadas no social. Abordo, ainda, como tais relações modificaram modos de viver, de trabalhar e de lutar no campo e na cidade.

No quarto capítulo, “Os trabalhadores e a cidade: limites e possibilidades da luta coletiva (2000-2018)”, discuto como, em meio às mudanças sofridas, restou aos trabalhadores empregar-se na cidade. Paralelo a isso, apresento a avaliação dos trabalhadores sobre o que restou de suas lutas, indicando as possibilidades e os limites da luta coletiva num contexto marcado pelo enfraquecimento de suas lutas.

## CAPÍTULO 1

### MEMÓRIAS DE TRABALHADORES SOBRE SUAS LUTAS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO SETOR ROLIM DE MOURA/RO (1970-1980)

A História Oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias (PORTELLI, 1996, p. 8).

Neste capítulo, discuto, por meio de memórias, as lutas dos trabalhadores que se deslocaram para Rondônia nas décadas de 1970 e 1980, mais especificamente para o denominado Projeto Setor Rolim de Moura<sup>48</sup>. Busco compreender como foi viver a transformação das relações capitalistas para uma localidade que, até então, era impensável projetos visando à ocupação e à constituição de Núcleos Urbanos. Outros projetos, visando à ocupação por meio de colônias agrícolas<sup>49</sup> já haviam sido tentados, porém, distantes da localidade estudada.

Na década de 1970, o avanço das fronteiras, sob a coordenação do Governo Federal, criou vários órgãos e projetos de intervenção enquanto tentativas de controle social por aqueles que assumiram as agências de execução dos projetos. Dentre essas agências, esteve o INCRA, a quem coube criar e sistematizar os projetos de colonização.

A escolha em não proceder a análise a partir dos projetos ou dos órgãos criados no período deve-se a dois fatores: Primeiro, possibilitar a leitura a partir dos sujeitos, e, segundo, olhar a dinâmica do processo no qual os sujeitos são protagonistas. Optar por esse movimento foi um desafio, mas, ao mesmo tempo, um aprendizado. Transitei de uma concepção que dificultaria descobertas para um campo de possibilidades que, como menciona Portelli (1996), são “compartilhadas, reais ou imaginárias”, para descortinar um processo histórico que se fez e se faz dinâmico e em movimento.

Assim, busquei, por meio de memórias, discutir o processo histórico de transformação das relações sociais capitalistas, trazendo as lutas dos trabalhadores e como interpretaram culturalmente a participação deles nesse processo. Para isso, procurando compreender as relações que se estabeleceram, minhas indagações iniciais foram: quem são esses

---

<sup>48</sup> O denominado Setor Rolim de Moura faz parte do PIC (Projeto Integrado de Colonização) Gy Paraná. Este projeto foi um dos diversos projetos criados e sistematizados pelo INCRA a partir da década de 70 no Estado de Rondônia. A partir desse projeto, constituiu-se a cidade de Rolim de Moura.

<sup>49</sup> Tais projetos foram tentados nas regiões de Porto Velho e Guajará Mirim/RO, a partir do projeto de Marcha para o Oeste. De acordo com Souza, as iniciativas de colonização e assentamento de pequenos produtores visavam mais a defesa da fronteira que propriamente um projeto de colonização de fato. Outras informações ver Souza (2002).

trabalhadores? Como os trabalhadores que se deslocaram para o Estado no período participaram desses projetos? Quais foram as mudanças e transformações e como foi vivê-las? Para tanto, busquei por fontes que fossem indicadoras de elementos acerca da realidade vivida pelos trabalhadores, de forma a interpretar os significados atribuídos ao processo histórico, apontando elementos que evidenciassem mudanças na dinâmica social e as configurações que puderam, a partir daí, serem constituídas.

As memórias analisadas na pesquisa foram produzidas pela CPT e por entrevistas que realizei com diversos trabalhadores. Também problematizei a memória produzida pelo INCRA contida em seus programas, relatórios e livros, buscando, nessa relação, compreender as disputas, conflitos e relações que evidenciam o jogo de forças que estavam colocados.

Com base nesse processo, no diálogo com diversos trabalhadores e a partir do enredo trazido por eles, produzi esse capítulo com o objetivo de compreender as narrativas enquanto trajetórias, não individuais, mas enquanto processo histórico que possibilita leituras sobre o processo investigado.

As questões que surgiram foram sendo construídas a partir do diálogo estabelecido, no qual não priorizei questionamentos por meio de roteiros. Para o início do diálogo, solicitei que falassem de suas trajetórias no sentido de informar onde residiam, suas ocupações e o que teria levado ao deslocamento para Rondônia. A preocupação inicial foi saber quem são esses trabalhadores para sair do âmbito da designação contida nas fontes levantadas e da historiografia que se refere a eles como “migrantes”, silenciando, assim, as experiências sociais desses sujeitos e homogeneizando-os em suas culturas. Por esse motivo, por opção teórica e metodológica, partimos das memórias produzidas sobre a localidade.

Nesta direção, alguns elementos surgiram e movimentaram a preocupação e a reflexão em torno de questões como a falta de saúde, educação, habitação, energia elétrica, privação alimentar, dificuldades em deslocar-se devido à falta de estradas, dificuldades na aquisição ou regularização da propriedade, no plantio e na comercialização, falta de recursos financeiros e formas de trabalho que precisaram ser desenvolvidas por eles, além das disputas e conflitos em torno da aquisição da terra. Embora apontassem para elementos distintos que fazem referência aos deslocamentos, a lugares de chegada e à aquisição da propriedade, o que marca os enredos trazidos pelos trabalhadores são as condições encontradas, marcadas pela privação de recursos essenciais.

Os desdobramentos dos elementos deste capítulo serão tratados no decorrer da tese. Busquei, assim, compreender como trabalhadores que vivenciaram experiências individuais, marcadas por dificuldades de natureza diversa se organizaram e constituíram formas coletivas

de luta. Nesse mesmo movimento e a partir das relações estabelecidas por eles, tentei compreender a formação de uma economia que pressionou seus modos de viver, trabalhar e lutar, atentando para as mudanças em suas expectativas.

### 1.1 AS DIVERSAS EXPERIÊNCIAS NA AQUISIÇÃO DA TERRA: O TRABALHO DE MARCAÇÃO

No processo de análise, procuramos identificar os significados da mudança que os trabalhadores evidenciaram, como foi viver esse processo nas condições encontradas e as alternativas diante da falta dos elementos apontados por eles, buscando compreender como participaram do projeto que estava colocado. Tendo em vista este horizonte, tomo o diálogo com a senhora Edirles e o senhor Luís como ponto de partida para as reflexões aqui propostas. Parte dos elementos que marcaram a participação desses trabalhadores foram narrados a partir dos significados atribuídos por eles nas relações vividas entre o Estado do Paraná, o deslocamento e as condições encontradas em Rondônia.

O contato com entrevistados ocorreu na Associação dos Idosos em Rolim de Moura. Ao me receber em sua casa, Edirles e Luís iniciam contando sobre as dificuldades enfrentadas na trajetória que fizeram até Rondônia. Não houve a necessidade de questões iniciais para o diálogo. Talvez por explicar-lhes que estava realizando uma pesquisa sobre os trabalhadores que se deslocaram para Rondônia nas décadas de 1970 e 1980 no momento do contato.

Luís, 76 anos, não recordou a data exata em que chegou ao Estado. Mas, a referência à cidade de Vilhena, na qual ele e outros trabalhadores, entre parentes e amigos se deslocaram, aponta para uma temporalidade na qual a BR 364<sup>50</sup> ainda não havia sido construída, haja vista as condições narradas pelo trabalhador quanto ao deslocamento em meio as picadas abertas na mata:

Cátia: Então o senhor Luís veio primeiro?

Luís: eu vim na frente fiz dois barraquinho tudo lá na 38 (linha na área rural) barraco, marquei a posse, depois plantei, derrubei, plantei, quando o milho verde maduraro né aí eu fui buscá ela. Na picadinha [...] Nós vinha de Vilhena de a pé. De Vilhena nós vinha em dez, vinte, trinta homem, tudo com os cacaio nas costa. Em Santa Luzia só tinha três morador, e de lá só ia daqui de Rolim lá de a pé, só na picadinha não tinha estrada ainda<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> A decisão em construir a BR 364, ligando Cuiabá/MT a Porto Velho/RO e Rio Branco/AC foi tomada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1960. E só a partir de 1983 ela foi asfaltada.

<sup>51</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

O fato de Luís e, de várias outras pessoas, deslocarem-se no período sem os familiares revela, já de início, que o deslocamento era marcado por incertezas quanto ao novo lugar, o que assinala para dificuldades que ele certamente avaliou e preferiu evitar com relação à família. Por isso, a referência às ações que realizou ao chegar, como a marcação, a construção da moradia e o início da plantação, sinalizam para o que, para ele, significava alguma segurança familiar, condições que estavam colocadas também para outros.

O trajeto realizado desde a primeira cidade do Estado, para quem se desloca do Estado do Mato Grosso para Rondônia, foi percorrido a pé e o intuito era a busca de um local no qual pudesse realizar marcação. Registros feitos pelo INCRA revelam que no período já havia diversas ocupações na localidade. A distância percorrida por Luís, de aproximadamente 270 quilômetros, era dificultada não apenas pela falta de estradas. A saída para manter-se no lote marcado dependia de carregar consigo, em meio às picadas, uma espécie de mochila improvisada, com utensílios, ferramentas, roupas, mantimentos etc. Denominado de cacaio, essa mochila com objetos transportados nas costas foi, para esses homens, um grande desafio junto a abertura da mata fechada, haja vista que no imaginário<sup>52</sup> social tal prática é lembrada para auferir o esforço e as dificuldades daqueles que a experimentaram. É comum na cidade ouvir referência às pessoas que se deslocaram para o Estado como aqueles que tiveram que andar em meio a picadas de cacaio nas costas.

Para Luís, deixar a esposa e as filhas em Leônidas Marques, no Paraná, também significava poupar as crianças das possíveis adversidades que encontraria. Isso porque foi possível prever o que enfrentaria já que familiares haviam se deslocado primeiro e o informado sobre Rondônia. Essa questão talvez denote que o trabalhador não estava preocupado com o que encontraria, que a alternativa era arriscar:

Cátia: O senhor ficou quantos anos aqui sem ela?

Edirles: Uns dez ano

Luís: mas ela ficou com as menina lá

Edirles: que elas era pequena e eu tinha medo de vim aqui, Rondônia? E eu não queria vim, quando eu vim eu quase que eu vortei, eu só não vortei porque daí ele já tinha muita coisa

Luís: chegemo lá no Salto Rio Branco, eu Gabriel, o Carlito, pra lá era só sertão, aí abrimo pra direita e pra esquerda, dividimo, só marcação.

Edirles: mas era sofrido heim.

Luís: o acampamento era só dos cacaieiros, de Vilhena prá cá, era só picada, a gente tinha que ir a pé.

<sup>52</sup> Nesta pesquisa, imaginário é compreendido a partir de sua materialidade social e não a partir de uma leitura abstrata, na qual se perde a complexidade do processo histórico. Segundo Lefebvre “Quando o pensamento se perde no e pelo imaginário, é porque esse imaginário é manipulado. O imaginário é também um fato social” (LEFEBVRE, 2001, p. 127).

Cátia: Não tinha nada ainda construído?

Luís: Nada, nada, nada, de Vilhena pra cá só tinha só barraca, só barraquinha de palha, lona, coqueiro, folha de coqueiro. Quando dava chuva, cortava assim o coqueiro, tinha criança junto, comida.

Cátia: dez anos sem se ver?

Luís: mas não era só eu minha fia

Edirles: mandava carta, era no tempo que mandava carta minha fia, não tinha telefone, nada.

Luís: na onde ela tava tinha cinquenta que conhecia nós lá, então ia um, vinha um trazia notícia

Cátia: E tinha lugar pra postar as cartas?

Luís: Ji Paraná, de Ji Paraná ia pra Pimenta<sup>53</sup>.

O tempo em que Luís ficou se comunicando por cartas ou por meio de notícias de amigos é interpretado como uma condição vivida não apenas por ele e a esposa. Porém, durante a entrevista foi possível perceber a contrariedade de Edirles em se deslocar, o que ocorreu dez anos depois que Luís já estava em Rondônia:

Cátia: Quando vocês chegaram do Paraná?

Edirles: Quando nós chegamo aqui filha eu não alembro. Em Rolim só tinha uma casa coisada com folha de coqueiro aquela tabuinha de coqueiro assim de coqueiro e coberta de folha de coqueiro. Que é a onde eles fazia comida pro pessoal que enfrentava o mato. Que era onde era o restaurante que eles fazia comida e era rodeado de coqueiro e foi coberto de folha de coqueiro, ali eles faziam comida pro pessoal que vinha.

Cátia: Como vocês ficaram sabendo de Rondônia?

Edirles: Meu cunhado falou pra ele e ele veio. Mas eu quando cheguei aqui queria vortá embora, eu chorava, chorava, chorava. Vilhena, ele vinha, agora eu, já, já foi só de Santa Luzia. Até lá já é bastante heim. E a gente viajava minha fia de noite por dentro do matão, só aquela picadinha, os buro carregado de compra né, e daí quando chegava umas hora, a gente já três dia dentro do mato, pra chegá no baraco da gente, daí tinha que armá as rede, daí tinha que colocá um monte de pau assim e colocá fogo por causa das onça que ficava urando, mas eu morria de medo heim, ninguém dormia, só deitava descansar. Só na picada dentro do mato [...] Mais foi sofrido heim, quando alembro eu chego me arepiá.

Cátia: E como foi a vinda pra cá?

Edirles – ônibus, ném estrada boa num tinha, o ônibus vinha atolando e atolava, e desatolava e pousava nas estradas. Trouxe só, ó o que a gente trouxe, só do corpo, forro de cama, panela. Era igual barraca de cigano que nós tinha medo da onça né.

Luís – veio só a mudança do corpo, só do corpo. Num era só nós, era 50 família, onde posava um era igual barraca de cigano. Era só picada não tinha... era só de a pé

Cátia: E o que vocês desenvolviam no Paraná?

Edirles: nós tinha lanchonete e lá nós tava bem. Nós tinha lanchonete e era tão bom né. Mas daí quis e quis e quis, home você sabe gosta de andá em mato, mas lá nós tava bem. Mas nós não podemos se queixar o poquinho que nós temo dá pra viver né, tá bom, o poquinho que tem dá pra viver né.

Luís- tinha vários tipo de trabalho, tinha terra, tinha criação, tinha lanchonete. Aí as coisa começou apertá e aqui era bom e a gente queria adquirir as coisa aqui.

Cátia: Aí vocês não quiseram mais voltar?

Edirles – eu queria voltar, ele não queria. Daí veio bastante, mas só que eu queria vortá, eu queria.

Luís – aí o povo tava perto de nós, aí era amigo era parente era ... aí nós viemo, descobrimo aqui Rolim, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena, prá cá de Vilhena era o ponto dos cacaeiro.

<sup>53</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

Edirles – carregava, ele nem sabia o que era cacão, pensava que era uma fruta, é aquela mochila que eles faz né. Mais muita gente, por isso que a gente se animou<sup>54</sup>.

Edirles é uma senhora de 1970 anos. As lembranças quanto à localidade e à forma de deslocamento diferem de Luís devido à temporalidade na qual chegaram em Rondônia. Se, para Luís, ainda não havia estradas, para Edirles as dificuldades com o transporte indica que a BR 364 já havia sido aberta, porém, não asfaltada, por isso os atoleiros. Porém, Edirles também precisou enfrentar as picadas, embora de um lugar mais próximo, Santa Luzia e os perigos na mata até chegar à moradia construída por Luís, localizada em Alta Floresta.

O desejo em voltar é expresso por Edirles, embora procure positivar esse processo quando menciona “tá bom, o poquinho que tem dá pra viver né”. Para ela, a preferência era ter ficado no Paraná. Esse aspecto ganha força em sua fala frente ao fato de que, mesmo tendo passado mais de quarenta anos, ela relembra a vontade que teve de retornar, porém, justifica que, no presente, isso não é mais possível devido ao fato de ter construído sua vida e ter a família em Rondônia. No entanto, não é possível negar o impacto que a ida para Rondônia teve em sua vida, pois ao narrar, expressou por mais de uma vez durante a entrevista que “eu chorava, chorava, chorava”, ao chegar. Isso possui relação com as condições encontradas, as dificuldades vivenciadas no cuidado com as filhas e as alternativas que precisou construir diante das privações.

A tentativa de positivar a vida, contudo, não esconde o sofrimento e os sentimentos atribuídos por ela nessa relação, pois foi recorrente em sua fala afirmações como “mas era sofrido heim”, ou “Nós entremo aqui com sofrimento, nós sofremo demais hein”. Na fala de Edirles e Luís não ficam dúvidas de que o Paraná era um lugar melhor para se viver. Quando perguntados se não quiseram mais voltar, Luís justifica a permanência da família também ao fato de outras pessoas, entre parentes e amigos, terem chegado, o que pode ser compreendido como uma possibilidade de enfrentarem as dificuldades juntos.

A narrativa de ambos permite compreender a natureza do projeto no qual eles e outros trabalhadores que, na mesma condição e situação de classe, foram chamados a participar. As adversidades cotidianas encontradas por eles, silenciadas pelas reportagens que anunciava sobre Rondônia, são possíveis de serem apreendidas quando privilegiamos os sujeitos e suas práticas como objeto de estudo.

Além das propagandas e das notícias de familiares é preciso considerar os elementos que levaram Luís a sair do Paraná. O que teria levado o trabalhador a se deslocar senão as

---

<sup>54</sup>Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

projeções de melhorias, interpretada por ele, frente às dificuldades que menciona, passaram a ocorrer no Paraná, e a ideia divulgada que Rondônia estava a oferecer essa possibilidade junto ao sonho de “adquirir as coisa aqui”? Esse sonho compartilhado também por outras pessoas, que como apontam, passaram a chegar e era “muita gente”, os fez ficar. A referência às pessoas que passaram a chegar e permanecer no lugar encorajou-os, pois, a partir daí, passaram a constituir relações de vizinhança pautada na constituição de uma cultura baseada em sociabilidade e solidariedade. Sempre que perguntado sobre as dificuldades, seja pelo espaço de tempo sem ver a família ou as condições encontradas, Luís reforçou em sua fala que não estava sozinho, que aquelas eram condições colocadas a vários outros trabalhadores que, como ele, dispuseram-se ao desafio de buscar por melhorias em Rondônia.

Pensar as relações de sociabilidade no interior de um contexto vivido enquanto privação permite problematizar os discursos que compreendem esse processo apenas pelo seu viés político. Privilegiar os sujeitos e suas práticas possibilita apreender a dimensão cultural construída no período e, como nesse fazer-se, precisaram reelaborar para enfrentar novas práticas no cotidiano, nos modos de se organizar e viver.

As pessoas chegavam de diversos lugares e em condições semelhantes, traziam consigo o necessário como roupas e alguns utensílios. Os deslocamentos ocorriam de ônibus ou por meio de transporte denominado “pau de arara” e custava diversos dias para chegar frente às péssimas condições da BR 364 que, sem asfalto, mesclava as dificuldades entre o areão em tempo de seca e a lama em tempos chuvosos.

É compreensível o desejo de Luís em buscar por melhorias. A referência às diversas formas de trabalho desenvolvidas no Paraná não significavam segurança à família, ao contrário, é indício de que as coisas não iam bem. Se considerarmos as condições climáticas do Sul, ter roça ou criação não é sinônimo de sobrevivência garantida. E mesmo com a lanchonete, Luís situa que “as coisas começô apertá”.

Embora os deslocamentos ocorressem de diversas partes do país, diversas fontes atestam que sua maior parte vinha da região Sul do país. Nesse processo, muitos viveram em Rondônia um segundo ou terceiro processo de deslocamento. Muitos saíram de algum Estado rumo ao Paraná nas décadas de 40 a 60, como é o caso de pessoas que saíram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e ocuparam o Oeste do Paraná nesse período. No Paraná, frente ao processo de mecanização e expulsão, muitos buscaram por novos horizontes em outros Estados. Várias entrevistas apontam que antes de chegarem a Rondônia passaram por Estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Acre. Em outras, embora a procedência seja de

Estados como Espírito ou Minas Gerais, em algum momento passaram pelo Paraná antes de se deslocarem para Rondônia.

No dia em que a entrevista foi realizada, Edirles havia realizado um cateterismo e mostrou-me a quantidade de remédios que fazia uso em virtude de diversas patologias. Ao contar sobre as filhas e do cuidado que duas mais próximas possuem com eles, Luís se emocionou ao lembrar-se do suicídio de seu filho ocorrido ainda quando estavam no Paraná. Este filho pertencia a Luís fruto de seu primeiro casamento. O sentimento de perda junto ao desejo de conseguir melhorias possui relação com os motivos que o fez buscar novos horizontes. O deslocamento de Luís também pode ter sido um refúgio, haja vista sua emoção durante a entrevista ao lembrar-se da perda sofrida. Esse acontecimento, junto aos problemas de saúde narrados, podem ser interpretados como uma forma de relembrem as dificuldades enfrentadas, como uma avaliação sobre suas trajetórias.

Com algum recurso visualizaram em Rondônia a oportunidade de melhorias a partir da possibilidade de adquirirem terra por meio do INCRA. No enredo de suas falas, o casal constrói a relação entre o Paraná e Rondônia demonstrando a opção que fizeram no processo de relações sociais estabelecidas nesses lugares, e a decisão tomada por eles está atrelada às condições sociais que queriam ver melhoradas ou a busca em deixar para trás um sentimento que lhe incomodava, no caso de Luís. Apesar de Edirles querer voltar ao Paraná, Luís já havia conseguido adquirir terra, já havia cultivado, tinha criação, havia amigos e parentes e isso é interpretado por ela como motivos que a fez ficar. Assim, o sentido que esse processo adquire em suas vidas se relaciona à possibilidade de conquistarem melhorias, mas não apenas isso. Se considerarmos a história de Luís, a mudança significou a busca de deixar para trás um sofrimento, uma perda, a tentativa de reconstituir sua vida e da família em outro local, embora o tempo não tenha apagado as lembranças. Nessa história, é possível que Edirles tenha compartilhado do sentimento de Luís. Isso a fez ficar e buscar construir a vida juntos.

Embora apontem para as relações de sociabilidade que construíram, quando Luís menciona sobre as ações dos trabalhadores nas transformações protagonizadas por eles, além das dificuldades, o tom no qual se refere ao INCRA permite a percepção sobre o que a falta ou, posteriormente, a presença da autarquia tenha representado para eles:

Cátia: E aqui em Rolim de Moura?

Luís – é só marcação também, tudo, mas era muita gente minha filha do céu, era milhões de famílias com os cacainhos nas costas, não as família, só os homem, de Pimenta Bueno prá cá, de Vilhena prá cá, tudo abrindo no braço. Cacaieiro e comida nos ombros dos cavalo trazia. Pra você contá minha filha vai o dia inteiro e se você escrevê você enche uns tantos caderno [...] Aqui era só mato, só bicho. INCRA, não

tinha nada, depois tomaram conhecimento [...] O povo foi fazendo Rondônia, só manual, ele não dava condição (INCRA) [...] Bastante gente, a turma formô Rondônia, quem abriu<sup>55</sup>.

É preciso um cuidado com a colocação de Luís que atribui ao povo à construção da localidade, ela tem servido a algumas interpretações como justificativa para explicar a configuração que o Setor adquiriu no presente. Isso ficou claro ao buscar, nos espaços da cidade, como na prefeitura e no cartório, por mapas que oferecessem uma dimensão sobre o setor Rolim de Moura. A resposta oferecida foi ao encontro da questão apontada por Luís, de que nunca houve um projeto e que foi o povo quem construiu a localidade. A diferença é que, enquanto Luís evidencia o protagonismo dos trabalhadores, setores dominantes se utilizam do protagonismo para silenciar possíveis disputas e conflitos.

Porém, atribuir aos trabalhadores à construção de Rondônia consiste em uma crítica de Luís à autarquia e as condições que ficaram submetidos. No período que Luís se deslocou, o INCRA ainda não havia cortado os lotes. O trabalho de topografia ocorreu depois, quando já estavam cultivando. As dificuldades e o trabalho foi tamanha que frente a tantas experiências possíveis, Luís menciona que precisaria “o dia inteiro” para contar e, se registrasse, seria possível escrever “uns tantos caderno”. Concordo com Luís, no sentido de que suas experiências nas relações que foram estabelecendo demonstram o modo como participaram do projeto e a distância das promessas que eram divulgadas ou das condições que vivenciavam no Sul. Esses elementos permitem registrar suas histórias e recompor parte do processo vivenciado por muitos que como eles precisaram encontrar alternativas ao que estava posto. Para isso, os significados contidos em suas narrativas ajudam a compreender o que foi, para eles, viver esse processo:

Cátia: Então em 80 já estava aberta a cidade?

Edirles – já, daí já tinha as casinha, nós entremo aqui no Rolim era mata, picada só. E a gente plantô aquela batata cará, eu vim conhecer aqui em Rondônia, porque daí o trigo que trazia não durava, e a gente acostumado a comer pão, daí a gente ralava aquele cará, sofria, ralava tudo aquele cará e daí misturava um pouquinho de trigo pra fazer o pão pra comer, porque a gente acostumado com pão, aí fazia depois com mandioca, fazia aquele bolo lá no Paraná nós não fazia isso. Aí depois que começou abrir misturava um pouco de fubá com um pouquinho de trigo e dava um pão gostoso hein, cada pãozão naqueles fogozão de baro. O fermento quando eles iam num lugar aí que tinha eles comprava aqueles pedaço assim, aí esse aí quando vinha nesse lugar que tinha ele levava umas três barra assim fermento de barra, agora eu acho que nem tem mais, aí cê sabe o que a gente fazia? Não tinha geladeira, energia, nada, a onde tinha o tanque assim que corria água a gente fazia aquele buraco e daí colocava dentro das lata, e enterrava ali, com o fermento, mas era um fermento tão bom que você colocava você fazia seis pão colocava duas colher mas dava aquelas

<sup>55</sup>Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

formada, e as forma nós cortava essas lata de querosene e fazia com aquilo lá, era sofrido minha fia. Só que eu aprendi fazer essas coisa em Rondônia, e daí uma ia ensinando a outra, e esses fermento quando eles ia no lugar que tinha eles trazia e dava pra dois mês. [...] Os tanque era feito de madeira, fazia com o motosserra aquelas tora assim, fazia aqueles buracão e tampava. E água ele encanava água sem motor sem nada, porque tinha muita água né, e a gente tinha água encanada, chovia muito, fazia aquelas valetinha assim, aquelas bica, que eles fala bica né, que daí vinha por ali [...] Nós tava na fartura e na boa vida e veio pro ruim né, mas graças a Deus vencemo né. Mas não foi fácil até ajeitar tudo aí um dava muda dessa batatinha cará porque lá no Paraná a gente nunca nem viu, aí uma dava muda pra outra tudo assim [...] a gente era amigo de todo mundo e naquele tempo era melhor i. E depois dividia as coisa, se você tinha mais, um trigo, um fermento, dividia, quando eu comprava eu dividia. Então era bem dividido, eu aprendi fazer esses pão desse jeito assim. Daí plantava essa cidreira porque café trazia mais acabava, fazia chá de cidreira. O pão e o bolo nos primeiro dia quando fizemo ninguém gostô, porque não tinha costume né, mas depois foi aprendendo porque era sofrido né, não tinha outra coisa tinha que comê, ninguém queria comê, comia de meio dia, de manhã, não queria<sup>56</sup>.

Participar do projeto de colonização significou, para Edirles e sua família, precisar mudar hábitos alimentares, improvisar formas de conservação dos alimentos devido à falta de energia, improvisar utensílios domésticos e formas de encanamento, a fim de que tivessem água acessível, já que as condições climáticas favoreciam capturar água, sem contar que todos esses itens estavam disponíveis no Paraná, por isso, a todo momento, a narrativa é construída nas relações que estabeleceram entre os dois estados. Vale ressaltar que Edirles menciona sobre as alternativas construídas ao lhe perguntar sobre a cidade, demonstrando, assim, o interesse da entrevistada em contar as dificuldades relativas à manutenção da vida.

Todas as dificuldades são interpretadas por Edirles como uma contradição quando diz “Nós tava na fartura e na boa vida e veio pro ruim”, haja vista que, no Paraná, não era preciso esses improvisos e as dificuldades eram outras. Porém, em seguida, menciona: “a gente era amigo de todo mundo e naquele tempo era melhor i”, porque mesmo diante das dificuldades puderam construir relações de amizade e sociabilidades, típicas da classe trabalhadora, e o que se apresentava difícil foi, aos poucos, sendo amenizado a partir de práticas, de trocas, que tornava menor o peso das privações. Segundo os entrevistados, dividiam o que possuíam, como o fermento, as mudas de batata cará, trocavam saberes no preparo do pão com outros ingredientes diferentes do trigo etc.

Em suas interpretações, ao mesmo tempo que relatam os problemas vivenciados, a vida difícil, positavam, de algum modo na narrativa, suas condições, o que podemos compreender como um trabalho da memória na busca de sentido tanto em relação ao passado

---

<sup>56</sup>Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

quanto do presente. Assim, as dimensões presente, passado e futuro se cruzam e se relacionam principalmente na narrativa de Edirles.

A privação na qual ficaram submetidos levou a mudanças de práticas e do jeito de viver. Esse processo significou, dentre outras coisas, ir para um local em que nem os modos tradicionais do uso do trigo eles possuíam acesso. Obtê-lo, implicava se deslocar em meio à mata, e percorrer uma distância muito diferente da realidade que estavam acostumados. Na impossibilidade de deslocamento, a alternativa encontrada era retirar farinha de outras fontes, no caso, o cará, narrado por Edirles como um alimento que se produzia de forma abundante. O uso do chá no lugar do café revela outra privação, ao mesmo tempo, seu uso acabava se revelando como uma alternativa frente à falta de tratamento de saúde. Diante da distância que percorriam em busca de mantimentos, havia a necessidade de comprar em quantias maiores, como menciona Edirles, “Então nós sofremo né [...] nós ia com os burinho carregado pra levar mantimento né, prô mês”<sup>57</sup>. Assim, os trabalhadores demonstram que foram forçados pelas prerrogativas da sobrevivência a construírem novos aprendizados e a enfrentarem padrões que não estavam acostumados.

A divisão do fermento também configura a construção de uma cultura em que a rede de solidariedade era compartilhada. Do mesmo modo, a prática de conservação devido à falta de energia significou a criação de alternativas de armazenamento que junto a divisão do que possuíam dão mostras das relações e alternativas construídas frente às necessidades vividas e compartilhadas. O enfrentamento das adversidades foi responsável por criar relações de sociabilidades, de ajuda mútua.

Embora saibamos que a proposta do governo militar era expandir as fronteiras, a situação vivenciada pelos trabalhadores configura-se como contraditória quando a situamos diante do discurso propagado pela ditadura civil-militar que divulgava tais projetos como sinônimo de “desenvolvimento” e “modernização”. Para eles, esse processo foi experimentado por privações a elementos simples que em outros locais estavam habituados.

Luís realizou diversas marcações e firmou local de residência na cidade de Alta Floresta Do Oeste/RO. Assim, as lembranças sobre Rolim de Moura são destacadas por Edirles devido ao fato de ser uma localidade na qual precisavam passar para ir a Cacoal, local em que compravam mantimentos, distante de Alta Floresta a aproximadamente noventa quilômetros. No período, Cacoal era o local em que recorriam para a compra de remédios, mantimentos, consultas etc. Devido à distância, não era sempre que se deslocavam, por isso

---

<sup>57</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

viver na localidade implicou reorganizar a vida de tal modo que o jeito foi construir alternativas.

Pelas entrevistas, observamos que a marcação foi uma prática comum no período a fim de assegurar a propriedade e aguardar que, posteriormente, fosse regularizada pelo INCRA. Luís, ao narrar, além da dimensão do que ocorria à época em termos de deslocamentos, traz as ações que lhes garantisse alguma propriedade na localidade e a sobrevivência a partir do plantio de gêneros alimentícios alterando ou conciliando práticas antes realizadas no Sul:

Luís – nós era em bastante, fizemo as marcação, derrubemo, plantemo alimentação aí tinha porco, tinha galinha, os home entraro e fizero a vida, lavá, fazê comida era só home, cada acampamento tinha 10, 12 home, quando as família foi tinha de tudo vaca de leite, porco, bastante alimentação, eu já trazia mandioca, rama de batata. Fazia a marcação, já limpava e plantava batata, mandioca. Mas era complicado minha fia.

Cátia: Onde o senhor conseguiu marcar? Pimenta Bueno?

Luís: Lá já tava tomado, Pimenta Bueno, Santa Luzia, Alta Floresta já tava tomado, aí eu marquei pra direita na 38, era assim (gesto com a mão) de gente. Aí tinha Brasilândia, mas num... aí fui pra Alta Floresta [...] nós deixamo, quando a gente vinha entrando quando o pessoal ia entrando de Cacoal, Rolim, deixô seu lotezinho.

Cátia: Então o senhor marcou aqui também?

Luís: e em Santa Luzia outra, ficô outra data com outra casinha. Em Alta Floresta outra data com outra casinha. Em Brasilândia ficô a casinha mais no meio de Brasilândia ainda tem o sítio. Isso aqui era um deserto minha filha. Aí o INCRA reconheceu, não mexeu não. Se tinha dez, dava dez, se tinha dava vinte pra não dar confusão. Chegava lá quanto alqueire você tem? Cinco, marcava no mapa cinco. Fazendeiro que tinha bastante aí o INCRA vinha fazer a medição com o topógrafo. Onde tinha benfeitoria eles respeitava as benfeitoria. Se você tinha bastante, cem alqueire e tinha cinquenta de pasto ele deixava teus cem<sup>58</sup>.

Novamente, Luís menciona suas ações no local e, ao repeti-las, imprime a importância para ele em plantar e em criar condições para que a esposa e filhas também se deslocassem. Os componentes desse processo são marcados pela derrubada realizada pelos trabalhadores que assinala para o processo de plantio como forma de subsistência no local. Assim, “assegurar” uma propriedade era o primeiro passo para permanecer na localidade. O plantio era iniciado com mudas e ramas que adquiriam por conta própria. O incentivo ao plantio de subsistência a partir da disponibilidade de sementes pelo INCRA viria só mais tarde, por meio da criação de associações e cooperativas.

Ao mencionar a ação do INCRA em relação às propriedades que eram marcadas pelos trabalhadores, Luís evidencia uma questão importante. Para ele, o reconhecimento da propriedade estava atrelado à abertura e a benfeitorias. Assim, certamente não eram todos que dispunham de condições para isso, ou pelo menos das mesmas condições. Logo, quem

<sup>58</sup>Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

dispunha de maiores recursos poderia garantir maiores propriedades. Essa, porém, não é a opinião do executor do Setor Rolim de Moura, expressa em seu livro. Para ele:

É preciso garantir que não havia a pressão que procuram fazer crer, exercida pelo INCRA, quanto à necessidade irresponsável ou sem critério de desmatamento. Bastava que os assentados abrissem sua roças na proporção das suas forças e demais condições inerentes ao trabalhador rural. Por exemplo: recebia 100 hectares e, se abrisse somente um hectare, ali instalasse sua residência e trabalhasse e produzisse com sua família, era o suficiente para ser titulado nos Projetos de Assentamento [...] Então não havia essa coercitividade absoluta do INCRA exigindo desmatamento como querem fazer crer e até se encontra generalizado na opinião pública. Mas, infelizmente, há inverdades, que de tanto serem colocadas como verdade, nesta se transforma (OLIVEIRA, 2010, p. 123).

As lembranças de Luís divergem da opinião do executor, escrita em um livro em 2010. Nesse livro, houve a preocupação do autor em contradizer o que ele denomina de “inverdades”. Esse material fica disponível nas sedes do INCRA do Estado, sendo desnecessário para os funcionários que lá trabalham o acesso de pesquisadores aos documentos oficiais, sob a justificativa da existência deste livro. A fixação de trabalhadores às propriedades aparece de modo pacífico, sem disputas, dependente apenas de suas forças e da condição de trabalhador, sem “coercitividade absoluta”. Para o executor, a condição econômica como mecanismo para a abertura da propriedade não interferia na titulação. Ou seja, para o executor não existia diferença entre o trabalhador que tinha reconhecido seus cinco alqueires da propriedade do fazendeiro, citada por Luís. Não ficam descartados, nesse caso, possíveis favorecimentos àqueles que pleiteavam áreas pertencentes a colonizadoras ou diz respeito a áreas requisitadas por madeireiros ou seringueiros, como já sinalizamos.

Também não se descarta o fato de que, no período que Luís se deslocou, os lugares que realizou marcação estivessem fora do circuito de disputas e de conflitos assinalados nas fontes da CPT, como veremos. O próprio Luís assinalou para relações de conflitos a partir da década de 1980.

O processo de escrita da história exige que voltemos o olhar na direção das contradições e complexidades que se estabelecem. Enquanto um campo de possibilidades, precisamos tecer os fios que lhes dá sentido, considerando os lugares de fala e as evidências. Assim, quando olhamos as práticas de solidariedade marcadas pela divisão dos alimentos, de mudas, Luís narra uma prática que compreendemos não como evidência de uma identidade coletiva, mas como uma estratégia de momento ou momentos de identificação, como menciona Portelli (2014 *apud* ALMEIDA; KHOURY, 2014) diante de condições compartilhadas, quando diz que “Tudo marcou de cinquenta alqueire pra cima. Mas daí o

povo começou entrar e a gente dividia, se precisava de uma terrinha e a marcação era muito longe aí nós te dá, tirava dois alqueire meu, dois dela, fazia um pacote”<sup>59</sup>.

A identificação entre aqueles que estavam vivendo as mesmas condições, que Luís se refere como cacaieiros, pode ter resultado em práticas que evitassem, entre eles, o deslocamento para lugares mais distantes em busca de terra. Porém, não significa dizer que esta foi uma prática recorrente. Percebe-se, na fala de Luís e Edirlles, que a partir das condições enfrentadas, eles construíram uma noção de direito na localidade e a prática de solidariedade pode ter funcionado entre os que se deslocaram no mesmo período por compartilharem situações semelhantes, pois, ao lhe perguntar sobre a existência de conflitos na localidade após sua chegada, já na década de 1980, ele se reporta do seguinte modo:

Luís: Eles chegava e entrava no direito dos outro não respeitava o direito, eles achava que era igual nós quando chegava. E o INCRA não tirava o direito. Porque dava muita confusão um entrava na marcação do outro, quando chegava lá já tinha uma casinha. Aí dizia esse é nosso, aí se reunia quatro, cinco, os que era antigo falava aqui você não ... posseiro aqui nós vamos levar você na marcação, é lá no décimo, aí o INCRA dava documento e levava lá e não dava confusão, não dava briga.

Edirlles: era tudo sofrido

Luís: era só marcação, você chegava lá fazia tua marcação de dez alqueire, só marcava na frente, com linha, uma corda mesmo minha fia, e o INCRA depois quando ele vinha, tinha a linha ele consertava. Você marcô aqui como é que vamo fazê? Vamo ter que dividir o metro [...] Eles (INCRA) desenhava os mapa depois que eles passava fazendo a vistoria, os posseiros já tinha boi, fazenda, chegava lá e falava ó cê vai perdê dentro da sua fazenda 20 metro aqui mais pra frente e você vai adquirir lá pra acompanhar os marco, os posseiros não fazia mapa, fazia só as marcação só na frente só na linha né, depois daí o INCRA passava na linha onde tinha os piquetinho dos posseiro aí eles tocavam o aparelho aqui nesse marco da estrada e marcava aonde caía a flechinha, mil metro, ou mais prá cá ou mais prá lá, e o mapa vinha junto.

Edirlles – eu quando me alembro eu me arrepio até, hoje a gente não tem mais coragem de enfrentar isso. Eles era unido, os que ganharo, ganharo e os que não ganharo foro pra frente<sup>60</sup>.

Consideramos que a posse da terra serviu para prover os sustento e manter o direito a terra por meio da marcação ao mesmo tempo que servia como instrumento para o exercício de relações de poder. À medida que novas regras se estabeleceram por meio do INCRA, suplantaram as práticas cotidianas de uso e posse da terra, gerando novas situações de tensão e conflito.

Para Luís, o INCRA só reconhecia a terra marcada que estivesse, em parte, desmatada e com alguma benfeitoria, por isso menciona “Era cacaieiro dia e noite fazendo picada”<sup>61</sup>. Ele

<sup>59</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirlles em 21 de abril de 2016.

<sup>60</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirlles em 21 de abril de 2016.

<sup>61</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirlles em 21 de abril de 2016.

próprio realizou marcação e só posteriormente o INCRA a regularizou. Embora Luís positive o papel desempenhando pela autarquia, principalmente quando menciona “O INCRA não tomava de ninguém, e não dava pra ninguém, respeitando a marcação do posseiro”<sup>62</sup>, é possível perceber que não foi tão simples assim ter a terra regularizada. Isso porque ao perguntar-lhe sobre possíveis disputas que teriam ocorrido nesse processo, Luís menciona que:

Luís: Eles vinham conferir (INCRA) as divisa pra dar documento. Pra não dar confusão. Tinha que respeitar (INCRA) as propriedade dos posseiros, eles briga e bate o pé. [...] Reunia cinquenta, falava ó, o seu lote cê perdeu um pedacinho aqui, cê pega né outro ponto, o INCRA acertô tudo”<sup>63</sup>.

Primeiro, vale ressaltar que Luís se denomina posseiro. Nesta condição, ele menciona que, quando o INCRA vinha reconhecer e documentar a área marcada, se ocorresse de as divisas estarem erradas era preciso a organização dos trabalhadores como forma de fazer pressão e, assim, terem reconhecidas outras áreas, equivalente ao que haviam marcado.

Isso denota que a autarquia projetava como queria proceder com as marcações. Ao interrogar se os posseiros possuíam um mapa que pudessem se localizar, Luís menciona “não tinha, mas daí quem ia brigar com o INCRA?”<sup>64</sup>. É interessante observar como, a partir da pergunta sobre a existência ou não do mapa da localidade, o trabalhador tenha não apenas se remetido à autarquia, mas explicitado uma relação de impotência diante das decisões dessa.

Embora os trabalhadores tenham realizado marcação por conta própria, o INCRA havia projetado as denominadas “linhas” na área rural. Isso fica claro quando Luís menciona “o INCRA só reconhecia a linha ali ó”<sup>65</sup>, o que demonstra que, embora os projetos ainda não estivessem sido sistematizados quando da ida de Luís para o processo de regularização, o INCRA havia estabelecido o modo no qual queria que a área rural fosse demarcada, o que pode ter gerado disputas. Mesmo que Luís mencione que nas relações estabelecidas com o grupo de trabalhadores, no qual fazia parte, as marcações tivessem ocorrido de forma justa, a positivação do INCRA não ocorre sem o sentimento de impotência quanto às ações da autarquia no local. Do contrário, qual sentido teria a interrogação “mas daí quem ia brigar com o INCRA?”.

Em Alta Floresta, Edirles e Luís moraram até meados da década de 1980. Atribuíram a mudança para Rolim de Moura à necessidade de possibilitarem estudo às filhas. Em Rolim,

<sup>62</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

<sup>63</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

<sup>64</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

<sup>65</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

moraram e trabalharam em um sítio que adquiriram com a venda da terra de Alta Floresta, sendo que, nos últimos dez anos, residem na cidade, pois a saúde de ambos não lhes permitiram mais exercer o trabalho no campo. Tiveram que vender parte do sítio para realizarem tratamento de saúde. Residem em uma casa simples, de madeira, e, embora tenham realizado diversas marcações, como menciona Luís, suas condições não são boas no presente, haja vista a necessidade de dispor de parte da terra para tratar da saúde. Eles ainda são donos de um terreno ao lado da casa que residem, no qual Luís cultivava uma horta para o consumo. O cultivo da horta de um quintal florido no qual Edirles busca manter diversas qualidades de plantas e flores compôs o cenário da nossa entrevista. Diante da arborização, a impressão é a de que estávamos no campo. Na despedida, a queixa de Edirles ao fato de nos últimos tempos ela e o esposo estarem com dificuldades em cultivar e manter suas plantas, devido a problemas de saúde, expôs as características e os sentimentos de quem sempre lidou com a terra e se vê impedido de fazê-lo. Desse modo, a condição do casal pôde ser acessada, o que nos permite dizer que a positividade da vida em Rondônia, feita por eles, se contradiz, uma vez que não prosperaram como era a expectativa. Antes da despedida, solicitei a Edirles como ela avalia a trajetória que fizeram. Segundo ela:

Edirles – eu fiquei feliz de mudar o negócio de vida porque era muito sofrido, se fosse ir mais pra frente a gente não aguentava, não aguentava, eu fico feliz que a gente foi conseguindo as coisa pra gente né, a gente ficô muito feliz porque a gente saiu daquele sofrimento<sup>66</sup>.

A memória de Edirles faz referência tanto à mudança que viveu em relação à chegada em Rondônia quanto ao momento posterior em que puderam ir, segundo ela, melhorando de situação, a partir de conseguir adquirir itens até então sob privação, a comercializar o que produziam, questões que trataremos no próximo capítulo. Assim, quando diz “a gente saiu daquele sofrimento” está relacionado não ao momento de chegada propriamente, mas a vida difícil que precisou viver. Porém, essa condição de sofrimento sendo narrada a partir do presente faz referência não apenas às condições que possuía, mas a forma na qual vivem no presente, materializada, por exemplo, no enfrentamento de tratamentos médicos, ou na memória da perda evidenciada por Luís.

A prática da marcação e os problemas relativos ao deslocamento e outras privações também foram narrados por Lúcia. Sua narrativa foi construída em torno da trajetória da família e da condição de trabalhador de seu pai, enquanto vaqueiro, que dispunha da força de

---

<sup>66</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

trabalho para sustentar a família, a esposa e sete filhos. Ao narrar uma trajetória de sofrimento a partir da memória de infância, Lúcia reconstrói o trajeto percorrido pela família do Mato Grosso do Sul ao Acre e as dificuldades no decorrer do percurso até chegarem ao Setor Rolim de Moura, local onde seu pai realizou uma marcação:

Cátia: A senhora pode falar por que veio para Rondônia, quando chegou

Lúcia: Olha, o ano que eu cheguei aqui, eu nem sei, porque eu cheguei aqui eu era criança ainda. Assim, eu sei que eu devia ter uns seis anos, no máximo, que nós cheguemos aqui. Aí nós sofreu bastante, que era tudo criança né, nos era em sete irmão, tudo criança e aí meu pai saía e a gente ficava, ele saía pra arrumar serviço pra comprar as coisa para gente, pra gente comer né, pra gente se alimentar porque aqui não tinha... onde nos veio morar era tudo dentro do mato, sabe? Nós viemos morar debaixo de um mato memo, de um barraco assim debaixo de um mato, aí nós ficava lá e ele ia. Ia e ficava quinze dias, trinta dias. Nós sozinhos, só nós e minha mãe, assim, lá dentro do mato lá. E, e nós passemos muita dificuldade mesmo. Nos viemos do Acre. Eu nasci no Mato Grosso, daí do Mato Grosso nos foi pro Acre. E do Acre nós viemos pra Rondônia. Lambari do Oeste, o lugar que eu nasci. De lá nos foi pro Acre e do Acre nós tamo aqui até hoje.

Cátia: A senhora sabe dizer por que o pai da senhora escolheu o Acre e depois RO, pra vir morar?

Lúcia: Eu acho que ele pensou que pra cá podia ser melhor, pra sobreviver, daí foi pra lá e lá mexia mais com seringa né, aí não deu certo, e nós veio pra Rondônia e ficô. Aí ele já adquiriu lote né, que naquele tempo era fácil, foi, consegui, aí ele adquiriu e começamos trabalhar e depois eu cresci e casei também, fui morar né com um homem ali de perto que tamem tinha sítio, e tá, foi assim.

Cátia: E no Mato Grosso do Sul ele não tinha terra?

Lúcia: A minha mãe falava que ele trabalhava de, ele era peão. Que antigamente as pessoas tocava boi, nas estrada né. Diz que ele ficava até seis mês na estrada, tocando boi, era, diz que em casa ele era visita. Ele saía pra aquelas estrada assim e ficava até seis mês, cinco mês, quatro mês. Aí resolveu ir pro Acre, e do Acre num deu certo aí viemos pra Rondônia, eu nasci no Mato Grosso, aí nos foi pro Acre eu era bem pequena mesmo, aí num sei nem quanto tempo nos ficamos no Acre também, aí nos viemos, só sei que nós não ficamos muito no Acre não, porque nós viemos eu era criança ainda quando nós chegamos em Rondônia.

Cátia: Porque a senhora fala que não deu certo?

Lúcia: Eu lembro também que era um serviço bem distante da cidade, tinha que andar muito de a pé, sabe? Pra vender a, o cacho que tirava, tinha que andar muito longe de a pé. Eu acho que isso tudo já... era difícil né. Desanimou<sup>67</sup>.

Lúcia é uma senhora de 47 anos, trabalhadora em frigorífico. O contato com ela ocorreu no início de 2016, quando aguardava por uma audiência pública em frente ao Ministério do Trabalho da cidade, devido a um acerto com relação ao não pagamento de orentina por parte do frigorífico em que trabalhava. Na ocasião, eu buscava por contatos e Lúcia aceitou me conceder uma entrevista. Ao me receber em sua casa, e narrar sobre a trajetória da família, ela situa aspectos relativos à formação e à manutenção de sua família numerosa em que cabia ao pai a função de provedor e à mãe o cuidado com os filhos. Nessa estrutura familiar, o pai é interpretado como aquele que ficava ausente do convívio familiar

<sup>67</sup> Entrevista realizada com Lúcia, em 30 de janeiro de 2016.

devido ao trabalho que desempenhava. Ao narrar, relembra as queixas da mãe quanto à ausência do pai, queixas que também são suas, nas quais, por diversas vezes, a manifestou durante a entrevista, o que assinala as possíveis dificuldades que passavam sem ele por perto, algo difícil de sustentar já que menciona que “diz que em casa ele era visita”, ou seja, no tempo em que ficava fora, certamente sua mãe e irmãos passavam necessidades.

A ausência do pai foi narrada por Lúcia ao perguntar-lhe se ele possuía terra. Além de sua resposta ter tomado um caminho diferente, enfatizou que, mesmo com a ausência do pai, a ocupação que exercia não permitia boas condições à família. Mais que isso, a insistência em narrar sobre o assunto denota ressentimentos, considerando que, passados mais de quarenta anos, ela ainda relembra sobre a ausência, como quem quisesse destacar como esse elemento teve um peso em sua vida. Embora não saibamos exatamente qual seja, o fato de não esconder sobre esta ausência, ao contrário, querer falar sobre ela, configura uma justificativa sobre suas condições, um esforço de sua memória em encontrar respostas pela situação vivenciada. Isso permite compreender a avaliação que a trabalhadora faz de sua trajetória, a via de interpretação que utiliza para explicar suas condições, principalmente por tê-la conhecido em um momento difícil de sua vida. O frigorífico que trabalhava acabara de “fechar” e ela lutava para ter seus direitos reconhecidos enquanto trabalhadora.

As dificuldades em torno do trabalho do pai são elementos assinalados por Lúcia como motivos da saída da família do Mato Grosso do Sul. A ida para o Acre, por volta de 1975, rendeu ao pai de Lúcia um trabalho como seringueiro, porém, as dificuldades em comercializar a seringa devido à distância que havia de ser percorrida, o pressionou novamente a buscar por melhorias.

As condições de moradia da família, em barracos em meio à mata fechada, à espera do pai que saía para o trabalho como forma de conseguir algum sustento, são narradas como referência a um período, novamente, de muita dificuldade para a família, já que com seis filhos, sua mãe ficava impossibilitada de, alguma forma, ajudar no sustento da família. De vaqueiro, no Mato Grosso do Sul, seringueiro no Acre, pela segunda vez a situação tornou-se insustentável e deslocaram-se para Rondônia:

Cátia: Aí ele veio pra Rondônia, a primeira cidade foi aqui em Rolim?

Lúcia: não foi aqui. Nos fiquemo na BR, na BR que tem ali, ali perto de Bandeira Branca, fica pra cá de Presidente Médici (RO). Eu lembro que nós fiquemo ali, aí encontrou umas pessoa lá, acho que nem conhecia e fez amizade né, aí nos fiquemo dentro da casa desse pessoal lá, que morava perto da BR lá. Aí meu pai ficô sabendo né, que pegava terra pra cá fácil, aí nós viemo sem saber de nada. Naquele tempo a estrada que tinha era o rio, o rio São Pedro, aí pnhô todo mundo dentro de um bote, a remo, nem a motor não era, e viemo, assim nas escura, sem saber de nada, aí ele

arrumô um barraco lá na beira do rio, eu lembro que era um barraco coberto só por cima, tudo aberto, na barranquinha do rio memo, de dentro do barraco você jogava as coisa assim dentro do rio, aí nós ficamos lá, e saiu porque não tinha como fazer nada lá, porque só era mato, e saiu, deixou nós lá e saiu, trabalhá pra comprá as coisa pra levar pra nós comer. E nós ficamos lá. Ele ficô sabendo que pegava terra aqui né, para cá né, aí nós viemos pra cá. E aí eu acho que chegou no lugar que ele queria de certo, que ele gostou do lugar, bem assim, não tinha nada, só mato, só mato, não tinha gente morando não tinha nada. Aí nós, aí nós paremos lá num lugar lá, e ele fez um barraco lá e nós ficamos lá.

Cátia: Foi nesse lugar que ele conseguiu ganhar a terra?

Lúcia: Porque antigamente, assim, num tinha ninguém, então aonde que a pessoa chegasse que parasse e ficasse ali ele era dono, era assim porque tinha muita terra e não tinha ninguém, que era muito difícil, aonde você chegasse que você fizesse um barraco e você ficasse era seu.

Cátia: E o INCRA veio e regularizou?

Lúcia: E, demorou muito, demorou mais dez anos ainda, pro INCRA vim pra dá o documento né. Aí ficô lá, e se o pessoal permanecesse lá, aí quando o INCRA vinha né, aí te dava o documento. Aí se podia pegar o tanto que você quisesse. Meu pai ele pegou quarenta e dois alqueire, era bastante terra. Se você quisesse pegar dois lote, três lote, aí é você que sabia. Tinha que abrir, plantar, fazer barraca né, naquele tempo era tudo barraco né, tudo de ...feito lá no mato memo né, aí se a pessoa permanecesse lá, e o INCRA passasse lá ele dava

Cátia: E ele começou plantar o quê?

Lúcia: Aí ele abriu e começô né, plantar arroz, milho, feijão, aí começô, aí foi abrindo, aí foi plantando.

Cátia: E ele conseguiu comercializar?

Lúcia: Não, não tinha como tirar, só era mesmo pra despesa assim, porque não tinha como sair, não tinha estrada, era difícil, só pro consumo. As vez a minha mãe fazia farinha, assim pra vender, fazia rapadura, assim, aí meu pai levava de bote, lá pra BR lá, mas assim, era pouco também né, porque não dava pra levar muito né, era assim, era isso<sup>68</sup>.

Pela narrativa de Lúcia, vemos que a intenção da família não era necessariamente ir para Rondônia, mas encontrar um lugar que possibilitasse melhores condições de vida e de trabalho, o que moveu sua família a migrar. Assim, a primeira tentativa da família foi o Estado do Acre. Certamente, no período que se deslocaram, a atividade extrativista da borracha se apresentava atrativa aos trabalhadores e, embora o Acre também os tenha atraído em busca de terra, ao que tudo indica, a extração da borracha ainda vigorava enquanto atividade econômica forte. Lúcia não se recorda exatamente os motivos que fez seu pai desaminar deste lugar, e enumera como motivo as longas distâncias para comercializar a borracha. Talvez essa situação e a impossibilidade de conseguir terra, já que sua finalidade ainda era a atividade extrativista, fez com que o pai de Lúcia procurasse novos horizontes, porém, marcados por incertezas, já que contaram com a sorte de encontrarem pessoas que lhes desse pouso e os tirasse da BR.

Após serem informados sobre a possibilidade de conseguirem terra por meio de marcação, sua família empreendeu nova jornada, como diz Lúcia “nas escuras”, em meio a

<sup>68</sup> Entrevista realizada com Lúcia, em 30 de janeiro de 2016.

rios, pois não havia estradas, parando em barracos, tudo isso à procura do lugar que havia sido informado. Imaginamos como deve ter sido a vida desta família nessa empreitada, com uma família numerosa, entre o desafio de encontrar a terra e marcá-la e a luta por sobreviverem num local destituído de recursos em que seu pai precisava “trabalhá pra comprá as coisa pra levar pra nós comer”.

Esse drama não foi vivido apenas pela família de Lúcia, mas por muitos. Também não está relacionado à década de 1970. Cotidianamente, famílias se deslocam em busca de melhores condições de vida e de trabalho. São muitos os elementos que levam aos deslocamentos, mas invariavelmente estão relacionados às condições colocadas a todos que, de alguma forma, vivenciam limites e pressões no mundo do trabalho ou na vida familiar.

Se no caso de Luís e Edirles, Luís se deslocou primeiro a fim de organizar a vida na localidade, embora Edirles também tenha passado dificuldades ao se deslocar dez anos após Luís, em relação a Lúcia toda a família vivenciou as adversidades colocadas no período que se mudaram. Deslocaram-se juntos, pois dependiam do pai enquanto provedor. Para nenhum dos entrevistados a ida para Rondônia foi considerada fácil. Ao contrário, as trajetórias foram marcadas por dificuldades diversas, uma vida de luta na qual estão presentes elementos diversos, que vão desde a estranheza pelas falta de recursos mínimos até a distância de familiares. Ou ainda, as diferenças na dinâmica que compõem outros locais. Esta percepção está presente na vida de quem também precisou se deslocar em períodos mais recentes. Essas diferenças podem ser sentidas e se materializam nas relações, numa localidade que carrega concepções e práticas pautadas em aspectos conservadores, cuja historicidade possui relações com seu processo de constituição.

Lúcia situou a participação de sua família nos projetos de colonização antes mesmo do início da distribuição dos lotes. Nesse processo, é bem provável que a prática da marcação tenha pressionado a autarquia a dar encaminhamento aos projetos e a regularização das marcações. Diante das dificuldades vividas na localidade, para Lúcia, o fato de permanecerem já era motivo suficiente de terem a terra regularizada, embora a documentação só fosse dada pelo INCRA bem depois. Podemos dizer que a condição colocada à família de Lúcia, Edirles e Luís para que tivessem sua terra regularizada foi essa: permanecer numa localidade privados de diversos recursos como forma de assegurarem no futuro suas terras.

Ao trazer em sua memória as condições enfrentadas pela família, Lúcia situa aspectos mencionados por Luís sobre a marcação da propriedade, a moradia em barracos e o trabalho pautado no cultivo de alimentos que servissem para a subsistência. A diferença está relacionada à localidade em que o pai de Lúcia marcou a propriedade, esse lugar, devido ao

acesso à BR, permitido por meio de rios, possibilitava que comercializassem, na medida do possível, farinha e rapadura, produzidos por sua mãe. Esta experiência representou para a família não apenas a constituição do direito à propriedade onde pudessem plantar e sobreviver, mas também a possibilidade de algum convívio familiar, já que a ausência do pai era motivo de queixa de Lúcia e de sua mãe.

Ambas as entrevistas possibilitam perceber a composição desse grupo social numa dimensão temporal e espacial que indicam as possibilidades que estavam colocadas a outras pessoas que também vivenciaram situações semelhantes. Assim como Edirles e Luís, nem todos tinham condições de comercializar, já outros, como a família de Lúcia, devido à localização, conseguiam obter alguma renda daquilo que produziam.

Também foi possível perceber os significados dessas relações na vida dos trabalhadores. Embora citem pontos comuns, o modo de lembrar àquela realidade se difere, pois, para Lúcia, a trajetória é lembrada, tendo em vista sua condição enquanto criança, por isso, para ela, a noção de sofrimento se difere daquela narrada por Edirles e Luís. Para ela, o sofrimento possui relação com as ausências do pai, que saía para o trabalho e à sua espera, para que lhe trouxesse algo para se alimentar. Por esse motivo, a figura do pai esteve sempre presente no decorrer da entrevista como aquele que, por ter enfrentado esse processo, teria mais a me contar. Destacadas as diferenças, o que essas narrativas possuem em comum são as descrições sobre a falta de condições encontradas e as privações a que ficaram submetidos, como forma de participarem, cada um a seu modo, dos projetos, criando diversas alternativas para sobreviverem e permanecerem na localidade.

## 1.2 A AQUISIÇÃO DA TERRA POR MEIO DA COMPRA DA MARCAÇÃO E INSCRIÇÃO NO INCRA

Os deslocamentos para Rondônia se revestiram de uma diversidade de experiências nas quais diferentes modos de apropriação ocorreram. A prática da marcação não foi, nesse sentido, a única forma de aquisição da propriedade da terra, houve aquisições por meio da compra de marcação já realizada por outras pessoas, assim como por meio de inscrição no INCRA. Outros, no entanto, apesar da inscrição, não conseguiram, por diversas razões, possuir uma propriedade.

Pedro, por exemplo, é um trabalhador de 77 anos, aposentado, que, ao chegar a Rondônia, em 1972, adquiriu uma propriedade por meio de inscrição no INCRA. Ele narra uma longa trajetória enquanto agricultor no Estado de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e

Rondônia. Primeiro, com o trabalho na terra do pai, depois cuidador de fazendas, como meeiro, até chegar a Rondônia, onde conquista uma propriedade. Nesse processo, de idas e vindas, sua narrativa é construída a partir das perdas que sofreu no decorrer de sua vida, primeiro com a morte do pai, depois dos filhos, a perda da propriedade e de sua esposa:

Cátia: Em que lugar o senhor morava antes de vir para Rondônia?

Pedro: Eu nasci em Minas Gerais (1939), eu nasci num município chamado Pavão. Daí mudamos pra, pro Espírito Santo em Sete Lagoa, ficamos uns trinta anos, depois meu pai morreu, aí nós foi vim pro Paraná, aí vim pro Paraná, do Paraná fiquei um bocado de tempo no Paraná, fiquei sete ano no Paraná, depois voltei pra lá de novo, de lá eu voltei, de lá eu vim, fiquei lá dois ano, (Espírito Santo) casei, e vortei pra qui pra Rondônia, aqui em Rondônia eu tive uns altos e baixos mais a gente tá conseguindo né, vivê, é.

Cátia: E em Minas o senhor trabalhava em quê?

Pedro: Minas a gente trabalhava, a gente era agricultor, a gente trabalhava na roça, eu plantava mandioca, lá não dava arroz, era difícil, dava feijão, milho e mandioca, só, mas que a gente mexia era com lavoura de café. Outra coisa, a gente não comia arroz lá não, lá o que tinha pra gente comê era feijão com farinha e carne de porco (risos), só, não tinha, só se comprasse na cidade, fui criado num lugar longe de cidade, é, cem quilômetro de cidade num lugar por nome de corda do meio. E ficava longe da cidade daí a gente não tinha jeito de i na cidade direto prá comprá as coisa.

Cátia: E a terra era da família do senhor?

Pedro: A terra era de meu pai, uma fazendinha sabe, essa fazendinha meu pai morô um bucado de tempo lá, uns doze ano, adepois vendeu e nós veio pro Espírito Santo e era esse lugar por nome de Sete Lagoa, aí nós morô uns quinze ano, uns quinze, uns quinze a vinte ano, nós morô ali, adepois meu pai morreu, tinha um pedacinho de terra que tinha, fazê inventário, fez inventário pra nós, fez inventário e acabô com o que tinha, ficô mixaria, acabô com tudo que tinha, lá o que nós fazia lá, só plantava mandioca, milho, feijão, arroz não.

Cátia: No Espírito Santo? Mas na terra de vocês ainda?

Pedro: No Espírito Santo, era nossa a terra ainda, depois o pai morreu, deixô os filho tudo pequeno, aí eu que trabaia, eu não aguentava trabaiaá direito mais eu trabaia, eu e meu irmão trabaia, o último da família que era o cassula, trabalhamos dois ano, aí foi ino, foi ino, nós veio, eu vim pro Paraná, e lá ficô um pouco lá, minha mãe sofreu muito com, com esse negócio de sofrê pra, eu esqueço muito, aí minha (mãe) sofreu muito prá (pausa) comê, comprá as coisa, pra comê porque depois vendeu tudo a terra, e só ficô um pouco dos menino que era órfão (do pai) e acabô assim a gente foi obrigado mudá de lá, uns mudô pro Paraná, outros mudô pra Rondônia, inda tem dois irmão meu mora em Linhares, dois irmão meu, um chama Gabriel o outro chama Euclides, eles morô lá em Linhares<sup>69</sup>.

O contato com Pedro também ocorreu na Associação dos Idosos da cidade. Na ocasião, ele e a atual esposa aceitaram conceder a entrevista em sua casa. Pedro descreveu seu percurso de forma circular e repetitiva em torno dos lugares que morou. Por isso, foi preciso dialogar para compreender os sentidos nos quais o entrevistado buscou construir sua narrativa. Nascido em Minas, o primeiro elemento que marca sua narrativa é a frequência na qual cita a perda de seu pai ocorrida quando sua família já havia se mudado para o Espírito Santo. A perda do pai significou para Pedro ter que trabalhar para os outros já que, com sua morte,

<sup>69</sup> Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

houve a divisão da terra entre os irmãos e com o tempo a perda do que tinham. Com isso, os filhos, dentre eles Pedro, precisaram assumir as responsabilidades da família, por isso a centralidade de sua narrativa gira em torno dela. Isso marca tanto sua trajetória enquanto trabalhador, quanto sua narrativa sobre as dificuldades da mãe para criar os filhos sem o pai e uma possível desestruturação familiar, já que ele narra que, aos poucos, seus irmãos precisaram tomar rumos diferentes em busca de melhorias. Ele próprio mudou-se para o Paraná, em Umuarama, trabalhando com empreitas em fazenda, porém, com sete anos de trabalho nesse local, retornou para o Espírito Santo, depois Minas Gerais onde se encontrava sua mãe. Pedro narra que, no período, era solteiro. As dificuldades que passava a mãe pesaram em sua escolha e, assim, o fez retornar para a casa dela. No entanto, não demorou e Pedro constituiu sua própria família e resolveu se mudar para Rondônia:

Cátia: Que ano que era quando o senhor chegou em Rondônia, o senhor lembra?

Pedro: Eu cheguei em Rondônia em setenta e dois, cheguei em setenta e dois

Cátia: Já tinha alguém da família aqui?

Pedro: Não, era eu só.

Cátia: Com a esposa?

Pedro: com a esposa, ela é falecida, o nome dela é Geni, Geni Leal, cheguei ali em Cacoal, não, eu cheguei em Ji Paraná, fiquei um ano em Ji Paraná depois voltei pra Cacoal, e foi um sofrimento ali em Cacoal, tinha, os filho começô morrê, eu peguei lote ali na duzentos e quatro, foi preciso vendê o lote porque morreu dois filho, foi preciso vendê o lote prá pagá conta dos hospitais, e foi, e foi ino, foi ino até tá chegano esse tempo agora que eu tô com setenta e sete ano<sup>70</sup>.

A ida para Rondônia foi marcada por mais perdas. Desta vez, dos filhos e com o tempo da esposa. Com a perda dos filhos e devido às despesas hospitalares veio também a perda da propriedade que adquiriu do INCRA. Os filhos de Pedro morreram um recém-nascido e o outro com problemas desde dois anos. Esta perda tem um peso significativo em sua narrativa, pois, em todo momento, relembrou a perspectiva que o moveu ao Estado e os problemas que surgiram ao chegar:

Cátia: Como o senhor ficou sabendo de Rondônia?

Pedro: Foi assim, aquele povo que vinha pra cá voltava lá e dizia Rondônia é um lugar muito bom pra morá porque a pessoa chega lá ele pega terra uma quantidade de terra pode, amanhã e depois pode produzi alguma coisa, aí nós veio pra aqui, por exemplo eu peguei terra e fiquei até muito bem aqui mas depois as coisa teve uma baixada pro meu lado, mas eu senti muito bem aqui.

Cátia: E o senhor fez inscrição no INCRA?

Pedro: Eu cheguei aqui em Cacoal eu fiz uma inscrição e tinha que fazê a inscrição prá pegá a terra aí com trinta dia eles entregava a terra do dia da inscrição aí quando os trinta dia me entrego a terra, eu peguei a terra aquela área de terra na linha duzentos e quatro no quilômetro sete e meio, eu peguei essa terra e não tinha água

<sup>70</sup> Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

dentro daquela área de terra de quarenta e dois alqueire, aí eu fui no INCRA de Cacoal, e falei com eles, eles nós vai dá outra terra mas até hoje não me deu essa terra. Aí eu peguei e vendi meu direito, só meu direito só daquela terra até hoje esse lote tá aí na duzentos e quatro mas ele não tem água, naquela área de quarenta e dois alqueire de terra ele não tem água.

Cátia: Aí o senhor vendeu o direito e comprou em algum outro lugar?

Pedro: Eu comprei uma área de terra lá em Zidrolândia, em Zidrolândia, eu comprei essa área de terra mais eu comprei numa biológica, aqui em Rondônia, era uma área indígena encostado do Rio Consuelo e comprei essa, essa biológica, eu perdi a terra. E até hoje não me derou outra terra, nem vai dá, já passô do tempo.

Cátia: Nesse sítio que o senhor pegou aqui chegou plantar?

Pedro: Aí eu plantei mandioca, banana, laranja, é, e fiz um barraco só, derrubei só dois alqueiro nesse sítio, derrubei dois alqueiro, fiz um poço, e mais eu sofri tanto, vinha a pé de Cacoal vim aqui por dentro aqui no lote aqui na linha duzentos e quatro. Eu vinha de pé. Eu fiz um poço na frente assim, afastado da linha assim uns cinquenta metro deu uma pedra, um lajero, um lagero, pra modi eu i apanhar água, onde eu apanhava água, eu apanhava água no rio bambu, longe, depois o meu amigo furô um poço deu na pedra tamém mais minava um chorim de água, todo dia de manha cedo tinha di i lá enchê as vasilha d'água, muito ruim lá enchê as vasilha d'água pá trazê pá, pá custei do dia né. Porque a água só juntava a noite, todo dia tinha di fazê isso, aí eu derrubei dois alqueiro desse mato e não me arribei, falei eu vô vendê meu direito e vô ...naquele tempo era baratinho, eu vô vende meu direito e eu vô embora pá Cacoal, eu não cheguei morá no lote não, eu só trabaiava.

Cátia: e o senhor morava na cidade?

Pedro: eu morava na cidade de Cacoal<sup>71</sup>.

Compreendo que, ao narrar sobre a perda do filhos, Pedro buscou expressar seus sentimentos e o quão doloroso foi para ele viver esse processo. Não conseguimos mensurar os significados que a experiência da perda representou para Pedro. Aliás, como é possível defini-la? Sabemos apenas que viver a expectativa em torno da propriedade foi marcada por estas experiências e que, em sua narrativa, elas apareceram com muita força, como quem quisesse situar sobre o saldo de sua trajetória.

Assim como para outros, não havia alternativas profissionais para Pedro nos Estados que percorreu, e a possibilidade de conseguir melhorias a partir do que era divulgado sobre Rondônia, principalmente por pessoas que já haviam se deslocado, o moveu para lá. É possível que a divulgação sobre Rondônia não tenha sido positiva. Pedro menciona que a decisão em se mudar e ganhar terra tinha como projeção o fato de a terra “amanhã e depois pode produzi alguma coisa”. Isso reforça o fato de que não havia escolhas e, mesmo na incerteza quanto ao local ou até mesmo à fertilidade da terra, era a alternativa que se colocava. Pedro passou por problemas que também foram vividos por outros entrevistados, dentre eles, com água, diferente de Luís e Edirles, que tinham acesso a esse recurso em abundância. Problemas relativos à saúde e à distância que precisava percorrer para trabalhar no sítio que ganhara também se configuraram obstáculos.

---

<sup>71</sup> Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

Devido à prática da marcação, supomos que não apenas Pedro tenha adquirido uma área em terra indígena após perder a terra que ganhou do INCRA. Diversas reportagens noticiadas pelo Jornal O Globo fazem referência à entrada de trabalhadores nessas terras. Apesar de o Jornal os julgarem como invasores, é provável que muitos, assim como Pedro, acabaram enganados quanto à procedência da terra que adquiriam.

Os dramas vividos por Pedro quanto ao problema com água, saúde e aquisição da terra também foram narrados por trabalhadores, que, assim como, ele chegaram na década de 1970. Trata-se de entrevistas produzidas pela CPT<sup>72</sup>, cujo objetivo era produzir memórias como uso político do passado, ação realizada tomando como base sempre a ótica do tempo presente, ou seja, considerando as projeções em torno da produção de um material que servisse como respaldo às ações da igreja.

As narrativas são marcadas por disputas por terras supostamente ocupadas em área de fazenda. Locais destinados pelo INCRA sem água e sem estradas, disputas com a autarquia e a necessidade de desenvolverem outros trabalhos para se manterem no local.

José Firmino, 18 anos, foi um dos entrevistados pelos agentes da Pastoral. Natural de Alagoas, mudou-se com a família para o Mato Grosso do Sul. Retornaram para Alagoas, em 1970 voltaram para Fátima do Sul/MS e, em 1973, deslocaram-se para Rondônia. Com uma família numerosa, composta por seis pessoas, a família de José soube, por meio de noticiários, sobre a possibilidade de ganhar terra em Rondônia. Como trabalhavam em fazendas e já havia ouvido de um vizinho sobre Rondônia, deslocaram-se de ônibus para Cacoal, local em que alugaram uma casa e marcaram uma data em frente à igreja da cidade. Com poucos recursos (C\$300,00), iniciaram trabalhando como carpinteiros, sendo que, das seis pessoas, 3 eram crianças. O trabalhador narra que chegavam, todos os dias, de 5 a 6 famílias em Cacoal, fora aquelas que seguiam adiante. Algumas famílias chegavam de caminhão com 3 a 4 mudanças. Chegavam, marcavam datas e recebiam um recibo do INCRA. Porém, pela descrição do trabalhador, no campo tal processo se diferenciava:

Trabalhamos aqui até 75 porque não conseguimos pegar lote. Cada 2-3 meses o pai ia no INCRA. Até 74 só tinha feito seleção. Em 74 o INCRA mandou pegar lote no outro lado do rio Machado, deram o n do lote. Mas era área de fazenda. Eles sabiam que era de fazendeiro, na linha Barreiro. O pessoal entrava, os fazendeiros diziam que não era pra entrar. Já tinha muita gente. Aconteceu de posseiros saírem do barraco e vir a pessoa da fazenda e tocar fogo no rancho. Quem insistiu em ficar,

---

<sup>72</sup> Vale considerar que a ação da CPT não se restringe à localidade estudada. A produção de memória pelas diversas pastorais no interior da igreja católica no período faz parte de um processo histórico cuja articulação com outros Estados era visível. Remonta ao processo de constituição das Centrais Sindicais, de constituição do Partido dos Trabalhadores e demais movimentos constituídos durante as décadas de 1970 e 1980, questões discutidas por Sader em sua obra *Quando Novos personagens entraram em Cena* (SADER, 1988).

foram tratados com violência e um foi morto. O pai foi ver e desistiu; não quis saber<sup>73</sup>.

José Firmino traz elementos representativos de relações estabelecidas por trabalhadores que, acreditamos, não ficaram restritas apenas às suas experiências. O primeiro deles diz respeito à luta junto ao INCRA a fim de ganharem a propriedade no campo. Ao tempo em que precisavam trabalhar para garantir a sobrevivência, José menciona a luta de seu pai para conseguir a terra, cujo êxito só foi possível na terceira tentativa. Nesse processo, os sentidos atribuídos pelo trabalhador não podem ser desconsiderados. Em relação à primeira investida do pai em área de fazenda, na qual desistiu, Firmino menciona “Eles sabiam que era de fazendeiro”, ou seja, o trabalhador significa a relação da autarquia junto a seu pai como proposital. Já que eram os responsáveis pela distribuição das terras como não saber quais áreas estavam ocupadas?

Depois foi no INCRA de novo; disse que lá não dava, que o pessoal tava bravo e que era área de fazenda. O INCRA mandou ir para o Castanhal, deu n do lote e tudo certinho, na linha 1. Era área de fazenda mas o INCRA dizia que 100 há Km em volta da cidade não tinha direito a área de fazenda. Aí o pai foi, achou as terras boa e trabalhou lá dois dias, fazendo o limpo do galpão. Depois chegou em casa bem animado porque a terra era boa; trouxe até amostra da terra. Tinha uma caxoeira no lote, tava animado. Comprou comestíveis prá comer no lote e voltou prá lá com a turma prá ficar uns 15 dias. Era uma turma de outros que estavam pegando lote no mesmo lugar (uns 30 homens). Quando chegou na porteira prá entrar no matto escutaram uns tiros perto de um altinho. Aí o fazendeiro correu com a jagunçada prá frente, prá perto da marcação. Aí o pai falou com os companheiros que fosse 3 a 3 e quando chegasse mais perto ficasse os outros prá trás e fosse só 3. Aí achou no chão três cascos de bala 38 que eles tinham atirado. Tinham dado um tiro com carabina 44 mas não tinham deixado a casca no lugar. Mais na frente encontraram com o fazendeiro e outro jagunço. O fazendeiro procurou o que o pai tinha ido fazer lá na área da fazenda. Respondeu que tinha ido trabalhar no lote dele. O fazendeiro falou: mas você tem lote aqui? Não sabe que é área de fazenda? Você não viu a placa lá na entrada que diz que é área de fazenda? O pai falou que tinha visto mais vinha com ordem do INCRA, que eles tinham dado lote ali. Aí o fazendeiro disse que se eles mostrassem o cartão do INCRA com a ordem eles deixavam entrar no lote, mas senão eles tinham munição prá brigar um ano. Aí o pai e todos os outros voltaram prá trás e foram no INCRA<sup>74</sup>.

Novamente, seu pai teria recorrido ao INCRA que lhe designa outra propriedade, terra boa, alguns dias trabalhados e, de novo, problemas. Desta vez, o traquejo teria sido com o suposto dono da terra que lhe cobrou “o cartão do INCRA”. Sem o tal recibo de autorização,

<sup>73</sup> Entrevista com José Firmino realizada pela CPT. Disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino). Site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 09 de junho de 1978

<sup>74</sup> Entrevista com José Firmino realizada pela CPT. Disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino). Site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 09 de junho de 1978

seu pai teria retornado a negociação com a autarquia. Firmino interpreta a luta do pai enquanto uma relação de poder exercida pelo INCRA. Como não acreditar na palavra da autarquia, único poder local, designando a tão esperada propriedade? Porém, não se trata apenas de relações de poder. Nelas não podemos desconsiderar o jogo com os valores dos trabalhadores, em que a palavra da autarquia se apresentava como uma garantia para eles. No entanto, se os valores imbuídos os faziam acreditar na palavra da autarquia, para o suposto dono da propriedade que lhes cobrava a autorização, ou seja, o documento, ela não possuía o menor valor. Isso demonstra que a garantia de segurança que mencionamos nas considerações iniciais ressaltadas por um funcionário do INCRA, quando da entrega dos lotes, foi posta à prova. Do mesmo modo, a fala do governador Jorge Teixeira, em 1981, que ressaltava que eles seriam recebidos com trabalho, solidariedade e respeito, e de que o Estado fora construído por mãos calejadas, denota as condições enfrentadas por aqueles que chegaram na década de 70.

Daí o pai mostrou as cascas de bala pro Executor do INCRA em Cacoal. Eles ficaram calados. O pai disse: eu vim aqui pro Território foi pra trabalhar; olha o que foi que eu achei (e mostra as cascas). (isto entre 74 e 75). Aí eles deram outro lote lá no Abaitará. Lá o lote era cortado pelo INCRA. Não era área de fazenda. Mas o pai não quis porque a terra era muito ruim. Só tinha campo puro. A mata mais alta que tinha era de 8-10 metros de altura. A água era muito longe, quase nos fundos do lote. Além disso tinha muita serra. Daí o pai não quis porque além da terra ser ruim tinha que andar um dia inteiro de bote subindo o rio Machado, de Pimenta Bueno prá lá, e depois tinha que andar 5 Km na mata. Foi ao INCRA e devolveu o n do lote. No INCRA disseram prá esperar a outra chamada para o Projeto Rolim de Moura. Em 76 nós ganhamos o lote no Rolim de Moura, na linha 208, no Km 5,5, lote 11, Gleba 01. Lá nós estamos animados porque a terra é boa. Tem 11 alqueires derrubados; 6 mil mudas de café, 4 mil de mandioca, 500 de cana. Tem ainda laranjeiras, abacate, coco, 500 covas de banana. Neste ano estamos roçando 2 alqueires prá derrubada. Passamos 4 anos morando na cidade prá poder ir pro lote. Mas não parava; quando vinha do mato ia trabalhar de carpinteiro. Formamos Cacoal. Passamos 3 meses, quase sem parar o martelo, trabalhando das 6 à 6 hs., fora as construções nossa que nós fazia pra vender. Pegava data, fazia casa e ia mudando. Com o dinheiro das casas ia derrubando (empreitadas) lá no lote e metade para comprar a datas e a madeira. Teve gente que chegou depois de nós e pegou lote primeiro. O INCRA dizia prá entrar nas áreas de fazenda porque tinha idéia de cortar todas as fazendas em lotes. (Parece que a fazenda Castanhal metade ficou com os fazendeiros e metade foi loteada)<sup>75</sup>.

Firmino destaca que seu pai só conseguiu a propriedade na terceira tentativa. Ao voltar ao INCRA e mostrar-lhes as cascas de bala, seu pai teria dito “eu vim aqui pro Território foi pra trabalhar; olha o que eu achei”. Com essa afirmativa, o pai de Firmino colocou em xeque e, ao mesmo tempo, utilizou do discurso que já vinha sendo propagado por diversos meios de

---

<sup>75</sup> Entrevista com José Firmino realizada pela CPT. Disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino). Site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 09 de junho de 1978.

comunicação, antes mesmo de 1980, de que Rondônia estava a oferecer terra e trabalho. Em outras palavras, se a proposta era terra e trabalho, como o trabalhador que apresentava esse propósito, além de não conseguir terra, estava a enfrentar aquela situação? Ou seja, o trabalhador se valeu do discurso governamental para reivindicar seus direitos.

Vale ressaltar que as investidas dos trabalhadores em áreas de fazenda sob autorização do INCRA pode ter custado a alguns a própria vida. Ao dizer “Teve gente que chegou depois de nós e pegou lote primeiro”, expressa que as relações estabelecidas na localidade eram incertas e injustas, e que garantir uma propriedade estava condicionado ao enfrentamento e à luta não apenas com a autarquia, mas com outros agentes e, enquanto a terra e a subsistência não vinham, outra luta travada era pela sobrevivência. Assim, Firmino ressalta: “Mas não parava; quando vinha do mato ia trabalhar de carpinteiro. Formamos Cacoal. Passamos 3 meses, quase sem parar o martelo, trabalhando das 6 à 6 hs”. O trabalho como carpinteiro também se colocava como um meio de adquirir recursos e realizar o pagamento para a abertura da propriedade, afinal, apenas ganhar a terra não era suficiente para nela permanecer. A necessidade de abrir e fazê-la produzir implicou desenvolver outras formas de trabalho. Vemos, nesse caso, que as projeções feitas pelo trabalhador estavam em conseguir a propriedade e nela trabalhar, e que os diversos trabalhos realizados se colocavam como condição para a permanência na terra.

A narrativa de Firmino exemplifica as forças colocadas na localidade. O documento da terra evidencia a força da palavra escrita como forma de controle. Também exemplifica a disputa entre capital e trabalho nos piores momentos de mudança das relações capitalistas, na qual não havia nenhuma estrutura e os trabalhadores foram atraídos pela promessa da propriedade. Desse ponto de vista, a melhor maneira de se começar a localidade era oferecer propriedades. O papel cumprido pelo INCRA caminhou nessa direção, conferindo expectativas aos trabalhadores, marcadas, no entanto, por um processo de espoliação, expulsão, formas de controle e mortes.

As condições de chegada daqueles que se deslocaram na década de 1970 trazem questões em comum. São trabalhadores informais, temporários, que se deslocavam com poucos recursos e, à medida que chegavam, desenvolviam diversas formas de trabalho enquanto lutavam para conseguirem suas propriedades. Capinando datas, carpinteiros, derrubando mata ou arrendatários, estas ocupações são as atividades que mais aparecem nas entrevistas realizadas pela CPT e naquelas que realizei. Tais ocupações, colocavam-se como condição para que os trabalhadores adquirissem recursos, pudessem abrir suas propriedades e manter a sobrevivência. A referência a famílias que chegavam em grande número, a espera

pelo lote, os conflitos e as mortes devido às disputas por áreas requeridas por fazendeiros também são questões recorrentes nos registros feitos pela CPT. Em alguns casos, os trabalhadores passavam por diversas investidas em terras destinadas pelo INCRA, em disputa com fazendeiros até que conseguissem uma propriedade para fixar moradia. Porém, isso não significa que todos que passavam por situação semelhante tinham outra terra destinada pela autarquia. O fato de entrarem em áreas de fazenda sob autorização do INCRA denota como os trabalhadores estavam jogados à própria sorte, ou seja, como a autarquia condicionava a aquisição da terra ao enfrentamento com os supostos proprietários.

Em algumas fontes há a descrição de possíveis situações em que, ao chegarem na propriedade, encontraram sinais de que a terra já havia sido designada a outros trabalhadores. Questionamos, nesse sentido, o que teria ocorrido com esses trabalhadores? Se considerarmos as condições pelas quais estavam submetidos, um forte elemento que pressionava a permanência desses trabalhadores tinha relação com a falta de saúde pública e de recursos para a realização de tratamento particular. Todas essas questões evidenciam as condições encontradas e o modo como os trabalhadores vivenciaram aquilo que se colocava no período como possibilidade de melhorias. A construção de uma memória pela CPT sobre a localidade revela o objetivo de denúncia por esta agência das condições encontradas pelos trabalhadores quando chegavam, ao mesmo tempo em que se potencializava enquanto instituição.

Nos registros da CPT e nas entrevistas realizadas, parte das condições de trabalho na época diz respeito a trabalhos informais, como na fonte abaixo, cuja trajetória é de um trabalhador que, submetido a uma relação de trabalho por meio de porcentagem, teria se deslocado para Rondônia, onde precisou desenvolver serviços por dia. José F. da Silva, 38 anos, natural de Montes Claros/MG, descreve sua trajetória marcada pela perda da mãe aos cinco anos de idade e as difíceis condições que enfrentou no Paraná, local que morou dos 13 aos 22 anos, até ouvir falar sobre Rondônia, avaliar sua situação e resolver se mudar. No Paraná, trabalhava com porcentagem e havia perdido 5 alqueires de terra que adquiriu por estar “enrolado”. A partir desse histórico, José F. da Silva narra:

A coisa tava ruim demais e vi dizer que o governo tava dando terra aqui; então vendi as coisinhas que tinha e vim. Vim de ônibus. Cheguei aqui com Cr\$650,00. Aqui fui entrosando com o pessoal, trabalhava um dia com um, um dia com outro, fui encontrando uns conhecidos. Quando a coisa apertava o sr. Geraldo me ajudava. Fui no INCRA, fiz a inscrição (75) e com muito custo eles me deram o lote. Depois extraviaram os meus documentos e precisou fazer de novo. Teve um rolo entre os chefão, um saiu e acho que juntaram tudo, jogavam fora, queimaram e precisou fazer de novo. Recebi o lote em 1976, na linha 172 do Setor Rolim de Moura (Gleba 19 – Km 16, 5-17). Prá entrá lá foi o maior sacrifício. O INCRA deu o nº do lote, levou até a uma altura da estrada e disseram: ‘vão lá no seu lote é esse aqui

(mostram no mapa) e vocês procuram lá. Ainda a linha fomos nós que abrimos, não tinha aberto. Fomos em 150 pessoas, no mesmo dia. (Tinha aberto a linha 172 até o km 16; do 16 pra frente foi tudo a gente que abriu. Foi aberto 9 Km. Nós abrimos a olho. Aí deu errado. Depois é que o INCRA entrou com engenheiro e viu que tava errado. Mas o INCRA já tinha começado a linha com 3m de diferença. Lá no fim da linha já deu diferença de 650m. Por isso teve gente que perdeu 2-3 alqueires de derrubada, quando o INCRA foi acabar de acertar (há 4 meses). As linhas 172, 168 e 164 se cruzaram. A 172 já foi consertada. As outras foi consertada por picadeiro, mas nem levantamento foi feito<sup>76</sup>.

Com poucos recursos, ressalta que a alternativa, além dos trabalhos que arrumava, era contar com a ajuda de outros, demonstrando, assim, que a relação de sociabilidade estabelecida era uma saída quando vinham as dificuldades. Se no caso do trabalhador Firmino as disputas com supostos proprietários marcam as dificuldades encontradas, com José o problema com a perda da documentação marca seu dilema junto a autarquia com quem precisou se relacionar, e “com muito custo” lhe deu o lote. As condições narradas por este trabalhador se assemelham às questões já apontadas por Luís, Edirles e Lúcia. A falta de estradas, além do difícil acesso ao lote, dificultava transportar o básico, a alimentação.

O pessoal do INCRA que foi fazer levantamento ficaram brabo porque os parceiros não plantam cereais. Mas se não tem estrada, como é que faz? A gente mal leva o que comer!... [...] Muitos parceiros saem doentes de malária? Tem mosquito demais e as pessoas não tá com sangue muito bom então cria feridas nas pernas, dá coceira. Tem acontecido muita morte. Um pouco é malária, um pouco é outros que matam por motivo de terra. Um entra no lote do outro. O INCRA dá documento prá um e outro já tá dentro do lote. O INCRA diz que é pra aquele que tem documento entrar e o outro sair, mas no fim se enfezam e por fim se matam. Ontem eu falei pro seu Antônio, que tá nesta situação: ‘o sr. Não entra lá que o sr. vai morrer. Aguarda até eles dar outro lote prá ele. O atendimento de saúde é muito pouco. Na semana passada um homem se machucou com um pau; nós pedimos pro INCRA ir buscar mas não apareceram. Disseram que o avião estava pra Brasília. Tem farmácia e um medicozinho no patrimônio do Setor, mas quem não tem recurso não aguenta porque é muito caro a coisas. Os remédios é tudo comprado. Um tratamento de malária custa de Cr\$ 400,00 até Cr\$ 20.000,00; isto não tem base. E ainda precisa Deus ajudar muito prá não morrer. Muitos tem morrido dentro do hospital: não sei, parece que não acertam o tratamento. Se o hospital é pelo Funrural mas os remédios é tudo comprado<sup>77</sup>.

A queixa do trabalhador com relação à acusação do INCRA de que os trabalhadores não estariam produzindo, evidencia uma pressão quanto à produção de alimentos verificada inclusive nos relatórios da autarquia como veremos no segundo capítulo. Ao dizer “Mas se não tem estrada, como é que a gente faz? A gente mal leva o que comer!”, expressa a

<sup>76</sup> Entrevista realizada com José F. da Silva. Disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino). Site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 12 de junho de 1976.

<sup>77</sup> Entrevista realizada com José F. da Silva. Disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino). Site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 12 de junho de 1976.

resistência e a contrariedade do trabalhador aos projetos propostos pela autarquia. Se não havia estrada, como comercializariam a produção?

Nessa direção, o trabalhador já indicava o que, posteriormente, se configuraria como problema na localidade, questão reconhecida inclusive pelo INCRA. Outros problemas assinalados dizem respeito à documentação dos lotes emitidos pelo INCRA e principalmente a problemas referentes à saúde. As endemias, a falta de tratamento, os altos custos com medicamentos e a falta de locomoção em caso de urgência foram fatores que levaram a desistência dos lotes e até mesmo a morte de muitos trabalhadores. Para além dos problemas ressaltados, fica clara a intenção da CPT com a produção das entrevistas:

Escola só tem no patrimônio e em algumas das linhas onde fizeram estrada. (Sindicato Rural) – Eu não gostei desse sindicato aí não. A gente faz parte de bobo e cai fora. Não quero saber desse negócio de ser patrão não. E se der um pedaço de terra prá alguém plantar não quero passar por patrão de ninguém. (Obs. O pessoal do sindicato diz que os parceiros podem de associar neste sindicato patronal porque tem 100 há. E são considerados patrões). O Funrural aqui só dá consulta. A pessoa se quiser remédio tem que comprar. Se precisar internar tem que pagar. No SESP mesmo é difícil conseguir remédio. Diz que não tem. Até esses dias o prefeito mandou um carta meio boa pra eles, daí apareceu leite, remédio prá todo lado. Eu não posso entender como é isso. Eu levei minha mulher prá fazer exame de fezes, dizem que não tem remédio, que não veio; e também não tinha dinheiro prá comprar; tamo lá só com a receita. Agora vamos ver se desta vez dá prá comprar.

(Política) Por enquanto é o Jerônimo Santana que de vez em quando dá umas pernadas boas a favor da gente. A turma do outro partido só puxa prá quem tem. O Sr. Artur, comerciante forte, pegou 3 lotes na 25, no rio Banbu (linha 200); mas isto foi a peso de dinheiro. (Tem ainda o Bazar Popular que tem lote no Rolim ou Abaitará; e Máquina Miranda, que tem no Rolim).

(Religião) O pessoal da adventista vem enchendo o saco, porque carne de porco é imunda. Eles vêm conferir Bíblia com a gente. (No aspecto social) por enquanto não vejo movimento não. Só cuidam de aumentar os membros. Quem tá fazendo alguma coisa é a católica e a Luterana. Uma Luterana é diferente; a outra (Luterana no Brasil anda mais de acordo. Num curso de higiene que teve uma irmã luterana deu aula também-

xxxxxxxxxx

Dos que têm lote no Rolim de Moura, muitos moram em Cacoal, em Pimenta, no Castanhal, Igarapé Grande. Outros moram lá dentro mesmo. Eu mesmo tô aflito prá mudar prá lá, mas não tem condição; não tem estrada, a gente é fraco. Dos que estão aqui uns tocam roça em terra dos outros; uns trabalham por mês, outros por dia e assim vai.

\_\_\_\_\_

Aviso no FUNRURAL de Cacoal:

Atenção

Fichas só para quem tem lote e mora no lote

(Obs.: portanto estão excluídos os assalariados, os parceiros que não moram e não podem morar no lote, quem não tem terra, etc.)<sup>78</sup>.

<sup>78</sup> Entrevista realizada com José F. da Silva. Disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino). Site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 12 de junho de 1976.

O modo como a entrevista foi estruturada revela o intuito em realizar um mapeamento do local que servisse de direcionamento para suas posteriores intervenções. Desse modo, a estrutura do enredo se pauta na trajetória do trabalhador, e segue com questões relativas ao local, escolas, sindicato, questão política, religião e o aspecto social. Abaixo da fonte, a crítica a um aviso sobre o funcionamento do FUNRURAL da cidade de Cacoal, que excluía as pessoas que não tivessem terras ou não morassem nelas.

A narrativa traz a trajetória do trabalhador, as formas de trabalho desenvolvidas no Paraná e os problemas enfrentados desde a perda de seus documentos, a dificuldade em conseguir sua propriedade, o conflito por terra, a falta de estrada, as doenças, a falta de remédios e de atendimento médico. Todos esses problemas também foram citados nas entrevistas que realizei, portanto, configuram condições que foram vividas e que estavam colocadas enquanto possibilidade para diversas outras pessoas.

No aspecto social, há o reconhecimento da atuação da igreja católica e da Luterana, o que evidencia como, desde a década de 1970, essas já atuavam na localidade. No plano político, Jerônimo Santana<sup>79</sup>, que na época era deputado federal pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), é mencionado como aquele que estaria realizando algo em favor dos trabalhadores, evidenciando o campo de disputa política com o partido dominante, ARENA, o que demonstra a tentativa de avanço do que viria a ser o PMDB no Estado. Já a referência ao Sindicato Patronal vinculado à própria autarquia, situa a ausência da atuação do Sindicato dos trabalhadores, que viria a ser criado, posteriormente, em 1985.

Nesse processo, os registros feitos pela CPT, quanto à entrevista com Pedro, traz elementos sobre como foi viver esse processo. A falta de tratamento médico ou sua ineficácia levaram a inúmeras perdas. Pedro, ao construir sua narrativa, indica como reconstruiu sua vida e as alternativas encontradas por ele para continuar em Rondônia. Ao vender seu sítio e perder o que havia comprado na reserva indígena, a alternativa foi morar e trabalhar no sítio de seu sogro:

Cátia: Ai o senhor vendeu e foi morar em Cacoal?

Pedro: Primeiro eu morei no sítio do meu sogro na linha dois, depois fui pra Cacoal de novo, de Cacoal vim pra qui e fui morá no lote do meu sogro outra vez que ele comprô na linha cento e cinquenta e seis, e da linha cento e cinquenta e seis e mudei pra qui, só tinha as lavoura não tinha jeito de fazê uma casa, aí eu vendi o arroz, vendi o feijão, vendi o milho, vendi as galinha que tinha uma cem galinha, umas cem galinha, até uma bicicleta que eu tinha eu vendi pra podê construí um barraco,

---

<sup>79</sup> Em 1982, ele disputou o cargo de senador pelo PMDB com três candidatos do PDS, partido do então governador do Território Federal de Rondônia, dentre eles um era coordenador geral do INCRA, Galvão Modesto, nomeado pelo governador Jorge Teixeira. Após perder a eleição de 1982, Jerônimo foi eleito prefeito da capital em 1985 e, em 1986, governador do Estado de Rondônia.

um barraquinho assim desse tamanho (gesto com a mão mostrando a atual casa que mora), mas pequeno do que esse um pouco, foi o que aconteceu da situação da gente desse tipo assim.

Cátia: Então toda a trajetória do senhor aqui em Rondônia foi trabalhando junto com a família? Com o sogro?

Pedro: Eu trabaiava junto com o sogro mais a minha família, mais minha família era uma família nova e não trabaiava ainda, eu trabaiava pra mim mas a gente convivia com eles, a gente convivia com eles, aí junto assim no sítio e na cidade tamém<sup>80</sup>.

Pedro se constituiu trabalhador entre o trabalho no campo junto à propriedade do sogro e na cidade vizinha, Cacoal, como assalariado na cidade. Num primeiro momento no campo, precisou trabalhar na lavoura, porém, sozinho, pois não contava com a ajuda de sua família, devido aos filhos ainda serem pequenos. Compreendemos que narrar sobre esse assunto consistiu para Pedro uma forma de buscar justificar suas condições no presente. A força de trabalho da família foi significada como possibilidade de melhoria da qual não dispunha.

Embora Pedro não mencione, algo não deu certo na terra do sogro, o que o levou à mudança para Cacoal. De lá, novamente, retornou ao sítio do sogro, momento em que ele narra a venda de sua lavoura e a aquisição de um terreno na cidade. Porém, antes disso, ele narrou sua experiência de trabalho na cidade de Cacoal:

Cátia: Aí na cidade o que o senhor desenvolveu?

Pedro: a onde eu desenvolvi mais foi Cacoal.

Cátia: Quais serviços o senhor desenvolveu?

Pedro: Lá em Cacoal quando eu cheguei eu trabaiava em serviço braçal, depois fui trabaiá cum, cum serviço na rua, é, descarregá caminhão que era serviço mais... num tia por aonde a gente i né, o problema era fazê o que eu achava né, pois é, então eu ia descarregá caminhão, eu sabia descarregá um caminhão, eu sabia fazê uma carga, eu sabia loná, eu sabia tudo essas coisa, e dessa maneira qualquer serviço porque quando a cidade é nova qualquer serviço que a gente achá é esse serviço braçal né, qualquer serviço que a gente acha a gente encara né.

Cátia: Aqui em Rolim de Moura não tinha a cidade ainda?

Pedro: Não, aqui Rolim de Moura, só tinha tudo marcado os lote onde tava tudo pegado os lote, traiaiano nos lote, mas nessa época ninguém morava aqui, só tinha a mata ali naquele centro aonde é a Umuarama (loja) naquele redondo ali, na Norte Sul e na Vinte e cinco, ali era tudo mato.

Cátia: E no INCRA o senhor fez o cadastro de novo?

Pedro: Não fiz o cadastro de novo porque eles queria me jogar pra Humaitá, então a turma disse assim, lá no Humaitá o milho fica desse tamanho aqui (gesto com a mão) e dá pendão, espiga não, então eu fiquei com medo porque a mandioca fica da grossura de um dedo, raiz num dá, então eu fiquei com medo, i num lugá desse assim, é lugá sem conforto a gente já sofreu vai sofrê mais né<sup>81</sup>.

<sup>80</sup> Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

<sup>81</sup> Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

No período, por apresentar-se mais desenvolvida, a cidade de Cacoal oferecia algumas oportunidades de trabalho. Até mesmo trabalhadores que possuíam terra no Setor Rolim de Moura residiam na cidade vizinha. Pedro demonstra a condição de quem não tinha nada além da força de trabalho para sobreviver, por isso não havia escolha quanto às formas de trabalho que se apresentava. As idas e vindas entre o campo e cidade expressam estratégias para a manutenção de alguma forma de autonomia sobre seus modos de viver e trabalhar. Experiências de trabalho que se constituíam à medida que ocorriam transformações nas relações entre campo e cidade, pois o mover-se entre os espaços de uma cidade ainda em constituição e outra já mais estruturada revela como esses espaços são indissociáveis, visto que são produzidos nas relações constituídas pelos sujeitos.

Na narrativa de Pedro nota-se uma insistência em retornar ao campo devido ao fato de sempre ter sido agricultor, embora a terra não fosse sua. Sua narrativa expressa como as transformações foram vividas por ele a partir do lugar social que ocupava. Em sua luta, a alternativa encontrada foi trabalhar com o sogro, já que esse havia adquirido terra pelo INCRA. Nesse processo, ele expressa a interação entre os modos de viver no campo e na cidade. Esse ir e vir de trabalhadores do campo para a cidade e da cidade para o campo como estratégia de vida e de luta também fizeram parte das vivências de outros entrevistados.

Em sua fala, fica clara a resistência às determinações do INCRA, em que a condição para que adquirisse nova propriedade era se deslocar para a cidade de Humaitá, no Estado do Amazonas. Imposição que o entrevistado não aceitou porque implicaria condicionar o ganho de uma propriedade a distância dos familiares, além de não ter garantias quanto à fertilidade das terras naquela região, já que ouvia falar que lá a agricultura não se desenvolvia.

Em diversas fontes produzidas pela Pastoral do Migrante, o Estado do Amazonas e do Acre aparecem como locais em que o INCRA costumava destinar às pessoas que chegavam em Rondônia e que, em tese, não encontravam ou a autarquia não lhes designava uma propriedade. Isso exemplifica as relações de forças colocadas entre os sujeitos e o INCRA, que condicionava a propriedade da terra a seus desejos e mandos.

Com a morte da esposa, Pedro menciona que seu sogro dividiu a propriedade em que trabalhava apenas entre os filhos homens. Assim, ele e os filhos não tiveram parte da herança da esposa. Com as economias que juntou a partir da venda de sua lavoura, galinhas e de uma bicicleta, construiu uma casa no terreno adquirido na cidade:

Eu tenho uma casa até, boa, que eu vim morá mas ela né, (atual esposa), eu vim morá na casa dela mas minha casa eu tive lá hoje, eu tô com setenta e sete ano, com sete, sete. Quando eu morrê eu num vô levá nada, num vô levá terra, só vô levá

terra, o resto num vô levá, num vô levá carro, num vô levá gado eu num vô levá nada, nada<sup>82</sup>.

Pedro mora com Valquíria, sua atual esposa, que também conseguiu adquirir uma casa simples, fruto de uma herança de seus pais. Assim, Pedro aluga sua casa e repassa o valor do aluguel aos seus seis filhos. A casa que conseguiu conquistar deixará a eles. Embora ele diga não ter se importado com o fato de seus filhos não terem tido parte da herança da mãe, podemos notar certo ressentimento em relação à situação quando ele menciona “quando eu morrê num vô leva nada”, ou seja, do mesmo modo seu sogro também não. Assim, já que o sogro não reconheceu a necessidade de repartir a herança não será ele quem irá “brigar” por ela, embora reconheça que se tratou de uma relação injusta se considerado o direito que possui seus filhos.

Nesse contexto, ao avaliar as condições enfrentadas no que diz respeito às perdas, aos problemas de saúde e ao trabalho desempenhado, traduz as mudanças que para ele ocorreram na localidade junto à avaliação que faz de sua trajetória ao perguntar-lhe sobre possíveis diferenças dos locais em que morou:

Cátia: O senhor percebe alguma diferença de outros lugares que morou?

Pedro: A diferença que eu achei quando mudei pra aqui é porque aqui não tinha nada, não tinha plantio de arroz, não tinha plantio de feijão, não tinha plantio de nada, só tinha o mato, tinha lugar que tinha arrozinho plantado que nem na área de Cacoal [...] eu achei muito difícil porque a gente sofreu muito aqui, derrubô mato, plantô, pra ficá mais ou menos a gente sofreu muito, aqui no começo do ano, no começo do ano que nós chegô aqui no dia dois de setenta e dois que eu cheguei aqui em Rondônia cheguei num pau de arara naquela época, tinha muita gente junto [...] veio muita gente junto mais eu já esqueci, veio muita gente junto

Cátia: O que o senhor vê que mais mudou aqui do tempo que o senhor veio prá ca?

Pedro: Mudô muito, mais os custo de vida mudô muito, mas o que tá faltano pra gente aqui é na área da saúde na área da saúde é o que falta tudo. Falta muito, hospital, remédio, isso aí falta tudo aqui em Rolim de Moura.

Cátia: Como o senhor avalia a vinda para Rondônia?

Pedro: Não foi ruim não. Quando eu vim prá cá eu achei que tava fazeno uma boa viagem, tava fazeno uma boa viagem prá chegá até aqui em Rondônia, eu achei que era muito bom, muito bom até hoje, eu achei muito bom. Até hoje eu acho que é muito bom. A gente, eu trabaiei muito, eu sofri muito mais com tudo isso eu tô vivo até hoje. [...] naquela época não era muito bom assim não, na hora que eu plantava, nós plantava assim roça, a metade perdia com chuva, a metade, plantava um alqueire de roça você colhia a metade [...] o que perdi mais era arroz e feijão. Porque ia colhê a pessoa só não dava tempo de colhê tudo [...] eu quando cheguei aqui chovia todo dia<sup>83</sup>.

A partir da pergunta feita a Pedro, ele poderia enumerar várias diferenças nas experiências onde morou. Porém, ressaltou questões relativas ao trabalho desempenhado na

<sup>82</sup> Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

<sup>83</sup> Entrevista realizada com Pedro, em 23 de abril de 2016.

localidade, principalmente ao chegar e, por mais de uma vez, durante a entrevista, recordou a data e as condições em que chegou em Rondônia. Nesse processo, além dessa recordação, Pedro narrou com um sentimento de insatisfação o fato de não ter havido para ele a devida recompensa sobre os frutos de seu trabalho devido às perdas sofridas em relação aquilo que produzia. Embora positivo sua trajetória e avalie a ida para Rondônia como “não foi ruim não”, encontramos em sua narrativa mais elementos negativos do que positivos. A insatisfação ao narrar também pode ter relação com o modo no qual antes trabalhava, nas relações estabelecidas com o pai, o tipo de lavoura que plantava e, como a partir de sua perda, precisou enfrentar a condição de trabalhador em terras dos outros. Já em Rondônia, com a perda de sua terra e no trabalho na terra do sogro ou, como assalariado na cidade, ele não alcançou suas expectativas e projeções.

Além das perdas sofridas, os problemas trazidos por Pedro diz respeito às dificuldades iniciais para desenvolver a agricultura. A expressão “aqui não tinha nada” traduz as dificuldades encontradas que não estavam restritas apenas à derrubada e ao plantio, mas à colheita que se perdia devido ao fato de coincidir com o período de inverno amazônico. Nessa direção, a questão climática da região, diferente da que estavam acostumados, também compôs as adversidades enfrentadas. Em sua memória, a avaliação que faz é instável, colocando em dúvida os pontos positivos dessa trajetória, sendo que o significado auferido em relação a ela se traduz no sentido de que “com tudo isso eu to vivo até hoje”, ou seja, frente às todas as dificuldades, era grande a chance de ter sido diferente. A falta de acesso a tratamento de saúde é enfatizado, tendo em vista o presente, porém, sua privação também estava colocada no passado, o que, na concepção do entrevistado, pode ser entendido como mudanças que, no decorrer dos anos, não foram muito visualizadas por ele. Falar sobre o passado não foi algo fácil para Pedro. Em diversos momentos buscou justificar que muita coisa ele já havia esquecido devido à idade, uma forma de sinalizar para possíveis elementos que não queria lembrar e contar. Demonstrou, assim, receio em perguntar-lhe algo que não desejava falar, questão expressa ao me questionar se havia mais alguma pergunta a fazer. Tal receio diminuiu quando passamos a falar sobre outros elementos relativos ao presente, os quais trataremos nos próximos capítulos.

Até aqui, as narrativas construídas revelam como a família emerge como um forte elemento nas interpretações dos entrevistados em torno das relações vivenciadas. Com Luís e Edirles, Lúcia e Pedro, a família emergiu como eixo central em suas falas, demonstrando o que aponta Portelli sobre como “a organização narrativa da vida cotidiana nos diz algo sobre onde está o sentido desta vida” (PORTELLI, 2014, p. 205). Como, então, a partir das

dificuldades que afligiram suas famílias, os entrevistados escolheram narrar sobre suas trajetórias.

A pesquisa, ao apresentar trajetórias de homens e mulheres, em suas relações sociais, teve como objetivo, além de compreender quem são, as diversas situações e desdobramentos, assinalar em quais condições deslocaram-se para fugir de homogeneizações que atribuem a todos o mesmo patamar de igualdade.

Outra situação foi aquela vivenciada por trabalhadores que, com recursos próprios, adquiriram a marcação, comercializada por outros que, ao chegarem ao Estado primeiro, foram marcando diversas propriedades para posteriormente revendê-las. A prática da marcação adquiriu o sentido e a possibilidade de negócio. Manoel, 66 anos, aposentado, saiu da Bahia para São Paulo em busca de emprego. Em São Paulo, constituiu-se como trabalhador assalariado, porém, ressalta que o sonho era ir para Rondônia adquirir sua propriedade. Ao narrar, traz as dificuldades encontradas no deslocamento até chegar ao Estado onde adquiriu uma marcação por meio de compra. Mudar-se para a terra adquirida implicava romper uma mata fechada, por isso escolheu primeiro trabalhar como arrendatário próximo a Cacoal:

Cátia: Pode contar a trajetória do senhor.

Manoel: Em setenta e seis eu fui para São Paulo, fiquei quase dois anos, e nos final de setenta e sete aí a gente veio para Rondônia né. [...] pra São Paulo já foi uma coisa correno atrás de recurso pra mim mesmo né, porque era uma região seca lá na Bahia e fui pra São Paulo em busca de emprego mais eu sonhava com Rondônia, ouvia falá que tinha matas, tinha lugá que era fácil da gente consegui terra e era o meu sonho consegui um, uma terra pra mim né, eu eu pudesse trabalhá na terra e construí minha família e consegui aquilo que era meu né, um sítio que eu muito desejava, e assim Deus abençoou que a gente veio, na época eu gastei cinco dia de viagem de São Paulo à Cacoal, porque uma grande parte era areião de Cuiabá até Vilhena, não foi fácil a gente chegá em Rondônia, e cheguei ne Cacoal num sei a data do mês mais foi em outubro de setenta e sete, aí de Cacoal fui morá na linha oito, né, lá no quilômetro trinta, mais ou menos por ali, onde morei dois ano na linha oito, é plantando lavora né, arroz, feijão, milho, trabalhano ali de arrendatário e pra gente sobrevivê, era a época que Rondônia chovia muito né, não tinha estrada, a gente andava praticamente de pé memo porque batia as época das água a estrada acabava a gente tinha que andá, aí foi onde eu consegui uma terra né, uma marcação é, Rondolândia né, na época não tinha nem nome não sabia que lá era Mato Grosso ou era Rondônia [...] foi quando em oitenta eu mudei prá lá, pra linha sete já fui morá na minha terra, foi uma briga de fazendeiro com os posseiro, e a gente andava dois dia, dois dias com cacaios nas costa cê tinha que tá cortano pau pá, fazeno pinguela, dentro das picadas, e assim a gente foi trabalhá né, aí era difícil a vida pra gente vivê, porque lá no mato pra gente sobrevivê a gente ia tirá seringa, tirá borracha, riscá e tirá borracha, pra mantê a família porque era difícil, a gente nem achava alguém pra trabalhá porque era todo mundo lá no mato né, e a gente tinha que andá dezoito quilômetro com aquele cacaios levá borracha pra mim vendê, naquele tempo falava bolicha né, [...] então assim a gente vinha no boliche vendê aquela borracha e comprava as coisa e levava pra casa, a gente andava o dia inteiro

em dezoito quilômetro né, a gente vinha vendia aquelas coisa, e voltava novamente e chegava em casa à noite, era um dia inteiro essa trajetória<sup>84</sup>

O contato com Manoel ocorreu por meio de uma de suas filhas, a trabalhadora em frigorífico Isabel, que conheci quando mapeava a localização dos trabalhadores na cidade ao apanhar transporte coletivo oferecido pela empresa em que trabalha. A partir do contato, entrevistei Isabel e ela indicou a entrevista com seu pai. Manoel é natural da Bahia. Ao me receber em sua casa, contou que ir para São Paulo foi uma decisão diante da tentativa de buscar autonomia financeira. Ainda na Bahia, Manoel se casou e, quando se deslocou para São Paulo, tinha dois filhos.

O sonho de Manoel pode ser interpretado como possibilidade de adquirir não apenas a terra, mas melhorias nas condições de vida e de trabalho, já que em São Paulo trabalhava como assalariado. Na Bahia, trabalhava na agricultura, na terra de seu pai. Como as condições não estavam boas frente a problemas com a seca, desejava, além da terra, manter-se como agricultor. Após juntar recursos em São Paulo, migrou para Rondônia. As condições de Manoel levou-nos a entender que não era a política de migração ou a pobreza em si que levavam as pessoas a migrarem, mas as relações estabelecidas pelos trabalhadores em que estão presentes valores e significados atribuídos por eles.

No caso de Pedro e Manoel percebemos como que, em suas escolhas, estão presentes valores como a ligação com a terra como forma de manterem-se enquanto agricultores. Do mesmo modo, é preciso perceber que a ideia de obtenção de melhorias nas condições de vida consistiu em uma construção pela classe dominante e o Estado e, incorporada pelos trabalhadores diante das condições que vivenciavam, pois as melhorias não se configuravam certezas, ao contrário, os deslocamentos eram marcados por diversos riscos.

Como Manoel, é possível que diversos outros trabalhadores tenham se deslocado de cidades como São Paulo, haja vista que a década de 1970 foi marcada pelo desemprego e por arrocho salarial nos grandes centros. Com a obtenção de recursos próprios e de uma herança, o entrevistado avaliou o sonho e as condições de trabalho e moradia vivenciadas na metrópole e decidiu se mudar:

Cátia: Qual foi a proposta de emprego em São Paulo?

Manoel: Na verdade eu era um braçal assim, um ajudante né, trabalhei de servente né, de pedreiro e depois trabaiei numa fábrica de sola de sapato né, na ômega né, foi é, eu trabaiei mais de anos, né, o meu trabalho foi esse, lá morei sempre pagano aluguel, arrumei um quartinho pra gente morá, na cidade e não foi fácil, enfrentano o frio, enfrentano os bandido e, foi muito sofrido, né, e a gente não tinha condição

---

<sup>84</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

tinha que procurá um lugá bem mais humilde mesmo pra gente morá, né, eu morei lá em Itaqueçetuba, foi quando no final de outubro de setenta e sete aí eu, foi, fiz acerto com a firma e vim para Rondônia, que nem eu falo nós gastô cinco dias de São Paulo até chegá na cidade de Cacoal né que era tudo estrada de chão a 364 né, e uma boa parte desse trecho de Cuiabá pra cá, era areião né, tinha vez que não andava nem dez quilômetro por dia, o carro atolava e era difícil, muita areia memo [...] E a gente assim eu não não queria eu tava em São Paulo em busca de um meio pra vivê, porque o meu sonho memo era adquiri um sítio, porque sempre convivi no sítio né, foi a maior parte da minha vida, sempre foi em sítio né, e até hoje se eu tivesse uma boa saúde eu tava no sítio [...] Então a gente ia e comprava aquela marcação assim, assim ninguém era dono ele ia lá era mata ninguém tinha dono né, ia lá marcava fazia aquela marcação e aí a gente ia e comprava aquele direito dele, né, e aí a gente ia trabalhá e pegá com Deus que a gente, que o INCRA um dia liberasse aquilo pra gente. Então assim, então eu cheguei e comprei essa marcação mas não tinha jeito deu mudá pra lá que era dentro da matona mesmo [...] E então assim, só que não tinha tudo o dinheiro, mas paguei, paguei em duas vezes, a pessoa que me vendeu esperô eu plantá e colhê, eu dei uma parte, e o resto eu dei na colheita<sup>85</sup>.

Assim como para Pedro, não havia alternativas profissionais para Manoel em São Paulo. O jeito era trabalhar no que aparecesse, questão reforçada quando perguntando sobre a proposta de emprego que teria recebido em São Paulo. Sua resposta, além de um caminho diferente da pergunta, expôs sua condição de trabalhador: “braçal”, enfrentando adversidades na cidade grande e residindo em moradia “humilde mesmo”. É da experiência enquanto agricultor que buscou melhorias na cidade grande que Manoel avaliou suas condições e resolveu se mudar com a família para Rondônia.

Sua narrativa revela que a vida não foi menos difícil para os que adquiriram a propriedade por meio da compra de marcação. Do mesmo modo, enfrentaram conflitos, precisaram abrir estradas, sobreviver por meio da venda daquilo que extraíam da mata até a colheita do que cultivavam, sem contar que a compra da marcação não significava se tornar proprietário. A espera da regularização pelo INCRA ocorria da mesma forma. Sua fala é marcada por incertezas, porém, elas adquirem tal significado no presente tendo em vista que, no passado, sua intenção era realizar o sonho de adquirir a propriedade. E isso só seria possível a partir dos recursos que obteve. Mesmo assim, contou com a possibilidade de pagar o restante do valor da terra a prazo, o que demonstra a relação de instabilidade, algo que tinha grande chance de dar errado.

Garantir a posse por meio de compra foi uma forma encontrada por trabalhadores que já não encontravam condições de realizarem a marcação devido ao fluxo de pessoas que se dirigiam ao Estado diariamente e pela rapidez na qual os espaços foram sendo ocupados. Outros trabalhadores sem as condições de Manoel certamente não teriam conseguido uma propriedade. Ainda que pela compra e o restante a prazo, o entrevistado só adquiriu sua terra

---

<sup>85</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

em Rondolândia<sup>86</sup>, região do Mato Grosso, a uma distância de 168 km de Cacoal/RO, local que, à época, também estava recebendo grande contingente de pessoas.

A lembrança dos conflitos sempre relacionados a fazendeiros, posseiros e indígenas, nos leva a questionar sobre o que teria ocorrido com a população indígena? Essas pessoas, em grande parte, desapareceram, e na outra ponta desse processo de transformação das relações capitalistas teve início outras formas de relação como aquela empreendida a partir da atuação de igrejas nas aldeias. Com relação a esta questão, existe uma literatura vasta que discute tal prática desde o período colonial no Brasil<sup>87</sup>, como pesquisas recentes que discutem, por exemplo, a criação de associações formadas por diversas igrejas que atuam criando postos de evangelização nas aldeias indígenas, como na Reserva Indígena de Dourados/MS (TROQUEZ, 2006)<sup>88</sup>.

Ele próprio, Manoel, teve sua atuação enquanto pastor em Rondolândia e, Cacoal, cidade onde está localizada a reserva indígena Sete de Setembro:

Manoel: Quando a gente veio ali pra região de Cacoal (1997), quando a gente chegô os índio convivia nas matas ali, os índios homens vestiam tanguinha né, e as índias não vestia nada, andava nua mesmo, né, despida, só que assim eles usava flechas né, a gente morava ali na linha oito ainda tinha muita mata, aí de repente eles aparecia na casa da gente dentro da mata eles já chegava na casa da gente os índio Suruí né, eles chegava assim pedino as coisas e aí a gente tinha medo porque a gente na verdade não conhecia os índios né, mas daí a gente foi conviveno com eles a gente foi fazeno amizade aí a gente é evangélico né, com o passar do tempo a gente começô a evangelizá eles aí começamo a dirigi o culto lá na FUNAI juntamente com eles, nas aldeias, e aí a gente hoje tem um pouco da história assim meio cultural com as cultura de Rondônia né, a gente começô i lá e dirigi o culto lá nas aldeias, fazê amizade com os índios, então é coisa assim que a gente hoje sabe bem o quê que é um, é convivê dentro das matas né, que não é, que hoje cabô as mata e mudô a história né, acabô o povo mudano pra cidade e virô mais só fazenda hoje nos sítios, mas a gente conviveu uma época assim bem, bem da mata memo em Rondônia[...] a gente começô acompanhá, os índios né, até uma curiosidade de cultura, então a gente tinha essa curiosidade, até hoje as pessoas qué sabê e os índio, só que índio é índio né, a gente num pode envolvê com cultura do índio né, a gente tem que evangelizá, trabalhá com eles mas o índio é índio a gente não pode tá intervendo em cultura de índio, mas aí a gente acompanhô eles bem de perto a gente sempre tava lá cultuando junto com eles, eles fez amizade com a gente começaro vim pra cidade, uma forma diferente tamém a igreja começô dá apoio e assim eles foi se enturmando assim é, acostumano mais com a cultura da gente tamém [...] hoje nós temos professor da igreja que é professor lá dentro da aldeia<sup>89</sup>.

<sup>86</sup> O local se municipalizou em 1998 e fazia parte da cidade de Aripuanã/MT.

<sup>87</sup> Citamos como exemplo: RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização** – a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 e VAINFAS, R. **A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>88</sup> Outras referências sobre o assunto podem ser acessadas em: VIETTA, K.; BRAND, A. Missões evangélicas e igrejas neopentecostais entre os Kaiowá e os Guarani em Mato Grosso do Sul. In: WRIGHT, R. M. (Orgs.). **Transformando os Deuses: Igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais entre os povos indígenas no Brasil**. Volume II. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 219- 265.

<sup>89</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

A atuação junto à população indígena é uma face desse processo de transformação das relações capitalistas que não poupou a expropriação e a violência com a população nativa de forma rápida e avassaladora em todo o Estado. O crescimento de Cacoal se deu na área indígena denominada Reserva Sete de Setembro. Nesta reserva, Manoel atuou e mencionou haver, ainda no presente, a atuação de professores ligados à igreja Batista Livre Renovada do Brasil na aldeia. Na concepção de Manoel, evangelizando os indígenas não estaria interferindo em sua cultura. De qualquer modo, como ele próprio aponta, nos dois últimos trechos de sua fala citados acima “que hoje cabô as mata e mudô a história né, acabô o povo mudano pra cidade e virô mais só fazenda hoje nos sítios [...] se chegá lá hoje não vê mais nada, só vê pasto e boi né”<sup>90</sup>. Pela narrativa, podemos considerar que a transformação capitalista não fez desaparecer só as matas. Esse processo também não diz respeito apenas a Rondolândia/MT e a Cacoal/RO, lugares em que morou e atuou enquanto pastor, ele próprio evidencia a violência ocorrida em outras localidades:

Cátia: E tinha muito conflito por aqui?

Manoel: Nessa região aqui Rolim de Moura, Alta Floresta, Santa Luzia, que foi umas cidade que foi surgino depois houve conflito demais [...] o INCRA ia cortano e o povo ia marcano por conta própria, o povo entrava na área de fazendeiro dava morte, dava briga, e as vez os fazendeiro entrava na área dos possero, dava briga então teve conflito e muito, né, tamém dos índios com o branco [...] então o povo entrava tamém muito nas áreas dos índios, e o conflito entre índio sempre houve conflito, pra dizê em toda a Rondônia [...] era muita briga de terra mesmo, era muito perigoso, era muita gente, então não foi fácil<sup>91</sup>.

A entrevista com Manoel é expressão de como a transformação capitalista não poupou as investidas contra a população nativa. A referência aos indígenas da Reserva Sete de Setembro é uma face desse processo que não está desvencilhado de outras investidas, em outras aldeias e espaços, haja vista que a noção de espaço e território para a população nativa está atrelada à possibilidade de sobrevivência, da caça e da pesca, portanto, é provável que sua presença em espaços próximos ao Setor Rolim de Moura e as investidas por terra tenha provocado disputas e conflitos.

Esse processo, porém, revestiu-se de argumentos ideológicos pautados em noções como progresso, desenvolvimento e civilização que, ao invés de explicitar o processo histórico, o silencia. Em algumas produções historiográficas<sup>92</sup>, o processo histórico é

<sup>90</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

<sup>91</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

<sup>92</sup> Como exemplo, cito alguns trabalhos: PEREIRA, S. M. **Região Amazônica: estrutura e dinâmica na economia de Rondônia (1970-2003)**. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007; GIANASI, L. M. **Novas territorialidades no centro de Rondônia:**

explicado sob a perspectiva da política integracionista. Sob o lema “Integrar para não entregar”, estiveram presentes outros objetivos, os quais o termo “integração” não nos permite apreender. O termo “integração” consiste em um conceito ideológico que busca justificar ações que não explicam as contradições que ocorriam no campo das relações sociais.

Compreendo que se trata de produções seletivas, ou seja, que apresentam outras preocupações em suas abordagens. Porém, na perspectiva histórica que adotamos, a apropriação de determinados conceitos sem a devida problematização acaba por reafirmar concepções desenvolvimentistas que se cristalizam e vão ao encontro de discursos governamentais. Esses pressupostos ainda se encontram visíveis nas produções historiográficas que tratam sobre a temática da “migração”. Em grande parte, as análises conferem ao Estado o protagonista, perdendo de vista as relações sociais.

A noção de “desenvolvimento” e “progresso” no período, alicerçou-se em uma noção de cultura padrão, e, na maioria das interpretações, o Estado passou a existir em termos de povo, de vida e de cidade com a vinda dos “migrantes”, na década de 1970, numa concepção de que os deslocamentos é que trariam cultura e os que chegavam seriam portadores do “desenvolvimento” e do “progresso” esperado.

Vemos que as noções de civilização, desenvolvimento, progresso e cultura que fizeram parte do processo de disputa em torno da ideia de nação não ficaram restritas ao período do Estado Novo. Elas reaparecem ou nunca estiveram fora da pauta das preocupações governamentais e nas produções historiográficas de 1970, sendo visíveis ainda hoje em produções mais atuais. Se até as décadas de 1940/1950 os indígenas eram vistos como possíveis trabalhadores “nacionais”, nas colônias agrícolas (SOUZA, 2002), na década de 1970 e 1980, passam a ser totalmente desconsiderados como parte daquela localidade.

A partir de 1980, constatamos, por meio do jornal O Globo, a ênfase aos que se dirigiam ao Estado, provenientes da região Sul do país, como aqueles que seriam responsáveis pela formação de uma futura cultura padrão, como podemos observar na reportagem: “Governador Jorge Teixeira de Oliveira afirma que crise não atinge a economia de Rondônia”:

No aspecto cultural, é interessante observar que a migração vem de todos os pontos. Essas crianças que estão nascendo aqui em Rondônia, e que, no futuro, vão se aproximar, formarão amanhã uma nova raça de Rondônia. O rondoniense surgirá

daqui a 20 anos, complementando os que já haviam aqui. Será um raça forte, por que os troncos são também muito fortes: o paranaense, o nordestino, o gaúcho. Isso vai dar um padrão de cultura. Os costumes vão se difundir, e dessa mistura surgirá até uma nova linguagem. Aqui terá uma espécie de esperanto. Eu vislumbro um futuro muito grande para Rondônia, pois os outros estados estão acumulando problemas enquanto aqui estamos começando (JORNAL O GLOBO, 30 de junho de 1983, p. 2).

Pela reportagem, vemos como a imprensa, em parceria com os projetos que estavam colocados, divulgou as projeções feitas pelo então governador do Estado. A desconsideração da cultura nativa e o silenciamento sobre as formas de violência sofridas se colocava junto à projeção de uma noção de cultura que atribuía, a determinadas etnias, um modelo padrão. Como se fosse possível a busca por uma cultura autônoma<sup>93</sup>. Nesta direção, a historiografia, ao não problematizar essas noções e atribuir ao processo histórico o conceito de “migração”<sup>94</sup>, de forma estática, incorporou tais aspectos e manteve juntos todos aqueles que chegavam no mesmo patamar de pioneirismo, consagrando, inclusive, a política adotada pelo INCRA que também manteve juntos, em seus projetos, trabalhadores de diferentes status econômico, homogeneizando-os. Tal memória, ao congelar o processo histórico, o tornou invisível e, à medida que homogeneizou os sujeitos, buscou eliminar suas diferenças socioculturais.

Nesse processo, partindo das entrevistas realizadas e do modo como os trabalhadores se reportam e interpretam o processo de transformação, encontramos elementos que tencionam os conceitos consagrados na historiografia. Tais conceitos não fazem menção a processos vividos socialmente, em que, tanto a classe dominante quanto a classe trabalhadora foram se constituindo, numa concepção de que a sociedade não estava e nunca estará pronta. Ao contrário, se constitui na medida em que ocorrem processos de apropriação, expropriação, exploração e dominação simultaneamente aos acontecimentos históricos.

O processo histórico, sob esta perspectiva, traz elementos que são, ao mesmo tempo, positivos e contraditórios para os trabalhadores. A possibilidade de melhorias a partir da compra ou aquisição de terra pelo INCRA se revestiu de ações que, na relação com os que já habitavam a localidade, marcou apropriações, porém, também expropriações que vão desde a tomada das terras da população nativa aos seus modos tradicionais de viver naquela região. O trabalho de evangelização nas aldeias é um exemplo claro da tentativa de expropriação cultural daqueles povos. Manoel, ao trazer os elementos que estavam colocados na década de 1970 relativos à abertura de sítios e de estradas, revela uma face silenciada nesse processo que

<sup>93</sup> Para Déa Ribeiro Fenelon, “não há cultura autônoma a ser procurada, que esteja fora do campo das forças da relação poder/dominação” (FENELON, 2009, p. 50).

<sup>94</sup> Compreendemos que o conceito de migração, quando não problematizado, silencia as experiências dos sujeitos não permitindo descobertas acerca do processo estudado.

remete ao questionamento sobre o que ocorreu com as pessoas do lugar. Ele, porém, relembra o processo de conflitos a partir das relações que visualizava, de modo a remetê-las às disputas entre fazendeiros e posseiros. Nessa lógica, a diversidade de apropriações, expropriações e acumulação tiveram naturezas distintas. Manoel expressa essa relação ao dizer:

Manoel: Teve muita gente que veio e não conseguiu até porque já tava longe a marcação, e já tava caro, teve gente que veio e não conseguiu, outros viero e arranjaro terra onde tinha malária aí desanimaro e até abandonaro o sítio, o sítio conseguio pegá até pelo INCRA, abandonô e não foi mais atrás, outros pegaro terra, morreu que a malária matô, a febre amarela. Então nem todo mundo que veio pra Rondônia foi aqueles que viero e foro vitorioso. Tem gente que veio e que mais antes não tivesse vindo<sup>95</sup>.

A narrativa de Manoel traz elementos semelhantes às entrevistas realizadas pela CPT no que diz respeito às diversas situações quanto à aquisição e perda da propriedade. Nesse processo, houve trabalhadores que compraram, outros ganharam terra do INCRA, depois perderam, e outros que nunca chegaram ganhar ou comprar, além dos casos de abandono frente à falta de recursos para permanecer no lote.

Nesse processo, as dificuldades enfrentadas estavam colocadas desde a aquisição da propriedade, à construção de alternativas de sobrevivência e posteriormente em comercializar o que produzia. Situação que se intensificou quando Manoel mudou-se para sua marcação e deixou a localidade na qual trabalhava como arrendatário. Nesse local, Rondolândia/MT, ainda não haviam estradas e era preciso se deslocar por entre as matas para comercializar borracha até que fosse possível sobreviver do que havia plantado.

A não possibilidade de comercializar o que se plantava e extraía na mata dificultava ganhos como moeda de troca para a aquisição de itens que precisavam ser comprados, já que a alimentação era garantida a partir de uma produção e criação diversificada. Outra dificuldade dizia respeito à construção de estruturas que garantissem o armazenamento da produção frente às intensas chuvas e à falta de recursos. Isso exigia dos trabalhadores o improviso de formas alternativas de armazenar a produção a partir do que estava acessível. Ao mencionar que “Rondônia não tá choveno hoje nem a metade do que chovia antes”, Manoel faz uma retrospectiva e se refere não apenas às condições visualizadas no presente, referente às formas de armazenamento e comercialização, quanto situa sobre aspectos relativos às mudanças climáticas devido às derrubadas que resultaram num inverno amazônico que se difere da periodicidade das chuvas de outrora.

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

Embora enumere diversos problemas, a narrativa é construída tendo como base o empenho na realização de seu sonho. Por isso, é recorrente em sua fala a tentativa de positivar sua escolha devido ao fato de, no presente, seus objetivos terem se realizado. Entre a atividade extrativista e a produção de subsistência, Manoel expõe, assim como Pedro, as dificuldades encontradas com plantio e a colheita pelas chuvas. O trabalho era realizado de modo que possibilitasse a colheita antes do período chuvoso, porém, mesmo assim, grande parte se perdia.

No diagnóstico do INCRA de 1979<sup>96</sup>, a perda da produção foi atribuída à falta de esclarecimento do trabalhador quanto à adoção de métodos adequados de armazenagem, conservação dos produtos na propriedade e colheita, desconsiderando as condições desses para realizar tal infraestrutura. Observa-se, nesse sentido, como o INCRA manteve juntos trabalhadores de diferentes status econômicos.

Embora a localidade que Manoel adquiriu a propriedade fizesse parte do Estado do Mato Grosso, Rondolândia, as condições de trabalho e a comercialização da produção se assemelham às condições narradas pelos entrevistados que residiam no Setor Rolim de Moura. Do mesmo modo, o lugar no qual mantinham relações era Cacoal.

Outra entrevistada, Maria de Lurdes, 53 anos, trabalhadora do campo que trabalha no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, recebendo a produção do campo que é destinada à merenda escolar. Ao narrar a trajetória da família, traz uma dimensão próxima àquela narrada por Manoel materializada na possibilidade de escolha na aquisição da propriedade já marcada por outros trabalhadores:

Cátia: De onde a senhora era e quando veio para Rondônia?

Maria de Lurdes: Eu morava em Alto Alegre, Minas Gerais, aí vim prá cá em 1976, em vinte e seis de outubro, aí nós chegamos em Cacoal em Cacoal nós despenjô a mudança lá no chão e sem lugá prá podê i, aí Cacoal não tinha muita casa era umas casinha de madeira e daí meu pai chegô e já veio aqui pro Rolim já, e daí em Rolim não tinha nada, só era mata pura aí só tinha um (inadudível) perto do nosso sítio aqui na oitenta e quatro no quilômetro onze aí tirava uma posse, só era posse, só marcação, aí nós desembarcô ali, aí meu pai falô não, aí eu não quero não porque a terra daqui é meia fraca, eu quero mais pra dentro, aí ele falô assim, o tio João ali mais pra frente vai ser uma cidade, nesse lugar aqui vai ser uma cidade, só tinha uma árvore com uma seta assim né, aí meu pai falô assim, e Mané cê pode esquecê, é só quando galinha nascê dente, aí, daí o povo começô fazê casinha perto daquelas árvore [...] foi trazendo os cacaio de Cacoal até no nosso sítio, dava vinte e seis quilômetro daqui até lá, num tirô, comprô, todo mundo tava tirano né, mas tinha um home que tinha tirado do INCRA né, aí meu pai comprô desse home, dezesseis mil, dezesseis mil cruzeiro, e o nosso ficô tá lá até hoje, desde aquela época. Tinha só um documentinho escritura quem fez foi meu pai. Foi no INCRA lá de Cacoal e fez a escritura, regularizô certim [...] em setenta e seis nós chegô em Cacoal e meu pai já

---

<sup>96</sup> Projeto Integrado de Colonização, Programa Operacional, 1979, p. 62. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

veio prá cá pro sítio, em setenta e seis, setenta e sete por aí já veio, mais nós ficô pelo menos até abri as picada pra nós passá, nós tinha mudança prá trazê, nas costa, as criação, daí quando foi em setenta e nove nós viemo prá cá. Quando nós chegô em Cacoal eu tinha treze ano, agora eu tô mais de idade mais nós continua no memo lugarzinho<sup>97</sup>.

O contato com Maria ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais quando procurei por informações que servissem à pesquisa. Na ocasião, o presidente do Sindicato pediu que eu conversasse com os trabalhadores que, no momento, recebiam a produção vinda do campo. Assim, entre um trabalho e outro, Maria me concedeu uma entrevista e, embora tivéssemos que interromper a gravação em alguns momentos, ela narrou sobre as condições de chegada da família, em Cacoal, e do local que assinalava para a área de constituição urbana, que viria a ser o Setor urbano de Rolim de Moura. Assim como outros trabalhadores, sua família vivenciou uma relação entre a cidade de Cacoal e o trabalho no campo em Rolim de Moura, embora tenha se diferenciado de muitas delas, pois além da possibilidade de compra da marcação, levaram consigo a mudança e animais, o que pode ter contribuído para a estabilização da família na localidade. Devido ao recurso que possuíam, também foi possível escolher uma propriedade melhor, que julgaram mais fértil, o que possibilitou terem condições de permanecerem no mesmo local desde que chegaram.

Em sua memória, ressalta o protagonismo dos trabalhadores na abertura de estradas e na construção de pontes improvisadas, as difíceis condições de moradia e a incerteza quanto à propriedade, haja vista que a documentação só ocorria após autorização do INCRA. Num primeiro momento, a relação com a autarquia se pautava numa relação de instabilidade mesmo para aqueles que adquiriram a marcação por meio de compra.

Nesse sentido, as entrevistas, até aqui, são marcadas por uma diversidade de situações e possibilidades que estavam colocadas no período. O que em comum elas trazem junto aos registros produzidos pela CPT são as condições da localidade marcadas pelas privações e restrições, inclusive de deslocamento. Em todas elas, o protagonismo dos trabalhadores se evidencia na criação de alternativas, sejam elas alimentares, de habitação, locomoção dentre outros. Porém, alguns elementos diferenciam os registros da CPT das entrevistas produzidas com os trabalhadores: os questionamentos feitos pela CPT que em grande medida não aparecem; a dimensão das trajetórias dos trabalhadores que em muitos registros ficam ocultos; a temporalidade dos registros, que traduz a relação presente passando a partir de outra dimensão temporal, com características e elementos próprios sobre o que era vivenciado, etc.

---

<sup>97</sup> Entrevista realizada com Maria de Lurdes em 22 de abril de 2016.

Ao criar alternativas de sobrevivência e no contato com os sujeitos do lugar, esses trabalhadores foram constituindo o lugar e o seu fazer-se (THOMPSON, 1987). A transformação capitalista foi se constituindo nas relações de embate, conflitos de valor e de interesses num processo em que, ao mesmo tempo, aponta para elementos de apropriação e expropriação. Procuramos discutir estas e outras questões sobre a localidade a partir de uma fonte produzida pela CPT. Ressaltamos não apenas os sentidos trazidos pelos trabalhadores como também os sentidos conferidos pela CPT a partir do modo como organizou a fonte. De início, a CPT realiza uma descrição sobre a localização do Projeto Rolim de Moura e, ao descrever uma gleba presente na localidade em que pessoas teriam entrado há cinco anos, menciona que, ao perguntar o nome da referida gleba, as pessoas não souberam informar ao certo “Alguém diz que o nome é UATURUMBÓ. Mas logo uma mulher diz: ‘este nome estourou nestes dias. Vai ver que foi os fazendeiros que botaram este nome’ (fazendeiros estão pretendendo esta área)”<sup>98</sup>.

Segundo a CPT, “fazendeiros” estariam requerendo a área. Não é possível saber ao certo quem seriam, mas é possível que tenham relação com as disputas relativas às áreas destinadas a colonizadoras, a madeireiros ou a seringalistas. Membros da Pastoral descreveram que, embora as pessoas estivessem na localidade há cinco anos, o local já seria habitado há mais de 30, embora não faça menção ao fato de que os possíveis habitantes fossem a população nativa:

Antônio dos Santos, foi um dos primeiros colonos a entrar neste lugar. Entrou no fim de 1973. Junto entraram seu Zé, Chico Paraíba, João Guarin da Silva. Diz seu Antônio: “quando entremos era tudo mata. Entramos com cacos na cabeça, porque do lado de lá do rio a água dava quase no peito. Eu vim do Mato Grosso (Naviraí-Sul) e fiquei 4 meses em Cacoal e o INCRA não dava lote; diziam que ainda iam abrir projeto. Eu não tinha mais dinheiro, não podia ficar. Vim trabalhar na diária na Fazenda do Zé Capelar. Aí o Zé Lagoa abriu picada do lado de cá do rio, disse que era terra devoluta e foi chamando o pessoal prá entrar. Aí começou a chegar um, outro e agora tá cheio de gente”. Dona Filomena (Nenê) que está ali do lado, também vai falando dos acontecidos, com outra senhora. Lembra muitas coisas que aconteceu com sua família e arremata: “Se eu fosse homem eu ia lá na sede do INCRA e dizia uma porção de coisas”. Chego perto e peço prá contar alguma coisa do que aconteceu. Ela vai falando. Sua família é do Sergipe; vieram para o Mato Grosso (Dourados), “trabalhando de arrendado, sofrendo como condenado. Depois de algum tempo o fazendeiro disse que tinha terra aqui em Cacoal e pediu prá nós vim cuidar da terra. Disse também que quando passasse o INCRA nós podia cadastrar no nosso nome. O Dr. Canuto e o Capitão Silvio (do INCRA) passaram lá, viram nossa situação, nós sofrendo, atacados pelos índios. Ganhei nenê dentro daqueles matão, com fogo dentro de casa, porque nem querosene tinha. Dr. Canuto dava razão pra nós, mas depois vinham outros do INCRA (Vila de Rondônia) e

<sup>98</sup> Site da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Nacional, CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), Pasta Conflitos no Campo/RO. Projeto Colonização Rolim de Moura, 09 de junho de 1978. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

começaram a dizer que tinha que desocupar a terra (O fazendeiro tinha vendido para Góis). Quando os Góis chegaram acharam o prato pronto; já fazia três anos que nós morava lá. Já corria ônibus na estrada”<sup>99</sup>.

Assim como outras, a fonte acima é construída por descrições realizadas por membros da Pastoral e por trabalhadores. A organização das falas intenciona conferir legitimidade à crítica realizada pela CPT a possíveis proprietários que estariam requerendo a área. A referência aos indígenas é feita pelos trabalhadores que indicam conflitos com esta população e com o INCRA pela incerteza na qual funcionários da autarquia estariam tratando os trabalhadores. Os trabalhadores mencionam processos de trabalho que demonstram a condição de classe daqueles que para lá se deslocaram e o porquê essas pessoas abraçaram os projetos que estavam colocados. A relação estabelecida entre os trabalhadores com os nativos e outros sujeitos, nesse processo considerado como de apropriação e expropriação, revela como as relações capitalistas foram se constituindo e, longe de estarem prontas, revela sua processualidade.

Trata-se de um processo complexo, no qual não é possível atribuir o deslocamento de trabalhadores apenas às propagandas governamentais ou ao convite de parentes e amigos. Os deslocamentos envolveram relações de trabalho em outros estados, sob a promessa daqueles que empregavam de que os trabalhadores também iriam ganhar uma propriedade. Assim, diversas pessoas se deslocavam para o trabalho na derrubada. Estas questões, considerando a onerosidade quanto à distribuição de terras, dentre outras situações conflituosas, revela as bases sobre as quais se firmavam os projetos da autarquia.

Já no Estado, esses trabalhadores tinham a necessidade de encarar trabalhos que surgiam como forma de sobreviver frente à onerosa e até mesmo inexistente distribuição de terras. Assim, o trabalho na derrubada da mata ia de encontro aos interesses daqueles cujas terras eram justificadas como devolutas e os empregava na empreitada.

Depois – conta Dna. Filomena – os fazendeiros soltaram gado dentro da nossa lavoura; depois passaram uma cerca e deixaram nós cercados em menos de um alqueire. E no INCRA disseram: nem esse alqueire eles vão deixar prá vocês. “Eu nem gosto de contar o que se passou com nós; eu fico nervosa. Precisava um jornal muito grande. Nós saímos tangidos”. No lugar onde moram agora (gleba Uaturumbó?) voltam à insegurança quanto à terra. Por isso Dna. Filomena vai dizendo “Eu acho que nós precisa sair do Brasil. O INCRA disse que se não tinha

---

<sup>99</sup> Site da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Nacional, CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), Pasta Conflitos no Campo/RO. Projeto Colonização Rolim de Moura, 09 de junho de 1978. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

benfeitoria pode entrar. Agora eles (do INCRA) chegam aí em casa falando de novo essas coisas”<sup>100</sup>. (grifo do autor)

Nesse processo de limites e pressões vivenciados pelos trabalhadores, vale ressaltar que os instrumentos acessíveis a eles estavam atrelados à resistência em permanecer no local, ao uso de instituições como as igrejas, do próprio INCRA, como forma de garantir direitos, porém, sem muita expectativa ao ponto de afirmarem que “Eu acho que nós precisa sair do Brasil”. Do outro lado, os instrumentos utilizados revelam a desigualdade da luta. A cerca simboliza a relação de forças por meio da limitação de uma pequena área derrubada, possível apenas pela compra. Após usados no processo de derrubada, esta era a proposta apresentada.

Se pensarmos que estas relações se constituíram no decorrer da década de 1970 e que o poder judiciário se constituiria na localidade só com a criação do Estado, em 1981, o acesso desses trabalhadores à justiça e a possibilidade de serem atendidos ao recorrerem à legislação configurava-se como algo praticamente impossível para a época. A pressão que ainda estava colocada dizia respeito à situação de instabilidade, representada pelas diferentes posições dos funcionários do INCRA a respeito da permanência na terra, sendo que, a qualquer momento, poderiam ser retirados.

A CPT descreve que, em contato com homens e mulheres da localidade, estes teriam informado que o INCRA já teria passado diversas vezes na localidade, em apoio às famílias sob a promessa de que, em breve, regularizariam os lotes. Porém, em uma das visitas, teriam informado sobre a perda do levantamento realizado e da necessidade das pessoas deixarem a área:

No mês passado vieram 4 pessoas do INCRA: 3 de Ji Paraná (Eraldo, Nelson e Antônio Mesquita) e 1 (um) de Cacoal (por nome Braga Braço – fiscal do Rolim de Moura), fizeram levantamento de novo. Nesta última vez disseram que a área é de um fazendeiro e que vão fazer uma picada nem que seja na marra. Teriam dito até que se o povo não sáisse por bem, ia ser tirado pelo exército, pendurado em avião. “Cada vez dizem uma coisa; a gente não entende”. O dono de uma parte seria Sebastião Coelho, de São Paulo, atualmente em Ji Paraná. “Mas com ordem de quem o INCRA quer tirar nós? Eu queria saber o nome daquele negrinho!” (Dna. Nenê quer saber o nome dele porque ele é que mais insistia que o pessoal tinha que sair. Era um dos 4 que vieram por último). “Nós perguntamos: mas com ordem de quem o INCRA quer tirar nós daqui? Do presidente?” O Negrinho disse: “com ordem do presidente o que ... É dos fazendeiros”. Outro argumento: “Agora que tá ficando bom nós vai sair daqui despejado? Já temos estradas, escola...” (Note-se que a estrada, que já permite passagem de carro, foi aberta a braço pelos próprios colonos: um dia por semana se reúnem para roçar, capinar a estrada, fazer as pontes. A escola também “foi feita pelo povo, com a união”). O mesmo Sr. Continua “Tanto

<sup>100</sup> Site da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Nacional, CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), Pasta Conflitos no Campo/RO. Projeto Colonização Rolim de Moura, 09 de junho de 1978. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

que nós sofreu, tanto que nós já fizemos, perder isto aqui é duro”. “Nós dissemos (para os fiscais do INCRA, no mês passado): Vocês vão combatendo aí com o dinheiro dos fazendeiros, que nós vamos combater com a lei. Não é possível que nós não tenha lei prá isso, com tudo o que já fizemos. Eu disse pra eles: com 5 anos que estamos aqui nunca vimos aqui um pedaço de mau caminho. O primeiro pedaço de mau caminho apareceu depois que vocês começaram a entrar aqui”. Esses homens entrando aqui ficou todo mundo sem plano. Falaram que não é pra derrubar mato este ano (vários colonos estão deixando de derrubar). Outros colonos vão falando:

- o que eu tô mais admirado agora é que eles disseram que voltam em breve: querem que a gente devolva ou pague a terra. Nós tem que pagar a terra, mas é do jeito que a gente paga pro INCRA (nos projetos); do mesmo jeito a gente paga pra eles fazendeiros) e a prestação.

- o fazendeiro diz que tem documento da terra de 1942.

- A primeira vez que o pessoal do INCRA veio acharam bonito a nossa comunidade, nossa união. Na última vez prometeram polícia; disseram que precisava bala.

- Eu disse pra eles: A lei aqui não é do Mato Grosso. Quem manda aqui é o exército (no território). Acabou a lei da jagunçada.

- Os jagunços estão sendo eles mesmo (os do INCRA).

- Disse pra eles nós entramos aqui pra trabalhar; aqui tem enxada, machado... não tem carabina. Se vocês não tivessem ganhado uma gorjinha do fazendeiro vocês não tava fazendo esforço aqui.

- Aqui estamos unidos: todos por um, um por todos<sup>101</sup>.

Vale observar que a CPT cita possíveis nomes dos funcionários do INCRA, demonstrando, assim, conhecimento sobre a situação. O que explica a expulsão dos trabalhadores após anos de trabalho, materializados na construção de estradas, pontes, escola, a própria roça formada, o que demonstra o protagonismo dos trabalhadores, senão uma relação marcada por favorecimentos? Após o período de abertura e da construção de benfeitorias, a justificativa de que o proprietário teria vendido a propriedade servia a outro propósito, o de cercarem uma parcela de terras sob a pressão de que a permanência só seria possível se pagassem por ela. Isso revela que a prática da venda de terras pode ter sido realizada tanto pelo INCRA quanto por outras pessoas e se difere da prática de marcação realizada pelos trabalhadores, haja vista que, nas terras que posteriormente eram vendidas por supostos proprietários, eles mesmos é que teriam aberto para serem comercializadas.

Do contrário, como explicar o apoio inicial dado pelo INCRA aos trabalhadores para que entrassem nas propriedades? A referência ao Dr. Canuto<sup>102</sup> é significativa nesse sentido,

<sup>101</sup> Site da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Nacional, CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), Pasta Conflitos no Campo/RO. Projeto Colonização Rolim de Moura, 09 de junho de 1978. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

<sup>102</sup> Assis Canuto nasceu em Itumbiara (GO), no dia 21 de abril de 1941. Em 1963 cursou agronomia na USP. Em 1970, transferiu-se para Rondônia e, um ano depois, assumiu a coordenação dos projetos de colonização do território, responsabilizando-se diretamente pelo Projeto de Ouro Preto do Oeste. Em 1976, tendo implantado a Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a Amazônia Ocidental — Conselho Regional 14 —, foi nomeado seu primeiro coordenador. Em 1979, já filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instaurado em abril de 1964, o governador de Rondônia, Jorge Teixeira (1979-1985), indicou-o para a prefeitura de Ji-Paraná (RO). Em 1982, tornou-se assessor especial do governo estadual. No pleito de novembro de 1982, foi eleito deputado federal na legenda do Partido Democrático Social (PDS), que sucedera à Arena após o fim do bipartidarismo (29 de

já que se constituiu no período, além do coordenador do INCRA, nomeado pelo Governador Jorge Teixeira, posteriormente um político também nomeado pelo mesmo governador, primeiro para prefeito de Ji Paraná e posteriormente para governador do Estado. A autarquia, nesse sentido, ao lado do bloco político dominante, é interpretada pelos trabalhadores como a “jagunçada” em referência à política coronelista que, nesse caso, dá mostras que não havia deixado de existir. A pressão e o medo contribuíram a ponto de os trabalhadores falarem “esses homens entrando aqui ficou todo mundo sem plano”, em referência à autarquia. A destruição da plantação também configurava a destruição da sobrevivência daquelas pessoas no local.

### 1.3 OS TRABALHADORES NA VISÃO DO INCRA, CPT E DA IMPRENSA DE CIRCULAÇÃO NACIONAL

Nos registros do INCRA, a tentativa de justificar o porquê as pessoas não adquiriam terra consistia na culpabilização dessas, ao alegar que não compareciam na administração para possíveis regularizações, por isso haver maior número de parcelas demarcadas do que famílias assentadas. O diagnóstico de 1978 previa que um só ocupante não poderia ter mais do que uma propriedade, porém, na prática, para alguns, a extensão das propriedades eram muito superiores à medida padrão utilizada. As contradições ficam expressas no próprio diagnóstico no qual a culpabilização dos trabalhadores aparece ao mesmo tempo que são reconhecidos problemas por falta de pessoal:

A situação dos setores de assentamento dos Projetos, à época, era, em sua maioria caótica. A documentação existente estava dispersa e mal arquivada não se dispoñdo do material e recursos humanos indispensáveis à implantação do sistema. Vale destacar que foi necessário se desenvolver uma série de treinamentos para selecionar uma equipe básica, capaz de implantar e manter os controles locais<sup>103</sup>.

A fonte acima, ainda corrobora na explicação do porquê alguns trabalhadores precisavam, por várias vezes, recorrer ao INCRA. À medida que a onerosidade se acentuava, esses se submetiam ao trabalho disponível, de abertura de estradas e de derrubada da mata. Como evidencia o executor do INCRA:

---

novembro de 1979). Informações obtidas no CPDOC: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/canuto-assis>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

<sup>103</sup> Projeto Integrado de Colonização, Programa Operacional, 1979, p. 35. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

A oportunidade econômica primeira naquela pioneira época era desbravar a terra. Todo o planejamento que se fazia para Rondônia, por mais otimista que fosse, sempre ficava aquém das demandas. O INCRA não tinha território de assentamento preparado para entregar terra para todos que aportavam em Rondônia. Não criou tantos PIC's, PAD's suficientes para acomodar a saga migratória, sempre crescente nas décadas de 70 e 80 do século XX [...] Por isso, na ausência de lote a ser entregue pelo INCRA, os migrantes avançavam na imensidão das Glebas de terras devolutas ou de domínio da união (terras dominicais, ou seja, disponíveis, alienáveis, etc.), ou até mesmo de particulares, que se encontrassem vagas (OLIVEIRA, 2010, p. 128).

A tese de que, em Rondônia, teria ocorrido uma reforma agrária é desmentida pelo próprio executor do INCRA como vemos no trecho acima. O objetivo era “desbravar”, porém, não havia terra para todos e a saída foi entrar nas terras devolutas ou outras terras disponíveis. Mas seriam os trabalhadores que teriam ocupado as terras devolutas ou estariam a trabalho para possíveis proprietários como evidencia a fonte anterior? O executor menciona não haver terras suficientes, culpabilizando os trabalhadores em relação ao avanço em terras da União ou de particulares que se encontravam vagas. Questionamos se, em um processo de reforma agrária, essas terras não deveriam ser destinadas para tal fim?

Contraditoriamente, o executor afirma que a autarquia era detentora de grande quantidade de terra arrecadadas em nome da União e que, por se encontrarem em locais afastados, requereram maiores custos de demarcação:

O INCRA dispunha em grande quantidade da matéria prima desejada pelos migrantes, o fator de produção terra. Tinha milhões de hectares de terras arrecadadas em nome da união, quase todas localizadas em glebas de difícil acesso, razão de não se encontrarem ocupadas ou densamente ocupadas. Algumas dessas glebas ficavam fora do eixo da BR -364 e sem qualquer alternativa de acesso, quer rodoviário ou fluvial, que requereram maiores custos para demarcação... (OLIVEIRA, 2010, p. 37-38).

As fontes assinalam para um processo em que a necessidade de mão de obra na abertura dessas matas se colocava como o primeiro passo em direção à transformação capitalista na região. Porém, isso não significava que aqueles que a abrissem também teriam o direito à propriedade. Isso possibilita perceber como os projetos foram firmados, as pessoas se deslocavam, mas o que encontravam eram relações nas quais a expropriação de terras indígenas se colocava como alternativa de trabalho frente à necessidade. Porém, isso não significava que se tornariam proprietários, tendo em vista que o poder de compra não estava acessível a todos e a aquisição, por meio do INCRA, revestia-se de imbróglis como evidenciam as narrativas dos trabalhadores. Todas estas questões demonstram as contradições

vivenciadas por aqueles que fizeram do deslocamento para Rondônia a projeção de sonhos e projetos de vida.

Para a imprensa de circulação nacional, esses trabalhadores não passavam de invasores de terras indígenas, conforme noticiado pelo O Globo<sup>104</sup>. Porém, a relação de trabalho que os submetiam ao ato de ocupar as terras estava marcada por relações de trabalho que precisaram ser desenvolvidas na localidade ou por relações que já haviam se estabelecido em outros estados.

O contato com a população indígena revela um processo de constituição de relações capitalistas que se difere das relações que ocorreram, por exemplo, no Sul, tanto pela temporalidade quanto pelas peculiaridades. Se, no Sul, a relação de expropriação das terras indígenas ocorreu majoritariamente até a metade do século XX, em Rondônia, em vários locais, esta relação ocorreu após a segunda metade do século, portanto, trata-se de um período recente de expropriação e, ao mesmo tempo, de apropriação de saberes, como veremos.

Em seus registros, a CPT buscou imprimir uma memória que, ao indicar, dentre outras coisas, a presença indígena na localidade, contradiz o discurso bastante alimentado e difundido pelos discursos governamental e por parte da historiografia de que os projetos de colonização teriam se dado num espaço vazio. A denúncia e culpabilização do INCRA pela situação e a busca em mostrar o esforço e ação dos trabalhadores construiu uma memória em que se buscou explicitar a indignação dos trabalhadores agravada pelo fato de se sentirem injustiçados em ter de deixar o local após anos de trabalho.

Curioso é que, em 2010, a memória construída pelo executor do INCRA sobre esse processo de lutas e disputas envolvendo a autarquia, buscou descrever Rondônia como um local em que não havia conflitos agrários, ao mesmo tempo em que buscou realizar uma descrição pacífica e amena de situações de conflitos:

Inicialmente, o Executor do INCRA terminava funcionando como Padre, Prefeito, Delegado, Promotor, Juiz, etc. Recebia reclamações até de delicadas questões de família, como adultério, precisando encaminhar alguma solução, já que era a autoridade presente e o chefe do Projeto. Eram muitos os conflitos em razão de roças destruídas pelos animais do vizinho, queimadas quando o fogo saltava para a terra do vizinho, etc. Mas, os maiores problemas eram intervir nas invasões de lotes dos assentados, quando estes, muitas vezes com toda razão, em face da inexistência da infraestrutura mínima de acesso ao lote e de posterior escoamento da produção, não tinham meios mínimos de ali se instalar com a família. Pois bem, o lote vazio era o suficiente para sofrer invasão. Estes argumentavam que o outro não precisava de terra, pois ali não estava trabalhando. Isso funcionava como uma pressão no sentido do assentado promover logo uma derrubada e implantar um mínimo de benfeitorias,

---

<sup>104</sup> Reportagem “Frentes pioneiras criam em Rondônia cidades nas selvas”, Jornal O Globo, 24 de julho de 1976, p. 10.

para que os que ainda não tinham terra não tivessem argumentos como este, o mais comum, para justificar a invasão. A questão da derrubada, portanto, não era uma condição exclusiva do INCRA, era uma necessidade do assentado para se garantir contra terceiros que almejavam o lote, a posse da sua terra. Se não derrubasse perderia a terra em decorrência da pressão dos sem terra por terra (OLIVEIRA, 2010, p. 47-48).

A natureza dos conflitos descritos pelo executor aparece como questões corriqueiras, briga entre vizinhos, segundo ele, motivadas, muitas vezes, pela inexistência de infraestrutura, o que causava acusações de que o outro não estaria trabalhando e isso pressionaria para a permanência no lote. Assim, na visão do executor, a pressão exercida para a abertura dos lotes era dos próprios trabalhadores que ficavam “vigilando” a propriedade dos demais. Considerando o intenso fluxo migratório no período, é provável que muitos tenham perdido a vida em busca de garantir sua terra frente à proliferação da malária:

O INCRA precisava estar presente na área do Núcleo, pois ali assentara pessoas, bem como, em razão da abertura de parte da estrada principal, a linha 25, muitas famílias se transferiram para os lotes rurais, passaram a residir nos lotes como exigia o INCRA. Se não assumissem o lote corria o risco do mesmo ser invadido. Na verdade, desde 1975/76 que alguns assentados destemidos, dispostos, não respeitando o pior inimigo – a malária – já se mudaram para a área rural do setor Rolim de Moura, instalando-se ao longo da linha 25 e nas perpendiculares linhas 208, 204, 200, etc., tivesse ou não estrada (OLIVEIRA, 2010, p. 151).

Neste trecho, o autor demonstra como os trabalhadores ocuparam a localidade antes do início da sistematização do projeto pelo INCRA, o que reforça a argumentação de que as ocupações tenham pressionado a autarquia a dar início à distribuição dos lotes. Nos registros de memória escritos pelo executor, os danos ocorridos à população nativa não são mencionados. Ao contrário, sua expropriação foi justificada por um tipo de “reforma agrária” estimulada pela ditadura:

Os PICs, PAD's e até Projetos Fundiários – PF's exerciam as determinações do governo federal de povoar a Amazônia, sim; ao mesmo tempo, alterava a estrutura fundiária vigente dominada por extensas áreas de seringais nativos sob a posse dos antigos seringalistas, como se abordou acima e foi claramente demonstrado na minissérie exibida pela Rede Globo em 2007 denominada “Amazônia – de Galvez a Chico Mendes”; a maioria dos seringais eram situados em terras públicas; daí defender-se a tese de que a colonização oficial foi um programa de reforma agrária na Amazônia, especialmente na Rondônia, não consistindo apenas numa simplista colonização. É preciso acabar com esse mito de que tais processos não seriam reformistas. Como não se o INCRA estava resolvendo e prevenindo os conflitos fundiários que aqui permeavam? Esta é a verdade. O processo de ordenamento da estrutura fundiária patrocinado pelo INCRA em Rondônia foi reforma agrária sim, nunca é demais repetir (OLIVEIRA, 2010, p. 125).

Para o executor, a estrutura fundiária, que era marcada por extensas áreas, foi alterada e a rede Globo teria demonstrado claramente isso por meio de uma minissérie. O autor quer que acreditemos, com esse exemplo, que esse processo histórico não delimitou problemas agrários no Estado. Para ele, o papel do INCRA foi o de impedir conflitos fundiários. Para isso, citando um ex-governador do Estado, José de Abreu Bianco, ele diz:

Não há um Estado no Brasil em que os limites e confrontações das propriedades rurais estejam tão bem definidos, devidamente implantados, como em Rondônia, tudo fruto da demarcação topográfica realizada pelo INCRA”. E prossegue: “se advogado em Rondônia dependesse de causas para discutir limites de terra, morreria de fome, pois o INCRA demarcou, e bem, as propriedades rurais do Estado; aqui os conflitos decorrentes de limites e confrontações duvidosas são praticamente nulos (OLIVEIRA, 2010, p. 34-35).

Essa descrição feita pelo executor omite as expropriações de terras, a violência contra a população indígena e outras tantas disputas. A questão indígena é justificada pela “missão” incumbida ao INCRA – ocupar a Amazônia. Este teria sido dotado de plenas condições, ao contrário de outros órgãos como a FUNAI. Alegando desconhecimento na área ambiental e culpabilizando o governo federal pela falta de condições propiciadas a outros órgãos, o executor isenta a autarquia de qualquer responsabilidade com a população nativa e menciona: “a FUNAI não possuía estrutura do quilate do INCRA razão de, após criados alguns projetos de assentamento, anos depois, estes ficaram superpostos por terras indígenas” (OLIVEIRA, 2010, p. 119).

Ao mesmo tempo que menciona não ter havido conflitos, ele próprio narra uma situação, amenizando-a e apontando-a para o modo no qual o INCRA agia nessas situações:

Quando algum posseiro não se entendia com o confinante quanto aos limites (as divisas dos seus lotes), o técnico do INCRA, em campo, estimulava a conciliação. Se não houvesse acordo, após ouvir os dois lados, o técnico terminava por decidir ali mesmo, no campo, determinando onde seriam fincados os marcos delimitatórios. Neste caso terminava agindo como juiz. Há, dentre muitas, a história de um Técnico Agrícola (conhecida de todos que atuavam no PIC à época) que acompanhava o trabalho de demarcação do Setor Prosperidade, incumbindo de resolver as querelas de divisas, que numa oportunidade não logrou conciliação entre os contendores e teve de arbitrar na contenda e tomar uma decisão. Os técnicos e quase todos que iam para o campo, fossem servidores, prestadores de serviços ou colonos, naquela época, usavam armas de fogo, geralmente revólver. Pois bem, o referido técnico, diante da discussão e indefinição dos posseiros, cada um sustentando que sua divisa ficava há alguns metros no interior da posse do outro, decidiu fazer uma média entre as distâncias que estavam contestando, sacou o revólver de cano longo, pegou um piquete de madeira, fincou-o no chão usando como martelo ou marreta o cabo da possante arma. Assim, como um capitão do mato, investido da autoridade de servidor do INCRA, funcionou entre as partes, deu a sentença e resolveu o litígio, tudo verbalmente. Não fosse assim os trabalhos de demarcação topográfica não

andavam. Precisava do INCRA presente em campo para decidir esses conflitos, principalmente naquela gleba densamente ocupada (OLIVEIRA, 2010, p. 58).

Aqui é necessário voltar à entrevista com Luís quando ele menciona: “mas daí quem ia brigar com o INCRA?” ao se referir ao estabelecimento das marcações. O sentimento de impotência de Luís frente às determinações do INCRA talvez tenha relação com o modo no qual possíveis relações de conflito costumavam ser resolvidas.

Pelo menos três pontos merecem destaque nesta representativa descrição do executor. O primeiro diz respeito à natureza dos conflitos, sempre relacionados a disputas corriqueiras, por divisas, e nunca relacionadas à expulsão, à expropriação e outros. O executor busca passar a ideia de que havia a chance de defesa das partes envolvidas, visando a uma conciliação e que só em caso de sua impossibilidade é que o INCRA interferia.

O segundo ponto a ser destacado, como desdobramento do primeiro, diz respeito à autoimagem projetada pelo executor em relação à autarquia. Como em outros trechos do livro, busca destacar o poder conferido a autarquia, como único poder local, enfatizando que o caso narrado não foi o único e que havia a necessidade de intervenção em diversos outros conflitos.

No terceiro ponto, a resolução do conflito é narrada dentro de uma estrutura discursiva em que, primeiro, naturaliza o uso de arma de fogo estendendo seu uso aos colonos e não apenas ao INCRA, uma tentativa de imprimir uma imagem de risco e perigo ao lugar. Posteriormente, menciona que a definição das divisas fora feita pelo executor, que fincou um piquete usando como martelo o cabo da referida arma. Atribui ao executor o papel de capitão do mato, que investido de autoridade, solucionou o caso verbalmente. Porém, se o caso foi resolvido verbalmente, por que o uso da arma de fogo? A analogia do executor à figura do capitão do mato é significativa. A figura do capitão do mato ocupava uma posição superior, era encarregado de reprimir delitos no campo, na sociedade escravocrata, capturava escravos fugitivos e eram pessoas temidas.

Os elementos que estruturam essa parte da narrativa se pautam na tentativa de demonstrar o poder de decisão exercido pela autarquia, no qual não cabiam questionamentos, e a necessidade dessa função numa gleba densamente povoada. Enquanto único poder, tinha que ser temido e respeitado. Ocorre que essa versão, contada a partir do tempo presente, recompõe o processo e a imagem que se busca imprimir à autarquia. A narrativa fantasiosa mantém possíveis práticas de repressão encobertas, deformando-as, para que não seja possível a descoberta de como se davam no passado, uma vez que o acesso à documentação oficial nas Sedes locais não é permitido.

A narrativa minimiza as relações que estavam colocadas na ênfase do otimismo da população, mantendo junto os trabalhadores, homogeneizando-os, como se todos tivessem saído vitoriosos desse processo: “Em que pese toda a falta de infraestrutura, a população era otimista, empreendedora, tinha certeza que valia a pena submeterem-se as provações e privações que experimentavam, pois haveriam de colher bons frutos, como colheram” (OLIVEIRA, 2010, p. 156).

Nesse processo, vários fatores contribuíram para a não permanência de muitos na localidade e os que permaneceram vivenciaram uma série de dificuldades. Dentre os fatores, a expulsão após derrubarem as matas, a impossibilidade de permanecerem por falta de condições financeiras ou de tratamento de saúde, bem como outras privações são elementos que os pressionaram. As contradições trazidas pelo executor quando afirma que a permanência no lote era uma necessidade colocada pelos próprios trabalhadores, como forma de evitar a ocupação por outros, ao mesmo tempo que menciona ser a permanência uma exigência da autarquia revela o nível de tensão e de conflito que estava colocado. Porém, um forte fator que pressionou a desistência de muitos está relacionado à falta de tratamento de saúde, sem dúvida um grande problema enfrentado frente às endemias no período.

Jair, natural de Votuporanga (SP), agricultor, mudou-se para a capital de RO, trabalhando como taxista. Em 1976, mudou-se para Cacoal e ganhou um lote no Setor Rolim de Moura. Assim como muitos outros, deslocava-se diariamente para o trabalho no sítio e, frente às dificuldades, passou a trabalhar com compra e venda de cereais. Assim, segue narrando os agentes da CPT:

Abriu ou pagou pra abrir alguma coisa no lote, onde tem também um barraco. Ultimamente a mulher adoeceu e ele teve que ir para S. Paulo. A mulher está lá, com os 4 filhos. Agora ele diz que voltou para acertar as coisas e ir embora pra São Paulo. “Mas também não vou dar o lote de graça, porque já tem alguma coisa, já gastei nele e as viagens que fiz também não podem ficar em branco” Ele não acha certo que a pessoa seja obrigada a morrer no lote, se não se oferecem condições. Os que vão arriscam a perder a família, como conhece o caso de um senhor que perdeu a mulher e três filhos e agora está no lote sozinho. Antes o INCRA exigia que a família morasse no lote, mesmo no Rolim de Moura. Mas houve tantos casos de malária e gente morrendo que o próprio INCRA passou a facilitar a saída das pessoas doentes. (Obs. Pode-se dizer que muitos estão dando ou arriscando a própria saúde e a própria vida para conseguir assegurar um lote). O Sr. Jair diz que “o povo não tem conhecimento dos direitos que tem. Eu queria que eles (INCRA) me mostrassem qual é a lei federal que obriga a pessoas a ficar no lote se não há condições”. Exemplifica esta situação (desconhecimento dos direitos, etc.) com diferente formas de se expressar, mesmo no comércio: “O fazendeiro chega com o arroz no caminhão e pergunta para o comprador: quanto você me paga neste arroz? O pobre chega com o seu produto e pergunta: quanto você me dá?” O irmão do seu Jair conta o que presenciou na balsa de Pimenta Bueno, na estrada que vai a Rolim de Moura. Certo dia ele estava lá para passar a balsa e viu uma família com várias pessoas doentes, um menino vomitando. Chegou e perguntou ao pai se vinham pra

Cacoal. Ele disse que não; iam para Rolim de Moura. “E, Cacoal não tenho casa onde ficar, não tenho dinheiro para tratar. Lá dentro também não tenho, mas por lá eu dou um jeito”. E foi para o lote com o menino vomitando por causa da malária. Lá prá dentro morrem e enterram por lá mesmo, porque não tem condição de tirar<sup>105</sup>.

A fonte aponta para o caso de um trabalhador que não teria se ambientado a ficar na propriedade, desenvolveu outras formas de trabalho e, por problema de saúde na família, precisou se mudar. Nessa fonte, temos o exemplo de que não eram todos que aceitavam as condições que estavam colocadas. Ficar implicava lutar contra toda e qualquer adversidade que estava colocada. A fala do trabalhador evidencia sua contrariedade a uma regra imposta pelo INCRA, a de que os trabalhadores tinham que permanecer na propriedade, independente dos problemas encontrados no local, como condição para sua regularização. A exigência por parte da autarquia já teria tirado a vida de muitos que se arriscavam para garantir um lote e só após as perdas é que tal exigência teria sido retirada pela autarquia.

À ação dos trabalhadores em permanecerem no lote, o trabalhador interpreta como falta de conhecimento de seus direitos. Porém, na prática, era a condição estabelecida pela autarquia. Como forma de garantirem a propriedade, já que sair significava para esses trabalhadores ou terem a terra ocupada por outros ou não tê-la regularizada pelo INCRA, muitos permaneciam. Questionamos se esta exigência estava colocada a outros que adentravam em supostas terras devolutas e empregavam mão de obra na abertura das matas? O mesmo vale para o problema apontado em relação à comercialização. Por que o trabalhador se submetia ao valor que era estipulado pelo comprador em relação as suas mercadorias? E por que o “fazendeiro” não precisava se submeter a esta mesma relação? A situação de classe os diferenciava nas relações estabelecidas, tanto em relação à forma de aquisição da propriedade, nas relações de trabalho desenvolvidas nela, quanto na venda da produção que, em maior quantidade, possibilitava estabelecer outras relações de compra e venda no comércio.

Todas essas questões nos fez questionar além do porquê dos trabalhadores terem ido para lá, como foi a participação deles nesse processo. Aos trabalhadores estava colocada uma situação de classe e o deslocamento anunciado se colocava como possibilidade de melhorias nas condições de vida e de trabalho. Participaram, desse modo, vivenciando todo tipo de dificuldade e privações, diferente, porém, daqueles que, em outras condições, também se deslocaram.

---

<sup>105</sup>Fonte disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino), site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 11 de junho de 1978.

Para além dos sentidos conferidos pela fala do trabalhador, o modo como a CPT organizou a narrativa é significativa. Vários trechos da sua fala foram organizados indicando questões diversas: de um caso particular narrado por ele, no qual estava precisando vender seu lote devido a uma doença na família, mas que não queria qualquer valor por já ter feito benfeitorias, a fonte é organizada com a interpretação do trabalhador sobre a falta de autonomia que tinham de cobrar direitos seja em relação ao INCRA (que exigia o trabalhador habitar o lote) seja em relação à comercialização de seus produtos. Ao mesmo tempo, indica problemas que estavam sendo vivenciados na época, como doenças e a falta de recurso para tratamento de saúde. Assim, a CPT indica um local que estava carente do que, para ela, seriam formas de organização relativa à luta, a garantia de direitos e alternativas no que diz respeito ao tratamento de saúde, questões que posteriormente serviram para sua atuação.

Porém, isso não significa que as lutas e disputas não estavam sendo travadas por esses trabalhadores. Ao contrário, a razão da CPT existir, em sua força de potência e de resistência, deve-se à participação e ao protagonismo no local, no sentido de que a igreja só adquiriu vivacidade e potencialidade na dinâmica da disputa e da luta dos trabalhadores.

Frente a todos os problemas que estavam colocados, sem dúvida a falta de tratamento de saúde aparece como um dos principais. Se as disputas por terra, por falta de habitação, de estradas, de privação alimentar, dificultavam a vida das pessoas na localidade, as endemias e a falta de hospitais públicos locais e de tratamento por falta de recursos financeiros em hospitais particulares levavam muitos ao limite desse processo – à morte. No registro abaixo, feito pela CPT, a queixa de um trabalhador sobre as condições de saúde em 1976:

(Conversa numa banca de frutas)

Puxo conversa com um primeiro e diz que veio de Nova Aurora (PR), perto de Cascavel. “Os conhecidos falavam que aqui era bom; aí eu vim passear e gostei. Cheguei em 1976 e peguei lote no Rolim de Moura, pelo INCRA. Lá a malária tá difícil. De vez em quando morre gente. É difícil de sair. Às vezes quando a pessoa sai já é tarde demais”. Diz ainda que em Cacoal tem 4 hospitais, mas só um atende pelo Funrural. “No mais é quem tem dinheiro; quem não tem ... Quem tem um recursozinho procura outro hospital. Porque tem aquele problema de esperar prá um dia, pro outro. Tem que procurar um hospital que atende na hora. No Rolim de Moura o INCRA deu o cartão branco e nós abrimos a picada (linha 188 – Km 24). Lá tá completo, cheio de gente. Moro aqui (em Cacoal) porque a família é grande e não tenho recurso. Cair lá (Rolim) adoce mesmo. Muitos se arriscam. Chegam lá, é perigoso até perder a família. Eu nunca fui no patrimônio de Rolim. Lá perto do meu lote não tem escola. Tem criança, mas não muito. Por lá tão falando muito em plantar café. Um vizinho meu, com 2 anos, tem 5.000 covas de café”. Fala ainda sobre os preços: “O preço do café baixou. É por causa da falta de transporte e não tem comprador no lugar. Ninguém tem dinheiro prá comprar café. Tem armazém que compra mas tem que comprar 10 sacos, vender os 10 sacos prá poder comprar outros 10. Digo assim porque o preço do café em pó não baixou; continua o mesmo. Então é que eu digo que é porque não tem dinheiro prá comprar. Precisava

comprador forte. Por terra o povo faz um frete muito caro. Se asfaltar a BR acho que melhora”<sup>106</sup>.

Do Setor Rolim de Moura, os hospitais mais próximos estavam a uma distância de aproximadamente sessenta quilômetros, em Cacoal. Ainda assim, não eram todos que atendiam pelo Funrural. A falta de estradas e as dificuldades de locomoção contribuíam para o quadro de dificuldades. Diante desses fatores, bem como da falta de escolas e outras necessidades, muitos se deslocavam à localidade a trabalho, mas fixavam local de residência em cidades vizinhas. Do mesmo modo, ficavam expostos às endemias, porém, residir em Cacoal facilitava eventual tratamento. Além do fator saúde, a fonte explicita as condições referentes ao plantio, que assinala para uma mudança nas condições de chegada dos trabalhadores voltada ao cultivo para subsistência, indicando elementos de uma relação que começa a mudar junto à necessidade de comercializar o que se produzia.

Desse processo, observamos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que se deslocaram para a localidade, marcada pela falta de necessidades básicas, nas quais precisaram participar modificando práticas alimentares, construindo alternativas, lutando e resistindo contra as adversidades que estavam postas. No mínimo, essas relações se diferem do modo como os projetos a que foram chamados anunciavam. A atração de pessoas à localidade revestiu-se de uma dinâmica complexa e contraditória, onde a luta por direitos parece ter sido, para eles, o grande projeto, o que contradiz a ideia encampada pelos que estavam à frente, de que tais projetos representariam o progresso, o desenvolvimento e a formação de uma nova cultura. Ao menos nas fontes analisadas, as indicações seguem questões complexas que coloca em xeque a noção de “progresso” aos trabalhadores que, após anos de trabalho na derrubada, eram expulsos. Questiona a noção de “desenvolvimento” tão propagado nesse contexto de “modernização” do país, em que a malária e outras endemias ceifaram vidas sem direito a recursos e interroga a noção de uma “nova” cultura, como se a cultura local tivesse deixado de existir, ou, como se ela e, a partir dela e, da relação que passou existir, não se constituiu em um fazer-se na localidade, que encontrou nessas relações alternativas de sobrevivência às privações que estavam postas, ao menos em relação à saúde e à alimentação.

Tal processo foi marcado pelo abandono de propriedades, mortes, doenças e pela continuidade de lutas, pela propriedade, pela permanência nela, pela sobrevivência e contra

---

<sup>106</sup>Fonte disponível no Centro de Documentação CEDOC (Centro de Documentação São Tomás Balduino), site da CPT Nacional: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 11 de junho de 1978.

toda e qualquer adversidade que se colocava. Partindo dessas reflexões, cabe indagar: se esses são os elementos que compuseram a participação dos trabalhadores nos projetos que estavam postos, quais mudanças e alternativas estiveram presentes aos que permaneceram? Qual a estratégia do Estado e como patrocinou a expansão das relações capitalistas?

Tendo em vista este horizonte de reflexão, no próximo capítulo problematizo as mudanças vividas pelos trabalhadores a partir do protagonismo conferido por eles na constituição da localidade e deles enquanto trabalhadores. Ao ser investigado, tal processo descortinou também diferentes tentativas de intervenção por agências que buscavam se constituir na localidade.

## CAPÍTULO 2

### **TRABALHADORES: LIMITES, LUTAS E DISPUTAS VIVIDAS NO SETOR ROLIM DE MOURA/RO (1980-1985)**

Todos nós estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar [...] Sem dúvida seremos tentados a interpretar nossas descobertas do modo mais favorável à causa. Podemos ser tentados a nos abster de investigar tópicos que tendam a lançar luz desfavorável sobre ela [...] Podemos mesmo ser tentados a permanecer calados sobre a evidência desfavorável, se acaso descobrimos, embora dificilmente com uma boa consciência científica. [...] O que não podemos fazer, sem deixar de ser historiadores, é abandonar os critérios de nossa profissão. Não podemos dizer aquilo que podemos demonstrar como inverídico (HOBBSAWN, 2013, p. 377-378).

As condições de chegada ao Estado de Rondônia pelos trabalhadores, pautou-se em uma série de adversidades, como vimos no primeiro capítulo. Diante das privações que estavam submetidos, alguns elementos puderam ser observados como definidores para o início de mudanças, que só foram possíveis a partir das relações que foram estabelecendo com outros sujeitos e interesses.

Nesta direção, o objetivo desse capítulo é discutir as mudanças evidenciadas pelos trabalhadores, que passaram a ocorrer na localidade, e como, no processo de embates e contradições que estavam colocados, atuaram diversos agentes. Ao trazer as mudanças, o objetivo é compreender os sentidos e significados que elas tiveram para os trabalhadores a partir da constituição de relações entre campo e o que viria ser o Setor Urbano Rolim de Moura.

#### 2.1 MUDANÇAS VIVIDAS PELOS TRABALHADORES

Das condições iniciais encontradas pelos trabalhadores, pautadas na marcação, no trabalho de derrubada, no plantio de alimentos, da privação quanto à saúde, à educação, à alimentação e a deslocamentos, os elementos que passaram a definir as mudanças se materializaram nas relações de interesses com outros agentes que passaram a atuar na localidade. No diálogo com os trabalhadores, a abertura das estradas marcou um processo de mudanças significativo em suas vidas. A partir dos interesses de madeireiros e a entrada em cena da figura do atravessador, passaram a comercializar o que produziam, terem facilidades de deslocamento, acesso a bens e mercadorias até então restritas, numa relação que estava

colocada não apenas a Edirles e a Luís, já citados no primeiro capítulo, mas a todos que, em suas condições, vivenciaram tais privações:

Cátia: E o que plantava comercializava?

Edirles: No começo era só pro consumo, porque depois abriu as estrada vendia pro pessoal que ia com caminhão, entrava nas linha, atravessador, entrava comprando, milho, milho, milho, milho, milho, Deus o livre, aí não vendia, depois já foi entrano os caminhoneiro, entrava, comprava e transportava pra algum lugar, e já ganhava em cima, e agente tamém foi podendo comprar mais coisa, o trigo, daí a gente já parou de comer aqueles pão e comprou mais trigo, mais coisa que a gente podia ter né, arroz nós socava nos pilão, porque daí não tinha máquina pra descascar né, feijão dava, dava, dava, bem diferente do Paraná, daí milho, vendia os milho e fazia a compra, nem sei pra onde eles levava, de certo levava pra algum lugar né, dava muito o que você plantasse, abóbora plantava, cê derrubava, plantava, podia ir buscá de carroça. [...] Plantava de tudo o que você pensava, aí já foi melhorando pras pessoas porque começô fartura né, aí já foi comprando outras coisa, trigo, então já foi melhorando pra nós né, a vida foi melhorando né, foi difícil, as criança chorava e não queria comer o pão, não tinha costume, mas tinha que comer, não tinha outra coisa né, leite não tinha, e as criança pequena as vezes eles buscava em Pimenta Bueno, leite ninho, ele mesmo comprava de duas caixa, era caro mais tinha que comprá, até que depois teve as vaca, aí já teve o leite das vaca aí foi melhorando, mais demorô heim. Criação no meio da picada aí quando foi vê já tinha vindo, aqueles que não tinha cedia pros outro que não tinha, não tinha vaca de leite aí dividia o leite, pras crianças, as criança sofrero tamém heim, o leite ninho comprava aquele que, que podia né, era mais ou menos né, ele ia lá e trazia duas caixa, só pras crianças a gente não podia tomá, porque se nós tomasse faltava pras criança né, e criança não fica sem leite, tava tudo começando não só nós muita gente, mas graças a Deus agora a gente nem qué embora mais daqui, acostumô e, lá no Paraná, aqui, ainda é um bicho de sete cabeça, porque agora tá aberto tudo né [...] mas era sofrido porque era aqueles barraquinho rodeado de coqueiro, só que daí era fartura das coisa, era gostoso. E criava tanto porco lá dentro, tinha milho, plantava milho, trato, galinha, tinha, tinha, tinha, porque plantava e vinha as planta. E aí já foi ficando fartura, dava heim menina, abóbora a gente buscava com a carroça, tudo fartura [...] plantava tanta coisa, era milho, batata, mandioca, criava porco daí deu fartura, porque daí já não precisava ir longe buscá, daí enchia aqueles pilão cê sabe? Nós pilemo muito arroz naqueles pilão coisa que lá no Paraná nós nem sabia o que era isso. A gente socava arroz, tinha arroz, tinha mandioca, tinha frango, tinha porco, aí já era fartura<sup>107</sup>.

Se os dramas iniciais dos trabalhadores era romper a mata fechada, garantir uma propriedade e fazê-la produzir, num segundo momento, o obstáculo era como escoar a produção diante da falta de estradas. A abertura das estradas foi uma mudança vivenciada pelos trabalhadores que permitiu que a venda da produção, embora vendida para atravessadores, fosse comercializada. Nesse processo, a figura do atravessador dá sinais de relações capitalistas que passaram a ocorrer para além daquelas relativas às disputas por terra.

Para Edirles e Luís, esse comércio permitiu o poder de compra de itens até então sob privação, como o trigo, que possibilitou retomar a dieta alimentar de costume. O leite consistiu em outra privação, acessível apenas aos que possuíam algum recurso para comprá-

<sup>107</sup>Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

lo. Nesse caso, Edirles demonstra que, mesmo com a chegada de animais, as relações eram desiguais entre os trabalhadores, pois nem todos tinham condições de comprá-los. A construção de redes de solidariedade se deu também com a divisão do leite. Ao relembrar, a entrevistada situa não apenas suas condições, mas de outros, e os limites e pressões que estavam colocados. Mesmo Edirles reconhecendo o ganho dos atravessadores sobre a produção, não havia outra possibilidade de comercializar. A venda, para eles, colocava-se como única alternativa.

No diálogo com os trabalhadores, uma prática comum diz respeito ao comércio que se construiu relativo ao transporte de animais de outros estados para Rondônia. Apesar das dificuldades iniciais, esse processo é interpretado por Edirles como sendo de fartura. Entendemos que essa interpretação ganha sentido à medida que as transformações passaram a ocorrer na localidade diante das condições iniciais de chegada. A fartura desse modo pode estar relacionada a vários fatores e não só à produção em si, mas ao acesso a outros itens que, antes, faziam parte de sua dieta alimentar. Rearticular ou retomar hábitos alimentares indica mudanças no social. Oferece, dentre outras coisas, leituras sobre o funcionamento local.

A fartura ainda pode ser entendida como uma crítica sobre o modo no qual precisavam viver, ou seja, sobre o trabalho que tiveram que desenvolver como condição à sobrevivência, por isso, a todo o momento, na entrevista, compara como viviam no Paraná com a realidade que tiveram de enfrentar. Isso revela um processo de relações que não são lembradas ou não diz respeito apenas a Rondônia, mas ao conjunto de relações estabelecidas por eles em suas condições enquanto trabalhadores que também foram vividas por outros.

Ainda é preciso considerar que a interpretação produzida por Edirles deve ser situada no momento de sua produção, o presente, por isso a fartura visualizada por ela quando se reporta ao passado pode ter relação com o que visualiza no presente em termos do funcionamento da economia de mercado ou assinala para o modo no qual visualiza, no presente, o campo. Nesse ponto, foi comum ouvir que o campo não produz mais como outrora, evidenciando, assim, um processo de mudanças nas relações que estabeleceram com ele. Portanto, a fartura tem relação com a fertilidade da terra que pode, com o tempo, ter se alterado, ou ainda, com a perda de autonomia, mesmo que fosse mínima, de controle sob o mercado. A perda da autonomia sob o que plantar significa, por exemplo, ter o consumo afrontado. Assim, fartura no passado tem relação com a precariedade no presente, referenciam, desse modo, ganhos e perdas. Não se trata, pois, somente da realização de uma produção de subsistência, mas do saber fazer, uma forma de produzir que, em alguma medida, aliviava a submissão às grandes pressões do mercado. Esse é, em si, um momento político

importante para eles. Diz respeito à composição deles enquanto classe trabalhadora manifestada em suas práticas e saberes, na dieta alimentar, numa relação que possibilita entender as mudanças que viveram à medida que novas relações foram se constituindo.

Para além do fator produção, o campo, para Edirles, é significado a partir das relações compartilhadas, seja diante das necessidades com a divisão do trigo, do leite, de mudas, na troca de saberes, seja nas relações de vizinhança que os animaram a ficar no Estado. Estas relações se perpetuaram e tanto ela quanto o esposo lembraram nomes daqueles com quem compartilharam experiências, os que já partiram, os que ainda moram no Estado e fora dele.

Relações que imprimiram, nesses trabalhadores, valores compartilhados pautados na amizade e na solidariedade que não se perdeu com a ida para a cidade, mas foi recomposta com outros sujeitos e expressas em suas falas quando se reportam a novas amizades com quem construíram sociabilidades. Aposentados, lembram as dificuldades, “mas graças a Deus agora a gente nem qué embora mais daqui, acostumô”.

O trabalho de abertura das estradas, porém, como diversas outras questões, apresentou-se de maneira complexa. Nos diagnósticos elaborados pelo INCRA, identificamos uma distância entre questões que haviam sido planejadas da dinâmica conferida pelos trabalhadores nesse processo. Corroborando nesta interpretação o registro de que, de início, projetava-se a instalação de postos, de infraestrutura, para, posteriormente, proceder com a seleção e encaminhamento dos trabalhadores. Assim, previa-se moradia, salário alimentação, saúde, a partir do convênio com o Funrural, construção de estradas, escolas, financiamentos por meio do Banco do Brasil via cooperativa (Cibrazém), assistência técnica, materiais de trabalho, Núcleo de apoio para atendimento de serviços emergenciais, construção de armazéns que facilitassem a comercialização, incentivo ao associativismo e ao cooperativismo. Num primeiro momento, as plantações se dariam com culturas de subsistência para, posteriormente, desenvolverem culturas permanentes. Na etapa final, previa-se a “emancipação” do trabalhador ao colocar sua produção no mercado, procurando, para isso, desenvolver atividades cooperativistas.

Compreendemos que o planejamento se distanciou da dinâmica e das práticas construídas pelos trabalhadores. O trabalho de abertura das estradas configura um exemplo dessa contradição. Nos diagnósticos, a construção de estradas, casas, e outras estruturas foram planejadas tendo em vista a mão de obra dos trabalhadores, denominados, pelo INCRA, como parceiros. Esse conceito impõe-nos a pensar em uma possível parceria com os trabalhadores, ao menos em termos de construções para o local, porém, não encontramos referência na memória dos entrevistados, tampouco nos materiais produzidos pela CPT. A

abertura de estradas aparece nos diagnósticos como um trabalho que estaria sendo pago pelo INCRA aos trabalhadores e é utilizado como justificativa para que os repasses, previstos nos programas referentes ao crédito alimentação, não fossem destinados a eles por já estarem recebendo pelos serviços prestados.

Nessa documentação, a abertura de estradas, prevista em 1972, consta no diagnóstico de 1979 como obras que ainda não haviam sido realizadas:

Os setores Abaitará e Rolim de Moura, localizados a Sudoeste e a margem esquerda do Ji Paraná não foram contemplados com as facilidades do setor Gy Paraná. No primeiro constata-se a abertura de certos eixos vicinais [...] o segundo depara-se com uma situação bem mais grave de isolamento porquanto não é circundada e nem efetivamente interligado nas suas glebas por estradas de 1ª penetração<sup>108</sup>.

Nas falas, porém, não há referência a formas de pagamento pela abertura das estradas, construção de pontes e outros. Diferente do que consta nos diagnósticos, Luís e Edirles apontaram que a abertura das estradas foi possível à medida que surgiram interesses de atravessadores pela comercialização da produção. Para Manoel, citado no primeiro capítulo, os interesses de madeireiros teriam contribuído para a abertura de estradas e de carreadores, tornando os lotes acessíveis ao mesmo tempo que tinham a possibilidade de comercializar a madeira presente nas propriedades:

Cátia: E era fácil comercializar?

Manoel: Era fácil, só que era barato, não tinha preço até por causa das estradas era difícil a gente vendia muito barato, as vez ajuntava o pessoal do sítio e fretava os caminhão aí já levava aquela carga em conjunto de arroz, de feijão, de milho, e eles chegava na cerealista né, nas cidades aí o povo comprava né, aí já comprava o óleo é assim, o sal, essas coisa assim, açúcar ia comprava de fardo, vendia e já comprava na cidade as coisa e levava pra casa, já pra passá o ano né. [...] a gente sofreu bastante não foi fácil, né, e a gente venceu né, depois mudei pra lá, depois de, de uns três ano que eu tava morano na propriedade dos outro, aí eu mudei prá lá, foi difícil, foi difícil porque num tinha nem um vizinho perto era muito difícil havia bicharada gritano na mata e era muito barulho de animais selvagens né, é e a gente tinha que enfrentá né. E mudamos prá lá, e foi melhorano aos pouco né, mas foi bom, qué dizê foi muito sofrido mais foi assim a gente tem muita experiência nessa área. Então a gente tinha o desejo de vê um carro chegá no sítio da gente, a gente ajuntava todo mundo que ia entrano nas marcação aí usano motosserra, inchadão, né, é trabalhano de mutirão e fazeno estrada então ia fazeno aquelas pontes e o pessoal todos unidos aí começô passá e foi apareceno os caminhão toureiro, madeireiro comprano madeira, aí tirano madeira, vendeno madeira pra eles e dano uma parte pra eles fazê estrada pra gente até que quando aconteceu de passá trator da prefeitura a gente já tinha um carreador feito por madeireiro e assim já foi melhorano né, e também as condução, a gente andava em cima daqueles caminhão de madeira né, que hoje não é essas vara que a gente vê por aí, madeira que a gente ficava de pé no topo e aquelas madeira era mais alta do que a gente né, aquelas madeira bem grossas né, e a gente

<sup>108</sup>Projeto Integrado de Colonização, Programa Operacional, 1979, p. 49. Projeto Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

andava em cima daqueles caminhão de madeira, em tempo daqueles caminhão tombá com a gente mas era a condução que a gente tinha na época a gente tinha que se valê dessas condução né, e assim a gente foi tocando a vida né<sup>109</sup>.

Num primeiro momento, a facilidade em comercializar é destacada por Manoel devido a sua experiência como arrendatário próximo à cidade de Cacoal. Porém, ao mudar-se para a marcação que adquiriu, o comércio era dificultado devido à distância e por não haver estradas. A saída era deslocar-se por entre as matas para comercializar borracha até que fosse possível sobreviver do que havia plantado. A partir das relações com madeireiros, foi possível a abertura das estradas. Mesmo assim, no lugar em que morava, comercializar o que produzia dependia da organização dos trabalhadores para fretarem um caminhão e, assim, transportar a mercadoria. Porém, essa situação não era compensadora aos trabalhadores, já que, na cidade, o valor oferecido pela produção era baixo.

Para os trabalhadores, a abertura das estradas representava a possibilidade de garantir o sustento a partir do que produziam por um melhor preço, além do acesso à propriedade. Tais necessidades, aliadas aos interesses de madeireiros, foram responsáveis pela construção das estradas.

Isso revela a iniciativa dos trabalhadores nesse processo a partir do trabalho em mutirão, cedendo parte das madeiras para que os próprios madeireiros ajudassem no trabalho de abertura que, “quando aconteceu de passá trator da prefeitura a gente já tinha um carreador feito por madeireiro e assim já foi melhorano”, ou seja, houve condições de permanecer na localidade. Frente às condições vivenciadas por eles, a construção de estradas pelos madeireiros se colocou como a alternativa disponível no período.

A abertura das estradas é um exemplo de como a localidade e as relações entre os agentes não estavam prontas, mas foram se constituindo a partir dos interesses que, cada um, ao seu modo, expressava. Para os trabalhadores, a abertura das estradas significou comercializar o que produziam, deslocar-se com maior facilidade, possibilitar acesso a outros em sua propriedade. Para madeireiros e atravessadores, constituía-se, a partir daí, a possibilidade de ganho com o comércio das mercadorias produzidas e extraídas. Certamente não foram os trabalhadores quem mais lucraram nessa relação, porém, no contexto de limites e pressões vivenciadas por eles, a figura dos madeireiros e atravessadores se colocou como alternativa. Aos poucos, a falta de vizinhança se transformou em mutirão, transformando a localidade.

---

<sup>109</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

À medida que as estradas foram sendo abertas, os trabalhadores apontaram para um processo marcado pela possibilidade de vender o que plantavam, visualizando, a partir daí, melhorias nas condições de vida. A dimensão das mudanças trazidas pelos trabalhadores é marcada pelo que podemos designar como um marco em suas memórias, a abertura das estradas, porém, não apenas como sinônimo de melhorias como também de transformações que passaram a ocorrer, como é apontado por Lúcia, com quem já dialogamos no primeiro capítulo:

Cátia: Depois que conseguiu a terra não mudou mais?

Lúcia: Não, aí ficuemo lá, depois que ele conseguiu essas terra aí foi abrindo, aí passado uns ano já fez estrada né, abriu estrada lá, aonde a gente morava, aí já vinha carro né, já vinha carro e aí já dava pra fazer compra de bastante e trazer ou vender alguma coisa, aí assim depois foi melhorando. Só que assim, estudar nós nunca estudemo, porque não tinha escola. Lúcia: Por fim, os sítio já tava mais aberto aí as pessoa começô a vendê, aqueles que não queria ficá vendia, aí começô a venda, porque já tava já, já tinha benfeitoria, já tinha aberto, as vez tinha lavoura plantada né, aí as pessoa aqueles que já tava e não queria ficá e outro que queria morá, aí pegava e comprava. Aí ficô mais fácil porque plantava arroz, aí nas máquina em Cacoal né, aí vendia pras máquina, mais antiga, aí ninguém falava de Rolim não, ninguém conhecia Rolim, era Cacoal, nessa época ninguém quase nem falava em Rolim, era pra fazê compra, era pra vendê as coisa assim era tudo pra lá, era tudo mato, não tinha a cidade ainda nessa época<sup>110</sup>.

Lúcia chegou ao Estado ainda criança, porém, entre as melhorias citadas, ela enumera um impedimento, a não possibilidade de estudar. Isso é lembrado por ela no presente como algo que, no passado, não ocorreu. Mais que isto, é como se, em sua memória, ela buscasse justificar o porquê das dificuldades vividas no presente, à medida que não ter estudado é significado quando ela narra como foi se constituindo trabalhadora, após uma separação, primeiro como doméstica e, depois, como trabalhadora em frigoríficos. Com base nessas relações, ao falar das mudanças e melhorias, ela assinala para a falta de estudo como uma privação que viveu e que, no presente, visualiza como algo que lhe poderia possibilitar melhorias. Ao fazer isso, a entrevistada aponta para a falta de estudos como uma das privações vividas por aqueles que chegaram ao Estado na década de 1970 devido à ausência de escolas.

Outra dimensão trazida pela entrevistada diz respeito à transformação que passou a ocorrer após a abertura das estradas. A partir daí se tornou possível a venda de propriedades, o que, antes, pode ser entendido como uma relação que não era vantajosa para quem comprava ou vendia. Mas o que levaria os trabalhadores a venderem suas propriedades diante do

---

<sup>110</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

processo de abertura de estradas que, como aponta os entrevistados, materializou-se em melhorias?

No momento em que realizava a entrevista, seu esposo João assinalou para questões pertinentes acerca do processo mencionado. João se recorda que, em 1972, quando veio do Mato Grosso para Rondônia, aos 13 anos de idade, seu pai realizou inscrição no INCRA e atendeu a exigência feita pela autarquia, possuir uma família, e foi contemplado com uma propriedade no Setor Rolim de Moura. A cidade de chegada foi Pimenta Bueno, a aproximadamente sessenta quilômetros do Setor Rolim de Moura e ele e o pai percorriam o trajeto até o sítio para trabalhar. Nesse período, ele menciona que ainda não ouvia falar das cidades vizinhas e que, para sobreviver enquanto a terra da família não possibilitava o sustento, seu pai trabalhava com empreitas nas fazendas da região, abrindo a mata. Ele e os irmãos, que ainda eram pequenos, faziam pequenos serviços, para ajudar, vendendo picolé ou limpando datas. Seu pai, com o tempo, perdeu o lote, precisou vendê-lo já que não conseguiu suprir o financiamento bancário que contraiu na época para iniciar sua plantação. Segundo João, o Banco não quis saber o que aconteceu, as dificuldades, e com o aumento dos juros veio a perda da propriedade. Seu pai se dedicou ao plantio de café e arroz e uma das causas citadas por ele pelo declínio da agricultura desenvolvida foram os baixos preços pagos pelas mercadorias produzidas. Lembra que, junto com seu pai, enfrentou vários serviços difíceis, tendo parado os estudos para se dedicar ao plantio no sítio que ganharam. Menciona que: “aí perdemos o sítio e o estudo”<sup>111</sup>.

Assim como Lúcia, João assinala para a falta de possibilidade de estudar como uma perda, como uma expectativa colocada no passado, sendo que o que se colocava no passado era o trabalho. É como se as expectativas e as condições atuais estivessem dadas naquele passado. Isso sendo narrado a partir do presente demonstra como ambos visualizam no estudo uma alternativa, porém, que nunca esteve acessível. Embora a educação estivesse na pauta do INCRA, como constatamos em seus diagnósticos, ela não avançou no sentido de proporcionar efetivamente o acesso a escolas. Esta foi uma questão deficiente registrada nas fontes da CPT, e narradas pelos trabalhadores.

O problema narrado por Lúcia e João quanto à venda das propriedades encontra relação com diversos aspectos sobre o que ocorria no período. Não podemos esquecer que nos anos 1970 e 1980 a política adotada pela ditadura civil-militar, a nível nacional, previa financiamentos para o setor agrícola. No Paraná, como já assinalamos, as mudanças relativas

---

<sup>111</sup> Entrevista realizada com João em 30 de janeiro de 2016.

a introdução de tecnologias no campo levou muitos trabalhadores a perderem suas propriedades. Esse processo histórico, vivido não apenas no Paraná, mas também em outros estados, junto à crise que assolava o país, desencadeou o deslocamento de milhares de pessoas que, ao chegarem ao Estado, encontraram situações adversas como já situamos. Em Rondônia, a política de financiamentos também ocorreu, como assinala João, porém, as condições vivenciadas no estado possuíam diversos outros agravantes.

Diferente do Paraná, Rondônia não vivenciou na década de 1970 o processo de alteração da base técnica a partir das mudanças nas relações sociais de produção no campo e o consequente êxodo rural. Esse processo de mudanças viria a ocorrer depois. A princípio, as fontes apontam que as privações, a falta de estradas e a consequente falta de condições para o escoamento da produção se colocaram como os primeiros obstáculos na vida dos trabalhadores. No diagnóstico do INCRA de 1979, são citados problemas relativos à comercialização. Também há o reconhecimento de que o escoamento da produção deixava a desejar por falta de estradas. Nem todos os lotes possuíam acesso, impossibilitando, desse modo, qualquer forma de comercialização. Isso resultava na venda para atravessadores, causando desestímulos, o que, por sua vez, foi utilizado para justificar a necessidade de um processo racional de comercialização na área pelo INCRA. O diagnóstico ainda aponta para as perdas devido à inadequação do sistema de comercialização, à falta de armazenamento adequado nos lotes e à inexistência de meios de escoamento. Curioso é que a perda foi atribuída à falta de operacionalização dos órgãos competentes na institucionalização de um efetivo mecanismo que garantisse o fluxo total da produção. Como se essa competência não coubesse à autarquia enquanto órgão responsável do período.

No referido diagnóstico, a informação sobre a falta de infraestrutura serviu como justificativa para que a comercialização ocorresse para a Cibrazém (cooperativa) em cidades como Ji Paraná, para cerealistas e atacadistas em Cacoal e para a Cira-Picop<sup>112</sup>, uma cooperativa do próprio INCRA. Nela, comercializava-se cacau, que era destinado para São Paulo.

Quanto à linha de crédito disponibilizada no período pelo INCRA, estava direcionada não apenas ao investimento na propriedade para a aquisição de insumos, mas também para a compra de medicamentos e tratamentos médicos<sup>113</sup>. O alto índice de casos de malária e outras endemias no período colocava os trabalhadores em uma posição perigosa, sob risco de perder

---

<sup>112</sup> A cooperativa do INCRA localizava-se na cidade de Ouro Preto, local onde foi sistematizado o primeiro e maior projeto de colonização do período.

<sup>113</sup> Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1976 (reformulado). Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

suas propriedades caso não conseguissem suprir as dívidas com financiamentos. Junta-se a isso a falta de infraestrutura para o escoamento da produção, os baixos preços ou ainda a impossibilidade em atender a todos com o sistema de financiamento devido à falta de planejamento, questão ressaltada pela própria autarquia. Desde 1977, o INCRA já indicava a impossibilidade de assumir os problemas referentes à moradia, à saúde e à comercialização.

Ressalta-se, ainda, que os financiamentos, para aqueles que o alcançaram, previam baixíssimos juros, o que possivelmente atraía aqueles trabalhadores sem recursos a destinarem parte do crédito para outras demandas. O registro feito pela CPT com um técnico agrícola aponta para esta questão, além de outros aspectos relativos a casos de corrupção do INCRA quanto à venda de propriedades:

Pessoas do INCRA recebem e vendem lotes, especialmente o pessoal do assentamento. Muitas autorizações que o INCRA dá não têm assinatura de ninguém. Vão no INCRA e dizem: vem amanhã que tem que assinar, e assim por diante. Para dar as “bolas” sempre tem que ter um intermediário. Se a pessoa vai diretamente no INCRA ele não aceita. O Enoch (assentador) vendeu muitos lotes. O Engenheiro agrônomo (Bosco?) também recebeu dinheiro para dar lote (Cr\$ 10.000,00). O Zé Elias, primeiro assentados do Rolim de Moura e Abaitará está sendo processado porque “não soube planejar direito a coisa e foi feita muita crítica (do Jerônimo Santana). No Projeto Velho acho que todo mundo tem título (Projeto Gy Paraná). Tem uns que estão enrolados com bancos, não aplicaram o dinheiro direito. Veio o prazo prá pagar e não tem o dinheiro. Compram outras coisas prá casa, roupa, óculos. Aí o banco corta o financiamento e em último caso toma o lote. O Banco protestou alguns títulos de pessoas que pegaram lote e financiamento e não quitam nem as prestações do lote e nem do banco. O dinheiro do empréstimo vem muito fácil. O colono fica 3-4 anos no mato e quando vê dinheiro gasta em muitas coisas<sup>114</sup>.

A falta de condições para quitar as dívidas devido aos problemas estruturais na localidade colocava os trabalhadores sob risco de perderem suas terras. Para além do juízo de valor atribuído a esses pelo técnico agrícola, é preciso situar que, frente à falta de condições em se manter na localidade até que a terra começasse a produzir, é possível que muitos tenham utilizado parte do financiamento para garantir a sobrevivência. Embora a fonte não explicita qual agência ou instituição o técnico agrícola pertencia, esta narrativa é importante no sentido de evidenciar esta face das condições vivenciadas para além daquelas narradas por trabalhadores.

Nessa direção, apesar de as estradas terem configurado uma melhoria e terem significado mudanças no modo de viver, elas foram construídas num período em que diversos

---

<sup>114</sup> Fonte presente no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino, Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura/RO, 12 de junho de 1978. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedo>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

trabalhadores viram, na venda das propriedades, uma possibilidade de reorganizarem suas vidas de outro modo diante da necessidade que estava posta, indicando mudanças daquele espaço. O que teria ocorrido, então, com os trabalhadores que, impossibilitados de permanecer no campo, precisaram vender suas propriedades?

Quanto ao programa de moradia, em 1977, a falta de recursos pela autarquia aparecia como impeditivo à construção de casas de madeira, o que contradiz a previsão realizada em 1975 de garantir, por meio do programa de habitação rural, uma troca entre a madeira fornecida pelos trabalhadores, retiradas de seus lotes, por madeiras beneficiadas em serrarias do próprio INCRA. Pelo programa, as construções contariam com a mão de obra dos trabalhadores. De qualquer modo, em 1977, o programa foi apresentado como um problema, indicando uma situação que fugiu do controle e da projeção feita pela autarquia. Apesar da projeção de habitação rural, a partir da previsão da realização de trabalho com a população e órgãos competentes para melhorar os níveis habitacionais, em 1979 a situação foi descrita do seguinte modo:

No projeto existem 3.922 famílias assentadas. A maioria, cerca de 74 % das moradias rurais tem como características cobertura de tabuinha e piso de chão batido, considerados ranchos ou tapiris. Suas habitações são construídas com os recursos naturais existentes nas parcelas. Tem sido desenvolvido junto aos colonos um trabalho de orientação quanto aos princípios higiênicos-sanitários e também quanto ao aproveitamento do material disponível na região, inclusive efetuando a troca de madeira bruta pela beneficiada, junto às serrarias existentes<sup>115</sup>.

A previsão de famílias assentadas era pequena frente ao intenso fluxo de pessoas que se deslocava no período. Ainda assim, nem mesmo para esse número de famílias o projeto habitacional proposto pela autarquia foi descrito como suficiente. Maria, 58 anos, é vendedora de cosméticos. Após contato na Associação dos Idosos da cidade, ela me recebeu em sua casa e narrou sobre as dificuldades enfrentadas pelo pai enquanto agricultor. Maria chegou com sua família no Setor Rolim de Moura em 1976, quando tinha 18 anos. Em sua narrativa, traz uma dimensão sobre esse processo ao narrar que, devido à falta de habitação no campo, a alternativa encontrada por seu pai era dirigir-se diariamente ao trabalho na propriedade que recebeu do INCRA. Enquanto isso, a solução foi residir em uma moradia que encontraram disponível no Setor Rolim de Moura até que fosse possível a construção da moradia no campo:

---

<sup>115</sup>Projeto Integrado de Colonização, Programa Operacional, 1979, p. 62. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

Cátia: E o INCRA dava algum tipo de ajuda para quem pegava terra?

Maria: Eu lembro que meu pai sofria muito pra lutá vendê as coisa, pra deixá compra pra nós aqui na rua, pra levá pro sítio, então eu acho que não, o meu pai pra construí o primeiro barraco foi maior sufoco, tirô madeira do mato aquelas tabuinha que eles mesmo fazia, pegava aquelas lasca lá e passava com barro, tudo rústico, eu acho que não acontecia ajuda não porque se tivesse ajuda não sofria tanto do jeito que meu pai sofria, ajuda financeira eu acho que não tinha não só a terra, eu acho, porque meu pai eu nunca vi ele comentano nada, só da luta, porque quando tem essas coisa assim, não tem o minha casa minha vida, não vem uma verba? Aí todo mundo sabe que tem aquela auto ajuda, eu nunca ouvi meu pai comentá nada, eu sempre vi meu pai aquele maior sufoco. Pra vendê as coisa, de primeiro ele trabalhava fora pra ganhá um dinheirinho prá comprá mantimento prá levá pro sítio, ne, então eu acho que nunca teve auto ajuda não.

Cátia: Até produzir ele trabalhava fora?

Maria: Trabalhava, ele trabalhava assim, pegava empreita, por dia, derrubava, era no machado, motosserra não tinha, antigamente era tudo no machado, aí então eu nunca vi meu pai falá, era sempre naquela dificuldade<sup>116</sup>.

No entendimento de Maria não houve nenhum tipo de ajuda por parte do INCRA e a referência à casa rústica contraria a informação de que a autarquia contribuía com os trabalhadores com madeiras beneficiadas. Em sua memória, o esforço do pai é lembrado tendo em vista as dificuldades em manter a família e, ao mesmo tempo, trabalhar no sítio que recebeu do INCRA. Como assinalamos no primeiro capítulo, manter-se na terra implicava aos trabalhadores desenvolver diversas outras formas de trabalho, tanto para a manutenção da sobrevivência quanto como condição de tonar a terra produtiva e construir moradia. Assim, a história do pai de Maria encontra diversas semelhanças com outros trabalhadores já citados, em termos da necessidade de deslocamento do Setor urbano ao campo, da responsabilidade enquanto provedor da família e das dificuldades enfrentadas para manter-se na terra.

Quanto à saúde, por mais que a projeção de contrato com o Funrural fosse descrita em diversos diagnósticos, indicava que os tratamentos ocorriam de modo particular em hospitais localizados na cidade de Cacoal. Em 1977, a saúde foi apresentada como uma questão calamitosa, apontando como causas a carência alimentar e as endemias generalizadas, bem como que o governo federal não dispunha de recursos para subsidiar as deficiências, alertando para a gravidade da situação. Em 1979, o atendimento à saúde era realizado em uma unidade de atendimento móvel. Neste sentido, a projeção relativa à política de saúde pelo INCRA consistia em prever melhorias na prestação de serviços médicos a partir da realização de cursos de primeiros socorros, higiene, saneamento, parteiras leigas e orientações gerais sobre a preservação da saúde e a Fundação da SESP, que consistia em um hospital, fruto de diversas críticas pelos trabalhadores quanto ao atendimento prestado.

---

<sup>116</sup> Entrevista realizada com Maria em 02 de maio de 2016.

## 2.2 ENTRE SONHOS E PROJEÇÕES: OS LIMITES

Analisando os diagnósticos, constatamos que a preocupação com a questão da saúde pela autarquia foi registrada só em 1977, embora as necessidades datem de períodos anteriores como atestam os registros feitos pela CPT, que iam desde problemas com endemias à necessidade de parteiras. Interrogamos, nesse sentido, quais as soluções encontradas por aqueles que se deslocaram, senão com saberes que estavam disponíveis a partir do contato com os sujeitos do lugar? O tratamento alternativo, embora insuficiente, era o único meio no qual as pessoas podiam recorrer.

No diagnóstico relativo a 1977, o INCRA justificava a falta de serviços previstos para o setor com base na intensa ocupação. A ocupação passou a servir de justificativa inclusive para os problemas de financiamento da produção devido à falta de planejamento e controle das parcelas, o que dificultou, segundo a autarquia, os serviços de assistência técnica previstos pelas agências, Aster e Ceplac<sup>117</sup>, que consistiam em cooperativas criadas no período. Desse modo, o crédito rural não foi acessado por todos os trabalhadores.

Além disso, os baixos preços pagos pela produção devido à política de preço mínimo dificultava o pagamento das dívidas com financiamento por aqueles que o contraíam. Consideramos que a informação, presente no diagnóstico, de que a política de preço mínimo não estaria surtindo efeito, interferiu fortemente no processo de endividamento dos trabalhadores, principalmente daqueles que contraíram empréstimos, por não conseguirem saldá-los, o que pode ter servido como pressão para a venda das propriedades. Trabalhadores nestas condições estavam colocados numa posição perigosa como fortes candidatos a desaparecerem enquanto agricultores.

Esse pode ter sido o caso de João e seu pai. A partir do momento que perderam o sítio, ele iniciou trabalhando na construção, como servente de pedreiro, serviço que exerce no presente. Relembra, ainda, que, quando seu pai perdeu o sítio, já era uma época difícil para ele se inscrever e conseguir ganhar terra pelo INCRA. Para ele, “foi fechando as oportunidade, aí eu não fui mais atrás”<sup>118</sup>. Na época, o trabalho na construção se colocou como alternativa. Ao interpretar esta relação, João não a significa, tendo por base o fato de não possuir propriedade, mas com base no que, no presente, ele visualiza acerca do trabalho no campo:

---

<sup>117</sup>Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1977. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

<sup>118</sup> Entrevista realizada com João em 30 de janeiro de 2016.

João: Para os fazendeiro dá dinheiro a lavoura, eles tem máquina, colhe na máquina, agora se o pessoal aí for fazer uma lavourinha aí de um alqueire, dois alqueire com aquela maquininha assim, o povo tira é sarro né, tira é sarro. Se for plantar com aquelas maquininha porque hoje é tudo na máquina né. É melhor a pessoa comprar no mercado o arroz e o feijão do que plantar<sup>119</sup>.

João faz referência ao modo como se plantava e como no presente não visualiza ser mais viável plantar como antes, indicando um processo histórico que sofreu mudanças. Evidencia a constituição de um processo hegemônico voltado ao agronegócio e marcado por relação de dominação. Embora a agricultura não predomine na cidade, mas em outras cidades do Estado<sup>120</sup>, o domínio da pecuária traduz as mudanças no modo como se produzia, e sua diversidade.

O entrevistado se reporta a um projeto bastante disseminado no presente pelos mentores do agronegócio. Nele, a agricultura só é vantajosa a partir da produção em larga escala. Fora dessa relação, ser agricultor é disseminado como sinônimo de atraso devido ao trabalhador não deter os símbolos que marcam a tecnologia empenhada naquele tipo de produção. Trata-se, porém, de dois projetos distintos voltados à agricultura. Quando esses valores são incorporados no social, desconsideram-se outras noções acerca da agricultura e do que é ser agricultor. Desconsidera-se, por exemplo, modos de viver e de lidar com a terra, questões como afetividade, saberes construídos na lida com a roça, etc... imperando noções que, visando apenas ao mercado, desconsideram qualquer outro tipo de relação estabelecida entre trabalhador e o meio.

Estas questões revelam as disputas de valores que estão presentes no social, discussão trazida por Thompson quando ressalta que as relações de dominação provenientes das contradições presentes na sociedade capitalista geram conflitos de valores e de interesses: “[...] toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse” (THOMPSON, 2009, p. 235). Nessa direção, as relações de dominação (capitalistas) precisam ser desnaturalizadas, no sentido de serem percebidas as disputas por valores existentes na sociedade. Como discute Thompson:

Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolhe sejam social e culturalmente determinados (THOMPSON, 2009, p. 240).

<sup>119</sup> Entrevista realizada com João em 30 de janeiro de 2016.

<sup>120</sup> Conforme dados da Seagri (Secretaria de Estado e Agricultura) a região que mais produz grãos no Estado é o Cone Sul e o principal município produtor é Vilhena. Informações disponíveis em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/seagri/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Com essa afirmação, o autor busca demonstrar que os sujeitos sociais vivem em meio a conflitos por valores e em meio a condições que determinam, de algum modo, suas vidas, porém, não por completo. Assim, para entendermos como pensam e agem os sujeitos, faz-se necessário compreender que suas escolhas precisam ser interpretadas como fruto de pressões e de limites (WILLIAMS, 2011) vivenciados em relação a outros grupos sociais. Nesta direção, a busca por melhores condições levam a interpretações ou ações pelos sujeitos mediante as pressões que vivenciam na realidade social. O modo, porém, como essas ações são pensadas, sentidas e significadas precisam ser refletidas a fim de sabermos como os sujeitos sociais têm, ou não, resistido ou buscado alternativas frente às relações de dominação. Ao partir da experiência que os sujeitos vivenciam, o autor aponta para a possibilidade de verificar se reproduzem ou alteram práticas, pensamentos e sentimentos dominantes, ou ainda se lhes atribuem novos significados ou os transformam.

Desse modo, para além do fator produção, considerar os fatores que levaram a mudança mencionada por João e como elas destituíram modos de se relacionar com a terra, e modos de viver, ajuda a questionar o que ocorreu com aqueles que, impossibilitados de continuarem no campo, precisaram refazer seus projetos de vida.

A referência de João à pequena propriedade é feita tendo como base aspectos percebidos no presente, pois a propriedade destinada pelo INCRA era inicialmente de 100 hectares, depois 42 e, posteriormente, passou a ser de 21, motivo que levou a organização e a luta dos trabalhadores contra o INCRA na década de 1980, como evidencia o registro feito pela CPT. Nele, é possível problematizar a atuação do INCRA e da CPT na década de 1980 em relação às disputas que estavam colocadas quanto ao tamanho das propriedades destinadas pela autarquia:

Julho de 1980: Funcionários do INCRA, entram na linha para cortar os lotes dos posseiros pela metade: 50 há. Ficaria com eles e a outra metade seria entregue a novos posseiros. Os posseiros não deixam cortar os lotes alegando que estão há três anos morando nele, tem benfeitorias e pagam imposto. Procuram o advogado Agenor em Porto Velho.

13 de agosto: Lavradores das linhas 140, 152, 160 reúnem-se com os de 156 e agentes da Igreja e da CPT para estudar o caso. Fez-se um levantamento da realidade que foi levada ao advogado de Porto Velho.

14 de agosto: o representante dos lavradores é intimado a comparecer na delegacia de polícia no dia 13. A intimação é recebida pela esposa, que junto a outros lavradores procura a Igreja. (A intimação é recebida na tarde do dia 14).

22 de agosto: O representante dos lavradores acusado, junto a outros companheiros se apresentam na delegacia. Na presença do executor do INCRA são ameaçados pelo delegado caso resistam à ação dos funcionários do INCRA. Os lavradores reafirmam que não deixarão cortar suas terras antes do parecer da justiça.

SITUAÇÃO ATUAL:

Foram reconhecidos lotes de 100 há a 3 parceiros (entre os quais o representante deles), no entanto continuam tentativas de intimidação aos outros. Está-se aguardando uma carta de Brasília para a definição do caso<sup>121</sup>.

A fonte acima faz referência a trabalhadores que se colocaram contrários à divisão dos lotes de 100 hectares, em que já residiam, para lotes de 50 hectares. Nota-se, a partir dessas referências, uma diminuição acentuada dos lotes que, de 100 hectares, caiu posteriormente para 21, conforme atestam trabalhadores como Isabel, que chegou ao Estado em 1980, ao narrar sobre as culturas que desenvolvia na propriedade que adquiriu do INCRA “Antes era quarenta e dois, só que quando foi na época nossa já foi vinte e um. Foi diminuindo e foi ficando mais a parte mais ruim né, mais reservada, mais longe e sem água”<sup>122</sup>. A diminuição do tamanho dos lotes demonstra como havia limites nos projetos de colonização. Indica sobre as forças locais e como atuavam no controle e distribuição das propriedades.

Na época, a ação da CPT junto aos trabalhadores prejudicados com tal medida foi a de consultar um advogado para tratar sobre o caso. A fonte faz referência a uma situação de ameaça a eles por um delegado, que solicitava que não resistissem às determinações da autarquia. Apenas três lotes de 100 ha teriam sido reconhecidos, seguido de intimidações a outros. A posição do delegado foi de encontro com a imagem projetada pela autarquia como único poder local que deveria ser respeitado e temido, como já foi discutido no primeiro capítulo. Passados pouco mais de dois meses do referido registro feito pela CPT, o advogado citado na fonte, Agenor, foi assassinado em Porto Velho<sup>123</sup>. A ameaça aos trabalhadores pelo delegado também situa o campo de relação de força que estavam colocadas, evidenciado como a expansão não era infinita e ilimitada.

O tamanho das propriedades foi um fator que interferiu fortemente na permanência no campo, principalmente diante de famílias numerosas, característica de muitas famílias que se deslocaram para Rondônia. A produtividade dos lotes pode ter se tornado insuficiente para acomodar os filhos quando todos ficassem adultos. Corrobora para essa argumentação o fato de muitos pais terem vendido a propriedade e se mudado para a cidade, sob a justificativa de dar estudos aos filhos. Isso possui relação com a insuficiência nas condições para manter-se

---

<sup>121</sup> Site da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Nacional, CEDOC (Centro de Documentação Dom Tomás Balduino), Pasta Projeto Rolim de Moura, agosto de 1980. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>.

<sup>122</sup> Entrevista realizada com Isabel em 28 de maio de 2016. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>123</sup> Informação divulgada na Reportagem “Rondônia homenageia advogado morto em 80”, em 21 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/noticia/rondonia-homenageia-advogado-morto-em-80/27480>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

lá. Desse modo, a venda das propriedades, à medida que as estradas iam sendo abertas, como apontado por Lúcia, pode ter forte relação com esses fatores.

Lúcia e João pontuam um processo que é preciso atenção. Indicam mudanças que foram surgindo na relação campo e cidade em que a última se coloca no presente enquanto possibilidade no horizonte dos trabalhadores. João ainda leva-nos a perceber a existência de uma associação entre campo e a produção em maior escala. Esta relação pode estar relacionada ao que ele visualiza no presente ou as pressões do passado relativas à necessidade de produzir e obter renda suficiente para a família diante das dificuldades de preço que enfrentavam. Desse modo, é preciso examinar a pressão da própria dinâmica que se tentava estabelecer, pois, no diagnóstico do INCRA de 1978, o objetivo era de que as famílias integrassem a economia de mercado com previsão, inclusive, da quantidade que se esperava produzir. Possivelmente, isso pode ter servido como pressão àqueles que contraíam financiamento:

O projeto tem como objetivo, implantar até 1980: 23.000,0000 ha de arroz, 17.500,000 ha de milho, 19.400,0000 ha de feijão, 33.798,0000 ha de café, 1.971,0000 ha de cacau e 8.532,0000 ha de banana, o que permitiria integrar a economia de mercado a 2.283 famílias de baixa renda, que terão acesso à terra de forma racional, e serão orientadas para o emprego de modernas técnicas agronômicas através de convênios com órgãos especializados<sup>124</sup>.

Nos diagnósticos do INCRA, há diversos elementos que apontam para o início da fragmentação das propriedades. Esse processo assinala para mudanças daquele espaço, no qual a concentração passa a ser sua marca junto aos latifúndios constituídos e denunciados pela CPT. Com o tempo, a necessidade de vender a propriedade para cobrir financiamentos, fazer investimentos de modo que possibilitasse aumentar a produtividade, para tratamento médico, ou, ainda, a divisão da terra entre os filhos, colocaram-se como questões que contribuíram para o início de uma mudança na estrutura fundiária a partir da reorganização do espaço por aqueles que chegavam com algum capital.

Outros fatores que influenciaram o não aumento da produtividade estão relacionados à impossibilidade de aumentar as áreas cultiváveis. Pedro, já citado no primeiro capítulo, foi se constituindo trabalhador em Rondônia entre o trabalho junto à terra do sogro e o trabalho assalariado na cidade de Cacoal. Ele recorda-se que, ao firmar-se no trabalho no campo, seu sogro contraiu um financiamento para compra de motosserra para derrubar o mato, mas que não tiveram condições de mecanizar a terra, o que, em sua concepção, renderia a eles uma

<sup>124</sup>Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1978 (reformulado). Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

maior produção. Para ele, a conversão de novas áreas em terras cultiváveis dependia de recursos que não possuíam. Aliado a esse problema, cita as perdas de produção devido às chuvas e à falta de preço:

Pedro: Naquele tempo, o saco de arroz, custava três e cinquenta, cinco cruzeiro, o que mais o povo vendia era borracha, eu memo, eu memo tirei em quarenta e dois alqueire eu tirei quarenta quilo, uns quarenta e cinco quilo de borracha [...] Cê tem que ter um lugá pra gente trabaiá mas pá ganhá tamém né, se a gente vai trabaiá e num ganhá nada, é bom até num trabaiá<sup>125</sup>.

A atividade extrativista seja a borracha, a madeira ou a castanha se colocava como alternativa de ganho para os trabalhadores à época. A falta de condições aliada a um acidente que sofreu em Minas, num curral onde lesionou a coluna, são outros elementos mencionados pelo entrevistado que não lhe permitiu desempenhar determinadas formas de trabalho, o que ele interpreta como um meio de ter-lhe possibilitado melhorias. Com a morte da esposa, Pedro juntou suas economias e construiu uma casa num bairro periférico da cidade. À medida que a terra foi valorizando e, com o trabalho que desempenhava, não conseguiu adquirir sua propriedade, haja vista os custos com a criação dos sete filhos. Para ele, não foi possível comprar uma propriedade, mesmo apontando para o processo de fragmentação que essas sofreram:

Cátia: Quando o senhor veio foi dividido em 42 alqueire mas hoje não tá assim mais ne?

Pedro: Hoje tá assim, cê vai comprá um pedaço de terra você pode comprá um pedaço de terra de vinte e um alqueire, dez alqueire, de dois alqueire, de um alqueire até de meio alqueire você compra, o povo foi ino foi ino, veja bem como foi a coisa. Quarenta e dois alqueires, foi baixano, foi baixano, baixano, você compra terra de um alqueire, você compra uma área de terra de três quarto, e de meio alqueire, o povo foi juntano, muito pobre as pessoa, tem pessoas que não guenta comprá um alqueire de terra, tem pessoa que prá comprá meio alqueire de terra ele não guenta comprá, num tem dinheiro, se num tem emprego, num tá trabaiano, aqui num tá produzino nada, porque num guenta comprá. Por exemplo, um cara que tem três alqueire de terra encostado de um fazendeirim ali, e aquela arinha de terra de três alqueire, ele é confinante né, então não adianta, ele acha, boi quebra cerca come a roça daquele vizinho, é poquinha coisa né, quebra a cerca e coisa e tal, coisa e tal, chega o dia, ó tá comeno minha roça, só tem um quê que eu posso fazê com você, eu compro sua terra, acontece isso aí, acontece isso, vende. Isso aí num acontece só aqui em Rondônia é no país inteiro, essa prática disso aí, acontece no país inteiro. Desse tipo, vai ficano cada vez mais grande, é desse jeito<sup>126</sup>.

<sup>125</sup> Entrevista realizada com Pedro em 23 de abril de 2016.

<sup>126</sup> Entrevista realizada com Pedro em 23 de abril de 2016.

Pedro cita duas situações em sua fala, uma indica a fragmentação das propriedades e outra a concentração de terras. Ambas indicam mudanças na estrutura fundiária local, visualizadas por ele. A fragmentação está relacionada à necessidade que os trabalhadores tiveram de dispor de parte da propriedade diante das dificuldades, o que, por sua vez, foi, ao longo dos anos, provocando uma concentração fundiária. A falta de condições em adquirir uma propriedade é interpretada por ele tendo em vista sua própria experiência enquanto trabalhador. Por outro lado, ao se referir à concentração de terras, aponta para elementos que visualiza no presente, a pressão exercida por grandes proprietários pode ser entendida como um mecanismo utilizado para inviabilizar a permanência no campo daqueles que possuem pouca terra. São situações utilizadas por quem deseja aumentar suas terras com áreas próximas, criando dificuldades e inviabilizando o trabalho no campo num contexto que se difere das condições de chegada. Dessa forma, pressionado por diversas situações, o trabalhador acaba cedendo e realizando a venda da propriedade, o que denota os limites e pressões colocados nas relações daqueles que enfrentam as condições enquanto trabalhador no campo.

Dentre as mudanças, estão colocados alguns fatores, como o enfraquecimento do solo e a conseqüente redução na produção, a diminuição da propriedade e o uso de veneno, de inseticidas e de pesticidas que impuseram aos trabalhadores altos custos na produção. A introdução de insumos e agrotóxicos nas práticas de plantio fez parte das políticas de financiamento da década de 1970 junto à criação de associações e cooperativas. Em Rondônia, a criação da Cibrazém e de outras cooperativas interferiram no processo de comercialização e na introdução de insumos e agrotóxicos no plantio. Em relação a isso, Manoel traz evidências do que pode ter sido o início desse processo quando relata que, com o tempo, passou a fazer uso dos produtos oferecidos pelas cooperativas:

Cátia: Tinha incentivo do governo pra algum tipo de plantação?

Manoel: Não, era igual hoje não mas tinha, mas era muito difícil, era muito difícil, eu memo nunca mexi com financiamento com coisa assim mas a gente com o passar do tempo a gente começou, é, pegá veneno assim pelas cooperativas, né, pegava antes da colheita prá pagá com a colheita, pegá semente por exemplo assim mais especial sementes selecionadas, chamada assim, a gente pegava aquela semente selecionada, plantava e depois devolvia, por exemplo assim pegava um saco devolvia dois, ou três, mas daí o resto era tudo da gente né, aí a gente foi criano tamém a associação, né e aí já foi mudano um pouco a história porque até um certo tempo num tinha estrada num tinha máquina de arroz, a gente tinha que socá o arroz no pilão né, era muito difícil [...] e até o café prá bebê, enfim, era tudo né, então assim, com o passar do tempo a gente através da associação se reuniu um grupo de moradores né, tudo lá na linha sete [...] só que o nosso lugá de exportação de cereais continuava seno Cacoal [...] então assim eu não cresci com Cacoal mas Cacoal cresceu né e eu fiquei pequeno né, então assim, mas eu acompanhei Cacoal desde setenta e sete, sempre

vendo Cacoal crescê[...] então com o passar do tempo a gente criô assim a Associação, foi compramo uma máquina de limpá arroz, aí a gente já foi limpano os arroz pra gente comê né, e foi ficano mais fácil. Aí com tempo foi colocano uma máquina de café, na associação aí os sócio já levava o café já limpado e já vendia beneficiado tamém, e aí as coisa, foi, foi andano né, aí já foi melhorano as estradas, que aí os político tamém foro se interessando nos lote né, e aí foi melhorano, foi criano o postinho de saúde, mais perto, agente de saúde, né, porque na época não tinha, então foi melhorano com o passar do tempo<sup>127</sup>.

Manoel traz, em sua narrativa, um processo de mudanças, desde a organização dos trabalhadores na abertura de estradas à organização da associação, segundo ele, por orientação de um político do PT (Partido dos Trabalhadores), situando, assim, a dimensão política que se constituía. Certamente, organizar-se em associação se colocou no período como uma forma de luta por melhores preços na produção, antes vendida para cerealistas, e facilidades no processo de organização do trabalho a partir da introdução de máquinas que ajudassem na limpeza dos grãos, além de terem atendidas outras demandas, como a saúde. A referência que faz em relação ao crescimento de Cacoal quando diz “então assim eu não cresci com Cacoal, mas Cacoal cresceu né e eu fiquei pequeno né”<sup>128</sup>, é significativa no sentido de situar que as conquistas para ele e os trabalhadores foram ínfimas frente ao crescimento da cidade. Embora Manoel esteja falando de Cacoal, o crescimento no qual ele se refere possui ligação com a produção que era recebida de toda a região, inclusive do Setor Rolim de Moura e de outras relações estabelecidas. Na falta de condições de transportar a produção, esse trabalho ficava a cargo dos atravessadores.

Manoel permite, assim, perceber o movimento que ocorria e como, a partir da organização por meio da associação e organização de pais, puderam estruturar a localidade a partir das demandas que iam se colocando:

Cátia: Teve alguma orientação para os moradores fundarem a associação?

Manoel: Tinha, porque sempre teve político ne, e sempre no meio do povo aparece alguém que interessa sê político né, então alguém foi dano a dica e a gente foi correno atrás, e foi conseguino, na verdade era um que era mais envolvido chamado José do PT né, era do PT né, hoje ele é um político lá no Aripuanã, Mato Grosso, é, ele foi vereador duas vez, dois mandato e hoje ele mexe com outras coisa mas ele é sempre envolvido na política [...] mas sempre ele foi uma pessoa dos mais assim que procurô corrê atrás, que sempre se envolveu nisso, aí a pessoa bem visto, foi uma pessoa que ajudô bastante [...] o primeiro postinho de saúde tamém foi através da associação. E assim, até memo as escola, quando surgiu as escola, aí num foi a associação, aí juntô os pais e viu assim o tanto de crianças que precisava de estudá, e fizemos um abaixo assinado trouxemo pra Cacoal na época aí liberaro lá um, uma escola né, juntamo lá e fizemo a escola [...] cercada de lasca de pau coberta de taubinha, e aí juntô todos os pais e assim, e assim foi organizano, formô a escola, e nessa escola eu fui presidente desta escola uns sete anos, então a gente tava lá junto

<sup>127</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

<sup>128</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

com os professor ajudano os pais [...] Então era mata memo, não tinha nada, começamos do nada, é, do nada, foi muito difícil, [...] se chegá lá hoje não vê mais nada, só vê pasto e boi né<sup>129</sup>.

Para Manoel, a organização da associação se pautou na intervenção política por meio do PT. Isso não significa que não havia associações que foram construídas no período por iniciativa governamental. No diagnóstico do INCRA, havia grande ênfase tanto em relação ao cooperativismo quanto ao associativismo. Tais associações disputaram espaço no período com as organizações dos trabalhadores.

Porém, o incentivo ao associativismo e cooperativismo contido no diagnóstico do INCRA de 1979, estava direcionado a um número reduzido de pessoas, e apresentava uma subjetividade quanto aos critérios que seriam adotados na escolha de quem participaria do projeto. A projeção da autarquia estava em promover o desenvolvimento do sistema cooperativista e agropecuário, no entanto, aspectos negativos ocorridos em outras cooperativas, por deficiência estrutural, teriam influenciado negativamente o desenvolvimento do sistema cooperativista na área do projeto Setor Rolim de Moura.

É preciso considerar que o incentivo ao associativismo e cooperativismo previstos nas políticas da autarquia configurou-se como formas de controle. Por meio dela introduzia-se não apenas venenos, insumos, inseticidas e pesticidas, mas também direcionava tipos de produção que se queria e o uso de saberes técnicos que se chocavam com outros saberes trazidos pelos trabalhadores. Esses saberes técnicos, por sua vez, não previam distinções quanto a clima e terra, específicos para cada localidade. Enquanto projeto nacional é possível que tenha desconsiderado estas especificidades.

Nos diagnósticos, a assistência técnica aos trabalhadores consta como uma atividade que ocorria desde 1976, porém, os entrevistados, tampouco os registros da CPT, não fazem referência a algum tipo de assistência que tenha sido prestada, embora estivessem previstas em orçamentos contidos nos programas em vários anos. No diagnóstico de 1974, por exemplo, previa-se a contratação de engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, além de vários outros cargos administrativos e do setor de serviços.

Frente a todos os problemas que estavam colocados, as medidas projetadas para a resolução dos problemas são subjetivas. Como exemplo, citamos a assistência técnica, que não traz aspectos de como se sistematizaria na prática e diante da realidade que estava colocada com grande contingente de pessoas. No plano prospectivo, havia a previsão de construção de escolas, cursos agrícolas, artesanato e estruturas para armazenagem da

---

<sup>129</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

produção. A projeção visava dispensar esforços no sentido de agilizar a implantação de um “sistema racional”, eficiente de comercialização na área, com previsão de assistência técnica. Nesse aspecto, a autarquia disputou espaço com a CPT, a partir dos projetos que foram estabelecidos, como veremos. A autarquia previa a instalação de uma central de comercialização que absorvesse toda a produção. A assistência prevista aos trabalhadores também ia de encontro ao oferecimento de instrução sobre o sistema de comercialização de produtos agrícolas e de um “trabalho educativo”, visando ao armazenamento da produção. Como se a estrutura de armazenamento dispensasse recursos e os esclarecimentos bastassem. Na verdade, o objetivo era ensinar os trabalhadores a como trabalhar, desconsiderando seus saberes, e impor como e para quem deveriam comercializar.

Essas e outras questões dão mostras da tentativa de colocar os trabalhadores em uma mesma situação de igualdade, homogeneizando relações complexas. O mais perverso desse processo são as versões que se cristalizaram no social, sob a ideia de que todos que dele fizeram parte obtiveram sucesso. Nessas versões, os fracassos são atribuídos ao insucesso individual, desconectando-os do processo real e contraditório. Esse sentido está presente principalmente em produções memorialísticas que desconsidera a diversidade de experiências e homogeneizam as relações, como se o passado e o presente fosse comum a todos. O valor do trabalho nessas produções memorialísticas é ressaltado constantemente, o que, sem um olhar crítico, pode levar à falsa compreensão de que o insucesso está ligado à ausência de trabalho.

Frente ao processo de fragmentação das propriedades e de reorganização do espaço, outro elemento que corroborou para a concentração de áreas, com médias e grandes propriedades, foi justificativa utilizada pela autarquia de que algumas terras eram fracas:

O INCRA sempre priorizou uma estrutura fundiária de pequena propriedade e combatia, já àquela época, a prática de grilagem de terras, como combateu nos setores Gy Paraná e Rolim de Moura [...] O setor Abaitará teve grande parte do seu território compreendido numa faixa de solos arenosos, conhecidos como “os areões do Abaitará”, mancha que se estende por grande parte da região, classificada no atual zoneamento sócio econômico e ecológico do Estado de Rondônia como subzona 1.4, desaconselhando o seu uso agrícola. Em razão da péssima qualidade dos referidos solos para a prática da agricultura familiar tradicional, muitos assentados devolveram os lotes e foram reassentados em terras melhores. Para destinação dos lotes rejeitados, de cem hectares cada, o INCRA promoveu o remembramento dessas áreas constituindo lotes de trezentos hectares e assentou quem se dispunha a explorar a pecuária. Quem detinha tais lotes se dizia assentado no lote de pecuária a passou a formar, com muita dificuldade, sua fazendinha. Também no Setor Rolim de Moura, na continuação do Setor Abaitará, às margens da linha 25, hoje RO 010, tinha umas manchas de solos de inferior qualidade, nas quais também foram constituídas as tais pecuárias [...] Atualmente, se tais terras, então rejeitadas, tivessem disponíveis para assentamento, certamente não seriam

dispensadas, bem como, poderia ser reduzido cada lote a tamanho inferior ao padrão de 100 hectares daquela época [...] Portanto, se fosse hoje, em cada 300 hectares das tais pecuárias daria para assentar 75 famílias capacitadas na lide hortifrutigranjeira, como o são os poucos produtores de uvas nas terras fracas do setor Abaitará. (OLIVEIRA, 2010, p. 57, 60-61).

As terras ruins são descritas como aquelas que teriam sido rejeitadas pelos trabalhadores, o que, na visão do autor, justificou a ação do INCRA em distribuí-las em lotes de 300 hectares. Curioso é que o executor menciona como deveria ter sido a ação da autarquia no passado no sentido de beneficiar mais famílias, desconsiderando que foi a própria autarquia quem definiu o modo como tais terras foram distribuídas. Nesse trecho, o autor evidencia o que pode ter sido o início de um processo de intensificação da concentração fundiária, com novas projeções para a localidade voltadas à pecuária como sendo o foco principal. Mais curioso ainda é que, nas mediações onde se formou o que o executor denomina de “fazendinhas”, BR 010, estruturaram-se as plantas frigoríficas que começaram a funcionar a partir da primeira década desse século.

Alguns entrevistados narraram sobre a infertilidade das propriedades que adquiriram, dentre eles Pedro e Isabel, porém, não há, nos diagnósticos do INCRA, referência ao fato de que, no período, tenha sido realizado algum estudo no sentido de identificar essa questão. De acordo com Pedro, ele teria sido chamado a participar, junto aos funcionários do INCRA, de uma experiência com amostras de terra a fim de reconhecer sua fertilidade:

Pedro: Eu tava numa pesquisa de terra, veja bem, nós tava numa pesquisa de terra e nós mais um engenheiro, engenheiro alemão, ali perto de Vilhena, aí o engenheiro cavano no chão, ele cavô quarenta centímetro assim no chão, quarenta centímetro, ele falô assim pra mim senhor vem aqui, toma aqui, cheira essa terra, tinha três sacolinha de terra, cheira essa terra aqui, eu cheirei, ponha aqui. Cheira essa aqui. Qual é dessa terra aqui é a melhor? Mas eu como já tinha plantado bastante arroz, feijão, milho, café, cacau, eu falei, a melhor é essa premera. Ele falô por que? Por modi o cheiro. Ele disse, quem cuidô disso pra vocês? Você já fez alguma pesquisa dessa? Eu falei não, falei eu fiz a pesquisa própria, a pesquisa própria eu fiz. Ele falô assim tá bão. Aí queria que eu fosse pá Porto Velho mais eles pá modi i pro Amazona, eu falei não num vô não, num vô não. Falô você conhece a terra. Nós tava em dez, oito pessoa, e nenhum sabia, só eu só que sabia. Essa pesquisa era pra sabê se a terra era produtiva, era um alemão, esse alemão era do INCRA, tava um homem do INCRA, um motorista, esse alemão, nós tava cortano uma terra, ai o apareio estrago nós foi fazê essa pesquisa de terra, e ele é um agrônomo tamém né, tava o povo do INCRA tamém. Tinha dois produtor, aqueles produtor que tava ali, eles num era produtor eles era trabaiaador assim pá trabaiaá como eu tamém era um trabaiaador, mas eu conhecia aquela. Quem te ensinô? Ninguém me ensinô, mas o meu pai, um home muito intindido, pegava na terra e falava pra nós, a terra tem o cheiro da terra boa, e tem o cheiro da terra fraca. Ele falô assim, mas eu quero sabê quem ensinô seu pai? Falei há meu pai falô que quem ensinô ele foi os índio, é naquela área indígena, foi os índios que ensinô, e o pai falava comigo e eu aprendi<sup>130</sup>.

<sup>130</sup> Entrevista realizada com Pedro em 23 de abril de 2016.

Pedro se recorda que o convite do INCRA foi realizado quando ele residia em Cacoal. Na ocasião, o INCRA estava cortando uma área de terra e solicitou a ele e a outros trabalhadores o reconhecimento da fertilidade das terras. O fato de saber distinguir a qualidade da terra, um saber que ele recorda, aprendeu com seu pai a partir do convívio com indígenas em Minas Gerais, já que a mãe de Pedro era indígena, evidencia como era do interesse da autarquia identificar se os trabalhadores possuíam esse saber. Certamente, confirmar esse conhecimento tenha servido como um mecanismo de seleção sobre quem tinha, ou não, experiência com agricultura ou a quem poderiam destinar terras inférteis. O fato é que a possibilidade de aquisição de terras inférteis pode ter consistido em outro elemento que pressionou a permanência no campo. Patrocinar a expansão das relações capitalistas pautava-se em estratégias por parte dos representantes do Estado. Os projetos eram testados conforme a dinâmica local.

Essas lembranças trazidas pelos trabalhadores entrevistados assinalam para essa possibilidade. Isabel, 61 anos, que se deslocou do Paraná para Rondônia na década de 1980, nos remete a uma temporalidade diferente daquela narrada pelos entrevistados anteriores. Em sua fala, ela situa uma localidade mais estruturada, na qual precisou alternar o trabalho no Setor Urbano e no campo, trabalhando em matadouros e cuidando de chácaras até a mudança para o lote que recebeu do INCRA, ocorrido após a abertura das estradas e da terra. Assim, sua família estabeleceu relações de trabalho que mesclou o trabalho no campo e no Setor Rolim de Moura. Ao perguntar-lhe sobre o que plantavam e comercializavam, Isabel nos remete a um outro momento, distinto daquele narrado por Luís, Lúcia e Manoel, citados no primeiro capítulo. Talvez pela temporalidade que chegaram ou à localidade<sup>131</sup>, ela narra que não havia problemas em comercializar a produção, mas enumera outras dificuldades:

Cátia: E o que vocês plantavam?

Isabel: Óia, a nossa roça era muito fracassada, nós tinha um pedaço de café e plantava milho, feijão, um pedaço lá nós plantô algodão só que não deu renda o algodão, futuro né, então a gente as vez ele trabalha fora tamém por dia né, ele colhia algodão, tinha na capa zero, tinha um senhor que plantava bastante algodão e a gente colhia algodão pra ele, os meus menino tamém. O que colhia assim era fácil de vendê os caminhão ia buscá nas roça era fácil de vendê, mas não dava, e nós quase não tinha roça tamém, o nosso ganho era muito pouco, era muito sofrido demais, nossa. A terra nossa, nossa terra era Cerrado, nosso lote era Cerrado então as terras boas eram nas fundiárias, lá nas fundiária e nós não tinha condições de derrubá nós não tinha condições de formá, é porque tinha que derrubá né, eu meu véio ele não tinha condições ele machucô a coluna tamém, no ano que nós entrô pro

<sup>131</sup> Isabel teve sua propriedade designada pelo INCRA numa localidade a aproximadamente 30 Km do Setor Rolim de Moura, denominada de Capa Zero, na década de 1980.

nosso lote ele machucô a coluna dele, ele machucô a coluna e ele não podia derrubá mato né, ele tinha ido fazê compra na cidade e voltano, porque tinha que pegá carona o jeito que tivesse né, e ele pegô uma carona num caminhão e num baque do caminhão ele machucô a coluna, ele ficô alejado, meu véio ficô alejado, nossa sofreu muito, mas daí depois a gente foi tocado da maneira que podia né, uma pobreza minha fia um sofrimento que ... [...] Meu cunhado pegô, mas ele comprô tamém, marcação né, muita gente vendia né, num gostava, num queria ficá era muito sofrido e iam comprando e o meu cunhado ia comprano. Antes era quarenta e dois, só que quando foi na época nossa (vez) já foi vinte e um. Foi diminuindo e foi ficano mais as parte mais ruim né, mais reservada, mais longe e sem água. Que nem no caso nosso, vem da sorte tamém do infeliz, né, porque a capa zero passava assim (gesto com as mãos), aí tinha um lado e o outro né, então essa parte aqui (gesto com as mãos) era o lado bom, muito bom, aqui, mas só que cê vê o mundo é dos mais esperto né, aí nós peguemo a parte fraca a parte de serrado não tinha água<sup>132</sup>.

Isabel é uma senhora aposentada, que desenvolve o trabalho com Homeopatia Popular em sua casa e presta trabalho voluntário na Pastoral da Saúde. O contato com Isabel ocorreu por meio da entrevistada Anália que também realiza o mesmo trabalho na Pastoral. Ao me receber em sua casa, Isabel narrou sobre as mudanças quanto ao processo narrado pelos entrevistados anteriores. Além da falta de recursos em abrir a propriedade, do acidente sofrido pelo marido, que o impossibilitou, em parte, de exercer a agricultura, na avaliação da entrevistada a terra que ganharam não era propícia para o desenvolvimento da agricultura. Ao narrar, ela situa uma temporalidade em que os lotes distribuídos já não tinham o mesmo tamanho e os que haviam “sobrado” não apresentavam os mesmos requisitos favoráveis à agricultura, eram terras de Cerrado e sem água.

Ao citar que as condições de sua família não eram as mesmas de seu cunhado que, além de ter ganhado, comprou marcações que estavam à venda, evidencia não apenas a desistência que havia dos lotes, mas também o fato de que a compra de terras daqueles que desistiam fazia parte de um processo de mudanças já mencionado por Lúcia no primeiro capítulo. Podemos dizer que o cunhado de Isabel fez parte do processo de mudanças daquele espaço, como aquele que chegava com capital e que podia investir na compra das terras que estavam à venda. Já a família de Isabel se distinguiu desse perfil. Além do trabalho na própria propriedade, a família precisou desenvolver outras formas de trabalho por dia na colheita de algodão já que a renda tirada da terra que ganharam era insuficiente, além de outras formas de trabalho na área da saúde. Seu marido trabalhou como agente de saúde para a prefeitura de Castanheiras/RO, já Maria e a filha aprenderam diversas práticas relativas à saúde alternativa por meio da Pastoral da Saúde. Durante a entrevista foi possível perceber que os significados atribuídos por Isabel à Pastoral vão além do aprendizado sobre práticas de manipulação de ervas e plantas medicinais. Além de uma alternativa no tratamento de saúde frente à

<sup>132</sup> Entrevista realizada com Isabel em 28 de maio de 2016.

precariedade e à falta de recursos na realização de tratamentos particulares quando chegou ao Estado, tal prática consistiu em uma possibilidade de renda à família, embora o valor cobrado pelo trabalho seja irrisório. De qualquer modo, consiste em uma prática que Isabel mantém no presente. Às pastorais, Isabel ainda atribui sua alfabetização e o aprendizado de diversos trabalhos artesanais que, no presente, também contribuem na complementação da renda familiar.

Embora Isabel atribua à falta de sorte o fato de terem adquirido uma propriedade cuja terra era infértil, não havia escolha para aqueles que aguardavam receber uma propriedade. Assim, ao trazer sua experiência e da família e interpretar sua realidade, situa não apenas as condições vividas por ela, mas de outros que, como eles, chegaram no mesmo período.

Cátia: E podia escolher?

Isabel: Não, não, não, ali era pelo mapa, já vinha um mapa pronto né, aí o mapa pronto, porque no caso as inscrição ficava no INCRA né, as inscrição, aí lá do INCRA já vinha Luís, que nem no caso nosso né, era 05 né, aí Luís, Marciano, Sabino, fulano e ia indo, né, aí aqui (gesto com a mão) era a 05 e aqui (gesto com a mão) era meu irmão Orelino, Antônio, era o nome do meu vó e ia indo assim, no, no contrato já era, já era ... aí essa frente aqui (gesto com a mão) nós pegô cinco lote de lá e cinco lote de cá, que era meu irmão, meu cunhado, esse homem que eu falei que não era da família, é, cinco lote ali né, um infeliz foi lá e tomô e colocô como era área de fazenda, tomô aqueles terreno ali, o meu irmão, o meu cunhado casado com a minha irmã, o irmão de Luís, esse um que era estranho e o outro cunhado de Luís, perderam, perderam assim, perderam ali né, e era terra boa heim, aí eles tiveram que pegá lá prá lá de Brasilândia, aí um meu cunhado casado com minha irmã infezô e não foi porque era muito sofrido, muito sofrido pra i pra lá nossa, muito sofrido. Aí diz que era área de fazenda, e nós morô ó pra ocê vê, nós moremo esses nove ano no nosso sítio que nós morô, e esse terreno só não ficô, ficô sem abri lá tudo porque teve um situante lá, um fazendeiro que pegô uma tira beirando a estrada assim pegô uma tira e plantô ali milho, feijão, plantô ali mas uma tira só, nunca abriro aquele mato, tá virgem aquela mata ainda. E, mais meus irmão tinha uma raiva daquilo lá. Era dez família<sup>133</sup>.

A perda da terra adquirida pelo INCRA por familiares e amigos assemelha-se aos casos registrados pela CPT, de expulsão de trabalhadores, e pode ser compreendida como possibilidades que estavam colocadas a diversas outras pessoas. A designação de terras pelo INCRA em área de fazenda ou a designação em lotes que posteriormente era anunciado pela autarquia como sendo área de fazenda já foi tratado no primeiro capítulo. A perda das terras dos parentes e conhecidos é narrada por Isabel com um tom de indignação pelo fato de a terra ter ficado parada, segundo ela, desde o tempo que chegaram. Além disso, evidencia a resistência às imposições do INCRA ao citar o caso de familiares que se negaram a aceitar terra em outra localidade, situada a uma distância maior, e sem as mesmas condições da

<sup>133</sup> Entrevista realizada com Isabel em 28 de maio de 2016.

propriedade que haviam adquirido. Os familiares de Isabel, assim como Pedro, mencionado no primeiro capítulo, demonstram como havia posicionamentos contrários às determinações da autarquia. Desse modo, ao trazer as dificuldades de sua família e demais pessoas, Isabel permite interpretar a experiência de quem não dispôs de opções na escolha da propriedade, de condições para comprá-la e que, enquanto arrendatários no Paraná, vir para Rondônia se colocava, à época, como única alternativa.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo governo do Estado, em 2006, há diversas áreas inférteis no Estado. Um diagnóstico anterior talvez tenha servido como justificativa para a destinação de áreas à pecuária<sup>134</sup>.

De qualquer modo, o registro contido no livro do executor do INCRA de 2010, assim como outras fontes citadas até aqui, evidenciam que a distribuição de terras não ocorreu de modo equânime. A estrutura pensada pela autarquia com a “colonização” estava colocada para um número reduzido de pessoas. Cogitava-se que o trabalho de “assentamento” fosse efetuado lentamente por se tratar de um processo educativo que exigiria a participação objetiva dos trabalhadores. Nesse aspecto nota-se o caráter subjetivo que norteava o projeto. Por processo educativo há referência ao trabalho de incentivo e conscientização ao cooperativismo, como uma tentativa de impor aos trabalhadores formas de se produzir e comercializar.

Em relação ao Setor Rolim de Moura, os registros apontam planejamentos para a criação de unidades agrícolas sob a forma de propriedade familiar, tendo como finalidade desenvolver as culturas de cacau, café, guaraná e seringa. No entanto, o próprio diagnóstico explicita aspectos negativos que avaliamos terem influenciado a sistematização do projeto do modo como ele foi pensado. Os registros apontam tensão social, ocupações desordenadas e a autarquia projetando ações que supostamente solucionaria os problemas colocados. Em 1977, em virtude do intenso fluxo de pessoas para o setor, foi prevista a delimitação de perímetros urbanos: “A delimitação dos perímetros urbanos é tarefa prioritária nas áreas que estão apresentando rápido crescimento demográfico”<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> Informações presentes no site do SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia). Disponível em: <[www.sipam.gov.br](http://www.sipam.gov.br)>. Acesso em: 15 ago. 2016.

<sup>135</sup> Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1977 (reformulado), p. 7. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

### 2.3 A PROPOSTA DE NÚCLEOS URBANOS

Frente aos problemas que estavam colocados relativos ao campo, argumentamos que a proposta de Núcleos urbanos surge à medida que se intensificam as ocupações. Porém, não apenas. A estruturação dos Núcleos urbanos também ia de encontro com interesses dos grupos dominantes no campo ao passo que esses tiveram necessidade dos serviços prestados pela cidade. Por isso, a estruturação do Núcleos Urbanos apresenta-se, antes de tudo, como necessidade desses grupos do que como uma proposta de assistência aos trabalhadores no campo como era divulgado.

Raymond Williams, em *O Campo e a Cidade*, ao discutir sobre as relações entre campo e cidade na Inglaterra no século XIX, ajuda-nos a pensar sobre a necessidade e o papel cumprido pela cidade nas relações de poder e de interesses que os grupos dominantes no campo possuem, tanto quanto aquilo que projetam em termos de projeto de sociedade. Segundo Williams:

Obviamente, a cidade se alimenta daquilo que o campo a seu redor produz. Isso ela pode fazer graças aos serviços que oferece, em autoridade política, no direito e no comércio, àqueles que comandam a exploração rural, aos quais está normalmente associada por vínculos de necessidade mútua de lucro e poder [...] Assim, não há um contraste simples entre cidade pervertida e campo inocente, pois o que acontece na cidade é gerado pelas necessidades da classe rural dominante (WILLIAMS, 2011 p. 88, 92).

Embora o autor esteja se referindo à Inglaterra e a um período histórico distinto, o trecho acima permite refletir sobre a constituição urbana como uma necessidade daqueles que dominam, por dotá-la de um aparato burocrático fundamental para o exercício de poder.

Corroborar essa afirmativa quando analisamos as propagandas de incentivo à produção iniciadas na década de 1980. Na década anterior, os diagnósticos e as fontes da CPT já assinalavam para a pressão exercida sob os trabalhadores a fim de que obtivessem maior produtividade, o que certamente ia ao encontro das projeções da autarquia para a efetivação do sistema cooperativista. Na década de 1980, as propagandas demonstram um forte apelo à relação campo e cidade, na qual a última aparece como a redentora do campo e dos problemas que o afligiam, principalmente aqueles relativos à produção e comercialização:

**Figura 1:** Anúncio da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de Rondônia – “E da terra nasceu a estrela

**E da terra nasceu a estrela.**

E, de repente, as mãos se multiplicaram no serviço da terra, que se tornou fértil e vicejou. De repente, o Estado se cobriu de lavouras e produziu o sustento de muitos.

E o café, o cacau, o arroz, o milho, o feijão, a seringueira os bois e os búfalos se espalharam por estas terras, distribuindo riquezas e construindo o futuro. É um futuro colado no trabalho, único meio que nos dá riquezas sólidas. E a terra explodiu numa seara iluminada pelo sol da Amazônia, mostrando a certeza do nosso esforço e sentimo-nos recompensados.

A Codaron, além de cumprir a sua meta para que fora criada, desenvolvia um trabalho paralelo de grande valor:

ajudava a implantar as bases de um Novo Estado. Sem produção, não há fixação do homem à terra. Fixando-se o homem, fixam-se as bases para o desenvolvimento.

E, para atender a toda essa demanda, a Codaron criou o Sistema Agrícola de Rondônia para o pequeno produtor, com

o Governo do Estado, através da Codaron, fornece tratores e equipamentos, dando condições ao povo de melhorar as suas condições de vida.

Todo este esforço conjunto deu-nos a certeza de que a Estrela seria alcançada. Criando,

através de trabalho sério e contínuo, condições de sobrevivência, cada vez melhores, o progresso da agricultura do Estado seria questão apenas de trabalho. E como trabalhou este povo, sentindo-se amparado. Notou-

se sentido progresso em todos os setores de atividade agrícola e cada vez mais, famílias oriundas de todos os pontos do país, vinham fixar-se entre nós.

E Rondônia é um exemplo de progresso bem planejado. Seu futuro está assentado em bases sólidas, pelo trabalho dos braços fortes desses colonos que plantam o amanhã, liderados pelo incansável Governador Jorge Teixeira.

E assim que Rondônia está colhendo os frutos de seu trabalho sem esmorecimentos. E a colheita está ultrapassando a mais otimista expectativa. Isto porque, orgulhosamente, podemos dizer-lhes: **E DA TERRA NASCEU A ESTRELA.**

**WILLIAM JOSÉ CURI**  
Presidente da Codaron

**CODARON**  
Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de Rondônia

Fonte: Veiculado na edição nº 17 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 21 de dezembro de 1981 a 04 de janeiro de 1982.

Os Núcleos urbanos foram apresentados no diagnóstico do INCRA enquanto projeto desde 1977, porém, na propaganda acima, sua criação é atribuída à Codaron (Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Rondônia)<sup>136</sup>, criada em 1980. Com o slogan “E da terra nasceu a estrela”, que pode ser interpretado como referência à criação tanto da Companhia quanto da constituição dos Núcleos Urbanos, ou ainda como referência à criação do Estado de Rondônia, que se daria em 1981 e as projeções acerca do “novo Estado”, a propaganda firma-se nos ideais do progresso. Nessa lógica, as transformações que estavam ocorrendo no período são designadas como progresso e desenvolvimento.

Cabe uma problematização da propaganda, no sentido de evidenciar o que até agora discutimos. “De repente, as mãos se multiplicaram no serviço da terra, que se tornou fértil e vicejou. De repente, o **Estado** (grifo nosso) se cobriu de lavoura e produziu o sustento de muitos”. Esse trecho silencia a luta dos que chegaram e tiveram que enfrentar adversidades no Estado. A expressão “De repente” impõe uma noção de tempo, algo repentino, um sentido

<sup>136</sup> Art. 1º O Poder Executivo constituirá, no Território Federal de Rondônia, uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, de acordo com o disposto no art. 82 do Decreto-lei nº 411, de 8 de janeiro de 1969, denominada Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia - CODARON, com o objetivo de promover, sob todas as formas, o desenvolvimento econômico e social do Território, essencialmente no que diz respeito ao fortalecimento do setor agrícola (BRASIL, 1980).

completo daquilo que se quer expressar. Nesse caso, é usado como referência às mudanças ocorridas no Estado, uma história positiva, sem conflitos e sem elencar quais sujeitos teriam sido os responsáveis por tornar a terra produtiva. Seguindo, a referência à produção praticada no Estado já projeta o que seria desenvolvido: “E o café, o cacau, o arroz, o milho, o feijão, a seringa, os bois e os búfalos se espalhavam por estas terras, distribuindo riquezas e construindo o futuro. É um futuro calcado no trabalho, único meio que nos dá riquezas sólidas”. O valor do trabalho é ressaltado, porém, sem referência aos problemas que assolava o período nem os que trabalharam:

O governo do Estado, através da Codaron, fornece tratores e equipamentos, dando condições ao povo de melhorar as suas condições de vida. Todo este esforço conjunto deu-nos a certeza de que a Estrela seria alcançada. Criando, através do trabalho sério e contínuo, condições de sobrevivência, cada vez melhores, o progresso da agricultura do Estado seria questão apenas de trabalho. E como trabalhou este povo, sentindo-se amparado<sup>137</sup>.

Nesse contexto, a proposta de Núcleos urbanos não pode ser vista senão enquanto um campo de relações da luta de classes. Os projetos, até então pensados para o campo, estavam imersos em problemas e precisavam ser modificados. Compreendemos que a dinâmica de classe que se estabeleceu na localidade levou a esse processo de modificação. A situação no campo era de caos, de mudanças no campo, porém, a Codaron é divulgada como aquela que estaria possibilitando condições para a permanência no campo. A justificativa para a estruturação dos Núcleos se apoiava no apoio ao “pequeno” agricultor, mas projetava-se o que se queria desenvolver no Estado. Porém, na propaganda, os bois e búfalos já dividiam espaço com a produção de café, cacau, arroz, milho, feijão e seringa.

A proposta de Núcleos urbanos, desse modo, pode ser considerada um produto da luta de classes que foi ali travada. A questão é: como e quais projetos prevaleceram nesse processo? Que concepção de espaço, a partir da luta de classes, prevaleceu?

Entendemos que a relação apontada por Raimond Williams, em seu estudo sobre o campo e a cidade na Inglaterra, no qual discute a ideia de campo cultivado versus campo selvagem, em que a ideia de riqueza proporcionada pelo campo aparece de modo homogêneo, é pertinente para pensarmos essas relações. O autor chama atenção para as ideias que historicamente são lançadas sobre o campo. Nessa relação, ressalta a necessidade de confrontar ideias sobre o campo com a realidade estudada e a realidade com as ideias

---

<sup>137</sup> Anúncio da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de Rondônia – “E da terra nasceu a estrela”, veiculado na edição nº 17 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 21 de dezembro de 1981 a 04 de janeiro de 1982.

disseminadas. Ressalta, ainda, a importância em perceber que outras coisas estão sendo ditas, além do que está sendo dito sobre o campo, de forma mais ampla, sobre o período estudado, no sentido de que, a cada tempo, é necessário confrontar as ideias sobre o campo com a realidade histórica.

Nesse exercício de reflexão, vimos que, enquanto o campo em Rondônia estava sendo pensado na relação campo selvagem versus campo cultivado, como sinônimo de riqueza para todos e de relações de trabalho pacíficas e homogêneas, a nível nacional, o campo era palco de diversos conflitos e de expulsão de trabalhadores, em grande parte proporcionados pelo processo de mecanização<sup>138</sup>. Rondônia também configurava como palco de conflitos, embora silenciados em parte da historiografia e nas propagandas que divulgavam o Estado. Porém, esses, ao chegarem ao Estado, precisariam, em tese, ser dotados de cursos técnicos, denominado pelo INCRA como trabalho educativo, que além de desconsiderar os saberes dos trabalhadores, eram considerados como aqueles que deveriam ser ensinados a produzir, estabelecendo, assim, o que produzir e como comercializar. Não conseguimos auferir em que medida o que foi planejado foi sistematizado na prática, pois os registros da CPT, nem mesmo os trabalhadores, apontam nessa direção algum envolvimento com o sistema proposto.

Nessa direção, Rondônia, assim como o Estado do Acre e Amazonas, eram divulgados como possibilidade de melhorias aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que esses Estados eram vistos enquanto locais de expansão de novas áreas que servissem de transformação das relações capitalistas. Na historiografia, Rondônia foi apresentada como saída para a solução dos problemas do Sul. Isso permitiu perceber aquilo é dito sobre o campo de forma ampla e relacional. Ajudou também a perceber como a produção historiográfica não está deslocada das relações sociais, ao contrário, é constitutiva dessas relações ao passo que determinadas abordagens corresponderam ao movimento daquilo que se projetava no período. Grande parte da historiografia, pautada principalmente nas áreas da economia, sociologia e geografia, cunharam essa ideia que se cristalizou e se perpetuou no campo historiográfico.

Ao apresentar Rondônia por este viés, esta historiografia silenciou as contradições desse processo histórico e não foi além de constatar que ele não se configurou como um processo de reforma agrária. No entanto, as relações que se estabeleceram nesse processo não são explicitadas no sentido de compreender as agências, interesses, experiências e transformações que ocorreram a partir do avanço das relações capitalistas nas diversas

---

<sup>138</sup> Além do processo de mecanização como elemento de expulsão dos trabalhadores do campo a nível nacional, em se tratando do Paraná, também é necessário considerar a expulsão de trabalhadores de suas terras provocada pela construção da Hidrelétrica de Itaipu.

localidades que compõem o Estado. A impressão, ao ler a historiografia, é que Rondônia, assim como o Acre e Amazonas, solucionaram os problemas daquele período e mais que isso, que os projetos sistematizados foram suficientes e redentores.

Nessa direção, enquanto no campo a nível nacional estavam colocadas relações diversas que iam desde o êxodo rural a novas formas de relações de trabalho, a historiografia não negou essas relações, porém, no horizonte, Rondônia, assim como outros Estados, eram colocados enquanto perspectiva a estes trabalhadores que vivenciavam processos de perda e de reorganização nas relações de trabalho.

Parte da historiografia sobre Rondônia corresponde a áreas que foram ao encontro dos projetos que estavam colocados no contexto da década de 1970 e 1980. Tais décadas se configuraram como décadas de crise e de ajuste do capitalismo, sendo que diversas questões sociais passaram a ser discutidas na academia a partir de concepções neoliberais. Assim, era comum o uso de termos como “Brasil moderno”, “modernização”, por intelectuais como economistas e sociólogos, encarregados de explicarem politicamente a realidade.

Déa Ribeiro Fenelon pontua que a crise atravessada pelo sistema capitalista naquela conjuntura também se relacionava ao modo como os intelectuais se propunham a explicar a realidade, num momento político marcado pela articulação do capital estrangeiro, estadunidense, com as forças de interesses daqueles que lucravam, burguesia e empresariado.

No caso de Rondônia, se considerarmos os pactos feitos pela ditadura com o capital internacional, por meio do Banco Mundial, compreendemos que as escolhas presente em parte da produção historiográfica que se propôs a discutir o processo migratório se pautou em noções que enfatizavam os projetos que estavam em curso naquele momento.

Dentre as preocupações da autora com a discussão realizada naquele contexto de 1988, marcado pelo movimento da Constituinte, em que a transição do regime não trouxera as melhorias desejadas e esperadas para o país, estava em problematizar sobre qual historiografia a academia estaria produzindo. Em que pese ser um contexto em que diversas tendências denominaram de crise de paradigmas e, tornando-se, assim, uma questão teórica, esse texto é importante para refletir em que medida avançamos com essa questão.

Se em 1988 as dificuldades em produzir uma história que dialogasse com o social perpassava o universo acadêmico, consagrando, por assim, dizer projetos dominantes, vale problematizar o que ainda permanece dessa concepção. No presente, visualizamos que muitos dos conceitos utilizados por esta produção historiográfica continuam cristalizados e não tratados enquanto conceitos históricos e em movimento. Nessa direção, a historiografia requer novas perguntas e, mais importante do que constatar como silenciou relações contraditórias, é

perceber, como pontua Williams (WILLIAMS, 2011), além da historicidade dos conceitos utilizados, a sua persistência.

Isso implica pensar sobre o quadro atual da produção historiográfica, em que nos deparamos com fragmentações, naturalização e pouca ou nenhuma historicidade dos conceitos, de uso de perspectivas teóricas incompatíveis, de superficialidade no trato da pesquisa articulada à teoria, o que não está dissociado do tratamento que damos à teoria e à produção historiográfica, como se a primeira dispensasse a pesquisa empírica e a segunda fosse a própria história.

Todas essas questões possibilitam problematizar o fato de que a historiografia não está fora da história e atende a interesses. Sua historicidade é fundamental para evitarmos reafirmar conceitos e utilizar prerrogativas que estiveram colocadas aos que a produziram, perdendo de vista o que se alterou nesse processo. Nessa direção, o cruzamento de diferentes fontes auxiliou a perceber o movimento no campo historiográfico articulado a questões que estavam colocadas no âmbito das relações sociais nas décadas de 1970 e 1980 em Rondônia e nos demais estados.

Nessa direção, a propaganda sobre o campo, ao buscar homogeneizar as relações conflituosas ressaltadas no diagnóstico do INCRA, nos registros da CPT e na memória dos trabalhadores entrevistados, permitiu que constatássemos uma suposta idealização sobre o campo no período, ao mesmo tempo que a nível nacional e local o campo aparecia como palco de conflitos. Um exemplo são as propagandas que, em nenhum momento, explicitam os problemas com a comercialização e a falta de preços, sendo que, nos diagnósticos do INCRA, a falta de armazéns é apresentada como a causa do mal estar com os trabalhadores. Assim, em 1978, a criação de um Núcleo urbano é apresentada como solução:

Devido a área ser de grande tensão social, ocasionada pelas ocupações desordenadas em virtude do intenso fluxo migratório espontâneo para a região de Cacoal, a Administração do Projeto perdeu totalmente o controle do Assentamento. Dessa forma está sendo realizado um rigoroso trabalho de identificação de toda a área do Projeto, inclusive os setores recém incorporados: Prosperidade, Tatu e Projeto Novo (este último denominado pelos próprios ocupantes) – Todos com graves problemas fundiários, para que se possa definir os reais ocupantes e regularizá-los.

#### 4. Plano Prospectivo

- Montar um sub setor de assentamento no Núcleo Urbano em Rolim de Moura<sup>139</sup>

No diagnóstico do INCRA, parte dos problemas do período foram atribuídos aos trabalhadores, considerando-os como sujeitos acomodados e dependentes da ajuda

---

<sup>139</sup> Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1978 (reformulado), p. 27. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

governamental, embora seja reconhecida as deficiências dos projetos nos quais estavam inseridos. Vale observar que, em 1979, a criação dos projetos foi atribuída à suposta regularização das ocupações que vinham ocorrendo, desconsiderando o fato de terem sido criados anteriormente, e como projetos de assentamento que previa infraestrutura mínima aos assentados:

A colonização oficial em Rondônia se reveste de características peculiares que a torna nitidamente distinta dos demais empreendimentos realizados pelo INCRA em outras regiões do País. É uma área pioneira, polarizadora de volumoso fluxo migratório, que impossibilitou, até bem pouco tempo, a elaboração de um plano que respondesse aos graves problemas advindos do mencionado fluxo. A ação colonizadora do INCRA foi dirigida, obrigatoriamente, mais no sentido de regularizar as ocupações, a fim de evitar conflitos sociais, por via de consequência, oferecer, através de seus Projetos, melhores condições de vida e trabalho à toda uma população social e economicamente marginalizada que para o Território se deslocou em busca de um lote rural para trabalhar. Dessa forma, não foi possível a Autarquia elaborar Projetos Técnicos que precedessem ao assentamento das famílias e onde pudessem ser adequadamente dimensionados o complexo de fatores exigidos ao desenvolvimento harmonioso de uma comunidade, envolvendo loteamento rural e urbano, suas distâncias, seus centros de serviço, enfim sua estrutura básica. Assim sendo, a realidade hoje existente, apresenta uma série de situações problemáticas, que devem ser equacionadas, mobilizando todos os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis [...] o acesso às essas novas parcelas é precário, grande parte contando apenas com as picadas abertas para demarcação topográfica. Essa situação gera o isolamento das famílias, não permitindo ou limitando o desenvolvimento de atividades quer econômicas, quer sociais. O parceleiro, impossibilitado de receber assistência técnica, se sente desestimulado em produzir, agravando-se a situação pelo fato de não ter como retirar sua produção para comercializá-la. No plano social é desassistido, diminuindo as oportunidades de escolarizar seus filhos ou a sim mesmo. Em caso de doença tem que se valer dos seus próprios conhecimentos, aliados à crença em forças superiores, recorrendo em situações extremas aos recursos propiciados pela Administração dos Projetos. De modo geral, assume uma atitude de acomodação frente aos inúmeros obstáculos que encontra, não entreendo alternativas de solução a não ser a espera resignada da atuação governamental. Vive num Projeto de Colonização mas, mesmo aí, permanece marginalizado, não se beneficiando de condições mais favoráveis, nem tampouco contribuindo com sua participação para o próprio desenvolvimento<sup>140</sup>.

No entanto, apesar da autarquia registrar, em seus diagnósticos, os problemas que estavam colocados, produziu-se, nesse material, uma memória de culpabilização dos trabalhadores apresentados como sujeitos passivos. Os trabalhadores aparecem na documentação em dois momentos, culpabilizados pela situação vivenciada no projeto de “colonização” e em propostas de intervenção que, segundo a autarquia, solucionaria as condições precárias, diferente da propaganda:

Para superar essas situações de impasse e ainda dinamizar as atividades das comunidades não isoladas, decidiu-se adotar um modelo de intervenção, onde se

---

<sup>140</sup> Projeto Gy Paraná, Programa operacional, 1979, p. 38. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

conjugassem recursos disponíveis da Autarquia, do Governo do Território, demais órgãos atuantes e do próprio parceleiro. O modelo adotado deverá atender aos seguintes requisitos;

- a) Ser adequado à realidade da área
- b) Oferecer potencialmente condições de operar com relativa garantia de se obter resultados positivos
- c) Ser viável dentro das atuais condições das partes envolvidas
- d) Ter custos reduzidos
- e) Ser um instrumento eficaz para o desenvolvimento
- f) Respeitar as diretrizes básicas da autarquia

Com essas preliminares, estruturou-se o núcleo de apoio. O Núcleo de apoio é, assim, uma fonte avançada de supostas ações a serem empreendidas num Projeto de Colonização. Constitui-se numa Unidade Primária de prestação de serviços essenciais e de emergência<sup>141</sup>.

O núcleo urbano aparece no diagnóstico da autarquia como solução para os problemas do campo, como na propaganda. Porém, os requisitos que viabilizaria a resolução dos problemas são subjetivos, não diz o que, nem como se faria para resolver os problemas que estavam colocados. Na propaganda, as supostas construções como escolas, postos de saúde, armazéns e estradas são citados como empreendimentos de apoio rural, como se, por si só, fossem solucionar os problemas vividos no campo. É como se os Núcleos urbanos fossem os responsáveis pelo renascimento do campo a partir da resolução dos problemas e privações que estavam colocadas, porém, embora a fonte não faça referência, os responsáveis não eram os trabalhadores rurais, mas os homens citadinos, haja vista que, uma vez criado, o setor foi entregue, em 1979, à administração de Cacoal para, posteriormente, se constituir na administração municipal.

Nesse processo, a impossibilidade de realizar a pesquisa nos arquivos do INCRA traz importantes significados, pois indica o intuito em não tornar público os materiais, por apresentar questões que podem ser conflituosas ainda no presente. As análises das entrevistas e dos diagnósticos demonstram como os trabalhadores empreenderam um protagonismo diferente do esperado pelo INCRA. Nos programas, a autarquia registrou como contava com a mão de obra dos trabalhadores para a execução de seus projetos. O termo parceleiro, presente nos relatórios, indica uma parceria entre INCRA e trabalhadores, o que contradiz as narrativas dos entrevistados que não fazem referência à participação junto a autarquia.

No decorrer da década de 1980, acompanhamos os desdobramentos das questões tratadas até aqui. No que diz respeito à luta pela terra, se na década de 1970 as ações estavam colocadas na dinâmica das marcações, da inscrição no INCRA, nas disputas com fazendeiros, com a população indígena, ou ainda aos despejos, na década de 1980, a situação registrada

---

<sup>141</sup> Projeto Gy Paraná, Programa operacional, 1979, p. 38. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

pela CPT não se apresentou muito diferente, porém, com diversos casos de ocupação e de desapropriação em fazendas.

Nessa década, a socióloga Lenita Turchi já pressagiava o que, para ela, se transformaria não apenas a localidade estudada, mas todo o Estado:

Nas regiões de fronteira agrícola a exploração do pequeno produtor se dá de forma mais intensa. Além de enfrentar todos os problemas de insalubridade e ausência total de infra-estrutura, o pequeno produtor realiza na fronteira uma agricultura de subsistência enquanto prepara terreno para futuras empresas agropecuárias. Mais tarde, quando a frente pioneira se sobrepõe à frente de expansão, este pequeno produtor quando não totalmente expulso para novas frentes, é requisitado temporariamente como mão-de-obra para os trabalhos da agro-empresa. É produzindo sua subsistência ou parte dela que o pequeno produtor se auto-reproduz como força de trabalho a ser oferecida sazonalmente à grande propriedade (TURCHI, 1981, p. 10).

Apesar da distância de outras produções que ficaram presas ao conceito de migração e da denúncia quanto à situação que estava posta, a pesquisa de Turchi não evidenciou as agências que atuavam no período e as experiências dos trabalhadores. A análise da autora voltou-se a uma percepção sobre o processo histórico sem as especificidades das localidades, apresentadas de forma homogênea. A noção de fronteira, desse modo, é compreendida mais sob uma perspectiva geográfica do que como uma construção histórica e dinâmica que se constituiu como espaço de experiências, como uma fronteira social. Nela, cotidianamente várias modalidades de trabalho assumem características próprias e complexas nos diversos tempos históricos e nas relações constituídas entre grupos que formam os locais.

Por falta de estrutura, podemos ler a falta de habitação, saúde, educação, privação alimentar e outras carências e restrições que estavam colocadas. À frente de expansão, a autora se refere àqueles que, ao se dirigirem ao Estado, foram empregados no trabalho de derrubada, de abertura de estradas, no trabalho nas construções como um todo, em trabalhos sazonais, como forma de sobreviverem. O que ela denomina de frente pioneira está atrelada a pessoas que chegariam posteriormente, com recursos e que participariam do processo de reorganização do espaço.

De modos de viver, morar e trabalhar marcados por uma economia de subsistência, casas de coqueiro, como tipo de uma relação que começa a mudar com a abertura de estradas, a figura dos atravessadores, a venda dos lotes por doença, a necessidade de cobrir financiamento, a impossibilidade de permanência no campo pela falta de preços e outros. Toda esta dinâmica marcada pela expropriação da população nativa e da falta de condições de permanência no campo, ou a impossibilidade de aquisição de uma propriedade, dá sinais de

uma transformação drástica em favor de um processo de concentração de terras e de acumulação de capital. Todas essas questões indicam sua relação com as políticas agrícolas no período, marcadas pela inserção de capital estrangeiro a partir do financiamento dos projetos de colonização pelo Banco Mundial. Além dos recursos provenientes da autarquia, a sistematização dos projetos contou com recursos do Banco Mundial, a partir de um processo de financeirização internacional:

Por tais deficiências, o governo do território, mediante diagnóstico elaborado por sua Secretaria de Planejamento ainda no Governo do Coronel Humberto Guedes, cria as bases sólidas para pleitear recursos com vistas a melhorar e consolidar a infraestrutura rural dos territórios de assentamento e de regularização fundiária. Assim é que o governo do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira foi criado o Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, o POLONOROESTE<sup>142</sup>, financiado pelo BANCO MUNDIAL, sem qualquer ônus para Rondônia, custeador dos maiores investimentos em infraestrutura na época, beneficiando os Estado do Mato Grosso e Rondônia, destacando-se as seguintes ações: o asfaltamento da BR-364 de Cáceres-MT até Porto Velho-RO; a construção dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural; a reconstrução e construção de Estradas rurais; a construção de Rodovias Estaduais-RO's; a demarcação de terras indígenas; etc. Desta forma, as deficiências do INCRA muito bem alinhadas nos Termos de Referência que justificavam a proposta de financiamento, foram as responsáveis pela viabilização da aplicação de centenas de milhões de dólares em Rondônia, consolidando as ocupações rurais e não condenando esta unidade federada a amargar o insucesso ocorrido na colonização da Transamazônica [...] Ocorre que o POLONOROESTE, principalmente por ter financiado a pavimentação asfáltica da Br-364, a construção dos NUAR's e, a colonização de novas áreas, terminou por colaborar para que mais famílias migrassem para Rondônia, crescendo a pressão por mais expansão da fronteira agrícola, chamando a atenção dos ambientalistas, estes acusando o Banco Mundial de está financiando a devastação da Amazônia [...] Em decorrência disso, sem que o POLONOROESTE tivesse aplicado todos os seus recursos, o financiamento foi suspenso...[...] Para que o Estado continuasse a receber financiamento externo e, a disposição do BANCO MUNDIAL em redimir-se do investimento, técnicos do governo promoveram uma avaliação das ações do POLONOROESTE e propuseram um Zoneamento Econômico e Ecológico...[...] foi gestada uma nova proposta de financiamento para o BANCO MUNDIAL, desta feita com foco ambientalista...[...] Daí nasceu o PLANAFLORO...(OLIVEIRA, p. 112, 133 e 114)

O financiamento dos projetos pelo Banco Mundial demonstra os pactos estabelecidos com a ditadura para a entrada de capital internacional no país. Uma prova disso foi a entrada de diversos produtos de origem estrangeira, de grandes multinacionais, voltados à agricultura, (agrotóxicos como fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas). O incentivo ao uso de tais produtos ficava a cargo das cooperativas, também criadas no período, que condicionavam o

<sup>142</sup> Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Os objetivos do programa eram: I concorrer para a maior integração nacional; II promover a adequada ocupação demográfica da região-programa, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando emprego; III lograr o aumento significativo na produção da região e na renda de sua população; IV favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, a níveis inter e intra-regionais; V assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas (BRASIL, 1981).

fornecimento de sementes ou a compra dos produtos ao uso dos produtos por elas oferecidos. Esse processo marca não apenas a entrada desses produtos no Brasil como o início de sua introdução na produção agrícola.

Mesmo com os financiamentos vindos do Banco Mundial, para o executor do INCRA, os recursos teriam sido insuficientes e grande parte do trabalho de infraestrutura precisou ser realizado pelos municípios e Estados:

Quanto à infraestrutura, principalmente a construção de estradas, o governo do território e depois do Estado, não foi célebre quanto o INCRA. Passaram-se anos até que fosse paulatinamente sendo construída essa infraestrutura, alguma assumida pelos Municípios que foram sendo criados. Enquanto não vinha a construção de estradas pelo Estado, os assentados, cuja primeira viagem para receber o lote, em alguns casos, consumia até uma semana de caminhada a pé, saltando árvores tombadas e tocos ao longo das picadas, acompanhados pelos valorosos técnicos do INCRA, passaram a construí-las, numa parceria com os toreiros, desmatando e alargando as picadas abertas pelo serviço de topografia do INCRA. A parceria para construção dessas primeiras estradas, precárias vicinais, dava-se mediante a doação, pelos assentados, de árvores de mogno e cerejeira [...] Assim foram desbravando as glebas do Projeto de Assentamento Rápido até que o poder público – o governo do Território Federal de depois do Estado – comparecesse com a construção da necessária infraestrutura. É certo que muitas dessas estradas só vieram a ser construídas pelos Municípios, muitos anos após o assentamento (OLIVEIRA, 2010, p. 40).

Os problemas de infraestrutura ocorriam no período em que o INCRA administrava o projeto, porém, a responsabilidade é atribuída ao Estado e aos municípios, embora, contraditoriamente, o executor reconheça as más condições enfrentadas pelos trabalhadores. Ressalta, no entanto, a participação do INCRA na abertura das estradas, o que contradiz as memórias relatadas sobre a participação da autarquia.

O executor buscou, em seu livro, “apresentar uma parte ínfima da história do INCRA, cuja atuação foi decisiva na viabilização da criação do Estado de Rondônia e na atual divisão geopolítica, construído por um povo que acreditou no sonho de uma vida mais digna, de pelo menos possuir um pedaço de terra” (OLIVEIRA, 2010). Assim, a memória construída atribui ao INCRA a criação do Estado de Rondônia, Estado que, segundo ele, graças ao trabalho realizado pela autarquia, não possui problema agrário, ao contrário, predomina pequenas propriedades. A autarquia aparece como protagonista e sequer são mencionadas ações dos trabalhadores, o que contraria os relatórios que previam a participação dos trabalhadores na sistematização do projeto. Em diversas partes, constatamos a promoção de um juízo favorável à ditadura, em que o autor positiva as ações da autarquia e do governo militar quanto aos projetos implantados. O livro se apresenta como a atualização da memória sobre o suposto papel do INCRA. Uma vez que o material oficial não é disponibilizado para pesquisa no

Estado, o livro se coloca como a única fonte acessível sobre o período, o que imprime determinadas versões aos acontecimentos destituídas de contradições presentes nesse processo.

Nos relatórios, os registros são de uma situação caótica, marcada pela impossibilidade de equacionamento frente à falta de reservas da autarquia e do governo federal, enquanto que, no livro, a memória construída traz o INCRA como única autoridade no período e detentor de grandes somas de recursos para a sistematização do projeto. No referido livro, elementos como habitação, saúde, distribuição de terras, educação e outros são apresentados como questões realizadas, como observamos num trecho que descreve questões sobre a infraestrutura física e a habitação rural:

Infraestrutura Física: Em suma eram construídas estradas, pontes, bueiros, balsas para travessia de grandes rios, escolas, postos de saúde, centros comunitários, sedes do INCRA no núcleo principal e às vezes em núcleos secundários, alojamentos funcionais, alojamentos de trânsito (hospedaria), redes elétricas, redes hidráulicas, poços artesianos, pistas de pouso, etc.[...] Habitação Rural: Compreendia a construção de habitação para os assentados (parceiros), através do INCRA instalava sua própria serraria para beneficiar a madeira de construção das habitações rurais e da logística do próprio INCRA, contratando funcionários para tais serviços ou, quando possível, contratando mão de obra para prestação de serviços por administração direta ou empreitada com pessoa física... (OLIVEIRA, 2010, p. 107, 109).

Contraditoriamente, em seguida, o autor atribui que a responsabilidade com os programas não era diretamente do INCRA, mas que acabaram assumindo devido à carência ou ausência de órgãos especializados:

[...] mas, pela carência ou ausência de órgãos especializados nas frentes pioneiras de colonização e reforma agrária, o INCRA, terminava assumindo a responsabilidade de execução direta até que fosse suprida a deficiência [...] é claro que o INCRA não deu conta de disponibilizar a manter toda a infraestrutura básica necessária aos anseios da população que deixara seus Estados de origem... (OLIVEIRA, 2010, p. 111-112).

Todas essas questões se contradizem à medida que o executor afirma que “Nos seus Projetos de Assentamento àquela época, a autarquia, nos primeiros anos, reinava exclusiva” (OLIVEIRA, 2010, p 104). Ou, “Quem deteve mais poder na década de 70 do século XX no então Território Federal de Rondônia foi o INCRA. Durante quase toda àquela década o INCRA teve orçamento superior ao do governo do Território” (OLIVEIRA, 2010, p. 49).

As fontes já discutidas deixam evidente um processo de mudanças que aponta para além de um processo de concentração de terra, para formas de organização e de lutas frente ao

campo de disputas que estavam colocadas. A memória produzida pelo executor do INCRA elenca claramente a escolha que a ditadura fez pelos médios e grandes proprietários no período:

Na falência dos seringais e na extinção do garimpo iniciou-se o tumulto social de Rondônia, hoje muita mais grave com o acréscimo do problema migratório e da indefinição fundiária, gerada exatamente pelo conflito entre a política agrária, que não consulta os interesses dos pioneiros e também não o dos chegantes, na medida em que os últimos representam o poder econômico (OLIVEIRA, 2010, p. 121).

Os “chegantes”, a quem o executor se refere, diz respeito àqueles que se dirigiram ao estado com recursos e foram adquirindo propriedades dos trabalhadores que, impossibilitados de permanecerem no campo, as vendiam. Passaram a investir capital em uma produção tipo capitalista, contribuindo para a concentração de terra. O modelo que predomina está voltado à pecuária extensiva, porém, para o executor, o que predomina é o modelo de agricultura tradicional:

Em suma, o modelo, naquela época, predominante até hoje, era e é o da agricultura tradicional, o da remoção da floresta para posterior cultivo. Em sendo assim, só se enxergava benfeitoria para justificar uma eventual regularização se o assentado ou regularizado tivesse roça, ou seja, tivesse arado o solo. Quem se destacava na produção era laureado, recebia o prêmio produtividade concedido anualmente pelo INCRA naquele período para os assentados dos PIC's e PAD's. Não fosse assim, ou seja, se o INCRA reconhecesse quem se dizia dono das terras de Rondônia e não exigisse um mínimo de cumprimento da função social da terra, regularizaria apenas algumas centenas de seringalistas falidos e uns poucos seringueiros que se mantinham em posses menores [...] Se o INCRA fosse reconhecer e regularizar todos esses seringais, certamente, a estrutura fundiária vigente na Rondônia não seria a da pequena propriedade, proporcionada pelo processo de assentamento e regularização das posses predominantemente agrícolas. A história de Rondônia seria outra, não teria chegado ao desenvolvimento econômico e demográfico que conquistou. Não se estaria hoje na transição para um novo ciclo econômico (OLIVEIRA, 2010, p. 122-123).

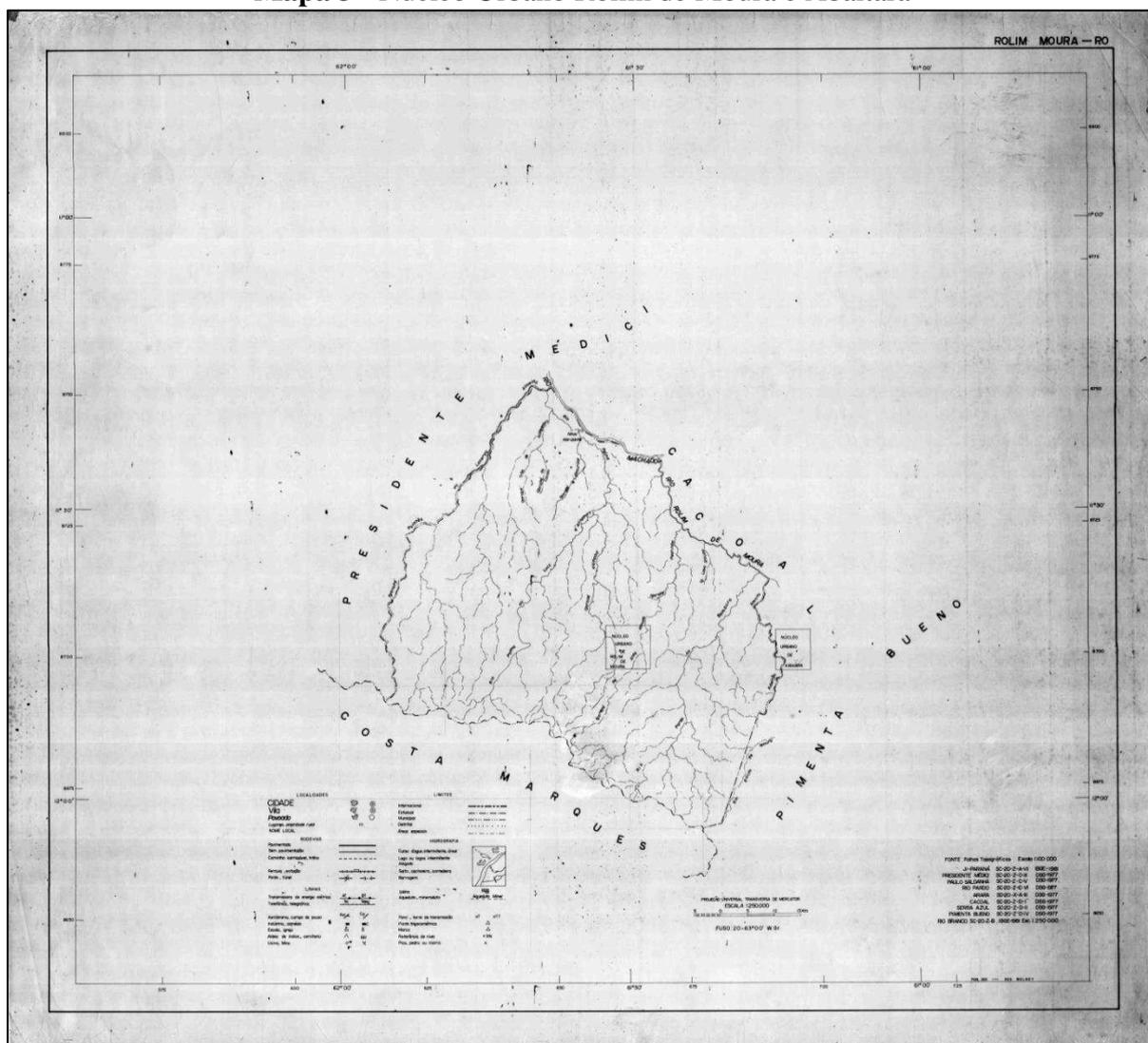
No desenrolar desse processo, as lutas e disputas continuaram no decorrer da década de 1980. Em torno delas, visualizamos a disputa por espaço pelo INCRA e pela CPT<sup>143</sup> a partir da dinâmica das lutas protagonizadas pelos trabalhadores. Para o INCRA, a solução encontrada diante da intensidade das ocupações e da situação caótica que se instalou, seria a

<sup>143</sup> Na década de 1980, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) apoiou a criação do MST (Movimentos dos Sem Terra), criado em 1984. Em 1980, a CPT volta-se à discussão do “escravismo”. Na década de 1980, o MST discutia sobre a propriedade da terra e formas de produção coletiva em grande escala, contrária à Reforma Agrária proposta pelo Regime Militar a partir da colonização de terras devolutas em áreas remotas. Posteriormente, o MST discutira sobre a produção agroecológica. Desse modo, esse constitui um processo em transformação. Em 1985, há a criação do MIRAD (Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária). No governo Sarney, o debate vai à Constituição e tem-se a criação da UDR (União Democrática Ruralista) (1985), contrária a Reforma Agrária no período da redemocratização e atuante na Constituinte.

construção de Núcleos Urbanos. Questionamos, porém, essa justificativa, no sentido de que, nesse processo, a constituição de Núcleos Urbanos se caracterizou mais como um elemento que compõe o processo de transformação capitalista na localidade. Nessa direção, a constituição dos Núcleos, antes de uma solução ao problema da ocupação, foi de encontro a projetos que, considerando a intensidade e o fluxo de pessoas, possibilitaria o encaminhamento de outros projetos, de forma a canalizar os projetos até então existentes que davam mostras de seu insucesso e de problemas sociais. Não desconsideramos que as ocupações tiveram o papel de redefinir as projeções do INCRA, porém, a expansão para outras áreas faz parte do processo de transformação das relações capitalistas, da negociação de terras indígenas e do avanço para estas áreas, assim como a constituição de Núcleos Urbanos ia de encontro aos interesses dos grupos dominantes presentes no campo.

A atuação da CPT e a disputa com o INCRA ficam evidenciadas não apenas nos registros produzidos, como também na planta que a Pastoral elaborou, tendo como base o mapa da autarquia. O mapa com a identificação do Setor Rolim de Moura tem como data 1981. Porém, pelas entrevistas realizadas, o processo de ocupação data da década de 1970. Ou seja, o mapa foi elaborado após o reconhecimento pelo INCRA das marcações protagonizadas pelos trabalhadores e demais ações na localidade, como abertura de estradas e pontes.

**Mapa 3 - Núcleo Urbano Rolim de Moura e Abaitará**



Fonte: Secretaria de Obras e Planejamento, Prefeitura de Rolim de Moura/RO.

O mapa<sup>144</sup> acima foi produzida pelo IBGE, em 1981, tendo como projeção dois setores urbanos: Núcleo Urbano Rolim de Moura e Abaitará. Porém, segundo o executor do INCRA e responsável pela “regularização” fundiária do Setor Rolim de Moura, José Lopes de Oliveira (2010), teriam sido reservados três Núcleos urbanos no Setor. No Núcleo Central, constituiu-se a cidade de Rolim de Moura, no Núcleo ao Sul do Núcleo Central, constituiu-se a então cidade de Santa Luzia e o Núcleo ao Norte do Núcleo Central foi ocupado antes da iniciativa de assentamento urbano.

A historiografia que versa sobre o tema argumenta que não havia intenção, por parte do Estado, em distribuir terras na região estudada, apenas ao longo da BR 364. Os motivos sobre a expansão desses projetos, porém, são poucos problematizados. Na documentação

<sup>144</sup> O mapa, após diversas tentativas, foi disponibilizado pela Secretaria de Obras e Planejamento da prefeitura de Rolim de Moura.

analisada, fica claro que a expansão dos projetos ocorreu à medida que a intensidade das ocupações foram acontecendo, pressionando, assim, os projetos iniciais do INCRA, que dependia, por sua vez, de negociações com a FUNAI. Pode-se considerar que o protagonismo dos trabalhadores que se deslocaram ao longo da década de 1970 pressionou, além dos projetos iniciais pensados pela autarquia, os rumos que tiveram no decorrer da década seguinte.

Porém, não é possível desconsiderar que, nesse processo de transformações capitalistas, os Núcleos urbanos se apresentavam como a realização dos projetos em curso ou como sua canalização, já que davam sinais de desgaste. Ou seja, a constituição urbana, como discute Williams, historicamente vista como a realização da sociedade humana, está atrelada aos projetos daqueles que possuem o domínio do campo. Este, por sua vez, acaba associado a uma noção de vida natural, muitas vezes como atraso, como se fosse possível uma dicotomia na relação entre campo e cidade (WILLIAMS, 2011).

Outra questão recorrente na historiografia é o argumento de que o objetivo do INCRA com o Projeto Setor Rolim de Moura seria sistematizar apenas a “colonização” no campo e que, em virtude da dinamização do comércio, impulsionado principalmente pelo setor madeireiro, a cidade foi aos poucos se constituindo. As fontes mencionadas até aqui (mapas e relatórios e entrevistas), no entanto, deixam clara a projeção de um Núcleo urbano para o setor Rolim de Moura, como uma ação que supostamente solucionaria os problemas que estavam sendo vivenciados no período, como tensão social e ocupações desordenadas. Não desconsideramos, porém, que sua constituição não pode ser vista fora do circuito de transformação de relações capitalistas que estavam em curso. Na memória de Maria de Lurdes, desde a década de 1970 a placa na localidade indicando o que viria ser o Setor Rolim de Moura assinala para esta projeção urbana. Isso implica pensar um processo de transformação relativo ao campo e à cidade sem dicotomizar ou eleger determinada atividade econômica como a responsável pela constituição da cidade. Uma análise assim alimentaria pressupostos economicistas como definidores do processo histórico, os quais recusamos.

Nesta direção, o mapa contraria a tese de que a cidade de Rolim de Moura não teria um planejamento inicial. Argumentamos, nesse sentido, que a projeção do Núcleo Urbano foi uma forma encontrada pela autarquia junto aos grupos dominantes no campo para canalizar os problemas estruturais e atender aos interesses que estavam colocados, tendo em vista que, posteriormente, com a emancipação, o município passou a ser responsável junto ao governo do Estado pelos rumos das questões até então constituídas.

Nesse processo, a CPT, cuja atuação junto aos trabalhadores foi a de mapear as condições enfrentadas na localidade, configura-se, nesse cenário, como uma instituição que, ligada à igreja católica e às fissuras que a igreja estava sofrendo, principalmente das tendências, com a disseminação da Teologia da Libertação, atuava no sentido de disputar aquele espaço.

Gilberto<sup>145</sup>, 41 anos, chegou a Rolim de Moura em 1986. Sua família e a família de seu pai mudaram-se de Eldorado, Mato Grosso do Sul. Em Eldorado, trabalhavam como feirantes e os cinco alqueires de terra que possuíam se tornaram insuficientes às duas famílias. Ao chegarem a Rolim de Moura, compraram um direito de posse e continuaram desenvolvendo o trabalho como feirantes. O contato com Gilberto ocorreu por meio da entrevistada Anália, que citaremos mais adiante. Ambos possuem vínculos com a igreja católica. Anália, como integrante da Pastoral da Saúde e Gilberto como integrante do Projeto Padre Ezequiel Ramin<sup>146</sup> voltado ao desenvolvimento da Agroecologia. Como Gilberto também já foi integrante da Pastoral da Terra, ele trouxe, em sua narrativa, elementos que nos permite ter uma dimensão sobre a atuação da CPT no que se refere ao campo na década de 1980:

Cátia: Como era a atuação da igreja católica aqui com as pastorais?

Gilberto: Ela tá vinculada ao padre Ezequiel né, a igreja aqui era vinculada lá, aí todas, todos os movimento e tal, mas aí todos os movimento, os projeto que vinha, vinha do Padre Ezequiel, aí já beneficiava todas as comunidade, as comunidade também naqueles tempo tinha mais de cem comunidade, que tinha muito movimento, muito fluxo de pessoas no campo né, aí tinha as comunidade, a matriz, e todos os programas sociais, pastoral da saúde, as pastorais, tudo o que tinha pra demanda do produtor ia da matriz pra comunidade, então a gente sabia tamém, porque a gente participava tamém das comunidade, aí<sup>147</sup>

O contato com Gilberto permitiu perceber que, devido a sua ligação com projetos desenvolvidos pela igreja, ele demonstra uma preocupação com o campo, seu esvaziamento e, principalmente, com o uso de agrotóxicos na produção agrícola. Enquanto feirante, sua produção está voltada à agroecologia e, ao invés do uso de veneno e adubos químicos, Gilberto utiliza de adubos orgânicos e de preparos homeopáticos.

É a partir de sua experiência enquanto agricultor que recorda que os projetos desenvolvidos pela igreja tinham grande abrangência e o campo dispunha de grande fluxo de pessoas. Pedro, que citamos no primeiro capítulo, também se recordou sobre a atuação da igreja nas linhas (área rural), com suas construções de madeira, o que traz evidência das

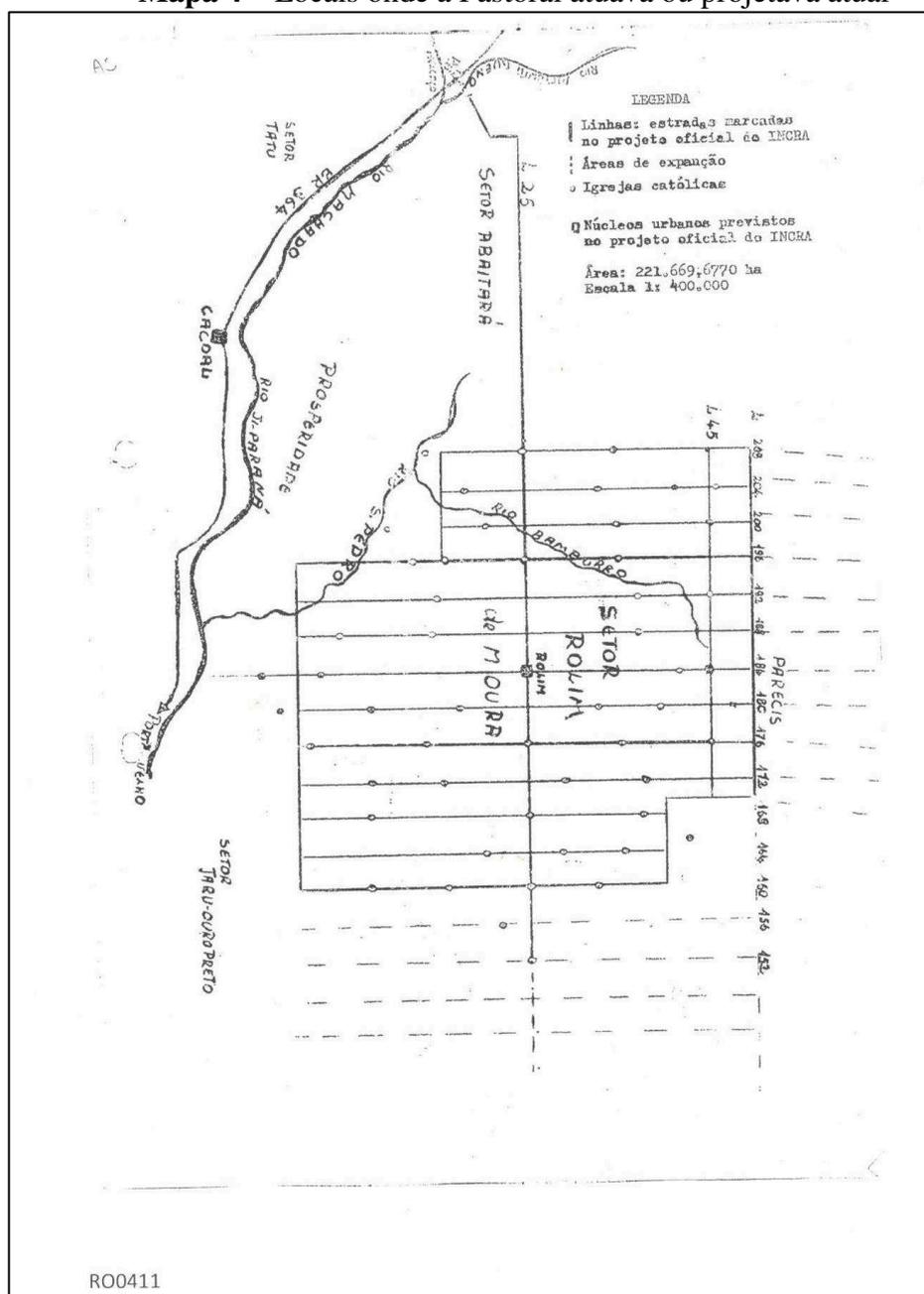
<sup>145</sup> Embora o entrevistado tenha consentido o uso de seu nome verdadeiro, utilizamos pseudônimo como forma de manter sua privacidade.

<sup>146</sup> O Projeto padre Ezequiel Ramin foi criado pela Igreja Católica em 1987, pela Diocese de Ji Paraná/RO.

<sup>147</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho de 2016.

disputas por aquele espaço e do trabalho realizado pelas pastorais junto aos trabalhadores. Abaixo vemos como a Pastoral incluiu, no mapa oficial, os locais onde atuavam ou projetavam atuar:

**Mapa 4 – Locais onde a Pastoral atuava ou projetava atuar**



Fonte: Projeto Rolim de Moura (s/d.)<sup>148</sup>.

A referência trazida pelos entrevistados em relação à atuação da CPT nas denominadas Linhas (área rural), pode ser notada na elaboração da planta. A CPT traz, assim, uma

<sup>148</sup> Disponível no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

dinâmica desse processo que demonstra sua intervenção na disputa pelo espaço no campo e no Setor Urbano a partir de sua atuação e da produção de registros enquanto memória na localidade.

Desse processo de intervenção, outras agências surgiram na década de 1980 no sentido de organizar e de desenvolver projetos junto aos trabalhadores. Entre elas, identificamos outras Pastorais (Saúde, Menor, Alfabetização), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, posteriormente o MST (Movimento Sem Terra), como veremos. Nesse processo, a instituição municipal também é compreendida como mais uma agência que passou atuar na localidade.

## 2.4 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA EM ROLIM DE MOURA

Na década de 1980, teve início a organização política do legislativo e executivo. O Setor Rolim de Moura, que se tornou Distrito do município de Cacoal, em 1978, havia sido administrado, segundo o executor José Oliveira, por nove administradores do quadro do INCRA. A relação entre o regime militar e o grupo de administradores do quadro do INCRA, que dirigiam o Setor, era estreita. Ainda Distrito de Cacoal, Rolim de Moura recebeu a visita do Coronel Jorge Teixeira, Governador do então Território Federal de Rondônia. José Lopes de Oliveira registrou, do seguinte modo, esse acontecimento:

Por volta de junho de 1979 o novo Governador do Território Federal de Rondônia, encarregado da nobre missão de transformá-lo em Estado, visitou a nascente Vila Rolim de Moura do recém criado Município de Cacoal. Na oportunidade ficou impressionado com o que viu, o nascimento de uma cidade fora do eixo da BR 364, em franco crescimento populacional, apesar das inúmeras dificuldades [...] Dentre as observações feitas pelo senhor governador diante das reivindicações que a população apresentava, merece destaque o pessimismo do empreendedor governante ao avistar, já em cima de uma caminhão – palanque improvisado – sobre o trecho da linha 25 no setor urbano, hoje Avenida 25 de agosto [...] O saudoso governador, vendo aquela rua de imensa largura quase toda coberta por tocos, chavascas, atoleiros, etc., achou um absurdo e fez, na presença do responsável por aquele traçado arquitetônico, o então Executor do INCRA de Cacoal, o seguinte comentário: “estou vindo de Manaus onde fui Prefeito e tive muita dificuldade de organizar a cidade, principalmente para remover favelas do centro e asfaltar as principais ruas e avenidas, portanto, gostaria de saber quem foi o Cabeça de Jegue que teve a idéia de planejar uma rua com toda essa largura”. E prosseguiu: “não vai ter Prefeito no mundo que consiga urbanizar essa enorme avenida, é uma loucura isso aqui”. Bem, a crítica, sem dúvida, foi recebida com desconforto, contrariedade, pois é difícil se admitir o erro. Mas, o responsável pela gigante avenida achou mais prudente ficar calado. Não se justificou nem quis confrontar a opinião do senhor governador, pois se estava diante de uma grande tocador de obras que manifestara a experiência que vivera na capital do Amazonas. Quem era o Executor do INCRA, um jovem, na época, com apenas 26 anos, para discutir com o festejado e respeitado Coronel da reserva do Exército brasileiro, quase sexagenário? (OLIVEIRA, 2010, p. 156-157).

A visita, pelo visto, objetivava conferir prestígio ao recém-criado município e funcionava como uma tentativa de cooptar mais pessoas e obter força social para a ditadura, haja vista o avanço do PMDB no Estado. A visita criava uma relação na qual se reforçava valores do regime militar, além de uma tentativa de recuperar seu prestígio diante das péssimas condições vivenciadas pelos trabalhadores e relatadas pelo executor. Isso fica claro na descrição do executor que, entre descrever as reivindicações que a população apresentou ao coronel, preferiu registrar, além das projeções deste em relação à nova cidade, a trajetória política e militar de Jorge Teixeira. A atitude do executor em não responder o coronel diante dos supostos questionamentos feitos em relação à avenida da cidade que abrira, projeta a ideia de como o coronel deveria ser reconhecido por aquela população e como suas propostas deveriam, sem questionamentos, críticas ou contestação, serem aceitas.

Ressalta-se, desse modo, que a base política conservadora alinhada à ditadura já se encontrava presente no grupo de funcionários do quadro do INCRA que administrou aquela localidade. Na ocasião da emancipação do município, foi realizado um plebiscito. No Jornal Tribuna Popular, ele ganhou atenção, assim como diversos temas relacionados ao avanço do PMDB no Estado, numa clara posição do jornal em relação a este partido. Pela análise realizada neste jornal, havia um espaço para denúncias realizadas pela igreja, com o intuito de realizar ataques e críticas ao governador Jorge Teixeira e à política militar. Em uma das críticas ao governador, inclusive, o proprietário do jornal recebeu um processo, o que resultou em sua divulgação no jornal, sendo a matéria retomada após a destituição do governador de seu cargo.

O Jornal Tribuna<sup>149</sup> se encarregou de noticiar sobre a pressão exercida por um Deputado do PMDB, Renato Aragão, para que ocorresse o plebiscito em Rolim a fim de sua emancipação, demonstrando os objetivos que estavam sendo traçados em relação ao local. Na reportagem, a justificativa para a emancipação era noticiada considerando as demandas que o local atravessava, como a necessidade de tratamento de água, por exemplo. Com a emancipação, em 1983, Rolim de Moura passou a ser administrada por um médico e ex-vereador de Cacoal, Dr. Adegildo Aristides Ferreira. A urgência fez com que o primeiro prefeito fosse nomeado pelo Governador Jorge Teixeira. Certamente, a nomeação configurava uma tentativa de conseguir apoio da população para a eleição que, mais tarde, ocorreria.

---

<sup>149</sup> Reportagem “A atuação do PMDB no Estado”, Jornal Tribuna Popular, 31 de julho de 1983, p. 3.

Teixeira, desfrutando de seu poder enquanto governador, nomeou Adegildo, noticiado pelo Jornal Tribuna, como amigo do governador<sup>150</sup>. A nomeação não passou sem críticas no jornal Tribuna. Na reportagem “Parlamentares dizem não à posse de Adegildo”<sup>151</sup>, vários parlamentares, dentre eles, Assis Canuto, do INCRA, colocaram-se contrários à nomeação, sob alegação de que o governador a teria realizado por conta própria.

Em 1984, em um Guiapress da cidade, é possível ter uma dimensão da situação estrutural da cidade ao tempo em que se auferia, ao administrador, a pessoa pela qual transformaria a cidade:

O Dr. Adegildo, 47 anos, muita disposição de trabalho, muito espírito cívico, está empenhado em implantar a infra-estrutura administrativa de Rolim de Moura, dotando-a das condições mínimas que assegurem o seu desenvolvimento ordenado e progressivo. Contando hoje com 5.150 residências urbanas, a maioria de madeira, Rolim de Moura, marcha aceleradamente para o futuro, atraindo gente de todos os rincões do País, principalmente do Paraná. [...] O movimento nas ruas enlameadas ou empoeiradas de Rolim de Moura é uma festa para os olhos dos visitantes, atônito e impressionado diante de tão vigorosa disposição de luta do povo que está construindo esta cidade diferente, que não tem nenhum garimpo, mas possui as melhores terras de Rondônia, excelentes para o cultivo do café, do arroz, do milho, do feijão e também da soja, despertando por isso no coração de todos as melhores esperanças de um futuro cheio de frutos, de bênção e de paz<sup>152</sup>.

As projeções sobre a nova cidade que não apresentava garimpo eram apostadas nas terras, consideradas as melhores de todo o Estado. A produção voltada a culturas de subsistência pautada no café, no arroz, no milho e no feijão que, inicialmente fora desenvolvida por trabalhadores que chegaram na década de 1970, já estava projetada com uma nova cultura, a soja, embora tenha prevalecido a pecuária extensiva. No mesmo Guiapress, o progresso e o desenvolvimento da cidade foram auferidos contraditoriamente à coragem e ao trabalho do povo e, ao mesmo tempo, à iniciativa particular:

O que está acontecendo em Rondônia, particularmente em Rolim de Moura, cidade caçula do Estado, com apenas 8 meses de emancipação administrativa e menos de sete anos de vida real, é um fenômeno sócio-econômico digno de estudo e meditação. O sr. Delfim Neto deveria conhecer de perto Rolim de Moura, ele que vem tentando paralisar o País com sua política econômica recessiva e alienante. Talvez aqui o senhor Ministro recebesse a mais eloquente lição de fé no poder do trabalho e da confiança do povo no futuro do Brasil. esta pequena cidade, que não tem ainda nenhuma rua calçada, que cresce vertiginosamente impulsionada pelo espírito progressista dos seus habitantes, pelo ímpeto criativo dos que chegam

<sup>150</sup> Reportagem “Adegildo: o 1º prefeito de Rolim de Moura”, Jornal Tribuna Popular, 11 a 18 de dezembro de 1983, p. 6.

<sup>151</sup> Reportagem “Parlamentares dizem não à posse de Adegildo”, Jornal Tribuna Popular, 04 de dezembro de 1983, p. 8.

<sup>152</sup> A cidade e sua história. Administrador Adegildo Aristides Ferreira – 1984 (Guiapress da cidade). Fonte presente na Biblioteca Municipal de Rolim de Moura/RO.

diariamente vindos de diversas regiões do País, principalmente do Paraná, é um retrato vivo da determinação e da coragem de povo heroico e amante da paz e do trabalho. O projeto Rolim de Moura, implantado pelo INCRA em julho de 1977, quando foi localizada e demarcada a área da futura cidade, cujas primeiras datas (lotes) foram entregues aos pioneiros em 10 de agosto do mesmo ano, encontrou nesta região da qual faz parte Cacoal, as terras mais férteis e produtivas do Estado. O interesse pessoal do Gov. Jorge Teixeira, cuja administração positiva e dinâmica é reconhecida e louvada por toda a comunidade, até pelos seus adversários políticos, tem se constituído num fator altamente favorável ao desenvolvimento surpreendente de Rolim de Moura. Mas apesar dessa posição simpática do Governador, o progresso fantástico desta cidade menina é consequência do esforço consciente e arrojado da iniciativa privada particular. Não há estradas satisfatórias para escoamento da crescente produção agrícola. Falta quase tudo em matéria de infraestrutura administrativa. Começam a chegar as primeiras máquinas pesadas para a Prefeitura recém-criada. O administrador do município, o médico Adegildo Aristides Ferreira, com quem conversamos longamente, é um homem sinceramente empenhado em fazer de Rolim de Moura uma cidade autêntica. Quase tudo está por fazer. O maior problema da região amazônica é o da falta de energia elétrica suficiente. Toda a energia da região é gerada com usinas a base de petróleo. As chuvas abundantes na região, se por um lado contribuem para uma imensa produção agrícola, por outro lado arruinam as estradas precárias que vão sendo implantadas pelo poder público. Mesmo assim, esta jovem cidade recebe em média 30 famílias por semana, que vem de vários pontos do Brasil, trazendo como bagagem muito sonho, muita esperança e muita vontade de trabalhar e de vencer. Como Cacoal, de cujo domínio administrativo se emancipou recentemente, Rolim de Moura é um hino de esperança, uma página vibrante de fé no poder do trabalho e um atestado de confiança na futura grandeza do Brasil. Saudamos entusiasticamente os denotados pioneiros, os vanguardeiros do progresso desta região extraordinária e, por não poder citar todos os seus nomes, homenageamo-los na pessoa dos servidores municipais João Batista Lopes e sua digníssima esposa, D. Enilde do Carmos Lopes, a primeira professora de Rolim de Moura, cujo amor à cidade que ajudaram a fundar, é um exemplo vivo e eloquente de civismo de fé nos destinos do País. Avante, Rolim de Moura, Deus te abençoe e guarde, cidade-fenômeno, cidade-vigor, cidade símbolo de Rondônia e do novo Brasil que os bandeirantes de hoje estão construindo aqui<sup>153</sup>.

A noção de cidade esboçada e planejada estava atrelada a regulamentações que acompanham o processo de urbanização; torná-la asfaltada, dotá-la de características tipicamente urbanas, com aparato burocrático-administrativo. Tais regulamentações buscam imprimir novos hábitos, alterando modos de viver advindos das relações dos sujeitos com o campo. A cidade já estava constituída por diversas ocupações, porém, a referência aos primeiros habitantes é atribuída a “pioneiros” que teriam recebido os primeiros lotes como um marco de início da cidade. Por isso, a necessidade das classes dominantes, no presente, em perpetuarem o mito do pioneiro como forma de silenciar relações de disputas e de poder que estavam colocadas. Eleitos pela classe dominante para representar os que chegaram, a apropriação desta história encontra cada vez menos sustentação diante às mudanças engendradas nesse processo que assinala para uma cidade que se constituiu historicamente nas

---

<sup>153</sup> Rolim de Moura um fenômeno amazônico. Rolim de Moura: Guiapress, 1984. Fonte presente na Biblioteca Municipal de Rolim de Moura/RO.

relações sociais marcadas pelo conflito de classes, em processos de ocupação e na disputa pelo direito a ela e à produção de suas memórias.

Quase tudo estava por fazer, mas já se assinalava que a iniciativa privada, presente na cidade, teria um lugar especial na “nobre missão rumo ao progresso”. As marcas dos trabalhadores estavam e continuariam silenciadas e encobertas pela noção a-histórica de pioneiros, ocultando as lutas e as experiências firmadas na constituição da nova cidade. Na fonte, o maior problema identificado era a falta de energia. Esta demanda seria resolvida a partir da década de 1990, com a construção das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) do Grupo Cassol Energia, como veremos.

Com Adegildo, as primeiras ações foram no sentido de realizar um processo de canalização de rios e igarapés. A instituição municipal, levada à frente pelo PDS, foi uma forma de canalizar os projetos frustrados do INCRA, transferindo-os para o âmbito do município e do Estado. Assim, é preciso compreender que, a partir da instituição municipal, teve início um processo de mudanças na organização e na burocratização local. A institucionalização, porém, não significou o término das disputas e de conflitos locais.

Em 1984, três meses antes da primeira eleição municipal, o Jornal Tribuna Popular, em uma crítica ao governador Jorge Teixeira, emitiu a seguinte reportagem, em tom de propaganda política:

[...] De acordo com o deputado (Renato Aragão) o povo está a cada dia mais decepcionado com o governo que além de deixar esta região no abandono não dá pelo menos perspectivas de melhoras. “Estivemos também em Santa Luzia e vimos naquele distrito a falta de estradas, as queixas dos colonos quanto a financiamentos agrícolas. Tanto Rolim de Moura quanto o distrito de Santa Luzia vão marchar juntos com o PMDB, concluiu<sup>154</sup>.”

A falta de estradas e outras demandas que estavam colocadas se tornou a bandeira levantada pelo PMDB na localidade para deslegitimar o coronel. Essa fragilidade foi atribuída à má administração realizada até então pelo INCRA, que recebia duras críticas, noticiadas no Jornal Tribuna, o que demonstra a posição política adotada por esse veículo de comunicação no período. Para o PMDB, eleger o primeiro vereador pelo Partido no Estado significava fincar suas bases políticas na localidade e, para isso, a aposta estava no eleitorado do campo:

O clima de esperança dentro do PMDB é muito grande, pois se for eleito um candidato seu a prefeito, será o primeiro prefeito eleito por um partido de oposição dentro do Estado de RO [...] O único Partido já organizado em todo o Estado que

<sup>154</sup> Reportagem “Aragão confia na vitória do PMDB em Rolim”, Jornal Tribuna Popular, 22 de setembro de 1984, p. 5.

não irá participar destas próximas eleições é o Partido dos trabalhadores, devido principalmente a falta de organização entre petebistas que não adiantaram em regularizar o PT a tempo de concorrer [...] O grosso do eleitorado no vizinho município se encontra na zona rural e é desta parte da população que poderá vir as principais surpresas nas eleições em Rolim<sup>155</sup>.

A entrevistada Edirles lembrou, durante a entrevista, as visitas que recebia quando morava no campo, situando, assim, a constituição do campo político pelo PMDB na localidade:

Edirles: Esse Júnior, que é Deputado, Expedito Júnior, ia lá nesse sítio que nós tinha. Ó, ia lá comer galinha frita, ele a esposa dele, o Valdir com as esposa dele, que daí já tinha abrido a estrada, estrada ruim mas já tinha abrido aí eles ia de carro, tinha esses carro que podia passar por meio do mato né, eu matava duas três galinha, fritava pra eles. As mesa da gente, não tinha tábua pra fazer mesa lá, fazia daquelas tora, cortava com motorzinho fazia aquela prancha né, era a mesa, os banquinho, mas todo mundo era unido e ele ia lá no nosso barraco, era barraco, rodeado dessas prancha<sup>156</sup>.

Para Edirles, tais políticos são lembrados como aqueles que faziam parte dos momentos em que se reuniam em almoços de domingo. Enquanto que a ação denota a preparação do terreno político no qual projetavam se eleger – o campo, na memória de Edirles, ela adquire significados que, destituídos de interesses, apresentavam-se como uma visita de cortesia.

Valdir Raup foi o primeiro prefeito eleito de Rolim de Moura pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), em 1984, partido de oposição ao bloco político dominante liderado pelo PDS (Partido Democrático Social), e Expedito Júnior<sup>157</sup>, primeiro vereador. A aposta na área rural divulgada na imprensa em 1984, não era à toa, a ação do candidato a prefeito Valdir Raupp já vinha sendo construída. Na véspera das eleições, o jornal Tribuna Popular noticiou que o PMDB teria montado até um esquema caso as chuvas se colocassem como empecilho à locomoção dos eleitores da área rural, haja vista a falta ou as péssimas condições das estradas. Sem mencionar qual seria o esquema, a hipótese é a de que as pessoas seriam transportadas de algum modo até a cidade para que pudessem votar. A reportagem ainda faz referência à disputa política existente com o PDS:

[...] Os coordenadores da campanha peemedebista em Rolim afirmaram a nossa reportagem que no caso de grande incidente de chuvas no período eleitoral o Partido

<sup>155</sup> Reportagem “Eleições em Rolim de Moura”, Jornal Tribuna Popular, 27 de outubro de 1984, p. 2.

<sup>156</sup> Entrevista realizada com Luís e Edirles em 21 de abril de 2016.

<sup>157</sup> Natural de Guararapes/SP, foi vereador de Rolim de Moura (1984-1986), Deputado Federal por três mandatos. Senador por RO de 2007 a 2009.

já tem um esquema montado para esta eventualidade. Para os mesmos, é de tal importância que o Partido conte com todos os votos que virão do setor rural de Rolim, pois é justamente neste setor da população rolimorense que o PMDB conta com a vitória. No comício, o Deputado Ronaldo Aragão teceu deusas críticas aos aventureiros que de uma hora para outra começam a adentrar à frente Liberal. Críticas estas que forma uma clara alusão ao apoio do candidato do PDS, Almir Melo à Frente Liberal, apoio este segundo os peemedebistas, de última hora<sup>158</sup>.

Ganha a eleição, o jornal Tribuna Popular, em comemoração, anuncia a vitória e a vantagem de votos que Raupp e o PMDB abriram em relação ao PDS e ao PTB. Intitulada “PMDB faz barba e bigode em Rolim”, a reportagem informa que, além de Valdir Raupp, foram eleitos, no período, mais oito vereadores pelo PMDB e cinco pelo PDS:

Com um total de 4.642 votos, o PMDB conquistou em Rolim de Moura uma retumbante vitória quando por ocasião das eleições realizadas naquele vizinho município. Valdir Raupp de Matos é o novo prefeito eleito daquele município, recebendo um total de 4077, ou seja, mais de 95% de todo o total de votos auferidos ao Partido. Esta enorme vantagem do candidato peemedebista é atribuída principalmente a sua grande popularidade entre o eleitorado rolimorense. O PMDB continuou na sua trilha vitoriosa elegendo também oito vereadores, obtendo assim a maioria entre a edilidade de Rolim. O PDS conquistou um total de 2.657, sendo que deste total mais da metade foram conferidos ao candidato Altamir Melo [...] O PTB não conseguiu nem mesmo eleger um representante para ocupar uma cadeira na câmara municipal, sendo a sua participação neste pleito quase que nula, haja vista o pouquíssimo número de votos obtidos pela legenda [...] Pela legenda pedessista foram eleitos um total de cinco vereadores<sup>159</sup>.

A vitória eleitoral do PMDB em Rondônia possui relação com o processo de mudança política do país que consolidou o “fim” da ditadura em 1985. A aliança democrática que constituiu a “Nova República”, a partir de 1982, estabeleceu os primeiros governos estaduais do PMDB. Teve início a incorporação de Movimentos da dinâmica do próprio Estado. O PMDB abre-se para diversas demandas como mecanismo para capturar força política, questão já colocada em São Paulo e discutida por Eder Sader.

Em Rondônia, de uma base política que representava as forças que já atuavam alinhadas à ditadura militar, constitui-se, a partir de 1984, outra base política conservadora eleita pela população, culminando, assim, na formação de um campo político conservador, porém, marcado por lutas e disputas. Consideramos que parte dos que elegeram essa base política foram aqueles que se deslocaram na década de 1980, munidos de capital e que participariam do processo de reorganização do campo a partir desse período.

<sup>158</sup> Reportagem “Em Rolim a campanha esquenta e o PMDB monta esquema para o dia 9”. Jornal Tribuna Popular, 24 de novembro de 1984, p. 7.

<sup>159</sup> Reportagem “PMDB faz barba e bigode em Rolim”. Jornal Tribuna Popular, 21 de dezembro de 84, p. 1.

A posse de Raupp não foi noticiada sem críticas à antiga administração e ao trabalho que teria o novo prefeito, principalmente em relação à regularização fundiária. Em outra reportagem, novamente, a vitória é enfatizada, porém, de forma curiosa, ela não foi atribuída às pessoas do campo, mas à classe empresarial da cidade:

Waldir Raupp junto com Adelino Neves (este eleito pelo município de Cerejeiras), são os primeiros peemedebistas a ocuparem cargos de administração executiva em nosso Estado. Contando com amplo apoio entre a população e a classe empresarial de Rolim, Waldir Raupp com a mesma gana de trabalho (gana esta que fez dele um dos melhores vereadores de Cacoal), tem tudo pela frente para a realização de um excelente trabalho em Rolim<sup>160</sup>.

O local que era administrado por uma burocracia do quadro de funcionários do INCRA passou a ser administrado por um representante dos interesses da classe de comerciantes locais. Valdir Raupp migrou de Santa Catarina, instalando-se em Cacoal, em 1977, cidade na qual se elegeu vereador em 1982. Era empresário em Rolim de Moura e foi nessa condição que se tornou prefeito da cidade. Em 1992, foi reeleito prefeito; em 1994, foi eleito governador e, a partir de 2002, Senador pelo Estado de Rondônia, sempre pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional) e PMDB. Em 2007, tornou-se líder do PMDB. Vale ressaltar que, a partir de 85, a disputa política entre PDS e PMDB, que andava acirrada, teve mudanças devido ao cenário político nacional. Jorge Teixeira foi substituído com a posse de José Sarney à presidência e a nomeação de Ângelo Angelim para governador de Rondônia. Posteriormente, Jerônimo Santana foi eleito governador de Rondônia também pelo PMDB.

É possível que Raupp, enquanto vereador de Cacoal, tenha estreitado as relações com o proprietário do Jornal Tribuna Popular nesse período, haja vista que ele também viera do Sul. No Paraná, o proprietário do Jornal Tribuna trabalhou no jornal Costa Oeste. Foi na condição de escritor do Jornal Costa Oeste e de contador da prefeitura de Toledo/PR que Perin veio para a Cacoal em 1979. Curiosamente teria vindo a passeio e chegando à cidade, sua irmã, que já se encontrava lá há mais tempo, o apresentou ao prefeito que, de imediato, o contratou (PERIN, 2011). A decisão por sair do Paraná é justificada pela oportunidade de ganhar, em Cacoal, um maior salário. Na cidade, teria notado a ausência de meios de comunicação e montou o jornal com o apoio da prefeitura de Cacoal.

Criado em 1980, enquanto jornal do interior, o Tribuna Popular apresenta-se como um veículo de informação ligado, de início, ao MDB e, posteriormente, ao PMDB. No período de sua criação, contou com a ajuda do então prefeito de Cacoal, Reginaldo Francisco Joca,

<sup>160</sup> Reportagem “Valdir Raupp empossado em Rolim de Moura”. Jornal Tribuna Popular, 17 de janeiro de 1985, p. 2.

funcionário do INCRA e nomeado por esta mesma autarquia como prefeito da cidade. O jornal foi responsável por divulgar as propagandas do governo federal e estadual acerca do processo migratório. Porém, em que pese as propagandas divulgadas por este veículo de comunicação, nota-se as críticas que realizava à administração do governador Jorge Teixeira, na época ligado ao PDS (antiga Arena), que configurava oposição ao MDB.

Supostamente sem dinheiro para pagar a remessa de jornal editado em Porto Velho, Perin contou com o apoio de uma autoridade do Estado, porém sua identidade não foi revelada. A narrativa do proprietário está presente em um trabalho de conclusão de curso de jornalismo elaborado por sua filha. No referido trabalho, afirma-se que a manutenção do jornal, nos primeiros anos de publicação, de 1980 a 1984, foi possível devido às propagandas governamentais. As dificuldades com a produção, impressão e circulação são atribuídas à falta de serviços básicos de infraestrutura, sendo os principais a falta de estradas e de energia elétrica. Além disso, os contratos privados eram insuficientes para a manutenção do jornal, haja vista que a cidade ainda se constituía. Desse modo, as propagandas governamentais foram fundamentais para a manutenção do jornal ao mesmo tempo em que as essas cumpriam, além do papel de divulgar o Estado para fora, a função de “informar” sobre as forças políticas que se constituíam na localidade e na região.

A prefeitura a gente já contou com o apoio desde o início, antes que o jornal circulasse. Mediante as publicações, a gente apresentava as faturas e recebia. Não era tão burocrático quanto é hoje. O governo demorou até um tanto para começar a anunciar. Depois começaram a desenvolver algumas campanhas, daí a gente começou a divulgar as publicidades que tinham e assim conseguimos ir mantendo o jornal (PERIN, 2011, p. 36-37).

No trabalho, ainda é atribuído ao jornal o papel de ter divulgado Rondônia aos parentes daqueles que vinham conhecer Rondônia, já que levavam alguns de seus exemplares. A entrevista com Perin presente em anexo à pesquisa traz informações pertinentes sobre o período acerca da aquisição de terras:

O presidente da República e o governo federal animavam todos para que viessem pra cá, pegar terra. Podia desmatar até 50%. Eu mesmo tive condições de pegar uns dois mil hectares de terra, mas não tive coragem, porque eu não tinha nem como fazer 10 alqueires de derrubada e precisava fazer 50%. A gente pensava que tinha mesmo que obedecer a lei, que a lei na época era mesmo isso aí, de desmate de 50%. E nós não tínhamos como fazer. Nós tivemos a possibilidade de pegar 2000 hectares que terra, a qual foi oferecida pelo próprio INCRA, mas a gente não tinha como fazer nem 10 alqueires e como é que ia pegar dois mil hectares? Então a gente desprezou, a gente simplesmente desprezou pegar uma terra dessas. Hoje, no entanto, é o contrário, quem está com a preservação é quem está certo, quem

desmatou é que está errado, que vai ter que reflorestar, replantar (PERIN, 2011, p. 81).

Por que enquanto diversos trabalhadores lutavam para conseguir terra nas décadas de 1970 e 1980, muitas vezes sem êxito, o funcionário público e jornalista vindo do Sul teria a possibilidade de adquirir 2000 hectares de terra? Qual seria o critério adotado? Ainda chama atenção, na entrevista, o fato de o proprietário do jornal reconhecer que as propagandas de atração se configuravam como enganosas, uma vez que não eram todos que conseguiam adquirir sua propriedade:

Porque a propaganda existia e realmente, muita gente tentava e não conseguia pegar terra, outros conseguiam. Acho também, por causa da forma desordenada, muita terra para alguns, pouca terra para muitos. Então teve esse tipo de problema. Quanto à propaganda de trazer gente pra cá, a gente sentiu mesmo, que teve propaganda demais e o povo veio mesmo para Rondônia. Aí teve esses problemas todos de Reforma Agrária. Muitos pensavam que era só chegar e pegar a terra e não conseguiam. Você vê até hoje aí, grandes fazendas, e muitos ficaram sem terra. Por isso nem tudo o que foi divulgado era bem o que o povo pensava. Quem tinha dinheiro conseguia mais, quem não tinha conseguia pouco, e depois quem tinha dinheiro tinha como comprar e como manter, às vezes da forma, mas alheia, para tentar manter aquela terra toda. Por isso tinha tantas confusões também, se falava tanto em mortes por causa desse negócio de terra. Aconteciam muitas tragédias (PERIN, 2011, p. 85).

A fala do proprietário do jornal aponta para possíveis favorecimentos àqueles que já detinham melhores condições. Ele próprio estava entre eles. Nesse processo, argumentamos que o jornal, fundado por ele na cidade de Cacoal, serviu aos interesses daqueles que, como ele, deslocaram-se para o Estado no período e encontraram diversas facilidades e favorecimentos.

Na pesquisa realizada nesse jornal, as críticas ao poder político dominante do período, o PDS, deixa claro o posicionamento a um dos poderes alternativos que avançava no período, o PMDB. Segundo Eder Sader (1988), no contexto da década de 1980, tal partido congregava diversos setores cujo objetivo era fazer frente ao poder político militar. Na análise que realizou sobre os novos movimentos sociais da década de 1970, Sader finaliza, deixando uma instigante possibilidade de análise que ele visualizou a partir da década de 1980, especificamente a partir de 1982, quando ocorre o estabelecimento dos governos estaduais do PMDB por todo o Brasil. Trata-se de uma investigação sobre quais seriam os rumos das lutas dos trabalhadores no novo contexto em que o PMDB, aparentemente, abria-se para incorporar as demandas populares. Segundo ele:

Já a partir de 1982, com o estabelecimento dos primeiros governos estaduais do PMDB, um aparelho de Estado transformado começou a abrir-se para reconhecer a legitimidade das organizações populares e incorporá-las em sua própria dinâmica. Não cabe aqui a análise desse novo regime e das contradições que ele implica, entre a preservação de um sistema autoritário e a liberalização havida; entre a proclamação de objetivos de justiça social e a hegemonia do grande capital, que acarreta uma política de sacrifícios para os trabalhadores. Basta dizer que, de um modo ou de outro, este projeto foi vitorioso, nas batalhas políticas decisivas entre 1982 e 1984. Sua narrativa já constitui uma outra história (SADER, 1988, p. 314).

A possibilidade de análise mencionada por Sader pode ser investigada nos diversos estados do país. À nível nacional, o PMDB passou a abrir-se a diversas demandas postas no social. Em Rondônia, observamos que, na década de 1980, o partido abriu-se para reconhecer a legitimidade das organizações populares e incorporá-las na sua própria dinâmica. Mas na verdade tratou-se de um processo de cooptação desse grupos. Isso fica evidenciado pelo espaço que a igreja católica possuía no jornal Tribuna. As reportagens eram escritas por padres e pelo bispo de Ji Paraná, Dom Antônio Possamai, responsável pelo CEPAMI e abordavam temáticas diversas sobre a questão indígena, conflitos no campo, questões políticas e informativos da CNBB (Conferência Nacional dos bispos do Brasil). Acompanhando as reportagens no jornal, foi possível mapear que essas foram noticiadas de 1984 a 1989. O espaço reservado no jornal, denominado “Igreja a Caminho”, era patrocinado por uma madeireira chamada Madeireira Catarinense Ltda e, ocupava, em todas as edições, a segunda página do jornal, sempre ao lado do editorial. Embora as matérias fossem pagas, não desconsideramos a ligação da igreja ou do patrocinador com esse Jornal. Outra evidência da ligação da igreja com esse veículo de comunicação está relacionada ao fato de que, em outros jornais<sup>161</sup>, nesse mesmo período, a igreja era criminalizada e acusada de incitar “invasões” no Estado.

Sader não chegou a realizar um diagnóstico sobre esse processo que se iniciou a partir de 1982, haja vista que não era o objetivo em seu trabalho, mas ele aponta para esta preocupação, qual seja, a de analisar esse “novo regime e as contradições que ele implica, entre a preservação de um sistema autoritário e a liberalização havida”. Em seu trabalho, Sader assinalou que essa seria uma narrativa que já constituiria uma nova história.

No entanto, a obra de Sader também assinala um tom de desesperança quanto às lutas. O autor demarcou a importância dos Movimentos Sociais do período a partir da promessa de uma radical renovação da política, pela importância demonstrada na transição política que consolidou o fim da ditadura, entre 1975-1985. Porém, também realizou reflexões sobre as

---

<sup>161</sup> Essa questão ficou evidenciada nos Jornais O Globo e Alto Madeira (Porto Velho/RO).

“difusas aspirações de justiça social e de democracia, presentes na sociedade”, reconhecendo as falhas no processo de incorporação dos Movimentos Sociais às dinâmicas do aparelho de Estado.

Após 1987, quando Sader finaliza a obra, diversas outras questões podem ser adicionadas às reflexões pautadas pelo autor. Estas, entretanto, não deixaram de significar outras derrotas ao quadro social e político dos Movimentos Sociais e da noção de “sujeitos autônomos”.

Naqueles anos formaram-se o Partido dos Trabalhadores, 1980, e a Central Única CUT, 1983. Ocorreu o fim do período militar 1985, e, em 1988, foi promulgada a Constituinte. Na década de 1990, Maria da Glória Gohn (2013) assinala para mudanças substanciais dos Movimentos Sociais. Dentre os elementos destaca a diversidade dos novos atores, o caráter fragmentado e negociável dos bens coletivos e movimentos sociais urbanos, basicamente reivindicativos e que não faziam questionamento à base do sistema político.

Os novos protagonistas passam a ter diversas formas de organização com deslocamentos em suas identidades e a incorporação de outras dimensões do pensar e agir social. O que consistia em uma luta antiglobalização passou a ser uma luta pela sua negação. Além da leitura sobre a nova configuração dos Movimentos Sociais, a autora também destaca como determinadas análises acadêmicas têm desconsiderado a questão das classes sociais, filiando-se a modelos pós-modernos de explicação da realidade social. Em diálogo com Rancière, Maria cita um alerta realizado pelo autor quando critica as formas de participação denominada por ele de não emancipadora, em que a política é confundida com o consenso. Assim, a política deixa de ser “a reivindicação da parte dos que não têm parte, a uma intervenção de expediente” (RANCIÈRE *apud* GOHN, p. 311).

A abertura política do PMDB, a nível nacional na década de 1980, visava capturar diversos seguimentos. Em Rondônia, pela análise realizada no jornal Tribuna, temos clara essa aproximação que o PMDB buscava no período com as organizações populares, a partir das reportagens noticiadas pela igreja. Acompanhando estas reportagens foi possível perceber que, na medida em que o partido foi tendo assegurado seu espaço político no decorrer da década de 1980, a igreja não perdeu seu espaço no jornal, mas teve início uma descaracterização do Partido dos Trabalhadores, possivelmente vinculado a setores da igreja, principalmente quando ocorreu a primeira eleição para prefeito em Rolim de Moura, onde as expectativas eram grandes, tendo em vista que configurava a primeira vitória do Partido em todo o Estado de Rondônia.

O jornal Tribuna não se encarregou de noticiar apenas a campanha e a eleição do PMDB, mas diversas outras reportagens sobre a atuação do prefeito Valdir Raupp. Ainda antes da vitória do PMDB, o jornal já havia se encarregado de realizar diversas críticas ao PDS, bem como noticiava iniciativas do empresariado e a construção de cooperativas. Em uma das reportagens<sup>162</sup>, em 1981, o jornal noticiou a criação de uma Cooperativa, Cooparon, por Roque Mazutelli, que, em 1984, viria a se tornar o vice-prefeito de Rolim de Moura. Em 1982, já havia se tornado vereador de Cacoal, sendo ele e Raupp os dois vereadores mais votados daquele município. Isso demonstra a atuação que políticos ligados ainda ao MDB tinham no local e como atuavam, a partir de um seguimento que atraía, senão todos, grande parte dos trabalhadores do campo que, diante da falta de locais para vender a produção, encontrava nas cooperativas uma alternativa.

A profissão/ocupação do prefeito, além de político que já havia sido em Cacoal, o que tudo indica, estava ligada não ao campo, mas à cidade na condição de empresário. Pode-se dizer, desse modo, que os trabalhadores do campo, maioria no período, transferiram a direção política do município, de uma burocracia formada por funcionários do quadro do INCRA, para uma burocracia teoricamente instruída e não ligada, ao menos em tese, ao campo, a não ser pelas relações mantidas com os trabalhadores como apontado por Edirles. O poder institucional foi composto por um representante com maior escolaridade e formação profissional ligada à área do comércio, porém, incumbido de representar os interesses do conjunto de trabalhadores, em sua maioria, no campo. Esses constituíram a base social da política institucional a partir da década de 1980. Ao assumir, Raupp propõe o que denominou de filosofia de trabalho:

A administração Valdir Raupp de Matos vem procurando aplicar uma nova filosofia de trabalho para que a máquina administrativa municipal atue com maior rapidez e eficiência, facilitando o atendimento à população. Apesar dos problemas enfrentados pela falta de recursos, já está sendo elaborado por técnico da SEPLAN, SUDECO, CNDU e Prefeitura, o plano de Desenvolvimento Municipal, com o objetivo de viabilizar à cidade uma infra estrutura adequada. Para a concretização desse plano, cujos objetivos envolvem a urbanização da cidade, reabertura e cascalhamento de ruas, execução de calçadas, meio fio e sarjetas, arborização, etc., os trabalhos foram dirigidos com prioridade na regularização do cadastramento dos lotes urbanos e no levantamento topográfico das áreas de maior e menor concentração populacional. Para a área rural, com a entrada das secas, a meta é a de reativar os trabalhos de abertura e conservação de estradas vicinais, bem como construção e conservação de pontes. [...] Em se tratando de condições de saúde, a meta prioritária está voltada para a parte sanitária na implantação de saneamento

---

<sup>162</sup> Reportagem “Criada Cooperativa Agrícola em Rolim de Moura”, Jornal Tribuna Popular, 14 a 28 de novembro de 1981, p. 1.

básico como canalização dos igarapés, coleta do lixo, construção do matadouro municipal, rede de água e esgoto, etc<sup>163</sup>.

A fonte aponta para uma localidade que necessitava de diversos trabalhos a serem realizados pela nova administração. No mesmo ano, o jornal Tribuna noticiou, a partir da reportagem “Rolim se desenvolve a passos largos”<sup>164</sup>, que dentre as melhorias com a administração Raupp, estaria a diminuição da criminalidade na cidade, mesmo com o acentuado número de pessoas que continuavam a se deslocar para lá devido à oferta de empregos nas madeireiras locais.

Nesse processo, tentamos discutir a constituição política na localidade, buscando evidenciar as estratégias pelas quais o MDB e, posteriormente o PMDB, construiu seu espaço político junto aos trabalhadores, sem, no entanto, desconsiderar a articulação política existente no período com setores progressistas da igreja. Embora em diversas reportagens nos deparamos com a crítica empreendida à ditadura, por outro lado a proposta de conciliação de classes fica evidenciada. Os desdobramentos desse processo viriam a partir da década de 1990 e, com maior intensidade na década de 2000, em que a base política local rompe com os setores progressistas da igreja, levando a um avanço das forças conservadoras, questão que discutiremos no quarto capítulo.

## 2.5 LUTAS E DISPUTAS NA DÉCADA DE 1980

Acompanhando as reportagens no Jornal Tribuna, e os registros feitos pela CPT, é forte a referência à violência existente no campo e na cidade no período. Os casos de violência não estavam desvinculados da intensificação das lutas e disputas durante a década de 1980. A CPT se encarregou de registrar os diversos conflitos na localidade estudada, e em locais próximos, além de diversos outros casos de conflitos em todo o Estado de Rondônia e em outros estados do Brasil. A preocupação com tais registros denota o campo de atuação da Pastoral na dinâmica do que ocorria de modo mais amplo no contexto nacional e da compreensão de que a memória produzida consistia também em um campo de luta.

A continuidade das denúncias pela CPT, no decorrer da década de 1980, sobre a existência de latifúndios, áreas de fazendas improdutivas, expulsão de posseiros, uso de trabalho escravo, o uso indiscriminado de agrotóxicos como forma de expulsar posseiros de

---

<sup>163</sup> Filosofia de Trabalho. Projeto Rolim de Moura, 1985. Fonte presente na Biblioteca Municipal de Rolim de Moura/RO.

<sup>164</sup> Reportagem “Rolim se desenvolve a passos largos”, Jornal Tribuna Popular, 23 de fevereiro de 1985, p. 3.

áreas preteridas e a exploração de menores no campo, demonstrou um trabalho atuante em defesa dos trabalhadores que, frente a todos esses problemas, lutavam pela propriedade da terra e melhorias. Dos diversos casos registrados pela CPT, de expulsão de trabalhadores em áreas de fazenda, citamos um em específico que é emblemático e traduz como as disputas que estavam colocadas prosseguiram na década de 1980 com outros desdobramentos.

A reportagem, além de recuperar o histórico de expulsão e de manifestação ocorrida, denuncia a improdutividade da terra e o fato de que, entre os latifundiários que pleiteavam a fazenda em Corumbiara, estaria o envolvimento de Cassol<sup>165</sup>, justo quem o INCRA, no Programa de 1979, afirmava ter resolvido a questão fundiária por meio da barganha por uma área de terra em Rolim de Moura. A reportagem foi noticiada no Jornal Sem Terra e disponibilizada no site da CPT, e traz por título: “Despejos, violência e prisões”:

Quatro mil hectares improdutivos, de onde alguns latifundiários tiram madeira. Entre esses latifundiários está Reditário Cassol, que quer ser deputado federal pelo PMDB. A terra é fértil e está desocupada em uma região de muitos trabalhadores rurais sem terra. Alguns chegaram a ser selecionados pelo INCRA há oito anos. Esperaram em vão o assentamento que nunca veio. Esses sem terra resolveram, então, ocupar essa terra abandonada. Mas os juízes Walter Waltenberg, de Rolim de Moura, e Paulo Roberto Pereira, de Pimenta Bueno, não tiveram consideração: deram ordem de despejo contra os 106 posseiros que ocuparam a área, conhecida por Fazenda Reunidas, na Gleba Corumbiara, em Rondônia. Com a ordem de despejo, um pelotão de 50 policiais militares e três oficiais de justiça entraram atirando na fazenda, no dia 16 de maio passado. Cercaram os posseiros, fizeram ameaças e forçaram-nos a deixar a área. Foi a segunda expulsão desses lavradores que, em mutirão, ocuparam essa terra no início do ano derrubaram um lote de quase cinco quilômetros de comprimento, entre os municípios de Rolim de Moura e Pimenta Bueno. Após o despejo, os lavradores acamparam em frente ao INCRA de Rolim de Moura, onde reivindicam a desapropriação da Fazenda Reunidas ou de outra área fértil na região. Os lavradores não aceitam ser levados para o município de Costa Marques, onde há dois meses foram assentados 50 posseiros em uma área de terra fraca, sem estrada e com muita malária<sup>166</sup>.

O histórico de conflitos envolvendo a fazenda Corumbiara, embora numa região distante a aproximadamente 275 km do Setor Rolim de Moura, denota o campo de disputas

<sup>165</sup> A terra em disputa envolve a família Cassol. Vale ressaltar que possuem um histórico de atuação em Rondônia para além da questão agrária. Na década de 70 e 80 integrantes da família assumiram a administração de cidades como Santa Luzia/RO, Colorado do Oeste/RO. Tornaram-se prefeitos das cidades Santa Luzia e Rolim de Moura, e tiveram cargos de Deputado Estadual e Federal, Governador do Estado e Senador. A atuação ainda está relacionada à exploração de calcário no Estado, além da exploração de diversos rios a fins de produção de energia através de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). Ao todo são 6 PCHs distribuídas nos municípios de Vilhena e Alta Floresta do Oeste. Informações contidas no Site do Grupo Cassol apontam que são detentores de diversas rádios nos municípios de Vilhena, Ji Paraná, Novo Horizonte, Presidente Médici e Jaru, além de fazendas localizadas em Alta Floresta Do Oeste (12.251 hectares), e duas em Santa Luzia, cidade na qual César Cassol foi o primeiro administrador nomeado por Ângelo Angelim (uma de 3.786 hectares e outra de 1480 hectares). Disponível em: <<http://grupocassolenergia.com.br/new/layout.php>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>166</sup> Jornal Sem Terra, São Paulo, nº 53, junho de 1986, página 8. Disponível no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino, em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

envolvendo não apenas esta localidade, mas também outras, na quais o INCRA acabava permutando áreas, que, por sua vez, ficavam impedidas de serem distribuídas. Nas fontes levantadas há registros de que os conflitos nessa área ocorreram em 1979, 1986 e, posteriormente, em 1995, com o conflito denominado como o massacre de Corumbiara<sup>167</sup>. Todos esses conflitos, embora distintos, denotam a luta de diversos trabalhadores, em vários períodos, na luta pela terra e, do mesmo modo, o histórico de favorecimentos a fazendeiros, como é o caso da família Cassol, registrado nas fontes. No site do denominado Grupo Cassol, as informações que situam sua presença em Rondônia data da década de 1970 no ramo da atividade madeireira. Vindos de Santa Catarina, estabeleceram-se em Vilhena e, posteriormente, na Zona da Mata rondoniense, onde iniciaram no ramo da pecuária e desde a década de 1990 exercem a atividade de geração de energia<sup>168</sup>.

As denúncias sobre favorecimentos a grandes fazendeiros, a expulsão de trabalhadores, dentre outros, compôs a dinâmica da CPT no processo de atuação junto a propostas de intervenção no social, seja em relação à organização institucionalizada dos trabalhadores na luta contra estas questões, seja com projetos que viabilizassem a sua permanência na terra, como veremos.

Considero que a luta em si estava posta e sendo travada pelos trabalhadores na prática cotidiana como evidenciam as fontes até aqui analisadas. O que as fontes não revelam são as formas de organização coletiva, o que vai ocorrer no decorrer da década de 1980, por intermédio da CPT, cujo trabalho será o de politizar sobre a necessidade de construir formas de luta coletiva. Assim, é na dinâmica das lutas cotidianas que estavam colocadas, por vezes silenciosas, que a Pastoral se potencializou enquanto instituição, o que, por sua vez, permitiu aos trabalhadores seu uso, de forma a servir como uma ferramenta no processo de luta travado por eles.

No processo de denúncia das condições colocadas no período, a CPT registrou e organizou documentos que explicitam o movimento em torno das reivindicações, lutas e mapeamento daquela realidade. Na reportagem do periódico *Anunciando e Defendendo*, “em Rolim de Moura, quando foi feito um levantamento dos Sem Terra o povo ficou espantado. Há mais lavrador sem-terra que pequeno proprietário. E a situação continua se agravando, pois a migração não parou nem em tempo de chuva”<sup>169</sup>, é um exemplo das diversas denúncias

---

<sup>167</sup> Maiores informações ver: SOUZA, M. M. O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no Leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. 279. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

<sup>168</sup> Informações presente no site: <<http://grupocassolenergia.com.br/new/layout.php>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

<sup>169</sup> Periódico *Anunciando e Defendendo* – fev./mar. 1985 – presente no site da CPT

que ocorriam sobre as condições dos trabalhadores que se deslocavam em busca de uma propriedade na década de 1980.

Nos registros da CPT, em jornais arquivados pela Pastoral e no jornal Tribuna Popular são diversas as reportagens envolvendo crimes contra trabalhadores, agressões, tendo como causa a disputa por terra. Tais registros fazem referência a crimes ocorridos em Rolim de Moura envolvendo trabalhadores, como na reportagem “Rolim de Moura – Quarenta e oito horas depois do assassinato do padre Ezechiele Ramin, a polícia registrou ontem de madrugada outro crime causado por problemas de terra, cuja vítima foi identificada por Waldomar Francisco Peixoto, 30 anos, natural do Paraná”<sup>170</sup>. Ou faz referência ao envolvimento da justiça de Rolim de Moura nos casos de conflitos próximos à cidade:

No dia 16 foram expulsos pela segunda vez, cento e seis posseiros de denominada “fazenda Reunidas”, localizada na Gleba Corumbiara, entre os municípios de Pimenta Bueno e Rolim de Moura. Este latifúndio compreende uma área ociosa de 4 mil hectares, tendo vários pretendentes, que até o momento só se interessaram na extração madeireira. Apesar da situação dos posseiros, e do trabalho já realizado, os juízes da comarca de Rolim de Moura, Dr. Walter Waltenberg, e de Pimenta Bueno, Dr. Paulo Roberto Pereira, expediram a liminar de despejo. Um pelotão de cinquenta policiais militares comandados pelos tenentes de Rolim de Moura e Pimenta, acompanhados de três oficiais de justiça, entraram atirando, cercaram os posseiros, à base de ameaças e coações, forçaram os ocupantes a assinarem a liminar<sup>171</sup>.

Fica claro o objetivo da CPT na construção de uma memória no sentido de denunciar os problemas que os projetos de colonização estavam causando. Os registros trazem denúncias elaboradas tanto pela Pastoral quanto por trabalhadores por meio de cartas e ações a partir de um mutirão contra a violência:

O Sr(A) LUCIANO ALVES RODRIGUES, estado civil SOLTEIRO, 53 anos, residente à 2ª Avenida nº 250 – Núcleo Bandeirante município de Brasília, Estado de DF:

Vem mui respeitosamente, a este Mutirão Contra a Violência, DENUNCIAR, o (a) Sr.(a) (ou senhores) empresa ANDRADE GUTIERREZ, de invadir sua terra, uma chácara, no município Rolim de Moura, estado de Rondônia. O denunciante diz que corre perigo de vida, porque as pessoas da Empresa contrataram quatro (4) pistoleiros para matá-lo. Segundo o denunciante, a empresa comprou todas as autoridades locais (o juiz, os advogados). Demais dados constam no processo em anexo. Não registrou ocorrência porque a empresa, contratou a polícia para sequestra-lo<sup>172</sup>.

<sup>170</sup> Reportagem “Em Rolim de Moura, outro assassinato por causa de terras”. Jornal A Tribuna, 28 de julho de 1985, p. 4.

<sup>171</sup> Boletim da CPT – Nacional/ nº 63, Março/Abril/1986 pág. 11. Disponível no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

<sup>172</sup> Denúncia por meio de um mutirão contra a violência, no Ministério da Justiça em 06/10/86. Fonte presente no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

Embora o registro não traga detalhes do processo, a organização do mutirão pelos trabalhadores e pela Pastoral evidencia o campo de disputas que estavam colocadas no período. Os conflitos, porém, não estavam relacionados apenas ao campo.

Para Maria, relembrar o Setor Rolim de Moura, principalmente após ter se casado, em 1978, dois anos após chegar à localidade com sua família, é contar sobre um período não apenas de dificuldades, mas também de medo. Com sua primeira filha recém-nascida, Maria narra, a partir de sua memória afetiva, que precisou se deslocar a uma farmácia verificar os incômodos que passava o bebê. O fato de ter se deparado com pessoas assassinadas em meio à rua na qual precisava transitar expõe os riscos e o que era vivenciar o Setor urbano no período:

Maria: Rolim de Moura era bem espalhado sabe? Quase não tinha nada... esse meio ali agora era quase tudo mata, e saia muita briga, matava gente, lá em cima onde hoje é a Tigrão (comércio de material de construção) por ali, aí eu lembro eu morava lá perto do Rio da Anta né, eu morava bem pertinho do rio, aí minha menina tava passando muito mal com dor de ouvido né, aí eu vim trazê ela na farmácia, aí quando eu vi menina aquele monte de gente tanto lá de cima no Tigrão quanto na Vinte e cinco (avenida), por ali, aquele monte de gente, tinha matado uns homens sabe? Teve uma briga muito grande de pistoleiro não sei o que é, então morreu gente, a coisa mais dura, ficava dois três dia esperano a polícia vim pra fazê perícia, no tempo das chuva mesmo era um horror. E do lado de cá também morreu um home [...] passei aquele home assim cheio de mosca, quando eu vi aquilo quase me deu um trem, fiquei uns par de dia traumatizada aquele home barbudo, morto lá no chão, horrível. Aí depois que vinha os polícia, porque aqui não tinha policial, só tinha fora, naquele tempo aqui não tinha nada dessas coisa né, na Jamari (rua) também teve uma vez que matou um homem, esse homem ficou uns três dias lá, eles matava aqui muito na tocaia, a pessoa quando entrava pra dentro ou saia pra fora eles metia tiro. Eu não sei se era terra, se era richa, o que acontecia eu não sei, eu morria de medo, aí esse home morreu ali ó [...] Até a polícia vim lá de Cacoal pra pegá esses home...<sup>173</sup>.

São vários os casos de assassinato contados por Maria. O medo em transitar pelo Setor marcou suas experiências na localidade, pois, para ela, a experiência de morar adquiriu o sentido de medo, de desproteção, tanto pela falta de segurança quanto pelo fato de não poder contar com a ajuda do marido no cuidado da filha por viver alcoolizado e ausente. Quanto a isso, Maria não escondeu seus ressentimentos, por isso, ao solicitar que falasse sobre como era a cidade, fez questão de mostrar-me diversas fotos antes de narrar. Com algumas, a intenção foi me situar sobre como a cidade era arborizada, poucas casas construídas, muitas datas vazias. Mas a maioria das fotos que escolhia para me mostrar eram de bares em que seu marido estava presente.

<sup>173</sup> Entrevista realizada com Maria em 02 de maio de 2016.

A referência à violência pode ser compreendida como algo generalizado, não havia um local específico no Setor que Maria relembra. Os assassinatos ocorriam em diversos lugares da cidade. Assim, ela situa que as condições daqueles que permaneciam no setor urbano no período também se configurava no enfrentamento de situações adversas.

Em que pese o local ser destituído de serviços, policiamento e outros, e considerando os diversos conflitos por terra, não descartamos que essa era a motivação dos crimes ocorridos também no setor urbano, embora a imprensa buscasse tirar o foco das disputas, transferindo-as para outras motivações. Como exemplo, citamos uma reportagem noticiada pelo jornal Estado de São Paulo e arquivada pela CPT, que evidencia a natureza da interpretação sobre os conflitos que ocorriam, retirando-lhes como causas possíveis relações com o local:

Do correspondente de Porto Velho

Três mortos, quatro feridos e duas pessoas desaparecidas foram o resultado da disputa por uma área de terra no projeto de colonização “Rolim de Moura”, no município de Cacoal, no final da tarde de domingo, envolvendo 20 membros de duas famílias que há seis meses lutam pela posse de um lote de 150 hectares na região. Dois dos mortos foram vítimas de balas de espingarda, conforme levantamento feito pela polícia, e um outro morreu esfaqueado, enquanto dos feridos um está em estado grave, no hospital em Ji Paraná, depois de ter recebido vários tiros pelo corpo [...] A polícia em Cacoal pediu reforços para a área. As duas famílias, Vieira e Antunes, já têm sérias desavenças desde quando moravam no Espírito Santo, de onde saíram, há dois anos, para Rondônia<sup>174</sup>.

A causa do conflito é minorizada pelo jornal, atribuída a possível desavença entre as famílias envolvidas, ainda quando moravam no Espírito Santo, mesmo indicando que o conflito ocorrera por disputa de terra. A imprensa, desse modo, cumpria o papel de retirar o foco do conflito. Além das denúncias por meio de mutirão, as cartas foram outra forma de os trabalhadores expressarem o que ocorria tanto em relação ao INCRA quanto a outras situações:

querido Ederson

A finalidade desta é somente para lhe pedir um grande favor, gostaria que você encaminhasse para os órgãos competentes trata que estou enviando. Porque só você com sua competência e interesse pode fazer alguma coisa por nós. A primeira denúncia é contra o INCRA aqui pois o mesmo não está arcando com as responsabilidades e assim vive protegendo os fazendeiros e fazendo coisas orriveis com os pobres. E poso lhe provar que não estou conversando fiado estou lhe enviando estes recortes de jornal para você ler com atenção. Porque o povo do INCRA vendeu a fazenda reunidas e agora não tem coragem e nem força para enfrentar o fazendeiro e então fica iludindo os pobres colonos dizendo que o fazendeiro é titulado. So que niguem nunca viu este título. Gostaríamos que atravez do seu programa os chefes do INCRA fosse a visturá para ver se a fazenda e

<sup>174</sup> Reportagem “Luta por terras mata três” – O Estado de São Paulo, 19 de setembro de 1980. Fonte disponível no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

legalizada e se for os colonos desocupam mas se não for haverá muitas mortes ainda./ A 2ª denuncia é contra o hospital do governo aqui pois dizem que é para os pobres então como é para os pobres tem que serem maltratados e os enfermeiros são brutos e até batem nas crianças internadas. Se agente vai pedir ficha chingam agente comigo mesmo aconteceu muito maltrato por uma enfermeira aqui. A ultima é contra a farmácia Capichaba pois o mesmo esta vendo muito acima da tabela e se agente reclama ele diz que a farmácia é dele é ele quem manda até a polícia aqui é a favor do Capichaba<sup>175</sup>.

Estas relações sociais vividas por homens e mulheres expressam não apenas resistência, mas configura uma luta por direitos. Histórias que, constituídas no tempo e no espaço dessas relações, expressam sonhos, desejos e necessidades que, ao entrarem em contradição com as condições encontradas, geram disputas que vão delimitando lutas pelo direito de ter garantidos seus modos de viver e de construir a sobrevivência, o acesso a tratamento médico, a medicamentos com preços justos e outros direitos, na luta por evitar que nas relações estabelecidas ocorresse “coisas orriveis com os pobres”.

Endereçada a um radialista, a carta sem identificação traz, num primeiro momento, denúncias contra o INCRA e um suposto favorecimento a fazendeiros locais. Trata especificamente de conflitos envolvendo a Fazenda Reunidas, noticiada em diversas reportagens. A segunda denúncia faz referência às más condições e aos maus tratos recebidos no hospital do governo, questão mencionada por entrevistados e em outros registros da CPT. Por último, uma denúncia contra os altos preços dos medicamentos que estariam sendo comercializados por uma farmácia local. Nesse processo de lutas e disputas, o mutirão e as cartas se colocaram como instrumentos que os trabalhadores possuíam como forma de pressionar, reivindicar e denunciar as adversidades vivenciadas. Esse processo nos permite perceber os instrumentos acessíveis aos trabalhadores que os permitiram expor a situação em que estavam expostos. Em contraposição, os poderes constituídos, ou setores dominantes da sociedade, recorriam a outros meios, como a imprensa, para criminalizar a organização dos trabalhadores ou emitir suas versões acerca do que ocorria, tentando ocultar os reais motivos das disputas.

Em outra carta, uma denúncia sobre o despejo de trabalhadores em área de Fazenda:

Prezado amigo a derçom Moura  
tenho o imenço prazer de te escrever estas poucas linhas, de te encontrar gozando a mais perfeita saúde e felicidades que são os meus prazer, adelson, venho ate comunicar uma area de terra con 12 mil metro de frente, com 15 mil metros de comprimento na fazenda Reunida, intão temos 150 pessoas trabalhando temos

<sup>175</sup> Carta de denúncia, escrita em 05 de maio de 1986, presente no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

muitos serviço dentro desta areia o fazendeiro Requeu despejo, e também tem um intermediário xamado cassol, e um dos inpricante que por todas da areia, a policia foi e deruss tiro pra a susta e os grileiro foro com a papeleira que vem a qui para provar çe estas areia são a documentada. Tamos todos no pátio do INCRA e la tem uns 100 arqueires roçado e um tanto derrubado queremos um apoio do nosso prezidente o José Sarne: porque INCRA vendeu todas a terra pos fazendeiro. Os pobre não tem a onde trabalhar, tanto mato sobrando aqui, Adelson, pesso para o senhor, mandar para o prezidente José Sarne, para ele fica sabendo o que sepaça poraqui, terra tem mato que ta sobrando, e nos não temos a onde ir somos da lavoura tamos a baixo de caxouro, queira saber quen trata da nação, se não e o povo da rossa espero ser atendido somos muitas familia 150, pais de familia vive<sup>176</sup>.

A solicitação realizada pelo trabalhador ao suposto radialista demonstra o que estava acessível a eles enquanto instrumento para reivindicar direitos. Para o trabalhador, as condições vivenciadas deveriam ser explicitadas e a solicitação direcionada ao presidente pode ser entendida enquanto única saída, visualizada por ele, na resolução daquela situação.

O conflito referente à Fazenda Reunidas foi registrado nos relatórios do INCRA na década de 1970. O conflito nesta localidade se estendeu nas décadas de 1980 e 1990, como podemos observar em uma carta do MIRAD (Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária) a um possível trabalhador que teria relatado os problemas que estava vivenciando. A resposta foi que esse entrasse em contato com o Sindicato dos Trabalhadores local, que havia sido criado em 1985:

Brasília, 10 de outubro de 1996

Sr:

José Maria Moreira

Fazenda Santa Luzia

Rolim de Moura –RO CEP:78.065

Prezado Senhor:

Recebemos sua carta através da Rádio Nacional, relatando a situação da Fazenda Reunidas. Sugerimos que entre em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região mais próxima, tendo em vista a tentativa de uma solução favorável aos interessados.

Atenciosamente,

Célia Maria Corrêa<sup>177</sup>

Vemos, nesse sentido, que, em relação aos despejos, as cartas dos trabalhadores repercutiram e chegaram até o Mirad, sendo que a solução proposta era de que esses procurassem pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Pelas fontes levantadas, no decorrer da década de 1990 os conflitos por terra não cessaram e à medida que os projetos de distribuição

<sup>176</sup> Carta de denúncia, escrita em 18 de maio de 1986, disponível no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

<sup>177</sup> CARTAA/MIRAD/SG/CCA/Nº 50/1986. Fonte disponível no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

de terras deixaram de ser criados pelo INCRA, as alternativas propostas pelo governo voltaram-se à possibilidade de aquisição de terra por meio da compra, por intermédio do programa de crédito fundiário que discutiremos no próximo capítulo.

Se na década de 1970 a prática de expulsão de trabalhadores consistiu na destruição de suas plantações, como discutido no primeiro capítulo, na década de 1980, outra prática denunciada pela CPT consistiu no uso de agrotóxicos. Junto à denúncia, a Pastoral não deixou de realizar a crítica ao uso indiscriminado de veneno, facilitado pela instalação de multinacionais no Brasil, como já mencionado:

O uso indiscriminado de desfolhantes químicos ameaçam a vida de centenas de famílias de posseiros em Rondônia. A “nova” técnica para ameaçar e expulsar posseiros está sendo usada por latifundiários nas fazendas Estrela do Oriente, Colorado e Reunidas, em Rolim de Moura, 550 quilômetros de Porto Velho. Consiste em despejar de avião o agrotóxico TORDON 2, 4-D, que contém Dioxina, produto altamente tóxico, um dos componentes do chamado Agente Laranja. A denúncia da utilização indiscriminada do desfolhante partiu de cerca de 120 famílias que ocupavam a fazenda Reunidas, de 4 mil hectares. Elas sofreram os efeitos do produto químico: coceiras, diarreias, infecções, problemas nos olhos e ameaças de aborto. Além disso, suas plantações foram inutilizadas, pois em contato com as plantas o Tordon penetra nas folhas e raízes, entupindo os canis e impedindo a circulação da seiva vegetal. Em consequência, os vegetais acabam morrendo. Em seu lugar, os fazendeiros querem plantar capim. A denúncia atingiu os órgãos governamentais, que verificaram a irresponsabilidade desses latifundiários. A concentração do produto na região foi tão grande que o diretor do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Jonas de Paula e Silva, como tendo determinado a aplicação do Tordon sem levar em conta o curso de água que corta a propriedade em toda a sua extensão. Essa água, agora contaminada, é responsável pelo abastecimento de mais de 200 mil pessoas que habitam as cidades de Ouro Preto D’ Oeste, Ji Paraná e Presidente Médici. Em Rondônia os agrotóxicos podem ser comprados facilmente, inclusive em supermercados. Soma-se a isso a falta de fiscalização, a inércia das autoridades quanto à violência dos latifundiários contra os posseiros e quanto ao desmatamento indiscriminado, e tem-se um vasto campo de atuação impune desses latifundiários<sup>178</sup>.

No decorrer da década de 1980, a organização dos trabalhadores em mutirão não se deu apenas em relação aos casos de violência e pela CPT. No jornal Tribuna, a referência sobre a formação de mutirões pela nova administração, para o trabalho de abertura de ruas e construção de pontes, revela o protagonismo dos trabalhadores na localidade mesmo após a instituição municipal. Porém, a preocupação com o combate à criminalidade fica explícita nesse período. Na reportagem “Rolim cresce”, um vereador chegou a enaltecer o mandato do prefeito Raupp tendo como base uma suposta diminuição do índice de criminalidade na cidade:

---

<sup>178</sup> Fonte disponível nos site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino). Pasta Conflito Fazenda Reunidas, s/d.

Durante o período em que Valdir Raupp de Matos está à frente do poder executivo rolimourense, a cidade vem experimentando um período áureo de progresso sem precedente na sua curta história de emancipação política. “O alto grau de criminalidade sofreu uma queda acentuada, depois das eleições de 84, e isto vem a comprovar que Rolim necessitava de um prefeito que mantivesse um contato estreito com o povo, sendo que hoje o que reina é o diálogo”, acrescentou o edil<sup>179</sup>.

Ao que parece, uma das maiores críticas realizadas à administração do INCRA, além da falta de infraestrutura, era a criminalidade que assolava a localidade. Em uma das reportagens, o deputado Federal Expedito Júnior, na crítica a uma chacina de posseiros em área de fazenda, mencionou “A chacina de Rolim marca mais desafio a ser vencido pelo novo governo estadual, visto que nas palavras do edil Junior a administração Teixeira sempre fechou os olhos para este tipo de acontecimento”<sup>180</sup>. As reportagens, nessa direção, evidenciam outra face da localidade, diferente daquela narrada pelo executor do INCRA cujos conflitos foram minimizados.

Embora algumas reportagens apresentem como motivo das disputas questões distantes da realidade que estava colocada, em outras há a referência às disputas por terra, tendo como crítica a distribuição empreendida pelo INCRA. Na reportagem “INCRA: a vergonha de Rondônia”, um vereador de Rolim de Moura expôs sua crítica em relação à autarquia, dizendo “O INCRA se tornou a vergonha para o povo rondoniano”, disse, pois este órgão veio para regularizar a distribuição de terras não para vendê-las, concluiu o vereador. Conforme declarou o edil, os homens que comandam o órgão são simplesmente negociadores de terras, pessoas sem moral, que se vendem por ninharias”<sup>181</sup>.

Os trabalhadores estariam participando do trabalho de mutirão, porém, não tardou e o fluxo à cidade passou a ser criticado pelo prefeito e pelo governador do Estado. O acentuado fluxo migratório direcionado a Rolim de Moura e a outras cidades incomodou o prefeito e o governador. Na reportagem noticiada pelo Jornal Brasil sob o título “Rondônia está sem terra para mais migrante”, o pronunciamento do prefeito criticava um suposto “despacho” que o prefeito de Iporã/PR teria realizado de 108 trabalhadores, chamados na reportagem de “bóias-fria” (trabalhadores rurais e volantes), excedentes das frentes de trabalho criadas para mitigar os efeitos da seca que ocorrera naquele Estado, “Primeiro, foram as famílias expulsas de Itaipu: agora, são as vítimas da seca. Esse pessoal vai ter de se abrigar em casa de amigos ou esperar o INCRA”, explica o prefeito Valdir Raupp<sup>182</sup>. O intenso fluxo migratório certamente

<sup>179</sup> Reportagem “Rolim cresce”, Jornal Tribuna Popular, 25 de junho de 1985, p. 8.

<sup>180</sup> Reportagem “Chacina em Rolim: 7 mortos”, Jornal Tribuna Popular, 16 de maio de 1985, p. 1.

<sup>181</sup> Reportagem “INCRA: A vergonha de Rondônia”, Jornal Tribuna Popular, 02 de maio de 1985, p.1.

<sup>182</sup> Reportagem “Rondônia está sem terra para mais migrante”. Jornal do Brasil, 16 de fevereiro de 1986, p. 1.

o preocupava frente às lutas que já estavam colocadas, e os trabalhadores que chegavam eram associados à criminalidade na cidade.

No mesmo ano, 1986, não era apenas o prefeito que associava os trabalhadores à criminalidade. As lutas que estavam colocadas e a organização dos trabalhadores, seja pela igreja ou pelo sindicato, certamente pressionaram o INCRA a emitir sua opinião a respeito. A reportagem traz a notícia sobre a manifestação dos trabalhadores em frente ao INCRA de Rolim de Moura. Tal ação foi noticiada na reportagem “Posseiros expulsos”. Após o título, uma imagem desses com foices erguidas e, logo abaixo da imagem, uma frase: “Dezenas de posseiros reunidos de frente ao INCRA de Rolim de Moura RO. Um problema social ou policial”?

Torna-se comum a presença de concentração de posseiros em determinados órgãos públicos em nossa região, como forma de pressionar setores do governo para a busca de soluções para um grave problema social, que vem se alastrando sem qualquer solução a curto prazo. Ameaça e tomam atitudes desafiadoras, relegando a ordem social a segundo plano, e quase sempre são acobertados por instituições civis e até religiosas que os usam para interesses próprios ou com o propósito de subverter a ordem. Assim o tempo vai passando e esse povo continua na sua arrogância, adentrando imóveis de grande extensão, e com o tempo, estarão adentrando lotes de 21 alqueires ou nossas próprias casas. Dar um basta é preciso<sup>183</sup>.

Pela reportagem, fica claro o posicionamento contrário da autarquia à organização e à manifestação dos trabalhadores. Para o INCRA, não apenas os trabalhadores, mas também a igreja e o Sindicato foram associados não aos problemas sociais que assolavam, mas a caso de polícia e, incisivamente, a reportagem dizia: “Dar um basta é preciso”.

Todas essas fontes permitem refletir sobre as disputas nas relações de dominação que estavam colocadas, que se constituíram nos espaços da cidade recém-institucionalizada. Relações que não são fixas nem eternas, por isso se refazem continuamente sempre na tentativa de manutenção ou ruptura do poder adquirido. Isso fica claro nos registros contidos nas atas da câmara municipal que demonstraram outras tensões relativas a demandas de moradores como estradas rurais, água, energia, transporte gratuito aos professores e agentes de saúde que se deslocavam para a área rural estão entre as demandas colocadas no ano de 1985.

Compreendemos que as atas em si não traduzem as tensões, mas indicam que os trabalhadores empreenderam lutas pelo reconhecimento de seus espaços. Isso fica mais

---

<sup>183</sup> Fonte disponível no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino) em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>>.. Datada como: Rolim de Moura, sábado, 26 de Abril de 1986 e detalhada como “Cópia do INCRA da localidade”. Possivelmente trata-se de uma reportagem noticiada em jornal local. A reportagem não apresenta o nome do jornal.

evidente a partir da narrativa de Maria que, além de apontar para situações de violência, evidenciou os problemas que a nova administração estava enfrentando com relação à falta de água e energia. Maria traz, em sua memória, as condições daqueles que chegaram ainda na década de 1970 significadas enquanto dificuldades, o que a impossibilitou de desenvolver outras atividades além daquelas restritas aos serviços domésticos:

Maria: Quais atividades vocês desenvolveram?

Cátia: Eu sempre fui dona de casa né, minha filha é um ano e pouco de diferença imagina, naquele tempo a gente não tinha fogão a gás, era tudo fogão a lenha, você buscava água, na época que eu tinha minhas menina pequena eu passei um sufoco, era uma dificuldade de água tão grande, quando era na seca assim, secava tudo, a gente ia lavá roupa em corgo, eu morava ali em baixo, eu num pensava, eu vim lavá roupa ali, eu e a mulherada, tinha uma mina ali em baixo, ai aquele monte de mulher, gente com bacia, gente com menino, bacia de roupa, balde pra trazê água, era um sofrimento, sofrimento, sem energia, sem água, depois com o tempo aquelas pessoas que tinha mais condições comprava motor e quem não tinha era querosene ou então óleo diesel, comprava no posto de gasolina pra queimá pra alumia de noite, pra clareá a casa a noite<sup>184</sup>.

Para Maria, as condições vividas no período, de restrição de água e energia, significaram, além de uma vida sofrida por buscar água e lavar roupas em córregos, uma vida restrita ao ambiente doméstico, já que diante dessas adversidades era impossível, enquanto mãe de três filhas, desenvolver outra atividade. Nessas condições, apenas seu esposo trabalhava como pintor, anunciante e carpinteiro. Porém, essas questões adquirem tais significados para Maria no presente, haja vista que é a partir dele e das condições que vivencia que ela narra todas essas questões. Em sua memória, as lembranças desse período, em que, apesar das dificuldades, estava marcado pelo contato com a natureza, com as amizades que se constituíram ao fazerem dos rios seus lugares de lazer aos finais de semana, ao mesmo tempo, situam, no presente, que a falta de estudo não lhe possibilitou ter uma profissão. Separada, Maria se mantém por meio da venda de cosméticos e da ajuda de uma das filhas. No momento da entrevista, não escondeu sua preocupação com a idade e com a dificuldade em aposentar-se. Maria terminou o ensino médio após separar-se e durante a entrevista compartilhou os sonhos não realizados materializados na vontade de cursar o ensino superior.

Além de Maria, para vários outros trabalhadores, no campo e na cidade, não ter estudado aparece nas narrativas como algo que no presente é significado como uma falta, como se no passado essa expectativa estivesse colocada, sendo que, para muitos, o trabalho é que se colocava enquanto expectativa. O fato de a educação ter se colocado enquanto

---

<sup>184</sup> Entrevista realizada com Maria em 02 de maio de 2016.

expectativa no horizonte desses trabalhadores dá sinais de mudanças que passaram a ocorrer na relação campo e cidade. Em ambos, a educação foi vivida enquanto privação. No campo, por falta de escolas e na cidade a falta de água e energia impossibilitaram, de diferentes formas, o acesso à educação. Para Maria, a lida diária com o cuidado das filhas e as atividades domésticas dificultadas pela falta de energia e água encanada tornou seus afazeres mais trabalhosos:

Maria: A gente não tinha poço, a gente buscava água não tem aquele Corguinho que passa ali do lado (local que hoje está a Caixa econômica) aquilo ali era a coisa mais gostosa, molecada brincava o dia inteiro, mulherada lavava louça, vixi, era cheio de árvore, tinha uma pontinha, do lado de lá, era tudo mato pra lá, então tinha uma olaria, de tijolo, era tudo mato, era tudo mato. Então tinha água sempre friinha porque aquelas mata né, tudo em volta assim bem gostoso. Esse rio podre que hoje tem aí, era nosso rio que todo mundo tomava banho, tudo limpinho não tinha nojeira não tinha nada, a água branquinha, geladinha. Vem a mudança que vem, vem como se fala, a civilização, vem assim o desenvolvimento, mas vem também a destruição [...] as data era tudo cheio de mata, naquele por aqui assim isso tudo era mato, só tinha umas casinha, mas carreiro, trieiro, marcação de data, aquelas coisa [...] a gente lavava roupa tudo lá beirano o rio. Os rios que passam a cidade, os corgos não eram poluídos igual hoje, não era calor igual hoje, igual as pessoas desmatou muito então hoje é muito quente só tem mais asfalto. Hoje tem mais facilidade assim em termos de saúde, de alimentação, tipo assim de facilidade, de uma máquina pra você lavá roupa, coisa assim em termo de, eletrodoméstico, tv era mais difícil, quem tinha, era poucos que tinha, mas assim aquele tempo era mais gostoso que hoje, por mais dificuldade que tinha, se tinha mais liberdade não tinha quase esses roubo que tem hoje [...] Era um sofrimento aqui. Num tinha luz, antigamente nem motor não tinha, a pessoa que não tinha motor, era tudo na vela, na lamparina, televisão era aquela televisão preto e branco de 12 polegada aí tinha bateria né, nós levava na casa da bateria pra carregá, aí eu nunca esqueço, eu gostava muito de assistir mini série, a bateria nós tinha, começava acabar eu falava ó a bateria, ta acabano, aí levava né, aí carregava pra gente assisti novela, as coisa, era assim. Aí depois teve as pessoas que começô compra motor<sup>185</sup>.

Ao falar sobre o que vivenciou, Maria evidencia diversos elementos para a compreensão das mudanças trazidas no decorrer do processo histórico na localidade, a poluição dos rios, o desmatamento. Os locais citados por ela nos quais lavava roupa e buscava água são córregos que precisaram ser canalizados para a construção das ruas da cidade. Na dinâmica das transformações narradas, os sentidos trazidos em sua memória atribuem às mudanças certas melhorias, mas que causaram destruição. Nesses espaços foi sendo construída a valorização de áreas cortadas por rios, córregos e igarapés, transformados a partir dos projetos de canalização que tornou os espaços acessíveis, porém, modificou seu valor de uso em valor de troca. Assim, esses projetos ligam-se diretamente aos interesses de estimular, nesses espaços, outras formas de ocupação por meio da valorização comercial. Estas intervenções foram se firmando como modelo de como viver a cidade, tornando comércio o

<sup>185</sup> Entrevista realizada com Maria em 02 de maio de 2016.

que antes era tido enquanto espaços de lazer, ao mesmo tempo que foi determinando normas àqueles que utilizavam os rios para lavarem roupa e buscarem água.

A redefinição dos espaços foi de encontro ao projeto de abastecimento de água na cidade pela Companhia Caerd, que ocorreu após a emancipação política. Porém, não tardou a ter início os conflitos em torno do alto custo cobrado pela distribuidora. Em 1985, o Jornal Tribuna Popular<sup>186</sup> se encarregou de ressaltar o alto custo da taxa cobrada pela distribuidora. A justificativa levantada pelo engenheiro da Caerd era de que a água em Rolim de Moura precisava de tratamento a base de cal, Sulfato de alumínio e cloro, e a capitação ficava distante da cidade, portanto, tinham um alto custo com óleo diesel. A projeção/demanda era que a população reivindicasse aos vereadores que a captação fosse realizada em um rio da cidade, que estava pendente devido à falta de conclusão da obra de posteação. Em todas estas questões verificamos como os projetos relativos ao campo e à cidade foram se firmando.

Nesse processo, a falta de água e energia significava para as pessoas diversas privações que não ficavam restritas aos trabalhos domésticos e a momentos de distração como assistir a TV, mas a outras questões como as trazidas por Anália. Anália, homeopata, 46 anos, chegou a Rolim de Moura aos 13 anos com sua família, em 1984. Vindos do Mato Grosso do Sul, à família coube o trabalho nas madeireiras locais, já que sua mãe desistiu da terra que lhe foi designada pelo INCRA diante dos diversos conflitos que ocorria no período na localidade de Espigão do Oeste. Enquanto tios e irmãos se empregaram nas madeireiras, ela e a mãe se constituíram trabalhadoras domésticas. Desse modo, nas experiências enquanto moradora de um bairro formado de colônias em meio a matas (casas conjuntas construídas por madeireiros), à sua estruturação por meio de casas particulares, possibilitadas por meio da compra a prazo, construiu sua vida e de sua família, sempre no espaço da cidade que se constituía. Para essa entrevistada, a falta de energia significou interromper os estudos, já que os geradores de energia funcionavam até determinada hora do dia, entre às 16h00minhs e 17h00min, e coincidia com o período em que trabalhava. A impossibilidade de estudar no período noturno limitou sua formação frente à necessidade de trabalhar:

Cátia: Quais trabalhos você desenvolveu nessa trajetória?

Anália: O primeiro emprego meu mesmo foi cê empregada doméstica, porque naquela época até estudo era ruim pra nós aqui, aqui só existia duas escola quando nós chegô, o Cândido Portinari, era longe, longe, e aquela época existia três horário de escola, era longe pra gente ir estudá, a gente tinha que saí, eu estudava das sete as dez e meia, depois das dez e meia até uma hora, ou então da uma hora até as cinco, por causa da energia, à noite não tinha, tinha as vez mas assim, algumas pessoas que

---

<sup>186</sup> Reportagem “O problema de água em Rolim”, Jornal Tribuna Popular, 01 de março de 1985, p. 4.

queria dá aula né, pra ensiná, dava assim, lá na igreja lá, mas a gente era criança e ia de manhã, e era o Candido Portinari e o Aluísio, são as duas escolas<sup>187</sup>.

Nessas relações, tanto os trabalhadores do campo quanto os da cidade apontam para a educação enquanto privação. A referência à educação promovida pela igreja fez parte do projeto de alfabetização ocorrido em todo o Estado, como veremos. Tal projeto precisa ser visto como uma necessidade, tendo em vista que a educação não estava no horizonte da classe trabalhadora no período, mas sim o trabalho.

Já a importância e os significados que a eletrificação adquiriu na vida de Maria e Anália precisam ser situadas no presente. Para elas, não é a eletrificação em si que adquiriu significados, mas as projeções em termos de mudanças nos modos de viver que tiveram que ser alterados ou que, no presente, são interpretados como modos de vida que precisaram ser alterados. O modo como narram, por sua vez, está associado ao que visualizam no presente ou na falta do que, em suas concepções, poderiam ter adquirido ou se tornado caso, no passado, a possibilidade de estudar estivesse colocada. Projetaram na alfabetização a resolução da situação colocada no presente, sendo que, no passado, o trabalho e não o estudo se colocava no horizonte. As experiências lhes possibilitavam leituras de mundo, tornando a alfabetização em si desnecessária. Assim, o projeto de alfabetização sistematizado pela CPT dá mostras de um momento de necessidade dos trabalhadores buscarem, por meio do estudo, alternativas.

Em ambas as entrevistadas constatamos o que aponta Portelli sobre o trabalho de construção da memória pautado nas contradições vividas, quando o autor pontua que “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

No caso de Anália, a referência à educação é narrada ao perguntar-lhe sobre as formas de trabalho desenvolvidas por ela, o que evidencia a relação que a entrevistada realiza entre a falta de estudo e as condições de trabalho que precisou desenvolver e como se constituiu trabalhadora nesse processo, a partir de projetar, no momento da narrativa, expectativas do que poderia ter se tornado se, no passado, estivesse estudado.

Nesse processo, é preciso situar que, para os empresários do campo e da cidade, a eletrificação era importante porque proporcionaria o que, de modo naturalizado, convencionou-se chamar de desenvolvimento. Para os trabalhadores, esse processo de eletrificação, como vimos a partir de Maria e Anália, também era importante, porém, o que

---

<sup>187</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

marca a diferença entre eles não é necessariamente a eletrificação, mas o interesse no modo de viver, naquilo que se projeta em termos de mudança, da vida.

Nessa direção, o mesmo projeto teve sentidos e significados diferentes para cada um deles, dando mostras de que, para compreender o processo histórico, é preciso se despir de maniqueísmos e da dicotomia da classe dominante versus classe trabalhadora, como se a classe dominante não dependesse dos trabalhadores para existir. Ao contrário, a dependência é criada pela expropriação que se constitui no bojo das relações que, ao se tornarem naturalizadas, perde-se a dimensão das mudanças e da transformação nas relações que estão colocadas ou fixa-se a imagem de que determinados projetos foram pensados a partir dos interesses apenas da classe dominante. As entrevistas apontaram que o projeto de eletrificação foi abraçado pelos trabalhadores. O que é necessário explicitar é a maneira como os projetos constituíram sentidos e significados aos que estavam envolvidos.

Nessa direção, Anália explicita como a demanda por energia estava colocada como uma reivindicação da população:

Anália: Na nossa época nós não tínhamos essa energia de linhão, era Ceron né, e era justo aqui no nosso bairro então se começasse faltá muita energia no nosso bairro a gente fazia, juntava as pastorais e ali se reunia pra cobrá das autoridades que nós não poderíamos ficá sem energia no bairro né, muitas pessoas chegavam aqui não tinham onde morá se reunia as pastorais das igreja e ia atrás pra podê dá um, um rumo aquela família que chegava né. Hoje não, hoje a gente vê que é cada um pra si e Deus pra todos [...] A nossa procissão, quaresma, era de reclamar, nós parava de frente a Ceron fazê protesto, nós juntava a igreja tudinho e ia tudo pra frente da Ceron, a nossa oração era essa, porque tá faltano energia, sobre água, faltava água, sobre a saúde, ia pra frente lá ó, juntava aquele monte de gente<sup>188</sup>.

A entrevistada traz, em sua narrativa, diversas questões que evidencia como, a partir da necessidade de energia, as pessoas, usando inclusive de forças institucionalizadas, por meio das pastorais, cobravam das autoridades locais essa demanda. Esta narrativa, ao mesmo tempo, situa a dinâmica de organização e de reivindicação das pessoas na localidade, o papel da igreja e a dimensão de como o projeto de eletrificação não consistia em uma projeção vinda exclusivamente da classe dominante. A luta em torno do fornecimento de energia traduz a proposta que a igreja progressista tinha em articular o evangelho às necessidades que se apresentavam, por isso a entrevistada menciona o ato religioso, procissão, em período da quaresma, como um ato de luta realizado na rua em frente a Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia), que fornecia energia de forma limitada e com alto custo.

---

<sup>188</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

Aos trabalhadores coube a organização e a reivindicação da demanda, e a faziam às autoridades constituídas. Nesse processo, estas mesmas autoridades passaram a encampar tais projetos a partir da criação das chamadas PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas). A entrevistada, nessa direção, evidencia as impossibilidades dos trabalhadores levarem à frente tal projeto, primeiro pela falta de recursos e por representatividade política. Estas questões estiveram acessíveis às autoridades envolvidas que, dispendo de capital, constituíram-se enquanto força política na localidade.

Esta questão fica ainda mais clara quando a entrevistada menciona que, entre os trabalhadores, nem todos tinham recursos para a compra de motores que gerassem energia, haja vista seus custos, quanto mais a possibilidade de levarem à frente projetos de geração de energia. Embora a energia elétrica tenha sido proporcionada por meio das PCHs, Anália menciona que ela só chegou completamente nos bairros e na área rural da cidade a partir do ano 2000, com o programa Luz para todos do Governo Federal, o que demonstra os limites e contradições presentes na sistematização do projeto e como, por muito tempo, foi seletivo em termos do beneficiamento da população.

A demanda e as reivindicações dos trabalhadores certamente serviram como pressão e, ao mesmo tempo, como possibilidade de os poderes constituídos levarem a frente tal projeto. Diversas reportagens passaram a ser noticiadas nesta direção, apontando para os acordos que os políticos locais estavam a fazer com o governo do Estado para sanar tal demanda. Em diversas reportagens no período, a projeção, junto ao governo do Estado na resolução do racionamento de energia, colocava-se colocava como novo projeto no horizonte. A partir daí, tanto a nível estadual quanto local, a produção de energia passou a ser enfatizada. A reportagem “Rolim de Moura hoje uma cidade amanhã uma grande metrópole”, explicita essa ênfase:

[...] o progresso fantástico desta cidade menina é consequência do esforço consciente e arrojado da iniciativa particular. Não há estradas satisfatórias para escoamento da crescente produção agrícola. Falta quase tudo em matéria de infraestrutura administrativa [...] O maior problema da região amazônica é a falta de energia elétrica suficiente. Toda a energia da região é gerada com usinas a base de petróleo<sup>189</sup>.

As PCHs estão localizadas na cidade de Alta Floresta Do Oeste a aproximadamente 45 KM de Rolim de Moura. A escolha da localidade está atrelada à disponibilidade de água e a condições propícias para sistematização das hidrelétricas a partir do Rio Branco, além da

<sup>189</sup> Reportagem “Rolim de Moura hoje uma cidade amanhã uma grande metrópole”, Jornal Tribuna Popular, 08 de setembro de 1984, p. 3.

proximidade dos locais nos quais a família Cassol possui atuação por meio de outras atividades econômicas e políticas. Vale ressaltar que a ênfase na produção de energia coincide com o período em que teve início outros planejamentos para o campo e a cidade. Em relação ao campo, as apostas passam a ser na produção cafeeira, porém, não demorou e foi substituída pela pecuária, o que foi de encontro com as projeções relativas à cidade e à industrialização. Essa relação fica expressa na reportagem a seguir:

Valdir Raupp falou as pessoas presentes sobre a necessidade de se implantar no município um novo parque industrial com ampla área, a fim de dar suporte a novas empresas que futuramente venham se instalar no município, Valdir Raupp salientou ainda que a pequeno prazo o município não tem condições de incentivar a implantação de novas empresas e um dos motivos desse impedimento é em função do acesso pela falta de asfalto. A energia também é um fator importante para que as novas empresas tenham interesse em se instalarem, observou. Raupp abordou ainda a paralisação da obra de asfaltamento da rodovia 010 que liga Pimenta Bueno a Rolim de Moura, faltando 23 quilômetros para o asfalto atingir a sede do município<sup>190</sup>.

Tal reportagem tratava-se de uma reunião com a secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia para discutir sobre perspectiva e potencialidade para o desenvolvimento da indústria e comércio em RO. Embora falasse sobre o potencial cafeeiro do Estado, a ênfase esteve relacionada à estruturação de indústrias no município que, nas décadas seguintes, estruturaram-se ligadas ao ramo de laticínios e frigoríficos. Para tanto, a produção de energia era fundamental.

Assim, buscamos, nesse capítulo, situar as mudanças vivenciadas pelos trabalhadores. Vimos que a dinâmica estabelecida na localidade por eles e outros agentes, dentre eles madeireiros e atravessadores, ao mesmo tempo que sinalizou para melhorias a partir da abertura de estradas, coincidiu com um momento em que as condições de permanência no campo eram cada vez menores. Para isso contribuíram diversos outros fatores, como a falta ou a dificuldade de suprir financiamentos, a política de preço mínimo, e a impossibilidade de escoar a produção.

Pressionados pelas condições e pela própria autarquia que lhes exigia maior produção, estes trabalhadores vivenciaram dificuldades diversas que foram inviabilizando a permanência no campo. Isso concorreu para um processo tanto de concentração fundiária quanto de acumulação por aqueles que chegaram a partir da década de 80 e tinham condições de investir. Todos esses elementos apontam para uma reorganização do campo e para a

---

<sup>190</sup> Reportagem “Rolim: perspectiva para o progresso”, Jornal Tribuna Popular, 17 de setembro de 1988 p. 4.

configuração de outra dinâmica ainda na década de 1980. Sinaliza para isso o desenvolvimento de outras atividades econômicas e a proposta de constituição urbana. Assim, questionamos o que teria ocorrido com os trabalhadores que, impossibilitados de permanecerem no campo, precisaram vender suas propriedades e como essa nova dinâmica repercutiu na vida daqueles que permaneceram.

Tendo em vista esse processo, no próximo capítulo discuto, a partir de elementos evidenciados pelos trabalhadores, como se organizaram para resistir às mudanças em seus modos de viver e trabalhar nas relações entre campo e cidade.

### CAPÍTULO 3

#### **OS TRABALHADORES SE ORGANIZAM: FORMAS COLETIVAS DE LUTA E AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO E NA CIDADE (1985-2000)**

A explicação histórica não revela como a história *deveria* ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma "lei", nem são os "efeitos" de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo. E assim por diante. E muito mais (THOMPSON, 1981, p. 61)

Vimos, no segundo capítulo, que as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores foram inviabilizando a permanência no campo. Questionamos o que teria ocorrido com os trabalhadores que precisaram vender suas propriedades e como essa nova situação repercutiu na vida daqueles que permaneceram na terra ou que chegavam de outros lugares naquele momento. Tendo em vista esse processo, este capítulo tem como objetivo discutir a partir de elementos evidenciados pelos entrevistados como as mudanças nas relações sociais capitalistas modificaram modos de viver, trabalhar e lutar no campo e na cidade.

Por mudanças nas relações sociais capitalistas compreendo o conjunto de pressões vividas por eles que lhes exigiu o desenvolvimento de outro tipo de produção na lavoura em razão das exigências do capital como forma de aumentar e intensificar a exploração sobre eles.

Compreendo o processo histórico como um processo dinâmico e em movimento, que se constitui à medida que mudam as relações. Estas, por sua vez, modificam-se a partir das pressões sofridas e exercidas pelos trabalhadores. Toda vez que os interesses capitalistas são ameaçados, exige-se a transformação dos meios de produção e das práticas dos trabalhadores de modo a não desacelerar o processo de acumulação. Isso ocorre por meio das relações que vão sendo travadas, portanto, não estão dadas, mas constituídas num processo de luta de classes.

Nessa direção, interesses que, num primeiro momento, apresentaram-se individuais, expressos no âmbito familiar, no desejo de prosperar, passaram, a partir de uma dinâmica histórica, somar com outros interesses semelhantes, tornando-se coletivos. Na localidade estudada, tais relações estiveram pautadas em conflitos permanentes que mudaram em função

da resistência dos trabalhadores frente a distintos interesses, ora voltados à agricultura, ora à exploração da madeira e ao avanço da pecuária extensiva. Busquei, assim, pontuar as mudanças ocorridas marcadas por conflitos permanentes, porém distintos. Interrogo qual o sentido tiveram as mudanças das relações sociais capitalistas e como repercutiram sobre os trabalhadores, assinalando para a constituição de formas coletivas de luta.

### 3.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NO PROCESSO DE MUDANÇAS NAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO CAMPO

Não podemos compreender o processo de mudança ocorrido no campo sem considerar as experiências daqueles que vivenciaram e tiveram seus modos de vida e trabalho transformados. No decorrer da década de 1980, o Estado de Rondônia continuou recebendo pessoas de diferentes locais em busca de terra e trabalho, principalmente em madeireiras e serrarias, que, na época, somavam mais de cem só em Rolim de Moura<sup>191</sup>, constituindo, assim, a alternativa de trabalho aos que chegavam e não conseguiam terra. Esses deslocamentos desagradaram o prefeito e o governo do Estado e os trabalhadores que chegavam eram estigmatizados.

Anália, quem citamos no segundo capítulo, chegou na cidade em 1984. Sua mãe teve uma terra designada pela autarquia, mas desistiu frente aos conflitos que ocorriam no período. Por temer pela vida da família, a alternativa foi enfrentar as formas de trabalho disponíveis àqueles que chegavam sem recursos e estudo:

Cátia: Conta um pouco da trajetória de sua família para Rondônia

Anália: Chegamos em 1984 aqui em Rolim de Moura, dia vinte e oito do três, até lembro, dia vinte e oito do três de mil novecentos e oitenta e quatro e com a família né, num pau de arara, e aqui aquela época era assim, o sonho de todo mundo era tê a sua terra né, então nós viemo, nossa família, os avós já vieram já atrás de terra né, mas chegan aqui já era outra coisa, já foi outra, chegan aqui nosso foco já mudô, nós não tinha onde morá aí tivemo que morá em casa dos outro, tudo misturado até consegui uma casa na colônia, mas aqui aí tinha as serraria, aí partimo pro ramo de serraria né porque aqui já foi a capital da madeira né, então era uma região de muita floresta então não precisava i longe né, nós chegô na, na nossa rua aqui mesmo só tinha aquela casa ali que minha mãe mora e mais uma outra aqui no fundo, era duas casa, quando nós chegô aqui era mata virgem, nós andava de bicicletinha um atrás do outro (risos)<sup>192</sup>.

Anália apresenta uma trajetória marcada pela frustração em não realizar o sonho de adquirir a terra. Embora interprete o fato de precisar trabalhar em serrarias como mudança de

<sup>191</sup> Informações presentes em vídeo disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=xhkCrPz5\\_GU](https://www.youtube.com/watch?v=xhkCrPz5_GU)>.

<sup>192</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

foco, as condições pelas quais sua família ficou submetida possui relação com o conjunto de mudanças delineadas no campo no decorrer da década de 1980, acrescida de violência e de poucas escolhas.

Oferecer casas nas denominadas colônias foi uma estratégia utilizada pelas empresas madeireiras para atrair mão de obra, já que a situação de vulnerabilidade quanto à moradia e ao trabalho constituíam os principais problemas daqueles que, como a família de Anália, não tinham onde ficar, trabalho e recursos para retornar. No período, a exploração da madeira servia aos interesses de madeireiros e de grandes empresas do centro do país. Por esse motivo, alguns trabalhadores narraram como, em partes, o interesse pela terra estava atrelado à exploração da madeira. Posteriormente, a terra era abandonada e ficava propensa à ocupação. Fato reconhecido e divulgado pela imprensa: “Em Rondônia foram licitados mais de mil lotes de 2 mil hectares, durante a década de 1970, mas poucas propriedades foram efetivamente aproveitadas, na maioria foram retiradas a madeira e permanecem isso a especulação, sem nenhuma destinação produtiva e social”<sup>193</sup>.

Anália indica como o assassinato do Padre Ezequiel Ramin<sup>194</sup> serviu para quebrar a resistência dos trabalhadores que lutavam por terra. Permanecer nas áreas de conflito implicava arriscar a vida:

Anália: Tá certo que algumas pessoas que ficaram num morrero naquele conflito mas aí, mas o INCRA fez a sua parte, hoje muitas pessoa vem e fala ó hoje vocês podia tê ficado hoje vocês tavam com seus alqueire de terra mas é assim é, uns luta outros desiste né [...] num sei se você já ouviu falá né do Padre Ezequiel que foi assassinado na região de Cacoal no de, ano de oitenta e quatro, quando nós tava aqui foi no ano que nós chegô, que veio um padre missionário né, que veio da Itália e ele trabalhava junto com os posseiro e ele foi assassinado né, brutalmente por ignorância por caso de terra né, porque inclusive ele veio prá conversá apenas, veio desarmado e foi atacado e morto ali mesmo no local né, mas hoje, até hoje as primeira pessoa que conseguio a terra tão ali né, conseguio resisti mais infelizmente o padre foi alvejado e não sobreviveu. Pra que não houvesse resistência né<sup>195</sup>.

Positivar as ações do INCRA o isenta de responsabilidade quanto à violência, desconsiderando que, em muitos casos, a própria autarquia designava terras em área de

<sup>193</sup> Reportagem “Justiça federal decidi futuro dos Sem terra”, Jornal Alto madeira, 07 de junho de 1994, p. 5.

<sup>194</sup> O Padre Ezequiel Ramin foi um missionário comboniano que veio da Itália para o Brasil. Ele atuava na cidade de Cacoal e foi assassinado em julho de 1985 por sua opção em defender a população indígena e posseiros em RO. A memória sobre esse acontecimento pode ser identificada em diversos lugares e cidades do estado de Rondônia, materializada no nome de escolas, como a Escola Estadual Padre Ezequiel Ramin (Alta Floresta Do Oeste), EFA (Escola Família Agrícola Padre Ezequiel Ramin em Cacoal). Em institutos: Instituto Padre Ezequiel Ramin. Projeto: Projeto Padre Ezequiel Ramin (Ji Paraná) e Acampamento: Acampamento Padre Ezequiel Ramin (Mirante da Serra). Além de Rondônia, há, em outros Estados, diversas entidades culturais, sociais que levam o nome de Ezequiel Ramin.

<sup>195</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

conflito. Lidar com isso pareceu contraditório para entrevistada. Embora sua mãe seja exemplo de um caso assim, afirmar “que o INCRA fez sua parte” ameniza seu envolvimento nos conflitos. A figura do padre, por mobilizar ações de luta e resistência, foi lembrada como símbolo da luta dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, seu assassinato é visto como tentativa de contenção das organizações no Estado. Algo que não ocorreu apenas em Rondônia. Matar lideranças configura-se uma prática recorrente de grupos dominantes.

Gilberto, já citado no segundo capítulo, chegou com sua família em 1986, porém, em condições diferentes. Sua família dispunha de recursos para a compra da terra e levaram consigo animais. Situou, durante a entrevista, sobre as condições daqueles que precisavam sujeitar-se às situações de conflito para conseguirem uma propriedade:

Cátia: Então a terra de vocês foi por meio da compra?

Gilberto: Tinha terra pra pegar do INCRA mas já era mais longe, aí pra dentro, em 86, aí tinha, muitos compadre do pai memo ganhou terra aqui pra dentro pro lado de Izidrolândia, aí até que ele quis passar pra ele também uma área, marcação lá, mas não tinha como cuidar lá né, lá tem que ficar cuidando né, marcação pra depois na hora que o INCRA passar pra pegar e regularizar. Aí ele acabô perdendo né, acabô perdendo porque... agora, eles que veio antes eles conseguio, eles conseguio, os compadre dele. Tinha muitos grileiros também né, tinha fazendeiros, alguns tinha área grande aí colocava os jagunço, os grande era os fazendeiro né, os fazendeiro, aí grilava ou matava os que tava em cima, possuindo a área né, pra tomar a área<sup>196</sup>.

Os conflitos inviabilizaram a permanência de muitas pessoas até que as propriedades fossem regularizadas pelo INCRA. Tratou-se de conflitos permanentes, revelando a extensão do problema agrário durante a década de 1980.

A família de Gilberto, sem as condições de pagar pela terra, teria enfrentado outras formas de trabalho ou ficado sem nenhuma propriedade, como a família de Anália. Adquirir terras pelo INCRA também implicava aceitar se deslocar para locais distantes, como já situamos.

Para a família de Gilberto, foi possível continuar sobrevivendo como feirantes. Em Rondônia, depositaram maiores perspectivas nesse trabalho, por se tratar de um local novo. Assim, a mudança foi compreendida como chance de novas oportunidades. Com os recursos obtidos com a venda da terra no Mato Grosso, conseguiram comprar uma área maior.

Já o trabalhador Edeonil, 46 anos, não ganhou nem comprou terra em Rolim de Moura. Deslocou-se do Paraguai para o Paraná e, posteriormente, para Mato Grosso do Sul até chegar a Rondônia. Ficou sabendo de Rondônia por meio de um tio que já havia se deslocado para lá. Junto com seu pai, desenvolveu diversas atividades, como trabalho por dia,

---

<sup>196</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho de 2016.

cuidador de fazenda e pescador. Do tio ouviam que, em Rondônia, havia bastante oferta de emprego devido às serrarias. Foi então que avaliou suas condições e, em 1986, mudou-se para lá:

Edeonil: Só que eu não entendia nada de serraria nem nada, eu trabalhava só na roça né, criado na roça [...] Aí meu tio ligou e nós viemo embora pra Rolim. Chegamo aqui em Rolim, nós viemo qué vê, a mudança nossa era um saco de panela (risos), era um saco de panela, um saco de roupa, num saco de ponhá café, marrado pelo meio, até na hora que mexia revirava ali cada um achava o seu e (risos) botava no coro e ficava com aquilo, aí um saco de panela e o que mais, ah uma bicicleta, nós não tinha nem dinheiro. Não, a bicicleta o pai vendeu, o pai vendeu a bicicleta véia que nós tinha, e viemo aqui pra Cerejeira, isso, direto pra Cerejeira, meu cunhado foi pra lá (Cerejeiras) meu tio queria que nós viesse pra cá (Rolim de Moura), mais daí meu cunhado tinha ido antes pra lá (Cerejeiras) e tava morando lá pra Cerejeira. Falou: olha tem um sítio aqui com quatro mil pé de café catuaí, quatro mil pé de café catuaí, e tem capoeira pra roçá, bastante pra plantar arroz, feijão, milho, eu tava com quinze anos, aí já juntemo as traia lá e vazemo, um carro da prefeitura que trouxe nós, nós foi até uma artura, depois pra lá pegamo uma carona e viemo meio remendano, chegemo em Cerejeira. Aí, ali sim, aí ali o pai já... fiquemo só uns quinze dia na rua só, fumo lá vê o sítio, saia na linha 5, na linha 5, nós tava na 5 (linha) lá no quilômetro 12<sup>197</sup>.

Ir para Rondônia trabalhar em serrarias foi interpretado por Edeonil como um desafio por tratar-se de um trabalho que nunca havia realizado. Havia receio em desenvolver esse tipo de trabalho, por não conhecê-lo. Mas a primeira experiência de trabalho em Rondônia foi como meeiro, numa cidade chamada Cerejeiras, a aproximadamente 287 Km de Rolim de Moura. Nota-se, aí, um trabalho da memória do entrevistado pautada na avaliação entre suas reais condições e o que possivelmente encontraria. Dessa relação, a escolha foi se deslocar para Rondônia mesmo sabendo que precisaria desenvolver formas de trabalho que não estava habituado. Esses elementos permitem perceber como o entrevistado interpreta sua condição enquanto trabalhador. As possibilidades de melhoria foram projetadas, ainda que, para isso, tivesse que realizar trabalhos que desconhecia.

Destaco, na entrevista com Edeonil, como ele descreve sua condição enquanto um trabalhador que não possuía muita coisa além da força de trabalho. Por esse motivo, precisava trabalhar no que aparecia:

Edeonil: Nós andava 10 quilômetro dentro da linha, chegamo lá uma casona, de assoalho alta, grande, mas não dava nem pra ver a casa, tinha que tirar com facão, os café, cê só via os assapeixe (mato), não via o café, só assapeixe, cada troncão de assapeixe assim (gesto com a mão). Aqui que é o café e tal e tal, abandonado, abandonado, fazia uns três anos que ninguém aparecia lá, o dono.  
Em 85. Aí, nós pegô e catemo as traia da rua, não tinha mudança quase nenhuma, quase nada, catemo um banquinho lá e vasemo pra lá, que nós fumo roçar a beira da

<sup>197</sup> Entrevista realizada com Edeonil em 10 de maio de 2016.

casa. Roça ali, descobri um pé de mexerica ali, um pezinho de laranja ali, um pé de Ingá aqui e fumo roçando em volta e limpando eles, e deixemo a casa em vista que tava, eu já peguei a enxada fui carpir em volta da casa pra não entrar bicharada pra dentro da casa, tinha muita aranha, coisarada que subia pela casa, o mato subia [...] Aí nós lá, mistura? Até nós ter um ovinho, até nós buscar um peixinho que era longe lá na fundiária lá num corguinho lá. Nós fazia isso, nós trabalhava o dia inteiro aí quando era cinco hora por aí, quatro e meia, rancava uma minhoquinha e corria lá pro corgo pegá um lambarizinho, um bagrinho, logo depois apareceu, depois que tava limpo, num sei de onde que veio, uma cachorrinha que deixaram aí, aí começamo tratar, menina do céu aquela cachorrinha não tinha bicho que ela não corria, paca? Paca ela achava em volta de casa intocada, cotia, essas cotia, era o nosso, era o nosso ganha pão aquela coitada daquela cadela, ela intocava a paca e nós podia tacá um cabo de alguma coisa, e matava e levava pra casa, intocava a cutia nós saindo do serviço nós matava e levava pra casa pra nós comer, a nossa cachorrinha, nossa, depois a onça comeu ela eu fiquei com tanta dó. Aí roçamo um alqueire e meio de capoeirão, e depois do roçado deu uma chuva, eu não sei da onde apareceu tanta flor naquele café. A turma lá falô que fazia tempo que não via uma flor naquela café, eu não sei da onde apareceu tanta flor naquele café, nós colhemo quarenta saco pilado de café catuaí<sup>198</sup>.

O trabalhador indica um lugar abandonado, tomado pelo mato, no qual, há algum tempo, não dispunha de cuidados devido à ausência de trabalho. Em seguida, constrói a imagem do lugar pautada em melhorias proporcionadas pelo trabalho realizado por ele e o pai. Relata a limpeza que possibilitou o contato com a natureza, sua dieta alimentar, composta por aquilo que conseguiam encontrar ou caçar, questões que informam sobre suas condições. Assim, a imagem do local, junto às mudanças proporcionadas, são atribuídas ao seu trabalho, indicando como, até então, o lugar não era nada.

A busca em legitimar a importância de sua presença na terra é reforçada quando indica a mediação do cão que representa o antes e o depois, um lugar abandonado para o habitado. E como os moradores compraram os resultados de seu trabalho com elogios. Essa experiência situa os significados do trabalho para Edeonil. O lugar abandonado passa a ser habitável, seguro e produtivo.

Sua construção narrativa traduz não apenas as mudanças que fez como os significados sobre seu trabalho, sua relação com a terra e como passou a servi-lo. Eleger esses elementos ao narrar expressa não apenas a ligação, mas também os sentimentos do trabalhador na relação com a terra, ao mesmo tempo que constrói a importância de seu trabalho nela.

As questões trazidas por ele revelam um processo que não é individual, pois são representativas de situações vividas no social, como evidências de um processo de mudanças nas relações de trabalho no campo. Ao narrar a experiência como meeiro, a partir da descrição de um local de trabalho abandonado, aponta, além de um processo de mudanças, a

---

<sup>198</sup> Entrevista realizada com Edeonil em 10 de maio de 2016.

necessidade de mão de obra para que o proprietário tornasse a terra novamente produtiva. Recrutar trabalhadores, desse modo, estava colocado para além do processo de abertura de matas, estradas e construção de pontes. Na década de 1980, o emprego da mão de obra no campo estava marcado, em grande medida, pelo cultivo de café devido às políticas de incentivo do Estado, como veremos. Como no trabalho de abertura das matas, os trabalhadores eram dispensados à medida que tornavam a roça limpa e produtiva:

Edeonil: Aí nós colhemo cento e trinta e um saco de arroz, tem prova lá, quem quise ir lá em Cerejeira lá, tem uma turma que viu lá que era amigo nosso. Cento e trinta e um saco de arroz, milho? Eu nem sei, mas milho nós colheu... aí nós já tinha galinha, ei, mas o patrão seu Orlando cresceu um zóio pra cima do café que falou pra nós desocupar que ele ia morar ele mesmo lá, Nossa Senhora, foi uma tristeza pra nós, tanto serviço. E ele viu que o café o ano que vem (no próximo ano) ia dá muito, pelo tanto que ele carregou, café catuaí ainda, bom de preço né. Era um alqueire e pouco de café, a terra toda dava 21 alqueire [...] Aí o pai comprô uma datinha no meio do mato lá, que tava vendendo baratinho né, o pai comprô meio em banho maria lá aquela datinha em Cerejeiras mesmo<sup>199</sup>.

Assim que Edeonil e o pai fizeram a primeira colheita, foram dispensados pelo proprietário. Dilema enfrentado por milhares de trabalhadores que vivem a instabilidade quanto ao trabalho e à moradia. Para o entrevistado, a terra e o que ne nela é produzido adquire o significado de uso e não de mercadoria. Tirando as peculiaridades, o que marca essas três narrativas é a dimensão das condições encontradas em Rolim de Moura e localidades próximas referentes às relações sociais e de trabalho e as lutas pela sobrevivência que foram travadas.

Anália, ao narrar outras disputas e conflitos ligados ao campo, enquanto elementos motivadores do deslocamento de sua família, situou a instabilidade vivenciada no Mato Grosso do Sul. Evidenciou a dimensão do problema agrário e como a redefinição dos projetos de vida colocavam-se diante de incertezas, tais como as que já eram vividas:

Cátia: E o que fez sua família vir pra Rondônia?

Anália: Meus tio, nós era criança não decidia nada né, meu tio como já tinha outros que já tava aqui (Rondônia) e tinha terra falô vem que vocês vão consegui, aí nós veio, mas lá era serraria tamém, aí veio de lá pra trabalhá em serraria. Tá certo que aqui em Rondônia nós conseguimos a nossa casa, aqui todos que vieram, só não tem casa quem não qué, todos que vieram que não tinha casa hoje tem casa, tem carro, quem não quis a casa trocô num sítio, tá tudo bem. Mas hoje lá virô, a cidade que nós morava, que era uma cidade de madeira, também virô uma cidade de agricultores, o forte lá é a agricultura, lá virô tudo acampamento de Sem Terra. Quando nós saimo de lá já havia conflito de terra lá, mas daí meu tio tinha medo de entrá né, porque lá morria, matava mesmo né, que tinha os acampamento dos Sem Terra, na Fazenda Baunilha era onde mais matava as pessoa lá era criança, idoso,

<sup>199</sup> Entrevista realizada com Edeonil em 10 de maio de 2016.

todo mundo eles matava, aí meu tio falô: há vamo pra Rondônia, lá quem sabe a gente melhora. De fato a gente melhorô mais se a gente tivesse ficado hoje lá, hoje a gente estaria morando na roça né, porque o sonho de todos nós era ir direto pra um sítio mas num deu certo né, aí tivemos que ficá, como a família era grande, no sítio não queria pegá muita família de quinze pessoa, tinha criança e tudo né, aí só tinha o quê? a minha vó que era adulta, minha mãe, e dois rapazinho e meu tio, aí num queria né, era muita criança e o estudo tamém né, naquela época era mais difícil o estudo no sítio, hoje não, hoje o ônibus tá na porta né. Naquela (época) cê chegava aqui cê demarcava seu terreno cê dizia esses três é meu, aí cê roçava, limpava tudinho, parava em cima, construía a casinha e ficava morano. Aí, agora, depois que o Ivo Cassol (prefeito) entrô (década de 90) daí foi feito um mapeamento da cidade e foi registrano né, começô os registro, mas tem casa que tá no nome da prefeitura até hoje, porque não foi passado documento<sup>200</sup>.

Anália fez emergir uma narrativa marcada por contradições. Ao tentar positivar a vida, mencionou que o sonho da propriedade teria sido realizado caso tivessem ficado no Mato Grosso do Sul. Percebemos aí o trabalho de construção da memória pautado nas contradições vividas que nos aponta para o que menciona Portelli: “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Afirmar no presente o que poderia ter ocorrido, revela como o sonho da propriedade ainda é projetado. Outra contradição diz respeito ao problema da falta de regularização dos lotes urbanos. Isso pode significar, para muitos, viver a instabilidade quanto à moradia. Embora esse não seja um problema enfrentado por sua família, é possível que seja para outras.

A falta de condições impossibilitou à família retornar ao Mato Grosso do Sul. Também enfrentaram problemas no trabalho no campo devido à parte da família ser composta de crianças, revelando relações de trabalho que priorizava famílias com maior número possível de pessoas disponíveis para o trabalho. Este foi um dos critérios de maior peso na pontuação que compunha a ficha de seleção e classificação dos candidatos à aquisição de terra pelo INCRA.

Edeonil, ao ser dispensado junto com o pai do trabalho na lavoura de café, em Cerejeiras, buscou, na mesma cidade, outras alternativas de vida e de trabalho. Porém, as dificuldades não possibilitaram a permanência lá e frente à oferta de emprego nas serrarias, mudaram-se para Rolim de Moura:

Edeonil: Viemo para Rolim. Chegemo aqui tinha meu tio Darci, vim morar ali, aí eu falei, nunca trabalhei em serraria, sempre no mato, no sítio, no Paraguai, igual índio, nunca trabalhei em serraria e daí fui trabalhar na serraria e não dei certo de entrar, eu não conhecia lá dentro, aí o gerente chamou, Ou! eu falei, vou ser mandando embora, precisando ganhar dinheiro né. Ó faz o seguinte cê qué ir prô mato buscar lenha com caminhão pra puxar lenha? Míó ainda, aí sim eu montava no

<sup>200</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

caminhão de manhã cedo era sete hora, o caminhão tava lá, nós montava no caminhão e ia lá pros matão rancar lenha porque motosserra eu sei né, mexo com motosserra, mexo com qualquer trem, chega lá o homem fala ó... o homem que cortava, mais tinha hora que o homem ficava muito forjado saia por ali achar um rio fazê uma seva de bicho, esperá, largava eu lá no motosserra eu uuuuuu (barulho do motosserra). Um dia nós ia com o caminhão só pra carregar, e era só motosserra, e ele ia cortando e eu ia empilhando. Mas tinha hora que eu tinha que cortá e empilhá, mas tava bom, não tinha problema não, melhor que trabalhar na serraria eu pensava, mais difícil, aí trabalhei quatro mês, quatro mês mexendo com lenha<sup>201</sup>.

Ao precisar novamente redimensionar suas relações sociais e de trabalho, empregou-se em uma serraria. Esta consistiu sua segunda experiência de trabalho no Estado. Porém, a falta de conhecimento de suas funções o fez aceitar a proposta de trabalhar no corte de lenha. Embora saibamos que, para o empregador, mantê-lo dentro da serraria não compensava, já que desconhecia o trabalho, a mudança é interpretada como uma melhoria. Configurava uma atividade mais próxima daquelas desenvolvidas no campo, ainda que precisasse se submeter a uma relação de exploração pelo próprio colega de trabalho que, segundo ele, deixava por sua conta o trabalho de cortar e de empilhar a madeira.

Esse trabalho foi desempenhado por Edeonil por pouco tempo. Na cidade, ele e o pai conseguiram uma casa para morar, em troca de plantarem uma horta de a meia com os proprietários que trabalhavam com gado de leite. O local, que era pasto, transformou-se no bairro onde mora no presente. No trabalho de plantio e venda de verduras, Edeonil ficou até se casar, foi quando se mudou para uma fazenda, trabalhando como cuidador, plantando arroz, feijão e café de a meia com o proprietário. Entre o trabalho no campo e bicos na cidade, Edeonil se constituiu trabalhador.

Edeonil narrou suas experiências numa relação onde o passado, o presente e a projeção do futuro se entrecruzaram a todo o momento. O passado, em sua fala, traz o histórico do trabalho realizado, interpretado à luz do que estava vivendo no presente, pois quando o entrevistei estava em curso a possibilidade de adquirir uma propriedade por meio do crédito fundiário<sup>202</sup>. Por isso, as projeções quanto ao futuro foram apresentadas com base na possibilidade de não trabalhar mais como meeiro, em serrarias, ou em bicos realizados na cidade, mas em sua própria terra:

---

<sup>201</sup> Entrevista realizada com Edeonil em 10 de maio de 2016.

<sup>202</sup> O crédito fundiário consiste em um Programa criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Reordenamento Agrário que em tese possibilita aos trabalhadores financiar sua propriedade. Esse processo é realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que organiza grupos de trabalhadores para realizar o financiamento. A propriedade é dividida considerando o número de trabalhadores pertencentes ao grupo formado. O valor do imóvel é repassado ao proprietário pelo governo federal e os trabalhadores possuem um prazo de vinte anos para quitarem o financiamento da propriedade.

Edeonil: Agora eu nunca consegui comprar um alqueire de terra, só trabalhando pros outro, eu nunca consegui comprar um alqueire. Agora o negócio é o seguinte, se Deus quiser nós vamos conseguir [...] Nove mil pé (café) doze mil pé (café) tudo tocado, meus menino foi tudo criado na roça, esse do fundo aí (filho), tudo na roça, só café na a meia, só tocava café na meia.

Cátia: Quantos filhos o senhor teve?

Edeonil: cinco filho e trabalhá na roça tinha dia que um ovo tinha que cortá no meio pra comê, (risos) hei meu Deus, mas graças a Deus eu tô contente de que agora (silêncio) Eu sonho com um alqueire de café cronal não é de hoje, sempre tocando só pros outro, hei!<sup>203</sup>.

Aqui, Edeonil expressa os significados do seu trabalho e de como as mudanças no campo repercutiram sobre a vida de trabalhadores como ele. Ele quer dizer que não foi possível, por meio do trabalho desempenhado, alcançar melhorias, o que projetou – a terra. Relação intrínseca às mudanças no campo e ao que restou em termos de trabalho. Com base nas dificuldades em criar os filhos como meeiro, projetou perspectivas de melhora na plantação de café, porém, na terra que aguardava no momento da entrevista.

Ao narrar, depositou uma entonação que é significativa tanto quanto sua narrativa. Portelli nos sugere que o que torna a história oral diferente “é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados” (PORTELLI, 1997, p. 31). Considero que a entrevista com Edeonil se encaixa na proposição de Portelli. Outra consideração importante do autor acerca do contato com o entrevistado “é realizar um texto que aproxime o leitor, o mais possível, à experiência do diálogo que encontramos no trabalho de campo. Ou seja, que este texto renda, a quem o lê, algo da experiência do encontro entre historiador e testemunho” (PORTELLI, 1996 *apud* KOURY; ALMEIDA, 2014, p. 11).

Concordo com Portelli sobre o fato de que a experiência do diálogo construída entre entrevistado e entrevistador precisa aparecer no texto escrito. Esse procedimento informa sobre os significados que a realização da entrevista pode estar representando para ambos. Parte desses significados só podem ser compreendidos se situamos a entrevista no contexto de sua produção. O contato com Edeonil ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais no dia 06 de fevereiro de 2016. Na ocasião, ele participava de uma reunião realizada pelo presidente do Sindicato com um grupo de trabalhadores que aguardavam sua propriedade por meio do crédito fundiário. A ação do presidente foi a de esclarecê-los sobre o andamento do processo a partir de informá-los que, em breve, estariam em suas propriedades. A satisfação pela notícia pode ser notada no momento em que acompanhava a reunião. Após a reunião, o presidente do Sindicato, que havia me convidado a ficar, perguntou se alguém tinha interesse em contribuir com a pesquisa que estava realizando. A esposa de Edeonil aceitou e, a entrevista foi realizada

---

<sup>203</sup> Entrevista realizada com Edeonil em 10 de maio de 2016.

em sua casa. Na ocasião da entrevista, sua esposa estava em Porto Velho para realizar uma cirurgia, que só conseguiram encaminhar a partir de solicitação ao Ministério Público da cidade. Já Edeonil, cuidava de um casal de netos para sua filha que trabalha em uma cidade próxima.

O que chama atenção na entrevista com Edeonil é a disposição na qual narrou os acontecimentos em sua vida, sem a necessidade de muitas perguntas. Houve uma preocupação do entrevistado em esclarecer, em alguns momentos em detalhes, suas experiências de trabalho. A disposição e a entonação de sua fala estavam relacionadas à expectativa do momento, pois estava prestes a adquirir sua propriedade por meio do programa crédito fundiário. Na ocasião do contato, também fui apresentada pelo presidente do Sindicato. Desse modo, como não me conhecia, houve um esforço de sua parte em construir uma narrativa que demonstrasse as projeções que no momento fazia com relação a terra. Ou seja, ao mesmo tempo que narrava, ele me estudava, afinal, em sua concepção eu poderia estar colhendo informações para o Sindicato, haja vista que o presidente cobrava do grupo de trabalhadores trabalho e permanência na terra. Não quero dizer, com isso, que estudar o outro signifique, em alguma medida, desconfiar, mas que as condições vividas no momento influenciam a construção da narrativa. Como discute Yara Khoury:

Tomando, então, as narrativas como atos interpretativos, como processos constantes de atribuição de significados, como expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida, dialogar com as pessoas supõe apreender os sentidos que cada um dos fatores narrados e das pessoas que narram assume nas problemáticas que estudamos. Portelli costuma dizer que a atribuição de significados aos fatos é um ato cultural e histórico que depende de uma relação complexa na experiência social compartilhada e na consciência de cada um. As narrativas, embora sejam pessoais, se fazem na experiência social, são constitutivas dela e são reconhecidas como tal segundo padrões de significação. As buscar construir uma reflexão compartilhada com as pessoas que entrevistamos, em torno de temáticas de estudo que são, em última instância, problemáticas sociais vividas, nosso compromisso social supõe respeitar e incorporar, efetivamente, o ponto de vista do Outro; exercer o que chamamos de direito de autoria de ambas as partes em interlocução. Isso requer refletir sobre os elementos históricos, culturais, intelectuais, políticos implicados nesse diálogo (KHOURY, 2004, p. 123-124).

Compreendemos e interpretamos a fala de Edeonil nos termos sugeridos por Khoury, como produto de uma experiência social, constitutiva dela e que apresenta uma problemática vivida e também compartilhada por outras pessoas. Por isso sua experiência é representativa de outras.

Entusiasmado, Edeonil mostrou-me como estava se preparando para iniciar o plantio na propriedade, assim que a recebesse. Havia reservado sementes e mudas diversas que

utilizaria na plantação de mandioca, vagem, quiabo e outros itens, para compor parte de sua dieta alimentar.

Até aqui mapeei a repercussão para os trabalhadores de algumas mudanças ocorridas no campo, marcadas por conflitos permanentes. Veremos como novos projetos foram elaborados. Para os que permaneceram no campo, a década de 1980 foi marcada por diversas propagandas visando ao aumento da produtividade. Por meio de políticas agrícolas pautadas no financiamento da produção, tentou-se rearticular os projetos em curso. Para os que chegaram tarde ou não conseguiram terra por meio do INCRA o programa de crédito fundiário foi a alternativa.

A instabilidade vivida pelos trabalhadores é típica daqueles que não dispõem de outra coisa senão de sua força de trabalho. Por esse motivo, apresentaram suas condições de vulnerabilidade, o que impôs aceitar formas de trabalho disponíveis. Tendo em vista esse processo, questiono como as mudanças das relações sociais capitalistas continuaram repercutindo na vida dos trabalhadores e como definiram formas coletivas de luta na região e na localidade estudada.

### 3.2 “NOVAS” PROJEÇÕES PARA O CAMPO E A CONSTITUIÇÃO DE FORMAS COLETIVAS DE LUTA

As mudanças narradas por Gilberto quando compara o presente com o período que chegou em Rolim de Moura traz a dimensão das mudanças nas relações sociais capitalistas na localidade:

Cátia: Quais as mudanças que o senhor percebe de quando chegou pra hoje?

Gilberto: A maioria das família que vieram, hoje a maioria que tá aí tá na cidade né, tá já mais idoso e tal, aí que aconteceu? o governo implantou no Estado, é, café naquele tempo né, (década de 1980) aí abria a propriedade, derrubava e plantava café, aí depois ele incentivô a criação de gado, aí o café caiu, ele caiu o preço ele ia... com uns quatro ano ele subiu lá em cima, depois pra cá queda no café, e o pessoal foi desanimando com o café, que o café tava sem preço tamém, que o preço dele não compensava<sup>204</sup>.

Para Gilberto, a sucessão de atividades tentadas pelo governo do Estado teriam contribuído para o êxodo rural. Dentre outros possíveis problemas, o preço dos produtos é destacado como responsável pelo insucesso da política agrícola. Anália, do mesmo modo,

---

<sup>204</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho de 2016

narrou as mudanças percebidas na relação campo e cidade que apontam o esvaziamento do campo e o desenvolvimento de outra dinâmica econômica pautada na pecuária enquanto atividade que, na década de 1980, ainda não se fazia notar:

Anália: Igual, quando nós chegô aqui a agricultura era tocado com meeiro, então era muito café né, aqui nós era ... na cidade era madeira, no sítio era café, então tudo era café, era difícil você vê um pasto, quem via pasto aí era grande fazendeiro então pegava de uma linha na outra era só café, então cada sítio, hoje se fô vê cê só vê as carcaça, cada sítio tinha cinco seis casa, de meeiro entendeu?<sup>205</sup>

O trabalho com a madeira e o café são destacados por Anália como as principais atividades econômicas quando chegou em Rolim de Moura. Anália, assim como diversos trabalhadores indicaram que a categoria de acesso a terra que predominava eram de “pequenos” agricultores e “meeiros”. No entanto, entendo que essas não podem ser vistas como categorias fixas sob o risco de obscurecer as experiências dos trabalhadores no jogo de relações de forças que vivenciaram. Interrogo, nesse contexto, o que teria ocorrido com aqueles que saíram do campo.

Na década de 1980, as propagandas governamentais demonstraram um forte apelo para a relação campo e cidade, na qual a última aparece como a redentora do campo e dos problemas que o afligiam, principalmente aqueles relativos à produção e à comercialização, como vimos no segundo capítulo. A projeção, voltada a uma série de produções, foram sendo experimentadas com os trabalhadores, revelando, assim, uma política de Estado com forte papel nesse processo.

Sob o discurso de promover a permanência no campo, frente aos diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores na década anterior, como a política de preço mínimo e a impossibilidade de saldar financiamentos, o governo Federal criou diversas propagandas de incentivo à produção. Porém, sem alterar a política de preço mínimo:

---

<sup>205</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

Figura 2: Propaganda do Governo Federal,.

**PLANTE MAIS FEIJÃO.  
O PREÇO MÍNIMO É  
Cr\$ 14.400,00,  
MAIS CORREÇÃO.**

DSC08098

Ano passado o preço mínimo garantido do feijão foi de 5.985,00 cruzeiros. Para esta safra, ele subiu 140,6%, indo para 14.400 cruzeiros. E ainda tem correção de julho até novembro. Este é o melhor motivo para você plantar cada vez mais feijão. Mas tem outros, você tem crédito e seguro para cobrir sua produção. O VBC é de 100% para todos os produtores. Financiamento total. O seguro agora protege a sua safra e o seu dinheiro. Você tem a garantia de preços mínimos corrigidos. Você conta ainda com a assistência técnica e orientação para conseguir bons lucros. 14.400 cruzeiros é o preço garantido do feijão, mais correção. Com este preço mínimo, você vai poder plantar o máximo.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

TAMBÉM RECEBERÁ O MELHOR PREÇO

Fonte: Veiculada na edição nº 51 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 11 a 01 de dezembro de 1983.

A propaganda traz o seguinte texto:

Ano passado o preço mínimo garantido do feijão foi de 5.985,00 cruzeiros. Para esta safra, ele subiu 140,6%, indo para 14.400 cruzeiros. E ainda tem correção de julho até novembro. Este é o melhor motivo para você plantar cada vez mais feijão. Mas tem outros, você tem crédito e seguro para cobrir sua produção. O VBC é de 100% para todos os produtores. Financiamento total. O seguro agora protege a sua safra e o seu dinheiro. Você tem a garantia de preços mínimos corrigidos. Você conta ainda com a assistência técnica e orientação para conseguir bons lucros. 14.400 cruzeiros é o preço garantido do feijão, mais correção. Com este preço mínimo, você vai poder plantar o máximo<sup>206</sup>.

A propaganda se pauta na promessa e na ideia de segurança. A partir dessa, nota-se um terceiro<sup>207</sup> momento de mudanças nas relações sociais capitalistas, pautada no incentivo à produção e em novos financiamentos. No mesmo ano, 1983, o governo previa, inclusive, prêmio produtividade como forma de incentivar a produção no campo:

<sup>206</sup> Propaganda do Governo Federal, veiculada na edição nº 51 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 11 a 01 de dezembro de 1983.

<sup>207</sup> O primeiro momento deve-se à diminuição no tamanho dos lotes distribuídos pelo INCRA. O segundo momento diz respeito ao sistema de financiamento disponibilizado na década de 1970.

**Figura 3:** Anúncio do Governo Federal – Prêmio de Produtividade Rural – 1983



Fonte: Veiculado na edição nº 41 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 04 a 09 de setembro de 1983.

#### Prêmio Produtividade Rural - 1983

Pelo quarto ano seguido, o Ministério da Agricultura, através do INCRA vai premiar quem está semeando o futuro do País: O homem do campo. Agricultor que este ano deu ao Brasil outra grande safra. Os produtores rurais modelo vão ganhar cheques, viagens, devolução de I.T.R., diplomas e medalhas de ouro. Participe você também. Peça informações na Prefeitura de sua cidade, na Secretaria de Agricultura do seu Estado, na EMATER ou entidade de Crédito Rural que opere no município, no Sindicato Rural ou no Banco do Brasil. Quem produz mais, paga menos e ganha mais<sup>208</sup>.

Prêmios produtividade para “os produtores rurais modelo”. Para isso, em tese, os trabalhadores precisavam seguir o que, na propaganda, é divulgado como o “ABC da Terra”, regras e normas ditadas pelo Governo Federal e exigidas pelo INCRA como forma de permanência e de regularização da propriedade:

<sup>208</sup> Veiculado na edição nº 41 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 04 a 09 de setembro de 1983.

Figura 4: Anúncio do Governo Federal, “ABC da Terra”

**ABC DA TERRA.**  
Lida com atenção e conheça seus direitos e obrigações sobre a propriedade da terra.

**A** O agricultor tem direito à propriedade da terra, garantido pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Terra. Mas, para garantir esse direito ele terá que respeitar a função social da terra.

**B** A terra cumpre sua função social quando seu uso proporciona o bem-estar de todos os que nela dependem. Para isso, precisamos cultivar e aproveitar corretamente a terra, fazer a terra render. A terra deve trazer benefícios ao proprietário e a todos os que nela trabalham.

**C** O Governo ajuda o homem do campo a ser dono da terra. E, também, procura criar condições para o aproveitamento da terra: constrói estradas, presta assistência técnica, apóia com financiamentos, orienta o comércio de produtos agrícolas, cuida da educação e saúde da população rural.

**D** Foi para tornar mais intensa a ação do Governo Federal que o presidente João Figueiredo criou o Programa Nacional de Política Fundiária, dirigido pelo Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.

**E** O trabalho que o Programa Nacional de Política Fundiária coloca em primeiro lugar é a melhor distribuição de terra, para que o homem do campo se proveito da sua lavoura ou criação e o País possa progredir e se desenvolver em cima da paz e da justiça social.

**F** Fora os agricultores sem terra o Governo Federal destina parcelas ou lotes em projetos de colonização. Eles devem se inscrever nos órgãos de terra – MEAF, INCRA, GETAT, GEBAM e outros. Os agricultores com experiência e com maior número de dependentes têm preferência.

**G** Quando uma terra particular encontra-se abandonada pelo seu dono, ela está sujeita ao usucapião especial. Os agricultores que explorarem essa terra por cinco anos, com posse mansa e pacífica, poderão tornar-se seus legítimos proprietários.

**H** Para distribuição, o Governo Federal utiliza de preferência terras não ocupadas do próprio Governo, conhecidas como terras devolutas. O homem do campo com direitos reconhecidos recebe seu título e sua propriedade é garantida, dentro da lei.

**I** O Governo está agindo para acabar com a má distribuição, como as terras não ocupadas e as terras devolutas. Essas terras poderão ser dadas aos agricultores que têm experiência e com maior número de dependentes. Os agricultores que não têm experiência e com menor número de dependentes também poderão receber essas terras.

**J** O primeiro passo para o acesso à terra é inscrever-se nos órgãos de terra, o MEAF, INCRA, GETAT, GEBAM e outros. O trabalho rural deve ser feito de mais, logo para garantir a propriedade da terra.

**L** Se a terra estiver inscrita no Registro de Imóveis, o direito de propriedade pode ser inscrito mediante uma documentação adequada. Antes de registrar seu direito de propriedade, procure saber se há alguma restrição de direito de propriedade registrada.

**M** As propriedades rurais, propriedades de natureza urbana e que estejam inscritas no Registro de Imóveis, são inscritas no Registro de Imóveis. O registro de imóveis é obrigatório para a transmissão de propriedade de bens imóveis.

**N** Quando o nome de uma terra não está em um Livro do Governo, ela deve ser inscrita no Registro de Imóveis. O registro de imóveis é obrigatório para a transmissão de propriedade de bens imóveis. O registro de imóveis é obrigatório para a transmissão de propriedade de bens imóveis.

**O** O agricultor deve cuidar da terra para que não se abandone, utilize-a corretamente, respeite a função social da terra e o bem-estar de todos os que nela dependem. Para isso, precisamos cultivar e aproveitar corretamente a terra, fazer a terra render. A terra deve trazer benefícios ao proprietário e a todos os que nela trabalham.

**P** Cuidado com a terra, não a deixe abandonada, utilize-a corretamente, respeite a função social da terra e o bem-estar de todos os que nela dependem. Para isso, precisamos cultivar e aproveitar corretamente a terra, fazer a terra render. A terra deve trazer benefícios ao proprietário e a todos os que nela trabalham.

**GRÁTIS.**  
Retire grátis o ABC da Terra no INCRA, GETAT, GEBAM, ou outro órgão de terra de sua localidade.

**DSC08102**

**MEAF**  
Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários

Fonte: Veiculado na edição 53 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 14 a 20 de janeiro de 1984, p. 9.

Abaixo, segue o texto com as referidas exigências:

A O trabalhador tem direito à propriedade da terra, garantida pela Constituição federal e pelo Estatuto da Terra. Mas, para garantir esse direito ele terá que respeitar a função social da terra.

B A terra cumpre sua função social quando seu uso proporciona o bem-estar de todos os que nela dependem. Para isso, precisamos cultivar e aproveitar corretamente a terra, fazer a terra render. A terra deve trazer benefícios ao proprietário e a todos os que nela trabalham.

C O Governo ajuda o homem do campo a ser dono da terra. E, também, procura criar condições para o aproveitamento da terra: constrói estradas, presta assistência técnica, apóia com financiamentos, orienta o comércio de produtos agrícolas, cuida da educação e saúde da população rural.

D Foi para tornar mais intensa a ação do Governo Federal que o presidente João Figueiredo criou o Programa Nacional de Política Fundiária, dirigido pelo Ministro Extraordinário para assuntos fundiários.

E O trabalho que o Programa Nacional de Política Fundiária coloca em primeiro lugar é a melhor distribuição de terra, para que o homem do campo se proveito da sua lavoura ou criação e o País possa progredir e se desenvolver em cima da paz e da justiça social.

F Fora os agricultores sem terra o Governo Federal destina parcelas ou lotes em projetos de colonização. Eles devem se inscrever nos órgãos de terra – MEAF, INCRA, GETAT, GEBAM e outros. Os agricultores com experiência e com maior número de dependentes têm preferência.

G Quando uma terra particular encontra-se abandonada pelo seu dono, ela está sujeita ao usucapião especial. Os agricultores que explorarem essa terra por cinco anos, com posse mansa e pacífica, poderão tornar-se seus legítimos proprietários.

H Para distribuição, o Governo Federal utiliza de preferência terras não ocupadas do próprio Governo, conhecidas como terras devolutas. O homem do campo com direitos reconhecidos recebe seu título e sua propriedade é garantida, dentro da lei.

I O Governo está agindo para acabar com o mau uso da terra, como os latifúndios improdutivos e os minifúndios antieconômicos. Essas terras podem ser desapropriadas por interesse social e destinadas aos homens do campo que desejem torná-las produtivas. Os latifúndios estão ainda sujeitos a impostos mais elevados.

J O primeiro passo para o acesso à terra deve ser sempre através da inscrição ou consulta aos órgãos de terra do Governo. O trabalhador rural deve usar somente dos meios legais para garantir, a propriedade da terra.

L Se a terra estiver cumprindo a função social, o direito de propriedade pode ser assegurado mediante uma documentação legítima. Antes de registrar seu direito de propriedade nos cartórios de registro de imóveis, tire as dúvidas junto aos órgãos da terra.

M As propriedades rurais, trabalhadas de maneira adequada e que desempenham sua função social, independente do tamanho – grandes ou pequenas – não estão sujeitas à desapropriação. Merecem a proteção da lei e pagam impostos menores.

N Quando o homem do campo recebe um título do governo, ele deve cumprir suas obrigações explorando corretamente a terra adquirida, conservando sua propriedade e não negociando com ela. Se passar a terra adiante, o governo não lhe dará outra nunca mais.

O O agricultor deve cuidar da terra para que não se estrague, evitando a erosão, conservando as matas, os rios e os animais silvestres. Respeitar os recursos naturais é uma obrigação do homem do campo.

P Como o nosso território é muito grande, existem soluções diferentes para cada região. Por isso, para ter orientação sobre a terra consulte as técnicas dos órgãos rurais do Governo da sua localidade. Ou faça uma consulta direta ao MEAF, INCRA, GETAT ou GEBAM<sup>209</sup>.

A distribuição de terra é associada à década de 1980, desconsiderando o processo anterior. Ao trabalhador era cobrado o cumprimento da função social da terra, porém, o sistema de financiamento estava atrelado a formas de produção exigidas pelo governo. Embora a fonte não explicita todas as culturas, é citada a plantação de feijão. Outra cultura mencionada pelos trabalhadores teria sido o café. A ênfase de que o governo estaria possibilitando aos trabalhadores tornarem-se proprietários junto à instrução de que procurassem órgãos oficiais como única forma de garantir a propriedade, contraria o cenário anterior relativo à década de 1970. Também contradiz a própria propaganda que, no item G, diz: “Quando uma terra particular encontra-se abandonada pelo seu dono, ela está sujeita ao usucapião especial. Os agricultores que explorarem essa terra por cinco anos, com posse mansa e pacífica, poderão tornar-se seus legítimos proprietários”,<sup>210</sup>.

Esse ponto assinala o incentivo à ocupação de terras supostamente abandonadas. Mas, o que teria levado ao abandono? Com base nos conflitos já evidenciados, era possível explorar a terra sem enfrentamentos? Considerando a ação do INCRA que consistia em designar trabalhadores para áreas ocupadas, o que gerou diversas disputas, o que seria uma posse mansa e pacífica?

<sup>209</sup> Veiculado na edição nº 53 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 14 a 20 de janeiro de 1984, p. 9.

<sup>210</sup> Veiculado na edição nº 53 do Jornal Tribuna Popular, entre os dias 14 a 20 de janeiro de 1984, p. 9.

A política de estado, denominada de Programa Nacional de Política Fundiária, centrava-se no discurso de tornar os trabalhadores proprietários; na distribuição e ajuda para permanecerem na terra; no combate ao mau uso e à improdutividade sob pena das terras serem desapropriadas independente do tamanho; no “progresso” e “desenvolvimento” do país “em cima da paz e da justiça social”.

Outras questões ainda estavam relacionadas à preferência na aquisição da terra, àqueles com experiência e maior número de filhos e ao fato de o trabalhador ficar impossibilitado de vender a terra, desconsiderando suas necessidades. Havia uma culpabilização e responsabilização do trabalhador pelo cuidado com a terra, conservação das matas, rios e animais silvestres: “Respeitar os recursos naturais é uma obrigação do homem do campo”. Enquanto isso, outros seguiam desmatando sem critérios, empregando mão de obra na abertura das denominadas terras devolutas.

Pela “Política fundiária”, vemos que o papel do Estado estava em buscar rearticular as relações capitalistas. Diversas experiências na aquisição da terra já teriam ocorrido, porém, entre as “normas”, “O trabalhador rural deve usar somente dos meios legais para garantir, a propriedade da terra”, meio pelo qual o capital legitima a terra que é por meio da compra.

Tais propagandas evidenciam a projeção do Estado de rearticular as relações, novamente, a partir do sistema de financiamento bancário. Esta ação consistiu em uma das maiores estratégias para o desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Partimos do princípio que tais relações não estavam prontas ou organizadas a ponto de estabelecerem o que era pra ser feito. Ao contrário, pelo conjunto de fontes, analisamos uma constante tentativa de estabelecer o que daria certo para a localidade. Por mais que houvesse um projeto, no caso uma “Política Fundiária”, ela precisava ser tentada com os trabalhadores. Estabeleceu-se, assim, uma dinâmica que não foi ou é fixa, porque diz respeito ao movimento histórico, às próprias condições que estavam colocadas aos trabalhadores enquanto alternativas, resistência, negociação etc.

Nessa dinâmica, não houve, por parte do Estado, uma preocupação com o trabalhador a ponto de consultá-lo sobre qual atividade gostaria desenvolver. Os financiamentos visavam ao desenvolvimento de determinada atividade econômica, independente se atenderia a todos. No entanto, a projeção vinculava-se direta ou indiretamente às expectativas construídas em localidades específicas, considerando as possibilidades e experiências já tentadas. Assim, tais projetos foram sendo testados e modificados. Ocorre que nem todos acessaram o financiamento bancário, ou, quando acessavam, nem todos conseguiam saldá-lo. Também havia a possibilidade de compra de itens diversos, diferentes da atividade ou negócio para o

qual o financiamento era realizado. Isso, em grande medida, dificultava saldar a dívida frente à falta de possibilidade de pagamento da terra, insumos, e gastos em geral com a plantação.

Nesse processo, os trabalhadores estavam em conflito com as mudanças nas relações capitalistas numa relação complexa em que havia “pequenos” proprietários, meeiros, trabalhadores que lutavam pela posse da terra e outros que já haviam desistido; que chegaram sozinhos ou em família. De formas diferentes, conseguiram acesso a terra. Muitos não tiveram acesso, outros não prosperaram, mas mantiveram a expectativa de melhorar economicamente, como evidência da conformação hegemônica do capitalismo voltado ao projeto do agronegócio. A União interviu e procurou fixar todos na região, utilizando um plano de reorganização dos plantios e das culturas. Os trabalhadores acabaram subordinados à política de financiamento que determinava o que e como plantar, configurando, assim, um conjunto de mudanças nas relações capitalistas no campo.

Nessa conjuntura, o sistema de financiamento se apresentou como um divisor de águas onde foi aplicado. Uma espécie de filtro, de modo a separar o que iria ou não permanecer. Com essa estratégia, o Estado agiu e se isentou de qualquer problema, passando a responsabilidade quanto ao insucesso ao trabalhador.

Se desconsiderarmos a complexidade em que o sistema de financiamento foi sistematizado, corremos o risco, mesmo sem querer, de assumir o discurso corrente e naturalizado de que havia oportunidades aos trabalhadores. Esses, mal administradores, não souberam investir corretamente em seus negócios.

O primeiro elemento para sair dessa noção é entrar nas especificidades nas quais ela se materializou. O sistema de financiamento foi disponibilizado para quais atividades? O trabalhador teve direito de escolha sobre o que iria produzir ou a produção foi ao encontro do que o Estado, pactuando ou não com o poder econômico, esperava que ele produzisse? A expectativa com a sistematização de determinados projetos visava à autonomia do trabalhador ou que ele fosse acessório dos grandes projetos de desenvolvimento que estavam projetados?

No conjunto de fontes analisadas, ficou evidenciado como, nas décadas de 1970 e 1980, os projetos agropecuários se apresentaram de modo homogêneo, com forte presença do Estado ditando como seriam sistematizados. Ao mesmo tempo que visualizamos a pressão dos trabalhadores, por outro lado, outras forças também pressionavam o rumo dos projetos, dentre elas, madeireiros e proprietários de grandes extensões de terra, compondo, assim, uma “integração” que desse ponto de vista foi perversa. Quem o Estado atendeu? Ou, em que medida o Estado conciliou distintos interesses por meio de projetos que, em tese, atenderiam a todos? De que modo patrocinou a expansão das relações sociais capitalistas?

A complexidade dessas relações puderam ser percebidas ainda em 1984, em que foi possível constatar as repercussões que novamente a política de preço mínimo provocou. Na reportagem “Preços mínimos desestimulam colonos de RO”, além da crítica ao preço mínimo, percebe-se a denúncia aos cerealistas que não aceitavam a produção de arroz dos trabalhadores devido à umidade. Esta justificativa estaria levando à venda a atravessadores:

[...] isso nos leva ao desestímulo e há muitas pessoas que pretendem, no próximos dias, se desfazer dos lotes, o que já ocorre em grande escala em vários municípios rondonienses. Trindade Venâncio Dias disse que a mesma coisa vem ocorrendo com a café, cujo preço mínimo não satisfaz e leva o colono a queimar suas roças<sup>211</sup>.

Em outra reportagem, o relato de um trabalhador que teve sua produção negada pela quantidade, o que favorecia atravessadores que revendiam a produção à Cibrazem:

Eu trouxe 95 kilos de arroz para vender na Cibrazém, enfrentei uma fila para testar o teor de umidade de 16. Até aí tudo bem, mas na hora de descarregar o meu arroz, a Cibrazém não aceitou a quantidade que eu trouxe, mesmo eu apelando a um e a outro ninguém aceitou eu tive que vender aos picaretas por dez mil e quinhentos por saca, perdendo quatro mil em cada uma. Os picaretas que nos compra e para revender na Cibrazém, e com isto lucrar as nossas custas, tudo porque a Cibrazém permite. O que me revoltou também é que os cerealistas (maquinistas), tem toda a vez, se o meu arroz foi olhado cinco vezes, o deles nem é olhado, por que eles trazem a mostra nas mãos e a quantidade o caminhão não é olhada, ainda mais quando chega parentes como o sogro de um deles que chegou, recebe toda a atenção e o produto também não é testado. Eu perdi três dias e não consegui nada, enfrentei uma estrada ruim, tive que pagar caminhão para transportar o meu produto, pagar sacaria, frete, e hospedagem que eu não sei por quanto vai ficar, e para quê? Eu vim para a roça atendendo o governo, uma vez que eu li que o governo dizia que cada vez que o homem da roça fosse para a cidade, era mais um ladrão que chegava lá, por que era mais um pão que faltava, agora vejo, porque muita gente se desespera. Sou agricultor a oito anos e tenho três anos de sofrimento com a Cibrazém, se ela é para os grandes produtores e não para os pequenos e por que não explicam? [...] o pequeno não tem vez de jeito nenhum<sup>212</sup>.

A crítica do trabalhador à CIBRAZEM e ao governo do Estado toma como ponto de partida o próprio discurso governamental. Ou seja, se valer do discurso do governo foi utilizado como instrumento de crítica e de reivindicação de direitos, ao mesmo tempo que o colocava em xeque.

Ainda em 1984, o problema de entrega da produção de arroz na Cibrazém foi denunciado por um vereador ao Ministro da Agricultura. Ele cobrava uma ação do Ministro

<sup>211</sup> Reportagem “Preços mínimos desestimulam colonos de RO”, Jornal Tribuna Popular, 14 à 21 de abril de 1984, p. 4.

<sup>212</sup> Reportagem “Pequeno agricultor sem vez na Cibrazém”, Jornal Tribuna Popular, 08 à 14 de abril de 1984, p. 7.

contra possíveis atravessadores que estariam negociando a produção e prejudicando os trabalhadores:

O vereador osé (José) Emílio Mancuzzo de Almeida (Paulista) conforme seu requerimento na última sessão da câmara municipal, encaminhou ao Ministro da Agricultura Nestor Jost, um requerimento denunciando fatos envolvendo a pesagem e classificação de arroz pela Cibrazém de Cacoal e Rolim de Moura. Segundo o requerimento “o fato que mais nos preocupa, como representante do povo, é que o colono, ao encontrar todos estes obstáculos na Cibrazém, entrega seu produto aos atravessadores por uma quantia bem menor que aquela assegurada pelo governo e além disto, por falta de orientação deixa que os atravessadores usem o seu nome para depositar o produto na Cibrazém. Aí então, a coisa muda de figura, pois é feita uma classificação rápida e o pagamento imediatamente do produto e quando sai o cheque ao colono nominal, o mesmo abona e o entrega ao atravessador. Pede o vereador que o Ministro da Agricultura envie um representante para este município para averiguar estas situações que vem ocorrendo, pois a classificação do teor de umidade só não é feito na hora “para aborrecer o colono e facilitar a atuação do atravessador”. O vereador Paulista, já ameaçado de morte devido as denúncias envolvendo compra de arroz pela Cibrazém também alerta os parceiros pois estão espalhando o boato que o preço do arroz caiu devido as denúncias dos vereadores, tentando jogar os colonos contra os vereadores<sup>213</sup>.

Vale ressaltar que a Cibrazém<sup>214</sup> (Companhia Brasileira de Armazenamento), era uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura. Se realmente o vereador teria sido ameaçado de morte, não podemos afirmar concretamente. De qualquer modo, a reportagem evidencia, como as anteriores, uma relação conflituosa em que os trabalhadores estariam sendo prejudicados.

A tentativa de incorporar as relações em outro nível de mercado se apresentou repleta de contradições. A sistematização da política fundiária e do aparato que daí se constituiu demonstrou a existência das forças que atuaram nesse processo e o controle exercido tanto na esfera estatal quanto nas relações que se engendraram.

Não demorou e os trabalhadores precisaram se organizar para receber a produção de feijão. Ao contrastar tal política com os elementos narrados, e com as reportagens noticiadas no período, percebemos as contradições e em que medida pressionaram a permanência no campo. Observa-se, por meio da reportagem “Agricultores protestam no Banco do Brasil de Rolim de Moura”, que além do problema de preço com relação à produção de café, também enfrentaram problemas com o recebimento da safra de feijão:

<sup>213</sup> Reportagem “Denúncias da Cibrazém no Ministério 05 de maio de 1984, Jornal Tribuna Popular, p. 1.

<sup>214</sup> Na década de 90, a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) se originou a partir da fusão da Cibrazém (Companhia Brasileira de Armazenamento), da Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos) e da CFP (Companhia de Financiamento da Produção).

Cerca de 300 agricultores liderados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia – Fetagro e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Nova Brasilândia, Rolim de Moura, Santa Luzia e Alvorada do Oeste, fizeram um protesto no dia 29 deste mês, no Banco do Brasil de Rolim de Moura, reivindicando o pagamento do feijão que se encontra depositado na Cagero. De acordo com o presidente da Fetagro, Anselmo de Jesus Abreu, o Governo Federal está encerrando a compra até 31 de outubro e ainda não fez o pagamento do feijão depositado. Com a manifestação, ficou negociado entre o Banco do Brasil e os agricultores o pagamento do feijão para o dia 04 de novembro<sup>215</sup>.

O movimento teve o apoio do Sindicato<sup>216</sup> dos Trabalhadores Rurais de Rolim de Moura e da Fetagro<sup>217</sup> (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia). Dez anos após a propaganda de incentivo ao plantio de feijão que previa a garantia de preço mínimo, os trabalhadores precisaram se organizar para receber a produção.

Todo esse processo nos fez compreender a dimensão dos limites e pressões vividos e rever a complexidade em torno do diálogo existente entre ser social e a consciência social. Nessa direção, a proposição de Thompson ajudou a refletir sobre como a pressão social exercida sobre os sujeitos precisa ser compreendida:

A pressão do ser social sobre a consciência social se revela, não tanto por meio da clivagem horizontal base e superestrutura, mas por meio de a) *congruências*, b) *contradição*, c) *mudança involuntária*. Por congruências, entendo as regras “necessárias”, as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas *vivem* relações produtivas particulares. Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*. Qualquer sistema de produção conforma as expectativas segundo a linha da menor resistência, visando à conformidade com suas regras. Por contradição quero dizer, primeiro, o conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e ocupacional daqueles da sociedade “envolvente”. Em segundo lugar, conflito são as maneiras pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestação de valores antagonistas e a uma ampla crítica do “senso comum” do poder. Por mudança involuntária me refiro às mudanças ulteriores da tecnologia, demografia e por aí vai [...] Por mudanças involuntárias dessa ordem jamais reestruturaram ou reorganizaram um modo de produção assim, espontaneamente. Talvez introduzam novas forças em cena e modifiquem a correlação de poder e riqueza entre classes sociais diversas. Mas a consequência da reestruturação das *relações* de poder, das formas de dominação e da organização social tem sempre sido um desdobramento do conflito. A transformação da vida material determina as condições dessa luta e parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma “base” ter dado vida a uma “superestrutura” correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem *vivenciadas* na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças humanas (THOMPSON, 2002, p. 262-263).

<sup>215</sup> Reportagem “Agricultores protestam no Banco do Brasil de Rolim de Moura”. Notícias do Fórum das ONGS-Rondônia – outubro de 1997, nº 14, pág. 3. Pasta Conflito Ocupação Banco do Brasil Rolim de Moura, Site da CPT Nacional. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

<sup>216</sup> O Sindicato dos Trabalhadores foi criado em Rolim de Moura em 1984.

<sup>217</sup> A Fetagro (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia) foi fundada em 1993.

As mudanças nas relações sociais capitalistas no campo pode ser compreendida a partir da proposição de Thompson. Ao mesmo tempo que confere novas dinâmicas nas relações sociais de produção, “conforma as expectativas segundo a linha da menor resistência, visando a conformidade com suas regras”. O sistema de financiamento bancário não pode ser compreendido de outro modo, senão pela tentativa de conformar as expectativas dos trabalhadores a regras, evitando, assim, maiores resistências. Por meio dele, tem-se a ideia de que estavam sendo atendidos em suas demandas. Tais relações são fruto de um processo histórico complexo que se rearticula de tempos em tempos à medida que necessita ser novamente reformulado.

Nesse contexto, partimos do princípio de que tal processo precisa ser visto a partir das ações dos sujeitos e de como lutaram pela modificação das regras que estavam colocadas. Compreende-se que o capital em si não determina tais regras, mas são as relações sociais de exploração do trabalho e de produção que levam a sua modificação. Assim, concebo a história em movimento e como nesse movimento as relações são rearticuladas por meio da elaboração de projetos que não respondem, mas conformam as expectativas dos trabalhadores, jogando, inclusive, com seus valores.

Tal processo precisa ser compreendido na dinâmica na qual ocorre, da necessidade constante de mudanças nas relações sociais capitalistas e como afetam a vida dos trabalhadores. Esses, impossibilitados de promoverem maiores mudanças, pois “Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*”, lutam do modo que podem pela mudança das regras. Sendo que a “consequência da reestruturação das *relações* de poder, das formas de dominação e da organização social tem sempre sido um desdobramento do conflito”. A transformação da vida material é o foco e é ela que determina “as condições dessa luta”, sendo que o resultado se dá “apenas pela luta em si mesma”. Assim, “as alterações nas relações produtivas” são fruto de relações que, ao “serem *vivenciadas* na vida social e cultural” repercutem em ações, que, por sua vez, levam historicamente a mudanças sempre pautadas na “linha da menor resistência”.

No entanto, vale ressaltar que não é sempre que os sujeitos lutam pela mudança das regras. A proposição sugerida por Thompson precisa ser analisada em cada momento histórico. Se no caso estudado identificam-se lutas e formas de organização diante das pressões vivenciadas, materializadas na disputa por terra, por problemas de escoamento da produção, falta de representatividade etc. não é sempre e em todo caso que ações como essas são identificadas. Considera-se que, no campo de relações de forças vivenciadas pelos sujeitos enquanto luta de classes, lutar pelas questões que estão colocadas não pode ser vista como

regra geral. Não significa negar a existência de ações de resistência, porém, há que se considerar que não são todos os trabalhadores que lutam contra o status quo. O cenário atual, por exemplo, vem dando mostras de sua aceitação e defesa como resposta aos dramas sociais vivenciados. O crescimento de práticas fascistas no Brasil e a aceitação radical da ordem é exemplo desse processo.

Voltando às propagandas, vale ressaltar que foram divulgadas num período político de mudanças e de novas projeções na relação campo e cidade. A emancipação política de Rolim de Moura ocorreu um ano antes de outras mudanças políticas a nível nacional. Em 1985, com a nomeação de Ângelo Angelim<sup>218</sup> para governador do estado, a política agrícola sofreu algumas mudanças, embora as demandas continuassem sendo as mesmas.

Os problemas que estavam colocados passaram a ser noticiados pelo O Globo cuja ênfase no elevado número de migrantes que não cessava de chegar ao Estado era atribuída ao governo Federal por não assumir a responsabilidade no atendimento da população. Para o jornal, o apoio ao campo dependia de sanar as privações como saúde, educação, energia elétrica e questões relativas ao meio ambiente:

O plano de ação de Angelin pretende garantir total apoio à produção desses colonos, com o fornecimento de mudas e sementes e orientação da produção. O objetivo é incentivar a plantação de culturas perenes, como café, cacau, guaraná e seringueira, que permitirão aos agricultores aumento de seus rendimentos. É necessário ainda garantir uma infra-estrutura de transportes, para o escoamento da produção agrícola, facilitar o armazenamento dos produtos e criar bases para sua comercialização. O resultado positivo dessas ações depende de esforços conjugados com outras áreas diretamente ligadas à produção agrícola. É preciso que paralelamente, Rondônia equacione seus problemas de saúde, educação, energia elétrica e meio ambiente. [...] Rondônia tem deficiência crônica de energia elétrica, porque seu sistema, dependente de óleo combustível, não consegue atender a 50 por cento da população urbana do Estado. Para Angelim é importante que seja ampliado rapidamente o fornecimento de energia elétrica no Estado, de modo a permitir a instalação de indústrias, o que permitirá o aumento de riqueza do Estado – que deixará de exportar apenas matérias brutas -, além de gerar empregos que irão absorver as pessoas que não conseguirem ser assentadas pelo programa fundiário [...] A agricultura de Rondônia, hoje, está falida. Aqui não vivemos o Eldorado, como se costuma divulgar. O Governo está preocupado com o problema e todo o trabalho está concentrado no atendimento ao pequeno produtor, com a intenção de fixa-lo em sua gleba<sup>219</sup>.

Como previam os diagnósticos do INCRA, as projeções passaram de uma produção voltada à plantação de alimentos para uma produção perene, como o café, o que confere, ao menos nesse aspecto, uma continuidade da política que vinha sendo desenvolvida pela

<sup>218</sup> Governador de Rondônia de 1985 a 1987, nomeado pelo presidente José Sarney. Foi o último Governador biônico de RO.

<sup>219</sup> Reportagem “Rondônia: agricultura sofre com migrações”, Jornal O Globo, 24 de julho de 1985, p. 20.

autarquia, apesar das críticas. Chama atenção o fato de que os conflitos que ocorriam foram desconsiderados como problemas que afetavam o campo, apesar de reconhecer que a agricultura encontrava-se falida e, que, portanto, de algum modo os projetos em curso precisavam ser modificados.

Vimos que, desde a década de 1980, as projeções em torno da produção de energia eram divulgadas junto a proposta de Núcleos urbanos. Vale ressaltar que as demandas apontadas nos materiais produzidos pelo INCRA e CPT na década de 1970 continuaram as mesmas.

A ênfase porém, passa a ser a produção de energia elétrica, como mecanismo que permitiria a implantação de indústrias, a geração de empregos para a absorção de pessoas que já se visualizava, não conseguiria terra. Sob a justificativa de que a agricultura estaria falida, era preciso reformular os projetos, embora o discurso empregado era atender o “pequeno agricultor” e fixa-lo a terra. Para isso levantou-se velhas demandas como o problema da construção e manutenção de estradas como forma de escoar a produção, montagem de armazéns próximos aos trabalhadores que evitassem o pagamento de fretes, armazéns equipados com balanças e secadores, apoio da Secretaria de Agricultura para o fornecimento de sementes e mudas a fim de obter uma produção diversificada, além do plantio do arroz, milho, e feijão. Mencionava-se o incentivo ao plantio do café, guaraná, seringa, cacau, frutas tropicais como caju e abacaxi. O sistema de armazenagem ainda objetivava evitar atravessadores. Já a diversificação da produção visava à obtenção de maior renda favorecendo, assim, a suposta permanência no campo.

No entanto, vimos anteriormente a avaliação dos trabalhadores a respeito da seletividade do atendimento da CIBRAZEM, noticiada no Jornal Tribuna Popular e como ficavam vulneráveis aos atravessadores. A política de preço mínimo e os problemas de entrega da produção estavam entre os principais elementos destacados pelos trabalhadores pelos quais interpretaram e denunciaram a condição de vulnerabilidade que estavam expostos.

Em vídeos<sup>220</sup> produzidos sobre a década de 1980, constatei alguns elementos que ajudam compreender a dinâmica que se estabelecia em relação ao comércio. Além da referência à existência de cooperativas, segundo divulgação do Jornal Tribuna, grande parte do que se produzia era comercializado em cerealistas. Por esse motivo, o combate aos atravessadores se colocou como interesse do INCRA e posteriormente do poder municipal, já que esse tipo de comércio causava concorrência e inviabilizava a sistematização de

---

<sup>220</sup> Trata-se de vídeos produzidos pelo Programa Nossa Gente, Rolim de Moura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bhD1LHZsdrw>>.

cooperativas. Porém, outras formas de comercialização se estabeleceram no período, como veremos.

A “preocupação” com questões relativas ao campo, porém, estavam projetadas num processo de mudanças nas relações sociais capitalistas, em que a não produção de energia era considerada um impeditivo para o estabelecimento de indústrias. Essa preocupação não advinha apenas do governo do Estado, mas do poder municipal como vimos no segundo capítulo. A ênfase na produção de energia e na industrialização se acentuaram e as noções de “progresso” e “desenvolvimento”, até então atreladas ao campo, passaram a ser projetadas numa relação campo e cidade, para que, assim, outras atividades pudessem ser desenvolvidas. No que diz respeito à projeção do governo do Estado, a necessidade de produção de energia passou a ser justificada enquanto uma demanda da cidade que estava crescendo. Se até então os problemas enumerados pelas autoridades políticas estavam atrelados ao campo, eles passam a incorporar outras demandas como sendo urbanas:

- [...] – O senhor poderia destacar os principais problemas do Estado na área social?
- São muitos. No ano passado, registramos oficialmente 170 mil casos de malária. Veja bem, se é possível a um Estado ter uma situação destas. Este ano, a nossa previsão é ainda maior. Quantas pessoas não morrem por falta de assistência médica? Muitas morrem porque não se tem estrada para transportar o doente. Ele morre no meio do mato. Temos milhares e milhares de casos. O colono é jogado no meio do mato, sem escola, estrada e posto de saúde. Algumas famílias contraem malária e acabam morrendo nos locais. A falta de estrada prejudica também o transporte da produção agrícola. Nas cidades, o problema é grave. Elas crescem rapidamente e não temos energia e nem água, que são duas coisas fundamentais. O (ou) não tem rede de esgoto
- [...] - O governo estadual tem tentado atacar o problema da energia?
- O governo está construindo pequenas centrais hidrelétricas para tentar amenizar o problema energético. Estamos importando oito máquinas do Equador e 20 da União Soviética.
- [...] – O Estado enfrenta problemas com as populações indígenas?
- Existem problemas com os índios que surgem por causa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O número de índios é pequeno, mas há uma política da Funai no sentido de criar grandes reservas de índios no Estado. Rondônia tem atualmente quatro milhões e poucos mil hectares só de reservas indígenas. Eu considero isso um absurdo porque não tem índio para isso. As áreas de reservas indígenas são as melhores, ou seja, as mais férteis e com pesquisas de grandes jazidas de minérios. Eu pergunto, então: por que será que coincidentemente as melhores áreas e as melhores jazidas estão nas reservas dos índios?
- O senhor não concorda com demarcação das terras dos índios?
- Claro que sou favorável a que se dê terra ao índio. Ele é nativo e tem direito a sua terra. Mas, eu não concordo com o critério adotado pela Funai<sup>221</sup>.

A fonte acima faz parte de uma entrevista com o governador do Estado, Ângelo Angelim. Nela, é possível destacar diversos elementos sobre o processo que discutimos desde

<sup>221</sup> Reportagem “Angelim pede mais apoio do governo”, Jornal O Globo, 22 de dezembro de 1986, p. 14.

o primeiro capítulo. A saúde ainda se colocava na pauta dos problemas e a impossibilidade de sanar as endemias, principalmente a malária, levou posteriormente a criação do cargo de agente de saúde. Quanto à energia, a solução para o Estado estava projetada nas pequenas Centrais Hidrelétricas. E os tensionamentos em relação à questão indígena indicavam que os conflitos com a Funai se estenderam para além da década de 1980. Se em 1970 as investidas contra as terras indígenas eram justificadas pela necessidade de expansão dos projetos de colonização, em 1980 as negociações e conflitos com a Funai estavam atreladas a investidas nas terras que foram a eles destinadas, tendo como justificativa a fertilidade e as jazidas de minérios presentes nelas. Segundo o governador, era um absurdo manter a população indígena nessas terras. Em sua concepção seria desperdiçar a possibilidade de explorá-las, o que gerou investidas em áreas, dentre as quais, as mais próximas de Rolim de Moura, está a Reserva Roosevelt, em Espigão do Oeste.

No decorrer da década de 1980, a chegada de pessoas continuou servindo de justificativa aos problemas. O governador Jerônimo Santana<sup>222</sup>, posterior a Angelim, elegeu como principais problemas a educação, a saúde e a energia.

[...] – O Governo criou todos esses problemas, incentivando a migração para Rondônia. Nada mais justo, então, que ele nos ajude a resolvê-los.

[...] – Os problemas de Rondônia são muito graves e todos são prioridades de minha administração – lembra o Governador. Contudo, três deles, educação, saúde e energia, têm recebido maior atenção de nosso Governo, que vem buscando recursos em todos os cantos e de todas as formas para minimizá-los<sup>223</sup>.

A reportagem também é parte de uma entrevista realizada com o governador. O que marca a diferença dessa para outras reportagens é a exposição dos conflitos agrários sinalizando para o problema da “invasão” que deveria ser contido:

Além desses seríssimos problemas e da falta de estradas, saneamento, água tratada, habitação, rede de armazéns, assistência técnica para o produtor rural e equipamentos urbanos, Rondônia tem outro que o Governo considera dramático: as 50 mil famílias que vivem invadindo terras devolutas, propriedades particulares e reservas indígenas em busca de um pedaço de chão para produzir e criar seus filhos. Ele reclama uma ação decidida do Governo federal em Rondônia na questão da reforma agrária.

<sup>222</sup> Jerônimo Santana foi o primeiro governador eleito em Rondônia por meio do voto direto em 1986, exercendo um mandato de quatro anos.

<sup>223</sup> Reportagem “Rondônia procura equilibrar problemas com a migração”, Jornal O Globo, 06 de outubro de 1987, p. 25.

- Se isso não ocorrer, a qualquer hora o Estado explodirá em violência. Quando reclamamos maior atenção do Governo e um tratamento especial, não estamos pedindo favores<sup>224</sup>.

Mesmo com a instituição municipal, o INCRA não deixou de ser responsável pela distribuição de terras a partir da necessidade de criação de novos projetos<sup>225</sup>. No entanto, foram insuficientes para o atendimento da demanda, o que levou a organização dos trabalhadores a empreenderem diversas ocupações em todo o Estado.

Anália, ao se casar, buscou, junto ao marido, trabalho no campo. O receio em cuidar de uma fazenda, por encontrar-se localizada em área de conflito os fizeram voltar para a cidade. Restou ao marido se empregar em uma laminadora e a ela o trabalho como doméstica:

Anália: No campo, devido a gente já conhecê as técnica de violência a gente achô melhor voltá pra cidade e vim pra nossa casa, os filho da gente ficô com medo né, que Rondônia quereno ou não quereno ainda é um lugar de muita violência na, nem que você seja só o capataz ou alguma coisa lá na fazenda, exise ainda muito conflito então as vez cê tá arriscano a vida da sua própria família ficá numa terra que nem é sua, cê tá trabalhano cê nem é o patrão, mas cê ve que o patrão já é mais a favor da violência né, então a gente falô não, vamo embora porque aqui não é pra nós, e viemo embora, aí voltei estudá e terminei graças a deus o meu estudo<sup>226</sup>.

Anália residiu no campo com o esposo e o primeiro filho. Quando menciona que “os filho da gente ficô com medo né, que Rondônia quereno ou não quereno ainda é um lugar de muita violência” ela se refere a possíveis casos de violência visualizadas no presente. Seus outros dois filhos nasceram quando já havia retornado do campo, portanto, não vivenciaram o período no qual narra. Assim, a violência certamente possui relação com o presente a partir de situações que não estão distantes de seu cotidiano. Porém, foram, por ela, silenciadas.

Ao perguntar a Edeonil se ele ou o pai, em algum momento, procuraram fazer inscrição no INCRA, mencionou que estavam suscetíveis à violência no processo de disputa e luta pela terra quando chegou a Rondônia em 1986:

Cátia: O senhor nunca quis fazer inscrição no INCRA?

Edeonil: Não, não dava mais certo não, eles chamava pra fazer grilo e grilo e grilo eu não gosto, os Sem terra e coisa grilado assim eu não entro no meio não, não. É igual eu falei pra minha mulher, morro sem um alqueire de terra do que levar um chumbo numa costela.

Cátia: E pelo INCRA?

<sup>224</sup> Reportagem “Rondônia procura equilibrar problemas com a migração”, Jornal O Globo, 06 de outubro de 19/87, p. 25.

<sup>225</sup> Além dos PICs (Projetos Integrados de Colonização) o INCRA também criou diversos outros projetos como forma de atender a demanda por terra frente ao intenso fluxo migratório no Estado, como os PAD (Projetos de Assentamento Dirigido) e os PARs (Projetos de Assentamento Rápido).

<sup>226</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

Edeonil: Não dava mais não, ichi nem pra quarenta (linha rural) a fora, em lugar nenhum pegava mais terra  
 Cátia: Chegou fazer a inscrição?  
 Edeonil: Não, eu nunca fiz, meu pai também nunca fez<sup>227</sup>.

Para além da violência no campo, Edeonil assinalou para formas de organização já existentes quando chegou a Rondônia. Inserir-se em organizações que lutavam pela terra foi interpretado pelo entrevistado como um risco em perder a vida. Por isso, escolheu enfrentar as formas de trabalho disponíveis. Assim como Anália e Gilberto, Edeonil situou os conflitos e aspectos relativos à constituição do campo e da cidade marcados por disputas pela terra e pelas possibilidades de trabalho que variavam entre serrarias, plantações de café e os chamados bicos, trabalhos realizados na cidade que eram alternados ou realizados quando não conseguia trabalho no campo.

Compreendo que as questões discutidas até aqui evidenciam o campo de disputas enfrentadas pelos trabalhadores. Os entrevistados e as evidências presentes na imprensa assinalaram para a constituição de formas coletivas de luta. A natureza dessas organizações são diversas. Para compreendê-las, tomei como orientação as considerações de Hobsbawn acerca do processo de constituição das classes sociais a partir de elementos de identidade que propiciam formas coletivas de luta em torno de interesses comuns, de classe (HOBSBAWN, 1987)<sup>228</sup>.

O autor destaca que interesses individuais tornam-se coletivos à medida que verificasse fatores comuns que identificam os trabalhadores e que expressam uma consciência coletiva. Elementos como as condições de vida e práticas políticas foram utilizados por Hobsbawn para compreender a formação da classe operária inglesa. Sua preocupação estava em entender não apenas a forma que a classe operária se via, seus elementos indeníveis, mas as relações sociais que os trabalhadores estabeleciam com outras classes e sujeitos históricos e como eram vistos por eles.

A partir de Hobsbawn (1987), compreendemos que entender formas de organização coletiva leva em consideração o fazer-se dos sujeitos. A guinada na noção de sujeito ocorrida no interior da História Social na década de 1980, ao romper com uma concepção fechada em

<sup>227</sup> Entrevista realizada com Edeonil em 10 de maio de 2016.

<sup>228</sup> Ao estudar o fazer-se da classe operária inglesa no processo de Revolução Industrial, o autor se atentou a observar gostos, costumes e estilos de vida dos trabalhadores no sentido de demarcar a emergência da classe operária. Para Hobsbawn, a classe operária inglesa não era uma classe pronta e acabada, mas em processo de constituição. Para o autor, as classes sociais estão sempre mudando, por isso ele as percebe no seu fazer-se. Entre os fatores que identificavam os trabalhadores estavam o uso de boné, o estilo de vida e de lazer que apresentavam, a filiação a sindicatos e partidos, etc. A vida cotidiana era responsável pela formação de uma consciência de classe que apontava para a união solidária dos sujeitos em busca de melhores condições de existência, o que, por sua vez, fazia com que houvesse organizações de sindicatos.

torno dos sujeitos e conceitos históricos, permitiu aos historiadores refletir sobre o conjunto de transformações ocorridas nos mundos do trabalho e dos trabalhadores. Os sujeitos passam a ser visualizados no processo real, independente da inserção em movimentos, partidos ou sindicatos. A revisão conceitual permite o estabelecimento do diálogo entre teoria e prática, sendo os conceitos problematizados à luz da prática social, de modo a compreendê-los no movimento histórico.

Por esta via, as contradições são trazidas ao palco da história, num movimento relacional e articulado às práticas sociais e às relações de poder. No diálogo com Thompson, entendemos que investigar formas coletivas de organização perpassa considerar classe como um conceito histórico, investigado a partir das experiências dos sujeitos, suas ações, ou não, de resistência, formas individuais e coletivas de organização e os valores presentes em cada contexto histórico. Como um campo aberto à investigação, classe não é vista como dada, tampouco a teoria pensada como pronta, mas testadas na realidade a ser investigada. Segundo o autor:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus [...] classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Na pesquisa ficou clara a relação dos trabalhadores com a igreja e o Estado. Situamos a correlação de forças com o INCRA desde o primeiro capítulo. No que se refere à igreja, ressaltei anteriormente que sua atuação em Rondônia não foi uma ação isolada. O papel cumprido pela Instituição data da década de 1970, no apoio às lutas de trabalhadores empreendidas em todo o país. Com a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em 1975, em Goiânia, houve a intensificação das lutas junto aos trabalhadores em Rondônia. Porém, vale frisar que a ação levada a frente pela igreja consistia em um movimento teológico e político de parte da igreja e de leigos que, em alguns casos, predominou, no entanto, não pode ser visto como homogêneo. Tampouco considerar que seu objetivo estava em resolver os problemas que se apresentavam. Enquanto instituição, disputava poder num momento histórico e numa localidade que se constituía marcada por privações.

Assim como a história, o papel cumprido pela igreja precisa ser visto enquanto um movimento contraditório. A realidade política do país, discutida por parte da igreja junto aos grupos de trabalhadores trazia à tona problemas ligados à ditadura e ao problema agrário. De acordo com Souza, “os debates estão, assim, na raiz da constituição posterior dos Sindicatos

dos Trabalhadores Rurais (STTR), do PT e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Rondônia” (SOUZA, M., 2011).

Quanto à saúde, a ação culminou em formas de organização em torno da prática da medicina alternativa e no mesmo movimento de apropriação desses saberes. Embora de extrema importância na constituição dessas e outras formas de organização coletiva, a instituição não foi responsável pelas lutas empreendidas pelos trabalhadores, mas por sua intermediação criando grupos de reflexão por meio das Cebs (Comunidades Eclesiais de Base) nas quais instruía sobre a importância de engajar-se em movimentos sociais na luta e conquista de direitos.

Sader (1988), ao estudar a constituição dos movimentos sociais na década de 1970, apontou para a diversidade que os movimentos apresentavam sem, no entanto, indicarem compartimentação das classes ou camadas sociais. Constituíam diversas formas de expressão, acompanhadas quase sempre da presença de parte da Igreja Católica e de sua rede de agentes pastorais e estruturas de funcionamento.

Ao utilizar a expressão “novo sujeito” para designar a configuração de sujeitos criados a partir da prática política e social, compreendeu que, embora coletivo, não estava preso a organizações ou a determinadas instituições como as igrejas, os Sindicatos e as esquerdas. Estes precisaram encontrar novas vias para reatar relações com os novos sujeitos, a partir do surgimento de novos discursos e práticas por parte desses. A falta de representatividade de tais instituições relacionado aos problemas vivenciados pelos sujeitos no período, levou-os à defesa da autonomia de movimentos sociais em relação à política institucionalizada. Ação que promoveu a constituição de um novo sujeito social, novos lugares para o exercício da política e novas práticas diretamente relacionadas a vontades e interesses dos próprios sujeitos.

Assim, padres e bispos de orientação progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, passaram a lutar junto aos sujeitos por seus direitos, num movimento que não ficou restrito somente à grande São Paulo, como discute Sader, mas que pode ser investigado de modo mais amplo a partir das especificidades das localidades em que a atuação da igreja se fez presente.

O discurso advindo da Teologia da Libertação foi utilizado pela igreja para organizar o maior número de pessoas para lutar por demandas que estavam colocadas. A Teologia da Libertação despertou a consciência pela politização sobre as demandas postas no cotidiano e para as formas de opressão vividas pelos trabalhadores.

Para Sader, a matriz discursiva da Teologia da Libertação “emerge nas comunidades da igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular<sup>229</sup> e apoia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do ‘reconhecimento imediato’ estabelecido através da religiosidade popular” (SADER, 1988, p. 144). Assim, a igreja intervinha nas comunidades por meio da fé, movendo os sujeitos a partir do discurso da liberdade dos oprimidos. Esse fenômeno estimulou, por intermédio dos movimentos, a busca pelo exercício da democracia. Por meio da ação, as pessoas se reconheciam enquanto sujeitos e buscavam, pela luta, uma realidade mais justa e igualitária.

A Teologia da Libertação esteve presente nas discussões propostas pelos Movimentos Sociais. A bandeira levantada pelo MST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra) em torno da Reforma Agrária politizou e politiza sobre a necessidade de mudança na estrutura fundiária por meio da redistribuição de terras improdutivas que atenderia à necessidade de inúmeros camponeses desfavorecidos.

A criação do MST em Rondônia possui relação com a articulação política nacional que reuniu camponeses em 1984 em Cascavel no Paraná. Em grande medida, as mobilizações nos estados foram organizadas pela CPT. Segundo Murilo Souza (2011), a CPT em reuniões com Comunidades de Base e nos Sindicatos de Trabalhadores rurais elegeu representantes de Rondônia para participar do encontro no Paraná. Dali em diante, criariam uma regional do MST em Rondônia e iniciaria uma série de ocupações pelo Estado.

A partir da década de 1990, outros movimentos se constituíram como o MCC (Movimento Camponês Corumbiara), a LCP (Liga dos Camponeses Pobres), e o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores)<sup>230</sup>. Assim, Sader contribuiu para pensar a constituição de formas coletivas de organização no decorrer das décadas de 1980 e 1990 na localidade estudada e regiões próximas. A diversidade em torno das organizações que se constituíram possui relação com a atuação que a igreja e suas pastorais tiveram junto a movimentos já existentes, como é o caso do MST, ou na organização e politização do cotidiano junto aos trabalhadores, responsáveis pela criação do Sindicato dos Trabalhadores, do Partido dos Trabalhadores e das Pastorais.

O processo de privação repercutiu sobre eles e a constituição de Movimentos Sociais e outras formas coletivas de organização conferiu sentidos e identidades que perpassam as

---

<sup>229</sup> Para Fenelon, o conceito de cultura popular é ambíguo. Por isso a necessidade de problematizá-los. Para a autora “os termos ‘povo’ e ‘popular’ são sempre difíceis de serem tratados. Em seu nome se tem forjado grandes tentativas de definir projetos elaborados de dominação para o ‘bem do povo’ para conseguir o povo dócil, que sempre diz sim ao poder” (FENELON, 2009, p. 51).

<sup>230</sup> Não foi objetivo na pesquisa discutir cada um dos Movimentos constituídos no Estado de Rondônia. Compreendo ser necessário pesquisas específicas sobre os temas.

relações estabelecidas entre campo e cidade. Interessa-nos assim, avaliar, de modo específico, as configurações das formas coletivas de organização constituídas em Rolim de Moura, questão que trataremos mais a frente e no próximo capítulo.

Acompanhando os registros feitos pela CPT, até meados da década de 1990, diversos casos de violência contra trabalhadores engajados no MST teriam ocorrido numa localidade a aproximadamente 30 km de Rolim de Moura, Santa Luzia<sup>231</sup>. Na reportagem “Pm’s continuam a espancar Sem Terra nas ocupações em RO”, a denúncia feita pela CPT sobre a expulsão de um grupo de trabalhadores situa sobre conflitos relativamente recentes e próximos a Rolim de Moura:

As duzentas famílias de trabalhadores rurais sem terra que ocuparam dia 29 de julho passado, a fazenda Araucária no município de Santa Luzia do Oeste, foram expulsas por cerca de 150 soldados da Polícia Militar e jagunços de fazendeiros no dia 13 de agosto último. Mais uma vez a PM usou da violência contra trabalhadores rurais durante o despejo. As famílias dos Sem Terra perderam suas plantações feitas na área ocupada após a ação policial. Até o fechamento desta edição os Sem Terra estavam acampados num campo de futebol em Rolim de Moura e sobrevivendo de pequenos serviços e da solidariedade da população daquela localidade<sup>232</sup>.

Após expulsão, os trabalhadores realizaram diversas manifestações<sup>233</sup> e ocupações na sede do INCRA de Pimenta Bueno/RO. Outras reportagens ainda dão conta das más condições<sup>234</sup> a que ficaram submetidos.

O processo de luta pela terra realizado resultou na formação de assentamentos e acampamentos. Conforme pontua Murilo Souza (2011), na mesorregião geográfica do Leste rondoniense, formaram-se dois acampamentos, o Silvio Rodrigues, em Alvorada do Oeste/RO e o Acampamento Che Guevara, em Alto Alegre dos Parecis/RO. E, três assentamentos, sendo eles o 25 de Julho em Espigão do Oeste/RO, criado em 1990, o Assentamento Padre Ezequiel Ramin em Mirante da Serra/RO, criado em 2001, e o Assentamento 14 de agosto em Ariquemes, criado em 2009. A formação dos acampamentos e assentamentos fez diminuir os casos de conflitos em Rolim de Moura e Santa Luzia ou deixaram de ser registrados pela CPT a partir da década de 2000. A partir desse período, houve uma perda de força da instituição na localidade, questão que discutiremos no último capítulo. É possível que os trabalhadores que

<sup>231</sup> Santa Luzia foi desmembrada de Rolim de Moura em 1986.

<sup>232</sup> Reportagem “Pm’s continuam a espancar Sem terra nas ocupações em RO. Informativo CIMI e CPT/RO, 11 de novembro de 1993, nº18. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Fazenda Araucária.

<sup>233</sup> Reportagem “Despejados da “Araucária” fazem passeata de protesto. Eles exigem posição do INCRA sobre reforma agrária, Jornal O Estadão, 07 de setembro de 1993, p. 6. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Fazenda Araucária.

<sup>234</sup> Reportagem “Diarréia e desnutrição ataca Sem terra, Jornal O Estadão, 08 de outubro de 1993, p. 6. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Pasta Conflito Fazenda Araucária.

lutavam por terra nessas localidades tenham se organizado nos acampamentos e assentamentos que foram se constituindo a partir da década de 1990.

Destaco, também, a luta ocorrida a aproximadamente 50 Km do Setor Rolim de Moura, que se arrastou por décadas, relacionada à Fazenda São Felipe. Diversas ações de resistência pressionaram a desapropriação. A primeira ação ocorreu em 1977, e em 1980 novo enfrentamento ocorreu, pressionando o INCRA a distribuir terras em Alta Floresta Do Oeste, na época ainda um vilarejo, a aproximadamente 100 Km de Rolim de Moura. Outros trabalhadores deram continuidade à luta na referida fazenda e lograram êxito com sua desapropriação a partir do ano de 1984, quando tiveram os primeiros lotes distribuídos.

A organização dos trabalhadores possui relação com uma experiência de expulsão sofrida no denominado Núcleo Abaitará, criado no mesmo período que o Setor Rolim de Moura e bem próximo a ele. Esses, juntamente com os que chegavam no intenso fluxo migratório e não obtinham sucesso com a distribuição de terra que, em tese, estaria sendo realizada pelo INCRA, compuseram o movimento organizado em torno da desapropriação da fazenda São Felipe.

O desenrolar das lutas também tem sua origem na fazenda Corumbiara, foco de diversos conflitos. No que pese os insucessos, mortes e disputas envolvendo os diversos casos de conflitos no Estado na década de 1970, a ação dos trabalhadores na Fazenda São Felipe repercutiu de tal modo que resultou em algumas conquistas. Estas se materializaram tanto na conquista de terras por trabalhadores na região de Alta Floresta do Oeste quanto na desapropriação da Fazenda São Felipe quando o presidente João Figueiredo a declarou como área de interesse social. Mais tarde, em 1994, a área se tornou um projeto de assentamento, teve sua emancipação, constituindo-se na atual cidade de São Felipe Do Oeste.

Analisando as fontes, o que fica desse processo é a constante justificativa sobre a falta de recursos de modo a sanar os problemas que se apresentavam. Desde as fontes produzidas pela autarquia na década de 1970 até as reportagens divulgadas pelo Jornal O Globo nos deparamos com uma série de demandas postas no social.

Tratou-se de relações complexas, em que as mudanças vivenciadas estão marcadas por conflitos constantes que se modificavam em função da resistência dos trabalhadores e a medida que a dinâmica das relações capitalistas se alterava.

No que diz respeito a saúde, frente à ausência de saúde pública na década de 1970, a alternativa era recorrer aos saberes ligados à natureza, a partir das relações estabelecidas com os sujeitos do lugar. Em meados da década de 1980 o governo do Estado, tendo em vista a situação de calamidade no que diz respeito às endemias e outras necessidades relativas a

tratamentos, projetava na medicina alternativa e no trabalho de agentes de saúde uma saída para a falta de saúde pública.

[...] Angelim – a questão da saúde é outra grande preocupação do meu Governo. O colono não tem formação adequada para manter padrão de higiene razoável, para ter uma casa saudável. Ao mesmo tempo, não tem educação preventiva em relação a doença. Ele facilmente fica doente. O nosso povo da agricultura, 99,9 por cento dele tem verminose, que é a primeira doença que aparece no colono. A malária é outra doença facilmente contraída. Por isso temos necessidade de um esquema de medicina preventiva e, ao mesmo tempo, de uma medicina curativa, de assistência. Precisamos ter hospitais nos municípios, equipados com corpo médico e medicamentos, para atender aos colonos no local em que moram. Hoje o colono tem que ir a Porto Velho para ser medicado. O deslocamento de um colono de Vilhena ou de Cerejeiras até Porto Velho significa uma viagem de até 850 quilômetros. Isso é um absurdo<sup>235</sup>.

Para o governador, a falta de saúde tinha relação com a falta de formação e de higiene dos trabalhadores. Por isso, havia a necessidade de “educá-los” de modo que prevenissem doenças. A verminose, doença que junto a malária eram as que mais atacavam, do mesmo modo, era atribuída à falta de higiene desconsiderando, por exemplo, a falta de tratamento de água, esgoto e saneamento. Esses aparecem no jornal *O Globo*<sup>236</sup> como culpados pelas precárias condições de saúde. Ao criar essa necessidade de “educá-los”, tal tarefa foi assumida posteriormente por agências como a CPT e a igreja Luterana. Seja formando agentes para atuarem no Estado, ou na elaboração de cartilhas explicando maneiras corretas de se alimentar, de higiene e outros, a reportagem anuncia o que a CPT e a igreja Luterana criariam a partir de 1988.

A saúde estava na pauta das demandas, e a intenção do Estado era promover um esquema de medicina preventiva, ao mesmo tempo, de uma medicina curativa, de assistência, além da criação de hospitais nos municípios que se constituíam. A igreja assume a demanda relativa a tratamentos alternativos, pauta de execução do Estado, incorporando as demandas ao mesmo tempo em que o Estado necessitava da sistematização de uma medicina alternativa como forma de resolver, ao menos em parte, os problemas relativos à saúde pública. De início, atuou o MOPS (Movimento Popular de Saúde) e, posteriormente foi criada a Pastoral da Saúde. Ao desenvolver a medicina alternativa a igreja conferiu um novo modo de “colonizar”, ao se apropriar de saberes tradicionais imprimindo a eles outros sentidos. Posteriormente, a sistematização de diversas outras pastorais também conferiu vários sentidos

<sup>235</sup> Reportagem “Rondônia: agricultura sofre com as migrações”, *Jornal O Globo*, 24 de julho de 1985, p. 20.

<sup>236</sup> Vale destacar a cumplicidade do *Jornal O Globo* com a ditadura militar na divulgação dos projetos de colonização. A parceria assumida pelo jornal com os projetos elaborados pelo regime militar o fazia cobrir sistematicamente os rumos que tomavam positivando-os.

à localidade a partir do que para a instituição eram considerados valores. Tais valores morais puderam ser constatados nos relatórios emitidos pela igreja acerca de temas diversos, como alcoolismo, uso de drogas, aborto e outros<sup>237</sup>.

Até aqui, problematizei as mudanças nas relações sociais capitalistas e as deficiências da política agrícola adotada no Estado. Os problemas apresentados pelo sistema de financiamento, como na década de 1970, junto aos problemas com a comercialização pressionaram a permanência dos trabalhadores no campo. Junta-se a esses o problema de acesso a terra constituindo elementos comuns na definição e na organização de formas coletivas de luta, aqui compreendidas como expressão de outras possíveis ações de resistência cotidianas. A ênfase na produção de energia e na industrialização passaram a ser a tônica do discurso governamental. Diversos projetos passaram a ser desenvolvidos no âmbito do estado e por meio da igreja. Na sequência, continuo destacando o processo de mudanças no campo e a atuação da igreja nesse processo.

### 3.2.1 Mudanças no campo e a atuação da igreja católica

Alguns dados colhidos no IBGE de 2010 indicam um aumento considerável da população urbana em Rondônia entre os anos de 1980 a 2010:

**Tabela 1 - População Rural e Urbana (1980-2010)**

Ano	Rural	%	Urbano	%	Total
1970	56.079		60.541		116,62
1980	263.689	370,20	239.436	295,49	530.125
1990	472.702	79,26	658.172	174,88	1.130,87
2000	494.744	-4,66	883.048	34,16	1.377,79
2010	413.229	-16,47	1.149.180	30,13	1.562,409

Fonte: IBGE (2010)

Os dados indicam que, em 1980, a população urbana em todo o Estado era de 239.436 contra 263.689 na área rural. Nesta década, Rondônia teve um aumento populacional de 331% contra 65% da década anterior. Na década de 1990, a população urbana passou para 658.172 e a população rural 472.702, e o aumento populacional cresceu consideravelmente em relação à década de 1980. Em 1990, o aumento foi de 125%. A população urbana continuou

<sup>237</sup> Não aprofundamos nessa discussão na pesquisa porque entendemos ser necessário um trabalho específico sobre esse tema.

aumentando nas décadas posteriores e em 2010 estava na casa de 1.149.180 e, (a população rural 413.229, com um aumento populacional apenas de 13%.

Dados da SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento de Rondônia) produzidos em 1984 já indicavam o processo de reorganização do campo em Rondônia:

[...] em 1978 69,8% dos migrantes eram procedentes da roça, contra 28,6% procedentes de cidades; já em 1983 o processo se inverteu: apenas 31,1% eram procedentes da roça, contra 66,9% oriundos de cidades. Esse fenômeno poderá explicar o crescente processo de crescimento da população urbana nas principais cidades do recém criado Estado de Rondônia (RONDÔNIA, 1984, p. 21).

Em 1988, um estudo realizado pelo CEPAMI<sup>238</sup>, indicava que estava havendo uma migração dentro do próprio Estado. Nesse estudo, é ressaltado os constantes deslocamentos que ocorriam, os quais aparecem nas falas dos trabalhadores. Vários entrevistados passaram por outras cidades antes de Rolim de Moura e, em sua maioria, o fato de se mudarem para Rolim é indicado nas narrativas pela necessidade de possibilitarem estudo aos filhos. A cidade, devido ao fato de estar localizada num entroncamento que dá acesso a diversas outras cidadezinhas, recebe diversas pessoas que recorrem a ela para compras, consultas médicas e estudo.

Outros dados desse levantamento<sup>239</sup>, realizado pela CPT, sobre a venda de lotes em diversos municípios do Estado, dentre eles, Rolim de Moura, apontaram que a migração que até poucos anos tinha como direção o campo, tendo como procedência o Paraná, Mato Grosso e outros estados, dava sinais de mudanças do campo para a cidade.

Nesse material, interrogava-se sobre quais estariam sendo os motivos do êxodo rural em regiões ocupadas há mais tempo e nas regiões recentes que também assinalavam para esse movimento. Os dados ainda apontam migração para municípios de outros estados. Do levantamento realizado com 643 famílias, a CPT constatou que 50% das famílias não haviam adquirido terra. Quanto a venda dos lotes, a Pastoral constatou que, em 1987, do levantamento realizado, havia sido vendido 6.16% dos lotes, apenas no primeiro semestre daquele ano. Em 88, 8.67% e em 89 9.60%, apenas no primeiro semestre daquele ano. A pesquisa aponta para um aumento das famílias que estariam vendendo seus lotes. Na época, a projeção feita pela Pastoral é de que no final de 89 mais de 20% dos lotes seriam vendidos. O mesmo levantamento aponta que em dois anos e meio  $\frac{1}{4}$  do total dos lotes pesquisados foram vendidos. Quanto à compra desses lotes a pesquisa indicou que 8,07% estariam sendo

<sup>238</sup> Relatório CEPAMI (Centro de Estudos da Pastoral do Migrante), 1988.

<sup>239</sup> Trata-se de um trabalho de campo realizado por membros da CPT e das comunidades sobre os motivos que estariam levando a venda dos lotes. Relatório da CPT, Julho de 1989, Ji Paraná/RO.

comprados por fazendeiros, 7,41 % por comerciantes, 2,12% por doutores, 49,70% por outros lavradores e 32,70% por outros.

O levantamento foi realizado por integrantes das comunidades onde a pesquisa foi aplicada e as pessoas escolhidas para aplicarem o questionário eram dirigentes das comunidades. A intenção da CPT fica indicada no relatório. Para a Pastoral, a pesquisa precisava ser realizada pelos membros dirigentes por conhecerem a realidade das comunidades, pela confiança por parte das famílias e por serem as pessoas mais preparadas para este tipo de trabalho. Embora não fique claro no relatório, ao que tudo indica é que as categorias acima citadas foram formuladas pela Pastoral e somente o questionário fora aplicado pelos dirigentes das comunidades. Considerando outros dados presentes no relatório, como levantamento do destino das famílias que vendem os lotes, áreas devolutas e maiores latifundiários do Estado, participação sindical e associativa e religião, é possível afirmar que o objetivo da CPT estava em apontar e definir os antagonistas dos trabalhadores.

Outra questão que merece atenção diz respeito à possibilidade levantada pela Pastoral como forma de explicar o movimento referente à venda dos lotes:

Dos 4.672 lotes vendidos em dois anos e meio, 50 % foram adquiridos por lavradores. Isto nos leva a levantar duas hipóteses: Existe um revezamento na posse dos lotes entre pequenos lavradores, ou então alguns dos pequenos proprietários vão se apoderando dos lotes de outros companheiros e aos poucos, tornam-se grandes proprietários. É uma questão a ser aprofundada<sup>240</sup>.

As hipóteses levantadas pela CPT indicam mudanças na estrutura fundiária do Estado. O levantamento realizado evidencia um processo de saída do campo. A partir dele, a igreja passou atuar por meio de diversos projetos:

Nos anos 70 a 80, milhares de migrantes do centro Sul, movidos pela propaganda governamental, vieram para Rondônia em busca de uma vida melhor. Com essas famílias, advieram inúmeros problemas sociais como: pobreza extrema, condições precárias de higiene, malárias e outras doenças tropicais, preço dos produtos muito baixos, etc. As famílias desanimadas, sem a assistência prometida, abandonaram as terras já trabalhadas e tudo se transformou em paisagens para gado com o apoio do Banco Mundial, através do Polonoeste. Diante da remigração a diocese de Ji Paraná, através das pastorais sociais, passou a insistir na organização das CEBs. (comunidade eclesial de base), para reivindicações dos seus direitos. Em 1987 uma equipe elaborou um projeto de ajuda alternativa para as áreas de saúde, alfabetização, infra-estrutura para agricultores e menores de rua. Esses anseios tornaram-se realidade com o apoio da Igreja da Alemanha, via MISEREOR e Governo Alemão. Este projeto recebeu o nome de Projeto Padre Ezequiel Ramin em homenagem ao Padre Ezequiel Ramin, vítima da luta em defesa dos pequenos

<sup>240</sup> Trabalho de campo – Membros da CPT, Julho de 89, p. 3, Ji Paraná. Arquivo CEPAMI (Centro Pastoral do Migrante), Ji Paraná/RO.

agricultores Sem Terra. Concluída esta parte, a Administração do Projeto deu início a divisão de tarefas em setores: - Saúde – Alfabetização – Menores de Rua e Agrícola (JI PARANÁ, 2000, p. 14).

O que a igreja denominou como “remigração” compreende um processo de deslocamento interno, no próprio Estado de Rondônia, que também indicava a saída de trabalhadores do campo. Nessa direção, os projetos desenvolvidos pela igreja se voltaram aos setores saúde, alfabetização, menores de rua e setor agrícola, dentre os quais citamos, nesse trabalho, alguns aspectos relativos à saúde e ao setor agrícola<sup>241</sup>. O trabalho realizado pela igreja estava inserido na organização das CEBS (Comunidade Eclesial de base) financiadas pela igreja da Alemanha. De acordo com Sader, “Em 1981 calculava-se em 80 mil para todo o país, mas os números eram imprecisos” (SADER, 1988, p. 155 e 156). Segundo o autor, essas comunidades se multiplicaram primeiro na zona rural e, posteriormente, na periferia das grandes cidades. Em Rondônia, esse trabalho começaria a partir de 1987.

Porém, desde a década de 1970, observamos a atuação da CPT na localidade por meio do levantamento realizado por seus agentes sobre as condições vividas pelos trabalhadores no período. Desde 1970, também observamos a criminalização das ações da igreja a nível nacional. Nesta mesma época, há reportagens relacionadas à criminalização do bispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, de Roraima e outros lugares, todos acusados de comunistas, agitadores e de comandar a “invasão” de terras. Em Rondônia, as denúncias contrárias às ações dos integrantes da igreja católica vão da década de 1980 à 2000, quando se intensifica a repressão às ações da igreja, como veremos. Ainda no período do Território Federal de Rondônia, um dos combatentes das ações realizadas pela igreja era o governador Jorge Teixeira, acusada de subversiva:

O governador de Rondônia, Jorge Teixeira, disse ontem em Porto Velho que alguns religiosos combonianos fazem subversão na área em que atuam, procurando afastar os integrantes da ordem que não aceitam esse tipo de orientação. Teixeira prometeu divulgar, ainda esta semana, uma série de documentos que, segundo afirma, “provam as ações de subversão praticadas pelos padres combonianos no interior do Estado”. Um pouco antes, o governador tinha sido criticado pelo padre Mansueto Dal Maso, comboniano e coordenador regional do Conelho (Conselho) Indigenista Missionário em Rondônia – CIMI -, por ter proposto redução nas áreas das reservas indígenas. Para o padre, “não é possível enfrentar a problemática da terra em relação aos índios usando os parâmetros de um mundo capitalista a respeito de uma declaração do governador – que disse existir muita terra para pouco índio, referindo-se a uma reserva de 200 mil hectares, em Rondônia, onde vivem 80 índios -, o padre Mansueto distribuiu nota afirmando que parece haver um desconhecimento do mundo indígena em seus aspectos culturais, antropológicos e de habitat, “pois se

<sup>241</sup> Não foi objetivo nesse trabalho analisar a fundo os projetos desenvolvidos pela CPT. Compreendemos que é necessário uma pesquisa específica para tratar dos projetos relativos à questão da Saúde, alfabetização, Setor de menores e Setor agrícola.

sabe que, para sobreviver, o índio necessita de grandes extensões de terra onde a vida, a caça, a pesca e o cultivo estão a serviço do homem, em nenhuma violentação da natureza”. Na nota, o religioso lamenta que, “mais uma vez”, para alcançar o progresso, se prejudique o mais fraco, “escondendo-se interesses inconfessáveis”. Lembra também que o “futuro de milhões de brasileiros migrantes constantemente enxotados pelos latifúndios nacionais e multinacionais, mais depende de uma corajosa reforma agrária e não da distribuição das terras indígenas”<sup>242</sup>.

A crítica da igreja na década de 1970 estava relacionada à problemática indígena. A instituição também se colocava contrária ao trabalho escravo contemporâneo<sup>243</sup>. Tais preocupações, portanto, antecedem a atenção despendida à questão agrária. Porém, essas críticas não estiveram restritas ao Estado de Rondônia<sup>244</sup>.

Na reportagem abaixo, percebe-se que, no final da década de 1980, a igreja passa a atuar de modo sistemático com relação à questão agrária, no apoio às lutas empreendidas pelo MST, além de outros projetos por meio das pastorais:

ROLIM DE MOURA (Marcos Antéro Sóter) – Membros da Igreja Católica e sindicatos estão sendo acusados pelo fazendeiro Ivanor Baldisser de terem comandado cerca de 100 famílias na invasão de suas terras no município de Santa Luzia, uma área de três mil hectares justamente onde se encontra a sede. Ivanor disse, ainda, que procurou a justiça em Santa Luzia, tendo recebido a garantia de que seriam enviados oficiais de justiça para negociar com os invasores. “A juíza me garantiu que eu poderia ficar tranquilo, pois os invasores estariam fora das minhas terras tão logo a documentação fosse mostrada a eles. Por isso estou aguardando a ação da justiça. De minha parte, não tomarei nenhuma atitude que possa servir como uma “deixa” para essas pessoas, que não tem o que fazer e ficam ouvindo conselhos errados de quem não tem nada para oferecer”. Ivanor explicou que a invasão se deu em apenas uma noite, “daí a desconfiança de que foi uma ação programada e comandada. Eles chegaram roçando, derrubando, danificando tudo como um bando de desordeiros, só me deixando mesmo com a sede da fazenda. Se eu não tivesse as minhas terras totalmente documentadas até poderia dar razão a eles. Mas não, tenho todos os documentos necessários, já os apresentei à justiça e não admito que ninguém, seja Igreja, seja sindicatos ou por uma ação isolada, invada a minha casa, pela qual lutei bastante. Espero que a ordem da juíza seja acatada, para que possamos evitar mais dores de cabeça”. Para o fazendeiro, caso seja confirmada a ação de membros da Igreja Católica e dos sindicatos, isso “é um fato deplorável e veja bem que não estou ali há pouco tempo. Prova disso são os documentos que datam de mais de 11 anos. Agora tem um bando de desordeiros e anarquistas não sei de onde, invade tudo como se não tivesse dono. Isso não posso aceitar”<sup>245</sup>.

<sup>242</sup> Reportagem “Religiosos acusados de subversão em Rondônia”. *Jornal O Globo*, 27 de abril de 1982.

<sup>243</sup> O termo trabalho escravo contemporâneo foi utilizado na historiografia antes do termo trabalho análogo à escravidão. Para maiores informações ver: GOMES, A. C. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012; GOMES, A. C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral*, v. 11, n. 1, p. 21-39, 2008.

<sup>244</sup> Em Rondônia houve a atuação de missionários combonianos, como o padre Dal Maso e padre Ezequiel Ramin. Em outras localidades, como em São Félix do Araguaia, MT, houve a atuação de Dom Pedro Casaldáliga, pertencente à Congregação Claretiana. Na década de 70, Casaldáliga ajudou fundar o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e posteriormente as Cebs (Comunidades Eclesiais de Base).

<sup>245</sup> Reportagem publicada no jornal *Alto Madeira* em 07/06/89, página 6, presente no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino), Pasta Conflito no Campo. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedo>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

A reportagem faz referência às lutas empreendidas pelo MST em Santa Luzia, citadas anteriormente. São muitos os materiais produzidos pela igreja, por meio da CPT, denunciando os diversos problemas vivenciados em Rondônia. Do mesmo modo, são muitas as reportagens<sup>246</sup> criminalizando as ações da igreja junto aos trabalhadores, na defesa da questão indígena, do MST ou denúncias sobre trabalho escravo. Porém, chama atenção o fato de que as denúncias realizadas pela CPT não eram divulgadas apenas pela Pastoral ou jornais e periódicos ligados a igreja e a movimentos sociais. A imprensa local e nacional também se encarregou de noticiar as críticas<sup>247</sup> realizadas pela igreja, ao mesmo tempo que noticiava reportagens criminalizando-a.

A atuação do PT, do mesmo modo, fica evidenciada pelo material organizado pela CPT e por diversos jornais. Nesse material, é possível perceber a atuação do Partido em diversas cidades do Estado, as disputas com relação à defesa dos posseiros, como a que foi registrada pelo jornal *Tribuna Popular*:

O PT apóia firmemente a luta dos Sem Terra, por se tratar de uma reivindicação justa e igualitária. Hoje mais de 1 milhão de brasileiros não tem terras para morar [...] Isso é o resultado da política discriminatória promovida pelo INCRA, que em vez de fazer a Reforma Agrária está vendendo terra a grandes grupos econômicos<sup>248</sup>.

A crítica à atuação do INCRA, o apoio aos Sem Terra e a disputa política foram os principais elementos destacados pela imprensa sobre o PT no período, além de casos de assassinato<sup>249</sup> ou de ameaças a integrantes do partido e de membros da igreja:

Neri (deputado pelo PT) confirmou que está sendo seguido por elementos que “procuram um deputado barbudinho do PT”, querendo saber “onde eu frequento”. Daí ele ter tomado algumas medidas, como comunicar o fato a presidência da Assembléia e ido, ontem à tarde à Secretaria de Segurança, onde, como afirmou, iria requerer uma operação-limpeza muito séria “evitar que graças a omissão de autoridades mais mortes aconteçam”. E o deputado do PT faz um lembrete: “Há companheiros no Interior rondoniense que se acontecer alguma coisa comigo certamente reagirão, isso porque o povo humilde já não aguenta mais conviver com a violência que praticamente se institucionalizou”. Se a Polícia trabalhasse efetivamente, sem apadrinhamentos e sem corrupção não haveria esta situação de tensão, em que pistoleiros ameaçam trabalhadores e há até uma lista em que os bispos dom Antonio Possamai (Ji Paraná) e dom Geraldo Verdier (Guajará Mirim)

<sup>246</sup> Reportagem “Por trás da luta do posseiro a Pastoral da Terra”, *Jornal O Globo*, 15 de julho de 1986.

<sup>247</sup> As críticas realizadas pela igreja foram noticiadas em diversos jornais, como, por exemplo, no *Jornal Alto Madeira* “Pastoral da Terra denuncia fracasso na colonização: RO”, em 21 de maio de 1985; e reportagem “Dom Luciano critica prisões de religiosos em RO”, *Jornal O Globo*, 21 de maio de 1982.

<sup>248</sup> Reportagem “PT apóia os Sem Terra”, publicada no jornal *Tribuna*, em 23/02/85, p. 1

<sup>249</sup> Reportagem “Candidato só andava armado”, publicada no jornal *Alto Madeira*, em 11 de agosto de 1992. Fonte presente no arquivo da CPT (Comissão Pastoral da Terra) de Porto Velho/RO.

estão na relação dos que podem ser mortos em atentados – denuncia. Ele voltou a falar de sua pretensão de apresentar projeto que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a violência no Interior rondoniense<sup>250</sup>.

Todas essas ameaças, atentados e crimes contra a vida daqueles que possuíam um engajamento na luta contra o latifúndio e outras injustiças demonstram o campo de disputas que constituía não apenas Rolim de Moura, mas Rondônia como um todo.

Apesar das lutas, as pressões provenientes da política agrícola, pautada no sistema de financiamento, levou ao processo de mudanças no campo, agravado pelas dívidas contraídas pelos trabalhadores. Gilberto, ao destacar outras mudanças visualizadas no presente, comparado ao período que chegou ao Estado, evidencia elementos importantes acerca desse processo:

Gilberto: Quando vieram pra abrir Rondônia aqui, ninguém quase usava agrotóxico e todo mundo produzia, aí porque tinha vários, vários produtor, várias família, era diversificado, diversificado, a produção era grande, enorme, aí tinha fartura, aí produzia mais alimento saudável do que hoje, entendeu? Porque hoje não, hoje, pequeno produtor grande escala, aí produção de agrotóxico muito grande, enorme, e a produção de alimento pouco, sabe porque que é pouco? porque ele tem que produzir uma área enorme e o consumo que ele gasta de insumos é muito elevado, aí o lucro dele não vai dar pra manter porque tem equipamentos, tem funcionários, tem toda aí... então não dá, não dá renda quase nenhuma também, e o alimento é intoxicado, é intoxicado o alimento<sup>251</sup>.

O entrevistado aponta um processo já mencionado por Manoel, que indica a introdução de insumos e agrotóxicos na produção, consumo esse incentivado pela política adotada no período da ditadura. Sua fala elaborada, em que demonstra conhecimento sobre como produzir alimentos, está intrinsecamente ligada a sua posição política e formação recebida quando atuou na CPT. Esta instituição mantém nas últimas décadas um trabalho de combate ao uso de agrotóxicos. A posição de Gilberto também possui relação com sua inserção no Projeto Terra Sem Males, ligado à igreja católica. Este projeto visa à produção de alimentos sem uso de agrotóxicos, apenas com a aplicação de produtos orgânicos e dinamizações homeopáticas, num sistema agroecológico.

As mudanças vividas no campo levaram ao desenvolvimento de uma série de projetos pela igreja. Evidenciamos até aqui um processo complexo que, ao mesmo tempo que assinala para aspectos positivos no que diz respeito à saúde, a projetos alternativos voltados ao campo

<sup>250</sup> Reportagem “Violência no campo preocupa o PT”, publicada no jornal Alto Madeira em 18/06/88. Fonte presente no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino). Pasta Conflito Fazenda Reunidas/RO. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedo>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

<sup>251</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho 2016.

e às conquistas na luta pela terra. No que diz respeito à saúde as ações da Pastoral da saúde também se traduziu em “modos de colonizar” ao imprimir na localidade uma dinâmica pautada em valores propagados pela igreja. Tais valores ficaram visíveis principalmente no que diz respeito às formas de organização, como veremos, quanto nos sentidos que os saberes ligados às populações tradicionais adquiriram.

No bojo das mudanças, Gilberto evidencia o panorama no qual percebe o campo. De uma produção diversificada e sem agrotóxico à pouca produção de alimentos e intoxicada. De uma produção pautada na fartura, que pode ser lida como uma forma de autonomia sob o que se produzia à um modo de produzir que tornou-se inviável, não apenas devido aos custos, mas às mudanças na dinâmica econômica.

### 3.2.2 Os trabalhadores e o Sindicato

Dentre as mudanças no processo histórico, destacadas por Gilberto e Anália, está a percepção sobre a atuação do Sindicato junto aos trabalhadores. De modo específico, Anália destacou a proposta criada para o campo, o crédito fundiário:

Anália: Então, muitos desses meeiro hoje tão na cidade e as vez a gente conversa com eles, cê foi no Sindicato? Não rapaz eu vô lá e não consigo, então qué dizê, então é, não é pro agricultor, porque o cara ele é agricultor, ele tá na cidade porque hoje cabô o café então o patrão não qué mais o cara lá na terra né, pra ele ficá lá na terra, ele cortô o café então o cara veio pra cidade, e aí a gente faz essa pergunta, mas porque você viveu tantos anos lá, vai no sindicato, dá seu nome lá, há mas eu já dei, e nunca fui chamado. O fulano lá deu no outro dia já foi chamado, então a gente vê assim que o sindicato se corrompeu né, resumindo né<sup>252</sup>.

Para Anália, o Sindicato não estaria cumprindo o papel de outrora quando do engajamento nas lutas por terra, além de indicar que teria se corrompido. Para compreender esta mudança, é necessário situar a dinâmica na qual o Sindicato está inserido, entre a luta dos trabalhadores pela terra, a compra, e as implicações e opções políticas tanto para aquele quanto para estes.

Discuti como, a partir de meados da década de 1980, o governo do Estado projetava a partir da produção de energia a estruturação de indústrias para absorver a mão de obra daqueles que, segundo ele, não conseguiria terra por meio do programa fundiário. Previa-se que os trabalhadores não conseguiriam terra com os projetos ainda em curso.

---

<sup>252</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

A indústria na visão, do governador, absorveria a mão de obra possibilitando a geração de emprego, devendo ser criada como redenção dos pobres trabalhadores, que sem-terra, precisavam sobreviver por meio da venda de sua força de trabalho. No campo, os projetos do INCRA deram lugar ao crédito fundiário, porém, tal projeto oferece poucos recursos para a permanência desses.

Já situei sobre a constituição de formas coletivas de organização próximas a Rolim de Moura. Resta-nos situar como interesses individuais somaram-se a outros e tornaram-se coletivos na localidade estudada. A atuação da igreja em Rondônia desde a década de 1970 foi responsável por intermediar diversas formas de organização, inclui-se aí o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Desde meados da década de 1980, identifica-se o papel cumprido pela Instituição junto aos poderes políticos constituídos.

Nessa dinâmica histórica, os elementos responsáveis por “unificarem” propostas de luta coletiva estiveram invariavelmente ligados às privações quando a saúde, acesso e permanência a terra. Como parte da dinâmica histórica, nem todas as formas coletivas de luta tornam-se explícitas no social enquanto movimento organizado como é o caso do MST e outros. A manifestação de formas coletivas de organização faz parte de um processo dinâmico, complexo e repleto de contradições manifestadas no cotidiano segundo formas de trabalho e problemas específicos. Como pontua Paoli:

A formação de sujeitos (individuais e coletivos) passa por lugares inesperados e configurações inusitadas, assume uma pluralidade e uma individuação rebelde a definições e ao controle interpretativo [...] Como presenças simultâneas no tempo de uma sociedade — portanto inacabadas, abertas à reconstituição de seu sentido, descontínuas —, os movimentos sociais apontam para novas formas de sociabilidade política onde, como aponta Telles em sua leitura de Arendt, diferentes modos de vida podem ser "desprivatizados e reconhecidos publicamente em sua legitimidade" através de linguagens políticas que articulam práticas individuais e coletivas em um *espaço comum de pertencimento* (grifo do autor) (PAOLI, 1990, p. 109, 119-120).

O desafio, nesse sentido, foi identificar, nesse mesmo social, evidências de formas de organização que, como parte de uma dinâmica histórica, puderam ou não tornar-se um movimento progressista reconhecido no social. O que não significa que sejam menos importantes. Trata-se de iniciativas que indicam possibilidades sobre esse social.

Investigar o papel do Sindicato dos Trabalhadores possibilitou evidenciar disputas constituídas historicamente que assinalam indícios de tentativas alternativas de organização como fruto da ruptura no interior não apenas do Sindicato, mas do próprio PT.

Primeiro, recupero o histórico de algumas relações vividas no campo em Rondônia para compreender esse processo. Para isso, evidencio como o executor do INCRA situa os

projetos relativos ao campo destacando o projeto relativamente recente, o crédito fundiário. Esta discussão ajudará compreender o papel cumprido pelo Sindicato dos Trabalhadores no passado e no presente:

[...] no passado, a concepção dos Projetos de Assentamento era no sentido de que os beneficiários se tornassem independentes. O INCRA se afastaria da administração do território que deveria ser assumida pelos próprios assentados através do sistema de Cooperativas. Tanto é verdade que o INCRA, no PICOP, criou a Cooperativa Integrada de Reforma Agrária – CIRAPICOP. O propósito do INCRA de entregar uma cooperativa estruturada para gerir as atividades agropecuárias dos assentados não prosperou, em que pese os altos investimentos patrocinados pela autarquia. É claro que uma entidade coletiva precisa surgir da base. Quem teria de sentir a necessidade de trabalhar de forma cooperada eram os assentados. Mas, o INCRA, por inspiração do Estatuto da Terra, procurava doutrinar os assentados para o cooperativismo. Por isso as CIRAS. O INCRA assumia a administração da cooperativa no primeiro momento, promovia a capacitação dos potenciais beneficiários, para que estes assumissem a direção da mesma. Fez tudo isso no PICOP, mas, não conseguiu que a cooperativa caminhasse divorciada do patrocínio estatal. Há o entendimento simplista de que os assentados não se demonstraram aptos a emancipar-se (OLIVEIRA, 2010, p. 46).

Nesse trecho, o executor atribui o insucesso do sistema cooperativista tentado na década de 1970 aos trabalhadores, perpetuando uma imagem de insucesso individual por não terem aceito trabalhar nesse sistema. Para o executor, o INCRA “procurava doutrinar os assentados para o cooperativismo”. O executor divulgou esse projeto como algo positivo mesmo reconhecendo as dificuldades de materializá-lo em outras localidades devido à deficiência estrutural. Para o executor, os trabalhadores não sentiram “necessidade de trabalhar de forma cooperada”, buscando imprimir a ideia de que houve investimentos e capacitação aos trabalhadores.

A proposta de cooperativismo aparece justificada pelo conceito ideológico de emancipação do trabalhador. Tal conceito também aparece no diagnóstico realizado pelo INCRA. Porém, passados mais de trinta anos da tentativa de implantação do projeto, ele ganha novos significados pelo executor. Segundo ele, devido ao seu insucesso, coube ao Estado continuar com investimentos públicos, o que em sua concepção não deveria ocorrer por compreender que os trabalhadores deveriam ter se “emancipado”.

O executor trata o conceito de emancipação de modo favorável à autarquia. Menciona que, no presente, seu sentido seria o governo “abandonar” os trabalhadores, coisa que, em sua concepção, no período ditatorial, não ocorreu. Ao fazer isso, isenta o INCRA de qualquer responsabilidade, pois as questões são direcionadas ao Estado. O que questionamos é o sentido que o conceito de emancipação adquiriu para o executor no presente. Ao falar sobre

qual deve ser o papel do Estado, ele aponta para questões que estão colocadas no presente acerca da questão fundiária emitindo sua opinião a respeito:

Talvez esta seja uma das razões do INCRA, posteriormente, ter abolido o termo emancipação dos Projetos de Assentamento, para apenas, depois do ordenamento fundiário e da realização dos investimentos básicos declarar o projeto tão somente consolidado, nunca emancipado, pois os investimentos públicos federais, pelo visto, haverão de continuar eternamente. Entendemos hoje que emancipar seria o governo federal abandonar os assentados. Este é um contraditório endereçado ao modelo anterior, o sistema proposto e implementado pelo governo militar, reconhecido ditatorial, mas, neste aspecto da reforma agrária, a ditadura adotou concepção mais liberal. A dialética está aí para se continuar construindo teses e antíteses até se chegar numa conclusão. Da discussão supra os questionamentos a seguir para reflexão: deve-se buscar efetivamente a emancipação ou somente a consolidação dos Projetos de Assentamento? O governo federal deve ficar eternamente responsável pela manutenção da infraestrutura dos Projetos de Assentamento? Essa infraestrutura (manutenção e ampliação) depois de algum tempo não deveria ser assumida pelo Município de localização do Projeto? Dentro do princípio federativo de autonomia de seus entes não seria mais lógico o governo federal adotar como obrigação permanente somente as políticas mais gerais de apoio a agricultura familiar nesses assentamentos, como o crédito rural, por exemplo? Deve-se emancipar, caracterizando a liberdade, a autonomia do assentado? Ou se deve apenas consolidar, criando uma dependência permanente do território reformado com o seu criador, o governo federal? (OLIVEIRA, 2010, p. 46-47).

Oliveira realiza uma inversão de sentido com relação ao conceito de emancipação. No passado, o conceito estava atrelado ao cooperativismo, e isso não significava proporcionar autonomia ao trabalhador. Porém, é com este objetivo que a proposta é divulgada no livro. Já no presente, busca dar outro sentido, de que a dependência dos trabalhadores em relação a programas do governo federal ocorre devido a sua não emancipação/autonomia no passado. Ou seja, culpabiliza-os pelos problemas no passado e no presente. Desconsidera, assim, toda e qualquer disputa e conflito que possa ter ocorrido, inclusive os de ordem estrutural relatados no diagnóstico da própria autarquia. Ao tentar imprimir uma história sem conflito, culpa os trabalhadores, como se o sentido de emancipação conferido pelo INCRA, no passado, dependesse da aceitação em se tornar cooperados, e isso bastava.

Se na década de 1970 planejava-se o cooperativismo, nos anos seguintes os projetos iniciais do INCRA precisaram ser rearticulados a partir de diversos outros projetos emergenciais, os chamados PARs (Projetos de Assentamento Rápido). Mesmo assim, os conflitos não cessaram e a alternativa usada pelo governo foi estabelecer a aquisição da terra por meio do crédito fundiário, projeto sistematizado em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Consiste na compra da propriedade com o prazo de vinte anos para pagá-la. Cabe ao Sindicato organizar grupos de trabalhadores interessados pelo financiamento e negociar propriedades improdutivas ou que estejam a venda. A terra é dividida entre os

integrantes do grupo, em chácaras cujo valor da terra é revertido pelo governo Federal ao proprietário.

A organização dos pretendentes fica sob responsabilidade do Sindicato. Porém, para os trabalhadores a seleção ocorre de modo seletivo, tendo em vista que se queixaram das disputas em torno dos critérios adotados pelo Sindicato já que diversas pessoas já teriam procurado se inserir no programa, porém sem resultado. Tal conflito foi narrado por Anália que conta como desconhecia o programa, mesmo tendo uma proximidade com o presidente do Sindicato:

Anália: Aqui a gente nem sabe, aqui foi no ano que o Ivo Cassol era governador que o governo federal liberô um dinheiro que era para quê? Que era pras famílias comprá lá um lote e ali até dez família caberia ali naquela terra, entendeu? Quando nós fomo descobri, o Sindicato acho que ele fez uma tramoia ali com os sindicalistas e esse dinheiro foi desviado pra grandes fazendeiro, ninguém ficô... quando foi sabê já era, já era, grandes fazendeiro botô pessoas lá como laranja e pegô aquele dinheiro. Aí quando o pequeno ficô sabeno e foi lá eles falô esse dinheiro não existe, então assim, ali é muita coisa [...] Igual, quando nós chegô aqui a agricultura era tocado com meeiro [...] Então, muitos desses meeiro hoje tão na cidade e as vez a gente conversa com eles, cê foi no sindicato? Não rapaz eu vô lá e não consigo, então qué dizê, então é, não é pro agricultor, porque o cara ele é agricultor, ele tá na cidade porque hoje cabô o café então o patrão não qué mais o cara lá na terra né, pra ele ficá lá na terra, ele cortô o café então o cara veio pra cidade, e aí a gente faz essa pergunta, mas porque você viveu tantos anos lá, vai no Sindicato, dá seu nome lá, há mas eu já dei, e nunca fui chamado. O fulano lá deu no outro dia já foi chamado, então a gente vê assim que o Sindicato se corrompeu né, resumindo né [...] Nossa, todo esse povo que você vê aí num é povo que veio de longe é daqui ó, veio do sítio, das linha, que hoje luta querendo voltá porque sabe que a agricultura hoje se ela fô levada a sério ela vai fazê Rondônia crescê né, mais o que a gente tá veno é que do jeito que tá, alguns sindicato vai sê só aquele grupinho ali e pronto. E teve gente que já foi lá no sindicato conseguiu a terra já vendeu também. Não tem permanência porque ele, muitas vez ele só qué a terra pra revendê<sup>253</sup>.

Anália, ao criticar a seletividade na distribuição de recursos do programa crédito fundiário sistematizado pelo Sindicato, faz emergir em sua memória possíveis favorecimentos que acabaram prejudicando a inserção daqueles que vivenciaram mudanças nos últimos anos, seja pela perda ou pela impossibilidade de aquisição da terra. A referência aos que trabalhavam na produção de café, seja como meeiros ou proprietários, situa não apenas as mudanças na dinâmica econômica local como mudanças vividas pelos trabalhadores na cidade, em busca de alternativas de sobrevivência. Isso explica a expansão da cidade nos últimos anos. Já a referência àqueles, que, por sua vez, conseguiram terra pelo crédito fundiário, mas a venderam, sinaliza para outras mudanças na dinâmica local. Evidencia como

<sup>253</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

a permanência na terra não está atrelada à aquisição da propriedade; sinalizando ainda para a possibilidade de negócio que o projeto adquiriu.

As dificuldades em permanecer no campo, como já situei, estão atreladas ao tamanho da propriedade<sup>254</sup> que impossibilita o trabalhador desenvolver determinadas atividades. Frente a isso, precisa priorizar uma produção diversificada que o permita garantir a sobrevivência. Até lá, o trabalhador precisa conciliar o plantio na propriedade com alguma outra atividade de ganho, o que impossibilita empenhar tempo no trabalho com a terra.

Ao acompanhar a reunião em que o presidente do Sindicato expunha estas questões aos trabalhadores observamos que outro dilema colocado a eles está em definir o que plantar ou quais atividades conciliar na propriedade. A obtenção de renda não pode estender, além dos quatro anos de carência, para o início do pagamento da terra. Isso porque, como assalariado na cidade, torna-se impossível suprir as parcelas, e garantir a sobrevivência.

Durante a reunião foi possível observar o encaminhamento pelo presidente de possíveis atividades que poderiam ser desenvolvidas, como a plantação de café, criação de galinhas e produção de ovos e verduras. Apesar de ter citado atividades diversas enfatizou a plantação de café como atividade mais vantajosa. Esta ação configura uma intervenção do Sindicato sobre o que produzir, direcionando, assim, os trabalhadores aos interesses daquilo que o Sindicato visualiza como mais vantajoso. Tal proposta, por sua vez, está relacionada à política de incentivo à plantação de café, divulgada pelo governo do Estado em 2016, já mencionada.

Para os que conseguiram se inserir no programa de crédito fundiário, esta não foi uma tarefa fácil. Edeonil procurou o Sindicato devido a conhecidos lhe informarem sobre a possibilidade de conseguir uma propriedade, mas precisou insistir para que o Sindicato o colocasse em um grupo:

Edeonil: [...] aí voltei lá de novo e falei com o seu Chico (presidente do Sindicato). Aí o seu Chico foi bala na guia. Eles passô as coisa muito melhor que o rapaz tinha falado e eu não sabia. Aí o seu Chico falô ó a gente tá com uns projeto aí já tem uns

---

<sup>254</sup> O tamanho da propriedade fica atrelada à quantidade de integrantes de cada grupo formado pelo Sindicato e da área adquirida. Em sua maioria, devido ao prazo de carência ser de quatro anos e o valor do recurso destinado pelo governos federal ser em média 80.000 reais, para cada trabalhador, a terra possui de 2,5 à 3 alqueires, o que equivale à 6,05 à 7,26 hectares, respectivamente. Se considerarmos que o trabalhador adquira uma terra com 3 alqueires (7,26 hectares) isso equivale à 30% da área das propriedades no Oeste do Paraná em 1950. Em estudo realizado, Bosi resalta que um trabalhador que na década de 1950 recebeu 25 hectares e tinha 3 filhos, ao dividir a propriedade a tendência foi empobrecer. Se compararmos com a quantidade de terra recebida pelos trabalhadores em Rondônia, por meio do crédito fundiário, não fica dúvida de que a tendência será a impossibilidade dos filhos desses trabalhadores manter-se no campo caso a terra seja dividida. Mais informações ver: BOSI, A. P. Ditadura militar, capital e trabalho no Oeste do Paraná (1950-1980). **Espaço Plural**, ano XVIII, n. 34, jan./jun. 2016.

assentado ali, e tem um na 68 (linha). A é, então é certo mesmo esse negócio? eu pensei que era só falação. Ele falô assim, é, tem esse aqui que nós vamos lotear também, aqui na 180. Eu falei: Mas põe meu nome então seu Chico, nesse livrinho aí. Marcou meu nome, telefone, aí falô que ia vim aqui mas daí não veio, muito ocupado né, aí ele não veio. Daí eu vortei lá, vortei lá conversei com ele, ele falô, ó tá saindo até março aí, março a gente vai cuidar disso. Nossa menina, deu certinho, eu falei com o Marco, ele falô é, se ocê trazê seus documento certinho cê já pode entrar nessa terra daqui. Eu falei, nossa, então é fácil pra mim então, meu nome é limpo, meu nome é limpo, da minha mulher tamém, é, então, dá pra nós sim. Aí peguei aquele negócio, aquele papelzinho que eles dá lá, aí fui mexer com documentação tudo<sup>255</sup>.

A negociação das propriedades é uma ação feita pelo Sindicato que, ao tomar conhecimento, organiza grupos de trabalhadores para efetivar o financiamento coletivo, sendo que cada qual se responsabiliza pelo pagamento da propriedade adquirida. A queixa desses relaciona-se à falta de orientação pelo Sindicato. Edeonil ainda enfrentou outros obstáculos. Ter o nome “limpo”, era condição para a aquisição da terra. Porém, tinha um débito com a Companhia de abastecimento devido a uma falha da empresa quanto ao conserto do hidrômetro. Tentou negociar, mas o máximo que conseguiu foi reduzir um pouco o valor da conta, a qual conseguiu pagar com auxílio da filha. Naquele momento, Edeonil não tinha alternativas, ou pagava a conta e “limpava” seu nome ou perdia a chance de adquirir a propriedade, mesmo sabendo que foi alvo de injustiça.

Impulsionado pela possibilidade de realizar o sonho da propriedade, resistir ao pagamento à Caerd, naquele momento, era perder a chance de adquirir a terra. Porém, Edeonil não buscou posteriormente, reparar a injustiça que sofreu, mesmo reconhecendo “Eles roubaro um pouco mas eu fiquei quieto”. Esta ação denota os limites e pressões nos quais estava submetido e como não agiu de modo a rever o dano que sofreu. É curioso como não contou com a ajuda do Sindicato na resolução do problema.

Os usos da água em Rolim de Moura, até 1983, ocorriam por meio dos rios que cortavam a cidade, como tratamos no segundo capítulo. A prática de se cobrar pela água potável só ocorreu a partir da municipalização, em 1984, com a implantação da Companhia de abastecimento Caerd. Como vimos, em 1985 teve início os conflitos em torno do alto custo cobrado pela distribuidora.

Nesse processo, a percepção dos trabalhadores quanto ao papel do Sindicato não passou sem críticas, como já apontado por Anália, e Gilberto, que mesmo não participando do programa de crédito fundiário, ressaltou as fragilidades da representação do Sindicato em

---

<sup>255</sup> Entrevista realizada com Edeonil em 10 de maio de 2016.

relação aos que trabalham com produtos orgânicos e que necessitam de apoio e maior intervenção no que se refere à comercialização dos produtos:

Cátia: E na feira o senhor tem alguma resistência, alguma dificuldade?

Gilberto: Resistência não é, porque aí os freguês tem confiança na gente você entendeu? Aí então a gente tem... porque a gente não tem o selo de produto orgânico, aí o IBD lá fica uns três, quatro mil, aí o selo é aquele acompanhamento aí todo ano tem que renovar aí tem tudo isso, fica caro. Agora tem o Sebrae, o Sebrae parece que deu um curso, curso não, palestra em Cacoal, parece que via Sebrae é um grupo né, tem que formar um grupo de cinco, aí, fica melhor, pra mim ajuntar com o pessoal de Cacoal também dá. É meio longe mas dá pra participar<sup>256</sup>.

Gilberto faz parte de um projeto voltado à agroecologia desenvolvido pelo Projeto Padre Ezequiel Ramin. Dentre as resistências encontradas na sociedade, citou o fato de o projeto não ser bem visto por grupos que defendem outra forma de produção pautada no agronegócio. Na feira, comercializa normalmente por ter construído uma relação de confiabilidade com seus clientes. A dificuldade está no fato de não possuir o selo de garantia, que comprove legalmente que os produtos que comercializa são, de fato, orgânicos. Identifica o problema no Sindicato local quando compara que, na cidade vizinha, Cacoal, o Sindicato, em parceria com o Sebrae, estava possibilitando isso aos produtores orgânicos. Na ocasião da entrevista, Gilberto apontou para a possibilidade de juntar-se ao Sindicato de Cacoal, já que na cidade não encontrava representatividade para uma questão que, para ele, é de fundamental importância, pois configura credibilidade ao produto. A não representatividade do Sindicato assinala ainda para uma disputa de outra natureza. No presente, por mais que o Sindicato, de certa forma, defenda a produção agroecológica, segundo Gilberto, a proposta não se materializa na prática. O trabalho que realiza voltado à agroecologia faz parte de um projeto sistematizado pela igreja, vinculado ao Instituto Padre Ezequiel Ramin de Ji Paraná, o que demonstra a fissura entre a igreja e o Sindicato.

Anália, embora não desenvolva o mesmo trabalho que Gilberto, do mesmo modo, poderia regulamentar seu trabalho com medicamentos alternativos. Durante a entrevista, reconheceu as dificuldades vividas devido a falta de representatividade. Ao comparar o Sindicato de Rolim de Moura ao de Cacoal enfatizou como, em Cacoal, o Sindicato atua na regulamentação do trabalho dos feirantes. Ao fazer isso, situou as mudanças que, para ela, o Sindicato em Rolim de Moura sofreu “o Sindicato ele virô uma massa de manobra, de que ele obedece a quem manda mais”. A dimensão das mudanças e do significado que o Sindicato possui para os trabalhadores fica mais nítido quando se compara com a atuação que possuía

<sup>256</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho de 2016.

junto a igreja da década de 1980. Maria de Lurdes, já citada no primeiro capítulo, lembrou seu papel para além da luta junto aos trabalhadores no que se refere ao tamanho das propriedades, à conquista da terra e às denúncias quanto aos latifúndios:

Cátia: E como a senhora conheceu o sindicato?

Maria de Lurdes: O sindicato eu conheci através da igreja porque a comunidade foi fundano e viu que precisava dum órgão fora da igreja né, porque sempre a aposentadoria quem orientava era mais as irmã falava vocês tem que i procurá o INSS, não era o INSS, era o Funrural, chamava Funrural, aí tinha que procura lá prá aposentá né, daí nós falô não, tem que fazê um no Rolim tamém, aí um movimento que seja fora da igreja, prá atendê todo mundo, daí surgiu o sindicato porque lá pra fora tinha o negócio do sindicato mas aqui não tinha, e fundô o Sindicato.

Quando foi criado o Sindicato?

Maria de Lurdes: Num lembro não, mas foi na base de, num sei bem não mas foi de, depois de oitenta e cinco, foi<sup>257</sup>.

Em Rolim de Moura, o Sindicato foi criado em 1984 por intermédio de integrantes da igreja católica que viam, na instituição, a possibilidade de facilitar a vida dos trabalhadores quanto à aposentadoria e outros serviços prestados já que, na época, ficavam dependentes do Funrural na cidade de Cacoal. Assim, sua representatividade junto a eles se distanciou ao apresentar, no presente, uma posição que se difere.

Para além da seletividade do Sindicato, é representativo na fala de Anália o enfraquecimento do campo de luta em que o Sindicato é parte. Ou seja, a perda de representatividade junto aos trabalhadores é sintoma do enfraquecimento das tentativas de organização promovidas pela igreja por meio das Ceb's e do próprio PT diante às mudanças políticas que ocorreram a partir da década de 1990. A entrada no poder de um grupo político com apoio da igreja marca uma guinada nos rumos da luta na localidade. Quanto a isso, Anália narra que:

Anália: Quando nós chegô aqui era muito mais forte sim, existiu naquela época os movimento de bairro, por exemplo bairro, chamava uma reunião de todos os bairro de todos os presidente, todos os presidente ia lá fazia a reunião e trazia, a Ceb's, mais hoje, só que era de bairro né, tinha de bairro, depois de bairro entrava pra igreja, por exemplo, aqui tinha um grupo que era do bairro, que lidava com os problema do bairro, depois a gente anotava tudo aqueles problemas e levava pra uma entidade da igreja pra ajuda a tê força, né por exemplo, uma ponte que caiu, hoje você tem que ficá lutano pra vê se vem arrumá né, mas quando tinha aquela organização de bairro fazia logo um baixo assinado já ia lá na igreja e a própria igreja vinha até a prefeitura né, naquela época era a época da irmã Maria Luiza né, tinha o vereador Máximo né, que foi eleito vereador pelo PT, que a gente teve naquela época, foi no primeiro mandato do prefeito Ivo Cassol eu não me lembro o ano, no Cassol teve um representante, porque o PT não teve outra saída se não fazê essa aliança né, essa aliança e conseguiu elegê o vereador Máximo, que hoje a gente não sabe nem pra onde ele tá né, porque o Partido era forte e ao mesmo tempo se enfraqueceu e,

<sup>257</sup> Entrevista realizada com Maria de Lurdes em 09 de maio de 2016.

naquela época ele não teve, ele foi uma das liderança, ele foi eleito, a gente tem essa convicção que ele foi eleito com os votos da igreja né, naquela época. Hoje se a gente fô pedi voto hoje na igreja você não ganha voto, porque a maioria das pessoas trata a gente assim, há esse aí é um Sem Terra esse aí é PT, tá aqui porque é PT, virô rótulo<sup>258</sup>.

Primeiro, é preciso situar que o enfraquecimento das lutas levadas a frente pela igreja e pelo PT é sintoma de um processo de mudanças nacional que situaremos na sequência.

Para Anália, a luta realizada pelos trabalhadores no passado dependeu da igreja e do PT construído pelo grupo ao qual pertencia. Essa força foi enfraquecida e ela, e os demais foram estigmatizados. As razões que explicam esse processo corresponde ao histórico das lutas e o papel desempenhado pela igreja marcado por relações complexas junto aos trabalhadores e a grupos dominantes. No campo de relações de força constituído pelos trabalhadores junto a igreja, o PT e as forças conservadoras, a tentativa de constituir organizações foi enfraquecida. Esta relação narrada, a partir do presente, evidencia os ressentimentos da entrevistada frente aos resultados advindos da aliança política firmada. O resultado, além do enfraquecimento das lutas, materializou-se em formas de preconceito e estigmatização explicitadas por Anália.

Assim, o fracasso do Sindicato, do PT e das demais formas de organização tentadas pelos trabalhadores por meio das pastorais, todas com a presença da igreja, não se tornaram movimentos expressivos, o que não significa que não lutaram ou que a resistência tenha deixado de existir. Anália, assim como Gilberto, demonstraram o campo de luta cotidiana que estão inseridos frente à falta de representatividade do Sindicato e das mudanças na dinâmica econômica local.

Compreendo que as formas de organização coletiva tentadas pelos trabalhadores fazem parte do conjunto de mudanças advindas com a constituição de uma base política conservadora e de uma economia de mercado responsável pelas transformações nos modos de viver, trabalhar e lutar dos trabalhadores na localidade estudada. Orienta esta percepção a discussão realizada por Hobsbawn (1987) quando, ao perceber a formação da classe operária, tentou compreender em que medida a expansão de uma nova economia industrial afetou e interferiu na vida dos trabalhadores. O autor se voltou a entender desde os elementos comuns utilizados como símbolos de identificação da classe até as transformações decorrentes do processo de Revolução Industrial, como o aumento de tamanho da classe, sua composição ocupacional, ampliação do direito ao voto etc. Por meio de todas essas mudanças, a classe

---

<sup>258</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

operária demonstrava sinais de sua constituição, sem, no entanto, ser compreendida como uma classe pronta e acabada mas em seu constante fazer-se.

Os trabalhadores estudados indicaram o enfraquecimento e a falta de representatividade do Sindicato num processo de rearranjo em torno de projetos no campo e na cidade. Diante das pressões vivenciadas cotidianamente, pela sobrevivência ou, pela busca de melhorias, esses demonstraram as vias pelas quais interpretaram e explicaram suas condições. Edeonil, diante de inúmeras pressões vividas, depositou suas esperanças no projeto de crédito fundiário. Anália no trabalho com a medicina alternativa, porém num contexto que se difere do contexto de outrora no interior da igreja, como veremos no próximo capítulo. Já Gilberto, ao defender o projeto voltado à agroecologia, demonstrou não apenas como esse trabalho consiste em uma alternativa se comparado aqueles que não conseguiram manter-se no campo, uma forma de resistência. Por meio desse projeto, Gilberto busca responder positivamente outras iniciativas que não deram certo, num contexto marcado pela formação de uma economia de mercado ligada à dinâmica do agronegócio, como veremos a seguir. Quanto às questões de ordem política, serão tratadas no próximo capítulo.

### 3.3 PERCEPÇÕES SOBRE O CAMPO: “ENTÃO MUDÔ A HISTÓRIA TOTALMENTE”

Ao falar sobre as atividades incentivadas pelo Estado, após a produção de café, Gilberto abordou outro processo de mudanças que marginalizou a presença dos trabalhadores:

[...] aí incentivô a produção de gado, leiteiro, aí incentivô os laticínio pra todos os município, aí o pessoal, não, agora a febre é gado de leite, aí o leite talvez tamém o lucro era pouco, aí você ficava mais cansado tirano leite do que ... tem uns, leiteiro tirando leite até hoje mais num é, é pouco. Aí foi, aí eles viro que não tava dando resultado eles foram vendendo a propriedade pros grande, aí os grande foram comprano dos pequeno e foi esvaziando o campo, esvaziando o campo, as linha, e é o que tá acontecendo aonde que tinha, aonde que tinha cento e cinquenta família numa linha hoje tem a média de umas cinquenta, essa é a base, aí então tem lugar que tem até menos, tem as vez que tem até menos, talvez pro lado Sul tem mais, tem mais produtores né, mas mais tamém mexe com gado, a produção de café é pouca, aí o jovem não tinha opção, não tinha opção, ia mexer só com... O pai memo ia mexer com gado, aí já desanimou e vendeu tudo pro fazendeiro, o fazendeiro comprô. O governo que fez? o governo implantou, ele não incentivou ficar no campo, não dava subsídio né, apesar do gado o governo tem controle do gado né, do Estado, aí ele caçou um meio dele memo controlá, controlá a produção do estado, e agora pra voltá... Eles (Estado) tão aí com os projeto pra incentivá a produção, mais pra voltá eles tinha que pegar essas áreas de fazenda grande e voltá a colocá produtor, comprando, mas ele não vai fazê isso não, se voltá aquela população toda aí cê vai vê a produção aumentá de novo, aumentá a produção saudável, com várias famílias e eles ter seu próprio alimento saudável<sup>259</sup>.

<sup>259</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho de 2016.

Gilberto recompõe o processo histórico que discuto. A referência à constituição de uma bacia leiteira permite algumas considerações. Primeiro, esta é uma atividade que funciona em pequenas propriedades, portanto, sua proposição enquanto política pública assinala para a configuração das localidades onde foi sistematizada. Segundo, deve-se considerar que, geralmente, quem se dedica a esta atividade concilia-a com outras atividades de ganho em virtude do baixo valor pago ao produto. Assim, tal política indica uma possível tentativa em manter as pessoas no campo ao mesmo tempo que sua própria funcionalidade indica a necessidade de os trabalhadores desenvolverem outra atividade de ganho geralmente conciliada com o trabalho em frigoríficos ou laticínios.

Ao mencionar as mudanças locais, buscou explicar, a partir das experiências vividas por ele e o pai, como não prosperaram frente às políticas públicas adotadas. Ao fazer isso, buscou justificar como não são culpados, levando em consideração o fato de as políticas do Estado não terem surtido efeito. Aponta sua seletividade e como eram incompatíveis com as condições de muitos, inclusive ele.

Considerando que narrar configura lidar com questões do ponto de vista do tempo presente, ele buscou construir uma narrativa na qual não se sentisse fracassado, atribuindo importância ao trabalho que desenvolve – a agroecologia. É incorporando a ideia de produção saudável, sem uso de agrotóxico, de cuidado e de preservação da natureza, que Gilberto desenvolve seu trabalho com produtos agroecológicos. Nesse trabalho, ficou nítido como, ao mesmo tempo que se sente valorizado, dribla o fracasso que vivenciou com outros projetos. Não queremos com isso dizer que Gilberto foi incapaz, mas que as relações capitalistas não só pressionam os sujeitos, como também interfere de forma legível naquilo que vivem. Assim, o trabalhador pode representar explicações, realizar projeções e imagens de sua própria condição, buscando, em alguma medida, disfarçar os fracassos sentidos. Fracassos que não são dele, mas que estão intrínsecos nas pressões vivenciadas no capitalismo e que dificultam a sobrevivência.

Diante desse quadro, o trabalho com a agroecologia apresenta a Gilberto propostas que, incorporadas, proporciona a ele alguma autonomia e valor sob seu trabalho. Tornou-se referência na cidade com o trabalho agroecológico, recebe visitas de escolas e da Universidade, expõe seu trabalho em eventos, feiras, na Universidade e fora dela. Na feira local, Gilberto é um dos primeiros trabalhadores a vender seus produtos. No valor atribuído ao trabalho, ele destaca a importância da família desde os cuidados no campo à comercialização. No entanto, reconhece como o trabalho se torna oneroso, pois exige de todos

dedicação, constantes cuidados e uma longa jornada diária devido ao preparo e ao uso de produtos naturais ao invés de inseticidas.

Nesse contexto, Gilberto atribui o esvaziamento do campo às políticas agrícolas, que, para ele, impossibilitaram a permanência dos trabalhadores. O insucesso com o café, depois com a produção leiteira, teria levado a uma concentração de terras destinadas à pecuária extensiva. Estas questões demonstram como as políticas adotadas foram, aos poucos, reformulando os projetos relativos ao campo. Em todos eles, a situação não era vantajosa para que se mantivessem lá. Se, de início, o problema era a comercialização, com o café ou o feijão o problema eram os preços, a venda a cerealistas e o não recebimento da produção. Do mesmo modo, a produção leiteira não se apresentava vantajosa. Por fim, a pecuária era incompatível com as condições dos trabalhadores, haja vista a pouca terra para este tipo de atividade, já que para a pecuária não há sistema de financiamento bancário. Ou o trabalhador possui grandes extensões de terra ou não participa dessa atividade econômica. É importante observar como o gado leiteiro, projeto que antecedeu a criação de gado de corte, preparou o terreno. Os trabalhadores já haviam destocado os pés de café e os pastos já esperariam os bois que chegaram depois.

Para Gilberto, o governo “caçou um meio dele memo controlá, controlá a produção do estado”, ou seja, levou adiante um projeto compactuando com os interesses daqueles para quem governa. Ao mencionar o incentivo que, no presente, vem sendo dado pelo governo, o trabalhador se refere ao programa de crédito fundiário. Por meio dele, áreas de fazenda passaram a ser divididas a partir de 2003 e vendidas aos trabalhadores, que, por sua vez, vivem diversas pressões. Dentre elas, está o desafio de tornar a terra produtiva, de modo a saldar a dívida com a aquisição da terra. Para isso, possuem uma carência de quatro anos. Durante esse tempo, precisam optar por um tipo de produção que lhes dê algum retorno financeiro. Ao mesmo tempo que desenvolve tal atividade, veem-se diante da necessidade de desenvolverem outras formas de trabalho para sobreviverem com a família. Vivenciam tudo isso sob certa culpabilização, inclusive por parte do Sindicato, das condições encontradas no presente.

De acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a RAN (Reforma Agrária negociada) desenvolveu-se a partir de 2003, criando o PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), como mecanismo complementar do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária):

Nesse contexto da RAN, no ano de 2003, a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) criou o PNCF, que foi concebido como um mecanismo complementar ao PNRA. A SRA/MDA desenvolve o PNCF para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. O agricultor pode, também, construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma (Brasil, [s.d.]). Uma das maiores diferenças entre esse modelo e o anterior é a fonte de recursos – que passou a ser nacional, em detrimento das instituições financeiras internacionais antes utilizadas. O objetivo central do PNCF é contribuir, mediante o acesso à terra, para a redução da pobreza rural e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, os quais poderão produzir tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, aumentando efetivamente a sua renda. O programa visa, ainda, consolidar e ampliar a agricultura familiar, possibilitando a permanência definitiva das famílias beneficiadas no meio rural, contribuindo, dessa forma, para a redução do êxodo rural (IPEA, 2015, p. 11-12).

A fonte acima desconsidera o contexto histórico e político anterior à criação da Reforma agrária negociada<sup>260</sup>. O fracasso dos projetos relacionados à questão agrária não são mencionados. De um problema histórico, essa questão é naturalizada e a Reforma agrária negociada, vendida como uma oportunidade dada aos trabalhadores que não possuem terra.

No documento, o objetivo com o Programa de crédito fundiário seria reduzir a pobreza rural, promover a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, ampliar a agricultura familiar e reduzir o êxodo rural. Porém, ao participar de uma reunião realizada pelo Sindicato, observei que eles são vistos como aqueles que, em algum dia, saíram por vontade própria de suas terras e que agora querem retornar. Já para os que nunca possuíram terra, lhes é cobrada permanência, rápida produtividade, além do direcionamento de certas atividades vistas como mais “vantajosas” aos que, como eles, possuem pouca terra, retirando-lhes a autonomia sobre o que produzir, embora a margem de autonomia já seja limitada pelas próprias condições que possuem.

Além do recurso destinado ao pagamento da terra, o governo federal disponibiliza um montante destinado ao investimento na plantação ou na construção de moradia. A prioridade é

---

<sup>260</sup> O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária foi criado em 1966, porém, sem sucesso. Em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do Ibra com o Inda. Nesse período, foram criados os projetos de colonização da Amazônia. Em 1985, foi instituído novo Plano Nacional de Reforma Agrária criando, para isso, o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad). Em 1987 o INCRA foi extinto e, em 1989, foi a vez do MIRAD. A responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura, porém, ainda em 1989 o Congresso Nacional recriou o INCRA, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas a reforma agrária manteve-se paralisada. Em 1996 foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, incorporando o INCRA. E, em 2000, o Decreto nº 3.338 criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgão ao qual o INCRA está vinculado. Informações presentes em: <<http://www.INCRA.gov.br/reformaagrariahistoria>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

dada pelo trabalhador que, caso decida investir na plantação, a alternativa é residir na cidade, em muitos casos, em casas alugadas.

A pressão sob os trabalhadores que se inserem no programa não advém apenas sobre o que produzir ou como sobreviver até que a terra lhe possibilite sustento, mas à cobrança pela permanência na propriedade sob a argumentação de que precisam valorizar a terra que estão adquirindo. Esta pressão por parte do Sindicato vem seguida da argumentação de que a saída das pessoas do campo para a cidade ocorreu devido à falta de elementos que a cidade oferecia. Para isso, o acesso à internet foi citado como um dos principais elementos, antes não acessível, e que, portanto, não haveria mais motivos das pessoas, principalmente os mais jovens a se negarem a residir no campo.

Se concordarmos com essa explicação, deixamos de compreender as mudanças históricas sofridas pelos trabalhadores, como as que são evidenciadas por Manoel:

Manoel: O que fez mudá vamo dizê assim, a tecnologia, a mudança, o capital né, mais dinheiro, o capitalismo, qué dizê, é uma forma de ganha dinheiro mais fácil, né porque na verdade hoje se fô tocá aquela rocinha ia tocá mais num ia produzi, então é mais fácil gado, é mais fácil, vendê o leite, é mais fácil vendê é o gado pro corte, né, é mais fácil, o jeito de vivê tá mais fácil você num tem que ficá mais lá tocano uma lavorinha de café coisinha assim, então o capitalismo fez mudá muito a história, qué dizê a política né, da agricultura né, foi mudano a história. É melhor em parte né, só que deixô o pessoal é muito preguiçoso porque hoje a gente chega nos sítio o pessoal do sítio tá levano as coisa da cidade prontinho pra comê lá no sítio então antes você saia no sítio e ia lá buscá as coisas frutas e bastante coisas, que tinha lá no sítio, galinha caipira, porco caipira e tanta coisa, então hoje tá difícil você arranjá galinha caipira, tá difícil de arranjá as frutas, porque hoje o próprio pessoal do sítio vive com o leitinho da vaca e o bezerro e não planta as coisa que deveria e a terra produz, o povo num planta porque aprendeu vivê com o leite da vaca com o bezerrinho que vende né, e assim então tá vino busca na cidade aquilo que nós buscava no sítio antes, então mudô a história totalmente<sup>261</sup>.

Para Manoel, as mudanças ocorridas tornou mais fácil “o jeito de vivê”. Essa interpretação está pautada na comparação que ele realiza entre plantar roça e criar gado. Ocorre que nem todos puderam acompanhar essa mudança. Para muitos, criar gado foi incompatível com suas condições, como foi o caso do pai de Gilberto. Além disso, esse processo provocou diversas mudanças na forma de produzir e na relação com a terra.

Manoel reconhece “é melhor em parte”, porque, segundo ele, o trabalhador teria deixado de produzir e cita como exemplo a criação de frango. Embora ele reconheça que “o capitalismo fez mudá muito a história”, é importante tecer algumas desnaturalizações que esclareça esse processo e não passe a imagem de que foi trabalhador que não quis mais desenvolver essa forma de trabalho. Por evidenciar um processo que sofreu mudanças e que

<sup>261</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

precisa ser explicado, não podemos desconsiderar os diversos componentes que os levaram a deixar de produzir seus próprios alimentos.

Sobre isso, Vagner Moreira (2014) discute como o desenvolvimento da agropecuária no Oeste do Paraná, a partir da diversificação e tecnificação das atividades agropecuárias em pequenas propriedades, reorganizou a produção, as relações de trabalho no campo e na vida dos trabalhadores, a partir de meados do século XX. Isso se deu em diversas atividades, seja na produção de frangos, na produção de leite e na granja de suínos. No caso específico da produção de frangos, o autor destaca:

A partir da década de 1950 a atividade sofreu transformações e tornou-se um grande negócio. Marca também esse momento a criação das primeiras empresas que começaram a produzir o frango em escala industrial em aviários para abatê-los em frigoríficos, tendo origem a avicultura industrial. O processo industrial da produção de frangos consistiu na organização da cadeia produtiva de aves em um mercado oligopolizado por empresas multinacionais na área do “melhoramento genético”, com a produção poedeiras avós e matrizes de pintainho de um dia para a engorda, na produção da ração industrializada a base de milho e soja, na criação de produtos veterinários diversos visando à sanidade e o controle de doenças, na industrialização de equipamentos para a instalação de aviários no campo e frigoríficos nas cidades (MOREIRA, 2014, p. 163).

O processo de industrialização do frango, discutido por Moreira, engendrou mudanças não apenas no Oeste do Paraná. A produção do frango passou a ser consumida em outros estados e exportada para diversos países, o que tornou o consumo e o valor do frango mais acessível, devido à introdução de ração a base de hormônios que acelera o processo de engorda, o que, por sua vez, é pensada de modo que o custo do animal seja compensador. Assim:

O valor do frango é definido pela capacidade de fazê-lo chegar ao maior peso com a menor quantidade possível de ração consumida durante o período de engorda de 45 dias – o “fazer o frango” –, pesando mais de três quilos cada. No tempo da galinha caipira o período para um frango “ficar pronto” para o consumo demorava de seis a oito meses (MOREIRA, 2014, p. 164-165).

Com isso, a compra se tornou a maneira mais fácil e barata de consumir frango, principalmente para os trabalhadores. Em Rondônia, esse processo possui relação com a mudança na atividade econômica que passou da plantação do arroz, milho, feijão e café para a produção de leite e gado de corte. A mudança na atividade econômica pode ter dificultado a criação de animais como o frango, tendo em vista que a base de seu sustento era o milho. Desenvolvendo outra atividade, como a produção de leite ou criação de gado, caso o

trabalhador crie porcos e frangos, ele precisa comprar o milho ou ração para tratá-lo, o que torna esse tipo de criação praticamente inviável.

A baixa dos custos com a criação tornou a compra do frango de granja ou porco mais acessível. A industrialização inviabiliza a produção doméstica da carne. A relação de concorrência de grandes monopólios e oligopólios inviabiliza a produção e o máximo que ocorre é a construção de cooperativas em que os trabalhadores passam a comercializar produtos alternativos. Porém, no que diz respeito à comercialização da carne, a concorrência não é possível.

Assim, o consumo de frangos industrializados nas últimas décadas tem relação com esse conjunto de mudanças na forma de se produzir. Não há como restringir esse processo ao simples fato de que o trabalhador, agora, prefere comprar ao invés de produzir. Há um conjunto de relações que tornaram imprópria essa produção, mesmo que o frango industrializado não agrade o paladar.

Discutir as mudanças sinalizadas por Manoel permitiu avaliar como os saberes dos trabalhadores se tornaram obsoletos no processo de relações sociais capitalistas. A partir das mudanças, precisaram rearticular hábitos alimentares frente à impossibilidade de produzirem e venderem seu próprio alimento. Isso ficou claro quando se reportaram aos alimentos que produziam, como a abóbora, o cará, a banana e outros como exemplo de alimentos produzidos em grande quantidade no período. Ao mesmo tempo que faziam parte da dieta alimentar deles, tais produtos poderiam ser comercializados. Também não podemos desconsiderar como a experiência do trabalho permitia aos trabalhadores uma leitura de mundo, relações materializadas na solidariedade de classe, na partilha e na ajuda mútua.

Com relação aos hábitos alimentares, pude perceber como foram alterados ao participar de um curso sobre o uso de práticas homeopáticas na agricultura em 2016, a convite da entrevistada Anália. Na ocasião, foi oferecido um café e uma das participantes, uma senhora que migrou para Rondônia na década de 1970, moradora da cidade de Santa Luzia/RO, comentou como o cará, que estava sendo servido aos cursistas, era produzido quando chegou. Relembrou que, no passado, além de utilizarem na dieta alimentar da família, o alimento era usado no trato dos porcos, pela grande quantidade que produziam. E que, no presente, esse é encontrado nos supermercados da cidade a um valor que a senhora se referiu como caro. Essa comparação leva em conta o baixo valor pago ao cará no passado, por isso era preferível que os trabalhadores utilizassem o alimento para tratar os porcos, uma forma de baratear o trato se comparado a outro alimento bastante utilizado, que é o milho.

Esse fato permitiu perceber como produtos que, no passado, faziam parte da dieta alimentar dos trabalhadores foram apropriados pelo mercado, como também deixados de serem produzidos por eles. Caso queiram consumi-los, precisam comprá-los, por isso a referência ao valor do produto. A senhora ainda se referiu à diversidade de cará servido, mencionando não ser mais possível encontrar todas aquelas qualidades. Muitos dos tubérculos que estavam sendo servidos são cultivados por alunos da Escola Família Agrícola Chico Mendes, uma escola que tem por objetivo oferecer uma modalidade de ensino voltada a uma formação específica para filhos e filhas de agricultores, sob o sistema de alternância entre o tempo escola e o tempo família/comunidade.

Atentar-se aos hábitos alimentares possibilitou ler, no social, experiências (THOMPSON, 1987) que indicam o que ocorria na sociedade e suas mudanças. Desconsiderá-las é perder de vista uma dimensão da vida dos trabalhadores que situa sobre suas práticas, a necessidade de rearticulá-las ou como são apropriadas, retirando-lhes significados que nos informam como viviam. A não historicidade dos hábitos alimentares, por exemplo, pode naturalizar relações complexas, que indicam mudanças culturais, políticas e econômicas. Estas acabam transformando-se em saudosismo, a partir de uma visão folclorizada que se busca imprimir. Em muitos casos, a materialização disso se dá a partir da eleição de pratos típicos de determinada localidade. Uma tentativa de silenciar aquilo que já não existe, ou do que representa e significa para os trabalhadores.

Essas mudanças também podem ser percebidas quando observamos como os trabalhadores se referem à diferença no paladar entre o frango de granja e o caipira. Mesmo não agradando o paladar, eles consomem frango porque consiste em uma mercadoria oligopólica, sem concorrência. No Brasil, isso ocorreu nas décadas de 1960 e 1970. Segundo Bosi, quatro fatores contribuíram para o aumento do consumo de carne de frango e sua industrialização:

O barateamento do preço da carne de frango, novas necessidades e noções de higiene que alteraram a compreensão popular sobre o preconceito contra o consumo do frango abatido, o desenvolvimento de uma logística que permitiu uma distribuição nacional mais adequada (isto é, lucrativa) e o emprego de tecnologias que possibilitaram o congelamento sem efeitos colaterais visíveis (BOSI, 2011, p. 407).

Para muitos, criar o frango caipira transformou-se em uma possibilidade de renda extra. No contexto da massificação industrial da carne, o frango caipira se tornou uma mercadoria de marca, refinado e destinado a compradores de alta renda. Há todo um processo

de mudanças que, se olhado de modo desatento, convence-nos de que o trabalhador não quer ou não gosta de produzir, que saíram do campo porque a cidade era mais confortável para se viver.

Voltando à entrevista com Gilberto, quando ele compara o presente com a situação de chegada em que havia uma produção voltada ao próprio consumo, está apontando para algo que, em sua opinião, não é mais possível devido à concentração de terra. A falta de incentivo aos trabalhadores para que se mantivessem no campo é interpretada por ele como um mecanismo criado pelo governo a partir dos seus interesses. Quando menciona: “eles tão aí com os projeto pra incentivá a produção, mais pra voltá eles tinha que pegar essas áreas de fazenda grande e voltá a colocá produtor, comprando, mas ele não vai fazê isso não”, se refere ao incentivo à produção vinculado à política de crédito fundiário, porém, o panorama não é mais o mesmo, ou seja, produzir como antes tornou-se impossível. Para isso, seria necessária a desapropriação de fazendas, atualmente voltadas à pecuária extensiva, o que, para ele, não ocorrerá frente aos interesses que estão colocados com relação a esse tipo de produção.

A preocupação com a produção de alimento saudável quando menciona “se voltá aquela população toda aí cê vai vê a produção aumentá de novo, aumentá a produção saudável com várias famílias e eles tem seu próprio alimento saudável”, é evidência de processo que sofreu mudanças. Novos projetos foram rearticulados, levantando como bandeira o aumento da produção, porém, com qualidade, numa crítica à produção do agronegócio que visa apenas à produção em larga escala.

Com o passar dos anos, o governo foi desenvolvendo atividades voltadas ao campo, no entanto, inviabilizou a permanência dos trabalhadores. Primeiro a produção de alimentos, depois o café, o feijão, a produção leiteira e por último a pecuária. Para termos a dimensão de como de tempos em tempos a rearticulação das relações capitalistas vão acontecendo, basta observar como, em 2016, novamente, o Estado voltou a incentivar a produção de café:

Rondônia é o segundo maior produtor de café da espécie canéfora do país. O governo estadual tem dado atenção especial ao café nos últimos anos, por meio de ações da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri) e da Empresa de Assistência e Extensão Rural (Emater-RO). Incentivos para a melhoria da qualidade e produtividade do café, como o Programa de Revitalização da Cafeicultura, a distribuição de mudas de café clonal, distribuição de calcário, articulação para a disponibilização de linhas de crédito incentivando a tecnificação da produção e a criação da Câmara Setorial do Café são algumas das ações realizadas e que foram essenciais para que a produção de café em Rondônia conseguisse aumento de produtividade e de qualidade. A estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de que Rondônia produza 1,64 milhão de sacas beneficiadas de café nesta safra e o Governo de Rondônia está empenhando em

saltar para quatro milhões de sacas até 2019, incentivando e oferecendo aos produtores condições para que isso ocorra<sup>262</sup>.

Não obstante, percebe-se como os projetos são rearticulados conferindo outra dinâmica ao processo histórico. Mas, como entendê-la, haja vista que a pecuária extensiva já se consolidou? Trata-se de projetos que não param, que vão se refazendo no movimento histórico. Se a pecuária é inviável aos trabalhadores que não possuem grandes extensões de terra, qual projeto é possível ser desenvolvido com esse perfil de trabalhadores que, de algum modo, seja vantajoso à dinâmica das relações capitalistas?

Estar fora do perfil traçado para o desenvolvimento dos projetos voltados à agropecuária não significa estar fora das relações capitalistas. A saída, nesses casos, é a inserção em projetos cuja dinâmica se pauta em expectativas e projeções de mercado, criadas e recriadas constantemente segundo a lógica de transformação das relações capitalistas.

Essas dinâmicas, de tempos e tempos, refazem-se. E na mesma lógica dos financiamentos bancários confere ao Estado uma participação que o isenta de qualquer problema futuro. Em nossa análise, corremos o risco de, em uma leitura apressada, incorporarmos essa dinâmica, naturalizá-la, e atribuímos aos trabalhadores o insucesso ou as condições que no presente se encontram. É preciso atentar para além de como as propostas são apresentadas. Ler no movimento histórico como as repercussões dessas propostas criam e recriam sentidos no social que precisam ser desnaturalizados, sem perder de vista o processo de mudanças. Identificar como relações que, no passado, pautavam-se na partilha, na solidariedade de classe, foram se perdendo.

Observamos como os projetos de colonização, ao serem rearticulados a partir de outras dinâmicas, refizeram as relações. E como nessas relações, os trabalhadores foram, além de explorados, calados por projetos que aparentemente os davam voz, como é o caso dos projetos sistematizados pela CPT, principalmente no que diz respeito às formas de organização, como veremos.

O resultado desse processo se materializou em concepções que naturalizam essas mudanças. Aos trabalhadores resta-lhes ouvir que não plantam, que não criam animais, que desejaram sair do campo por comodidades que o campo não possibilitava. Estas visões naturalizadas, no entanto, não fazem mais que atestar que a cidade é sinônimo de bem estar, que o campo, considerado como atraso, pode, agora, possuir algum conforto porque chegou

---

<sup>262</sup> Reportagem “Ações de incentivo a produção impulsionam a cultura cafeeira em Rondônia. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/acoes-de-incentivo-a-producao-impulsionam-a-cultura-cafeeira-em-rondonia/>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

luz, há internet etc. Resumindo, que a cidade é um lugar melhor para se viver, mas que é possível viver no campo desde que ele tenha itens acessíveis aos que vivem na cidade. Perde-se de vista como o processo histórico se refaz com outras projeções. Esse movimento histórico, de realidade, quando desconsiderado, aparta o que chamamos colocar os conceitos ou a história em movimento e impede perceber em quais limites e pressões os trabalhadores estiveram e estão inseridos.

Nessa direção, busco, no próximo capítulo, discutir as implicações que as mudanças no campo marcadas por rearranjos nas relações sociais capitalistas tiveram na vida dos trabalhadores. Vimos como tais relações, quando não problematizadas, silenciam os saberes desses e confere uma memória contrária a eles, naturalizando os problemas que enfrentaram e enfrentam. Assim, os limites e pressões sofridos precisaram ser compreendidos a partir de uma relação complexa, nas contradições que se estabeleceram.

As mudanças precisaram ser compreendidas num processo de luta. Elas não ocorreram sem que as expectativas dos trabalhadores fossem conformadas segundo a linha da menor resistência. O sistema de financiamento bancário e, posteriormente, o programa de crédito fundiário são exemplos desse processo. Como o Estado teria conformado as expectativas dos trabalhadores sem a formulação desses projetos diante as disputas por terra em todo o Estado?

Nesse processo, as condições históricas vividas pelos trabalhadores levaram à constituição de formas coletivas de luta. Pressionados por políticas de Estado e pela formação de uma economia regional integrada à economia nacional e seu segmento do agronegócio, identificamos uma série de lutas por meio de movimentos organizados, alguns de caráter expressivo e outros de caráter local.

Com base nesse processo, discuto, no último capítulo, como as mudanças assinaladas repercutiram sobre os trabalhadores e a configuração que as lutas coletivas e individuais tiveram em Rolim de Moura.

## CAPÍTULO 4

### TRABALHADORES E A CIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES DA LUTA COLETIVA EM ROLIM DE MOURA/RO

A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas [...] O urbano não é uma alma, um espírito, uma entidade filosófica (LEFEBVRE, 2001, p. 51-52, 55).

No último capítulo, o objetivo é discutir o processo de mudanças vividas pelos trabalhadores no espaço urbano. Frente às possibilidades de discussão acerca do tema, escolhi realizá-la a partir da perspectiva desses tendo como eixo central o comércio e a moradia e o que restou da organização coletiva.

No terceiro capítulo, discutimos como as mudanças nas relações sociais capitalistas implicou significativamente a redução dos trabalhadores no campo. Considerando esse fator e à medida que ocorreram mudanças no espaço urbano, o comércio vindo do campo e praticado na cidade também diminuiu.

Primeiro, há que destacar que o comércio na cidade foi propiciado, principalmente, após a emancipação da cidade, haja vista que até esse período eram poucas as estradas que haviam sido abertas, portanto, a locomoção desses trabalhadores era dificultada. Em um vídeo que destaca as ações do primeiro prefeito da cidade, a descrição feita por Valdir Raupp indica que, em 1985, a madeira ainda era uma atividade econômica forte:

Rolim de Moura estava iniciando quando eu assumi a prefeitura apesar do esforço do prefeito anterior nomeado que era o Dr. Adegildo, lá de Cacoal, mas ainda tinha tudo por fazer, estradas, ruas, a cidade tinha pouquíssimas ruas, abertas, quer dizer, abertas com trator, não tinha ainda patrulhamento, cascalhamento, a 25 era uma esplanada de madeira, tinha muitas madeiras, esplanando madeiras no centro da 25 pra depois pegar dali e levar para as madeireiras. Então era uma cidade meia, meia sem lei vamos dizer assim, aí a gente começou a ordenar, abrir as avenidas, a 25 de agosto, a norte e sul, as outras ruas da cidade lerando aqueles pau, toco de pau, tora de madeira, e aí ia tirando, trabalhando dia e noite, tinha vez que eu ia visitar obras na cidade, quanto nas ruas, quanto nas linhas na área rural à noite<sup>263</sup>.

As poucas ruas e estradas da cidade apresentavam características rústicas, o que, segundo o prefeito, a fazia uma cidade “meia sem lei”. Desconsiderando a tentativa do prefeito em atribuir a organização da cidade a seu mandato, conseguimos ter uma dimensão do que era para os trabalhadores se deslocar do campo para a cidade. Mesmo que já houvesse

---

<sup>263</sup> Vídeo disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=xhkCrPz5\\_GU](https://www.youtube.com/watch?v=xhkCrPz5_GU)>. Acesso em: 19 set. 2017.

estradas na área rural, suas condições eram péssimas em período chuvoso, como vários narraram. Ainda no presente, muitos enfrentam problemas com as más condições de estradas e pontes quando as chuvas se intensificam.

Com a emancipação da cidade, as respectivas obras de abertura de estradas, canalização de rios e construção de pontes contribuíram para a locomoção, de modo que podiam se deslocar até à cidade comercializar o que produziam. Porém, não tardou, e teve início o processo de mudanças no espaço urbano.

#### 4.1 MUDANÇAS NO ESPAÇO URBANO

Os estudos sobre cidade centraram-se a partir da década de 1970, nos viveres urbanos das classes trabalhadoras. Tais estudos acompanharam o intenso fluxo dos movimentos sociais, cuja análise “sobre os sujeitos sociais” ganharam força frente outras análises que focalizavam o processo de industrialização/urbanização pautadas em “questões materiais” (BOSI, 2004a).

O espaço urbano, sob esta perspectiva, passou a ser estudado a partir da movimentação política dos trabalhadores, cujos temas e preocupações estiveram voltadas à questão do transporte, saúde, moradia e outros. Segundo Bosi, a tendência em valorizar os viveres urbanos “como fundamento e estratégia para pesquisar a cidade foi aprofundada na década de 1990” (BOSI, 2004, p. 44). Ainda segundo o autor:

[...] a adoção de uma perspectiva cuja centralidade seja a cidade do ponto de vista de seus moradores faz-se também como um certo desdobramento da idéia de Raymond Williams sobre a cidade comportar experiências e perspectivas históricas diferentes. O desafio, contudo, não é tanto o de reconhecer ou apontar o quanto as cidades – como parte e expressão da formação social capitalista – integram a lógica de reprodução da exploração do trabalho, mas o de saber como efetivamente as cidades e tudo o que existe nelas é construído historicamente. Esta é, digamos assim, uma poderosa chave para se entrar na cidade, porque refaz a possibilidade da escrita de uma História crítica sem compromissos ou alinhamentos automáticos com as visões de mundo (consagradas em forma de memórias) da classe dominante, que tendem sempre, pela esquerda ou pela direita (como organizadores oficiais do pensamento das classes economicamente dominantes ou como organizadores oficiais das classes economicamente subalternas), a homogeneizarem o social. (BOSI, 2004, p. 45).

Considerando a importância do estudo sobre a cidade que ofereça uma abordagem a partir de seus moradores, e de modo a fugir de análises que homogeneizam o social, destaco, nesse item, alguns dos problemas enfrentados pelos trabalhadores em relação ao comércio, à

moradia e às formas de organização coletiva. A escolha dos eixos foi realizada considerando sua evidência na pesquisa.

No segundo capítulo, discutimos como a proposta de Núcleos urbanos configurou-se como um campo de relações da luta de classes. Utilizando-se das contribuições de Raymond Williams, situei a necessidade e o papel cumprido pela cidade nas relações de poder e de interesses que os grupos dominantes no campo possuem, tanto quanto aquilo que projetam em termos de sociedade. Ou seja, como a constituição urbana precisa ser vista como uma necessidade daqueles que dominam, por dotá-la de um aparato burocrático fundamental para o exercício de poder. Assim, o espaço urbano é organizado pelos grupos dominantes com o objetivo de vigiar e controlar os trabalhadores, na maioria dos casos promovendo estigmatizações.

Compreendo que a discussão sobre o comércio, a moradia, as organizações coletivas ou as formas individuais de resistência permitem entender as formas de controle presentes na cidade. A moradia, como ressalta Bosi a partir das discussões realizadas por Engels, sobre Londres de 1840, não pertencia aos operários. Eram propriedade dos industriais que as alugavam. Estes, por sua vez, diante da miséria e da falta de alternativas, aceitavam as condições impostas pelos patrões. Essa prática criou diversos bairros operários caracterizados pela falta de higiene e infraestrutura (BOSI, 2004).

Engels, ao falar sobre as cidades da Inglaterra, considerou que “o modo como é satisfeita a necessidade de um teto é um critério que nos permite saber como são satisfeitas as outras necessidades. É muito fácil concluir que nesses sujos covis só pode morar uma população esfarrapada e mal alimentada” (ENGELS, 2010, p. 107-108). Tal experiência histórica estudada por Engels possibilitou e inspirou diversos estudos sobre cidade, conferindo sentido às relações contemporâneas, como as especificidades em torno da especulação imobiliária. Ressalto, no entanto, que a visão de Engels para o período era de que a população formava uma classe incapaz de fazer movimento, diferente do modo como os trabalhadores são compreendidos nessa pesquisa.

Ao compreender como o comércio e a moradia foram utilizados como mecanismo de controle dos trabalhadores, busquei responder qual o lugar deles no passado e no presente e o que restou de suas organizações.

Situamos problemas com o comércio e a moradia desde o segundo capítulo. Na década de 1970, a projeção do INCRA quanto ao comércio pautava-se na tentativa de consolidar o

cooperativismo, o que não obteve êxito. No final da década de 1970, registros<sup>264</sup> feitos pela autarquia demonstraram como o programa de moradia se apresentava como um problema. A projeção com a habitação rural, mostrou-se insuficiente. Mas o aspecto mais importante do registro foi situar sobre o lugar dos trabalhadores no período. A população era essencialmente rural. As dificuldades de construção de moradia no campo também foi trazida pela trabalhadora Maria. Com base na experiência de trabalhar e morar de seu pai, contrariou a informação do INCRA que afirmava estar contribuindo com os trabalhadores por meio de doação de madeiras beneficiadas.

Pelos registros realizados pela autarquia, a projeção urbana teve início em 1977 com a proposta de Núcleos Urbanos. Previa-se que construções como escolas, postos de saúde, armazéns e outros servissem de apoio rural frente aos problemas que o campo vivenciava. Nesse contexto, minha preocupação esteve voltada em compreender que concepção de espaço prevaleceu nas relações travadas entre campo e cidade, já que a projeção urbana se justificava no apoio ao agricultor ao mesmo tempo que outras projeções tipicamente urbanas também eram projetadas. Como discute Lefbvre “As cidades apoiam as comunidades camponesas e a libertação dos camponeses, não sem se aproveitarem disso em seu próprio favor” (LEFBVRE, 2001, p. 12). Busquei, assim, compreender quais disputas estiveram colocadas nessa relação.

Em 1979, o Setor Rolim de Moura passou a ser administrado por Cacoal. Em seguida, teve seu primeiro administrador e o início das primeiras obras de canalização de rios e igarapés. Na memória dos entrevistados, esse período esteve marcado por escassas construções, uma localidade com poucos recursos, de modo que precisavam deslocar-se à cidade vizinha. Questão também observada na descrição da localidade pelo primeiro prefeito.

A dimensão da organização do espaço, da comercialização e da moradia puderam ser identificadas a partir do diálogo com os trabalhadores.

Vimos que, para famílias como a de Gilberto, que ao chegar adquiriu uma propriedade, o comércio na feira se colocou como alternativa de trabalho. Na memória dos entrevistados e nos registros em ata da Câmara Municipal, a existência da feira data de 1984. Ela continua no presente<sup>265</sup> como possibilidade de renda e de trabalho a muitos trabalhadores, seja do campo ou da cidade. Por isso, revelou-se na pesquisa de fundamental importância para problematizar as disputas, conflitos, restrições e mudanças no comércio realizado pelos trabalhadores.

---

<sup>264</sup> Projeto Integrado de Colonização, Programa Operacional, 1979, p. 62. Disponibilizado pelo INCRA Nacional – Brasília.

<sup>265</sup> A feira é realizada cada dia em um bairro da cidade, sendo que às quintas e aos sábados ela ocorre na área central de Rolim de Moura.

Além da feira, a presença deles na cidade comercializando o que produziam era intensa. A trabalhadora Maria narrou esse processo da seguinte forma:

Maria: Ali no centro só tinha umas casinha e umas farmácia. Era porco, era galinha dentro dos ônibus, das linha, era cachorro, olha menina era um vuco vuco de gente, trazia as coisa, mantimento, feijão, naqueles ônibus veio né, enchia aqueles corredor com saco de cereais né, o povo do sítio vinha trazê, a gente tinha que tá pulano em cima daquilo assim pra pudê descê, com criança, era aquela... sabe? Era muita aglomeração de gente, chegan gente cada vez mais, e mais e mais, e a cada tempo começô crescê<sup>266</sup>.

Maria, já citada no segundo capítulo, sempre morou no setor urbano. A experiência narrada por ela tem relação com o deslocamento que realizava até o campo na casa de seus pais. A informação sobre o abastecimento de alimentos realizado pelos trabalhadores do campo na cidade consistia, para muitos, como a alternativa encontrada diante dos problemas enfrentados nas cerealistas, como tratamos no terceiro capítulo. A referência ao centro e as poucas construções também situam uma localidade que se constituía. A venda de animais vivos, as poucas moradias e as farmácias compõem a descrição da localidade. A existência do meio de transporte denota a intervenção do poder público nesse processo. Maria não faz referência a um espaço determinado onde os trabalhadores comercializavam, o que impõe pensar que a comercialização ocorria em diversos espaços da cidade.

No decorrer da década de 1980, viriam, dentre outras, mudanças no modo como esse tipo de comércio era realizado. Dentre as primeiras ações no espaço urbano, esteve as mudanças na feira do produtor, que passou a ser uma feira livre. Gilberto, que nesse período já trabalhava com sua família e a família de seu pai nessa feira, narrou esse acontecimento do seguinte modo:

Cátia: Como eram as feiras

Gilberto: As feiras foi o seguinte, foi a prefeitura que propôs essa feira, a feira era a feira do agricultor, então a feira era só para o agricultor né, era específico, que era no meio da semana que era na quinta feira, aqui no município. Aí depois abriu outra feira no domingo, aí no domingo era a feira livre, aí já participava o pessoal que trabalha livre, que é o pessoal do mercado que talvez podia ter alguém que queria participar na feira, comercializava, aí já começou aparecer desde de tecidos, salgados, aí já foi agregando né. Variedades todas hoje tem na feira né, desde verduras, legumes e atacado, é tipo um mercado atacado né.

Cátia: Quando o senhor chegou com onze anos já tinha a do produtor?

Gilberto: Tinha, a do produtor foi os próprio produtor mesmo que organizou e formou um grupo, uma associação, formou uma associação e a associação tá até hoje, a associação da feira de ontem que nós teve trabalhando, Asferon, Asferon, associação dos feirantes, do produtor né, feira do produtor, mas daí agora agregô um pouco a mais os outro. Agora parece que tem duas associação porque parece que

<sup>266</sup> Entrevista realizada com Maria em 02 de maio de 2016.

começou cada bairro pedir uma feira né, aí um toma conta de três espaço, três espaço de feira, e o outro toma conta dos outros três espaço, então são, tem feira todos o dia, cada bairro<sup>267</sup>.

A discussão sobre a mudança da feira do produtor para feira livre foi amplamente discutida durante reunião da câmara municipal em 1985 e, por ampla maioria, obteve aprovação, tendo como justificativa a argumentação de um vereador, Algemiro (PMDB) “não ser intenção a extinção daquela e sim a sua ampliação ou criação em paralelo, da Feira-Livre, para em assim sendo, dar maiores condições de escolha ao consumidor”<sup>268</sup>. A instituição da feira livre ampliou a possibilidade de participação de trabalhadores da cidade, contudo, entrou em cena a figura de atravessadores. De qualquer modo, a feira livre ampliou as possibilidades de trabalho e a comercialização de itens até então restritos à produção tipicamente do campo. Embora o vereador justifique a proposta de ampliação da feira como uma possibilidade de escolha dos consumidores, também pode ser compreendida como uma necessidade de ampliação de postos de trabalho.

Além das mudanças na feira, umas das primeiras ações anunciadas pelo prefeito Valdir Raupp, a partir de 1984, foi a abertura de estradas, canalizações e a construção de um frigorífico municipal. A demanda por um frigorífico tinha por objetivo controlar o comércio de carne e beneficiar a constituição do comércio local. Embora o frigorífico não tenha chegado a funcionar, a proposta serviu para difundir outras práticas, voltadas à higienização da cidade e à comercialização da carne:

Anália: Aqui naquela época que nós chegô era assim, os gado era tudo abatido, por exemplo, ali em cima era um matadouro, ali matava os boi e aí era aí passado aí, era muito açougue naquela época, hoje cê pode vê que você não vê açougue, é difícil você vê um açougue em Rolim, aí na época do Valdir ele inventô esse negócio do frigorífico pra tirá os, pra acabá com os matadouro entendeu? Então matadouro era pra tudo quanto é lado, aí o Valdir pra fechá esses matadouro inventô esse frigorífico municipal, mas ele não foi adiante, daí depois começô entrá esses frigorífico grande que daí começô trazê carne aí, esse frigorífico municipal, nunca mais vi falá dele pra falá a verdade.

Cátia: Quem então fornecia carne eram os matadouros?

Anália: Foi os matadouros não foi o frigorífico municipal não. Eu não sei se foi alguma coisa que ele inventô pra vim verba. Porque lá em Brasília Rolim de Moura, o Valdir levô como nós não temos nem um palmo de terra sem asfaltar, se chegar lá em Brasília Rolim de Moura é uma capital. Tanto é que quando o Ivo foi cê governo ele queria trazê a capital pra Rolim de Moura, aí não aceitaro, mas ele queria que Rolim fosse a capital, pra ele pudê... mas aí não aceitaro né<sup>269</sup>.

<sup>267</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho de 2016.

<sup>268</sup> Projeto de Lei nº 006/85, de autoria do executivo municipal que dispõe sobre “Criação da Feira do produtor no município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia”. Ata de 11 de março de 1985, p. 13.

<sup>269</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

Projetar a construção de um frigorífico justificaria controlar o comércio de carnes que funcionava tendo como local de abate matadouros “informais”, ao mesmo tempo que procurava beneficiar os mercados que a época se estruturavam. A prática de comercializar carne verde seria controlada, instituindo novos costumes. Quando Anália ironiza ao dizer que é possível que o frigorífico municipal tenha sido divulgado como um projeto concretizado, ela realiza uma crítica aos diversos projetos levado a frente pelo prefeito, porém, inconclusos.

Para isso, compara outros projetos que também não foram sistematizados na cidade “Eu não sei se foi alguma coisa que ele inventô pra vim verba. Porque lá em Brasília Rolim de Moura, o Valdir levô como nós não temos nem um palmo de terra sem asfaltar”, quando na realidade grande parte dos bairros da cidade carecem de pavimentação. Em muitos casos, o acesso as casas é dificultado, situação que se complica em época de chuva onde as áreas mais baixas ficam praticamente alagadas.

A referência à tentativa de fazer da cidade a capital do Estado, por Ivo Cassol, possui relação com o fato de Rolim de Moura ter sido o berço de diversos políticos, em diversos cargos desde prefeito à Senador.

Gilberto, assim como Anália, emitiu diversas críticas ao mandato de Valdir Raupp, citando projetos não concluídos, dentre eles, o matadouro, o ginásio de esportes, a rodoviária, asfaltamento da cidade e uma associação para os produtores de mel:

Gilberto: Na década de 80 era matadozinho, tinha um matadozinho mas não era oficial, era um matador clandestino né, mas era dentro do município, mas não era legalizado assim, até esses tempo tava funcionando mais aí até o senhorzinho que trabalhava lá na organização ele faleceu, aí fechou. Eldorado havia um matadouro municipal. Aqui já não teve, não teve, eu nunca vi, não teve [...] os projeto do Raupp todo ano, lá em Brasília tá tudo pronto aqui no município de Rolim de Moura. Se você puxar lá tá tudo pronto, a casa do mel já tá pronta, tá nada pronto, o elefante branco tá ali, o ginásio de esporte lá em cima tá tudo pronto, qué vê outro onde era a rodoviária que caiu lá, tamém tem uma construção que eles começaro aí tá lá, diz que ia ser um teatro mais chique de Rolim de Moura, elevador, tudo, assim, no computador, assim, o negócio, o projeto é bonito demais, mas na prática cê vai lá vê, fez uma estrutura, cobriu o barracão, tá lá, o dinheiro vem né pra fazê tudo... Não sei se você já viu aquele ginásio de esporte lá em cima? Fez aquele lá, inaugurou, aqui tamém ele fez uma construção, inaugurou, e não tava pronta, tá tudo asfaltado Rolim de Moura em Brasília e não tá nada asfaltado aí, então, é difícil até pra vim recurso. Eu acho que esta casa do frigorífico lá tá pronto, este frigorífico, mais aqui ... e nem um boi morreu lá ainda. A casa do mel cê pode vê cê tá pronto lá, cê pode puxá lá, eu fui presidente da associação do mel né, cê pode puxá lá e ela vai tá pronta, e aqui cê pode ir lá que não tá pronta<sup>270</sup>.

Os matadouros funcionavam na clandestinidade, ou seja, não regularizados, tendo como base as normas previstas para este tipo de comércio. Os elementos trazidos por Anália e

<sup>270</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de julho de 2016.

Gilberto, enquanto crítica, são semelhantes devido ao envolvimento que tiveram nos projetos desenvolvidos pela igreja. Ambos apresentam uma fala articulada e as críticas realizadas refletem, em alguma medida, projetos não realizados que poderiam estar gerando benefícios aos trabalhadores no presente, como é o caso da casa do mel.

Além das críticas, os entrevistados deixaram claro como buscaram encontrar, ora nos representantes do poder do Estado (sob a intermediação da igreja), ora no poder municipal, um espaço para articular seus interesses. Tratou-se de expectativas, muitas delas frustradas, porém que demonstram articulações, como parte de uma dinâmica histórica frente às mudanças em seus modos de viver e trabalhar.

Os matadouros também consistiam uma alternativa de trabalho na cidade. Isabel, citada no segundo capítulo, ao chegar em Rolim de Moura na década de 1980, precisou desenvolver várias formas de trabalho entre campo e cidade antes de se mudar com a família para o sítio que recebeu do INCRA. Trabalhou em um dos matadouros existentes no período que pertencia a seu cunhado. Esse período é lembrado como um período de muita dificuldade para a família, principalmente quanto à alimentação “a alimentação da gente só Deus pra ampará, como que era a alimentação da gente, só Deus pra tê misericórdia, a gente trabalhava por dia pra ganhá uns troco pra comprá alimentação<sup>271</sup>.”

Para Gilberto, o matadouro fechou a partir da morte do administrador. Isabel, do mesmo modo, atribuiu o fechamento do matadouro à morte de seu cunhado. Além de uma oportunidade de trabalho, os matadouros possibilitavam aos trabalhadores acesso à carne por um menor custo. A restrição aos matadouros teve início com a emancipação da cidade. Isabel menciona que o matadouro em que trabalhou se localizava na avenida que dá acesso ao centro da cidade, a Av. 25 de agosto. Retirar esse e outros matadouros funcionou como estratégia de regulamentação do negócio da carne na cidade.

De acordo com Bosi, no Brasil, a instituição dos matadouros municipais veio acompanhada de uma fiscalização também contra a venda clandestina da carne verde:

[...] inviabilizando as atividades de pequenos criadores que complementavam sua renda com a venda de carne. Neste contexto de mudanças, estabelecer como obrigação o abate no matadouro municipal fazia com que pequenos criadores tivessem suas rendas diminuídas ou, numa hipótese um pouco pior para eles, tivessem seus animais vetados pela inspeção municipal. Impor que os abates fossem todos feitos no matadouro equivalia a identificar com maior precisão o plantel bovino dos municípios de modo a reduzir a sonegação fiscal. Além disso, tal regulamentação bombardeava práticas populares de acesso às carnes verdes, instituindo novo costume que, a depender dessas circunstâncias, poderia beneficiar os donos de açougue. O certo é que este tipo de ação do Estado alterou as práticas dos açougueiros, removeu o abate feito a céu

---

<sup>271</sup> Entrevista realizada com Isabel em 06 de fevereiro de 2016.

aberto nas ruas da cidade, mas não fez desaparecer esta atividade (BOSI, 2014, p. 96 e 97).

Por mais que em Rolim de Moura o frigorífico municipal não tenha chegado a funcionar, provavelmente a proposta serviu para fiscalizar a venda clandestina da carne na cidade. Diversas pessoas que viviam desta prática ficaram impedidas de comercializar como antes, sem, no entanto, deixarem a atividade. Sobre os matadouros clandestinos, Gilberto mencionou: “até esses tempo tava funcionando”. Porém, a restrição do comércio de carne na cidade não tinha o propósito apenas de higienizá-la. Havia razões políticas, projeções, porém, com diversos impedimentos que precisavam ser sanados para que fosse possível a estruturação de indústrias na localidade como a produção de energia e o combate à febre aftosa, doença que, no período, afligia o rebanho, já que as mudanças nas relações capitalistas no campo possibilitou a criação da pecuária extensiva. Por isso, o combate às formas “clandestinas” de lidar com a carne, conciliava os interesses pela regularização da atividade ao mesmo tempo que combatia a possível proliferação da doença como veremos. Outra mudança no espaço urbano esteve relacionada à restrição do comércio praticado pelos trabalhadores do campo, narrada por Anália:

Anália: Cada um deles inventô uma coisa, o Valdir inventô o frigorífico municipal, aí depois o shopping center, num sei se você já ouviu falá da história do nosso shopping aqui tamém, o mais moderno do estado é o nosso né (risos), aí o Valdir inventô que ia fazê um shopping center, criô aquela coisa lá que era o shopping, então o povo chegava, onde é o shopping? Todo mundo que vem que conheçê shopping. Falei, vamo la conheçê o shopping só que o shopping é porco, galinha, (risos), feijão.

Cátia: E hoje não tem tanto esse comércio é mais lojinha né?

Anália: Não, cabô, ali era de tudo, ali tudo o que você imaginava de sítio você achava, hoje não.

Cátia: Não pode qualquer um vender, foi disciplinarizado?

Anália: Não, não pode, ali onde é a vinte e cinco, ali onde é o mercado central, ali, dia de semana era aquele monte de barraquinha era cheio de barraquinha dum lado e do outro, daí tamém o Valdir inventô de criá shopping pra ponhá todo mundo pra lá, aí criô o shopping do lado, e no meio aquele boxe ali de cada um colocá suas coisa pra vendê. Só que ali cada um tem o seu, quem não conseguiu ficô na rua, pra separá, ele queria assim, colocá o povo simples pra lá, porque os grande falava que aquele povo atrapalhava e enfeiava a rua, eles enfeiava a rua né, então é uma discussão grande, então criô aquela coisa horrorosa lá, aí depois o Valdir veio com outra história de fazê uma rodoviária, a rodoviária mais bem planejada do Estado, num existe mais tamém, só comeu o dinheiro, criô um negócio lá, o vento carregô<sup>272</sup>.

Entre outros possíveis projetos e ações criados pelo prefeito, esteve a criação de um local, curiosamente denominado de shopping, cuja finalidade era retirar os trabalhadores do

<sup>272</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

campo que comercializavam na área central da cidade (av. 25 de agosto) local em que foi construído o maior mercado da cidade, o mercado Central. O tom de ironia da entrevistada tem relação com o fato de que, ao criar esse espaço para os trabalhadores comercializarem, quem chegava à cidade queria conhecê-lo por achar que se tratava de um shopping como aqueles presente em cidades maiores. O que encontravam era o comércio de frutas, verduras, grãos e animais vivos. Não demorou e esse espaço também sofreu redefinições. O espaço (shopping) que era aberto passou a funcionar com diversas lojas sob o pagamento de aluguel e taxas de funcionamento à prefeitura. As lojas, porém, foram alugadas por pessoas da cidade. Como menciona Anália “quem não conseguiu ficô na rua, pra separá”. Assim, quem não teve condições de alugar uma loja precisou comercializar de outro modo, separando e segregando novamente os trabalhadores nos espaços da cidade<sup>273</sup>.

Como discute Lefebvre, a segregação por parte do poder público vem sempre revestida de ações divulgadas como benefício:

Os poderes públicos num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre (LEFEBVRE, 2001, p. 98).

Construir um espaço específico para os trabalhadores, o shopping, funcionou por pouco tempo. Anália interpreta a ação do prefeito como segregação: “ele queria assim, colocá o povo simples pra lá, porque os grande falava que aquele povo atrapalhava e enfeiava a rua, eles enfeiava a rua né, então é uma discussão grande”. Sua interpretação traduz não apenas o objetivo do prefeito aliado aos interesses da classe dominante local, de “higienização” da cidade, mas como percebe a estigmatização em relação aos trabalhadores. Nota-se que a entrevistada, ao ser questionada sobre a impossibilidade de comercializarem nas lojas, retoma e reafirma a ação de segregação atribuindo a ela a causa dos problemas enfrentados pelos trabalhadores. Sua elaboração possui relação não apenas com a inconformidade da ação por entendê-la como injusta, mas às lembranças do comércio praticado na rua, da frequência com que buscava frutas e verduras com sua mãe. Como sentia-se parte daquela forma de se organizar e de viver na cidade.

---

<sup>273</sup> Informações informais indicaram que antes da construção do shopping, os trabalhadores já haviam sido removidos de outros espaços da cidade em que comercializavam, para além da avenida 25 de agosto. Esta consiste em uma questão que precisa ser aprofundada em outra oportunidade.

O poder municipal organizou o comércio da cidade de modo a lhe proporcionar uma aparência moderna. Embora o frigorífico municipal não tenha sido materializado, a proposta fazia parte do processo de modernização da cidade. A evidência de que parte da modernização pretendida foi alcançada fica clara com a tentativa de tornar Rolim de Moura a capital do Estado. Por outro lado, as ações empreendidas pressionaram práticas sociais, costumes e uma economia em pequena escala que possibilitava uma margem de autonomia aos trabalhadores.

Tais elementos demonstram que, tornar a cidade dotada de regulamentações que acompanham o processo de urbanização, só é possível com novos hábitos, alteração de modos de viver advindos da relação dos trabalhadores com o campo, disputas e segregação. Segundo Lefebvre, “[...] o sentido político da segregação como estratégia de classe é bem claro” (LEFEBVRE, 2001, p. 104). O autor nos ajuda a compreender esse processo ao discutir que:

Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveitos e centros urbanos (comerciais, industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 74).

A relação entre campo e cidade citada por Lefebvre contribuiu para pensar as mudanças ocorridas na localidade, principalmente no que diz respeito ao modo como os trabalhadores do campo foram perdendo seus referenciais, sendo despojados de suas condições de criar e comercializar o que produziam. Gilberto relembrou como o comércio era realizado no shopping, que não tardou e também sofreu novas mudanças:

Gilberto: na década de 80, a fatura era grande demais, aqueles caminhão pau de arara que chegava não tinha nem lugar pra sentar de tanta galinha que tinha, aqueles frango pendurado assim ó (gesto com as mãos) chegava naquele shopping ali, aí tinha os picareta que comprava pra levar pra Porto Velho, Porto Velho e Manaus, os caminhão ia lotado, três, quatro caminhão, por semana, de galinha. E era uma fatura, era bastante galinha, porco, trazia até porco, trazia porco vivo pra vender ali, no shopping, trazia ovo, trazia era bacia de ovo, vendia, o que trazia vendia, não tinha... era muita gente que vinha, o pessoal vendia madeira, vendia café, vendia... tinha dinheiro, aquilo corria dinheiro demais. Organizô, agora é tudo mais organizado né, as loja, o pessoal já entrega, o produtor vem e atrás e já entrega na loja, vende para o atravessador, aí os mercado foi crescendo aí eles vão, vão buscando aonde que tem o produto, aí viabiliza. Aí veio a fiscalização e tal<sup>274</sup>.

Primeiro, os trabalhadores perderam a autonomia em criar e comercializar seus produtos devido às mudanças nas relações sociais capitalistas, que conferiu outra dinâmica econômica à localidade. Num segundo momento, “organizar” o espaço reservado à

<sup>274</sup> Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo) em 12 de junho de 2016.

comercialização vinda do campo implicou, desse modo, inviabilizar e, em muitos casos, restringir a comercialização de seus produtos. Os que ainda produzem acabam entregando sua produção a atravessadores que abastecem as “lojas”. Assim, práticas de sobrevivência acabaram por perder lugar na cidade, provocando mudanças na vida dos trabalhadores. À medida que as restrições se intensificaram, a saída foi tornarem-se assalariados. “Organizar” o comércio significou retirar a margem de autonomia pela qual garantiam a sobrevivência. Obviamente, esse processo não acontece sem lutas e resistências. Daí a necessidade de instituir, por meio de normas, novas práticas e costumes, traduzindo, assim, a função burocrática da cidade por meio de seus aparatos fiscalizadores.

Considerando a narrativa de Gilberto sobre a intensidade do comércio praticado na cidade pelos trabalhadores do campo, sinalizo para o fato de que as mudanças no espaço urbano não apenas inviabilizou o trabalho e o ganho desses, como também estabeleceu outra dinâmica ao comércio de gêneros alimentícios. Uma delas é que o trabalhador deixou de comercializar seus produtos diretamente com o público. Assim, precisou negociá-lo com atravessadores que, por sua vez, negociam com os donos dos mercados locais. Além disso, são poucos os mercados nesse local, em sua maioria, as lojas estão voltadas para um comércio diversificado. Compreendem lojas de roupas, calçados, artesanatos, pecuária e outros. Fiscalizar e tornar ilegal as práticas de comercialização reduziu estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, o que favoreceu a definição de um mercado de trabalho assalariado.

Esse processo coincide com as mudanças nas relações de produção, de trabalho no campo e na vida dos trabalhadores a partir de meados do século XX, como destacamos no capítulo anterior. A industrialização da carne, principalmente do frango, inviabilizou a produção doméstica nos Estados, onde tais plantas frigoríficas se instalaram e fora dele.

Todas essas questões evidenciam como o espaço de forças em que se estabelecem os trabalhadores vão se tornando um desafio para os poderes existentes, que vão sendo forçados a redefinirem as estratégias de controle na cidade. Assim, considero que as mudanças ocorridas no espaço urbano e os projetos direcionados à agricultura contribuíram para modificar a vida dos trabalhadores no campo e na cidade. Ao deixarem de produzir gêneros alimentícios, passaram a desenvolver projetos divulgados pelo Estado: plantação de café, produção de leite e criação de gado. Porém, a feira livre ainda se constitui como importante meio de renda para muitos que permaneceram no campo e para aqueles da cidade que comercializam artigos diversos. Com as mudanças nas formas de trabalho, e à medida que a permanência no campo se tornou inviável, a produção que outrora abastecia Rolim de Moura e outras cidades diminuiu. Do mesmo modo, continuam, no presente, restrições aos

trabalhadores que insistem em comercializar no “shopping” e, via de regra, são expulsos daquele espaço.

Nesse processo, Anália traz aspectos importantes que ajudam a compreender e a recompor o processo que estamos discutindo:

Anália: Como as pessoas não tinham onde morá, aí só tinha aquela coloinha (colônias) ali (bairro em que mora, Centenário). Naqueles centro, não tem aquele matão que tá ali, ali era tudo casa e serraria. Então, o bairro se resumia só aquele meio ali, então era colônia prá cá, colônia pra lá, aqui no Centenário. Quando cê vem num tem um pátio abandonado ali, ali que era a antiga serraria ali que era o comércio nosso ali, ali era os boteco que aqui nós fala os boteco né, e prá cá era tudo mata, aí, depois as serraria foi se acabano né, e a cidade foi cresceno e teve a eleição pra prefeito, aí começô chegá outra, outra maneira de trabalho né, aí era agricultura e serraria que era o forte, aí ficô mais a agricultura né, e hoje a serraria acabô, e hoje é, o quê resto pra nós aí frigorífico né, e, e sem madeira né, sem árvore, né (risos), sem rio, sem nada, só poeira né<sup>275</sup>.

Anália informa problemas de moradia e trabalho enfrentados por aqueles que chegavam à cidade e, como em parte, eram “solucionados” pelos madeireiros. Os trabalhadores eram alojados nas chamadas colônias localizadas próximo às serrarias, ou seja, do local de trabalho que precisavam se empregar. Ao situar sobre as possibilidades de trabalho, evidencia as mudanças visualizadas por ela no presente. O fim das serrarias, no lugar da agricultura os pastos tomaram conta e a criação de gado alimenta os frigoríficos locais. A expressão “e hoje é, o quê restô pra nós aí frigorífico né”, é significativa, expressa o que restou enquanto alternativa de trabalho. A localização dos trabalhadores no campo e na cidade e as mudanças assinaladas pela entrevistada indicam transformações nas relações de trabalho, intrinsecamente imbricadas às mudanças na dinâmica econômica local. Sobre isso, Lefebvre discute como a cidade sempre esteve ligada tanto a sua composição, seu funcionamento, quanto as suas mudanças:

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. [...] A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, 2001, p. 51-52).

As mudanças assinaladas por Anália evidenciam a configuração da nova dinâmica econômica que discutimos até aqui. Elas não ocorreram por acaso, nem podem ser vistas

---

<sup>275</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

como naturais. Fazem parte de um processo histórico, portanto, possuem uma história ligada a “sua composição e seu funcionamento”, ou seja, ao campo.

Após situar alguns elementos que constituíram o processo de mudanças no espaço urbano, busquei compreender, a partir dos trabalhadores, como sofreram modificações no viver, trabalhar e lutar a partir da nova dinâmica. O objetivo foi assinalar para as configurações constituídas no presente, sempre tomando como ponto de partida os significados conferidos pelos trabalhadores. Tive como preocupação, fundamentalmente, identificar e discutir configurações na relação entre morar, trabalhar e lutar, assinalando alternativas e expectativas colocadas no presente como forma de avaliar o campo de luta a que continuam expostos.

#### 4.2 OS TRABALHADORES E A ESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA

É essencial não mais considerar separadamente a industrialização e a urbanização, mas sim perceber na urbanização o sentido, o objetivo, a finalidade da industrialização [...] A sociedade urbana começa sobre a ruínas da cidade antiga e de sua vizinhança agrária. No decorrer dessas mudanças, a relação entre a industrialização e a urbanização se transforma. A cidade deixa de ser o recipiente, o receptáculo passivo dos produtos e da produção. O centro de decisão, aquilo da realidade urbana que subsiste e se fortalece na sua deslocação, entra a partir de então para os meios da produção e para os dispositivos da exploração do trabalho social por aqueles que detêm a informação, a cultura, os próprios poderes de decisão (LEFEBVRE, 2001, p. 124-138).

Tentei discutir até aqui e, a partir da percepção dos trabalhadores, o que aponta Lefebvre sobre como a urbanização precisa ser vista como o sentido, o objetivo e a finalidade da industrialização. Uma relação que não é estática, mas dinâmica em que a cidade adquire um papel predominante nas relações de poder que se constituem.

O contato com trabalhadores do campo e da cidade em 2014 e 2016 permitiu mapear experiências diversas pautadas nas relações de trabalho, numa dinâmica econômica diferente da que mapeamos inicialmente. Parte dessas mudanças foram narradas por Pedro:

Pedro: Veja bem, quando acabô a área de madeira, cabô mogno, cabô cerejeira aí a cidade tava lá em cima né, aí quando acabô essa madeira a cidade foi lá pra baixo, desse jeito. Gerava mais emprego e corria um dinherim, poco mais corria, tinha emprego pra todo mundo, mas depois que a madeira acabô os emprego acabô tamém, e o dinheiro só ficô nas mão dos rico, daqueles dono de serraria grande daquele comradô que comprava boa quantidade de madeira, então o dinheiro ficô com eles, pro povo que trabaiava...

Cátia: E depois que passou esse período da madeira como o senhor vê a cidade?

Pedro: A cidade vem, como diz o caso, a cidade vem de vagarzinho, de vagarzinho, a cidade tá dum jeito hoje aqui em Rolim de Moura, que Rolim de Moura o centro de Rolim de Moura, o centro que fica lá quem não conhece Rolim de Moura, o

centro da bonito, mas num tá gerano emprego e nem gerano dinheiro, num gera emprego aqui dentro de Rolim de Moura, porque emprego aqui era serraria, e frigorífico, cabô as serrarias, frigorífico fechô, tem um pouco de frigorífico aí, uns dois eu não sei, tinha uns quatro aí, agora acho que tem dois, tem o minerva e tem outro aí que eu nem sei o nome dele, num passo por lá, Marfrig, é, eles sempre muda de nome, sempre muda de nome eu num sei porque diz que ah, foi a falência e coisa e tal, chega as outra pessoa, é as mesma pessoa, mas chega outra pessoa lá e toca pra frente e troca de nome<sup>276</sup>.

Segundo Pedro, o término da exploração da madeira abriu uma nova fase na cidade, marcada pela falta de emprego. Enquanto agricultor e talvez pelos dilemas sofridos no campo, Pedro, diferente de Anália, não fez referência à agricultura enquanto atividade que também empregava. Pedro destaca o desemprego, o enriquecimento dos donos das serrarias e uma cidade que carece de cuidados como elementos que caracterizam a cidade no presente.

Temos que concordar com Pedro que o destaque do centro contrasta com bairros próximos e afastados. A sensação ao caminhar por alguns é a de um lugar abandonado. Em período de chuva, o verde do mato, das poucas árvores restantes ainda se destaca. Porém, na seca, a paisagem entristece o olhar de quem passa ou vive por lá. A fumaça, devido às queimadas, e a poeira, com o tráfego dos carros, encobre ruas e casas. As plantas secas e empoeiradas nas ruas de terra lembram cenas de deserto. As casas humildes, de madeira e sem pintura, muitas abandonadas, deixam o cenário ainda mais triste, o que aumenta a sensação de que quem lá vive esteja jogado à própria sorte.

Em muitas das ruas desses bairros visualizamos, no final da tarde, diversos trabalhadores voltando para suas casas. A poeira que as encobre após a passagem do transporte coletivo, aos poucos revelam homens e mulheres de diversas idades. São jovens, senhores e senhoras que diariamente percorrem as ruas da cidade aos frigoríficos que os empregam. Assim como o perfil, também é diversa a localização dos trabalhadores. Estão nos bairros, no centro, nas cidades vizinhas e no campo. Não deixam dúvida de qual seja a alternativa de trabalho numa cidade que, como menciona Pedro, “num tá gerano emprego”.

Mas o que significa para um trabalhador como Pedro ter essa percepção sobre a cidade? Com a distinção entre o centro e os bairros, Pedro quis dizer o que os poderes constituídos consideram na cidade o que é importante, onde investem, fazem melhorias, revelando, assim, um processo de disputa pelo direito de viver na cidade. O fato de o trabalhador reconhecer a distinção do lugar onde mora e demais lugares da cidade significa que ele compreende e reconhece a estigmatização.

---

<sup>276</sup> Entrevista realizada com Pedro em 23 de abril de 2016.

Pedro teve a preocupação de descrever a cidade para quem não é do lugar. Essa preocupação é significativa porque revela um receio daquele que chega, avalia-la com base no que visualiza na área central, como se viver ali fosse sinônimo de uma vida boa, sem problema. Ao fazer isso, expõe a necessidade de falar sobre as condições de quem vive nos bairros. Para isso, relaciona a cidade às alternativas de trabalho existentes. Percepção que não é apenas de Pedro, mas também de Anália quando se referiu aos frigoríficos como o que restou enquanto alternativa de trabalho na cidade. Outras configurações sobre a cidade trataremos na sequência.

Quando entrevistei Pedro, o frigorífico JBS havia fechado e o frigorífico Marfrig havia dado lugar ao Total SA. Em 2017, o Total SA deu lugar ao Distriboi. Pedro assinala para a falta de emprego na cidade, ao mesmo tempo que os trabalhadores do campo também não possuem mais espaço para comercializar como antes, com exceção da feira livre. Esses dois elementos contribuíram para que houvesse, na localidade, uma grande reserva de mão de obra. A recorrente troca de nome dos frigoríficos já não é mais novidade para ele. Embora mencione não saber o porquê das constantes trocas, ele diz “é a mesma pessoa”. Pedro não está errado, as trocas correspondem à constante busca de vantagens fiscais. Consiste em uma prática realizada pelos empresários como forma de aumentar o faturamento, a taxa de lucro. Situação essa que não ocorre apenas em Rondônia. A percepção do trabalhador sobre o viver na cidade assinala a intersecção discutida por Portelli sobre como as narrativas possibilitam leituras sobre o social. A memória individual, por ser constituída no social, permite ao historiador apreender no movimento histórico as mudanças e as configurações sobre determinada realidade:

Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernas, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (PORTELLI, 2006, p. 128).

Manoel, citado no segundo capítulo, assinalou que, para ele, os trabalhadores não desejam mais plantar ou criar animais no presente. Porém, reconheceu que, ao se mudar do Mato Grosso para Rolim de Moura, criar gado foi incompatível com suas condições:

[...] o frigorífico não compra qualquer tipo de gado, é um gado mais selecionado, então na verdade tem diferença. Qualquer um pode vendê mais do jeito e do peso que eles qué, porque o açougueiro se eles fô lá ele compra todo tamanho de gado, o

frigorífico depende o tamanho, então o frigorífico é um gado mais selecionado, um peso, então ele não vai comprar qualquer um<sup>277</sup>.

Os motivos que o fez sair do Mato Grosso foi possibilitar estudo aos filhos, a impossibilidade de trabalhar na roça devido à perda de uma visão, e o objetivo de atuar como pastor em Rolim de Moura já que, no período, ainda não havia na cidade o ministério no qual estava vinculado. Ao se mudar, adquiriu outra propriedade e começou a criar gado. Porém, enfrentou problemas, pois precisava vendê-lo para particulares já que o frigorífico priorizava uma produção selecionada e o preço era menor, portanto, não compensava. A dinâmica econômica, pautada na pecuária extensiva, não possibilitou a inserção de trabalhadores como Manoel que, diante da possibilidade de aposentar-se, vendeu o sítio e passou a viver na cidade. Aos demais, restou-lhes empregar-se nos frigoríficos.

No que pese as especificidades na narrativa de Manoel, seu caso é representativo da dinâmica histórica que apresentamos desde o primeiro capítulo. Adquiriu, por meio da compra, uma marcação, deixou de ser proprietário diante da impossibilidade, dentre outros motivos, de acompanhar a pecuária extensiva como parte do movimento contraditório que compõe o processo histórico. Tornar-se proprietário e deixar de ser independente de sua vontade e desejo. Resulta, em grande medida, das relações sociais de produção, da formação de uma economia de mercado, do próprio capitalismo.

Assim, as contradições apresentadas por Manoel precisaram ser olhadas diante das contradições que marcam o processo histórico. Como são vividas e se manifestam, na avaliação da vida, no sentimento de injustiça, nos aspectos que informam sobre a constituição enquanto trabalhador ou ainda pelo modo que se vê enquanto trabalhador. Embora tenha sido um “proprietário”, compreendo que Manoel, assim como outros, nunca deixaram de ser trabalhadores, porque, no conjunto das relações capitalistas, sempre estiveram submetidos a relações de força que pressionam e limitam seu fazer-se.

O objetivo com o desenvolvimento da pecuária já foi evidenciado no segundo capítulo. Pedro, quando recordou o convite feito pela autarquia para que reconhecessem a fertilidades das terras, evidenciou como era de interesse do INCRA identificar áreas cultiváveis de outras terras que poderiam ser destinadas ao desenvolvimento de projetos voltados à pecuária. Isabel também lembrou como a terra que recebeu do INCRA era imprópria para o desenvolvimento da agricultura. O executor do INCRA, da mesma forma, escreveu em seu livro como determinados lotes teriam sido “rejeitados” por trabalhadores por

---

<sup>277</sup> Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016.

não apresentarem boa qualidade para o desenvolvimento da agricultura. Segundo o executor, em virtude desse fato, muitos lotes teriam sido distribuídos em lotes de 300 hectares tendo como finalidade o desenvolvimento da pecuária. Buscou, ainda, justificar a distribuição ocorrida na época, mencionando que, no presente, o INCRA teria destinado tais terras para outra finalidade.

A socióloga Maria Lenita, ao escrever sobre esse processo na década de 1980, argumentou que:

As diversas políticas adotadas em relação ao setor agrícola, pela coalização dominante no poder desde 64, visavam modernizar e capitalizar a agricultura, mantendo intocado o sistema de propriedade da terra. A estratégia da “modernização conservadora”, adotada desde então, tem como diretrizes básicas a promoção e o fortalecimento da grande empresa agropecuária e a repressão das massas trabalhadoras rurais. Os resultados desta opção “modernizante conservadora” vem se fazendo sentir na extrema concentração de terras, na intensificação dos desequilíbrios e desigualdades sociais e principalmente na crescente expropriação e proletarianização do pequeno produtor. Dado que o modelo político implementado pós-64 exclui toda possibilidade de acesso à terra através da Reforma agrária, restava ao Estado autoritário utilizar-se da estratégia de promover a ocupação da fronteira agrícola como forma de absorver excedentes rurais, sem tocar no sistema de propriedade de terra. A política de Colonização dirigida surge assim como alternativa para justificar e legitimar a intervenção do Estado na manutenção da estrutura de apropriação e dominação vigente (TURCHI, 1981, p. 302).

Para a autora, as políticas adotadas desde o pós 1964 tinha por objetivo “a promoção e o fortalecimento da grande empresa agropecuária”. Sob a justificativa de ocupar a fronteira agrícola e promover o “desenvolvimento” da região Amazônica, as ações realizadas pelo governo militar provocaram a gestação e a manutenção de uma estrutura dominante vigente na sociedade atual. Grande parte dos favorecimentos políticos voltaram-se, no cenário atual, à agropecuária e ao setor agroindustrial como mesma face do agronegócio. As projeções em torno da agropecuária foram apresentadas de forma bastante expressiva no site do MEC (Ministério da Educação) em 2014, e recompõe o que discutimos até aqui:

O setor primário é um dos alicerces da economia rondoniense. A agricultura no Estado desenvolveu-se com a chegada dos imigrantes a partir do final dos anos 70 e início de 80, com características de subsistência. Os principais produtos agrícolas são: arroz, feijão, milho, mandioca, café e cacau. Em meados de 1980, a agropecuária fixou-se na região sul do Estado, tendo como um dos principais pontos de partida os sistemas de criação em estabelecimentos de médio porte localizados originariamente em áreas do município de Pimenta Bueno, incluindo partes da Gleba de Corumbiara e de Espigão D'Oeste. Atualmente, o governo do Estado procura desenvolver a agroindústria, visando agregar valor à produção agrícola, aproveitando a oferta de matéria prima e o grande contingente de mão-de-obra disponível em função da recente diminuição nas atividades de extração mineral (garimpos de ouro e de cassiterita). O Estado criou o zoneamento socioeconômico-

ecológico, que originou o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo). O Plano subdivide o Estado em várias zonas socioeconômicas e ecológicas, conforme a aptidão de cada uma, preservando atividades existentes<sup>278</sup>.

Como já situamos, o desenvolvimento da agropecuária em Rondônia foi atribuído à década de 1980. O desenvolvimento da agroindústria é justificado pela grande oferta de matéria prima (gado) e de mão de obra disponível em virtude da recente diminuição das atividades de extração mineral, porém, desconsidera o grande contingente de mão de obra disponível devido ao processo de mudanças das relações capitalistas no campo e no espaço urbano.

Considero que, além da oferta de matéria-prima e mão de obra barata como forma de movimentar as plantas produtivas, “Também devemos enxergar a precariedade do emprego na indústria da carne como uma construção política e econômica que se beneficia da fragilidade de trabalhadores com poucos recursos culturais e políticos para resistirem” (BOSI, 2016b, p. 104).

Tais fragilidades puderam ser notadas quando Anália mencionou que, ao se estruturar, os frigoríficos foram vistos como alternativa de trabalho, além de uma possibilidade de ascensão. Sua narrativa tomou como base a experiência de um vizinho, que decidiu sair da propriedade do pai em busca de melhores condições nos frigoríficos:

Anália: Tem um vizinho meu aqui, foi a semana passada ele veio aqui, tava desempregado, apareceu quinze alqueire pra ele trocá na casa aqui, na hora ele trocô, a casa e deu o carro e foi embora, aí diz que lá não tem...(água). É aqui mesmo, lá na capa zero, ele já era, ele nasceu na roça, mas ele veio com aquele sonho de ficá rico no frigorífico, ele abandonô a terra lá no pai dele aí depois casô e agora tem filhos, e resolveu voltá pra roça mas o único jeito que conseguiu foi pegá a casa dele que ele conseguiu e trocá nesses quinze alqueire, só que detalhe, ele não pode plantá na terra, porque o INCRA ainda não cortô né, são terras que ainda o INCRA não cortô e diz ele que não tem água<sup>279</sup>.

Sair do campo para trabalhar no frigorífico evidencia como o trabalho na roça já não compensava. Não sabemos exatamente os limites e pressões que foram vivenciados por esse trabalhador. Porém, Anália situou sobre suas condições no presente. O retorno para a roça assinala que a projeção no trabalho em frigorífico foi frustrada. No campo, vive novos limites e pressões. A impossibilidade de plantar enquanto aguarda a regularização pelo INCRA da terra que adquiriu, a falta de água na propriedade e o desemprego marcam a vida do

<sup>278</sup>

Informações

disponíveis

em:

<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/2\\_INDICADORES%20SOCIOECON%20C3%A2MICOS.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/2_INDICADORES%20SOCIOECON%20C3%A2MICOS.pdf)>.

Acesso em: 10 jun. 2014.

<sup>279</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

trabalhador. Na ausência de resolução, não fica descartada a necessidade de empregar-se, novamente, nos frigoríficos.

Anália evidencia como os frigoríficos se apresentaram como possibilidade de ascensão aos trabalhadores, dentre eles, aos filhos de agricultores. O retorno ao campo assinala que a projeção de melhoria foi frustrada e a condição de vulnerabilidade a que os trabalhadores estão expostos. Questão que não se restringe a Rondônia e ao Brasil. Segundo Bosi:

Em qualquer caso que se busque observar, o que se vê desde os tempos de Upton Sinclair são trabalhadores tão completamente expropriados que se sentem pressionados a aceitar condições de trabalho cada vez mais precárias. Certamente este é um importante problema para a pesquisa histórica que aqui tentei sublinhar. Nesse mesmo sentido, a partir da década de 1960 os grandes frigoríficos de abate de bois e de porcos (e os recém-criados frigoríficos de aves) começaram a transferir suas plantas produtivas para regiões interioranas, onde houvesse vantagens fiscais para sua instalação, o suprimento de animais e de água fosse farto e os trabalhadores não tivessem uma tradição sindical questionadora e combativa (BOSI, 2014, p. 102).

Para o autor, a situação de expropriação leva a aceitação das condições de trabalho disponíveis no setor de frigoríficos. Os elementos que fizeram com que, a partir de 1960, houvesse o interesse das plantas frigoríficas transferirem-se para regiões interioranas, como vantagens fiscais, produção farta, reserva de mão de obra com praticamente nenhuma tradição sindical combativa são perceptíveis na localidade.

A estruturação da indústria frigorífica em Rolim de Moura ainda dependia de alguns fatores, dentre eles, a produção de energia elétrica e o combate à febre aftosa. Esse último foi utilizado também como um mecanismo de controle para disciplinar o comércio e possibilitar a estruturação da indústria. Na reportagem abaixo, esse objetivo é evidenciado a partir do histórico sobre a produção de carne no Estado noticiado pela Seagri (Secretaria de Estado da Agricultura):

Na época do antigo território do Guaporé, criado em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, os habitantes desta região consumiam carne de bovinos magros e ossudos contaminada com febre aftosa vindo da Bolívia, conforme relato histórico deixado pelo ex-governador Paulo Nunes Leal. Na realidade, o atual Estado de Rondônia, uma homenagem ao desbravador marechal Cândido Rondon, que se tornou ente federativo em 1982, descobriu sua vocação para pecuária e agricultura a partir da década de 1970, com o fluxo migratório das regiões sul e sudeste. Os migrantes chegaram aqui atraídos pelas promessas e também pelas terras doadas pelo Governo Federal que ainda implantou diversos núcleos de colonização. Com a experiência no campo e cultivo de lavouras, os migrantes cuja missão era desbravar abrindo espaços para novas fronteiras agrícolas, a qualquer custo, implantando o desenvolvimento econômico a uma região ainda inóspita, que até então dependia do extrativismo da borracha e da castanha para sobreviver. Todos sabem, mas é sempre bom lembrar, que aos migrantes faltava infra-estrutura, estrada saúde e ainda conviviam com a presença do gado contaminado que atravessavam a fronteira da vizinha Bolívia disseminando a febre aftosa. Muitos desistiram dessa dolorosa

empreitada. No entanto, outros pioneiros persistiram fazendo melhor proveito da terra de boa qualidade, clima próprio para agricultura e pecuária e começaram a fazer o diferencial de Rondônia localizado na região Norte do País. Em 2003, a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), reconhecendo que o inimigo implacável da evolução da pecuária em Rondônia, a Febre aftosa estava vencida atestou como “referência nacional em segurança sanitária”.\_O gado de corte, liderado pelo nelore, responde por 85% do rebanho, enquanto os demais 15% são de gado leiteiro concentrado em pequenas propriedades rurais, segundo dados técnicos da Secretaria de Agricultura do Estado. [...] Rondônia ocupa a 7ª posição entre os maiores estados produtores de gado no País. O 2º lugar na região Norte, com 80 mil propriedades rurais. Na atualidade o estado ocupa o 4º lugar entre os estados exportadores de carne bovina<sup>280</sup>.

O desenvolvimento da pecuária implicava formar grandes extensões de terra, combater a febre aftosa nas diversas cidades que se constituíam como também o comércio com a Bolívia. Junta-se a isso a criação de legislação específica, criando, assim, as condições para o desenvolvimento da indústria frigorífica.

A reportagem desconsidera os motivos que levaram centenas de trabalhadores a desistirem da “dolorosa empreitada”. Também não informa em quais condições os “pioneiros” teriam sido os responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária e por fazer o “diferencial” no Estado. Essa história de sucesso, que em 2014 conferiu ao Estado o 7º lugar de maior produtor de gado do país, silencia muitos conflitos e contradições. Não podemos desconsiderar a necessidade de força de trabalho que requer as plantas frigoríficas, conforme pontua Bosi:

Assim como a engorda dos frangos necessita de pequenos proprietários empobrecidos e pressionados a aceitarem contratos arriscados com as cooperativas e empresas agroindustriais, os frigoríficos requerem milhares de trabalhadores baratos para movimentar suas plantas produtivas. Ao lado disso, desde meados da década de 1970, há uma estratégia de interiorizar as plantas produtivas armada para pilhar o patrimônio de pequenas cidades sob o risco de morrerem. Em larga medida, a interiorização traz vantagens fiscais para os grandes frigoríficos e, em muitos casos, suporte financeiro direto para a fixação das plantas produtivas (doação de terreno, de obras de infraestrutura, etc.). A proximidade geográfica de frigoríficos e aviários também diminui outros custos de produção (Broadway, 1995). Além disso, o funcionamento dos frigoríficos depende da subordinação dessas pequenas cidades que lhes aparecem como manancial de numerosa reposição de trabalhadores. Plantas industriais com 2 mil postos de trabalho geralmente tendem a controlar o mercado de empregos neste tipo de cidade, ditando os salários e as condições de trabalho. No âmbito de cidades pequenas, tais indústrias se tornam a principal alternativa de emprego para jovens com baixa escolaridade e sem repertório profissional e redes de contato que lhes garantam outro tipo de colocação no mercado de trabalho. Nesse contexto, a resignação torna-se um sentimento comum entre esses jovens, mas é frequentemente quebrada conforme evidencia a alta taxa de rotatividade registrada neste setor, próxima de 100% nos últimos cinco anos. Pedir demissão ou abandonar o trabalho nos frigoríficos depois de pouco tempo tem sido cada vez mais corriqueiro (BOSI, 2016b, p. 103).

<sup>280</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.seagri.ro.gov.br/?p=2511>>. Acesso em 22 de junho de 2014.

Em Rolim de Moura, as plantas frigoríficas encontraram as condições ideais. A força de trabalho não provém apenas da cidade, mas de uma série de cidades de pequeno porte que se constituíram ao longo das décadas de 1980 e 1990 e, em grande medida, da força de trabalho do campo. Assim, as plantas locais constituem alternativa de trabalho não apenas para jovens, mas também para trabalhadores em geral que já não encontram mais trabalho no campo e nas cidades que residem.

Voltando à reportagem presente no site da Seagri, (Secretaria de Estado da Agricultura) na sequência, os dados positivos ressaltados evidenciam a ênfase dada pelo governo do Estado, cuja projeção previa um crescimento ainda maior da atividade agropecuária:

O Estado saltou da 6ª para a 5ª colocação entre os estados produtores de carne entre 2008 e 2012, abatendo 1,9 milhões de cabeças ao ano, conforme explica o superintendente Federal de Agricultura, Em Rondônia, José Valterlins. De outra parte às indústrias frigoríficas não perderam tempo ao instalar 19 modernas plantas gerando, algo em torno de 20 mil emprego e renda no campo e na área urbana. A pecuária de corte na verdade representa no Estado é o principal produto do agronegócio respondendo por 50% de sua economia. As exportações de carne para 33 países incluindo, agora, Rússia e Estados Unidos representando um forte peso na balança comercial e novos desafios para os produtores rurais conforme avalia o empresário, Jaime Bagatto que mantém um rebanho de 14 mil bois confinados na região sul do Estado. O governador Confúcio Moura, aposta que as novas tecnologias no campo, com aproveitamento racional e manejo adequado, o rebanho rondoniense pode dobrar nos próximos dez anos. O Governador conhece a realidade do setor produtivo no Estado, por isso incentiva o uso de tecnologias que venham consolidar de fato o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis<sup>281</sup>.

As projeções feitas pelo governador do Estado com relação ao setor frigorífico desconsideram que os elementos que conduziram à estruturação das indústrias se constituíram no bojo das relações que se estabeleceram a partir da emancipação da cidade, das mudanças nas relações sociais capitalistas e no espaço urbano, que trouxe consigo uma série de mecanismos de controle, principalmente ligados ao comércio desenvolvido pelos trabalhadores do campo na cidade.

A constituição da cidade e os projetos de urbanização foram alterando a dinâmica do lugar, principalmente em relação aos hábitos tipicamente rurais, como a compra de alimentos diretamente da roça, por exemplo. Situamos não apenas as disputas no âmbito urbano, mas suas inter-relações com o campo e a intensificação de conflitos nesses espaços. Frente a isso, destacamos as lutas que estavam postas, as alternativas construídas e o papel das agências que atuaram na localidade na constituição e na disputa por projetos. Diante das mudanças vividas,

---

<sup>281</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.seagri.ro.gov.br/?p=2511>>. Acesso em 22 de junho de 2014.

restou-lhes o desenvolvimento de outras formas de trabalho, principalmente nas indústrias que se constituíram no início do século XXI.

A partir de 2014, ao iniciar as entrevistas com trabalhadores em frigorífico, deparei-me com formas de trabalho marcadas por intensas jornadas, principalmente nos anos iniciais da estruturação frigorífica. José<sup>282</sup>, 32 anos, trabalhador em frigorífico e entrevistado em 2014, relatou as condições de trabalho e outros elementos pertinentes na investigação da experiência social de trabalhadores que, como ele, enfrentaram a difícil realidade no trabalho em frigoríficos em seus anos iniciais. Há oito anos empregava-se no setor de frigoríficos. Primeiro, em uma cidade vizinha, depois, em Rolim de Moura, trabalhou em diferentes frigoríficos exercendo diversas ocupações. Quando o entrevistei, estava afastado da JBS. Sentindo muitas dores e sem conseguir desempenhar suas funções, procurou pelo médico da empresa, mas este afirmou que ele estava bem para o trabalho. Não satisfeito com a resposta, já sem dormir à noite devido à intensidade das dores em seu braço esquerdo, resolveu realizar uma consulta com um médico particular. Com o diagnóstico de bursite, José procurou novamente pelo médico da empresa e após muita insistência conseguiu afastamento. Afastado, ele esperava pela perícia já há algum tempo, para que iniciasse o tratamento da doença. José se deslocou para Rolim de Moura juntamente com sua família ainda criança, com um ano de idade. Seu pai, ao perseguir a promessa de que vindo para Rondônia conseguiria uma propriedade, já fazia aproximadamente trinta e um anos que saíra, com a família, do pequeno município de Eldorado no Mato Grosso do Sul.

Ao chegar a Rolim de Moura, o pai de José procurou pelo INCRA, realizou cadastro, porém, sem sucesso na conquista da propriedade. A família sempre trabalhou como meeiros, desenvolvendo uma agricultura diversificada com a plantação de café, arroz e feijão, porém, “trabaiando pros outro”<sup>283</sup>. Com quinze anos nesse trabalho, a família se mudou para a cidade. Ao pai coube o trabalho em uma granja de porcos e em uma laminadora. Com a ajuda dos filhos, dentre eles José, sua família adquiriu um terreno e construiu a moradia na qual residiam em 2014, num bairro da cidade por nome de Cidade Alta. Mesmo na cidade, José continuou trabalhando no campo, pois como era menor de idade ainda não lhe empregavam. No campo, trabalhou por dia na lavoura até aos vinte e quatro anos de idade. A partir daí, iniciou sua história de trabalho no primeiro frigorífico construído na cidade vizinha.

---

<sup>282</sup> Entrevista realizada com José (pseudônimo) em 11 de junho de 2014

<sup>283</sup> Entrevista realizada com José (pseudônimo) em 11 de junho de 2014.

Por passar por várias ocupações, José demonstrou conhecimento das funções exercidas e das condições enfrentadas neste tipo de trabalho. Ao falar sobre sua trajetória, relembrou a difícil rotina que exerceu no início da estruturação dos frigoríficos frente à necessidade de realizar várias funções devido ao pequeno número de trabalhadores empregados. Ao comparar com o trabalho em 2014, apontou que, embora cada um tenha a sua função, o pouco tempo para realizar os cortes necessários na carne, apenas trinta segundos, tornava o trabalho cansativo e desgastante. Dentre as principais queixas citadas por José estava a falta de reconhecimento pelo seu trabalho, o baixo salário mesmo desempenhando funções para as quais não foi contratado e o difícil relacionamento com os encarregados da empresa. Em 2014, enquanto aguardava pela perícia, José fazia “bicos” para complementar sua renda.

Lúcia, com quem dialoga desde o primeiro capítulo, também acompanhou o início da estruturação dos frigoríficos em Rolim de Moura. Após uma separação, mudou-se para a cidade. Lá se casou por mais duas vezes e trabalhou como doméstica até o início das atividades do primeiro frigorífico, foi quando seu genro, que já havia trabalhado na construção do frigorífico, arrumou-lhe trabalho na linha de produção. A primeira coisa que recordou foi a dificuldade em conseguir uma vaga de emprego. No início, a preferência pela mão de obra masculina tinha um objetivo claro, a contratação de menor número de funcionários que desempenhassem diversas funções. Quanto à forma de recrutamento, ficava atrelada à indicação de outros trabalhadores.

Cátia: Quando começou esse frigorífico aqui?

Lúcia: Ó, eu entrei ali em 2001, era o Margen, assim, já parou, já trocou de ... (dono) já parou três vez, essa é a quarta vez, para, passa uns tempo, depois ele volta, e continua assim até. Ele deve ter começado, acho que deve ter começado bem antes. Porque já fazia tempo que tinha esse frigorífico, o meu ex-genro ele trabalhou lá na, na obra, aí esse meu ex- genro, ele começou lá na obra, construindo ainda, aquele lá começo faz muito tempo. Aí foi até ele que arrumou serviço lá pra mim, a primeira vez, de primeiro era difícil arrumar trabalho lá, até hoje é difícil, não é fácil pra conseguir serviço lá, pra arrumar serviço lá é difícil.

Cátia: Eles não colocam no sine?

Lúcia: As vezes, só se eles tiver precisando muito, sabe? Se tiver muita precisão, as vez eles até anuncia na rua, mas assim, pra gente conseguir assim, é difícil, sem você conhecer nada lá, é difícil.

Cátia: Mas porque a senhora acha que é difícil?

Lúcia: Porque as vez eles quer assim, é, uma referência né. Porque muita gente entra e num fica, né, então pra você, até chegar o ponto de você entrar lá, eles gasta, tem que fazer exame né tudo pago, tudo quanto é tipo de exame, aí eles num quer gastar pra pessoa não ficar. Aí as vez a pessoa já trabalhou, aí já sabe como é que é, aí entra e fica, que na época memo que eu entrei, nossa, mas entrou tanta gente, entrava tanta gente assim as vezes entrava cedo e saia a tarde, que era bem puxado né. Entrava cedo, tinha gente que nem ficava o dia inteiro, falava que ia no banheiro, chegava lá trocava de roupa e vazava. Que era muito puxado, era, era difícil, porque antigamente, logo quando eu entrei lá, agora não, agora tá bom, eu falo a todo mundo que entra lá que agora, nossa, agora quem entra lá entra no céu. Porque

quando eu entrei lá, era assim, não tinha escolha assim, de serviço de homem e mulher não, tinha que trabalhar igual. Se você aguentasse você ficava, se não aguentasse saia. Era assim, agora não, agora tá assim, agora, mulher não pode pegar muito peso, acho que porque machucou bastante gente né, aí deu pepino pra eles né, aí agora, mulher não pode pegar muito peso, tem certos tipo de serviço que mulher não pode fazer<sup>284</sup>.

Lúcia começou trabalhar no frigorífico Margen em 2001, porém, ele já funcionava antes disso. Informa que de 2001 a 2016, a planta já havia parado e recomeçado suas atividades por quatro vezes. A dificuldade em se empregar nos anos iniciais e a forma de recrutamento situam elementos importantes que revelam as condições nas quais a planta conseguiu se estruturar. Ao perguntá-la o porquê da dificuldade em conseguir trabalho, ela diz “Porque muita gente entra e num fica”. Solicitar indicação por aqueles que já estavam lá empregados consistiu em uma prática da empresa de forma a evitar rotatividade e garantir minimamente a permanência do trabalhador. Essa projeção era feita tendo como referência trabalhadores que, como menciona Lúcia, “já sabe como é que é, aí entra e fica”. Ou seja, mesmo diante de intensa jornada, permaneciam.

A referência aos que não paravam no trabalho, bem como a não diferenciação de homens e mulheres na realização de trabalhos pesados, revela as condições a que estavam expostos: “era muito puxado [...] Se você aguentasse você ficava, se não aguentasse saia”. As mudanças nesse quadro, porém, não vieram de graça. Lúcia indica o motivo: “acho que porque machucou bastante gente né, aí deu pepino pra eles né, aí agora, mulher não pode pegar muito peso, tem certos tipo de serviço que mulher não pode fazer”. Além da não divisão das tarefas entre homens e mulheres, alguns elementos contribuíram para o adoecimento:

Cátia: Que setor que a senhora trabalhava antes?

Lúcia: Antigamente, agora não, porque agora eles organizou tudo lá, porque de primeira eu chegava lá assim, tinha uma câmara fria do tamanho desta sala assim, ela tava lotada de osso até o teto, aqueles osso, aqueles ossão que eles desossava da perna, a costela, tudinho, aí a gente tinha que pegar aqueles osso, ponhar no carrinho, o carrinho se fosse pesar ele dava mais de trezentos quilo, e você levá e jogar num buraco lá, pra ir pra um moedor lá, a gente ficava, ei ficava o dia inteirinho puxando osso, as minha mão ficava tudo cortada, osso corta, se sabe né? Aquelas costela, aquilo eu ficava assim com as minha mão tudo cortada, assim ó, eu chegava aqui em casa, tinha um banquinho, essa casa aqui era daqui pra lá só, ne, aí eu chegava tão cansada de ficar o dia inteiro baixando e levantando sabe? baixando e levantando, do jeito que eu chegava assim eu largava a minha bolsa e deitava no chão, de tão cansada. Aí meu marido e meu filho falava assim sai desse serviço você não vai aguentar não, você vai morrer lá, isso não é serviço pra gente não, você não tá passando fome, você não precisa se sujeitar a isso não. Aí eu falava assim, não mais eu vou ficar, se Deus quiser eu vou vencê, aí o pessoal que já tinha trabalhado lá, eles já tava lá a mais tempo, falava pra mim assim: você fica, você fica, que quando entrar outra pessoa eles tira você e coloca outra pessoa, e assim eu... eu

<sup>284</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

aguentava né, assim, aí fiquei, devo ter ficado uma semana, duas semanas ainda pra frente disso, aí entrava outra pessoa aí eles tirava a gente e eles pnhava e era frio ainda sabe? Aquele gelo, aquele gelo assim que você saia de lá assim, com seus pés assim, ficava que nem... aí entrô outras pessoa e eles me tirou e pnhou em outro serviço, aí melhorou mais<sup>285</sup>.

A entrevistada relata condições de trabalho extenuantes, que lhe rendia cansaço e cortes devido à tarefa desempenhada. A possibilidade de troca do setor em que trabalhava a fez permanecer no trabalho. A experiência narrada por Lúcia é marcada por contradições. Ao mesmo tempo que atribui à troca de setor melhorias, descreve um trabalho intenso e cansativo:

Cátia: E como é o serviço?

Lúcia: É rápido, olha, lá quando tá matando mesmo rápido assim, mata mais ou menos, quando tá rápido, rápido mesmo, mata cento e vinte boi por hora, é rápido. Tem que dar conta, você tem que dar conta, aí lá é assim, lá onde é a embalagem, aí tem umas janelinha assim e fica uma caixa ali, aí a pessoa vem de lá e joga, enche a caixa ali, enquanto ele vai lá buscar mais você tem que dar conta daquilo ali, é assim você tem que fazer o que tá ali pra quando ele, aquele que ta ali, pra quando ele vim jogar mais a caixa tá vazia, é rápido, é assim<sup>286</sup>.

Considerando que o ato de narrar consiste em uma construção interpretativa, que faz emergir sentidos a partir do que se vive no presente, permite compreender que construir uma narrativa contraditória faz parte do modo como o sujeito processa sua experiência. Significa que não é apenas a narrativa que é contraditória, mas a vida. Remete a experiências complexas como a de Lúcia. Continuar no emprego e ser trocada de setor não fez diminuir a intensidade do trabalho. Ao contrário, impedir atrasos na linha de produção lhe impõe aumentar o ritmo, o que, para ela, vem adoecendo os trabalhadores. A expressão “tem que dar conta” indica a incorporação do ritmo de trabalho. Sua experiência é processada frente à falta de alternativa de trabalho, explicada por ela tendo como base o trabalho desempenhado antes de sua entrada no frigorífico, como doméstica:

Lúcia: Olha, eu trabalhei muito tempo de doméstica né, mais só que a gente pra trabalhar aqui na rua é mais sacrificado, e é menos valor, de doméstica principalmente, porque é muita responsabilidade e pouco valor né, que a gente tem, que eu sei né, de experiência própria né, porque eu trabalhei muitos tempo eu sei, então eu prefiro mais sacrificar lá, levantar de madrugada, as vez trabalhando até mais, mas lá a gente tem todos os direito, né e, e segurança, porque se caso a gente se machuca lá aí a firma arca com tudo<sup>287</sup>.

<sup>285</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

<sup>286</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

<sup>287</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

Lúcia trabalhava de diarista, portanto, ter carteira assinada configura garantir seus direitos enquanto trabalhadora. Além da vulnerabilidade caso adoecesse, considerou o trabalho de doméstica “mais sacrificado”. É compreensível a comparação de Lúcia, haja vista que, após a introdução de tecnologias como a máquina de lavar, a cobrança pela realização de diversas tarefas aumentou sem, no entanto, haver a valorização do trabalho dessas profissionais. Quanto a isso, ela menciona:

Lúcia: O que incomodava assim, porque assim a gente dá, a gente dava o que podia né e não conseguia agradar a patroa. Você entendeu? Tem gente que é enjoado, então um dia tá com uma cara outro dia tá com outra, então você não consegue agradar, você dá o que você pode e o que não pode e não consegue agradar. É isso que eu acho, e lá não, e lá você chega você ... depois que o encarregado pega confiança em você, no seu serviço, você chega você não tem preocupação nenhuma, cê chega, cê já sabe o que você vai fazer, você chega você já vai direto fazer aquilo, é todo o dia a mesma coisa, e patroa não, um dia quer que você faz uma coisa de um jeito, outro dia quer que você faz de outro, outro dia quer que você faz de outro, né, um dia que você as vez não faz bem já num... né, já não agrada, então é isso.

Cátia: É lá o encarregado não fica no pé?

Lúcia: Não, não fica, tem que fazer assim... tem assim também né, lá é aquelas mesona né, as mesona grande, aí cada um faz um serviço, e se você... se você acaba e a sua companheira tá... eles fala roiada (sobrecarregada) né, tá arroiada, você tem que ajudar ela desarroiá. Então é assim.

Cátia: É o termo que eles usam lá?

Lúcia: É, é assim. Tem que ajudar pra acompanhar. Você sabe que no lugar que trabalha muita gente tem gente de todo o tipo né, de todo o tipo<sup>288</sup>.

As relações sociais narradas por Lúcia são marcadas por aspectos culturais bem peculiares: a confiança e a solidariedade. No frigorífico, também desempenha várias funções. A diferença é que lá construiu uma relação de confiança com o encarregado, relação que não foi possível no trabalho como doméstica. No entanto, isso não significa que sua jornada seja menos intensa, tampouco que não tenha problemas caso descumpra o ritmo da produção ou que seu trabalho seja reconhecido. Ajudar outros trabalhadores na linha de produção, além de intensificar seu trabalho, assinala para uma relação de solidariedade. Mesmo diante de um trabalho intenso, esforça-se para manter o espírito de ajuda aos demais. A narrativa de Lúcia revela aspectos para os quais é preciso atenção. Revela que a tentativa de “disciplinar” ou de instituir uma “cultura fabril” não pode ser analisada somente pelo viés econômico. Trata-se de uma construção cultural marcada por determinados valores como os demonstrados por Lúcia. Mas, como isso é usado pela empresa? A narrativa de Lúcia indica haver um jogo com os valores dos trabalhadores. A relação de confiabilidade, ao mesmo tempo que aponta para a construção de uma possível identidade entre a trabalhadora e o encarregado, também pode ser

<sup>288</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

uma estratégia da empresa e cobrada ao encarregado. Afinal, para a empresa é vantajoso construir relações de confiabilidade e usá-la a seu favor. Tal relação pode servir como estímulo para que os trabalhadores despertem o sentimento de solidariedade pelos demais quando o assunto é a não interrupção da produção. Ao mesmo tempo, Lúcia indica que não são todos que aceitam essa condição “Você sabe que no lugar que trabalha muita gente tem gente de todo o tipo né, de todo o tipo”, o que evidencia possíveis resistências.

Os aspectos narrados por Lúcia levaram a reflexão de como a tentativa de construção de uma hegemonia industrial é firmada sob os valores dos trabalhadores. Thompson, ao discutir como o metodismo, foi utilizado para influenciar na transformação da natureza humana no século XVIII, a fazer com que esses aceitassem a “disciplina” fabril, observou que as estratégias utilizadas não se voltavam a uma coerção externa (estrutural), mas também interna (valores). No século XVIII, não havia a figura do encarregado de modo a vigiar e controlar os trabalhadores nas fábricas. Trabalhava-se com a incorporação de valores e a coerção se dava internamente. O elemento responsável por vigiá-los ficava por conta da simbologia da cruz de Cristo presa à parede da fábrica.

No presente, há a figura do encarregado que vigia e controla, mas o jogo com os valores dos trabalhadores ficam evidentes, ao menos na narrativa de Lúcia. Por meio dessa leitura, observamos como é possível determinadas questões, como a “disciplina” fabril ganhar corpo sem que haja razão material para isso. Tendo como base as relações construídas na década de 1970, pautada na solidariedade de classe e o processo de mudança sofrido em seus modos de viver e trabalhar, assinalamos para a possibilidade de que valores tipicamente rurais permeiem as relações estabelecidas no frigorífico. A saída do campo e a necessidade de empregar-se lá está acompanhada da tentativa de imprimir neles um ritmo de trabalho e uma “disciplina” fabril, o que não acontece sem que haja um jogo com seus valores. Como discute Thompson, a partir de uma coerção interna, que configure aceitação ao invés de imposição. Isso não significa que os trabalhadores não se vejam como explorados, ao contrário, Lúcia deixa isso evidente, porém, a exploração está pautada na construção de relações que procura amenizá-la. Não se solidarizar com o colega de trabalho configura sobrecarregá-lo e atrasar a produção. Um valor que pode ou não pautar as relações cotidianas, porém, solicitada aos trabalhadores. Essa relação intensifica o trabalho, revelando, assim, as bases nas quais o ritmo fabril é construído.

Ao construir a narrativa, Lúcia processa suas experiências em sua consciência, interpretando sua condição de trabalhadora com base nos problemas cotidianos em que trabalhar em frigorífico é significado como um mal menor. Nos anos iniciais de estruturação

das plantas frigoríficas, os trabalhadores não tinham nem mesmo os finais de semana como descanso:

Lúcia: Na época do Margem, não tinha esse negócio de oito horas, eu saía daqui quatro horas da manhã, eu chegava oito hora, nove hora da noite, meus menino, esse menino que saiu aqui, ele tinha três ano, quando eu comecei trabalhar, eu só via ele dormindo. Eu via ele, durante a semana eu via ele dormindo, e só via ele acordado final de semana [...] E assim, nos domingo, porque nessa época não tinha faxineira tamém não, era nós que tinha que trabalhar na produção tudinho depois ir fazer faxina [...] Naquele tempo não existia tamém, o Ministério do Trabalho não tava nem aí tamém, a gente trabalhava e fazia muita hora muita hora mesmo.

Cátia: E recebia?

Lúcia: Recebia, recebia, a gente recebia. Nossa, cansava, aí nos domingo, que nem eu tava falano, aí nos ia fazer faxina. Porque durante a semana não dá de fazer, a gente lavava só mais ou menos por cima né, porque a gente acabava muito tarde, aí no domingo, no feriado, a gente ia pra fazer faxina, geral. Tinha vez que dia de domingo assim, as pessoa tudo passeando, bem arrumadinho assim indo passear e nos lá varrendo o pátio, todo mundo com vassorão varrendo pátio.

Cátia: E se não fizesse, mandava embora?

Lúcia: Era, eles marcava falta e dava advertência, tinha que ir. As vez por causa de poucas hora de serviço, se ia perder? A gente pensava nisso tamém né, porque as vez dia de feriado e de domingo a gente não trabalhava o dia inteiro e era cem por cento, se a gente trabalhasse duas hora recebia duas. As vez a gente ia sete horas a gente saía de lá onze horas, meio dia, assim. Era puxado<sup>289</sup>.

A extensa jornada, a instabilidade nas horas trabalhadas, os sentimentos de não ter visto o filho crescer e a transferência dos cuidados ao pai. Os domingos privados de lazer e marcados pelo trabalho de faxina dos frigoríficos, o receio de advertência e de perda do emprego caso não aceitasse trabalhar aos finais de semana. Ao mesmo tempo, a possibilidade de renda extra numa localidade em que as oportunidades de trabalho são mínimas. Todos esses elementos compuseram a estruturação da indústria frigorífica em Rolim de Moura, a vida de Lúcia e de outros trabalhadores. A extensão do trabalho aos finais de semana, além de um trabalho intenso, revela os ressentimentos traduzidos nas mudanças advindas com a rotina fabril, intensificada devido à longa jornada de trabalho e de suas práticas, afinal, Lúcia era uma trabalhadora que viveu no campo grande parte de sua vida. A queixa em ficar privada de momentos de lazer, aos domingos, com a família, assinala para a mudança cultural vivenciada a partir de novas práticas urbanas tentadas e que se contrapunha aos seus modos de viver e de organizar a vida.

A referência ao Ministério Público é feita por Lúcia tendo como base a experiência da audiência pública que havia acabado de participar quando realizei a entrevista. Quando ela menciona sobre a não existência do Ministério público do trabalho nos anos iniciais do frigorífico, ou, que não estavam “nem aí tamém”, indica como as relações de trabalho foram

<sup>289</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

suportadas pelos trabalhadores, inexistindo, desse modo, alguma forma de organização ou representação. Relações que também indicam projeções ou expectativas com relação à empresa. “Era puxado”, porém, diante da falta de alternativa, a opção para Lúcia, e para muitos, era o trabalho em frigorífico.

Pelas entrevistas, ficou claro que o elemento mais evidente que fazia os trabalhadores saírem do frigorífico era o adoecimento. A formação de uma economia de mercado pressionou e definiu as condições de trabalho na cidade. As questões trazidas por Lúcia evidenciam a existência de uma economia organizada, que define não apenas a forma de recrutamento da força de trabalho, mas certamente a questão salarial. Tal forma de organização realizada por médios e grandes empresários e intelectuais da classe é que permite que, em cidades pequenas, haja formas de controle e arranjos que sitiam os trabalhadores. Ao longo do tempo, estas formas de combinação do empresariado tendem, inclusive, a se tornarem valores dos trabalhadores, como é o caso da incorporação de atendimento ao público em lojas aos finais de semana e feriados. Esses elementos, por sua vez, coincidem com processos de mudanças e limitações, como o desemprego, a impossibilidade de sobreviver no campo etc. O perverso desse processo é que, ao projetar melhorias na cidade, os trabalhadores já a encontram marcada por arranjos e formas de controle.

Esse não consiste, porém, em um caso específico da localidade estudada. As relações sociais capitalistas no Brasil possuem práticas que se destacam pela procura não de grandes e médias, mas de pequenas cidades pela facilidade em organizar as relações de modo que favoreça o empresariado. As experiências dos trabalhadores apontam nessa direção, o que possibilita pensar a estruturação das plantas frigoríficas para além da formação e concentração fundiária e de constituição de um plantel bovino. Implica pensar na disponibilidade de força de trabalho existente, nas condições de vulnerabilidade a que estão expostos, nas articulações em torno da organização e no controle da mão de obra disponível e, sobretudo, no uso dos valores dos trabalhadores na construção de novas práticas que alteram modos de se organizar e viver.

Estudos em torno desta realidade dão conta de que este cenário começa a mudar após 7 a 8 anos. Bosi ressalta a recusa do trabalho em frigorífico, o recrutamento de mão de obra fora das cidades onde as plantas se localizam. Há, ainda, o enfraquecimento ou crítica do discurso ufanista que divulga a estruturação das indústrias como sinônimo de desenvolvimento e de progresso.

A discussão até aqui pautou-se no objetivo de evidenciar os sentidos que a estruturação frigorífica tem para os trabalhadores e como o trabalho é organizado. Vimos

como a constituição da dinâmica econômica local mudou modos de viver e trabalhar desses, ao mesmo tempo que tal dinâmica só é possível sob suas práticas e valores. Como pontua Thompson, “sem cultura não há produção” (THOMPSON, 2011, p. 258-259).

Desde a década de 1980, constatamos as projeções em torno do desenvolvimento da agropecuária e, conseqüentemente, da indústria frigorífica. Nem todos os trabalhadores alcançaram e desenvolveram tal atividade. Ao contrário, ela foi incompatível com as condições de grande parte deles. Afinal, quem sustentaria tal atividade senão eles que, por falta de opção, acabariam se submetendo a essa forma de trabalho que não só estruturou como o mantém no presente? É sobre isso que trato no próximo item.

#### 4.3 FORMAS COLETIVAS DE LUTA EM ROLIM DE MOURA

Destaco, desde o primeiro capítulo, as configurações da luta de classe. Compreendo que o modo de luta sintetiza modos de viver e trabalhar. Considero que, à medida que os trabalhadores chegaram à localidade e tentaram estabelecer um modo de vida e de trabalho, formas de autonomia e independência, eles lutaram. Embora essa forma de luta aconteça, muitas vezes, de forma silenciosa, desigual e ineficaz no âmbito das mudanças e transformações, considero as ações cotidianas, sejam elas pela sobrevivência ou por alguma forma de autonomia nas relações vivenciadas, formas de luta.

Dito isto, destaco, nesse item, outro tipo de luta na localidade, organizada por meio de enfrentamentos, como desdobramento das mudanças nas relações sociais de produção capitalistas.

Em 2016, quando entrevistei Lúcia, ela aguardava para iniciar o trabalho no frigorífico Marfrig, que passou funcionar no lugar do Margen. Lúcia e diversos outros trabalhadores passaram por audiências públicas para o recebimento de orentina<sup>290</sup>. Tratou-se de um acordo coletivo com os trabalhadores. Segundo ela, na iminência do fechamento do frigorífico, os trabalhadores teriam sido consultados sobre a intenção em pedir demissão. Os que aceitaram tiveram seus acertos, já os demais ficaram sem receber, o que levou a uma manifestação no final de 2015. Na ocasião, alguns dos que participavam do ato foram entrevistados, sem terem seus nomes identificados no vídeo, por repórteres de um canal de TV local, SIC TV. Por isso, chamaremos de 1ª trabalhadora e 2º trabalhador. Destaco as entrevistas por apresentarem

---

<sup>290</sup> Denominada de hora *in itinere*, corresponde ao tempo de deslocamento do empregado entre a sua residência e o local de trabalho e vice-versa.

elementos pertinentes e semelhantes às condições de trabalho narradas pelos trabalhadores que entrevistei:

1ª Trabalhadora: Eu trabalhei quatro anos e seis meses, saí porque eu tive problema de saúde, acidente de trabalho lá dentro. Fiquei pela empresa né, minha carteira tá assinada tudinho, só que eles não pagô ninguém, eu ganhei a questão e como os outros tem pra receber a trabalhista, eu também, porque eu não recebi nada, e nesse tempo todo eles não dão explicação, a justiça não fez nada, e nós tá esperano até hoje. Eles diz que não tem pra pagá nós porque eles diz que já pagô nós, outra hora fala que tem uma lei que protege eles, na mão da justiça aí, eles fala que não tem pra pagá não, nós. Agora se tem eu não sei, eu não sei o que, que nós tá fazeno essa reunião pra sabê. Eu tenho uma indenização de noventa e três mil, fora meus direito de casa que eu não sei hoje quanto que é né, eu não sei porque eles não somaram, minha carteira tá assinada né. E tem bastante gente, é uma base de umas oitocentas pessoas que tem pra receber. Nossa indignação é assim, eles tão abriño, eles fala que vai abri porque eles não deve pra nós, quem deve pra nós é a justiça, isso a nossa indignação é essa. Nós não trabalhô pra justiça, nós trabalhô pro frigorífico, ele tem que dá uma satisfação pra nós, é isso que nós qué, nós qué sabê como nós vai recebê<sup>291</sup>.

A 1ª trabalhadora relata, no pequeno trecho da entrevista, diversas questões: não pagamento de acerto trabalhista pelo fechamento do frigorífico em que trabalhava e de indenização por acidente de trabalho, situação que a mantém afastada de suas atividades e receio de que a abertura de outro frigorífico impossibilitasse o pagamento das dívidas pelo frigorífico Margen, já que muitos trabalhadores, como Lúcia, estavam com o nome na lista para serem contratados pelo “novo” frigorífico. A conviência da justiça e a revolta da trabalhadora ao dizer “Nós não trabalhô pra justiça, nós trabalhô pro frigorífico”. A manifestação foi organizada por um vereador e presidente da Câmara Municipal, ao que tudo indica buscando descaracterizar o então presidente do Sindicato Sintra-Ali. A manifestação também contou com a participação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), todos favoráveis ao reinício das atividades do “novo” frigorífico sob a justificativa de que a interrupção das atividades já se fazia notar no comércio. Portanto, cobrava-se unicamente os acertos, sem qualquer reivindicação quanto a melhorias nas condições de trabalho diante dos casos de adoecimento, narrado também pelo 2º trabalhador, que, do mesmo modo, encontrava-se afastado de suas atividades:

2º Trabalhador: Eu tô desde dois mil e oito que tô impossibilitado pro trabalho, e não recebo nem um benefício dessa empresa.

Repórter: Por qual motivo você ficou impossibilitado de trabalhar?

2º Trabalhador: Tendinite e bursite nos dois ombro, aí eles não pagaro o tratamento, não compraro remédio e hoje eu to mesma coisa de um animal quando o dono usa, e

<sup>291</sup> Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FAbe5Kr1xf8>>. Vídeo produzido pelo canal SIC TV, em 08 de outubro de 2015.

abandona lá no pasto pra morrer pra lá, porque a justiça parece que não tá olhando pra classe, principalmente pra classe trabalhadora, porque nós somos pai de família e nós precisamos receber esse dinheiro pra nós fazê um tratamento pra vê se a gente volta as atividade de novo porque como um pai de família igual eu tenho meu filho lá pra tratá, muita das vez meu filho pede um pão pra comê eu não tenho pra dá. Já que eles não fizeram o tratamento eles pelo menos pagasse porque daí a gente ia fazê o pagamento por conta própria, só esse medicamento que eu tomo é trezentos reais, custa, e eu recebo oitocentos e cinquenta, como é que eu vô sustentá minha família e fazê esse tratamento? Então eu queria que o Ministério público federal do trabalho, o ministro do trabalho, eles tomasse uma providência, e olhasse pra classe trabalhadora, mas com carinho, né, que eles tem família também, eles tem filho, então se eles oiasse pros filho, se um filho deles pedisse um pão pra comê e não tesse pra dá, eu acredito que eles olhava com mais, com mais carinho, mais amor pra classe trabalhadora<sup>292</sup>.

O 2º trabalhador, afastado do trabalho há sete anos, devido ao diagnóstico de tendinite e bursite, reivindicava tratamento médico. Ele não escondeu a sensação de desprezo que sentia por parte da empresa devido ao fato de estar imprestável para o trabalho: “hoje eu to mesma coisa de um animal quando o dono usa, e abandona lá no pasto pra morrer pra lá”. Diante do descaso, o trabalhador projetou a solução de seu caso à justiça. O sentimento de impotência pautou a narrativa do trabalhador que, adoecido, além de não poder trabalhar, estava incapaz de realizar tratamento por conta própria. A dependência da empresa o fazia seguir doente, com um salário que mal pagava o sustento dos filhos. A condição de classe exposta pelo trabalhador ao reivindicar da justiça atenção aos problemas que enfrentava, deixa latente a pertinência e a urgência daquilo que Fontana adverte:

Um dos maiores desafios que hoje se apresentam a nós, historiadores, é o de que voltemos a nos envolver nos problemas de nosso tempo, como fizeram no passado nossos antecessores que ajudaram com seu trabalho a melhorar, pouco ou muito, o mundo em que viviam [...] Para nós corresponde o grande desafio de encontrar as causas dos dois grandes fracassos do século XX: explicar a barbárie que o caracterizou, com o objetivo de evitar que se reproduza no futuro e a natureza dos mecanismos que engendraram uma maior desigualdade, desmentindo as promessas do projeto de desenvolvimento que pretendia ampliar os benefícios do progresso econômico a todos os países subdesenvolvidos do mundo. Seria triste que tivéssemos que repetir a crítica que Marc Bloch formulava em nome dos historiadores de seu tempo: “Não nos temos atrevido a ser, em praça pública, a voz que clama no deserto... Temos preferido encerrar-nos na quietude dos escritórios... À grande maioria não resta mais do que o direito de dizer que fomos bons operários. Mas fomos também bons cidadãos? (FONTANA, 2004, p. 471-472).

Fontana chama atenção dos historiadores de modo a romper com a visão naturalizada da história, pautada na crença cega do progresso que silencia os custos sociais que diversos projetos tidos como “modernizantes” acarretam aos trabalhadores.

<sup>292</sup> Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FAbe5Kr1xf8>>. Vídeo produzido pelo canal SIC TV, em 08 de outubro de 2015.

A história de sucesso divulgada sobre os frigoríficos silencia sobre os problemas gerados no chão da fábrica e fora dele. Questiono em que medida estas relações que configuram problemas de nosso tempo continuam naturalizadas. Na passeata, ficou claro o caráter de denúncia restrita às verbas rescisórias, acertos trabalhistas e indenizações, pautas importantes, porém, acrescida da total desconsideração da situação de adoecimento evidenciada dentro de um período de aproximadamente 15 anos de funcionamento das plantas frigoríficas na localidade. Considerando que o ato consistiu numa tentativa de deslegitimar o presidente do Sindicato, não se descarta a possibilidade de ter havido uma seleção de trabalhadores a serem entrevistados que apresentassem patologias, uma forma de descaracterizar o Sindicato numa tentativa de demonstrar a ausência de ações do Sintra-Ali quanto à questão.

Outra trabalhadora, Dorvalina, também narrou uma situação de adoecimento e, do mesmo modo, a esperança em receber o acerto foi atribuída à justiça:

3ª Trabalhadora Dorvalina Celestino: Eu machuquei, ham, porque eu se machuquei e não aguento fazê mais nada, não guento mais trabalhá né, aí o que a gente qué né, é que eles pagasse a gente. Eles pode trabalhá né, a gente qué que a justiça faz alguma coisa por nós né, porque é assim a gente não tem o dinheiro talvez nem pra tomá o remédio, domingo mesmo eu passei o domingo inteiro deitada passano mal, num guento barrê uma casa que eu passo mal. O acidente me prejudicô muito<sup>293</sup>.

Dorvalina ficou imprestável para o trabalho e sem recursos para realizar tratamento. Ela e a primeira trabalhadora sofreram acidente de trabalho. Já o segundo trabalhador e Reginaldo tiveram doença por movimento repetitivo. Lúcia, ao explicar o que estaria levando ao adoecimento dos trabalhadores, também indicou as dores que vinha sentindo nos últimos tempos:

Lúcia: As vez não troca, né, não troca de serviço, as vez fica o tempo todo num lugar só né, muita gente dá isso, no nervo, muita gente dá. Que nem eu, fazia muito tempo que eu tava parada né, aí ontem eu comecei, de tarde eu tava com isso aqui (mostra o braço inchado e vermelho) minha junta assim tudo dueno né, desacostumei. Ainda que tava devagar ainda, não tava rápido, aí de tarde eu tava com isso aqui (braço) tudo dueno, inchado. Mas tem muita gente que tá encostado até hoje.

Cátia: Do Margen?

Lúcia: Do Margen, tem mais de cinco anos que tem gente encostado aí. Tem gente que aposentou. Tem gente que se aposentou. Só que eu acho, que tem gente que fala que adquiriu lá. Eu acho que não é, eu acho que a pessoa já tem o problema, com o tempo e a movimentação, o esforço, aquele problema vai agravando. Eu acho, pro cê vê que eu trabalhei lá, tem quinze ano que eu já trabalhei lá, quinze ano, vai fazer agora em 2016, vai fazer 16 ano, e eu num... graças a Deus eu num tenho nada, tem

<sup>293</sup> Entrevista disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=x33mUS60gy4>>. Vídeo produzido pelo canal SIC TV, em 08 de outubro de 2015.

gente que tem problema de coluna, problema nos braço, eu não sinto nada disso. Então eu falo que o problema não é de lá. A pessoa já tem o problema. Aí conforme vai se esforçando e daí o problema desenvolve<sup>294</sup>.

O retorno ao trabalho, após um período parada, fez manifestar em Lúcia dores nos braços. Apesar de mencionar não ter desenvolvido nenhum problema durante os quinze anos de trabalho em frigorífico, no dia que a entrevistei ela própria se queixou de dores. Suas mãos e braços estavam inchados e vermelhos. Na ocasião, mencionou “Ainda que tava devagar ainda”, devido à planta ter iniciado suas atividades naqueles dias. A situação de Lúcia pode ter se agravado à medida que o frigorífico intensificou a produção.

Para Lúcia, muitos trabalhadores já apresentam a doença no momento da contratação que se agrava à medida que a jornada se intensifica. Mesmo que seja, questiono, nesse sentido, se outra forma de trabalho desencadearia adoecimentos ou acidentes a ponto de ficarem imprestáveis para o trabalho, como narrou Dorvalina “num guento barrê uma casa que eu passo mal”.

A situação de descaso, porém, não está restrita apenas ao momento em que se tornam imprestáveis para o trabalho. Na verdade, esse é um momento em que literalmente são descartados. Enquanto na ativa, além da intensa jornada e todos os problemas já assinalados, há o problema com a má alimentação oferecida no frigorífico. Devido à distância, maior parte almoçam no trabalho. É descontado um valor mensal de dez reais no holerite, um valor pequeno, porém, Lúcia assinala:

Lúcia: Só que a comida não é lá grandes coisa não, mas é barato demais. E é muita comida também, tem que dá um desconto também, porque já pensou fazer comida pra oitocentas pessoas. Acho que era, era oito parece. Já pensou, oitocentas pessoas, muita gente, eu falo assim, mas eu dou o desconto, tem gente que reclama, fala, eu fico quieta, eu num falo nada mais a gente vai lá se ponhar no lugar de quem tá cozinhado<sup>295</sup>.

A consideração de Lúcia às cozinheiras tem um significado e ela menciona “a gente vai lá se ponhar no lugar de quem tá cozinhado”. Em seu entender os trabalhadores não podem ser culpabilizados e o problema pela situação é remetido à empresa por não contratar maior número de funcionários. Por outro lado, solidarizar-se com a situação sem revertê-la em ação pode naturalizar as relações em benefício da empresa. Novamente, pode haver um jogo com os valores dos trabalhadores.

<sup>294</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

<sup>295</sup> Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016.

Em 2017, por volta de 300 trabalhadores foram intoxicados no frigorífico Minerva Foods. A suspeita, em agosto, seria de intoxicação alimentar, porém, o laudo final dos exames com o diagnóstico exato do que teria provocado a intoxicação não foi divulgado pela imprensa local, nem pelo G1 que havia noticiado a informação em primeira mão:

Cerca de 300 funcionários do frigorífico Minerva, em Rolim de Moura (RO), já procuraram o Hospital Municipal por causa de uma intoxicação alimentar. Só na semana passada, 260 vítimas precisaram de atendimentos de emergência ao passarem mal no trabalho. Segundo o diretor da unidade hospitalar, 18 novos trabalhadores foram ao hospital na segunda-feira (28) com os mesmos sintomas e mais 23 nesta terça-feira (29) [...] Os principais sintomas apresentados pelos funcionários são diarreia, vômito, dores abdominais e febre [...] A empresa frigorífica Minerva Foods divulgou um laudo de exame laboratorial comprovando intoxicação alimentar. Porém, a vigilância Sanitária e a direção do Hospital Municipal aguardam os resultados dos primeiros exames feitos por um laboratório em Porto Velho, para se manifestar sobre o diagnóstico final do surto. Os resultados das primeiras amostras devem sair nesta quarta-feira (30)<sup>296</sup>.

A reportagem é confusa e contraditória. É curioso o fato de a empresa ter divulgado como causa a intoxicação alimentar, citando um laudo laboratorial sem a procedência de onde foi realizado. Ao mesmo tempo, a reportagem informa que se aguardava pelo resultado de outros exames que estariam sendo realizados em Porto Velho. De qualquer modo, o diagnóstico final não se tornou público e a intoxicação seguiu como mais um fato naturalizado.

A estruturação frigorífica em Rolim de Moura demonstra os sinais da intensa expropriação dos trabalhadores. Informações do banco de dados da previdência social, divulgadas no documentário Carne e osso<sup>297</sup>, produzido pela Ong Repórter Brasil em 2011, aponta que o setor de frigoríficos emprega mais de 750 mil pessoas em todo o país. Desses, 250 mil estão no setor de frigoríficos de carne bovina e, neles, há seis vezes mais doentes por queimaduras e corrosões quando comparado com outros trabalhadores, o que corresponde a 596% de excesso de risco. Já o setor de frigoríficos de abate de aves e suínos emprega 500 mil pessoas. Nesses, o número de lesões chega a 743% de excesso de risco, principalmente de plexos nervosos e lesões no punho, devido aos movimentos repetitivos.

Embora o setor de frigoríficos de carne bovina gere maior risco de acidente de trabalho se comparado ao setor de aves e suínos, nesse setor também há adoecimento por movimentos repetitivos. Em ambos os casos, observa-se trabalhadores afastados. A

<sup>296</sup> Reportagem “Intoxicação em frigorífico de Rondônia já afetou 300 funcionários”. Informações disponíveis em: <<https://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/intoxicacao-em-frigorifico-de-rondonia-ja-afetou-300-funcionarios.ghtml>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

<sup>297</sup> Documentário Carne e Osso. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=imKw\\_sbfa0](http://www.youtube.com/watch?v=imKw_sbfa0)>.

estruturação das plantas na localidade data do início do século XXI. Considerando o 2º trabalhador, entrevistado em 2015, o prazo de adoecimento foi de aproximadamente oito anos. Ele informou estar afastado de suas atividades desde 2008, ou seja, há sete anos encontrava-se imprecioso para o trabalho.

Até aqui, discuti as implicações que as mudanças no campo e na cidade tiveram para os trabalhadores. As narrativas evidenciaram que a sustentação das plantas frigoríficas em seus anos iniciais só foi possível em cima de uma intensa exploração dos trabalhadores que, sem muitas alternativas de trabalho, projetaram nesse trabalho alguma forma de ascensão social. Em menos de quinze anos, os resultados já são visíveis, tendo em vista que muitos estão adoecidos por acidente de trabalho ou movimentos repetitivos, intensificados com a dinâmica fabril. Sucessivas trocas das plantas frigoríficas seguidas do não cumprimento de acordos trabalhistas e indenizações. Trabalhadores espoliados e impreciosos para o trabalho sem condições de tratamento médico e melhores condições de sobrevivência.

No campo, devido às contradições em torno do projeto crédito fundiário, estão expostos a uma série de limites e pressões que vão desde a incerteza do que cultivar, como conciliar o cultivo com outras formas de trabalho, e a não garantia de saldar a dívida com a terra.

Os trabalhadores que permaneceram no campo e todos aqueles que dependem, de algum modo, da feira livre para sobreviver também vivenciam conflitos. No presente, a comercialização ocorre por meio das feiras livres e em alguns espaços da cidade onde é possível encontrá-los, sejam eles do campo ou atravessadores, comercializando gêneros alimentícios. A presença desses em diversos espaços da cidade demonstra como as mudanças no espaço urbano não eliminou por completo o comércio praticado por eles. Ao contrário, demonstram como o trabalho “informal” se coloca como necessidade. Porém, a feira vem, nos últimos anos, sendo alvo de projetos visando modificá-la.

No final de 2015, ao transitar pela feira livre na região central da cidade, alguns trabalhadores solicitavam ao presidente da feira vender seus produtos. Na ocasião, o presidente explicou-lhes sobre a falta de espaço, o que impossibilitava colocar mais barracas. Mencionou que a procura pela feira havia se intensificado. Enumerou como motivo o fechamento de um frigorífico, que acabara de ocorrer. Frente a esse fato, informou que a saída dos trabalhadores desempregados era comercializar no “shopping”. Porém, ao “bater” polícia no “shopping” esses recorriam à feira livre. Isso denota não apenas a restrição de emprego na cidade, mas também o que a feira representa.

Na cidade, o que mais emprega é o funcionalismo público e o comércio, já que o campo não oferece oportunidades de trabalho devido à prática da pecuária extensiva. A feira se apresenta como alternativa diante o desemprego e os trabalhadores, pressionados pelas forças que os cercam, vão jogando com a cidade e com as possibilidades que ela oferece.

Em 2016, houve a tentativa de suspender a realização da feira nos bairros da cidade, o que levou a manifestação de diversos trabalhadores. Modificar o modo como a feira se realiza configuraria uma tentativa de inviabilizar a manutenção da vida de muitos que vivem diretamente da feira ou que complementam sua renda:

Anália: Para você vê como é importante a mobilização dos movimentos, quando se existe movimento dentro. Os feirante é um movimento forte viu, se tem um movimento forte aqui se chama feirante, por que? Porque quando esse prefeito atual assumiu, o Luizão do treito assumiu, ele já veio logo com essa ideia de fazê uma coisa só, tirá tudo dos bairro, pará com esse negócio de casinha, de feira lá no bairro, era pra todo dia tê feira mas era tudo lá embaixo, tudo lá. Ai chegô nos ouvido dos feirante, aí todo mundo né, a população toda ficô doida, falô não, mas num pode. Eu vô tê que na segunda, eu chego cansado, a feira é aqui no meu bairro vô ali com dez minuto, vô ter que descê a pé, e aqui eu posso i a pé, e aí todo mundo se revoltô e aí eles começaram a se organizá. No dia que o prefeito foi lá pra explicá como ele queria que ele ia fazê, que ele ia fazê, só não fez porque os feirante quase derruba a câmara, aí os feirante partiu tudo pra câmara municipal, Ó o prefeito hoje ele vai tá lá e vão assiná o papel com vereadores e tudo, decretando a saída de todas as feiras, vai tudo lá pro, pro espaço alternativo, vai tê feira todos os dias mas tudo lá, no centro, vai centralizá. Há minha fia, os feirante reuniu que aquilo ficô pipocado, e descero a lenha nesse prefeito. Como ele é empresário grande, foi no começo do ano passado, aí Luizão chegô lá explicando e tal, aí os feirante falô o senhor tá falano porque o senhor é grande e o senhor quer tirá os pequeno porque aí muita gente não vai cabê lá embaixo e aí não tem espaço mais, aí vai sobrá lá pro seu mercado. E aí descero, descero. Ele falô, não gente não é isso, eu vô fazê uma coisa bonita, igual o serasa vai sê, pra vocês. Mas isso é sonho! desde da época do Valdir que tá cobrindo essas coisa nossa aí, nunca cobre, é mentira, aí a gente que é mais veio a gente gritava é mentira! Não vai fazê não! isso aí é de anos! Aí, aqueles outro vinha e derrubô o projeto dele, aí. É minha fia, deu um bafafá aquele dia lá que o povo falô assim que não aceitava e não aceitava, e se os vereador votasse aquele projeto do prefeito eles ia quebrá a câmara todinha, foi, mas aquilo entupetô, fizeram baixo assinado, eles fizeram baixo assinado, eles registraro tudo, eles disseram que ia entrá na justiça, e aí ia chama mais a população, se chamasse a população muita gente dizia que ia lá, ia lá pra não apoiá né, aí ficô, as feira nos bairro do mesmo jeito, e ele parô de enchê o saco dos feirante. Hoje não é mais como era antes. Tem aquele cara que mora lá no sítio ele planta e vende lá, outra hora o cara nem planta vai lá na ponta lá, final de Rondônia buscá a verdura cheia de veneno e vendê ali, entendeu? São poucos trabalhadores rurais que hoje tão ali, muitos é atravessador, a gente conhece pessoas que vai lá pra região do Acre que vai lá buscá as coisa, outra vai pro lado de Vilhena, buscá, comprá, outros compra no mercado pra revendê. Não é uma feira que nem antigamente não<sup>298</sup>.

A pressão sofrida pelos trabalhadores pela retirada da feira costumeiramente realizada nos bairros da cidade levou-os a se organizar. Esta ação restringiria o acesso à compra em

<sup>298</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

pontos próximos as suas casas e aos postos de trabalho. Organizaram-se diante a ameaça à alternativa de trabalho e à sobrevivência. Uma vez centralizada, a feira não comportaria todos os trabalhadores, que, em muitos casos, só conseguem comercializar nas feiras realizadas nos bairros.

Thompson, ao analisar os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, e ao romper com a perspectiva reducionista que atribuía tal processo a meros estímulos econômicos, expôs como as relações mercantis eram complexas. Segundo o autor:

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. Embora essa economia moral não possa ser descrita como “política” em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum – noções que na realidade encontravam algum apoio na tradição paternalista das autoridades; noções que o povo, por sua vez, fazia soar tão alto que as autoridades ficavam, em certa medida, reféns do povo (THOMPSON, 1998, p. 152).

Para Thompson, o elemento econômico não era o único fator que levava aos motins. Eles eram sim determinantes, porém, o autor foi além ao perceber como os acontecimentos consistiam em uma forma de expressar práticas legítimas e ilegítimas de mercado. A isso ele denominou economia moral, que se expressava a partir dos valores dos trabalhadores contra a produção de uma economia de mercado que os pressionava. Assim, “o desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta”. Ações que faziam com que as autoridades ficassem reféns. Então, Thompson alertou para o fato de como a economia moral era mais abrangente que simplesmente definir as ações como motim. A diversidade das práticas e os caminhos que o ressentimento popular podia tomar quando as práticas de mercado mudavam eram imprevisíveis.

Esta discussão realizada por Thompson (1998) permitiu pensar a organização dos trabalhadores feirantes. Ao recuperar o histórico das investidas contra os trabalhadores, Anália assinalou que a construção de um local supostamente mais bem visto inseria-se numa proposta de higienização e restrição do trabalho. Ação que ela própria narrou com relação a criação do “shopping”. Tendo como base esta experiência de segregação mencionou como as

peças mais antigas, incluindo ela, desmentiram a proposta das autoridades, aos gritos de “é mentira!”. Ação que promoveu a defesa, como menciona Thompson, “do bem-estar comum”.

Para Anália, inviabilizar o trabalho nas feiras, consistia em uma tentativa de beneficiar o comércio alimentício. Também considero que a ação significaria produzir um maior número de mão de obra disponível na cidade. Quem se beneficiaria? A referência às mudanças ocorridas na feira, como a entrada em cena de atravessadores só reforça como a feira expressa uma forte alternativa de trabalho. Não impedir que a feira deixasse de funcionar nos bairros da cidade significaria para os trabalhadores a perda de seus postos de trabalho, o fim dos modos como se organizam e vivem a cidade, enfim, seus valores.

Thompson, ao discutir sobre as formas de controle no século XVIII, formulou a noção de teatro e contrateatro. Para o autor:

Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo (THOMPSON, 2001, p. 239-240).

O contrateatro empregado pelos trabalhadores diante de ações que objetivavam atender interesses específicos assinalou para o jogo de forças que constituem a cidade.

Nesse contexto, interrogo quais expectativas estiveram colocadas aos trabalhadores no passado e no presente. Se na década de 1970, ou ainda antes, esses projetavam tornar-se proprietários, o que significava autonomia sobre o que produzir, comercializar e viver, para muitos, esta experiência foi frustrada. No presente, as projeções voltaram-se ao direito de serem tratados com dignidade, tratarem ou reestabelecerem a saúde perdida. Isso com relação aos que trabalham em frigorífico. Àqueles que ainda sonham com a terra, a luta é inserir-se em algum grupo junto ao Sindicato, projetar o que plantar e, assim, conseguir saldar a dívida com a terra. Seja no campo ou na cidade, a luta está alinhada à luta pela sobrevivência. Suas alternativas são constantemente ameaçadas. No frigorífico, pela vida útil enquanto trabalhador. No campo, pelas dificuldades em sobreviver até que a terra permita o sustento. Para os que sobrevivem da terra, vivenciam restrições quanto à comercialização, questão também colocada aos atravessadores. As manifestações realizadas denotam que se organizar é condição para exigirem direitos e pela continuidade de práticas costumeiras.

Por esses motivos, a importância do movimento de feirantes é destacada por Anália por coincidir com um momento que, segundo ela, não se visualiza muitas formas de organização e de luta na localidade. No terceiro capítulo, discutimos como a luta pela terra foi

responsável por algumas conquistas, dentre elas, pela desapropriação de fazendas, formação de assentamentos e acampamentos em diversos locais do Estado. No presente, não significa que os trabalhadores deixaram de lutar. Ocorre que todas as organizações contavam com o apoio da Igreja e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Por isso, a avaliação da trabalhadora quanto à natureza das lutas e por associá-las a estas instituições. Já assinalamos como o Sindicato deixou de ser representativo para os trabalhadores no capítulo anterior. No próximo item, problematizo o papel da igreja na intermediação das lutas empreendidas na localidade, e no Estado, assinalando seus significados para os trabalhadores no passado e sua configuração no presente.

#### 4.4 OS TRABALHADORES E A IGREJA CATÓLICA: HISTÓRICO DAS LUTAS E SUAS CONTRADIÇÕES

Compreender o campo de lutas que os trabalhadores estiveram e estão inseridos requer considerar o campo de contradições que permeiam suas lutas. Proposta de conciliação de classes ou constituição de processos hegemônicos?

Considerar o campo de lutas como fruto de um processo de conciliação de classes levada a efeito pela ala progressista da igreja e pelo PT, tendo como resultado não apenas o enfraquecimento das formas coletivas de organização como a um processo de estigmatização dos trabalhadores, de seus modos de viver e trabalhar na cidade é um caminho. Por outro lado, considerar que os trabalhadores aderiram aos projetos formulados pela igreja, inclusive a proposta alternativa de Reforma Agrária<sup>299</sup>, impõe pensar a constituição de processos hegemônicos, um dos quais tornou-se dominante por razões complexas. De qualquer modo, os entrevistados deixaram claro o enfraquecimento das lutas na localidade. Nesse contexto, interrogo o que restou da organização dos trabalhadores, seus interesses e como eles têm construído suas resistências.

Identifiquei a atuação da igreja junto aos trabalhadores desde a década de 1970. Ao fim do terceiro capítulo, Anália expôs seus sentimentos ao narrar a frustração sentida com relação à atuação da igreja junto aos trabalhadores. As questões que explicam esse processo estão ligadas a questões de ordem geral e específica.

Anália, ao relacionar as lutas realizadas pelos trabalhadores à ação da igreja, e como essa deixou de atuar, refere-se a um processo histórico fundamental na compreensão e na

---

<sup>299</sup> Não foi objetivo nesse trabalho analisar a proposta de Reforma Agrária elaborada pela igreja no período. Compreendo ser necessária uma pesquisa específica sobre o tema.

definição das lutas. Compreende o período que antecede às Diretas Já e segue o período posterior à democratização até os dias atuais. As questões que emergem na memória de Anália fazem parte de um processo significativo. Primeiro porque ela expressa elementos que possui ligação com a complexa relação entre a igreja e os trabalhadores, a nível nacional, após a entrada em cena do governo civil. A intervenção da igreja ocorreu quando partidos e associações não podiam existir. Posteriormente, os trabalhadores precisaram se organizar por conta própria. Nesse processo, Cebis, CPT e outras pastorais foram esvaziadas e, somente nos lugares onde havia resistências internas, é que tais organizações permaneceram. Essa é uma questão de ordem geral para a qual a entrevistada assinala que nos faz levantar indagações tais como: qual deveria ter sido o papel da igreja pós ditadura? Ou qual deveria ter sido a posição dos trabalhadores?

No entanto, entre o que se esperava e a processualidade histórica está o movimento real, marcado por relações complexas e contraditórias. De modo específico, a entrevistada traz a configuração das lutas e o enfraquecimento da atuação da igreja na localidade. Os elementos que explicam esse processo estão relacionados às propostas firmadas entre setores progressistas da igreja e as forças políticas locais desde, pelo menos, a década de 1980, período em que o jornal Tribuna Popular passou a noticiar as ações da igreja no Estado e o rompimento que tal proposta teve na década de 2000. Cabe ressaltar que os projetos firmados não estão desvinculados da adesão dos trabalhadores.

No final do terceiro capítulo, Anália explicou sobre a aliança feita pelo Partido dos Trabalhadores e como elegeram Ivo Cassol em 1990. O candidato elegeu-se como prefeito em 1996 pelo PDT. Isso não significa dizer que até esse período o PT fosse homogêneo e não houvesse disputas, ao contrário, porém, a entrevistada assinalou para um processo de cooptação dos militantes.

Do mesmo modo, apontou o enfraquecimento do PT e como a geração de militantes de sua época foram estigmatizados. A frase “Hoje se a gente fô pedi voto hoje na igreja você não ganha voto, porque a maioria das pessoas trata a gente assim, há esse aí é um Sem Terra esse aí é PT, tá aqui porque é PT, virô rótulo”, é expressiva e expõe seus sentimentos. Trata-se da desativação da presença da igreja nos movimentos sociais como sintoma do avanço das forças conservadores no passado e no presente. Em alguns lugares, a presença da igreja desapareceu. Já em outros diminuiu sua força. Em Rondônia, mapei o recuo da igreja junto às lutas a partir

de 2006<sup>300</sup>, quando o bispo de Ji Paraná, Dom Antônio Possamai, foi processado e ameaçado de morte, após escrever uma carta denunciando Ivo Cassol e outros políticos do Estado, por envolvimento em corrupção, propina etc. Na carta constava a imagem de vários políticos e foi distribuída por todo o Estado. Em contrapartida, Ivo Cassol ajuizou uma ação contra o bispo por praticar crime de difamação e injúria, solicitando que as cartas fossem recolhidas sob pena de multa. O mesmo também encaminhou uma carta à Diocese, ameaçando-o de morte<sup>301</sup>. As críticas do bispo também estavam relacionadas à construção de várias PCHs, no Rio Branco, localizado na cidade de Alta Floresta do Oeste e como estariam afetando a população indígena e ribeirinha<sup>302</sup>.

Anália assinalou para a histórica relação entre setores progressistas da igreja e as forças conservadoras na localidade. O rompimento entre a base política conservadora e a igreja deixa claro a constituição de um poder hegemônico contrário aos trabalhadores. O avanço das forças conservadoras junto a ameaça ao bispo e a outros religiosos que apoiavam as lutas fez recuar as iniciativas de organização e ao enfraquecimento das pastorais. No presente, apenas a Pastoral da Saúde, segundo Anália, estaria conseguindo manter minimamente a proposta inicial para a qual fora criada. As demais se descaracterizaram e, no presente, encontram-se sob a coordenação de forças conservadoras locais, como o Rotary Clube.

Em Rondônia, a separação dos setores progressistas da igreja das forças conservadoras fica nítida a partir do conflito com o bispo e o político Cassol, porém não significa que a igreja se mantinha atuante com relação aos projetos que criou, embora, para Anália, o enfraquecimento das Pastorais está diretamente ligado à perda de força das lideranças ligadas à igreja:

Cátia: Na sua opinião o que levou ao enfraquecimento das pastorais?

Anália: Eu acho que foi a falta de líderes da pastoral [...] falta de lideranças, porque as lideranças se constitui aonde? Dentro da igreja, e a falta de apoio da igreja, aí as pessoas vão desistindo não querem mais lutar. Se você fôr chamá as pessoa hoje pra fazê um baixo assinado, se eu querê fazê um baixo assinado eu que tenho que pegá

<sup>300</sup> Em 2006, Ivo Cassol (PPS) disputou as eleições para governador do Estado de Rondônia com uma candidata do PT (PT) dentre outros candidatos. Foi reeleito com 54, 14% dos votos válidos. A candidata do PT ficou em segundo com 25,90 % dos votos.

<sup>301</sup> A situação de conflito entre o bispo Dom Antônio Possamai e Ivo Cassol foi divulgada em diversas reportagens veiculadas por jornais do Estado de Rondônia e no site da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), como no seguinte endereço eletrônico: <<http://noblat.oglobo.globo.com/noticias/noticia/2006/09/bispo-denuncia-governador-e-ameacado-de-morte-41131.html>>.

<sup>302</sup> A CPT em parceria com outras instituições e movimentos sociais organizados produziram, em 2013, um documentário intitulado “O canto da esperança do rio prisioneiro” em que denuncia os problemas causados pelas PCHs construídas no Rio Branco em Alta Floresta do Oeste, pelo Grupo Cassol Energia.

minha motinha e saí de casa em casa conscientizano, só que a gente vê que se você tivé alguém que puxa, alguém que consegue que puxa o povo vai entendeu? [...] Porque os movimentos sociais não consegue mais chegá igual chegava entendeu? Antigamente se sabia muito por que? Porque tinha os movimento que ia pra cima, hoje não, hoje os movimentos sociais ficaram tamém devido a muitas represálias os movimentos sociais encolheram entendeu? E aí se é um só pra ir na luta num vai<sup>303</sup>.

A fala de Anália expressa questões de ordem geral e específica. De qualquer modo, faz referência a uma memória complexa. Primeiro o apoio da igreja, depois o abandono dos trabalhadores, tudo isso considerando o tempo presente em que já se passaram os três mandatos do governo do PT. Ainda assim, a entrevistada avalia de forma positiva a atuação que a igreja teve junto aos movimentos sociais. A mudança de postura da instituição é atribuída por Anália às represálias, portanto, ao contexto local, embora também saibamos a existência de um recuo da instituição pós-período ditatorial.

O parâmetro de comparação utilizado pela entrevistada esteve pautado numa relação presente/passado vividos enquanto frustração. Atribuiu ao presente uma situação pior que o passado, o que não está desvincilhado de sua experiência enquanto militante do PT e de integrante de diversas pastorais desde o início da década de 1990. Mas o que a teria frustrado?

Para Anália, a construção de formas de organização só é possível por meio da igreja. Sua interpretação está relacionada à inserção nas pastorais, ao trabalho com tratamento alternativo e ao trabalho realizado pelas Cebs (Comunidades Eclesiais de Base). A falta de lideranças, por sua vez, possui relação com o afastamento do bispo Possamai e outros padres da localidade. Isso teria causado o enfraquecimento das lutas junto às represálias sofridas pelos movimentos sociais organizados. Todos esses elementos ajudaram a compreender o campo de disputas e as configurações de classe constituídas na localidade:

Anália: Hoje mesmo se você fô numa reunião de padres daqui eles falam assim que os padres antigamente eram loucos eles dão risada né, então a gente fica até triste porque foi uma luta muito grande pra que hoje eles pudesse ter todo esse sossego né, e aí a gente vai e fica triste de sabê que eles que poderiam lutá, né, tá organizano os movimentos sociais pra que a gente num chegue no patamar que a gente tá chegado por que? Porque a igreja tá se fechano, né, a igreja tá fechano e os único lugar que a gente pode construí movimentos aonde é? na igreja, e se ela se fechá não tem como ela construí movimentos. Então a gente ouvi dum pároco que os que vieram primeiro eram loucos né a gente fica até meio assim triste né porque não foi só o padre Ezequiel que morreu nessa luta, teve o padre Josimo tamém que morreu, que assassinaro logo em seguida teve outras pessoas que não era padre mas era líderes de, tem um que a gente nem sabe pra onde tá até hoje né, então tudo isso foi lutas e lutas que a gente ainda sabe tem muita gente lutano pra que isso não morra mas o intuito de tudo isso era pra que? Era pra que as pessoas desistisse, muita gente desistiu, igual a minha mãe desistiu né, desistiu de sua terra por medo do conflito<sup>304</sup>.

<sup>303</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

<sup>304</sup> Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016.

Anália fez emergir uma memória marcada pelas lutas protagonizadas por trabalhadores que, assim como ela, engajaram-se nas décadas de 1980 e 1990 nas organizações promovidas pela igreja. Ao fazer a crítica ao papel assumido pela igreja no presente, traz, na narrativa, o histórico das lutas e do trabalho de base realizado pela instituição, o que, em sua concepção, contribuía para a organização e o fortalecimento dos movimentos de luta. Porém, para ela, o assassinato daqueles que estavam à frente das lutas, bem como as ameaças de morte, contribuíram para o enfraquecimento das organizações. Por isso, relembra também o assassinato de padre Josimo, coordenador<sup>305</sup> da CPT, ocorrido em Tocantinópolis/TO, dois anos após a morte do Padre Ezequiel Ramin, em Rondônia. A morte de Josimo certamente teve repercussão no Estado e sua lembrança pode ser interpretada como um esforço da entrevistada em explicitar as disputas e conflitos em torno da questão agrária não apenas em Rondônia. Ao trazer esses conflitos, realiza uma crítica ao papel desempenhado no presente pela igreja. Avalia como ela não mais visualiza na instituição local a preocupação em torno das questões sociais, ao mesmo tempo que não vê a possibilidade de organização fora do âmbito da igreja. Além disso, situa o campo de disputas enfrentado pela igreja no passado, questão que continua atual. Enfim, Anália se reporta a uma memória de perda, de represália e de insatisfação com a atuação da igreja no presente que pressiona constantemente para o fim do trabalho realizado por meio da Pastoral da Saúde, a medicina alternativa, trabalho em que acredita e que constitui seu meio de sobrevivência.

Esses elementos permitiram interrogar em que medida a intervenção da igreja impossibilitou outras formas de organização e de luta. A memória produzida pela igreja, como vimos nos capítulos anteriores, aponta a atuação da CPT nas lutas e disputas protagonizadas pelos trabalhadores. A partir dessa intervenção, a igreja se potencializou, tornando-se uma força social na dinâmica das lutas frente às relações construídas com outros agentes, como Sindicatos e partidos políticos.

Nessa direção, o progressismo de parte da igreja por meio da Teologia da Libertação constituiu-se numa base de luta e de disputas protagonizadas na localidade, cujos registros datam da década de 1970. Posteriormente, surgiram outras pastorais, com isso, a igreja se evidenciou com muita força e seu domínio ficou expressivo nos projetos locais, articulados a nível nacional e na memória produzida. Se por um lado, a organização promovida pela igreja serviu de apoio às lutas, buscando soluções frente à situação de precariedade, denunciando-a,

---

<sup>305</sup> Estas informações estão presentes no site da Universidade Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519890-padre-josimo-tavares-27-anos-de-martirio>>.

por outro lado, exerceu um domínio não apenas em torno dos saberes tradicionais, mas na organização de projetos e da luta dos trabalhadores. A dinâmica conferida pela igreja foi sistematizada nos modos como concebia o social. Esta questão foi reconhecida inclusive pela igreja em um relatório elaborado em 1985:

A atuação das pastorais sociais, apesar de extremamente importante, pode ajudar a retirar e abafar no povo o sentimento de indignação frente aos desmandos praticados pelos homens públicos, sentimento este fundamental para uma verdadeira reviravolta no sistema político atual do País. Ou seja, a importância do trabalho realizado pelos setores sociais da igreja pode ser inquestionável do ponto de vista cristão, no entanto, do ponto de vista sociológico e político, deixam muitas dúvidas e questionamentos que precisam ser feitos, principalmente pelos agentes da própria igreja<sup>306</sup>.

Nesse caso, vemos como os projetos de colonização foram sendo refeitos por outras instituições, como a igreja, e como, no refazer desse ciclo, conseguiram calar os trabalhadores, aparentemente dando voz. Ao organizá-los, ao mesmo tempo que retirava-lhes a autonomia de organizarem-se para além da igreja, por envolvê-los, a igreja se colocava no campo das possibilidades. Embora Anália atribua à igreja a organização dos trabalhadores ao mencionar “os único lugar que a gente pode construí movimentos aonde é? Na igreja...”, engajar-se nas organizações propostas pela igreja tratou-se de uma escolha realizada por eles próprios. A questão é: haviam outras possibilidades?

Em 1985, a igreja pressagiava o futuro das lutas, o que, em certa medida, pode ser constatado na fala de Anália. É possível que não apenas ela, mas que outros trabalhadores passaram a visualizar na igreja uma forma de se organizar, o que contribuiu e enfraqueceu outras formas de organização, sem, no entanto, eliminá-las.

Na localidade, o recuo das lutas fica mais evidente na década de 2000. Devido à atuação que exerceu na localidade, a entrevistada permitiu que olhássemos de modo amplo para esse processo. Integrante de diversas pastorais, militante e assessora de dois candidatos eleitos pelo PT, Anália participou ativamente das lutas e disputas envolvendo setores da igreja, do partido e as forças conservadoras locais. Sua fala é intrínseca à atuação que teve na Pastoral da saúde. Nessa Pastoral, narrou as dificuldades enfrentadas na realização do trabalho e as resistências no interior da instituição.

Inicialmente, a apropriação dos saberes ligados à natureza foi realizado por meio do uso de chás, pelo Movimento Popular de Saúde, o (MOPS). Posteriormente, introduziu-se à

---

<sup>306</sup> Projeto Pe. Ezequiel Ramin nº 233-221/14BZG178. Relatório de Atividades, 1995, p. 15. Arquivo disponibilizado pelo Instituto Pe. Ezequiel Ramin, Ji Paraná/RO.

medicina alternativa a prática da homeopatia, por meio da ABHP (Associação Brasileira de Homeopatia Popular)<sup>307</sup>.

Para Anália, a prática da homeopatia é significada como uma contradição. A importância do trabalho se contrasta com o receio em exercê-lo, já que não segue os parâmetros exigidos pela indústria farmacêutica e, por interferir, em alguma medida, nesse tipo de comércio. Não há dúvida que frente às difíceis condições enfrentadas por grande parte das pessoas na localidade, o tratamento com homeopatia se coloque como alternativa.

Além do receio, Anália convive com a contradição entre desejar expandir o trabalho e as restrições impostas pela igreja. Esta restrição cumpre dois objetivos claros, o domínio sobre o saber ao mesmo tempo que atende aos interesses do comércio que pressiona a instituição para restringi-lo. Embora esse trabalho tenha ficado ainda mais restrito nos últimos anos, ele continua sob o domínio da igreja.

Outra contradição vivida pelos integrantes da Pastoral está na crença em relação ao seu trabalho e no receio de expandi-lo fora do âmbito da igreja. Embora haja contradições, acreditam que a igreja possibilita-lhes respaldo, além de credibilidade. Anália, porém, contestou, durante a entrevista, o fato de a credibilidade estar relacionada à instituição por entender a necessidade do trabalho. Com base em sua prática diária, mencionou que a procura pelos medicamentos é constante e os recursos advindos desse trabalho compõem parte de sua renda familiar. Ou seja, por mais que a igreja busque restringir tal prática de cura e mantê-la sob seu domínio, ela se estendeu para além do âmbito religioso e encontra-se absolutamente fora de seu controle na localidade.

Assim como Anália, diversas outras pessoas utilizam-se dessa prática em outras cidades. Em sua grande parte, as pessoas procuram manter a proposta da igreja na cobrança de pequenos valores pelo medicamento, como forma de possibilitar o acesso a esse tipo de tratamento. Já a restrição quanto ao repasse dos saberes é justificada por agentes da igreja como uma forma de evitar que tais conhecimentos se transformem em negócio frente ao interesse que há pelas fórmulas homeopáticas.

Apesar da apropriação dos saberes tradicionais pela igreja, essa ação promoveu o envolvimento de diversas pessoas e os significados atribuídos por elas não podem ser desconsiderados. Embora Anália aponte a restrição quanto à divulgação do trabalho, pela igreja, atribui uma importância ao que faz na localidade quando recupera em sua memória os benefícios proporcionados no decorrer dos anos. Além dos benefícios, para a entrevistada, o

---

<sup>307</sup> Não tive intenção nesse trabalho me aprofundar na discussão acerca da atuação do Movimento Popular de Saúde (MOPS) e da ABHP (Associação Brasileira de Homeopatia Popular) em Rondônia.

trabalho com chás e homeopatas se constituiu, ao longo desse tempo, em fonte de renda para ela e sua família, ao passo que grande parte de sua renda provém dele. A prática dos saberes, por constituir um meio de sobrevivência, é atribuído por Anália e outros trabalhadores à instituição por possibilitar acesso à formação por meio de cursos.

O envolvimento de Anália com a Pastoral da Saúde e outras pastorais influenciou seu fazer-se enquanto trabalhadora. O trabalho homeopático e com chás lhe possibilita a realização de cursos, alguns com certificação, o que abriu-lhe a possibilidade de trabalhar com a medicina alternativa.

Além da Pastoral da Saúde, a entrevistada também narrou sobre as disputas enfrentadas em outras pastorais. Quando realizei a entrevista, mencionou estar afastada de algumas, devido à natureza das discussões nos últimos anos voltadas ao constante ataque às formas de organização, ao próprio PT, no qual continuava filiada. Em uma dessas Pastorais, a Pastoral da Oração, Anália lembrou como, em uma das reuniões, ao sugerir que além das orações, o grupo refletisse sobre demandas do campo e da cidade, numa tentativa de articular a discussão do evangelho às questões postas no social, propondo, assim, retomar a proposta das Cebds (Comunidades Eclesiais de Base) que há tempo havia se perdido na localidade, enfrentou problema. A resposta dos participantes foi que tudo poderia ser discutido menos a questão política. Inconformada com a resposta, buscou discutir a importância da reflexão política e que justamente sua ausência estaria provocando aquele posicionamento. Ao buscar pontuar sobre a importância de politizarem o cotidiano, de se organizarem, Anália teve um traquejo, direcionando sua fala principalmente aos setores conservadores que estavam presentes, o qual narrou do seguinte modo:

Que dia que vocês fizeram um baixo assinado pra reclamá das pessoas que tão morrendo no hospital lá? Como igreja e como sociedade organizada que vocês diz que são? Hein? Esse Jesus que vocês leu aqui que tá vino? Na minha casa eu acho que ele não entra não, se fô desse jeito não, porque olha, quantas mães estão chorando nesse natal porque perdeu seu filho e que dia que vocês fizeram um baixo assinado aí com as organizações maiores e disseram olha, por exemplo, olha vamo fazê esse baixo assinado e cobrá do vereador, do prefeito, das autoridade competente uma saúde melhor? Quantos de vocês? Aí ficaro assim sabe. Falei quantas vezes vocês foro na Câmara Municipal falá com vereador que vocês tão achano que num tá bem as coisa, quantas vezes vocês foro? Ninguém soube respondê [...] e se existe bandido maior bandido é o empresário que toma direito do trabalhador, fazendeiro que toma terra dos trabalhadores, não deixa o trabalhador trabalhá. Falô, Nossa Senhora, parecia tão bobinha. Eu não sô boba! eu tenho que falá! eu não posso deixá vocês massacrá as pessoas assim só porque são elite, vocês me desculpa mas vocês são elite! vocês tão defendendo vocês! vocês tão preocupados com a saúde de vocês! Mas vocês não tão refletindo nada do que o evangelho aqui falô. Nada! Nada, nada. Não falaro nada [...] mas é tudo da maçonaria!

Nesse trecho, Anália expressa literalmente sua frustração ao cobrar dos setores conservadores algum resultado social a partir das organizações que são inseridos. Sua revolta possui relação com o cerceamento sofrido dentro da igreja, segundo ela, por pressão dos setores conservadores que não desejavam que a igreja mantivesse o trabalho com a medicina alternativa por meio da Pastoral. Quando a entrevistei, Anália se queixou da perda de espaço que a Pastoral da Saúde tinha na rádio local, da própria igreja e que estava sendo uma luta manter o programa ao menos uma vez por semana, por um tempo apenas de trinta minutos. Para ela, o programa tinha um papel vital. Por meio dele, eram divulgados cursos, o próprio trabalho com a medicina alternativa, os horários de atendimento na paróquia, receitas de chás etc. As investidas dos setores conservadores possui relação com o fato de a Pastoral da Saúde ser a única fora do âmbito do controle desses setores.

Portanto, as pastorais em que a igreja não conseguiu esvaziar foi devido à resistência de seus integrantes. Anália e outros trabalhadores lutam incansavelmente para que a Pastoral da Saúde não tivesse fim, embora, em alguns espaços (comunidades), esse trabalho já não existisse mais quando a entrevistei. As críticas realizadas por ela são sinônimos da frustração que sentia com relação aos ataques à Pastoral, mas fundamentalmente à homeopatia, por consistir, além de uma prática de cura em que acredita, seu meio de sobrevivência.

A crítica aos setores conservadores, tendo como referência o circuito de relações da entrevistada, situa e possibilita a leitura de outros aspectos vividos na cidade. Este mesmo grupo, constituído enquanto setor organizado da sociedade, que, no conjunto das relações estabelecidas pressionam diversas outras esferas do social, como forma de produzir controle, ao mesmo tempo estipulam práticas e regras do que, para eles, deve ou não constituir a cidade.

Até aqui busquei situar o histórico e o recuo das lutas na localidade. A frustração manifestada por Anália com relação à igreja e às lutas protagonizadas é representativa da frustração de uma geração de militantes. Tal processo permitiu que compreendêssemos as especificidades das lutas na localidade e, em grande medida, em outras partes do Estado, onde a igreja possuía propostas mais enérgicas com os trabalhadores. De qualquer modo, as questões tratadas até aqui demonstram como as formas de resistência continuam, embora eles não contem mais com setores que outrora apoiavam suas lutas. Nessa direção, busco, no próximo item, discutir outras relações travadas pelos trabalhadores na cidade, a fim de situar a dimensão das disputas a que estão inseridos.

#### 4.5 OS TRABALHADORES E A CIDADE

No último item, que fecha a escrita desta tese, busquei sintetizar o que os trabalhadores conseguiram a partir de suas organizações. O diálogo e as entrevistas realizadas com homens e mulheres, que vivenciaram e vivenciam relações diversas entre campo e cidade, permitiram que olhássemos para o processo histórico estudado de forma ampla. Busquei, nas experiências narradas, aqui compreendidas como interpretação e não descrição da realidade, entender como manifestaram sonhos, projeções, vivenciaram limites e pressões e, as percepções construídas enquanto trabalhadores.

Compreendendo que as pressões vividas no presente repercutem nas escolhas ao narrar sobre o passado e que, ao mesmo tempo que sofrem, também exercem pressões na vida cotidiana, é que tomei a interpretação de suas falas. Nesse processo, ficou claro que, organizados de forma coletiva, os trabalhadores alcançaram melhorias, pressionaram por mudanças, impediram outras, mas também foram derrotados em alguns projetos e expectativas. Busco, assim, situar esses aspectos, avaliando, a partir do que evidenciaram, os limites e as possibilidades da luta coletiva.

Primeiro, destaco que, embora os entrevistados estivessem localizados no campo e na cidade, a categoria que utilizei para interligar suas histórias foram duas: a construção narrativa a partir do presente, portanto, é sempre a partir das condições do presente que as falas foram interpretadas. Segundo que, embora as experiências sejam distintas entre campo e cidade, o que interliga suas histórias é o fato de serem trabalhadores e terem vivenciado o mesmo processo histórico.

No que diz respeito às suas conquistas, ficou claro que as formas coletivas de luta, que ganharam expressividade na região, foram fundamentais para a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do PT, da criação de acampamentos e assentamentos de Reforma agrária e desapropriação de fazendas. No âmbito local, destaca-se, além da criação do Sindicato dos Trabalhadores e partidos políticos, diversas outras organizações como as pastorais. Além dessas, outras formas de organização puderam ser evidenciadas, como é o caso de um movimento de mulheres<sup>308</sup>, também ligado à igreja, o qual não foi possível tratar no limite desse trabalho. Outras formas de organização por meio de associações ligadas aos agricultores também foram mencionadas. Isso demonstra que organizar-se se colocava como prerrogativa no conjunto das dificuldades vividas no período.

---

<sup>308</sup> Refere-se a uma organização que buscava, por meio da oferta de cursos de artesanato e outros, gerar renda às mulheres, num período vivido enquanto dificuldade no campo e com poucas oportunidades de trabalho no setor urbano

James Scott (2002), ao discutir as formas cotidianas de resistência sobre o campesinato, sugere uma releitura da historiografia, segundo ele em grande medida marcada pela consagração de conceitos como o de mecanização. Ao realizar uma inversão na análise sobre as ações de resistência, propõe que esta noção seja vista no âmbito cotidiano. Diante da falta de registros sobre dinâmicas que se dão no anonimato, não é sempre que verificamos abordagens que se debruçam em análises que buscam evidenciar ações de resistências individuais. Por esse motivo, o comum são abordagens sobre formas coletivas de organização que ganham expressividade por seu caráter de agitação. Nessa direção, Scott propõe a interpretação de que ações de agitação podem significar sinais de que outras formas de negociação não surtiram efeito. Se tomarmos a interpretação do autor como parâmetro de interpretação sobre Rondônia, podemos considerar que a constituição de formas coletivas de luta foram resultado de um processo em que outras formas de pressão e de negociação foram tentadas sem, necessariamente, obterem resultados satisfatórios. Não significa, porém, a não existência de outras formas de resistência, individuais ou coletivas, que eventualmente não ganharam expressividade, mas que, no entanto, são importantes de serem investigadas. Compreender a natureza das formas de resistência se faz importante para fugir, como pontua Scott, de abordagens que, ao se cristalizarem no campo historiográfico, evidenciam apenas formas coletivas de organização que ganharam expressividade, deixando de lado outras possíveis formas de resistência que acabam por pressionar e até alterar a dinâmica histórica.

O abandono das organizações pela igreja, após o processo de democratização do país, levou ao enfraquecimento de diversas organizações tanto nacionalmente quanto nas localidades em que a presença da igreja intermediou iniciativas coletivas das mais diversas. Apesar de identificar um esvaziamento das Pastorais na localidade estudada, também identifiquei formas de resistências individuais e coletivas por sua manutenção. Assim, por meio da Pastoral da Terra, há projetos, principalmente ligados à produção de alimentos por meio da agroecologia e com a Pastoral da Saúde a luta é pela manutenção da prática homeopática. Se no âmbito da igreja tal prática vem, nos últimos tempos, sendo coibida, no social, as evidências apontaram para a sua disseminação.

A manutenção de tal prática levou a pensar sobre as experiências residuais discutidas por Raymond Williams e a possibilidade de apropriação dessas como forma de controle:

Por “residual” quero dizer que algumas experiências, significados e valores que não podem ser verificados ou não podem ser expressos nos termos da cultura dominante são, todavia, vividos e praticados como resíduos – tanto culturais quanto sociais – de formações anteriores. Há exemplos reais disso em determinados valores religiosos,

em contraste com a incorporação bastante evidente da maioria desses significados e valores ao sistema dominante. Uma cultura residual está geralmente a certa distância da cultura dominante efetiva, mas é preciso reconhecer que, em atividades culturais reais, a cultura residual pode ser incorporada à dominante. Isto porque alguma parte dela, alguma versão dela – sobretudo se o resíduo é proveniente de alguma área importante do passado – terá de ser, em muitos casos, incorporada se a cultura dominante quiser fazer sentido nessas áreas. Também porque, em certos aspectos, uma cultura dominante não pode permitir que muitas dessas práticas e experiências fiquem fora de seu domínio sem correr certo risco. Assim, as pressões são reais, mas certos significados e práticas genuinamente residuais, em alguns casos importantes, sobrevivem (WILLAMS, 2011, p. 56-57).

Raymond Williams toca em uma questão pertinente a respeito das práticas residuais, a tentativa de incorporação pelas classes dominantes. No que se refere à prática da homeopatia, a tentativa de controle pela igreja é exercida frente ao que ela representa. Coibi-la significa silenciar outras práticas advindas da “cultura popular” que remonta a um passado recente, compreendido enquanto luta. Diz respeito à intervenção da igreja e a seus projetos materializados em outras esferas. Um conjunto de relações interligadas como o combate ao uso de agrotóxico e a defesa de uma produção saudável de alimentos, a crítica à indústria farmacêutica e a própria memória de luta presente na localidade desencadeada nas décadas de 1980 e 1990 pelos trabalhadores.

A memória de luta traz em seu bojo não apenas o papel da igreja, de instituições que surgiram nesse processo, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o PT, as Pastorais e outras formas coletivas de organização. Ela também está circunscrita nas práticas cotidianas, nos modos de se organizar, lutar e viver no campo e na cidade.

No que diz respeito ao enfraquecimento das lutas coletivas, identificamos estar ligado tanto ao abandono da igreja pós redemocratização quanto ao papel do PT a partir da década de 1990. Até esse período, o Partido trazia, junto a ele, os Movimentos Sociais. Consistiu num Partido que nasceu no interior da classe trabalhadora brasileira em situações de luta que foi diversa em todo o país. A partir de 1990, o Partido passa a ser direcionado por sua liderança a processos eleitorais. As lutas prosseguem, no entanto, separadas das entidades e das organizações que nasceram dentro dessas lutas e que, portanto, deveriam manifestar compromissos com elas. O que houve no cenário nacional foi, então, a saída da luta pelo Socialismo para uma luta contra o neoliberalismo. Uma redução posicionada na defesa do capitalismo. Esse processo abriu espaço para as articulações e alianças firmadas a nível nacional.

Em Rondônia, a trabalhadora Anália assinalou justamente a década de 1990 como um período em que o Partido passa fazer aliança e eleger candidatos conservadores que,

posteriormente, agem no combate, cooptação e estigmatização dos militantes. Junto a esse movimento, não apenas o PT é enfraquecido, como o Sindicato dos Trabalhadores, as Pastorais e outras formas de organização e Movimentos Sociais passam a ser duramente criminalizados.

As organizações constituídas nesse processo, além da luta por demandas, significaram uma forma de construir uma identidade dentro da cidade. Durante a realização das entrevistas, pude perceber como os trabalhadores se reportaram as suas lutas e a presença deles na cidade. Aos que participaram de organizações intermediadas pela igreja, esta presença foi referenciada tendo como base as lutas, a participação em movimentos que reivindicavam melhorias para os bairros e a cidade, a importância do trabalho realizado com a medicina alternativa e a luta pela defesa de uma produção de alimentos sem agrotóxico.

Os demais, ao falarem da cidade, mencionaram as dificuldades de seus bairros, mas se confirmaram como pessoas que fazem parte dela. De modo unânime, assinalaram para bairros estigmatizados, o Beira Rio e o Bom Jardim. Dentre as queixas, esteve o abandono pelo poder público dos serviços de limpeza, coleta e aumento da taxa de lixo. A incerteza quanto à moradia remonta a não regularização dos lotes urbanos iniciado na década de 1990. Já o problema com água e a constante pressão dos fiscais da prefeitura para o fechamento dos poços sob a ameaça de multá-los só é amenizado pelo fato de a Companhia de Abastecimento deixar a desejar com o abastecimento da cidade em período de seca. Utilizando-se desse argumento, muitos resistem e impedem o fechamento do poços em seus quintais. A falta de emprego e a dificuldade em saldar dívidas com financiamento de terrenos consistem em outra ameaça ao direito à moradia.

Além desses problemas, a situação de estigmatização foi destacada com base na violência cotidiana e pela percepção construída por quem não vive nos bairros. Ao comparar os bairros em que vivem, utilizaram como parâmetro, além dos problemas estruturais, a frequência na qual o serviço de policiamento está presente. Há a percepção de que, em outros bairros, isso não ocorre e a associação da polícia à violência e a estigmatização é significativa. Em grande medida está associada a fatores externos, ou seja, de como os bairros são denominados.

A expressão “bairro dos noiado”, relacionada aos moradores que traficam ou usam drogas, é realizada, segundo os trabalhadores, por pessoas de fora. Portanto, trata-se de uma percepção que vinculada à presença diária da polícia acaba legitimando a estigmatização. Tal presença acaba sendo vista como necessária, o que confere aos bairros uma má fama. Embora não neguem a existência dessas relações se reafirmaram enquanto trabalhadores, como é o

caso de Valquíria que ao mencionar “pra gente que num é dessas coisa”<sup>309</sup>, demonstra como acabam carregando o peso do estigma por serem moradores do bairro.

A classificação do centro como um lugar mais bem visto, ou ainda a classificação dos bairros com base nas pessoas que neles moram, suas condições econômicas e profissão foram outros elementos levantados. Citaram essencialmente madeireiros no Bairro Centenário, e de modo específico o Bairro Jardim Tropical que, por abrigar um condomínio da Polícia Militar, foi classificado como um bairro rico, embora esteja localizado próximo ao Beira Rio e marcado pelos mesmos problemas. Para eles, esta percepção relaciona-se ao fato de o bairro abrigar um condomínio com casas luxuosas e pessoas de melhores condições econômicas.

Ao narrar sobre os bairros, pude entender como significam a cidade e a interpretar como se integram à estrutura econômica, política e social do contexto urbano. Evidenciaram como o estigma é construído ao gosto da especulação imobiliária. A construção de um condomínio no Jardim Tropical imprimiu uma separação no bairro, vista como algo que não lhes pertence. Atribuir a ele a denominação de bairro rico, mesmo contendo diversos problemas como outros bairros, não deixa de ser uma forma de dizerem que ele não é um bairro para eles. Ao fazer isso, explicitaram as condições e a luta de classes presente na cidade.

O Bairro Beira Rio e o Centenário foram, entre outros, os primeiros a serem criados na cidade, em 1985. Por que o Centenário é classificado pelos trabalhadores como um bairro rico e o Beira Rio como um bairro pobre e estigmatizado? A existência de bairros periféricos, quando são percebidos por seus moradores e por aqueles que não são do bairro, não pode ser visto como algo natural. Fazem parte de um projeto de cidade que reforça a desigualdade, que evidencia o centro e outros bairros como um bom lugar para se viver, o que não está desconectado das projeções que a especulação imobiliária provoca.

A estigmatização dos bairros também é construída pela imprensa. Edirles, moradora do Bairro São Cristóvão, enumerou seu bairro como bom para se viver se comparado ao Bairro Beira Rio e ao Jardim Tropical (mutirão) por elegê-los como os mais violentos da cidade. Ao fazer isso, buscou justificar sua percepção com base nas notícias que ouve no rádio e pelos diálogos estabelecidos com vizinhos. Edirles não disse, mas com base em suas informações, pude perceber que a mídia potencializa a estigmatização sobre esses bairros. Ainda é necessário considerar que quando os trabalhadores mencionam sobre a violência, ela não é apenas física, mas relaciona-se também aos estigmas sofridos.

---

<sup>309</sup> Narrativa concedida por Valquíria em 27 de janeiro de 2018.

A percepção sobre os bairros teve como referência a violência, as condições estruturais, ou ainda econômicas, dos que lá residem. Ao falar sobre eles, evidenciaram como se veem parte da cidade. Mesmo estigmatizados em seu modo de viver e trabalhar, não demonstraram intenção em sair, ao contrário, reivindicam melhorias que são visualizadas em outros espaços da cidade.

Como parte de um processo histórico em movimento, identifiquei lutas e organizações que evidenciam os desafios enfrentados pelos trabalhadores. Desde a década de 1980, a organização dos feirantes pressiona por melhorias para a categoria. A ampliação da feira dos agricultores para feira livre expôs a necessidade de integrar trabalhadores que necessariamente não eram do campo, mas que necessitavam do espaço para trabalhar. Ainda no presente, os ataques à feira demonstra não apenas a necessidade de organização dos trabalhadores como do espaço. A feira significa autonomia num contexto marcado pela restrição a postos de trabalho e aos espaços da cidade.

O movimento dos feirantes, dos trabalhadores ambulantes que insistem em comercializar no “shopping”, e dos trabalhadores em frigorífico, demonstram como as formas de organização vão sendo reformuladas. Um movimento que não para, ao contrário, é necessário para a manutenção ou reivindicação de direitos mínimos.

Além do recuo da presença da igreja nas lutas, os limites e desafios da luta coletiva estão relacionadas ao momento histórico em que vivemos. Dados da CPT assinalam que, a partir de 2016, houve uma intensificação das mortes no campo e da criminalização dos Movimentos Sociais em Rondônia.

Em Rolim de Moura, os limites e desafios da luta coletiva voltam-se ao cenário vivido pelo PT, pela criminalização e estigmatização de toda e qualquer organização que faça referência ao histórico das lutas intermediadas pelo Partido e pela igreja. Todo esse movimento coincide com um momento histórico de retirada de direitos e de instabilidade política que ameaça a democracia do país. A situação de vulnerabilidade vivida pela classe trabalhadora diminui ainda mais a capacidade de organização, de construir, como enumera Bosi (2013), uma identidade positiva centrada no trabalho.

Em Rolim de Moura, o processo de perda, empobrecimento e o que restou da organização dos trabalhadores está ligado as suas escolhas. Mesmo no presente, com o todo o processo de estigmatização sofrido, a igreja e o PT foram vistos por eles, em especial, por Anália e Gilberto, como um ponto de referência das lutas.

Tentei, até aqui, mostrar a complexidade que envolveu e envolve a vida dos trabalhadores. Busquei contar essa história tentando demonstrar o que o trabalho construiu no

campo e na cidade e as contradições vividas nesse processo. Sinalizei para mudanças nas relações sociais capitalistas e como as expectativas e projeções dos trabalhadores se diferem, se comparadas às décadas de 1970 e 1980. Nesse processo, avaliar o campo de lutas em que esses estiveram e estão inseridos foi fundamental. Porém, assinalar para o insucesso da proposta da igreja e seu recuo junto aos interesses dos trabalhadores, não significa negar as lutas, tampouco que deixarão de existir. A resistência persiste, embora o seu empobrecimento os tornem ainda mais vulneráveis às condições de trabalho e à organização coletiva.

No campo, a doação da terra desapareceu, dando lugar à compra. Na cidade, é extremamente forte a conexão entre morar na cidade e trabalhar em frigorífico. A tentativa de domínio caracterizada nos modos de viver, trabalhar e lutar trazem a dimensão das mudanças e transformações sofridas pelos trabalhadores. Em grande parte, encontram-se na cidade, organizam-se principalmente em torno dos frigoríficos, da feira e do comércio local. Jogam com a cidade e com o que ela lhes oferece.

O apaziguamento das lutas, questão que não é específica apenas da localidade ou no Estado de Rondônia, delineou uma configuração de classe marcada por posições conservadoras e constantes ataques aos modos de viver, trabalhar e lutar, que confira alguma margem de autonomia aos trabalhadores. O cenário de perda, porém, apresenta resistências que se enfraqueceram nos modos como foram pensadas, mas que seguem rearticuladas de outro modo e a partir de outras demandas. Assim como o movimento histórico, as lutas também são dinâmicas. Apontam contradições e complexidades intrínsecas às mudanças no processo histórico. Assinalar para lutas coletivas e individuais que caracterizam a continuidade da resistência, num cenário político e histórico que demanda a identificação dessas ações, possibilita reacender, como discute Hobsbawn, a crença de que o sucesso das organizações pode ser prevista e assistida pela análise histórica e, por isso, precisa continuar no horizonte.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perigo reside na tentação de isolar a história de uma parte da humanidade – a do próprio historiador, por nascimento ou escolha – de seu contexto mais amplo (HOBSBAWN, 2013, p. 278).

A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões [...] Presente e passado; aqui e muitos lugares. Quando há perguntas a formular, empurro minha cadeira para trás, olho para meus papéis e sinto a mudança (WILLIAMS, 2011, p. 21).

O campo de possibilidades disponíveis aos trabalhadores estudados era limitado, mas também estava disponível para minha família, porém, não migraram. Desta feita, à medida que construía as narrativas junto aos trabalhadores, era impossível não pensar como teria sido a história da minha família caso tivessem migrado. Assim, procurei não isolar, como pontua Hobsbawn e Williams, a história do historiador e sua relação com um contexto mais amplo, que, além das semelhanças, traz consigo uma problemática histórica.

*A história de minha família* teria sido como a de Luís e Edirles, que dentre outras coisas, passaram dez anos sem se ver... Ou como a história de Pedro, que viveu a experiência da perda dos filhos... Manoel, que diante as mudanças na dinâmica histórica, procurou, dentre outras coisas, possibilitar estudos aos filhos...

*Minha história* teria sido como a de Lúcia, a reclamar a ausência do pai que precisava buscar por recursos e assim prover a família, a sentir por não ter tido oportunidade de estudar.... Gilberto, feirante e engajado nas lutas levadas à frente pela CPT e em defesa da produção agroecológica.... Ou, ainda, a história de Anália, também engajada nas lutas levadas a frente pela Ceps, no trabalho com a medicina alternativa...

Anália, deixou-nos em março de 2017, quando preparava o texto para qualificação da tese. É contraditório pensar que uma pessoa que dedicou parte de sua vida ao trabalho com a medicina alternativa tenha sido vítima do descaso que marca a saúde pública na localidade e em todo o Estado. Devido um diagnóstico tardio, Anália teve uma complicação cardíaca que lhe tirou a vida. Cinco dias antes de partir, criticava pelas redes sociais a ação de desvio de verba do hospital do Câncer de Barretos, pela deputada Marinha Raupp. Diversas pessoas se deslocam de Rondônia a fim de realizar tratamento nesse hospital.

A dedicação e a atenção às pessoas que buscavam pela medicina alternativa, seus ensinamentos sobre ervas e preparo homeopático, a acolhida sempre calorosa em sua casa,

seus gestos e palavras, a alegria, a calma e a paciência com todos, foram as marcas deixadas em mim e acredito que em todos que a conheceram e se relacionaram com ela. Portanto, para mim, esta não foi simplesmente uma pesquisa acadêmica, científica. Mas, uma troca de experiências que, ao situar sobre o processo histórico, revelou sentimentos, valores, significados, tão importantes quando a preocupação é entender o cotidiano de trabalhadores silenciados na relação de forças entre o lembrar e contar a história. Ouvi-los significou, para mim, buscar fazer de nossas diferenças um experimento em igualdade (PORTELLI, 1997).

Assim, ao tomar conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos entrevistados, no passado e no presente, foi impossível não imaginar como teriam sido minhas experiências. Ao dizer isso, não tenho pretensão de apontar nenhuma relação de superioridade com relação aos trabalhadores entrevistados, mas problematizar que as condições e oportunidades que nos são acessíveis determina, em certa medida, nossa condição no presente. Que as condições de vida precisam ser olhadas nas contradições que se estabelecem no decorrer dessa vida, portanto, historicamente. Isso evita homogeneizar os sujeitos, dando espaço às distintas experiências e leituras sobre o social a partir de seus lugares de fala. Questão essencial, ainda mais quando visualizamos, de modo cada vez mais intenso, a propagação do conservadorismo, que além de homogeneizar, promove uma descaracterização do pensar, dos sujeitos, da história.

Nosso trabalho se estabelece em um momento de ameaça à retirada em cena da democracia. Por este e outros motivos, como os constantes ataques aos direitos trabalhistas e as condições de vulnerabilidade, tornam as possibilidades de organização dificultadas, sem, no entanto, minarem as resistências cotidianas.

Devido a isso e, ao processo histórico ser dinâmico, o problema tratado na pesquisa, os conflitos, não têm resolução. São contínuos, estiveram e estarão abertos diante das possibilidades, como parte de uma dinâmica histórica que se refaz a todo momento.

Assim sendo, os resultados mostraram perdas diversas que vão do plano das expectativas, sonhos e projeções à perda ou incorporação de referenciais voltados à cultura da classe trabalhadora. Os trabalhadores estudados demonstraram como os valores típicos da classe trabalhadora estavam imersos na vida cotidiana. Citamos como exemplo as sociabilidades marcadas pela divisão de alimentos num momento de extrema privação, da constituição de formas coletivas de luta intermediadas pela igreja, nos sentidos e significados conferidos ao trabalho, principalmente os trabalhadores ligados a terra. Embora os entrevistados não tenham demonstrado, é visível, no presente, a intensificação da incorporação de valores burgueses e diferentes leituras das condições de trabalho presentes no social, embora os limites e pressões vivenciados sejam bem semelhantes.

Diante do exposto e, da dificuldade em tecer considerações finais, por compreender a discussão como um processo em curso, destaco que firmar compromisso com outras memórias e histórias não foi um exercício fácil. Exigiu apreender o processo histórico considerando sua dinâmica.

Essa concepção exigiu que olhássemos a história como um campo de possibilidades. Eleger as memórias como possibilidade de outras leituras sobre o social permitiu fazer emergir leituras alternativas que se diferem de versões oficiais. Junto a isso e, exatamente nisso, os ganhos foram muitos. Do ponto de vista pessoal, profissional, acadêmico, significou romper com certezas deixando o campo da história aberto a problematizações. O passado ao ser historicizado levou em conta compreender o que move os sujeitos no presente, atentando para a função dinâmica da história – assinalar para uma história viva, feita de homens e mulheres que vivem suas experiências e as manifestam “sob a mais variadas formas, como valores, como imagens, como sentimentos, como arte, como crença, como trabalho, como tradição” (VIEIRA, 1995, p. 12). Por isso, as narrativas serviram como fio condutor das descobertas. A interpretação do processo histórico foi tomada a partir dos elementos evidenciados pelos trabalhadores. Foi a partir de suas visões de mundo que tecemos esta história.

Além de um trabalho árduo e oneroso, outro desafio esteve voltado à proposição da escrita de uma história em que as pessoas possam, em alguma medida, reconhecerem-se. No que pese o esforço para isso, não tive como pretensão apresentar uma versão da história que se requer como única possível. Ao contrário, o resultado do trabalho reflete um esforço com o tratamento conceitual, pensado como problema histórico e aberto à investigação no social, sempre em movimento. Esse caminho de análise requer o constante diálogo entre as evidências e o aporte teórico e metodológico, para que os últimos não sirvam como manuais a serem seguidos, mas como instrumento para refletir sobre a prática do historiador. Outro cuidado foi tentar compreender o social sem que as esferas política, econômica e cultural sejam entendidas de forma separada, evitando, assim, uma análise fragmentada, e o social visto como algo compartimentado.

Obviamente, a feitura dessa história esteve pensada em termos políticos. Recortar o olhar e eleger os trabalhadores como protagonistas de suas histórias, tendo como ponto de partida problematizar suas memórias, revela, dentre outras coisas, nosso lugar social de fala. Poderíamos ter feito a história de sucesso do empresariado, do campo e da cidade!

A escolha, desse modo, indica os termos políticos da escrita que apresentamos e que abre margem para futuros debates e pesquisas. Assim como o processo histórico não está e

nunca estará pronto, o processo de escrita também se constitui à medida que é descoberto e problematizado à luz das perguntas e preocupações de cada tempo. Por isso, esta pesquisa não se finda sem a sensação de que as narrativas e fontes evidenciadas poderiam e podem ser melhor exploradas. Frente ao cenário vivenciado, o compromisso com a escrita de uma história que busque avaliar de onde saímos pode mostrar caminhos para recomeços.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R.; KHOURY, Y. A. História Oral e Memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectivas**, v. 50, p. 197-226, jan./jun. 2014.

BOSI, A. P. Ditadura militar, capital e trabalho no Oeste do Paraná (1950-1960). **Espaço Plural**, ano XVII, n. 34, jan./jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Os trabalhadores e a cidade. In: **Reforma urbana e luta de classes: Uberabinha/MG (1888 a 1922)**. Antônio de Pádua Bosi. – São Paulo: Xamã, 2004

\_\_\_\_\_. Dos açougues aos frigoríficos. Uma História Social do Trabalho na produção de carne, 1750-1950. **Revista de História Regional**, v. 19, n. 1, p. 83-103, 2014.

\_\_\_\_\_. Acumulação de capital e trabalho na agroindústria no Oeste do Paraná de 1960 à 2010. **História Unisinos**, v. 20, n. 1, p. 94-106, jna./abr. 2016.

\_\_\_\_\_. A recusa do trabalho em frigoríficos no oeste paranaense (1990-2010): a cultura da classe. **Diálogos**, v. 17, n. 1, p. 309-335, jan./abr. 2013.

\_\_\_\_\_. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). **Revista de História Regional** 16 (2): 400-430. Inverno, 2011.

BRASIL. Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 1981. S. 1, p. 9810.

BRASIL. Lei nº 6.805, de 7 de julho de 1980. Dispõe sobre a constituição, no Território Federal de Rondônia, da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia - CODARON, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 jul. 1980. S. 1, p. 13580.

CRUZ, H. et al. **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho D'água, 2006.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **Depois da Teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FENELON, D. R. **Muitas memórias, outras histórias**: São Paulo, Olho D'Água, 2004.

\_\_\_\_\_. O historiador e a cultura Popular: História de classe ou história do povo? **Revista História e Perspectivas**, v. 40, p. 27-51, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_. E.P. Thompson – História e Política. **Revista História e Perspectivas**, v. 1, p. 33-54, jan./jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Em busca de novos caminhos**. A História dos Homens. Trad. Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando da Costa. Bauru: EDUSC, 2004.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GOHN, M. G. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **Ser social**, v. 15, n. 33, jul.dez. 2013.

GUIMARÃES, N. R. B.. **A lenda do ouro verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HOSBAWN, E. J. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mundos do Trabalho**: novos estudos sobre História operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Em defesa da História. Fundação Maurício Grabois. 05 dez. 2016. Dispon[ível em: <<http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/artigos/153215/2016-12-05/em-defesa-da-historia-em-13/03/2013>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

INÁCIO, Paulo César. **Sudeste Goiano**: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias. Tese de doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós Graduação em História, 2009.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

JÍ PARANÁ. **Vida Plena, Povo Feliz**. 4. ed. Pastoral da Saúde. Projeto Padre Ezequiel Ramin. Ji Paraná: Diocese de Ji Paraná, 2000.

KHOURY, Y. A. Narrativas orais na investigação da História Social. **Projeto História**, v. 22, p. 79-103, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Muitas Memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, D. R. et al (Orgs.). **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004, p. 116-138.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MOREIRA, V. J. A Produção Agropecuária: Trabalho e Resistência. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 7, n. 8, 2012. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9347/6962>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores da avicultura: capitalismo e produção agropecuária no Oeste do Paraná, 1970-2013. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14., Campo Mourão, 7 a 10 de outubro de 2014. **Anais...** Campo Mourão: Unespar, 2014, p. 162-174.

OLIVEIRA, J. L. **Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária**. Porto Velho: Grafriel, 2010.

PAOLI, M. C. As Ciências Sociais, os Movimentos Sociais e a questão do Gênero. In: XXIII ENCONTRO ANUAL DA ANCOPS, 23., Caxambu, 22 a 26 de outubro de 1990. **Anais...** Caxambu: ANCOPS, -p. 109120.

PERDIGÃO, F.; BASSEGIO, L. **Migrantes amazônicos: Rondônia, a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

PERES, M. G. **Espaços e linguagens: marcos de memórias nas histórias de Araguari/MG (1888-1988)**. 2014. 205 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

PERIN, G. **Desenvolvimento Propagado: anúncios governamentais veiculados no jornal Tribuna Popular**. Vilhena: UNIR, 2011.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 103-130.

\_\_\_\_\_. A Filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, v. 1, n. 2, 1996.

\_\_\_\_\_.Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. **Revista Projeto História**. n. 14, p. 97-106, fev. 1997.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Núcleo Estadual Responsável por Migrações – NURE/MIGR. **5 anos de migração em Rondônia: 1979/83**. Porto Velho: SEPLAN, 1984.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, M. M. O. **Luta, territorialização e resistência camponesa no Leste rondoniense (1970-2010)**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SOUZA, V. A. **(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)**. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2002.

\_\_\_\_\_.**Rondônia, uma memória em disputa**. 2011. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria**. Ou um planetário de erros. São Paulo: Copyleft, 1981.

\_\_\_\_\_. **Os Românticos**: A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico**: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005). Dourados: UFGD, 2006.

TURCHI, M. L. A Colonização Dirigida no processo de expansão e Ocupação da fronteira Agrícola: Território Federal de Rondônia. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., São Paulo, 20 a 22 de julho de 1981. **Anais...** São Paulo: ABEP, p. 298-334.

VIEIRA, M. P. A. **A pesquisa em História**. 3. ed. São Paulo: Ática. 1995.

WILLIAMS, R. **Base e Superestrutura**. Cultura e Materialismo. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

## FONTES

### JORNAIS IMPRESSOS

JORNAL ALTO MADEIRA. “Cirne Lima diz que ocupação da Amazônia é necessária e viável”, em 01 de maio de 1970, p. 1.

JORNAL ALTO MADEIRA. “Candidato só andava armado”, , em 11 de agosto de 1992.

JORNAL ALTO MADEIRA. “Justiça federal decidi futuro dos Sem terra”, 07 de junho de 1994, p. 5.

JORNAL ALTO MADEIRA. “Pastoral da Terra denuncia fracasso na colonização: RO”, em 21 de maio de 1985.

JORNAL DO BRASIL. “Rondônia está sem terra para mais migrante”, 16/02/1986.

JORNAL O GLOBO. “Angelim pede mais apoio do governo”, 22 de dezembro de 1986, p. 14

JORNAL O GLOBO. “Dom Luciano critica prisões de religiosos em RO”, 21 de maio de 1982.

JORNAL O GLOBO. “Frentes pioneiras criam em Rondônia cidades nas selvas”, 24 de julho de 1976, p.. 10.

JORNAL O GLOBO. “Governador Jorge Teixeira de Oliveira afirma que crise não atinge a economia de Rondônia”, 30 de junho de 1983, p. 2.

JORNAL O GLOBO. “Por trás da luta do posseiro a Pastoral da Terra”, 15 de junho de 1986.

JORNAL O GLOBO. “Religiosos acusados de subversão em Rondônia”. 27 de abril de 1982.

JORNAL O GLOBO. “Rondônia procura equilibrar problemas com a migração”, 06 de outubro de 1987, p. 25.

JORNAL O GLOBO. “Rondônia procura equilibrar problemas com a migração”, 06 de outubro de 1987, p. 25.

JORNAL O GLOBO. “Rondônia: agricultura sofre com as migrações”, 24 de julho de 1985, p. 20.

JORNAL O GLOBO. “Rondônia: agricultura sofre com migrações”, 24 de julho de 1985, p. 20.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Anúncio do Governo Federal “Prêmio de Produtividade Rural”. Veiculado entre os dias 04 a 09 de setembro de 1983.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Anúncio do Governo Federal “Prêmio de Produtividade Rural”. Veiculado entre os dias 04 a 09 de setembro de 1983.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Anúncio do Governo Federal “ABC da Terra”. Veiculado entre os dias 14 a 20 de janeiro de 1984, p. 9.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. Propaganda do Governo Federal, veiculada entre os dias 11 a 01 de dezembro de 1983.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “A atuação do PMDB no Estado”, 31 de julho de 1983, pág. 3.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Adegildo: o 1º prefeito de Rolim de Moura”, 11 a 18 de dezembro de 1983, p. 6.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Aragão confia na vitória do PMDB em Rolim”, 22 de setembro de 1984, p. 5.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Chacina em Rolim: 7 mortos”, Jornal Tribuna Popular, 16 de maio de 1985, p. 1.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Criada Cooperativa Agrícola em Rolim de Moura, 14 à 28 de novembro de 1981, p. 1.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Denúncias da Cibrazém no Ministério 05 de maio de 1984, p. 1

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “E da terra nasceu a estrela”, 21/12/1981 a 04 de janeiro de 1982.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Eleições em Rolim de Moura”, 27 de outubro de 1984.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Em Rolim a campanha esquenta e o PMDB monta esquema para o dia 9”, 24 de novembro de 1984, p. 7.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Em Rolim de Moura, outro assassinato por causa de terras”, 28 de julho de 1985, pág. 4.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “INCRA: A vergonha de Rondônia”, Jornal Tribuna Popular, 02 de maio de 1985, p.1.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “O problema de água em Rolim”, 01 de março de 1985, p. 4.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Parlamentares dizem não à posse de Adegildo”, 04 de dezembro de 1983, p. 8.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Pequeno agricultor sem vez na Cibrazém”, 08 à 14 de abril de 1984, p. 7.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “PMDB faz barba e bigode em Rolim”, 21 de dezembro de 1984, p. 1.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Preços mínimos desestimulam colonos de RO”, 14 à 21 de abril de 1984, p.4

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “PT apóia os Sem Terra”, publicada no jornal Tribuna, em 23 de fevereiro de 1985, p. 1

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Rolim cresce”, Jornal Tribuna Popular, 25 de junho de 1985, p. 8.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Rolim de Moura hoje uma cidade amanhã uma grande metrópole”, 08 de setembro de 1984, p. 3.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Rolim se desenvolve a passos largos”, 23 de fevereiro de 1985, p. 3.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Rolim: perspectiva para o progresso”, 17 de setembro de 1988.

JORNAL TRIBUNA POPULAR. “Valdir Raupp empossado em Rolim de Moura”, 17 de janeiro de 1985, p. 2.

#### FONTES CPT/CEDOC

Boletim da CPT – Nacional. nº 63, Março/Abril 1986, p. 11. Site da CPT Nacional: [www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc](http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc)

Carta de denúncia, escrita em 05 de maio de 1986. Site CPT Nacional: [www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc](http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc)

Denúncia através de um mutirão contra a violência, no ministério da justiça em 06 de outubro de 1986. Site da CPT Nacional: [www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc](http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc)

Entrevista com José Firmino da Silva. Site CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 09 de junho de 1978.

Entrevista realizada com José Firmino da Silva. Site CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/>. Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura, 12 de junho de 1976.

Jornal Sem Terra, São Paulo, nº 53, junho de 1986, p. 8. Site CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>

Pasta Conflito Fazenda Reunidas, sem data. Site CPT Nacional: [www.cptnacional.org.br/index.php/cedo](http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedo)

Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura. Site CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/>. 11 de junho de 1978.

Pasta Conflito Projeto Rolim de Moura/RO. Site CPT Nacional: 12/06/78:<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedo>.

Periódico Anunciando e Defendendo – Fev/Mar 1985. Site CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>.

Reportagem publicada no jornal Alto Madeira em 07/06/89, página 6, presente no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino), Pasta Conflito no Campo/RO.

Rolim de Moura, sábado, 26 de Abril de 1986, detalhada como “Cópia do INCRA da localidade”. Site da CPT Nacional: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc>

“Agricultores protestam no Banco do Brasil de Rolim de Moura”. Notícias do Fórum das ONGS- Rondônia – outubro de 1997, nº 14, pág. 3. Pasta Conflito Ocupação Banco do Brasil Rolim de Moura, Site da CPT Nacional:<http://www.cptnacional.org.br/>.

“Agricultores protestam no Banco do Brasil de Rolim de Moura”. Notícias do Fórum das ONGS- Rondônia – outubro de 1997, nº 14, pág. 3. Pasta Conflito Ocupação Banco do Brasil Rolim de Moura, Site da CPT Nacional:<http://www.cptnacional.org.br/>.

“Despejados da “Araucária” fazem passeata de protesto. Eles exigem posição do INCRA sobre reforma agrária, Jornal O Estadão, 07 de setembro de 1993, p. 6. Pasta Conflito Fazenda Araucária.

“Diarréia e desnutrição ataca Sem terra, Jornal o Estadão, 08/10/93, p. 6. Pasta Conflito Fazenda Araucária.

“Luta por terras mata três” – O Estado de São Paulo, 19 de setembro de 1980. Site CPT Nacional: [www.cptnacional.org.br/index.php/cedo](http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedo)

“Pm’s continuam a espancar Sem terra nas ocupações em RO. Informativo CIMI e CPT/RO, 11 de novembro de 1993, n. 18. Pasta Conflito Fazenda Araucária.

“Violência no campo preocupa o PT”, publicada no jornal Alto Madeira em 18/06/88. Fonte presente no site da CPT (Comissão Pastoral da Terra), CEDOC (Centro de Pesquisa São Tomás Balduino), Pasta Conflito Fazenda Reunidas/RO

#### FONTES INCRA/NACIONAL

Projeto Gy Paraná, Programa operacional, 1976.

Projeto integrado de Colonização Gy Paraná, Programa operacional, 1978.

Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1976 (reformulado).

Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1977 (reformulado).

Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1977.

Projeto Integrado Gy Paraná, Programa Operacional, 1978 (reformulado).

Projeto PIC Gy Paraná- Programa Operacional, 1979.

Relatório Anual INCRA, 1973.

#### FONTES ORAIS

Entrevista realizada com Gilberto em 12 de junho de 2016

Entrevista realizada com José (pseudônimo) em 11 de junho de 2014

Entrevista realizada com Manoel em 17 de fevereiro de 2016

Entrevista realizada com Pedro em 23 de abril de 2016.

Entrevista realizada com Maria em 02 de maio de 2016

Entrevista realizada com Isabel em 28 de maio de 2016

Entrevista realizada com Edeonil, em 10 de maio de 2016.

Entrevista realizada com Lúcia em 30 de janeiro de 2016

Entrevista realizada com João em 30 de janeiro de 2016

Entrevista realizada com Maria de Lurdes em 22 de abril de 2016

Entrevista realizada com Luís e Edirlés em 21 de abril de 2016.

Entrevista realizada com Gilberto (pseudônimo), em 12 de junho de 2016.

Entrevista realizada com Anália em 04 de julho de 2016

#### FONTES INSTITUTO PADRES EZEQUIEL RAMIN/CEPAMI

Projeto Pe. Ezequiel Ramin nº 233-221/14BZG178. Relatório de Atividades, 1995, p. 15. Arquivo Instituto Pe. Ezequiel Ramin, Ji Paraná/RO.

Relatório CEPAMI (Centro de Estudos da Pastoral do Migrante), 1988.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Núcleo Estadual Responsável por Migrações – NURE/MIGR. 5 anos de migração em Rondônia: 1979/83. Porto Velho, SEPLAN, 1984.

Trabalho de campo. Membros da CPT. Julho de 1989, Ji Paraná/RO.

Trabalho de campo. Membros da CPT. Julho de 1989, p. 3. Ji Paraná. Arquivo CEPAMI (Centro Pastoral do Migrante), Ji Paraná/RO

## FONTES IMPRESSAS (OFICIAIS)

Filosofia de Trabalho. Projeto Rolim de Moura, 1985. Fonte presente na Biblioteca Municipal de Rolim de Moura/RO.

Guiapress da cidade de Rolim de Moura. Fonte presente na Biblioteca Municipal de Rolim de Moura/RO.

Mapa Secretaria de Obras e Planejamento da prefeitura de Rolim de Moura/RO.

Projeto de Lei nº 006/85, de autoria do executivo municipal que dispõe sobre “Criação da Feira do produtor no município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia”. Ata de 11 de março de 1985.

## VÍDEOS

“Cacoal Ro, Museu & Memória 2”.INCRA Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=YNhvEWIsFLE>

“Discurso do governador Jorge Teixeira na inauguração do Estado em 1981”. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=YNhvEWIsFLE>

“Carne e Osso”. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=imKw\\_sbaf0](http://www.youtube.com/watch?v=imKw_sbaf0).

“Ex-colaboradores do frigorífico Margem realizam manifestação”. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=FAbe5Kr1xf8>.

“Ex-funcionários e credores do frigorífico Margem fazem manifestação”. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=x33mUS60gy4>.

“Intoxicação em frigorífico de Rondônia já afetou 300 funcionários”. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/intoxicacao-em-frigorifico-de-rondonia-ja-afetou-300-funcionarios.ghtml>

“Nossa História – Entrevista com primeiro prefeito de Rolim de Moura”. Disponível em  
[https://www.youtube.com/watch?v=xhkCrPz5\\_GU](https://www.youtube.com/watch?v=xhkCrPz5_GU)

“Nossa História – Feiras”. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=bhD1LHZsdrw>

## SITES VISITADOS

CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/canuto-assis>

Gente de opinião. “Rondônia homenageia advogado morto em 80”, em 21 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.gentedeopinioao.com.br/noticia/rondonia-homenageia-advogado-morto-em-80/27480>

Grupo Cassol Energia. Disponível em: <http://grupocassolenergia.com.br/new/layout.php>

Ministério de Educação. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/2\\_INDICADORES%20SOCIOECON%C3%A2MICOS.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/2_INDICADORES%20SOCIOECON%C3%A2MICOS.pdf).

Página do Leitor. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=390&pes=>

Rondônia. “Ações de incentivo a produção impulsionam a cultura cafeeira em Rondônia. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/acoes-de-incentivo-a-producao-impulsionam-a-cultura-cafeeira-em-rondonia/>

Secretaria de Estado e Agricultura. Disponível em: [www.rondonia.ro.gov.br/seagri/](http://www.rondonia.ro.gov.br/seagri/).

SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia). Disponível em: [www.sipam.gov.br](http://www.sipam.gov.br)

Universidade Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/519890-padre-josimo-tavares-27-anos-de-martirio>